

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PEDRO HENRIQUE RIBAS FORTES

INDÍGENAS NA CIDADE: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E ETNOGRÁFICA DA
PRESENÇA KAINGANG EM CURITIBA

CURITIBA

2020

PEDRO HENRIQUE RIBAS FORTES

INDÍGENAS NA CIDADE: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E ETNOGRÁFICA DA
PRESENÇA KAINGANG EM CURITIBA

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes.

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Fortes, Pedro Henrique Ribas
Indígenas na cidade : uma análise histórica e etnográfica da presença
Kaingang em Curitiba. / Pedro Henrique Ribas Fortes. – Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes

1. Índios Kaingang – História – Curitiba (PR). 2. Indígenas na cidade.
3. Territorialidade humana. I. Fernandes, Ricardo Cid, 1967-. II. Título.

CDD – 980.4162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ANTROPOLOGIA E
ARQUEOLOGIA - 40001016027P9

ATA Nº4

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

No dia dez de agosto de dois mil e vinte às 14:00 horas, na sala on-line, suportada pelo Microsoft Teams, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese do doutorando **PEDRO HENRIQUE RIBAS FORTES**, intitulada: **INDÍGENAS NA CIDADE: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E ETNOGRÁFICA DA PRESENÇA KAINGANG EM CURITIBA**, sob orientação do Prof. Dr. RICARDO CID FERNANDES. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: RICARDO CID FERNANDES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), EDILENE COFFACI DE LIMA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MARTA ROSA AMOROSO (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO), EDVIGES MARTA IORIS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA), JOÃO FRANCISCO KLEBA LISBOA (NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA, DO ESTADO E DAS RELAÇÕES DE MERCADO). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, RICARDO CID FERNANDES, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: A banca recomenda a aprovação da tese, destacando a importância da pesquisa que aproxima antropologia e história, baseada em documentação e dados inéditos, e analisa a antiguidade, a persistência e os sentidos da presença dos Kaingang na cidade de Curitiba. Sugere-se a incorporação dos apontamentos dos avaliadores.

CURITIBA, 10 de Agosto de 2020.

Assinatura Eletrônica
11/08/2020 18:36:16.0
RICARDO CID FERNANDES
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
11/08/2020 18:38:00.0
EDILENE COFFACI DE LIMA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
15/08/2020 14:02:43.0
MARTA ROSA AMOROSO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica
18/08/2020 13:05:25.0
EDVIGES MARTA IORIS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica
11/08/2020 20:07:55.0
JOÃO FRANCISCO KLEBA LISBOA
Avaliador Externo (NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA, DO
ESTADO E DAS RELAÇÕES DE MERCADO)

Rua General Carneiro, 460 - 6º andar - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5272 - E-mail: ppgaa@ufpr.br
Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 49563
Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prpg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 49563



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ANTROPOLOGIA E
ARQUEOLOGIA - 40001016027P9

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **PEDRO HENRIQUE RIBAS FORTES** intitulada: **INDÍGENAS NA CIDADE: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E ETNOGRÁFICA DA PRESENÇA KAINGANG EM CURITIBA**, sob orientação do Prof. Dr. RICARDO CID FERNANDES, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 10 de Agosto de 2020.

Assinatura Eletrônica
11/08/2020 18:36:16.0
RICARDO CID FERNANDES
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
11/08/2020 18:38:00.0
EDILENE COFFACI DE LIMA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
15/08/2020 14:02:43.0
MARTA ROSA AMOROSO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica
18/08/2020 13:05:25.0
EDVIGES MARTA IORIS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica
11/08/2020 20:07:55.0
JOÃO FRANCISCO KLEBA LISBOA
Avaliador Externo (NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA, DO
ESTADO E DAS RELAÇÕES DE MERCADO)

Rua General Carneiro, 460 - 6º andar - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5272 - E-mail: ppgaa@ufpr.br
Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 49563
Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 49563

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos interlocutores que participaram diretamente da elaboração desse estudo. Lembro em especial da amizade e parceria que estabeleci com Romancil Gentil Kretã, Andreia Takua e seus filhos, Florêncio Rekayg Fernandes e família, Dona Belarmina Luis Paraná, Márcio André Kokój, Rivelino Verá Popygua, Gaudino Fênju Feliciano, Nyg Kuitá, Nei da Silva, entre outros. Estes são coautores dessa tese, uma vez que suas vozes e opiniões guiaram a pesquisa. Muitos outros participaram ativamente dessa tese, mas não poderia deixar de mencionar a parceria que constituí com João Vitor Fontanelli: de colega e amigo nos tempos de mestrado, tornou-se também um importante interlocutor da minha tese. Agradeço também a professora Dra. Cecília Maria Vieira Helm, por toda a atenção e ensinamento que o nosso diálogo me proporcionou.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Paraná, por todo suporte e apoio desde minha entrada no mestrado, até a finalização dessa tese. Nesse sentido dirijo um agradecimento especial ao Secretário de Curso, Paulo Marins Gomes.

Agradeço imensamente aos todos os docentes do programa, Andréa Carvalho Mendes de Oliveira Castro, Ciméa Barbato Bevilaqua, Eva Lenita Scheliga, Fabio Parenti, João Francisco Kleba Lisboa, João Frederico Rickli, Juliane Bazzo, Laercio Loiola Brochier, Laura Pérez Gil, Liliana de Mendonça Porto, Lorenzo Gustavo Macagno, Marcos Silva da Silveira, Maria Inês Smiljanic Borges, Miguel Alfredo Carid Naveira e Paulo Renato Guérios.

Agradeço a professora Edilene Coffaci de Lima, que além de participar de todas as minhas bancas de qualificação e defesa ao longo do mestrado e doutorado, sempre contribuiu ativamente com importantes apontamentos para a elaboração de minhas pesquisas. Estendo tais agradecimentos aos professores Dr. Clovis Antônio Brighenti pela participação na minha banca de qualificação, e aos professores Dr(a) Marta Rosa Amoroso (PPGAS-USP), Edviges Marta Ioris

(PPGAS-UFSC) e ao professor João Francisco Kleba Lisboa (DEAN-UFPR) por aceitarem participar da minha banca de doutorado.

Agradeço em especial ao meu orientador, Ricardo Cid Fernandes, por todo o diálogo, auxílio e paciência dispensada a mim ao longo da pesquisa e elaboração da tese. Soma-se a isso a constituição de grande parceria e amizade que com certeza não se encerra aos anos que estive como discente do PPGAA-UFPR.

Agradeço a todas as instituições e técnicos que me auxiliaram na pesquisa das fontes históricas e material bibliográfico. Dirijo um agradecimento especial para Maria Fernanda Maranhão e Josiéli Andréa Spenassato pelo apoio ao longo das pesquisas no Museu Paranaense. Agradeço também ao Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Cultura, bem como ao próprio Museu Paranaense, pela permissão para uso de imagens do seu acervo;

Agradeço a Fundação Araucária pela bolsa de pesquisa a mim dispendida entre agosto de 2016 e agosto de 2020 (Chamada Pública 20/2015), sem a qual esse trabalho certamente não seria possível. A pesquisa e seus resultados são frutos diretos desse investimento.

Reservo um agradecimento especial a todos os discentes do doutorado do Programa de Pós Graduação, especialmente a Camila Balsa, Francieli Lisboa de Almeida, Magda Luiza Mascarello, Patrick Leandro Baptista e Rodrigo Souza Fontes de Salles Graça. Superamos juntos os desafios da pesquisa e da produção de nossas dissertações e teses. Também reservo saudações aos colegas e amigos egressos do Programa, Paulo Roberto Homem de Góes e Tiemi Kayamori Lobato da Costa, pela amizade e diálogo que muito ajudaram.

Saúdo particularmente os meus colegas e amigos que integraram a minha turma de doutorado, Elton Colini Gonçalves Zimmermann, Judit Gomes da Silva, Lilianny Rodriguez Barreto dos Passos e meu grande amigo Rafael Gustavo de Oliveira.

Agradeço aos colegas e amigos que de maneira direta ou indireta contribuíram comigo para a elaboração desse estudo: Mauro Leno, colega do PPGAA/UFPR e servidor da FUNAI; Fábio Rossano Dário, amigo e parceiro de muitas estradas pelo Brasil; Edson Straub, amigo de tantos anos.

Agradeço imensamente aos meus pais, André Cavalcanti Fortes e Ana Mary Ribas Fortes, por me apoiarem incondicionalmente diante de todas as adversidades, pela minha vida e pelas palavras que vocês me ensinaram a usar e a amar. Aproveito para saudar meus irmãos, José Augusto Ribas Fortes e João Guilherme Ribas Fortes e suas famílias.

Por fim, admito que não conheço os termos mais adequados para agradecer a minha companheira, Luana Ferreira Rodrigues, e aos meus filhos Francisco Rodrigues Fortes e Antônio Rodrigues Fortes, por tudo que fazem por mim todos os dias de minha vida. Estar próximo de vocês me faz enxergar todo amor que guardo dentro de mim e enxergar o melhor caminho para percorrermos juntos. A vocês dedico minha gratidão eterna. A vocês dedico toda a minha vida e todos os meus sonhos.

Os caminhos são animais se é verdadeira a sentença de Aristóteles, dizendo ser argumento invencível de um animado que ele se move por si mesmo. Pois os caminhos caminham como animais; são caminhos errantes, à semelhança dos planetas; outros caminhos passantes, caminhos cruzadores, caminhos atravessadores.

Gargântua e Pantagruel – François Rabelais

Estar o menos possível sentado; não ter fé em qualquer pensamento que não tenha surgido ao ar livre e em plena liberdade de movimento – em que também os músculos não celebrem uma festa.

Ecce Homo - Friedrich Nietzsche

RESUMO

A região do planalto curitibano apresenta um complexo e denso histórico de contatos e relações entre os indígenas e os não indígenas. Dados demográficos, históricos, etnográficos, entre outros, revelam não somente a presença de diversos contingentes indígenas nesse espaço, antes e após a presença de não indígenas, mas, também, a importância política do espaço para esses grupos, sobretudo os Kaingang. Desde o século XIX, transformaram a cidade em uma zona de contato, invertendo a lógica colonizadora que dimensionava o contato exclusivamente para os aldeamentos estrategicamente posicionados na região paranaense. Através desses mesmos esforços, territorializam e transformam a paisagem, acionando histórias e memórias que tratam da presença kaingang na cidade e nos arredores. Apesar de a passagem e a permanência na cidade serem categorias que precisam a todo tempo serem negociadas com o Estado, a história e a memória revelam seus caminhos. Qualquer viagem necessita de uma história ou narrativa prévia que lhe aponte o caminho. De outra forma, ou se está perdido, ou se explora o desconhecido. Os Kaingang que residem ou permanecem temporariamente no planalto curitibano não estão perdidos, muito menos explorando o desconhecido.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas na cidade; história indígena; território; Kaingang.

ABSTRACT

The planalto curitibano region has a complex and dense history of contacts and relations between indigenous and non-indigenous people. Demographic, historical, ethnographic data, among others, reveal not only the presence of several indigenous contingents in this space, before and after the presence of non-indigenous people, but also the political importance of the space for these groups, especially the Kaingang. Since the 19th century, they have transformed the city into a contact zone, inverting the colonizing logic that dimensioned contact exclusively for villages strategically positioned in the Parana region. Through these same efforts, they territorialize and transform the landscape, triggering stories and memories that deal with the Kaingang presence in and around the city. Although the passage and stay in the city are categories that need to be negotiated with the State at all times, history and memory reveal their paths. Any trip needs a previous story or narrative that points the way. Otherwise, you are either lost or you explore the unknown. The Kaingang who reside or remain temporarily on the planalto curitibano are not lost, much less exploring the unknown.

KEYWORDS: Indigenous people in the city; indigenous history; Kaingang

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Aldeia Kakané Porã em 11/01/2009.....	104
Figura 2 Imagem de Kakané Porã e arredores no ano de 2020.....	105
Figura 3 Imagem de Satélite da “Área da Espírita”.	112
Figura 4 Imagem de satélite da área de ocupação Cambuí.....	114
Figura 5 Transferência dos indígenas para Kakané Porã.	117
Figura 6 Localização da aldeia Araçaí.	119
Figura 7 Localização da aldeia Araçaí em relação a Curitiba.....	120
Figura 8 Residências e escola na aldeia Tupã Nhe’é Kretã.....	123
Figura 9 Localização de Tupã Nhe’é Kretã em relação a Curitiba.	123
Figura 10 Casa de Passagem do Artesão Indígena (CPAI) – Curitiba.....	130
Figura 11 Localização das vilas Coloniais e a cidade de Curitiba.	155
Figura 12 Mapa de Hans Staden sobre “América ou Brasil”.	162
Figura 13 Cacique Capanema na cidade de Curitiba em 19/08/1923.	216
Figura 14 Estatutos da Sociedade Ethnographica e Protectora dos Indios....	224
Figura 15 Os Kaingang hospedados em barracão, janeiro de 1902.	234
Figura 16 Indígenas da Terra Indígena Marrecas em Curitiba, 1903.....	237
Figura 17 Família kaingang no Museu Paranaense.	239
Figura 18 A Kaingang “Tandó” no Museu Paranaense no ano de 1903.	240
Figura 19 Chefe kaingang hospedado no Museu Paranaense.....	241
Figura 20 Chefe kaingang hospedado no museu paranaense em 1903.	242
Figura 21 Rotas de expansão dos Jê no sul do Brasil.	264
Figura 22 Mapa com a densidade de sítios Jê Meridionais. Detalhe para a região do curitibano.....	265
Figura 23 Territórios kaingang no século XIX.....	280
Figura 24 Territórios Kaingang e Xokleng no século XIX.	281

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 População autodeclarada indígena no Brasil – 1991/2000.	90
Tabela 2 Distribuição dos indígenas, por localização do domicílio.....	95
Tabela 3 População indígena no Brasil, Sul e Paraná.	96
Tabela 4 Municípios com maior população indígena na região Sul.	97
Tabela 5 Municípios com maior população indígena no Paraná.	98
Tabela 6 Registros da presença de indígenas na Curitiba provincial.....	190

GLOSSÁRIO KAINGANG

Ã my há; Ha pê! – Saudações em língua kaingang.

Berê – Baixada.

Egohó – Capoeira.

Emã-bang – Grande aldeia; cidade.

Eratemã – Morro.

Fag – Pinheiro; araucária.

Fóg – Não indígena; branco; não Kaingang.

Gój – Rio.

Gój djuro ta – Nascente ou cabeceira de rio.

Gój fyr – Margem de rio.

Jykre – Orientação de pensamento; padrão; “cultura”.

Krin – Montanha.

Krinjinimbé – Montanha Sagrada, Serra do Mar.

Nen – Mata.

Paro – Parede de pedra.

Põ'i Bang – Cacique; Grande Chefe.

Rã – Serra.

Rê – Campo.

Re eratemã – Penhasco.

Uri – Tempo atual.

Vãsy – Tempo passado.

Xá – Cachoeira.

Wäin – Capão de mato.

Wéin kunyá – Foz ou barra de rio.

Wó – Corredeira.

ABREVIações

AMIAKP – Associação de Mulheres Indígenas da Aldeia Kakané-Porã de Curitiba

ASAIKG – Associação Socioambiental Indígena Kaingang Guarani

CAOP – Centro de Apoio Operacional das Promotorias

CMPI – Conferência Mundial dos Povos Indígenas

CTL – Coordenação Técnica Local

COHAB – Companhia de Habitação Popular de Curitiba

CPAI – Casa de Passagem do Artesão Indígena

CPISP – Comissão Pró-Índio de São Paulo

DEAP-PR – Departamento de Arquivo Público do Paraná

DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena

FAS – Fundação de Ação Social de Curitiba

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GEU – Grupo de Etnologia Urbana

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IWGIA – International Work Group for Indigenous Affairs

MP-PR – Ministério Público do Estado do Paraná

MPF – Ministério Público Federal

ONU – Organização das Nações Unidas

ODIC – Organização dos Indígenas da Cidade

ORCCIP/CURIM – Organização de Resgate Crítico da Cultura Indígena Curitiba e Região Metropolitana

PARNA – Parque Nacional

PPGAA-UFPR – Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Paraná

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná

SEED-PR – Secretaria de Educação do Estado do Paraná

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Os estudos sobre indígenas nas cidades	23
Problemas da tese: princípios metodológicos e abordagens	27
Capítulos	37
PARTE 1: O CENÁRIO, OS INDÍGENAS E AS CIDADES	43
1. O LAMENTO E O DESCONFORTO DOS BRANCOS: DISCUSSÕES SOBRE A PRESENÇA INDÍGENA NAS CIDADES.....	44
1.1 O lamento e o estranhamento dos não indígenas	55
1.2 A ideia de cidade e urbano	58
1.2.1 Narrativas do estranhamento	64
1.3 Perto de nós: antropólogos, pesquisas e indígenas nas cidades....	68
1.4 Natureza e civilização: a visão não indígena	75
2. “LUGAR PRA MORAR, NEGOCIAR E FAZER POLÍTICA”: PANORAMA DA PRESENÇA E PERMANÊNCIA INDÍGENA EM CURITIBA.....	83
2.1 A população indígena e a demografia: o caso dos censos de 1991, 2000 e 2010.....	87
2.1.1 A explosão demográfica.....	88
2.1.2 Censo 2010.....	91
2.1.3 Região Sul do Brasil.....	95
2.1.4 Paraná.....	97
2.1.5 Curitiba e região metropolitana	98
2.1.6 Considerações sobre os dados demográficos	99
2.2 Reivindicações, disputas e políticas públicas	102
2.2.1 Disputas e reivindicações por moradia e políticas públicas para os indígenas em Curitiba	103
2.2.2 Terreno das Faculdades Espírita	111

2.2.3 Reserva Ecológica do Cambuí	113
2.3 Aldeias na região metropolitana de Curitiba	117
2.3.1 Aldeia Araçá	117
2.3.2 Aldeia Tupã Nhe'é Kretã: entre montanhas e o planalto curitibano	120
2.4 Trançados, mobilidade e negociação: a comercialização de artesanato e a circulação kaingang na cidade de Curitiba	124
2.5 Entre caciques, chefes e lideranças: negociações na cidade	135
PARTE 2: HISTÓRIA E MEMÓRIA KAINGANG NO PLANALTO CURITIBANO	141
3. SERTÕES, FRONTEIRAS COLONIAIS E ZONAS DE CONTATO	142
3.1 A constituição das cidades coloniais e os indígenas	145
3.1.1 Curitiba, sua fundação e os indígenas	153
3.1.2 Os Kaingang como um grupo Tapuia	160
3.2 Entre chefes: o diálogo entre as chefias kaingang e administradores provinciais	171
3.2.1 A legislação imperial e os indígenas	175
3.2.2 Disputando o direito de negociar na cidade	184
3.2.3 Políticas de recepção e acolhimento: hospedagens e passagem ..	194
3.2.4 O interesse dos Kaingang pela cidade	198
4. AS CONQUISTAS NA CIDADE: IMAGENS DAS CHEFIAS KAINGANG EM DIÁLOGO EM CURITIBA	205
4.1 “Uma verdadeira babel administrativa”: os intelectuais e o SPI....	208
4.2 A “Sociedade Ethnographica e Protectora dos Indios”	222
4.3 O Museu Paranaense e os Zoológicos Humanos	227
4.3.1 As exposições de grupos vivos no Museu Paranaense	233
4.4 O Serviço de Proteção ao Índio: ruptura no diálogo e recepção de indígenas na cidade	247
4.4.1 Cidade interditada: as décadas de 1940 até 1970	253

5. MEMÓRIA E TERRITÓRIO KAINGANG NO PLANALTO CURITIBANO .	259
5.1 Territorialidade e registros históricos	261
5.2 Os deslocamentos de lideranças e as viagens para as cidades	267
5.3 Território, ambiente e política kaingang	277
5.4 Paisagem e memória Kaingang no primeiro planalto paranaense .	290
5.5 Trilhando caminhos, buscando vestígios e pegadas: o legado dos antigos na territorialização do planalto curitibano	297
CONSIDERAÇÕES FINAIS	304
REFERÊNCIAS.....	308
ANEXO 1.....	341

INTRODUÇÃO

A presença de populações indígenas nas cidades brasileiras não é recente. Trata-se de um fenômeno histórico que remete aos primórdios do contato entre indígenas e europeus, bem como ao estabelecimento dos primeiros núcleos colonizadores. Cidades fundadas ao longo do período colonial, muitas delas atualmente capitais estaduais, foram constituídas com a presença de muitos indígenas, desde sua fundação. De maneira direta ou indireta, os indígenas fundamentaram o surgimento dessas vilas, de diferentes maneiras, fosse através de alianças pontuais ou mesmo através da escravidão.

Nos primórdios da colonização portuguesa na *Terra Brasilis*, a relação indígenas/cidades era também uma imposição: a virtual fundação de cidades estava diretamente relacionada à capacidade do grupo não indígena de dispor de indígenas cativos ou associados ao projeto colonizador, que pudessem sustentá-lo. Não é difícil imaginar a dimensão e a relevância que coalizões estratégicas com indígenas representaram para colonizadores e conquistadores europeus. Os indígenas conheciam os caminhos, seus recursos e suas potencialidades, bem como a diversidade de grupos humanos e suas alianças e os conflitos existentes. Eram os principais agentes constituintes e constituídos pelos complexos processos de formação da paisagem ao longo da passagem do tempo. Nesse sentido, toda a colonização, a ocupação de espaços, a fundação e a manutenção das cidades dependiam completamente dos indígenas. Apesar disso, ainda hoje é comum que sua relevância na conformação e constituição desses espaços seja silenciada ou subestimada.

Se, em um primeiro momento, os núcleos coloniais eram totalmente dependentes do conhecimento e da presença indígena, sua proximidade do ambiente urbano passou a ser cada vez mais condicionada e regulada. A empreitada colonizadora, como um todo, era extremamente queixosa da inconstância dos índios, e isso também se relacionava à intensa mobilidade que detinham nos seus territórios, suas entradas e saídas de aldeamentos, vilas e cidades. Tal mobilidade seria tolerável se controlada e vigiada de acordo com os interesses e as regras propostas. Os aliados indígenas eram tolerados, em um sistema onde o projeto colonizador seria sustentado pela relação

instrutor/instruído. Trata-se de uma óbvia contradição, diante da extrema dependência do trabalho e do conhecimento indígena.

Com o passar do tempo, as vilas e cidades se tornaram ambientes cada vez mais restritivos para a livre circulação de indivíduos e grupos indígenas. A partir do final do século XVIII e ao longo de todo século XIX, intelectuais e administradores públicos se debruçaram sobre o desafio de constituir políticas definitivas para a desintegração das sociedades indígenas e de sua respectiva integração ao projeto colonizador. Suas experiências com as cidades coloniais, consideradas até então como rotineiras, usuais e indispensáveis, passaram a ser descritas como produto do fracasso das políticas voltadas a seu extermínio, incorporação ou transformação em não indígenas.

Com a passagem do Império para a República, o espaço do indígena na vida pública urbana se restringiu ainda mais. A institucionalização da associação entre a desintegração do território e a transformação do indígena em trabalhador nacional, apto para atuar nas grandes transformações e na interiorização do Estado, imprimiu de maneira violenta uma interdição às mobilidades indígenas, principalmente nas cidades. A partir da década de 1910 até década de 1980, a circulação de indígenas nas cidades brasileiras foi sempre encoberta pela sombra dos protocolos e Guias de Trânsito do Serviço de Proteção ao Índio e localização de trabalhadores nacionais (SPILT) ou do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgãos instados a oficialmente tutelar toda a diversidade e a complexidade da vida dos indígenas no Brasil.

Os pressupostos de interdição da cidade só começaram a ser transformados com os processos que posicionaram o indígena como uma figura de grande relevância do movimento social organizado a partir do final dos anos 1970 e ao longo da década de 1980. Tais projeções, inclusive midiáticas, possibilitaram a visualização do indígena em debate, talvez pela primeira vez na história das relações entre indígenas e não indígenas no Brasil. Nas cidades e nas capitais (sobretudo em Brasília-DF) indígenas e apoiadores se organizaram e promoveram diálogos e pressões que culminaram com a incorporação dos art. 231 e 232 na Constituição Brasileira. Entre outros aspectos, pela primeira vez,

de acordo com a letra da lei, a cidadania total e irrestrita lhes possibilitou o direito de ir e vir¹.

Com leis e garantias constitucionais transformadas em favor da cidadania, os indígenas detêm hoje no Brasil o pleno direito de acessar os espaços urbanos livremente, sem quaisquer constrangimentos, não lhes sendo vedados as obrigações e os deveres de outros moradores não indígenas dessas localidades. Contudo, as condições de acesso e permanência nas cidades seguem desiguais, cercadas de preconceito e invisibilidade. Estranhamento, desconfiança, desconforto são alguns termos que resumem a percepção e a imagem que o não indígena produz sobre os indígenas nas cidades.

Não se deve suprimir o fato de que o interesse crescente dos indígenas pelas cidades pode ser utilizado para negligenciar e atacar direitos constitucionais fundamentais, como a demarcação e regularização das Terras Indígenas, a proteção de seus recursos e a inviolabilidade de seus perímetros². O crescimento da presença de indígenas em espaços urbanos e a própria reflexão sobre o tema não podem ser empunhadas para a destituição desses direitos também fundamentais. A presença indígena na cidade é praticamente desconhecida do grande público no Brasil. Nas poucas vezes em que são considerados, aqueles que residem, ocupam temporariamente, negociam, reivindicam, dialogam ou usufruem de ferramentas, técnicas e bens industrializados nas cidades são tratados como elementos em fase de desintegração da indianidade ou meramente desclassificados como indígenas. Aos poucos, situações variadas passam a ser evidenciadas e analisadas por especialistas, sobretudo os antropólogos, que passam a tatear as muitas complexidades que envolvem essa temática. As cidades, que por muito tempo foram consideradas meras zonas de conforto para não indígenas, são reapresentadas como as zonas de contato entre indígenas e não indígenas, fortalecendo descrições que destacam o caráter heterogêneo dos espaços

¹ Expresso no Artigo 5º, inciso XV da Constituição de 1988: “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens”.

² O argumento vem se sobrepondo principalmente na esfera federal, cada vez mais associada a interesses historicamente antagônicos aos dos indígenas. Visualizam as TI como regiões preñes de potenciais recursos para exploração de novas áreas e a consequente instauração de entrepostos comerciais.

urbanos, porém, com a inclusão de novas agências e histórias até então desconsideradas.

Hoje, a presença das populações indígenas nas cidades é um fenômeno histórico, global e em franca ascensão em todos os continentes. De acordo com os dados da Un-Habitat, agência das Organizações das Nações Unidas (ONU)³, o movimento contemporâneo de ocupação de indígenas dos ambientes das cidades ocorre tanto a partir de migrações de indivíduos, famílias ou grupos locais inteiros para esses espaços ou a partir do próprio crescimento territorial de cidades ou fundação de novos núcleos urbanos, que alcança seus territórios tradicionais (UN-HABITAT 2009; 2010; 2011). Além disso, um número considerável de indígenas nasce e cresce nesses locais, sem nunca ter residido em áreas destinadas pelos Estados para essas populações.

No Brasil, da mesma maneira, a ocupação dos espaços urbanos por indígenas cresce muito rapidamente (IBGE 1991; 2000; 2010). Em todas as regiões denota-se a pressão de áreas urbanizadas sobre os territórios tradicionais de muitos povos indígenas, ampliando o contato e as rotinas com esses contextos a cada ano. Muitas das cidades detêm uma grande parte de sua população formada em sua maioria por essas populações. Nesses casos, a política (inclusive eleitoral), as rotinas e as conjunturas indígenas exercem grande influência sobre as cidades, o que eventualmente pode acirrar conflitos entre os interesses de indígenas e não indígenas. Apesar de certas administrações públicas de algumas capitais e cidades de médio e grande porte reconhecerem bairros indígenas e aldeias urbanas (Campo Grande/MS e Curitiba/PR, por exemplo), tais espaços tendem a apresentar situação fundiária frágil, se não crítica. Assim, apesar de relacionamentos menos tensos e conflituosos do que nas cidades mais próximas das Terras Indígenas, tornam-se evidentes certos estranhamentos por parte dos não indígenas. A incompatibilidade dos indígenas com as cidades é fundamental na imagem constituída pelos não indígenas sobre os espaços urbanos. Em linhas gerais, o

³ A agência Un-Habitat tem como propósito a promoção de abrigos, assentamentos e moradias social e ambientalmente sustentáveis. Foi fundada no ano de 1978 e é sediada em Nairóbi, capital do Quênia. Mais informações sobre a Un-Habitat em: <https://unhabitat.org/un-habitat-at-a-glance/>. Acesso em 25/02/19.

contato dos indígenas com essas localidades é considerado sintoma da degeneração cultural e/ou fracasso de políticas indigenistas.

Roberto Cardoso de Oliveira destacou que o cidadão (não indígena morador das cidades) relaciona a distância geográfica com pureza. Ou seja, quanto mais distante dos espaços urbanos mais “puro” o indígena, menos influenciado pelos não indígenas, e, por isso, mais autêntico, menos aculturado, mais indígena (CARDOSO DE OLIVEIRA 1972:67). Tempo e espaço se entrelaçam nessa abordagem para constituir uma geografia política: a cidade não é espaço para os indígenas, a não ser que deixem de ser indígenas. Perda cultural ou aculturação são temas constantes nas narrativas não indígenas e, muitas vezes, emergem como chamadas de reportagens sobre o tema na imprensa. As cidades são pontuadas como marcos geográficos que opõem a selvageria à civilização. Histórica ou contemporaneamente, em megalópoles ou em pequenas cidades do interior, entende-se o ambiente urbano como espaço de maior ou menor controle de nossa sociedade sobre natureza, através de regras e técnicas sofisticadas. As grandes obras arquitetônicas e a tecnologia são pensadas como o grande orgulho do ocidente e do capitalismo industrial e uma evidência irrefutável da própria superioridade. Qualquer variação do sistema regulador dos espaços dos indígenas e dos não indígenas é prontamente diagnosticada como sintoma da decadência do modelo indigenista proposto.

Os indígenas que residem nas cidades também experimentam a quase total ausência de políticas públicas distintivas. Como destaca a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP), após pesquisa sobre o tema, “no âmbito federal, não foram encontradas normas ou programas que tratem especificamente da garantia do direito à terra e moradia aos índios na cidade” (CPISP 2013:13). O reconhecimento e o direito indígena a ocupar legitimamente espaços urbanos passam na maior parte dos casos pela desconfiança do Estado e de alguns setores da imprensa, que tendem a enxergar os indígenas nesses contextos como oportunistas: se o lugar dos indígenas é no passado ou nas terras indígenas distantes, aqueles que se encontram nas salas dos administradores públicos, por exemplo, negociando uma área para viver ou um projeto a ser

desenvolvido só podem ser considerados uma fraude, “índigenes do social e exploradores do natural” (FERNANDES; PIOVEZANA 2015:1).

Desde os primórdios da fundamentação de políticas indigenistas, o contato e o relacionamento com povos indígenas pressupõem o deslocamento geográfico para essa zona de contato, no campo, no mundo rural, nas Terras Indígenas, longe dos centros urbanos. Além disso, pressupõem o controle exato do local de contato. Assim foi com as reduções jesuíticas coloniais, aldeamentos e colônias militares no Império e com as reservas e no período republicano sob o comando do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Todos esses espaços foram imaginados, inicialmente, como pontos avançados ou do cristianismo, ou da civilização, ou do progresso e desenvolvimento. Historicamente, o estabelecimento de boas relações, na perspectiva institucional, só se daria através da relação hierárquica instrutor/instruído, oscilando entre o ensinamento e a punição, não conforme com qualquer necessidade concreta de um aprendizado, mas, sim, com os objetivos específicos do projeto colonizador.

“Além de as áreas indígenas (independentemente da categoria jurídica) serem consideradas os locais ideais para a residência de indígenas, também foram constituídas como *zonas de contato*”. Mary Louise Pratt define esse conceito, no âmbito do colonialismo, do escravismo e demais sistemas de exploração de indivíduos e territórios, como “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação” (PRATT 1999:27). Trata-se de espaços dimensionados pelo Estado para o estabelecimento de relações entre indígenas e não indígenas, hierarquicamente estabelecidas, cujos agentes não detêm autonomia para execução dos recursos destinados.

O deslocamento de indígenas para os centros urbanos, próximos dos centros de poder e de interesses públicos e privados, é considerado perigoso. Ainda mais perigoso é o interesse dos indígenas por esses espaços. Efetivamente, a agência indígena inverte o pressuposto instituído pela lógica da zona de contato colocando em cena sua autonomia e protagonismo político em processos por vezes diplomáticos e por vezes extremamente conflituosos. Este é o ponto do embaraço e do desconforto não indígena.

A negociação indígena por políticas públicas para sua residência permanente nos espaços urbanos acentua esse desconforto. Como aponta César Gordon, em vez de tratar de um problema indígena, ou de algum tipo de perturbação na sociedade e na cultura indígena, tais tópicos tratam mais de “nossa incapacidade de nos colocarmos diante dos índios e sua história e, portanto, diante da relação dos índios com nossa produção e com nossa história, desde um outro ponto de vista” (GORDON 2006:38).

Os estudos sobre indígenas nas cidades

No Brasil, os estudos que tratam das relações de indígenas com as cidades começaram a ganhar corpo somente a partir de meados da década de 1960. Desde então, muita tinta foi gasta para tratar desse tema, sem, contudo, que a questão fosse esgotada ou que fosse definida uma “situação geral” para as distintas relações entre grupos indígenas e as cidades. Ao contrário, os muitos estudos apontaram para diferentes situações e especificidades relacionais. É costumeiro identificar Roberto Cardoso de Oliveira como introdutor da discussão. No final da década de 1950, seus estudos sobre os processos de transformação, assimilação à sociedade nacional e à urbanização dos indígenas fundamentaram suas críticas ao conceito de aculturação e lançaram as bases para as teorias de fricções interétnicas⁴. Inicia suas análises que focam indígenas em contextos urbanos no Brasil principalmente com a obra *O Índio e o Mundo dos Brancos: a Situação dos Tukúna do Alto Solimões* (1964) e, mais ainda, com *Urbanização e Tribalismo* (1968).

Na introdução de *O índio e o mundo dos brancos* (1964), Cardoso de Oliveira lança mão de uma crítica a esse conceito. Utiliza como referencial teórico os pressupostos africanistas de Balandier, que, por sua vez, buscava apreender a situação colonial como um sistema, uma totalidade, na tentativa de evitar recair sobre uma perspectiva unilateral que focasse exclusivamente a ótica

⁴ Entre as obras do autor que tratam dessas temáticas ou próximas: *O Processo de Assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro: Ed. Museu Nacional, Série Livros I, 1960; *O Índio no Mundo dos Brancos: a Situação dos Tukúna do Alto Solimões*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, Coleção Corpo e Alma do Brasil, 1964; *Urbanização e Tribalismo: a integração dos índios Terêna numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1968; *A Sociologia do Brasil Indígena*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1972.

colonizadora. Cardoso de Oliveira busca uma compreensão baseada no resultado das interações e relações entre a sociedade colonial e a sociedade colonizada. A ênfase não se encontra nas especificidades culturais, seja indígena ou colonizadora, mas no complexo de relações que caracterizam a situação colonial (BALANDIER 2014 [1951]). O cerne dos processos de mudança seria parte do sistema interétnico, onde grupos, etnias entravam em choque, em fricção. Buscavam-se com isso oposições, ou mesmo contradições, entre os sistemas societários que interagiam, que “passam a constituir subsistemas de um mais inclusivo que se pode chamar de sistema interétnico” (CARDOSO DE OLIVEIRA 1972:87). O esquema salienta que, tal qual o sistema indígena, deve-se compreender o papel da sociedade nacional nessa interação.

O autor considerava os processos de interação social como inerentes aos processos de fricção interétnica, que estariam subdivididos em três níveis: Econômico, Social e Político, onde se busca investigar a natureza das manifestações de poder de um grupo sobre o outro, como exemplo, “a manipulação da autoridade e poder pelos brancos (destacando as diferentes modalidades de uso da força) e a reação dos índios contra esse domínio (incluindo formas de acomodação indígena na estrutura de poder regional)” (*id. ibid.*:89-93).

Cardoso de Oliveira propunha novas ferramentas teóricas para a etnologia no Brasil, como a noção de conflito, situação colonial, colonialismo interno, bem como a proliferação de diferentes estudos de casos. Em *Urbanização e Tribalismo* (1968), o autor buscou compreender quais elementos permaneciam e quais se deterioravam no contato com a cidade, e, da mesma maneira, quais mecanismos socioculturais influenciavam o processo de assimilação dos Terena na região do atual estado de Mato Grosso do Sul, principalmente nas cidades de Campo Grande e Aquidauana. O campo de tais estudos eram as aldeias, suas proximidades, fazendas e as cidades e vilarejos próximos. O autor busca uma nova perspectiva das relações entre índios e não índios, propondo uma análise das relações aldeia-índio-cidade. Independentemente da modalidade desse relacionamento, seja sustentado numa mera passagem pela cidade em mudança para outra aldeia, seja em busca de trabalhos ocasionais, em busca de moradia permanente, ou mesmo, como o

autor destaca, “em menor número, por excursões recreativas e esportivas” (*id.*), as cidades fazem parte de um ambiente de experiências dos indígenas. Esse esforço etnográfico, até então inédito, levou em consideração um ambiente relacional formado por diversas modalidades de ocupação e migração dos Terêna para o meio urbano: Aldeia-Cidade; Aldeia-Fazenda-Cidade; Fazenda-Aldeia-Cidade; Fazenda-Cidade (*id. ibid.*:136). Em sua contribuição para a Teoria do Contato Interétnico demonstra a presença de valores urbanos nas mencionadas Reservas Indígenas, assim como a persistência de valores da aldeia entre os índios na cidade, evidenciando um circuito de informações e saberes entre reservas, aldeias e cidades.

Nesses apontamentos, tanto os indígenas aldeados como os moradores de cidades eram alvo de um processo de assimilação, com a diferença da graduação entre as duas situações. Suas reflexões sobre *presença* e *persistência* são bem posicionadas, servem como importantes balizas para dimensionar, em distintos casos, gradientes de relacionamento de grupos indígenas com espaços urbanos, além de vislumbrar que, independentemente da suposta *assimilação*, a *persistência* de valores da aldeia impede que o indígena esteja na cidade simplesmente experimentando e aceitando valores caros à *urbanidade*, como uma experiência individualista.

Outros autores que tratam da temática partem de diferentes enfoques e abordagens, sobre diferentes paradigmas e preocupações teóricas e enfoques de pesquisa⁵. A leitura dessas análises indica que os esquemas e estratégias estabelecidos para ocupar espaços urbanos derivam de experiências e contextos muito específicos. Como destaca Magnani, “cada pesquisa tem de inventar e justificar seus recortes na multifacetada paisagem das cidades contemporâneas” (2013b:2). Apesar de os pesquisadores terem ignorado por algum tempo o tema (pelo menos como um programa intensivo de estudo), hoje

⁵ Entre muitos outros pesquisadores, cabe referência a outras reflexões semelhantes realizadas especialmente em Penteado (1980); Romano (1982); Tommasino (1998); Andrello (2006); Melo (2009, 2011); Nunes (2010); Oliveira (2010); Albuquerque (2011); Andrade (2012); Comissão Pró-Índio (2013); Fortes (2014), entre outros. Destaca-se também a bibliografia mexicana sobre o tema: Arizpe (1975); Valencia (2000); Fox; Salgado (2004). Além disso, destaco a bibliografia estadunidense sobre grupos indígenas que vivem na cidade de Los Angeles-CA, como Bramstedt (1979a, B); Black Hawk (1995) e em outras cidades desse país, como Lobo (2001); Forbes (2001); Martinez; Sage; Ono (2016); Paula (2017).

existem elementos suficientes para iniciarmos a descrição de certos contornos gerais para a questão dos indígenas nas cidades brasileiras.

Podem-se pontuar singularidades desses relacionamentos, tratando-se ainda de um tema que demanda muitas análises futuras. Além das circunstâncias diversas nos contextos urbanos, grupos indígenas manifestam percepções e modalidades de relacionamentos particulares, sustentadas de acordo com esquemas cosmológicos, de parentesco, territorialidade, redes de mobilidade e sociabilidade. O tema é intrigante, uma vez que condensa grande parte dos desafios e dificuldades enfrentadas pelos diferentes povos indígenas no Brasil. De acordo com Cardoso de Oliveira, ainda no período de seu trabalho de campo, não havia “Terêna adulto que não tenha, de um modo ou de outro, alguma experiência relacionada com a vida urbana” (CARDOSO DE OLIVEIRA 1968:125).

De toda forma, como argumenta Eduardo Nunes (2010), considero a existência de um “Silêncio Antropológico”. Esse silêncio não se encontra nas ferramentas teórico-metodológicas da Antropologia, consideradas próprias para abordagem do tema, mas, sobretudo, no silêncio dos antropólogos, muitas vezes desinteressados nessa temática. A presença de indígenas em contextos urbanos nem de longe alcança, em termos proporcionais, a quantidade de estudos realizados nas Terras Indígenas brasileiras, diante da proporção de indígenas que residem em espaço urbano. No Brasil, segundo os últimos dados apresentados pelo IBGE no ano de 2010, essa proporção é de mais de 1/3 da população total indígena no país. Por outro lado, a gama de possibilidades que o tema alcança é tão grande quanto aquelas clássicas realizadas em extensos trabalhos de campo em ilhas do Pacífico, florestas tropicais ou subtropicais.

É preciso destacar os esforços teórico-metodológicos produzidos de maneira mais sistemática pelo Grupo de Etnologia Urbana (GEU) do Laboratório do Núcleo de Etnologia Urbana da Universidade de São Paulo. O grupo contribui a essa temática com interessantes reflexões entre a Antropologia Urbana e a Etnologia. Seu principal contexto de pesquisa vem sendo o relacionamento de grupos indígenas com cidades amazonenses. Porém, por todo o Brasil o contato de indígenas com espaços urbanos e seus moradores, indígenas e não

indígenas, se revela ainda pouco ou, em alguns casos, completamente inexplorado como objeto de estudo.

De fato, devido aos poucos programas sistemáticos de estudo existentes, essa população, sua história e suas rotinas permanecem quase completamente encobertas. Vizinhas dos antropólogos e demais pesquisadores em suas cidades de residências, permanecem como um grupo de menor alcance das pesquisas e, conseqüentemente, das políticas públicas distintivas para indígenas. A preocupação soma-se ao fato de a proporção de indígenas em contextos urbanos ser crescente, ao contrário da demarcação ou ampliação de áreas regularizadas como Terra Indígena.

Problemas da tese: princípios metodológicos e abordagens

Os problemas e princípios caros a esta tese partem de dois questionamentos, que surgiram quando eu cursava minha graduação em História na Universidade Tuiuti do Paraná, concluída no ano de 2009. Naquele momento detinha pouquíssimo ou quase nenhum contato com a bibliografia relacionada à história indígena ou etno-história e muito menos em relação a estudos sobre indígenas nas cidades brasileiras e as conseqüentes análises estabelecidas pela etnologia e antropologia urbana. Inicialmente identifiquei que a maior parte dos historiadores não se interessava pelo estudo dos indígenas, pelo menos, no ambiente de estudo em que me localizava. A opção por migrar para a Antropologia cumpriu, portanto, essa dupla expectativa: aprofundar os estudos sobre a população indígena, tanto do ponto de vista histórico como etnológico. As narrativas históricas que tratam da presença de indígenas em espaços urbanos seriam um elo frágil do compêndio desses estudos. Esse último aspecto trata tanto da História Indígena quanto dos estudos de etnologia que se debruçam sobre indígenas nas cidades.

Parecia-me claro que essa perspectiva de análise e os esforços de pesquisa decorrentes poderiam fornecer importantes questionamentos e possíveis considerações sobre os indígenas nessas localidades, histórica e contemporaneamente. Inicialmente pensei em me deslocar para outras cidades ou regiões do Brasil para realizar esse estudo, como Rio de Janeiro ou alguma

cidade na região Amazônica. Cheguei a imaginar um trabalho nas regiões de Manaus, Tefé, São Gabriel da Cachoeira. À medida que pesquisei sobre o tema identifiquei uma discussão bibliográfica extremamente relevante para essas localidades. No ano de 2008, identifiquei nos periódicos da cidade de Curitiba uma série de registros sobre a presença de indígenas na cidade. Nesse período tratavam principalmente das demandas de um grupo de indígenas que ocupava uma área na divisa de Curitiba com São José dos Pinhais e havia sido contemplado com o espaço de uma aldeia no bairro Campo do Santana – a aldeia Kakané Porã.

Uma pesquisa preliminar revelou que o tema poderia alcançar contextos maiores e muito mais profundos, tanto relacionados a registros históricos como a outros contextos onde se poderia identificar a presença de indígenas na cidade de Curitiba. Entre 2012 e 2014, realizei minha pesquisa de mestrado intitulada “Entre a Política Indígena e a Política Indigenista: um estudo sobre as relações políticas entre índios e não índios na Curitiba do século XIX” (FORTES 2014), que se preocupou em compreender um regime de relações políticas indígenas com as políticas indigenistas oficiais na capital da Província do Paraná. Inicialmente constatou-se que a imagem da presença de indígenas em Curitiba, principalmente a partir da instalação da província em 1853, foi ofuscada em grande parte das análises históricas por aquelas que salientavam o crescimento da presença e da influência de imigrantes europeus no período, caracterizando-se como um discurso praticamente hegemônico. Os trabalhos historiográficos que se voltaram ao período estiveram tão preocupados em dar ao momento um aspecto de ruptura, um “divisor de águas” fundador das características e de uma identidade contemporânea paranaense, que negligenciaram a amplitude dos confrontos que envolviam a ocupação dos territórios paranaenses, bem como as diversas formas de resistência que demonstraram grupos indígenas à pilhagem sistemática em seus territórios. Esse estudo demonstrou não somente como eram pensadas e agrupadas tais lideranças em meio a esse plantel de classificações, mas, também, como tais contatos podiam ser interpretados do ponto de vista da política kaingang em operação no século XIX⁶.

⁶ Tais relações foram pesquisadas na documentação disponível no Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP-PR) sobre a presença indígena na cidade, disposta em ampla maioria

O presente estudo busca analisar a presença, moradia e diferentes graus de contato de grupos indígenas, notadamente os Kaingang, na cidade de Curitiba-PR. Destaca a profundidade histórica e contemporânea desse relacionamento a partir das formas e modalidades de contato distintas – moradia, passagem, territorialidade, comércio de artesanato, demandas, reivindicações, manifestações e negociações políticas com autoridades, instituições e administradores públicos.

Os Kaingang formam uma população aproximada de 44.000 indivíduos, falantes originalmente da língua kaingang, da família Jê e do tronco linguístico Macro-Jê. Ao lado dos La klãnõ (Xokleng) formam o subgrupo chamado Jê Meridional, ou Jê do Sul. Ocupam predominantemente regiões de planalto e cabeceiras de rios, distribuindo-se entre regiões de cidades, fazendas e cerca de 44 terras indígenas regularizadas ou em processo de regularização fundiária, e outras 11 sem nenhuma providência. De acordo com Paulo Roberto Homem de Góes, “a soma de todas as Terras Indígenas Kaingang demarcadas equivale a uma área de duzentos e doze mil (212.000) hectares, muitas dessas são compartilhadas com grupos Guarani (majoritariamente Mbya e Ñandeva)” (GÓES 2018:78).

Este estudo é ambientado em um duplo eixo teórico-metodológico: histórico e etnográfico. O primeiro é amparado por um amplo acervo documental que considero insuficientemente explorado, passível de ser analisado diante do intenso contato histórico/contemporâneo de indígenas e a cidade de Curitiba, nos diversos períodos da história (colônia, império, república e contemporaneidade).

A análise proposta não se compromete a desemaranhar os caminhos próprios dos documentos e de seus produtores, mas, acima de tudo, apresentar rupturas, permanências e transformações no relacionamento dos Kaingang com instituições, administradores e cidadãos em Curitiba. Além disso, a análise dos documentos foi muito motivada pelos interlocutores indígenas com os quais tive contato ao longo dos anos. Algumas histórias e memórias, de fato, alcançam os

nas Correspondências de Governo e em menor parte nos Códices Avulsos disponíveis para o período provincial no Paraná. O trabalho consistiu na análise de tais fontes, até então insuficientemente exploradas, seja individualmente ou como corpo documental. Mesmo assim, serão necessárias novas incursões na documentação, muitas vezes de difícil leitura e com lacunas entre os registros.

registros e as figuras dos acervos históricos. A interlocução com indígenas que residem na cidade e na região metropolitana possibilitou a ampliação de horizontes de análise. Cheguei aos documentos através de suas narrativas. Foi a partir de suas descrições que identifiquei os elementos-chave para poder pesquisar nos arquivos, nem sempre organizados e com buscas remotas disponibilizadas para o público em geral. Identifiquei não só os contextos narrados, mas até mesmo os próprios familiares e antepassados.

A análise histórico-diacrônica de fontes associada à crítica etnográfica permite apresentar a pluralidade de formas que os indígenas assumem (PACHECO DE OLIVEIRA 2012a:17) no contato com as cidades. Nesse caso, especificamente, os contatos estabelecidos entre os Kaingang e os não indígenas em Curitiba, entre meados do século XIX e os dias de hoje. Mais do que tratar somente de garantias territoriais, tais viagens e contatos com representantes da administração pública municipal, estadual (provincial) e federal possibilitam a manutenção e a renovação de esquemas centrais da política praticada por lideranças kaingang.

A situação e essa forma de contato certamente não se resumem a Curitiba. Os Kaingang também estabeleceram padrões de contato muito semelhantes, por exemplo, na cidade de Porto Alegre-RS. Porém, a proposta e o modelo investigativo podem ser incorporados em análises que tratem da aproximação e do afastamento de outros grupos indígenas de municípios e núcleos urbanos em diversas regiões do Brasil. Os contrastes e as clivagens visualizados com a proliferação de tais análises certamente trariam maior profundidade ao estudo das relações históricas e contemporâneas entre indígenas e não indígenas, especialmente nas regiões urbanizadas.

Se os estudos sobre indígenas na cidade acabam de ganhar fôlego no Brasil, trazendo à tona importantes debates e temas até então negligenciados, é importante destacar que “via de regra, é muito secundária e limitada a função desempenhada pela investigação histórica em estudos etnológicos” (PACHECO DE OLIVEIRA 2012a:17). Portanto, análises que tratem do contato histórico entre indígenas e não indígenas nos próprios núcleos urbanos representam um elo frágil, tanto da história indígena quanto dos estudos sobre as relações de contato entre indígenas e não indígenas.

Até hoje, os estudos que tratam da história dos grupos indígenas nas cidades se referem ao período de fundação dessas localidades, o que muito facilmente leva à proliferação de lendas e “narrativas inaugurais” a respeito da predominância colonizadora sobre o indígena. Nesse último caso, o indígena assume uma figura anedótica, sem protagonismo ou agência: assume passivamente seu papel de matéria bruta a ser moldada, cede seu território ao estrangeiro reconhecendo sua superioridade em todos os aspectos. Em Curitiba as menções popularizadas aos grupos indígenas que residiam na região, previamente a sua fundação no século XVII, está envolta em grande parte em uma lenda sobre a ocupação da região pelos indígenas Tinguí, liderados pelo cacique Tindiquera. A história, que não possui nenhuma correlação factual, muito menos qualquer tipo de fonte que corrobore sua veracidade, discorre sobre a passividade dos indígenas ao receberem os conquistadores e colonizadores no planalto curitibano. Além disso, cederam e facilitaram a instalação dos não indígenas, informando o melhor local para tanto. Apesar de não se sustentar nem a uma análise preliminar, a historieta foi republicada por diversas vezes. Segundo Romário Martins, na sua obra História do Paraná, os Tinguí:

Dominavam, no século do descobrimento do sertão, Campos de Curitiba, partir da encosta ocidental da Serra do Mar (São José dos Pinhais, Piraquara, Campo Largo, Araucária, Tamandaré, Colombo, Campina Grande e Rio Branco). Os Tinguí (“Tin” “gui”, nariz afinado) não hostilizavam os aventureiros pesquisadores e exploradores de ouro que se estabeleceram com arraiais no Atuba e na chapada do Cubatão, inícios da formação de Curitiba. Deixaram-se ficar pelas imediações desses primeiros núcleos de população branca e foram serviçais nas explorações auríferas, dos sítios de criação de gado, etc. Seus mestiços ainda constituem parte da população de vários dos municípios acima citados e se ufanam de sua ascendência. Não vai longe o tempo em que o caboclo de Araucária e de Tamandaré avisava o contedor de suas rixas: “Cuidado que eu sou Tinguí!”

Não consideramos aqui tal história como relevante o suficiente para uma análise. Porém, deve-se destacar que tais construtos narrativos escondem importantes processos históricos, relacionados à total e irrestrita dependência que os colonizadores detinham da paciência e tolerância indígena, bem como os processos de negociação política e as intensas disputas travadas entre as unidades envolvidas em tais situações históricas. As narrativas de surgimento das cidades coloniais se tornaram, elas mesmas, as narrativas da exclusão dos indígenas. O silêncio adotado é absoluto, nada se fala, como se nada se pudesse

saber. Períodos inteiros são suprimidos porque quase tudo que se pode saber sobre eles está ligado diretamente ao profundo relacionamento com diversos povos indígenas. Em Curitiba, além da exclusão da história, os indígenas emergem em sua história somente em meio a lendas, que sustentam sua passividade. São personagens que se submetem e reconhecem a superioridade natural dos não indígenas, abrindo mão de seu território para a fundação da cidade.

Ao longo das décadas e séculos, os parágrafos que tratam dessa trama são repetidos à exaustão como se o conhecimento sobre as relações entre indígenas e não indígenas fosse inalcançável. As fontes, por sua vez, gritam, e cada dia descobre-se mais e mais o grande acervo documental, produzido pelos administradores e agentes coloniais ou nacionais, “maior em quantidade e qualidade e muito menos perdido do que era de praxe considerar” (SAEZ 2004:40).

Nesse estudo é preciso estar atento em como os Kaingang são posicionados nas fontes históricas no cenário da guerra de conquista (SOUZA LIMA 1995) no século XVIII e início do século XIX como ferrenhos inimigos do reino português (MOTA 1994) e como ao longo dos séculos XIX e XX transformam esse debate com sua atuação política, em grande parte na cidade de Curitiba (FORTES 2014). Na cidade de Curitiba, estado do Paraná, desde meados do século XIX iniciou-se um debate em torno da utilidade do contato com grupos indígenas nos espaços urbanos. A discussão foi levada a cabo por autoridades e funcionários do Império, da província do Paraná e da administração municipal. Os argumentos giravam em torno dos questionamentos quanto ao acesso e à presença de indígenas, principalmente na capital da província Curitiba. Os questionamentos eram carregados de grande apreensão, uma vez que aqueles que mais se aproximavam da capital eram justamente os Coroados, como eram chamados no período os Kaingang. Fundamentava-se tal temor com base em uma preposição fundamental: os Coroados⁷ eram perigosos, tanto porque promoviam *correrias* (ataques) como por não estarem dispostos a se submeter ao poder provincial.

⁷ Como eram chamados os Kaingang pelos não indígenas de maneira geral até o início do século XX.

Diante da persistência e constância das viagens de chefias kaingang para essa cidade, os administradores passaram a regulamentar o acesso de indígenas à área urbana do município. Isso indicava a urgência na adequação de tais situações a condições de *passagem*, ou seja, instrumentos legais e administrativos que garantissem a não permanência definitiva dos indígenas na cidade. A isso se deve o protagonismo dos indígenas em superar as muitas barreiras que lhes são impostas.

Para o esforço colonizador, as condições necessárias estavam justamente relacionadas à utilidade desse contato na capital do Paraná, de onde seriam provenientes tais grupos e quais as exigências e condições observadas pelos indígenas para tal relação no espaço urbano. Atualmente, a residência de indígenas nas cidades também é sempre associada à ausência de políticas públicas adequadas nas áreas reservadas a eles. De fato, quando existentes, tais políticas estão voltadas para a sua *passagem* pela cidade. A migração para esses espaços, assim como o contato com bens materiais correlatos ao capitalismo industrial, tornou-se uma importante imagem da tragédia relacionada à interiorização indiscriminada do desenvolvimento.

Os elementos etnográficos desta tese são baseados no diálogo com dezenas de interlocutores indígenas nos últimos cinco anos, que relataram ter experimentado processos de rejeição e invisibilidade na cidade de Curitiba. Também relataram conquistas individuais e coletivas na cidade, de acordo com trajetórias e experiências pessoais e familiares distintas. Todavia eles me apresentaram certos contornos semelhantes que podem ser esquematizados em categorias de análise, de acordo com a profundidade e a complexidade de sua experiência com esse espaço urbano/território⁸.

Esse trabalho de campo foi realizado na mesma cidade em que resido. Em Curitiba dialoguei com indígenas da aldeia Kakané Porã no bairro Campo do Santana, estudantes indígenas da UFPR e vendedores de artesanato que permanecem temporariamente na cidade de Curitiba. Também estabeleci um amplo contato com moradores kaingang e guarani da aldeia Tupã Nhe'é Kretã,

⁸ Foram necessários diversos instrumentos de diálogo com as lideranças e moradores, formais e informais, baseados na aproximação e que privilegiaram a multiplicação dos registros e das perspectivas. Mais tarde, selecionei interlocutores que pudessem contribuir com a densidade dos argumentos relacionados à trajetória e à história da presença indígena na cidade, principalmente Kaingang, que qualifiquei não só como a mais expressiva, mas também como a mais numerosa.

na região metropolitana (municípios de São José dos Pinhais-PR e Morretes-PR). Realizei diálogos que favoreceram o estudo dos Kaingang nas cidades em 2015 na Terra Indígena Mangueirinha (municípios de Chopinzinho-PR, Mangueirinha-PR e Coronel Vivida-PR) e em 2017 no município de Manoel Ribas. Alguns dos contatos eu estabeleci ainda no tempo em que estava iniciando minha pesquisa de mestrado, que, apesar de ser completamente ambientada na análise de fontes históricas, foi realizada com relativo contato com interlocutores indígenas que residiam na cidade de Curitiba (FORTES 2014).

Devido à sobreposição geográfica entre a residência do pesquisador e a residência da maior parte dos interlocutores, senti ao longo dos anos, e ainda sinto, mesmo no momento em que escrevo estas linhas, uma posição ambígua. Essa ambiguidade do trabalho de campo na pesquisa antropológica na própria cidade trata tanto da disponibilidade para pesquisa quanto para atender interesses e acordos realizados no âmbito das negociações dessa pesquisa. Por um lado, uma posição privilegiada para receber informações e dados atualizados sobre as questões que irei tratar mais à frente, tanto de interlocutores indígenas como não indígenas. Também é impossível deixar de reconhecer uma grande dificuldade com essa mesma proximidade: os interlocutores e indígenas responsáveis pelos principais dados e informações são meus vizinhos, colegas e muitos deles se tornaram amigos, o que torna certas estratégias e informações passíveis de serem negociadas.

Apesar de sua vestimenta metodológica institucional, o trabalho de campo precisou, em todos os seus momentos, operar e agenciar diálogos descerimoniosos, que se demonstram, “para este método, sumamente importantes, uma vez que permitem maior espontaneidade na manifestação de múltiplos pontos de vista” (OLIVEIRA FILHO; MURA; SILVA 2015), que deve ser sempre o principal objetivo de uma análise antropológica. Ou seja, apesar de “semiestrutar” algumas entrevistas, principalmente com agentes públicos não indígenas, a maior parte das vezes, mesmo nesses casos, optei por diálogos espontâneos.

Os diálogos informais foram o principal método utilizado para coleta de dados, com todos os interlocutores, que serão identificados adequadamente ao

longo do texto. Foram eles caciques, lideranças internas e externas às aldeias e Terras Indígenas, profissionais indígenas (professores, motoristas, agentes de saúde e agentes indígenas de saneamento), moradores das aldeias Kakané Porã e Tupã Nhe'é Kretã, e alguns das Terras Indígenas Ivaí e Mangueirinha, além dos indígenas que permanecem temporariamente na cidade para venda de artesanato ou articulações políticas. Em todos os momentos de coleta de dados foram vitais as participações livres e efetivas dos coletivos e interlocutores indígenas e não indígenas envolvidos, não apenas porque figuram como sujeitos de direitos no âmbito dos trabalhos acadêmicos, mas principalmente porque foram e ainda são coparticipantes de todo o processo de construção do conhecimento que sintetizo aqui (OLIVEIRA FILHO; MURA; SILVA 2015:22).

Percorri com os indígenas locais considerados significativos aos estudos e temáticas abordadas, de acordo com suas escolhas. A participação indígena foi fundamental, pois determinou a condução do próprio levantamento de dados a partir de seus critérios de prioridades. Realizei essa abordagem com moradores da aldeia Tupã Nhe'é Kretã e com grupos kaingang que vendem artesanato na cidade, bem como grupos de lideranças que negociam e exigem políticas públicas na cidade de Curitiba. Entre eles destaco Márcio André Kokój dos Santos, Romancil Gentil Kretã, Belarmina Luís Paraná, Florêncio Rekayg Fernandes, Gaudino, Nei da Silva, Nyg Kuitá, Rivelino Verá Popygua e Andréia Takua, entre outros.

Estive, muitas vezes, envolvido em suas demandas, tomando parte em suas ações, o que me permitiu observar internamente processos de tomada de decisão. Muitos desses contatos foram realizados na própria Universidade Federal do Paraná, em torno de debates, seminários e encontros organizados pelo próprio Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

Também forneceram dados para essa tese muitos não indígenas, tanto formadores e executores de políticas públicas e indigenistas, municipais, estaduais e federais, como professores, parceiros e apoiadores das demandas indígenas na cidade de Curitiba. Estabeleci diálogo com dezenas de curitibanos e moradores de cidades da região metropolitana, tanto daqueles que residem ou mantêm comércio nas proximidades de aldeias ou residências de indígenas, pontos de venda de artesanato, como pessoas que transitam diariamente por

locais que os indígenas ocupam na cidade. Também estabeleci diálogo com não indígenas que chamarei de apoiadores dos indígenas na cidade, que oferecem locais de pouso para os indígenas em suas estadias na cidade, realizam mutirões e/ou campanhas em favor de algum direito indígena. Não foram realizadas entrevistas estruturadas, a partir de questionários, porém, algumas delas foram semiestruturadas, com eixos predeterminados, principalmente em instituições públicas como a Assessoria de Direitos Humanos da prefeitura de Curitiba e com agentes da Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS) e FUNAI (Coordenação Técnica Local [CTL] Curitiba).

Esta tese trata também de uma constelação de estereótipos sobre os indígenas, que encontra na cidade seu principal centro de promoção e desenvolvimento, por ser uma região em suposto isolamento dos indígenas em relação aos não indígenas. Esses estereótipos, usualmente impressões solidificadas utilizadas para simplificar o que não se conhece e se reconhece como complexo, trazem névoas para todo o debate sobre os indígenas, seja político ou acadêmico.

O contato com indígenas nas cidades pode até dissolver algumas dessas impressões, entretanto, o não indígena precisa, como uma condição inicial para tanto, estar suficientemente aberto, sobretudo, para que possa dissolver imagens historicamente constituídas sobre a figura do indígena. Eu mesmo mantive muito desses estereótipos ao longo da minha infância e juventude, alguns deles ainda em minha graduação em história.

Na maior parte dos casos, como observei ao longo dos quatro anos dessa pesquisa na cidade de Curitiba e região metropolitana, a tendência é que um contato inicial seja tratado como uma descontextualização, seguida do estranhamento e do fortalecimento de constatações relacionadas à desagregação e ao empobrecimento cultural/econômico das sociedades indígenas. Os indígenas observados se tornam o resumo da própria condição indígena e sua imagem é manipulada para denotar a ausência de singularidades ou a necessidade de políticas integracionistas mais veementes.

Ao lado do estereótipo, esse estudo trata do silêncio. Este último levado a cabo tanto por administradores públicos quanto por pesquisadores, que, mesmo diante das evidências demográficas irrefutáveis do crescimento e

estabilidade de uma grande população indígena residente e/ou de passagem pelas áreas urbanas, não dão a devida atenção à situação.

A referência mais comum para a presença e moradia de indígenas nas cidades é a da degeneração, física e cultural, associando-se o indígena à concepção de um indivíduo miserável, aculturado, perdido entre os arranha-céus, ruas movimentadas e uma potencial vítima dos dramas urbanos, como os altos índices de violência e a pobreza. Como uma criança incapaz, a circulação dos indígenas pela cidade é vista como causada por uma interferência externa em seus modos de vida, além de causar outra interferência nos modos de vida dos cidadãos. O crescimento da presença e da visibilidade de grupos de Kaingang na cidade fez muitos cidadãos considerarem que os indígenas “invadiam a cidade” de tempos em tempos, principalmente aqueles que vendem artesanato nas ruas.

A ideia da invasão deixa claro o que se está se manifestando: a cidade não é lugar para indígenas. Os motivos para essa percepção são muitos e extremamente variados, mas engendram o mesmo mecanismo fundamentador de estereótipos. Oposições entre o mundo rural e o urbano, entre o campo e a cidade, a floresta e o ambiente industrializado confinam os indígenas nas áreas institucionalizadas para sua residência, desconfiando da presença indígena em outros espaços e negando a territorialidade indígena nos locais onde se encontram as atuais cidades. Porém, todas as cidades e áreas urbanas no Brasil terem sido fundadas em territórios indígenas, e na maior parte das vezes, com intensa participação e presença desses em suas constituições.

Capítulos

Esta tese foi dividida em duas partes, em face da diferença existente na apresentação e consequente análise dos dados. A **Parte 1: Cenário, os indígenas e as cidades**, é dividida em dois capítulos. Apresenta debates teórico metodológicos sobre a presença dos indígenas nas cidades no Brasil e em outras localidades, além de introduzir o leitor ao “cenário” analisado, sobre a presença histórica e contemporânea dos Kaingang e outros povos indígenas na cidade de Curitiba.

No **Capítulo 1, O lamento e o desconforto dos brancos: discussões sobre a presença indígena nas cidades** apresenta as condições gerais em que os indígenas residem, migram, permanecem temporariamente ou realizam transações diversas nesses contextos. De certa forma ele já apresenta alguns elementos significativos desta tese, como dimensão, profundidade histórica e complexidade existente na relação indígenas/cidades. Por isso, desde logo introduz um importante debate dessa análise relacional, que é a maneira como eles são percebidos pelos não indígenas nos espaços urbanos. As reflexões de PACHECO DE OLIVEIRA (1968), LOBO (2001), FORBES (2001), NUNES (2010), MELO (2011) e MARTINEZ; SAGE; ONO (2016) são utilizadas para alertar sobre o pouco espaço que a temática ainda detém entre antropólogos, bem como a necessidade de se produzir um maior volume de estudos relacionados. Apresenta as dificuldades e os debates que podem ser identificados sobre esse tema, no intuito de torná-lo um campo de amplos estudos na área, constituído de suficiente agenda programática e intensiva de estudos, que exponha a variedade de conflitos e questões relativas a regiões urbanizadas e grupos indígenas distintos⁹.

A associação de algumas entrevistas a tais discussões sobre presença de indígenas na cidade, bem como sobre a própria ideia de “cidade” e “urbano” (AGIER 2009; VELHO 2013), possibilita um debate que delimita de que maneira o não indígena compreende a presença dos indígenas nesses espaços.

O **Capítulo 2, “Lugar para morar, negociar e fazer política”: panorama da presença e permanência indígena em Curitiba** apresenta as condições gerais com as quais indígenas, principalmente os Kaingang, permanecem temporária ou definitivamente na cidade, ou negociam bens, técnicas e sentidos nesses espaços. Inicialmente apresento um panorama demográfico para a presença de indígenas nas cidades, em diversos contextos, do internacional, através de dados disponibilizados pela Un-Habitat (2009; 2010; 2011), até o local, da cidade de Curitiba, com os dados disponibilizados pelo recenseamento

⁹ Autores como Sahlins (1997; 2007), Lobo (2001), Forbes (2001), Nunes (2010), Melo (2011), Martinez; Sage; Ono (2016), assim como os africanistas Meyer Fortes (1938), Watson (1958), Gluckman (1958; 1960; 1986 [1958]), Mitchell (1956), Epstein (1958), fornecem importantes ferramentas para compreender como os espaços são constituídos no âmbito colonial para isolar e/ou controlar o acesso dos indígenas aos espaços urbanos.

do IBGE (1991; 2000; 2010). Identifico tais publicações como importantes *turning points* dos estudos sobre a população indígena residente de áreas urbanas no Brasil., principalmente a publicação dos dados específicos relacionados à população indígena no país (IBGE 2012).

Apresento a presença indígena na cidade de Curitiba, com destaque para a população kaingang, diferenciando o acesso à cidade em duas circunstâncias, a moradia e a negociação. Apesar de a residência na cidade não excluir a negociação, e vice-versa, apresento os padrões de relacionamento que os indígenas podem apresentar diante de instituições públicas e privadas, seus agentes, os espaços e suas rotinas na cidade. Além das publicações do IBGE, relacionadas à população indígena no Brasil, região Sul, Paraná e Curitiba, esta seção foi constituída a partir da interlocução com diversos moradores Kaingang na região, principalmente Belarmina Luís Paraná, Florêncio Rekayg Fernandes, Márcio André Kokój dos Santos, Romancil Gentil Kretã.

A **Parte 2: História e memória kaingang no planalto curitibano** trata diretamente da dimensão histórica e contemporânea entre os Kaingang, a cidade de Curitiba e a região do planalto curitibano de uma maneira mais geral. Esta parte, dividida porem três (3) capítulos trás gama muito grande de dados, fontes e informações históricas, aliadas a registros e diálogos realizados com os indígenas ao longo da elaboração dessa tese. Traz à tona, novamente, a importância da história indígena para a compreensão da diversidade de relações existentes atualmente entre indígenas e não indígenas no Brasil, mas também, da própria formação das cidades e suas relações com os territórios indígenas.

O **Capítulo 3, Sertões, fronteiras coloniais e zonas de contato**, busca a imersão na dimensão histórica das dinâmicas coloniais e provincianas estabelecidas entre indígenas e não indígenas no território da cidade de Curitiba. Sua apresentação em um modelo de longa duração não tem a intenção de esgotar a temática das relações entre indígenas e não indígenas nessa localidade. Os registros e as análises apresentadas buscam dimensionar como, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, o acesso dos indígenas à cidade de Curitiba foi sendo cada vez mais interdito. Apresenta o contraste entre os períodos e a transformação dos interesses colonizadores quanto à proximidade dos indígenas das cidades. Autores como MOTA (1994), MONTEIRO (1994;

2001), PRATT (1993; 1999), CARNEIRO DA CUNHA (1992; 2009; 2012) e DURAT (2019), entre outros, auxiliam no esforço de apresentar um amplo e complexo cenário de interações entre os indígenas e não indígenas no período colonial.

Grande parte dos documentos e fontes coloniais apresentadas nesse capítulo foi encontrada nas obras “Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo: Ofícios dos Senhores Governadores Interinos da Capitania de São Paulo”. Nos diversos volumes pesquisados, podem ser encontrados vários registros que apresentam importantes informações sobre os indígenas na cidade de Curitiba e outras localidades no período, tais como ofícios entre autoridades coloniais, listas de moradores, entre muitos outros. Tais registros históricos apontam a cidade de Curitiba como o principal ponto de deslocamento e fornecimento dos recursos materiais e humanos, utilizados ao longo do contato com os Kaingang nos campos de Guarapuava, na segunda metade do século XVIII. Algumas décadas mais tarde, a cidade já passaria a receber chefias kaingang, que se dirigiram de maneira autônoma para essa cidade com o intuito de negociar diretamente com os comandos da política indigenista que germinava no século XIX. Os documentos que tratam da presença de chefias e grupos kaingang em Curitiba no período provincial foram pesquisados no Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP-PR). Entre eles, encontram-se Códices Avulsos e Correspondências de Governo.

O **Capítulo 4, As conquistas na cidade: imagens das chefias kaingang em diálogo em Curitiba**, incorpora aspectos relacionados à negociação estabelecida entre chefias kaingang e autoridades não indígenas nos séculos XIX e XX na cidade de Curitiba. O capítulo trata também dos modelos de recepção adotados desde esse período: quartel da polícia, pensões, hospedagens particulares direcionadas à recepção de imigrantes, hotéis e o próprio Museu Paranaense. Desde a primeira república até a instalação da Inspetoria do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) na cidade de Curitiba, foram tratados como legítimos interlocutores de suas próprias questões, principalmente a regularização fundiária que era nesses tempos relegada ao próprio Governo do Estado. Esse espaço havia sido conquistado desde a segunda metade do século XIX. A

ascensão do SPILT e posteriormente do SPI, como veremos, irá derrubar essa construção em prol do estrangulamento da mobilidade indígena aplicada por esses órgãos.

A base de análise dos capítulos foi constituída a partir de pesquisas realizadas no acervo do Museu Paranaense, junto à equipe do Museu, no local foram identificados alguns documentos, como o estatuto da Sociedade Ethnographica Protectora dos Indios no Paraná. Paralelamente realizei uma pesquisa entre os meses de 09/2019 e 11/2019 na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional. Trata-se de um importante portal com um volume gigantesco de periódicos, revistas brasileiras, entre outros, disponíveis para acesso remoto¹⁰. Nesse espaço levantei um pouco mais de uma centena de registros sobre os Kaingang na cidade de Curitiba entre os anos de 1890 e 1930, disponíveis no Anexo 1.

O Capítulo 5, Considerações Finais: memória e território kaingang no planalto curitibano, incorpora tanto elementos históricos quanto etnográficos. Demonstra que os Kaingang ao ocupar espaços urbanos nos dias de hoje, como a cidade de Curitiba, estão territorializando e pacificando relações conflituosas com os não indígenas, como sempre o fizeram, pelo menos desde meados do século XIX. Se os não indígenas desde sempre urgiram em definir os espaços para atuação política e contato entre indígenas e não indígenas, em Curitiba, os Kaingang delinearam sua atuação na cidade de acordo com suas necessidades. Estas eram muitas vezes opostas e independentes do alcance das políticas públicas gerais e indigenistas. Essas considerações reúnem os registros históricos apresentados anteriormente às memórias de indígenas que se encontram na região do planalto curitibano. Muitas das viagens para a cidade, com ou sem retorno para a Terra Indígena, são realizadas com base em histórias anteriores, antepassados que já realizaram esse trajeto, cujas narrativas suportam muitas das atuais “andanças”. A análise entrelaça importantes análises sobre registros arqueológicos dos povos Jê Meridionais, como BORBA (1908), NOELLI (2004), PARELLADA (2005), ARAÚJO (2007), NOELLI; SOUZA (2017) CORTELLETI; DEBLASIS (2018), às fontes anteriormente destacadas, junto à percepção de importantes interlocutores dessa tese, como os Kaingang

¹⁰ Podem-se realizar as buscas por palavras-chave ou por período, edição e local de publicação.

Romancil Gentil Kretã, Márcio Kokój e Florêncio Rekayg Fernandes, e até mesmo as memórias da antropóloga Cecília Maria Vieira Helm.

O caminho kaingang para o planalto curitibano é construído a partir das histórias, alcançadas na memória. Caminhar e viajar, imprimindo marcas no chão ou não, também é reproduzir no mundo as passagens e os sentidos das histórias daqueles que realizaram tais viagens anteriormente. A circulação das histórias desses antepassados, relacionadas aos caminhos e trajetos a serem percorridos, ou seja, suas *pegadas* (LEGAT 2008) revelam como as histórias e as memórias conferem a legitimidade do caminho para o planalto curitibano e a necessidade de percorrê-lo na perspectiva kaingang.

PARTE 1: O CENÁRIO, OS INDÍGENAS E AS CIDADES

1. O LAMENTO E O DESCONFORTO DOS BRANCOS: DISCUSSÕES SOBRE A PRESENÇA INDÍGENA NAS CIDADES

As relações dos povos indígenas com as cidades são históricas e se aprofundam cada dia mais. No Brasil, o tema já vem sendo tratado desde os anos 1960, inicialmente por Roberto Cardoso de Oliveira (1968). Essa abordagem temática cresceu de maneira expressiva após as publicações do Censo 2000 e 2010, cujos dados apresentaram um crescimento expressivo da população indígena residente no Brasil em todos os seus aspectos, com destaque para a residência em área urbana. O refinamento na coleta, tratamento e divulgação das informações possibilitou, pela primeira vez, que a proporção da população indígena residente em áreas urbanas brasileiras fosse adequadamente vislumbrada – o suficiente para servir como base para uma análise crítica da demografia contemporânea dos povos indígenas no Brasil.

É necessário abandonar qualquer tipo de argumento sustado na ideia de que indígenas que residem em cidades ou têm amplo contato com contextos e áreas urbanas são simplesmente desaldeados e desterritorializados, urbanizados, aculturados, desprovidos de qualquer senso de coletividade, redes de sociabilidade, noção de territorialidade. De fato, alguns desses termos são utilizados pelos próprios indígenas residentes de Terras Indígenas (TI), envolvidos em disputas políticas e/ou territoriais, entre grupos e famílias indígenas rivais. Por outro lado, tais concepções também são utilizadas por não indígenas para deslegitimar a presença destes nas cidades, questionando a identidade nesses contextos. De toda forma, invalidar a presença desses grupos nas cidades é, no mínimo, desconhecer ou desconsiderar todo o processo de contato e complexidade das relações historicamente estabelecidas por diversos grupos humanos, indígenas e não indígenas.

Entre as acusações mais presentes (e persistentes ao longo do tempo) destaco a perda cultural e/ou a aculturação e, no limite, acusações de que aquele que se autointitula indígena, longe das Terras Indígenas ou de florestas intocadas, não passa de uma fraude, um embuste, partícipe de esquema sórdido de usurpação de supostos benefícios estatais garantidos unicamente pelo fato de se declarar indígena. De outro lado estão aqueles (e não são poucos) que consideram o indivíduo indígena presente nas cidades sempre (e quase

exclusivamente) como uma vítima do sistema mundial e do capitalismo – a cidade é espaço da desintegração do ser indígena por excelência.

Em ambos os casos, a voz e a percepção dos indígenas que estão nesses espaços estão anuladas, suas trajetórias e antecedentes históricos, usualmente desconsiderados. Ambas as percepções dos não indígenas são caudatárias do mesmo esquema de delimitação dos espaços para indígenas, lembrando que todas as políticas públicas do Estado brasileiro para populações indígenas foram formuladas para garantir a existência de direitos distintivos dentro (e apenas dentro) das áreas indígenas (reservas e terras indígenas), garantindo, com isso, a permanência dos residentes nesses espaços.

Inexiste um modelo geral e institucional de atuação indigenista para áreas urbanas, ou mesmo, políticas detalhadas de assistência e acolhimento a populações e indivíduos indígenas nesses espaços. No mesmo sentido inexiste um modelo geral para o relacionamento de povos indígenas com as cidades.

É preciso destacar que grande parte dos indígenas com quem estabeleci diálogo ao longo dos últimos anos destacou justamente que uma das principais motivações da mudança para a cidade era a busca pela melhoria de serviços de educação e saúde (Secretaria Especial de Saúde Indígena [SESAI]). De acordo com a Kaingang residente em Curitiba, Belarmina Luís Paraná:

[...] a gente buscou essas melhorias aqui na cidade [...] moramos em pensão. No começo não encontrou o que podia o que a gente queria, mas onde eu morei [...] em Manguueirinha, tmbm não tinha, as aldeias estão abandonadas, mas lá na aldeia onde a gente mora tmbm não temos o nosso direito [Kakané-Porã]. (BELARMINA LUÍS PARANÁ 09/2017).

Apesar de a residência e a presença de indígenas em áreas urbanas serem fenmenos históricos, registrados desde que as primeiras cidades coloniais brasileiras foram fundadas, “as discussões no Brasil sobre o seu direito a terra e moradia tomam delineamentos menos nítidos e são de caráter muito recente”; com isso, “permanece como desafio a definição de políticas públicas que contemplem adequadamente o direito à moradia dos indígenas que habitam as cidades, respeitando as suas especificidades culturais” (CPISP 2013:13).

Ainda que certas ações nesse sentido sejam eventualmente experimentadas por algumas gestões municipais e estaduais, com o passar do tempo são simplesmente abandonadas ou descontinuadas por gestões públicas

sucessoras. Destaco, como exemplo, as ações relacionadas à Casa de Passagem do Artesão Indígena, bem como a expansão das políticas de acolhimento aos artesãos kaingang de diversas Terras Indígenas da região Sul que vendem suas peças de artesanato na cidade de Curitiba.

A relação dos indígenas com as cidades e regiões urbanizadas é profunda, varia muito de região para região e de acordo com as etnias. Uma parte importante do montante de “cidadinos indígenas” se refere a indivíduos que buscaram as cidades como refúgio do assédio e do esbulho que sofrem e sofreram historicamente em seus territórios. O crescimento demográfico (IBGE 1991; 2000; 2010), associado ao regime institucional de *confinamento* nas terras indígenas (BRAND 1993; 1998), ausência de políticas públicas adequadas nesses locais, bem como a própria violência física e simbólica existente contra indígenas, atuam como grandes promotores de deslocamentos e circulações de indígenas, temporários ou definitivos, nas cidades.

De acordo com os dados fornecidos pela Un-Habitat, da Organização das Nações Unidas (ONU) (2009; 2010; 2011), tais deslocamentos no mundo inteiro estão relacionados a diversos fatores, principalmente:

- a) Diante da possibilidade real ou a perda de seus territórios, incluindo a privatização de áreas públicas destinadas a indígenas, a realização de grandes projetos de desenvolvimento pelo Estado ou iniciativa privada, bem como consequentes realocações, compulsórias ou voluntárias, dessas populações para áreas urbanas, usualmente em regiões periféricas com pouca ou nenhuma política pública de assistência básica;
- b) Com a ocorrência de desastres naturais, como grandes enchentes, alagamentos e epidemias, também associados, muitas vezes, às mudanças climáticas globais, ou mesmo incidentes relacionados a grandes projetos de desenvolvimento de agências estatais ou de companhias privadas;
- c) Da insegurança física e econômica em zonas de conflitos, armados ou não, devendo considerar também conflitos fundiários, como

ocorrem com grande frequência no Brasil em áreas com processos de demarcações de Terras Indígenas. Estas tendem a ser demoradas devido à judicialização e aos conflitos entre as partes, além da morosidade do judiciário e a imparcialidade do próprio Estado brasileiro que tende na maior parte dos casos a privilegiar os interesses econômicos em detrimento dos direitos constitucionais dos povos indígenas no território brasileiro;

d) Pela carência ou ausência de políticas públicas adequadas e diferenciadas em seus territórios de ocupações tradicionais, tais como acesso a serviços de saúde, educação, moradias, saneamento básico de qualidade, ou auxílio e fomento estatal e/ou parcerias privadas em suas atividades econômicas, como a agricultura e o artesanato.

De forma geral, cidades são pensadas como alternativas aparentemente seguras, diante das angústias e desafios apresentados em seus territórios, em diversos países. Os indígenas dimensionam o ambiente urbano como prenhe de oportunidades e de melhores condições de trabalho, onde podem conquistar habitações mais adequadas, assim como educação e saúde de qualidade para suas famílias, entre outros benefícios sociais que, segundo suas próprias narrativas, são difíceis de ser acessados ou são ausentes em seus territórios de origem (UN-HABITAT 2011:2).

No Brasil, diante da insegurança jurídica e paralisia de instituições e agências de Estado que possam solucionar ou se posicionar sobre os conflitos nos territórios indígenas, muitos buscam melhores condições temporárias ou definitivas de vida para suas famílias, diante de conflitos políticos internos ou processos violentos relacionados à tensão junto aos órgãos públicos e propriedades rurais. Além disso, em certas situações, choques familiares e distensões políticas internas à política indígena terminam por impulsionar a saída de seus territórios para cidades e núcleos urbanos de todos os portes. Em todos esses casos, muitos visualizam as cidades como local de refúgio dessas tensões, prenhe de promessas de uma vida melhor, recursos, ou mesmo, um ambiente livre das preocupações familiares e políticas internas às Terras

Indígenas – resumidamente, na cidade se ganha dinheiro, na Terra Indígena não.

Entretanto, não se pode perder de vista que transformar os indígenas em pobres é, e sempre foi, uma importante consequência das políticas de Estado destinadas aos indígenas no Brasil. De acordo com Eduardo Viveiros de Castro:

[...] foi e é preciso antes de mais nada separá-lo de sua terra, da terra que o constitui como indígena. O pobre é antes de mais nada alguém de quem se tirou alguma coisa que tinha, de modo a fazê-lo desejar outra coisa que não pode ter. Para transformar o índio em pobre, o primeiro passo é transformar o Munduruku em índio, depois em índio administrado, depois em índio assistido, depois em índio sem terra, índio que, se insistir em ser índio, ou “voltar” a se reivindicar índio, será um “índio falso”, um índio de jeans, um espertalhão. Um falso índio, ou seja, um subcidadão, que jamais será um “branco”, mas um “mestiço”, esse prodígio de hipocrisia conceitual que define a “identidade brasileira” — que a define na cabeça, pois nascida da cabeça, dos Brancos brasileiros. (VIVEIROS DE CASTRO 2017:5)

As cidades e suas periferias têm, sem nenhuma dúvida, um importante papel na realocação de indígenas vítimas de esbulhos territoriais. Se a cidade a que o indígena se destina não detém nenhum agrupamento mais ou menos organizado de indígenas (associações, aldeias ou outras formas de coletivos) os indígenas tendem a residir em áreas periféricas dos núcleos urbanos.

De acordo com Stephen Grant Baines, “a falta de terras adequadas para sua sobrevivência é um dos fatores que leva à migração indígena e à busca de trabalho assalariado em fazendas e cidades” (BAINES 2001:16). Muitas vezes os motivos que levam indígenas para muitas das cidades brasileiras não são muito diferentes daqueles que levam os não indígenas. Busca por trabalho, mercadorias e educação são a principal motivação apontada por muitos autores para a migração de indígenas para as cidades, em diversos contextos. Para Juliana Melo, que analisou uma situação semelhante com os Baré em Manaus¹¹, a cidade (ou o mundo dos brancos) é representada “por bens simbolicamente importantes: as mercadorias e a escola. Ir para a cidade significa escolarização,

¹¹ Os Baré são um povo originalmente falante de língua do tronco linguístico Arawak. De acordo com Juliana Gonçalves Melo, “o termo Baré deriva do termo bari que quer dizer ‘branco’, se tomarmos por oposição a categoria ‘negro’” (ISA/FOIRN 2000). Para Andreello, cabe outra definição: “Ser Baré ou civilizado podem ter sido alternativas que se colocavam à população ribeirinha do rio Negro e, talvez, em determinadas circunstâncias, tenham representado duas faces da mesma moeda” (2006:114).

inserção no mercado de trabalho e, muitas vezes, casamentos interétnicos” (MELO 2009:76).

Júlio Cezar Melatti, em um artigo do ano de 2004, entre outros temas, chama atenção para situações distintas em que os indígenas mantêm contato constante e/ou ocupam espaços urbanos nas cidades brasileiras. Para o autor, são elas (MELATTI 2004:28-29):

- a) As cidades que foram criadas em sobreposição a áreas de Terras Indígenas demarcadas e regularizadas, como os casos dos municípios de Águas Belas-PE na Terra Indígena Funil-ô, Baía da Traição-PB na Terra Indígena Potiguara e Jarudore-MT, na Terra Indígena Jarudore do povo Bororo;
- b) Terras e áreas indígenas em diferentes processos de reconhecimento fundiário, que estão localizadas muito próximas de cidades e centros urbanos. Entre outras situações, segundo Melatti, “é o caso dos Carajás que vivem junto à cidade goiana de Aruanã, no alto Araguaia. Ou dos Ticuna que vivem junto ao aeroporto de Tabatinga ou ao lado da cidade de Benjamin Constant, no Estado do Amazonas”;
- c) Aqueles municípios que são considerados grandes centros regionais, para onde diversos grupos indígenas que residem em grandes áreas (demarcadas ou não) convergem para as regiões municipais urbanizadas. Destaca como exemplo “São Gabriel da Cachoeira, que tem cerca de 10.000 indígenas do alto e médio rio Negro, no Estado do Amazonas, ou Canarana, em Mato Grosso”;
- d) Grandes centros multirregionais, nesse caso as capitais de grandes unidades da federação, com população indígena expressiva, como Manaus-AM, Belém-PA ou Cuiabá-MT;
- e) Salienta, por fim, a cidade de São Paulo-SP, por se tratar de um grande centro metropolitano brasileiro, que atrai famílias indígenas de diversas

partes do país, junto do fluxo migratório de não indígenas. Segundo o autor, “há, por exemplo, muitos índios do Nordeste em São Paulo. Veja-se o caso dos pancararus que mantêm um fluxo de idas e retornos entre a favela de Real Parque, no bairro do Morumbi”.

Diversas outras Terras Indígenas, reservas, aldeias, áreas de retomadas, entre outras categorias, podem ser incluídas nessa lista, em todos os estados brasileiros. Cabe um destaque para as respectivas capitais das unidades da federação. Cada uma delas se apresenta como um local de grande interesse para os indígenas, seja para moradia temporária ou definitiva, seja através da presença e/ou passagem temporária (visita a parentes, acesso a serviços de educação ou educação, negociações comerciais e/ou políticas, aquisição de bens industrializados e toda sorte de serviços especializados, entre outros). Existem ainda outras categorias possíveis, não citadas pelo autor, que merecem ser analisadas.

Nesse sentido nas últimas décadas foram criadas diversas áreas indígenas dentro de regiões urbanas, com situações fundiárias distintas para cada caso, como a aldeia Marçal de Souza no município de Campo Grande-MS, formada por indígenas da povo Terena. Algumas das áreas existentes foram criadas fora dos marcos constitucionais da demarcação de Terras Indígenas, instituídas a partir de negociações da população residente com o poder público municipal ou estadual. Este é o caso da aldeia Kakané Porã, em Curitiba, que, apesar de ter uma situação fundiária muito frágil (regime de comodato cedido pela Prefeitura Municipal), representa um desses casos em que os indígenas que residem em área urbana solicitam e negociam uma área para a residência na cidade.

Ainda que os antropólogos considerem a presença de indígenas nas cidades como um novo desafio a ser enfrentado, não há nada de novo no fato em si. Como destaca Eduardo Soares Nunes:

[...] o cenário recente em que se veem hoje engajados os povos indígenas – e sua presença, utilização e apropriação das cidades salta aos olhos como um caso proeminente neste “novo” cenário – tem colocado uma série de questões desafiadoras para a etnologia indígena. (NUNES 2010:10)

O autor destaca que a palavra "novo" está entre aspas justamente porque não há nada de novo nesse fato. Considero que o desafio de se compreender a cidade como um espaço legítimo de ocupação dos indígenas é muito maior para os antropólogos do que para os indígenas. Estes últimos, como já apontado, identificam a importância desses espaços para seus próprios objetivos desde os primórdios da colonização de grupos europeus nas terras brasileiras.

Penso que existe uma situação mais geral que precisa ser levada em conta ao considerar o relacionamento de diversos povos indígenas com espaços urbanos. O fato de que muitas das atuais grandes cidades brasileiras foram criadas em territórios indígenas, na maioria das vezes com a presença e participação de grandes contingentes indígenas em sua fundação, é inquestionável. Ao longo dos séculos foram incorporadas de alguma forma às dinâmicas de mobilidade e noções de territorialidade de diversos grupos indígenas. Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Salvador, Florianópolis, apenas para nos atermos a algumas capitais, são exemplos de localidades em que a presença indígena em seus primórdios foi indispensável para sua existência. Sua eventual criação sem a presença indígena seria totalmente insustentável.

Nesses espaços sustentaram todo o regime de conquista colonial, denotando-se como elemento fundamental e indispensável para o estabelecimento das primeiras vilas e povoados. A fundação de cidades dependia integralmente da presença de grandes populações indígenas ou sob o controle do Estado, de particulares (através da escravidão ou administração) ou como aliados dos colonizadores. A existência de populações indígenas nos arredores não significava somente um risco iminente para as vilas recém-criadas, mas a própria potência de crescimento destas.

Diversos grupos indígenas experimentaram, ao menos no período pós-contato, períodos de urbanização e "desurbanização" junto aos não indígenas. Podemos considerar nesse aspecto as próprias vilas coloniais, mas também aldeamentos como os jesuíticos, que em alguns casos transformaram-se em grandes cidades, como aqueles criados pelos espanhóis na atual região do estado do Paraná. Os indígenas se interessam pelos espaços urbanos, não somente diante da falta de opções e perspectivas nos seus territórios

reconhecidos. Representam importantes polos de obtenção de bens, instrumentos, conhecimento e técnicas. Concentram instituições públicas e privadas e seus respectivos atores políticos, que operam, constroem e executam políticas públicas e indigenistas. São locais de moradias de diversos grupos e núcleos familiares indígenas, seja em aldeias em meio a pequenas, médias e grandes cidades ou região metropolitana, seja em imóveis regulares nos bairros de diversas cidades¹². Também o são de permanência temporária/passagem, tanto para aqueles que as utilizam como para comercializar e negociar sua produção agrícola ou seu artesanato, entre outros, ou mesmo para a realização de visitas esporádicas a parentes.

Estes são alguns dos pontos importantes nas trajetórias dos indígenas para ambientes urbanos, porém, muitos indígenas também observam as cidades como ambientes para o desenvolvimento positivo de certas relações com não indígenas. Não podemos dar crédito exclusivo a tais políticas interno-externas na compreensão da presença e interesse dos indígenas sobre os espaços urbanos. Agindo dessa forma, nega-se todo o processo histórico de contato entre indígenas e não indígenas, que perpassa em grande medida pelas áreas urbanas. Justamente por isso, é preciso ter cuidado ao se referir a esse interesse, a sua amplitude e seus contornos distintivos, constituídos em cada ambiente de contato específico entre grupos indígenas e não indígenas nas cidades. Também não se deve deixar de pontuar a existência de uma agenda do estatal brasileira de não reconhecimento de alguns territórios indígenas no Brasil, que se utiliza do interesse que os indígenas manifestam pelas cidades para esvaziar as políticas públicas indigenistas nas áreas demarcadas ou reivindicadas pelos indígenas.

As cidades não devem ser vistas somente como espaços de refúgio. Existem diversos motivos que levam os indígenas a esses ambientes. Por muitos, são considerados espaços férteis para novas redes de relacionamento (entre indígenas e entre estes e os não indígenas), o fortalecimento de laços e acordos políticos e o estabelecimento de pontes mais sólidas de diálogo,

¹² Algumas têm a maior parte de sua população formada justamente por indígenas, com destaque para aquelas localizadas na região amazônica, como São Gabriel da Cachoeira-AM.

principalmente em comparação às aquelas instituídas oficialmente pelas políticas indigenistas.

Marcio André Kokój dos Santos, mais conhecido como Márcio Kokój Kaingang, nascido e residente na Terra Indígena Mangueirinha e presidente da Associação Socioambiental Indígena Kaingang Guarani (ASAIKG) manifesta a necessidade da presença indígena nos espaços de poder, as cidades:

[...] Curitiba, por exemplo, é bom um lugar que a gente pode formar e assim, no meu entendimento, se formar [...] são duas coisas diferentes, distintas, formar os não índios, os brancos assim, a entender nosso pensamento, nem sempre funciona, tem que insistir e sempre buscar parceiros pra isso. Mas também a gente se forma, aprende o que precisa principalmente a questão da gestão [...] gestão dos nossos recursos, que hoje em dia você tem que saber entender da gestão. (MÁRCIO KOKÓJ 27/01/2019)

Como esse destaque da fala de Márcio Kokój nos apresenta, as cidades se tornaram espaços importantes para agências políticas indígenas que estabelecem níveis de interlocuções com a política não indígena que não podem ser encontrados ou contatados nas Terras Indígenas. A capital federal e, mais ainda, as capitais estaduais são ambientes propícios para demandarem e negociarem políticas públicas, estabelecendo diálogo com administradores públicos, ativistas, pesquisadores. São espaços historicamente consolidados para a prática da política indígena, logo para trocas materiais e simbólicas. Justamente por isso, em alguns casos, as próprias experiências com os não indígenas nas grandes cidades são consideradas como uma espécie de expoente positivo na representatividade de uma liderança indígena – compreender, dominar ou saber interpretar o mundo e o conhecimento não indígena é uma importante ferramenta no diálogo político interno e externo.

Não se pode desvalorizar a ideia de que, por vezes, ao falar da presença de indígenas nesses espaços, estamos tratando de sua mobilidade entre os territórios tradicionais, atualmente ocupados por não indígenas. Nesse sentido, quando tratamos da existência de territórios indígenas que incluem centros urbanos, vilas, povoados, cidades, metrópoles, megalópoles, enfim, devemos analisar questões intrinsicamente relacionadas às rotinas urbanas, mas, também, algumas que operam independentemente delas. Muitas das percepções e modalidades de relacionamento como esses espaços antecedem o surgimento e o desenvolvimento econômico das cidades e independem deles.

As narrativas indígenas tratam desde a antiguidade da sua presença, a rotina das viagens dos antepassados para esse território, mas, também, da necessidade de se (re)conquistar sua presença nesses espaços, ambientes e territórios, ocasionalmente, com a ocorrência de cidades de todos os portes.

Florêncio Rekayg Fernandes, Kaingang da Terra Indígena Rio das Cobras, professor do estado do Paraná, mestre em educação e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Paraná (PPGAA-UFPR), destaca que o relacionamento dos Kaingang com as cidades é algo antigo e profundo. Desde cedo as crianças e os jovens são preparados para compreender as cidades e seus diferentes espaços:

[...] Eu mesmo vim de uma família de muitos caciques lá de Rio das Cobras, pai, vô, tio. Desde cedo eu saía com eles, íamos sempre para a cidade. A cidade fica do lado, dentro do nosso território Kaingang se você for pensar. No começo você se assusta, aquela gente falava diferente dava um pouquinho de medo assim, mas vai pegando o jeito. A minha primeira experiência foi ali por perto mesmo em Laranjeiras, a gente fala só na língua materna, aprendi português o básico e mais importante para a criança na época, “me dá bolacha”, “refrigerante” coisas assim. Mas eu aprendi melhor na época porque minha família de liderança saía mais do que os outros [...] hoje em dia pensar o índio sem pensar a cidade ali em volta é impossível, tem o mercado, o trabalho [...] de algum jeito a cidade e a aldeia são quase a mesma coisa, tem o jeito da aldeia, do Kaingang, tem as regras, nossos costumes dentro da aldeia, mas desde cedo a gente aprende com os pais a se portar na cidade [...] querer excluir o índio da cidade não tem sentido. Eu mesmo, sou Kaingang, falo a língua, dou aula da língua dos costumes, falo melhor que muito Kaingang que nunca saiu da aldeia, mas não penso hoje em voltar pra aldeia, estou supertranquilo lá em Morretes, aqui em Curitiba agora, nessa fase do doutorado. (FLORÊNCIO REKAYG 07/2019)

Curitiba, uma antiga cidade colonial fundada na segunda metade do século XVII é bom exemplo desse modelo. Fundada sobre a mais aniquiladora exploração da mão de obra Guarani (escrava e administrada) em meio à busca por ouro, subsidiando e sendo subsidiada pela captura desse grupo para sustentar seu próprio crescimento e o de sua capitania, foi ao longo dos séculos XVIII e XIX um palco para toda a sorte de negociações entre grandes chefias kaingang e não indígenas. Muitas dessas negociações determinaram o futuro da cidade e da expansão da economia e do domínio colonizador. No século XX, a violenta política de controle sobre a mobilidade indígena vai dificultar as visitas à cidade, principalmente devido às punições. A movimentação na cidade passa

a ser camuflada, com ou sem auxílio de não indígenas apoiadores. Quando, bem mais recentemente, um contingente considerável de indígenas reivindica uma área para residir na cidade, ou mesmo quando outros grupos passam a vender artesanato em suas ruas, a mídia regional, cidadãos e administradores públicos começam a questionar o porquê da presença de indígenas em Curitiba.

A resposta tem inúmeras vertentes, mas uma parece mais adequada a todos esses questionamentos: porque a cidade, nesse caso Curitiba, é um espaço possível para o Kaingang, ou seja, trata-se de um importante ponto em suas redes de mobilidades, além de encontrar-se encravada em seu território tradicional.

1.1 O lamento e o estranhamento dos não indígenas

Os indígenas não passaram a se interessar só recentemente pelas cidades brasileiras – hoje em dia sabemos que são membros indispensáveis em suas rotinas contemporâneas e, em alguns casos, que foram indispensáveis à fundação da maior parte delas. O crescimento recente do volume de etnografias e a sofisticação de análises históricas dessas situações têm mais relação com o fato de que os pesquisadores interessados no tema, aos poucos, estão mudando seus focos de análise, reconhecendo a diversidade de formas de ocupação dos espaços que os indígenas mantêm. Isso inclui os centros urbanos brasileiros, de todos os portes.

Os antropólogos, principalmente, compartilharam por muito tempo da percepção de que os povos não indígenas são residentes de florestas e espaços distantes de núcleos urbanos. Como dizia Bronislaw Kasper Malinowski, “empreender viagem a regiões selvagens e a estudar seus habitantes”:

Encontra-se a moderna etnologia em situação tristemente cômica, para não dizer trágica: no exato momento em que começa a colocar seus laboratórios em ordem, a forjar seus próprios instrumentos e a preparar-se para a tarefa indicada, o objeto de seus estudos desaparece rápida e irremediavelmente. Agora, numa época em que os métodos e objetivos da etnologia científica parecem ter se delineado; em que um pessoal adequadamente treinado para a pesquisa científica está começando a empreender viagem às regiões selvagens e a estudar seus habitantes, estes estão desaparecendo ante nossos olhos. (MALINOWSKI 1978 [1922]:11)

O receio da extinção de inúmeras sociedades e a morte de culturas devido ao assédio do sistema mundial e de sua ordem expansionista orientou muitas das etnografias no século XX. Pesquisadores compartilharam por muito tempo da certeza de que os grupos estudados seriam absorvidos pelo Ocidente capitalista, não restando elementos distintivos relevantes para análises antropológicas e para a etnografia, restando os registros e a memória, a serem descritos e analisados pelos historiadores. Escrever e descrever, antes que sumam e não se possa mais distinguir “eles” de “nós”, pensava-se.

Apesar de os elementos mito-poéticos que compunham a “magia do antropólogo” nos primórdios da disciplina terem sido desconstruídos junto com a figura do seu herói fundador (autoatribuída por Malinowski), restando um grande mal-estar epistemológico (STOCKING 1992), parte importante desse “arquétipo” metodológico permanece. Mesmo hoje, com o pleno reconhecimento institucional e acadêmico sobre a grande distribuição histórica e contemporânea de grupos indígenas nas cidades brasileiras, a imensa maioria das propostas de estudos sobre grupos indígenas focaliza regiões afastadas de núcleos urbanos de médio e grande porte. Tais localidades são quase sempre preteridas em estudos em relação a grupos e áreas indígenas que ocupam regiões distantes dos núcleos de influência político-econômica, apesar de sua grande população e de toda a complexa rede de relações que estabelecem nesses locais, de grande interesse para a pesquisa antropológica.

Não se trata de maneira alguma de dizer que não existam estudos sobre indígenas nas cidades, nem de dizer que os que estão sendo produzidos atualmente são pioneiros ou desbravam uma nova frente de potenciais pesquisas para antropólogos, apenas destaco a desproporcionalidade entre a quantidade de estudos realizados em áreas urbanas e áreas não urbanas, diante dos dados absolutos e relativos, taxas e índices de moradia e ocupação urbana de indígenas no Brasil.

Além de trazer importantes elementos para o estudo do contato entre indígenas e não indígenas, o estudo das cidades brasileiras, e uma infinidade de outros temas específicos que podem ser focados nas análises dos indígenas nas cidades brasileiras, tendo a concordar com as pesquisadoras Donna Martinez,

Grace Sage e Azusa Ono, que destacam o caso de situação semelhante nos Estados Unidos da América:

[...] a análise anticolonial nos convida a subverter as visões ocidentais dominantes dos índios. Pessoalmente, vemos os índios urbanos americanos como uma forma-base estratégica de conhecimento que rompe o ponto de vista colonial. (MARTINEZ; SAGE; ONO 2016:xi)¹³

A presença indígena em espaços urbanos brasileiros de todos os portes é quase sempre considerada estranha à população não indígena de uma forma geral nos dias de hoje, seja para pesquisadores (antropólogos ou não), cidadãos e agentes públicos. No Brasil, como em diversas partes do mundo, a aproximação dos indígenas com certos elementos relacionados a urbanidade e/ou contemporaneidade é causadora de estranhamento.

Para o não indígena morador das grandes cidades, a constituição da noção de indígena perpassa quase sempre pela distância geográfica e/ou história. Os indígenas têm um *lugar* – ocupam florestas distantes e intocadas, ou tombaram e tiveram sua sociedade e cultura exterminada, ocupando espaços nos livros e manuais de história, ou os indígenas representam aspectos de sua primitividade humana ou de sua própria história. Além disso, esse lugar precisa ser reconhecido pelo Estado e ter suas fronteiras institucionalmente definidas.

A presença na cidade também pode ser considerada um sintoma de um descaminho do Estado e da execução das políticas indigenistas. Nessa perspectiva, o contato ou a presença de indígenas no meio urbano são sempre provas indiscutíveis da inação estatal – o indígena é passivo e de maneira desesperada (quase irracional) procura as cidades para sobreviver das migalhas da sociedade capitalista, convertendo-se de nobres e resistentes indígenas em uma massa carente e mendicante. De fato, existe um abandono significativo das políticas indigenistas para indígenas (no campo e na cidade). Muitos recorrem a regiões urbanas para se afastar de conflitos e conquistar melhores condições de vida, isso é inequívoco. Contudo, não se pode dizer que a totalidade dos indígenas reside em cidades por essa condição. Muitos buscam esses espaços voluntariamente, muitos nasceram nesses espaços, muitos resistem e lutam para ocupar esses espaços e estar neles.

¹³ Tradução do autor: *Anticolonial analysis calls on us to subvert dominant Western views of Indians. Personally, we see urban American Indians as a strategic knowledge base form which to rupture colonial viewpoint.*

O problema no pensamento não indígena é a distância que é observada na cidade da situação supostamente ideal, considerada sempre em razão da distância do mundo urbano e das condições de vida da sociedade capitalista (floresta ou história). Trata-se de um cálculo que envolve não só a definição do local de residência do indígena, mas da sua própria, uma vez que se considera que a distância entre floresta e cidade é equivalente àquela de indígena e não indígena, ou melhor, selvagem e civilizado.

Martinez, Sage e Ono chamam atenção para o fato de que os indígenas que residem nas cidades não conseguem escapar do “constante lamento dos brancos”, que, em suas reflexões, são incapazes de conceber e enxergar os indígenas como seres humanos reais, coetâneos, que não se encaixam no padrão apresentado nos filmes “hollywoodianos”¹⁴, cujas imagens foram cristalizadas. Os não indígenas consideram somente aqueles que se encontram nas áreas institucionalmente definidas, além disso, aqueles que residem em cidades são marginalizados ou desconsiderados, até mesmo no âmbito da imaginação popular (MARTINEZ; SAGE; ONO 2016:xi).

Em nenhum outro local os fundamentos da separação entre o mundo da natureza e cultura se tornam tão evidentes como nas narrativas citadinas. O tema da presença de indígenas na cidade deixa isso muito claro. Se a cidade é o ambiente de execução da individualidade e o indígena a própria essência da “coletividade primitiva”, o indígena que se encontra na cidade ou é fraude ou não é mais indígena.

Nesse construto, o indígena até pode acessar a cidade, mas primeiro deve deixar de ser indígena, uma vez que isso é determinado (na mentalidade não indígena) por uma relação existente entre o grau de interação do indígena com o mundo de uma natureza primitiva intocada e as relações de mercado tipicamente urbanas (SAHLINS 1997; 2007). Antes de avançar nessa discussão, é preciso identificar o que é essa cidade, a que os não indígenas tanto se referem. Supostamente diversa e heterogênea, revela-se como um espaço de exclusão e invisibilidade para grupos indígenas.

1.2 A ideia de cidade e urbano

¹⁴ Para um panorama da imagem construída sobre o indígena na indústria de cinema americano, assistir: Reel Injun. On the Trail of the Hollywood "Indian". 2010. 1h32min.

Os grandes aglomerados e concentrações humanas em espaço delimitado, assim reconhecido por seus moradores, onde se desvelam conjuntos de relações sociais entre grupos heterogêneos, são genericamente descritos ao longo da história como cidades. A construção dessa imagem varia muito ao longo dos tempos. Mesmo em períodos mais recuados, a cidade não ocupa os mesmos espaços na lógica das relações sociais, diferenciando-se até mesmo, por exemplo, a cidade da antiguidade daquela do período medieval. Mesmo que o mundo rural e o urbano nunca tenham estado rigorosamente separados, a oposição de seus valores sempre foi muito presente, até os dias de hoje.

Na antiguidade, o mundo da cidade, “(*urbs*) e de seus habitantes (os *cives*)”, ocupava-se da polidez e de boas maneiras, matérias básicas de futuros conceitos de urbano e urbanidade, civilidade e civilização. Já o sistema de valores do campo, por sua vez, “(*rus*) e de seus habitantes (os *rustici*)”, era representado pela ideia literal da grosseria e da incultura, até mesmo da própria selvageria, “lembradas nas palavras rústico, rusticidade”, “*rustre* [grosseiro, boçal]” (LE GOFF 2006:227). Durante o período medieval estabiliza-se a ideia da cidade como um espaço construído e cultivado, e o campo como um universo inculto, “o mundo ambíguo e inquietante que os homens da Idade Média chamam às vezes de ‘deserto’ [...] que no Ocidente cristão é a ‘floresta’. Frente à ordem feudal ou burguesa, ele é o deserto” (*id.*).

As transformações que ocorrem em períodos históricos como Renascentismo, Iluminismo, Revolução Industrial, e as subsequentes discussões sobre modernidade (e bem mais tarde pós-modernidade) passam a vida na cidade e a urbanidade como ponto das discussões sobre a vida social, elevando a cidade ao maior de todos os laboratórios sociológicos – transforma-se na arena de debate e discussões, em oposição ideal ao mundo rural. A cidade foi descrita, desde então (principalmente as grandes metrópoles), como local de valorização expoente do indivíduo e da manifestação da individualidade, potências opostas ao mundo do campo, considerado como aquele embasado em relações de reciprocidade e coletividade.

Georg Simmel (autor que fundamenta muitos dos debates contemporâneos em torno da sociologia e antropologia urbana), em seu clássico

As Grandes Cidades e a Vida do Espírito (1903), opunha justamente a condição primitiva de combate às intempéries da natureza, ao modo de vida urbano, moderno e civilizado, manifestado pela relação tensa entre indivíduo e sociedade. Além da oposição entre os espaços campo/floresta (deserto medieval) e a cidade, Simmel propõe a diferenciação do “tipo metropolitano – espécie de personalidade intelectual, calculista reservada – do habitante da pequena cidade, onde a vida descansaria sobre relacionamentos emocionais mais profundos” (MAGNANI 2012a:19). Nas palavras de Simmel, as grandes cidades apresentariam “uma oposição profunda frente à pequena cidade e à vida no campo, com ritmo mais lento, mais rotineiro e de fluxo mais uniforme da sua imagem sensível-espiritual da vida” (SIMMEL 2009 [1903]:4). O que se poderia dizer nessa lógica sobre os indígenas?

Para se visualizar esse caráter diferencial do morador das grandes cidades modernas (a individualidade constituinte e constituída dos/pelos cidadãos), para Simmel, seria preciso compreender a fundamentação psicológica das individualidades nesses espaços, “a intensificação da vida nervosa, que brota da mudança acelerada e ininterrupta das impressões interiores e exteriores” (*id.*). Para o autor, a metrópole moderna, articuladora de processos psicológicos e sociológicos específicos, representaria uma forma nova de formação histórica, cujas particularidades apresentariam condições peculiares para o desenvolvimento de formas de conferir papéis aos indivíduos (ANTUNES 2014:5). O próprio crescimento demográfico, geográfico e “em significado e em conteúdo de vida”, seria responsável por atenuar a “unidade interna imediata”, reduzindo-se a “nitidez da delimitação originária frente aos outros”, enquanto nas cidades pequenas, ou mesmo naquelas da antiguidade e do período medieval, impõem-se, ao morador, “limites de movimento e das relações para fora, de autonomia e de diferenciação para dentro, sob os quais o homem moderno não conseguiria respirar” (SIMMEL 2009 [1903]:12).

Para Louis Wirth, um dos mais proeminentes membros da escola de Chicago (junto de Robert Park e Robert Redfield), reconhecida por constituir-se na referência sobre a sociologia urbana, a característica marcante das grandes cidades seria a *urbanidade*. Os estudos em sociologia urbana, segundo Park, buscavam alcançar “a liberdade própria da cidade, a uma ordem social e a um

controle social equivalentes ao que se desenvolve naturalmente na família, no clã, na tribo” (PARK 1929:164 *apud* AGIER 2009:63).

A cidade, para Wirth, pode ser definida como “uma fixação relativamente grande, densa e permanente de indivíduos heterogêneos” (WIRTH 1987 [1938]:113). Tais qualidades tornariam as grandes cidades um mosaico de mundos sociais, com evidente distinção, porém, cuja transição, de um para o outro, seria abrupta. Apesar de a cidade ser o espaço por excelência da modalidade de vida urbana, esta não se confina às cidades, todavia, à medida que se aumentassem as condições de sua existência (agrupamentos densos, permanentes e heterogêneos), “mais acentuadas serão as características associadas ao urbanismo” (WIRTH 1987 [1938]:97). O urbanismo, como característica distintiva, seria abordado a partir de:

- a) Uma estrutura física, tecnologia e ordem ecológica;
- b) Um sistema de organização social envolvendo uma estrutura social característica;
- c) Um grupo de atitudes, ideias e personalidades “dedicadas a formas típicas do comportamento coletivo e sujeitas a mecanismos característicos de controle social (WIRTH 1987 [1938]:107).

Uma das abordagens mais influentes nos estudos sobre urbano e urbanismo é o modelo *folk-urban continuum*, elaborado por Robert Redfield e descrito principalmente na obra *The Folk Culture of Yucatán* (1941). De acordo com suas observações realizadas no México, quando a sociedade *Folk* (pequena, coesa e comunitária) entra em contato com a sociedade urbana (grande, heterógena e individualista) assume suas características, perdendo, com isso, os principais traços da sociedade *Folk* – a tendência seria sempre de o simples ser absorvido pela grande massa gravitacional mais complexa. Além disso, contato *Folk* (rural) com o mundo urbano sustentaria, sempre, um inexorável processo de transformação/desorganização do primeiro de acordo com a métrica do segundo. Essa mudança ocorre de acordo com alguns

padrões, principalmente aqueles relacionados a individualidade e desfragmentação de laços comunitários.

Redfield reconheceu que seu modelo/método de análise era conceitual e não descritivo, ou seja: nenhuma sociedade se encaixaria integralmente no padrão por ele descrito. Seu modelo era constituído sobre bases evolucionistas, que observavam quase como uma tendência natural o pleno desenvolvimento da urbanização – não valorizava eventuais ou importantes transformações que os indivíduos e grupos *folk* pudessem atribuir ao mundo urbano, apenas o contrário. Além de suas contribuições justaporem dicotomicamente o mundo rural, *folk*, ao mundo urbano e à urbanidade, suas preposições influenciaram muitos pesquisadores da escola de Chicago, que estudavam processos de migração associados a processos aculturativos. (LOBO 2001:xiii).

Em muitas das análises que tratam do relacionamento entre o ambiente rural (ou *folk*) com as regiões urbanizadas, notam-se referências (por vezes discreta por outras mais explícitas) a uma linha progressiva, sustentada principalmente no contraste entre a tecnologia e o uso da racionalidade: das relações comunitárias, familiares, tradicionais, para questões relacionadas à heterogeneidade, individualidade e a modernidade.

De acordo como Otávio Velho, as cidades, ambientes de plena urbanidade, heterogêneos, densos, envoltos pela complexidade e diversidade contemporânea, constituem-se em ambientes relacionais entre diversos grupos, “segmentados e diferenciados” (VELHO 2013:131). Tais sociedades complexas estão imersas em sistemas que se podem chamar transnacionais, onde a cidade é o centro nervoso do “mercado internacional [...] troca cultural através de migrações, viagens, encontros internacionais [...] cultura e comunicação de massa” (*id.*).

A grande valorização e reprodução dos ideais da individualidade, assinalado desde Simmel como característica dos moradores desses espaços, é também tratado por Velho como uma importante diferenciação dos indivíduos das sociedades complexas moderno-contemporâneas. Estes, apesar de representantes de culturas, criações e tradições distintas, vivenciam e cada vez mais são expostos pelos sistemas culturais dos outros, “diferenciados e heterogêneos”.

Segundo Velho, “existe uma mobilidade material e simbólica sem precedentes e sua escala e extensão” (*id.*) e, além disso, “nenhuma sociedade é efetivamente simples e homogênea” (*id. ibid.:136*), nem mesmo aquelas denominadas *folk* ou camponesas. O fenômeno da complexidade não é exclusivo da experiência dos cidadãos, assim como diversos níveis do que se pode chamar de Urbanidade, como afirmava até mesmo Wirth. Além disso, “o desenvolvimento da comunicação de massas e dos processos globalizadores expande e generaliza essa problemática” (*id.*).

Michel Agier, em *Os saberes urbanos da Antropologia*, considera que o erro primordial da chamada escola de Chicago teria sido, justamente, estabelecer suas bases conceituais iniciais no estudo do fenômeno urbano, a partir de referências em oposição plena ao mundo rural (AGIER 2009:87). Redfield, Park e Wirth mantinham uma concepção idealizada do mundo rural:

[...] (amplamente criticada desde então), réplica holista da cidade; constituiu a maior parte do tempo, por defeito, a problemática “do modo de vida urbano”. R. Redfield desenvolveu um ponto de vista evolucionista que opõe a aldeia comunitária à grande cidade heterogênea nas duas extremidades do *folk urban continuum*. E é opondo a sociedade urbana à sociedade tradicional que R. Park vê na cidade o “lugar da emergência do indivíduo como unidade de pensamento e ação”. Por último, para falar da cidade como o mundo do indivíduo, L. Wirth retoma a fixa noção durkheimiana de anomia. De fator de explicação dos comportamentos individuais desordenados que podem levar ao suicídio, como Durkheim a introduziu na sociologia, a anomia tornou-se, no texto fundador de Wirth, parte fundamental da cultura urbana. (AGIER 2009: 64)

As cidades e os indígenas tornaram-se temas tão essencializados na antropologia, a ponto de se tornarem em certo ponto termos quase antagônicos – dispô-los na mesma sentença seria um contrassenso. Como destaca Sahlins, em nome desse modelo cristalizante, no caso dos indígenas, de uma prática ancestral e uma cultura imutável, avessa à história e suas transformações, “repetem como tragédia a comédia de erros acerca da coerência dos sistemas simbólicos, que, supostamente, teriam sido cometidos por uma geração anterior e mais ingênua de antropólogos” (SAHLINS 2007:508).

No caso das cidades, caberia pontuar suas interações e transformações quando são dinamizadas como espaços para redes de contatos e relações desses grupos indígenas. Tais relações são distintas e heterogêneas, mas, ao mesmo tempo, sempre muito mais profundas e complexas do que supõem

perspectivas tradicionais sobre a localização e residência dos indígenas. José Agnelo Dias de Andrade (2012), a partir da proposta de Sahlins de indigenização da modernidade (SAHLINS 1997), do conceito de *dwelling* (habitação) de Tim Ingold (2000) e da forma metodológica proposta por Magnani para se pesquisar circuitos urbanos Sateré Mawé “de perto e de dentro” (2002), destaca que vislumbramos nesses contextos uma verdadeira indigenização da cidade.

1.2.1 Narrativas do estranhamento

Seja qual for a cidade considerada em nossa análise (constituída por múltiplos contextos fragmentados, diversificados, ou um ambiente heterogêneo onde se desdobra a valorização da individualidade), existe grande resistência para a incorporação de contextos e a experiência individual indígena.

Na maior parte das vezes ela considera o indígena incompatível com a experiência urbana, não se levando em conta nem variáveis étnicas para essa reflexão. Nas cidades ou localidades próximas de grandes centros urbanos, grupos e indivíduos indígenas se relacionam com constantes críticas e manifestações de desconfiança sobre sua indianidade e a legitimidade de sua presença nos espaços urbanos, independentemente se ela for definitiva ou temporária.

Na mentalidade colonialista, eles devem sempre residir nas “reservas”. Aqui trato a ideia de qualquer modalidade de áreas destinadas para indígenas como “reservas” por se tratar justamente de áreas reservadas para indígenas, livrando o resto dos espaços para a plena ocupação de não indígenas, e condicionando a presença de indígenas como cidadãos brasileiros apenas nesses espaços. Como destacam Martinez, Sage e Ono para um contexto estadunidense geral, semelhante ao brasileiro:

É uma luta constante para legitimar a existência de índios americanos fora da reserva. A política federal criou reservas para segregar índios em pequenas áreas de terra, e eles foram rodeados por militares. Sair da reserva para caçar ou trabalhar exigia um passe dos brancos agentes dos índios. As narrativas ocidentais são ameaçadas pela ideia de índios americanos vivendo “fora de reservas” nas cidades¹⁵. (MARTINEZ; SAGE; ONO 2016:xi)

¹⁵ Tradução do autor: *It is a constant struggle to legitimize the existence of American Indians off-reservation. Federal policy created reservations to segregate Indians to small areas of land, and they were rounded up by military. Going off the reservation to hunt or to work required a pass*

Essa presença se torna um desafio para o poder executivo, principalmente as prefeituras, ainda mais quando as Terras Indígenas dos presentes não se encontram no mesmo município ou proximidades. A responsabilidade e a gerência sobre políticas públicas para indígenas nesses espaços acabam sempre pulverizadas, em um jogo de “empurra-empurra” entre os poderes municipal, estadual e federal.

Na cidade de Curitiba, os Kaingang representam o principal grupo indígena alvo desse estranhamento. Seja quando estão atuando na venda de artesanato em diversos pontos da cidade, seja em suas diversas reivindicações por espaços de moradia e nas suas manifestações culturais, não são considerados membros da cidade, estando sua presença condicionada a situação de passagem.

De acordo com a Kaingang V.F. 35 da Terra Indígena Rio das Cobras, que preferiu não ser identificada para este trabalho, os motivos para a saída (como se referem muitos Kaingang para as viagens com intuito de vender artesanato) são muitos, “[...] a maioria quer comprar comida, material da escola pra criança, mas tem gente que viaja pra dar uma saída mesmo [...] é bom pra muita gente ficar longe de casa por uns tempos” (15/07/2018). A artesã considera que os brancos (*fóg*) não estão interessados em conhecê-los, “ou compram ou não compram [...] difícil perguntar alguma coisa”. A indígena que estava na ocasião dessa conversa com 3 filhos pequenos, 5, 7 e 9 anos, mencionou ainda que os não indígenas “se preocupam mesmo com eles ali [apontando para as crianças], falam que não é pra eles ficarem aí soltos”. Devido ao fato de ocuparem espaços na cidade que são característicos de uma população considerada sem teto, os não indígenas “estranham aqui, nos confundem com gente pobre que não tem nada”.

Na visão da artesã kaingang, os não indígenas estranham e confundem sempre que tentam enquadrar a presença de indígenas em Curitiba em algumas das categorias típicas dos moradores dessa cidade: se estão embaixo da ponte é por falta de escolha e porque são miseráveis. Se estão acompanhados das crianças, estas estão em situação flagrante de vulnerabilidade e por esse motivo

from the white Indian agents. Western narratives are threatened by the idea of American Indians living “off-rez” in cities.

a rede de proteção à infância e juventude precisa ser acionada. Nesses casos a indigenização da cidade (ANDRADE 2012) é sempre considerada marginal, um fragmento de um transtorno à vida moderna e urbana.

Ainda no início desta pesquisa, escutei um questionamento de um proprietário de um estabelecimento comercial na Rua Iapó, no bairro Rebouças em junho de 2016, próximo de onde está localizada a Casa de Passagem do Artesão Indígena (CPAI) em Curitiba, após lhe perguntar sobre a presença de indígenas no seu comércio ou nas imediações. Eu estava coletando dados relacionados à mobilidade dos Kaingang que utilizam a CPAI, havia visitado a casa pela primeira vez alguns dias antes, com João Vitor Fontanelli, antropólogo que no período atuava na Assessoria de Direitos Humanos do gabinete da prefeitura com a temática indígena, durante a gestão do então prefeito Gustavo Fruet.

Nas imediações parei em uma lanchonete e me apresentei como pesquisador. Questionei ao proprietário com qual frequência os indígenas permanecem provisoriamente na CPAI e aproveitei para perguntar se eles utilizavam aquele estabelecimento comercial. Ele respondeu que vê poucos indígenas passando em seu estabelecimento porque eles usualmente vêm e vão na direção do centro (seu comércio fica na direção contrária). Entretanto, em seguida, a continuidade de sua resposta me surpreendeu não porque desferiu algum tipo de ódio contra indígenas, mas porque estava direcionada à validade da temática da minha pesquisa.

O comerciante, que aparentava ter por volta de 70 anos, destacou que havia nascido na cidade de Marechal Cândido Rondon e destacou: “Rapaz, para aqueles lados lá do Oeste é que tem índio, agora você vem estudar eles aqui? Você não tem algo melhor pra estudar não?”. Em seguida desconsiderou a questão dos indígenas na cidade (“[...] tem 35 anos que eu moro aqui, eles vão gastar dinheiro com índio?”), destacando que o verdadeiro problema para ele seriam os usuários de drogas e os conhecidos conflitos pelo domínio do tráfico de drogas na região. Não me surpreendi pela argumentação de que a cidade não era lugar para indígenas ou a crítica pelos gastos públicos destinados à CPAI, mas sim, pelo fato de que o verdadeiro incômodo parecia mais ser a

transformação dessa questão em um tema de pesquisa, supostamente desnecessária.

Nesse período eu ainda cursava os créditos no PPGAA-UFPR e estava iniciando o reconhecimento e sondagem do ambiente de pesquisa que estava se formando. Já tinha estabelecido diversos contatos com indígenas que residiam na região de Curitiba, em sua maioria proveniente das Terras Indígenas de Mangueirinha e Rio das Cobras. Ainda não considerava relevante a opinião dos não indígenas sobre a presença dos Kaingang em Curitiba, fosse sobre os residentes de bairros ou aldeias urbanas, ou aqueles que transitam temporariamente pela cidade. Minha pesquisa estava inteiramente focada na compreensão de como os indígenas utilizam e transformam o espaço urbano. Considerava tudo que saísse dos não indígenas como objeto de um desconhecimento ou preconceito profundo sobre o tema.

Não seria a última vez em que me depararia com a deslegitimação da presença e do estudo sobre a presença de indígenas na cidade de Curitiba. Já imaginava que esse tipo de situação iria ocorrer, entretanto, não considerei em nenhum momento o quanto ela revelava sobre situações de contato entre indígenas e não indígenas.

A presença dos indígenas nas cidades incomoda a muitos cidadãos, de maneiras distintas, mas incomoda. Ao longo dos últimos anos refleti sobre o conteúdo dessa e de outras interpelações semelhantes. Se a presença de indígenas nas cidades parece absurda para muitos cidadãos, o mesmo ocorre com sua transformação em objeto de pesquisa e observação sistemática.

O ambiente de contato foi historicamente definido pelos conquistadores/colonizadores sempre como exclusivo aos espaços longínquos das cidades. Institucionalmente, os aldeamentos instituídos pelas políticas coloniais e imperiais, atualmente as áreas e Terras Indígenas regulamentadas. Porém, as cidades foram moduladas pela ação política de indígenas, as transformando em zonas de contato (PRATT 1993; 1999). Com isso, grupos indígenas como os Kaingang negaram e em diversos momentos da história inverteram a lógica colonizadora do *confinamento* como ambiente exclusivo a esses propósitos, sustentado na lógica da fronteira colonial.

A pesquisadora Susan Lobo destaca que, apesar de os povos indígenas serem grupos em franca expansão demográfica, principalmente nas cidades, são populações invisíveis aos olhos dos não indígenas, principalmente quando se encontram em contextos urbanos. Trata-se, segundo essa autora da:

[...] existência contínua de uma série de estereótipos em relação aos povos indígenas. Uma suposição generalizada e equivocada realizada pelo público em geral é que os índios americanos "desapareceram" ou vivem esmagadoramente em reservas em áreas rurais¹⁶. (LOBO 2001:59)

Os núcleos urbanos (vilas, cidades, metrópoles) sempre representaram importantes pontos na geografia da *guerra de conquista* (SOUZA LIMA 1995), principalmente quando suas fronteiras alcançam os territórios sob o controle de indígenas. Por outro lado, representam para os indígenas espaços para a construção de contatos e relacionamentos variados, positivos ou negativos, que não podem ser simplesmente descartados diante de atitudes pessimistas ao contato.

Se nem todos os indígenas ocupam áreas urbanas (36,4% residem nesses espaços – IBGE 2010), a imensa maioria experimenta há muito tempo, com maior ou menor intensidade, rotinas relacionadas ao mundo urbano, dentro ou fora das Terras Indígenas. As Terras Indígenas Kaingang também retratam certos modelos de urbanização, como destaca Paulo Roberto Homem de Góes, sendo que muitas delas apresentam o padrão de uma Sede, e “residências próximas umas às outras e distribuídas em ruas lineares, próximas do modelo urbano” (GÓES 2018:160).

1.3 Perto de nós: antropólogos, pesquisas e indígenas nas cidades

Índios nas cidades?! Você deve estar brincando. Não, apenas tentando colocar as coisas no lugar, afinal, é disso que se trata este livro. Nós que vivemos, trabalhamos e fazemos nossas pesquisas sobre a vida indígena em áreas urbanas, nos tornamos conscientes de que existe pouquíssima atenção, pesquisa e publicações relacionadas aos temas dos índios urbanos. Muitos de nós já trabalhamos sobre estes temas de uma forma ou de outra por anos, alguns de nós dedicaram a vida a estas pesquisas. Mas, essencialmente, estivemos pensando sobre essas coisas isolados uns dos outros, nos perguntando por que, com mais da metade dos indígenas vivendo em áreas urbanas, existem tão

¹⁶ Tradução do autor: *the continued existence of a series of stereotypes regarding Indian people. A widespread and mistaken assumption held by the general public is that American Indians have “vanished” or live overwhelmingly on reservations in rural areas.*

poucos pesquisadores, escritores, poetas e artistas e tão poucos livros tratam dos temas e contextos urbanos¹⁷. (LOBO 2001:xi)

A citação da antropóloga Susan Lobo, que desenvolve suas pesquisas nos Estados Unidos da América, descreve uma situação recorrente no quadro geral dos estudos sobre populações e grupos indígenas que residem nas cidades ou se encontram em amplo contato com contextos urbanos (tanto lá, quanto cá): como pode um tema com tanto potencial ser amplamente ignorado e negligenciado ao longo do tempo pelos pesquisadores de diversas áreas, e, ao mesmo tempo, ser tão presente na experiência e nas práticas cotidianas dos grupos indígenas desde a fundação das primeiras cidades coloniais até os dias de hoje nas maiores cidades dos países americanos?

Uma vez que grande parte das populações indígenas no Brasil, e a maior parte delas ao redor do mundo, residem em contextos urbanos, em pequenas cidades ou grandes megalópoles, não estaríamos deixando de lado relevantes recortes ao privilegiar majoritariamente análises que desconsideram a importância das cidades para os indígenas, mesmo aqueles que não residem nelas, mas que vivenciam diariamente ou ocasionalmente experiências mais ou menos profundas com esses espaços e suas dinâmicas distintas?

O quanto desse desinteresse geral por parte de pesquisadores, além de administradores públicos e da população não indígena, de uma forma geral, é capaz de revelar sobre como não indígenas se esforçam para determinar certos espaços como sendo mais *legítimos* do que outros para a experiência indígena?

Cada um desses grupos tem suas preocupações, mas, em geral, compartilham do sentimento de inadequação quando expostos a essa temática e seus desafios associados. Mesmo que parte dos pesquisadores não ignore completamente tais situações, ou mesmo não deixe de reconhecer a sua importância, a proporção de estudos relacionados a esse tema *versus* a

¹⁷ *Indians in Cities?! You must be kidding. No, just trying to set the record straight – that is what this book is all about. Those of us living, working, or carrying our research about Indian life in urban areas became aware that there is very little focused attention, research, or writing that relate to urban Native topics. Many of us had worked on these topics in one way or another for years, some of us have live them our entire lives. But essentially we were thinking about these things in isolation from each other, wondering why, with more than half of all Indian people now living in urban areas, there is so little urban-focused interest among researchers, writers, poets, and artists, and why there are so few books on urban themes and contexts.* (LOBO 2001:xi)

proporção da população indígena residindo e se relacionando com esses espaços é extremamente desproporcional. Do final do século XIX até os dias de hoje, a tese da *aculturação* e suas ideias associadas vem sendo o grande conceito manejado por não indígenas para refletir sobre a presença dos indígenas nas cidades brasileiras.

Uma parte dos estudos relacionados a indígenas nas cidades diferencia índios de *índios urbanos*. A polarização, rural/urbano, foi manejada por diversos pesquisadores, inclusive aqueles debruçados sobre as pesquisas a respeito das cidades. A oposição serviu para sustentar a imagem da individualidade na cidade, da vida ágil, moderna e industrializada das relações urbanas em contraste com a vida nas comunidades rurais – por contraste, lenta, estática, tradicional e camponesa estabelecida pelos moradores do campo. O indígena, em sua visualização ideal desse planisfério de posicionamentos geográficos ocuparia o ponto mais extremo do polo rural.

O *índio urbano* é uma categoria utilizada pelo próprio Estado brasileiro, tratando-se do critério oficial utilizado pelo IBGE para dimensionar as características da população indígena no Brasil. O instituto relaciona “população indígena urbana” ao local de residência no momento da coleta dos dados, “segundo a sua área de localização, o domicílio foi classificado em situação urbana ou rural” (IBGE 2010). Ou seja, Terras Indígenas são qualificadas como áreas rurais, em oposição às áreas urbanas. As áreas indígenas localizadas no perímetro urbano são chamadas de aldeias urbanas, ou bairros indígenas (urbanos). A chamada Base Censitária respeita setores censitários, ou seja, cada unidade territorial predeterminada, “constituída por áreas contíguas, respeitando-se os limites da divisão político-administrativa, do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse” (*id.*).

O texto “Projeto Kuawai Kîrî: a experiência dos índios urbanos de Boa Vista – Roraima”, projetado pelo Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (NUPEPA/UFRR), apresenta os debates em torno do projeto homônimo de alunos e professores da Universidade Federal de Roraima, junto aos indígenas associados da Organização dos Indígenas da Cidade (ODIC). Através da descrição de reuniões, entrevistas e oficinas realizadas durante o ano de 2009 com os indígenas, o texto apresenta histórias familiares de indígenas

moradores de bairros da cidade, bem como a discussão sobre políticas públicas voltadas para indígenas moradores de Boa Vista. Apesar de a ação ser direcionada a cerca de 400 indígenas, segundo a ODIC, existem cerca de 30.000 indígenas residindo na cidade, entre os povos Makuxi, Wapichana, Wai Wai e Patamona. Nesse trabalho são chamados de indígenas urbanos, moradores dos bairros de Boa Vista, “que são considerados também moradores de uma região de fronteira transnacional” (OLIVEIRA 2010:62). Entretanto, devemos questionar a generalização da *condição* urbana, ainda mais quando estão evidenciados complexos circuitos de relacionamento interaldeãos e entre cidade e aldeias.

Os próprios relatos dos indígenas descrevem a região da atual cidade como integrante de territórios entrelaçados de importantes significados, para além da melhoria na qualidade de vida e da suposta desfragmentação de vínculos familiares e territoriais nas áreas determinadas pelos Estados nacionais para a ocupação dos indígenas. De acordo com os Macuxi, a região dessa cidade se chama Kuawai Kîrî “(teso de buritizais e igarapés, que na memória Wapichana é Kuaipyre)” (*id. ibid.*:63).

Nesse, como em muitos casos, ao se estudar a presença e a ocupação de indígenas de áreas das cidades, estamos tratando da permanência em território tradicional, e não apenas da urbanização dos indígenas: “No século XIX e começo do XX, os parentes saíam de suas malocas em direção do Kuawai Kîrî, um conjunto de malocas que moravam os melhores rezadores, que eram responsáveis pela saúde indígena” (*id.*).

Apesar da utilização nativa do termo “índio urbano”, os organizadores da obra não realizam qualquer discussão conceitual sobre o termo, nem ao menos destacam se tratar de um termo nativo, que, aos olhos da etnologia, precisa ser ao menos problematizado para ser mais bem compreendido. É lógico que quando os índios destacam que são índios urbanos, não o estão fazendo com o mesmo sentido dos não indígenas, em oposição ao mundo rural ou mundo das florestas. De toda forma, Reginaldo Gomes de Oliveira incorpora e naturaliza o termo, destacando apenas que, para os indígenas, os termos civilizado e “caboco” são menções internas para os indígenas moradores das cidades, ou índio urbano. Nunca é demais salientar que a generalização das centenas de povos e sociedades como indígenas ou índios é problemática, apesar de geral e

recorrente, entretanto a naturalização da ideia de “índios urbanos” nos leva obviamente a questionar o que são aqueles que não vivem no espaço urbano: índios rurais, aldeados, territorializados?

De acordo com Luiz Roberto de Paula (2017:300), é preciso questionar “noções reificadas e generalizantes (‘rural’, ‘urbano’, ‘campo’, ‘cidade’, ‘urbanização’, e correlatos)”. Atenta para a necessidade de se problematizar propriamente a noção de *urbano* condicionada aos indígenas. Algumas descrições tratam de aldeias urbanas, índios urbanos, condição urbana, não deixando claro o que é, exatamente, o diferencial *urbano*. Opõe-se, nesse debate, o índio urbano a um índio rural, este último, morador das Terras Indígenas? De acordo com de Paula, não faltam elementos para colocar essa categoria em xeque, “em diversas dimensões possíveis de análise” (*id.*). Apenas como exemplo para se refletir sobre a pouca e péssima utilidade do conceito, a Reserva Indígena Dourados no município de Dourados poderia ser chamada de uma área urbana, se tal concepção fosse levada a cabo de forma generalizada (assim como muitas outras áreas, reservas e terras indígenas no Brasil). A proximidade com a cidade, ou cidades, é uma das condições necessárias para a proliferação da urbanidade em seu interior, como se pode perceber em diversas áreas indígenas no país, mas, jamais, condição suficiente para se declarar que seus moradores são indígenas urbanos ou que residem em uma área indígena urbana.

O Estado e os cidadãos não são os únicos a levar a cabo de forma ideologizada o discurso da pauperização do índio nas cidades. A imagem quase hegemônica do índio miserável, formada pelo morador das cidades diante da presença indígena não é atual, ao contrário, foi construída historicamente e detém matizes coloniais. A categoria de *índios urbanos* é manuseada em sua maior parte para destacar a possível descaracterização cultural dos indígenas ao viver na cidade: uma vez que o espaço tradicional do indígena é a floresta, e em seu limite, o ambiente rural, o indígena na cidade, *urbano*, é uma vítima do sistema de exploração, que serve para degenerar a cultura e a convivência em comunidade. Como destaca Magnani, parte da agenda programática de pesquisas sobre indígenas em contextos urbanos “detém-se, preferencialmente, sobre as precárias condições de vida, trabalho e sobrevivência, comuns a

quaisquer outros moradores de baixa renda que vivem na periferia dos centros urbanos” (MAGNANI 2013a:7).

Apesar dos grandes esforços levados a cabo nessas seis décadas, ainda nos faltam elementos estabilizadores dessas análises: desde um maior levantamento de dados sobre o relacionamento histórico desses grupos com esses espaços, até as próprias bases teóricas elementares da “urbanidade”, que precisam ser refletidas em relação a esse tema. Mesmo que dos 896,9 mil indígenas, ao menos 36,2% residam em áreas urbanas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coletados em 2010, tais populações não são, nem de longe, alvo suficiente de estudos para que dispuséssemos de dados seguros para atentar a alguma situação geral dos indígenas nas cidades.

Passados nove anos da coleta dos dados pelo IBGE, podemos, ao menos, identificar aspectos gerais/estatísticos na relação dos indígenas com os municípios brasileiros, mas também nos questionamos sobre a proporção de pesquisas acadêmicas que são produzidas sobre essas situações. Ressalvamos os esforços teórico-metodológicos produzidos pelo Grupo de Etnologia Urbana (GEU) do Laboratório do Núcleo de Etnologia Urbana da Universidade de São Paulo, que contribuiu com debates entre Antropologia Urbana e Etnologia. Seu principal foco de pesquisa vem sendo o relacionamento de grupos indígenas com cidades amazonenses. Deve-se destaque à argumentação de José Agnelo Dias de Andrade (2012), a partir da proposta de Sahlins, de indigenização da modernidade (Sahlins 1997) ou, nos seus termos, de indigenização da cidade. Andrade associa essa ideia ao conceito de *dwelling* (habitação) de Tim Ingold (2000), com a forma metodológica proposta por Magnani para se pesquisar circuitos urbanos Sateré Mawé “de perto e de dentro” (2002).

Susan Lobo (2001) inicia um de seus artigos com o questionamento “*Is urban a person or a place?*”, ou seja, o urbano é uma característica das pessoas, dos indivíduos, ou dos lugares onde se reside? A autora é categórica em afirmar a segunda alternativa, um local, um ambiente. Trata-se de uma localidade que indígenas, em algum ponto de sua vida, visitam, estabelecem lá acampamentos temporários, ou residem. A urbanidade ou o ambiente urbano não determina as identidades dos indivíduos indígenas que permanecem nesses locais,

independentemente da profundidade das relações estabelecidas, mas, como destaca Susan Lobo, “a área urbana e as experiências urbanas são o contexto e alguns dos fatores que contribuem na definição da identidade” (LOBO 2001:56)¹⁸.

Nunes também aponta a questão da passagem do indígena para o ambiente urbano como uma “questão das essências”, ou seja, de que os não indígenas posicionam indígenas como indivíduos naturalmente relacionados às florestas, enquanto os não indígenas, às próprias cidades. A essência indígena teria seu berço nas florestas e na história e a não indígena nas cidades e na contemporaneidade. Essa oposição impõe uma relação intrínseca do indivíduo com seu meio: mesmo quando afastado das metrópoles, o cidadão carregaria consigo a urbanidade empunhando a tecnologia e a civilização, o indígena, por sua vez, mesmo afastado da floresta, aldeia, ambiente rural, carrega dentro de si a primitividade e a rudeza, portanto, essencialmente incompatível com o mundo urbano, sem ferramentas para cruzá-lo ou suportá-lo sem amparo.

A idéia de “índios urbanos” parece, a esse imaginário, como uma contradição em termos. O selvagem fora da selva, (quase) camuflado entre prédios, é pensado como um indivíduo deslocado, fora de seu próprio mundo, em contradição com a essência de seu ser. Um dos problemas envolvidos aqui – um dos aspectos, portanto, com os quais a antropologia, nessas circunstâncias, tem que lidar – é uma certa teoria da mudança cultural, que toma a transformação com um processo de tornar-se diferente de si próprio e, como consequência, igual a outrem, deixando, assim, de ser quem se é. (NUNES 2010:16)

No mesmo sentido, índios rurais, índios da fazenda ou índios da selva. Tais criações são insustentáveis diante de análises que levem a diversidade e complexidade das relações estabelecidas entre os grupos.

Se as reflexões que a antropologia realiza tendem sempre a buscar uma disseminação adequada de etnôminos em contraposição a generalizações como “índios” ou “indígenas”, o que dizer de reflexões que os categorizam primordialmente com base no seu posicionamento/distanciamento em relação à cidade? Se nos preocupamos em comunicar e publicizar autodeterminações adequadas a cada povo, devemos antes de qualquer coisa deixar de lado determinações externas, principalmente aquelas que fragmentam a identidade

¹⁸ Tradução do autor: *the urban area and urban experiences are the context and some of the factors that contribute to defining identity.*

em relação ao local de moradia, momento histórico ou comportamento que os indígenas manifestam. Índios urbanos não existem.

1.4 Natureza e civilização: a visão não indígena

A tradição ocidental determina que a civilização é uma questão das cidades, ou seja, elas são o espaço necessário para o crescimento da civilização, mas também o seu produto. Civilização está associada no latim à ideia de moradores de cidades e à prática da cidadania. Como destaca Forbes, uma pessoa sem cidade não será vista como civilizada pelo eurocentrismo, “e, de fato, a divisão dualista entre ‘natureza’ e ‘cultura’ [...] separa ‘condado’ versus ‘cidade’” (FORBES 2001:5)¹⁹.

Em nenhum outro local os fundamentos da separação entre o mundo da natureza e da cultura se tornam tão evidentes como nas narrativas citadinas. Uma de suas principais bandeiras é o desprezo pela presença e proximidade dos indígenas com os espaços urbanos. Tais narrativas posicionam sempre o indígena como um residente exclusivo da floresta, ou em seu limite, do mundo rural. Esse tipo de afirmação é comumente encontrada nos aglomerados urbanos de grande porte, onde a maior parte das descrições sobre indígenas correspondem a estereótipos clássicos como “indígenas/natureza” e “não indígenas/cidade”. Em um sentido geral, manter o indígena afastado da cidade para se purificar o ambiente urbano dos maus hábitos da barbárie e selvageria.

Se buscarmos destacar que cada relação entre grupo indígena e cidade é marcada por ambientes relacionais distintivos entre indígenas e não indígenas, ou mesmo entre indígenas que residem nas aldeias e aqueles que residem nas cidades, como afirmou Roberto Cardoso de Oliveira, não podemos utilizar o mesmo ponto para a compreensão de tais fenômenos para os não indígenas. Ao contrário, salientamos a existência de uma percepção geral entre a maior parte da sociedade nacional, operando grande parte do sistema de contato entre indígenas e não indígenas. O discurso atribui a noção de que grupos que se encontram distantes dos núcleos urbanos são mais puros e tradicionais, enquanto grupos que se localizam próximos a cidades (ainda mais quando por

¹⁹ Tradução do autor: *and, indeed, the dualistic split between “nature” and “culture” in much of Eurocentric thinking us also a “country” versus “city” split as I discuss elsewhere.*

própria opção), ou mantêm relação com bens relacionados a esses espaços (tecnologias e ferramentas) são vistos como indivíduos degenerados, com base cultural degradada, integrantes de uma massa de miseráveis, vitimados pelo processo histórico e à beira da extinção física e cultural.

Em 1965, em *O Índio na Consciência Nacional*, Oliveira tratava do imaginário nacional vigente sobre os indígenas no Brasil. Em linhas gerais, o autor destacava a existência de uma imagem do “índio estereotipado”, tomado como uma unidade indistinta fruto de uma consciência colonial remanescente na consciência nacional. Concordando com Cardoso de Oliveira, aponto que pouco mudou nesses 55 anos desde a publicação de seus argumentos. Obviamente, no contexto contemporâneo, tal polarização precisa ser questionada, principalmente diante do acúmulo de informações e opiniões disponíveis aos moradores de ambos os locais. Contudo, imagens pendulares como traiçoeiro/confiável, preguiçoso/trabalhador mantêm-se para grande parte da população no Brasil, seja em cidades pequenas ou nas grandes metrópoles.

A perspectiva do cidadão sobre o indígena sustenta-se sobre a métrica da distância geográfico/temporal, admitindo a existência de indígenas em aldeias distantes ou entre os ecos de seu próprio passado, participando “de uma única constelação de estereótipos, que é engendrada pelo desconhecimento de um tipo determinado de grupo humano” (OLIVEIRA 1972 [1965]:67).

A valorização da individualidade e do pensamento científico seria a chave mestra para a devida experimentação da vida urbana dos não indígenas. Nesse caso, não somente entre os leigos e cidadãos em geral, uma parte considerável dos estudos sobre a relação rural/urbano se baseou programaticamente nisso. Por outro lado, os indígenas habitam o próprio mundo da natureza, em florestas distantes, localizados em aldeias onde prevalecem o senso coletivo e o comportamento instintivo, caracterizados por “um tipo de conhecimento sensível” (MELO 2011:2-3). No caso da presença dos indígenas nas cidades brasileiras, o abandono do estágio “tradicional”, diante do contato com a “modernidade” (cidade), seria a prova derradeira da degradação, como destaca Melo: “O índio inserido na cidade, representado como ‘manso’ e ‘domesticado’, passa a ser visto como farsa” (*id. ibid.* 2009:50).

Sahlins critica tais colocações e as trata como um dos artefatos da narrativa do *paradigma do objeto-em-vias-de-extinção*. Mesmo que nem sempre trate da extinção física das sociedades, essa argumentação questiona a autenticidade dos grupos, que teriam, por esse paradigma, perdido suas características distintivas e exóticas perante a expansão e o assédio da ordem capitalista mundial (SAHLINS 1997:2).

A observação de indígenas nas cidades pelos cidadãos e pelos administradores públicos leva sempre em conta o fato de que os indígenas se encontram em ambiente inadequado, sem espaço social para sua presença, apesar de a cidade ser emanada como ambiente da diversidade. Observei tal posição em momentos de minha pesquisa, quando buscava compreender a percepção dos não indígenas sobre a presença dos indígenas nessa cidade. Além dos depoimentos que registrei dos indígenas sobre a dificuldade dos não indígenas em compreender tal situação, pude coletar informações nesse sentido com servidores e administradores públicos do município e do estado do Paraná, mas, também, com proprietários de estabelecimentos comerciais, transeuntes, que residem ou trabalham perto dos locais onde os indígenas permanecem regularmente e/ou temporariamente na cidade.

Poucos lugares produzem mais narrativas sobre a característica estática e imutável do indígena, como um ente reflexivo da história não indígena, como as grandes metrópoles: ali, a referência aos indígenas como representantes do passado ou de uma natureza intocada surge como expoente, tanto positiva como negativamente. O acesso a instrumentos e ferramentas tecnológicas, língua portuguesa, vestimentas iguais ou semelhantes também pode ser caracterizado como uma fraude, ou mesmo a degeneração em virtude da violência do Estado. São frequentes os argumentos de que aqueles nas ruas, praças e comércios “não são mais índios”, “são menos índios do que na aldeia”, “menos índios do que os da floresta (principalmente amazônica)”, ou mesmo “são pobres coitados explorados”, “exemplares perdidos de um mundo esquecido no tempo e espaço”, enfim, um rol quase infinito que se refere ao esquecimento ou ao melancólico e derradeiro fim dos indígenas, faces de uma mesma moeda de estereótipos.

Sobre aspecto semelhante discorre Cesar Gordon, ao tratar de uma problemática de fundo relacionada a nossa sociedade e nosso relacionamento

com objetos de consumo em massa, da sociedade capitalista. Nossa produção, desejo e efetivo consumo é ponto pacífico, todavia, quando diagnosticado entre os indígenas, “é como se houvesse um imperativo de separação. Os índios não podem querer tais coisas que lhes são *estranhas* e, se as querem, algo *estranho* lhes acomete” (GORDON 2006:37). Esse algo estranho a meu ver são os complexos de estereótipos citados acima, onde se dispensa qualquer alteridade, a que os indígenas estiveram expostos desde os primórdios dos primeiros contatos e da colonização, e desde esse período, tentam enquadrar os indígenas no nosso próprio plano de fundo cosmológico, sejam bons selvagens ou *homo ferus*. Segundo Gordon, “eles dizem muito mais sobre nossa relação com os índios do que sobre a relação dos índios conosco. É como se olhássemos os índios sempre através de um espelho, que só pode nos devolver nossa própria imagem distorcida” (*id.*).

Sahlins posiciona corretamente a tese do sistema mundial como uma lógica cultural relativa, “em termos de valor de troca”. No caso do contato dos não indígenas com mercadorias e com o ambiente mais proeminente das mercadorias, prevalece nessa mentalidade a tese da degeneração cultural ou a rendição ao sistema capitalista, o reconhecimento da superioridade cultural do não indígena por sua tecnologia e bens de consumo.

A ideia geral é que o sistema mundial é a expressão racional de uma lógica cultural relativa, entenda-se, sua expressão em termos de valor de troca. Na condição de sistema de diferenças culturais organizado como divisão do trabalho, ele é um mercado global de fraquezas humanas no qual todas podem ser comercializadas lucrativamente num meio pecuniário comum. Assim como Galileu achou que a matemática era a linguagem do mundo físico, a burguesia tem se comprazido em acreditar que o universo cultural é redutível a um discurso sobre o preço – a despeito do fato de que outros povos resistiram tanto a uma ideia quanto à outra, povoando sua existência com outras considerações. O fetichismo, portanto, é o costume da economia mundial capitalista, uma vez que é precisamente ele que traduz essas cosmologias e ontologias real-históricas, essas várias relações de pessoas e sistemas de objetos, nos termos de uma análise de custo e benefício [...]. É claro que a capacidade de reduzir as propriedades sociais a valores de mercado é exatamente o que permite o capitalismo dominar a ordem cultural. No entanto, pelo menos algumas vezes, essa mesma capacidade transforma o capitalismo mundial em escravo de conceitos locais de *status*, meios locais de controle da mão-de-obra e preferências locais de consumo, que ele não tem nenhuma vontade de obliterar, na medida em que isso não seria lucrativo. (SAHLINS 2007:449-450)

Os estudos africanistas que tratam sobre o tribalismo em um contexto de grande contato com o mundo urbano, sobretudo, Meyer Fortes (1938), William Watson (1958), Max Gluckman (1958; 1960; 1986 [1958]), Mitchell, (1956), Epstein (1958), já apresentavam importantes críticas contra noções pejorativas sobre a relação entre a proximidade com a vida urbana e a degeneração cultural dos grupos estudados.

Antes de aproximar a discussão dos indígenas e as cidades com os estudos africanistas sobre as cidades, é preciso destacar que o relacionamento dos grupos e tribos nos países africanos com o mundo urbano é muito maior e mais disseminado do que nos países americanos. O meio urbano é conflagrado por múltiplos grupos tribais e esquemas políticos, inter-relacionado com os territórios tribais de onde os moradores das cidades são provenientes ou descendem. Contudo, diversas reflexões observadas nesse ambiente inter-relacional, tanto por antropólogos, como por agentes colonizadores, contribuem na nossa análise para a compreensão de fenômenos sociais associados ao contato de indígenas com o ambiente urbano, suas ferramentas, objetos e técnicas. Além disso, cabe uma reflexão não só de tais circunstâncias, mas até mais, de suas descrições e posicionamentos por parte de pesquisadores.

Meyer Fortes em *Culture contact as a Dynamic Process an Investigation in the Northern Territories of the Gold Coast* (1938:60-61), ao considerar os efeitos e consequências do contato entre as sociedades africanas e europeias alerta para o risco de os pesquisadores ignorarem o contato e as mútuas mudanças derivadas dele, correndo o risco, com isso, de caírem em armadilhas ao descrever sociedades com amplo contato com europeus como sociedades “com vida tribal hipotética e incontaminada”. Incorrendo nesse tipo de descrição, segundo Meyer Fortes, diversos autores apresentam uma plena prontidão para empregar “termos como ‘patológico’, desintegrado’, ‘desmoralizado’, em um sentido pejorativo ou depreciativo” (*id.*)²⁰.

Em meio a diversas descrições teóricas que opõem o meio rural ao urbano, de acordo com Watson, esse sentido surge em uma falsa oposição entre a vida dos africanos nas cidades “e uma vida tribal hipotética, não contaminada

²⁰ Tradução do autor: *How much more difficult is to do so in such studies of culture contact can be judged from the readiness with which writers on the subject employ terms like “pathological”, “disintegrated”, “detribalized”, “demoralized”, in a pejorative or deprecatory sense.*

no passado” (WATSON 1958:4), sendo tal passado, quando livre dos colonizadores europeus. Nunca é demais salientar que, nessa lógica, o polo transformador é sempre o agente externo. Cabe a ele o papel de determinador da ação/mudança. Nessa crença, coloca-se não somente como um elemento *necessário* para a transformação, mas um elemento *suficiente* em si, onde o outro não tem papel algum, além de servir de matéria-prima bruta para a operação da força intelectual e física.

Apesar da crença dos europeus de que sua interferência seria uma condição suficiente para a transformação dos grupos tribais, tais grupos jamais se constituíram em uma unidade isolada de contatos externos. No contexto de grupos africanos, Watson lembra que o contato com europeus, tal como com muitos grupos antes destes, não destituiu ou destruiu a importância das instituições tribais em nenhum lugar do continente. Os vínculos e instituições sociais não são instrumentalizadores somente da indumentária e de elementos aparentes. No caso do ambiente urbano, como os indígenas na América, “os africanos rapidamente assimilam vestimentas europeias, cultura material, e outras formas externas de comportamento, mas essa assimilação não necessariamente implica ‘destribalização’” (WATSON 1958:5), ou mesmo, como muitos não indígenas falam no Brasil, não implica a “perda cultural”.

Os relatos da aculturação, da transformação, da cultura degenerada vêm sempre de uma primeira impressão, de uma imagem externa que não se apresenta como se deseja, nunca da imersão ou compreensão das dinâmicas do contato. O esforço em compreender o outro, radicalmente distinto, necessita que o outro tenha sua aparência radicalmente distinta. Incorre-se nesse raciocínio até por acreditar que esse outro seja mais primitivo, o que o leva a questionar a existência de uma profundidade intelectual suficiente para se diferenciar, justamente pela sua primitividade. Continua Watson: “Pelo contrário, muitas tentativas de organizar trabalhadores industriais africanos numa base comum de interesse econômico encontraram grandes dificuldades devido a solidariedades tribais africanas e hostilidades intertribais” (WATSON 1958:5)²¹.

²¹ Tradução do autor: *Under urban conditions, the Africans rapidly assimilate European dress, material culture, and outward forms of behaviour, but this assimilation does not necessarily imply “detribalization”. On the contrary, many attempts to organize African industrial workers on a common basis of economics interest have encountered great difficulties because of African tribal solidarities and inter-tribal hostilities.*

Max Gluckman, em uma crítica à visão dos antropólogos sobre o espaço de seus interlocutores, entre o mundo rural e o urbano, destacava que, assim como os administradores coloniais, os antropólogos foram por muito tempo criados somente para compreender o mundo rural, “para eles, a tribo era o ‘ponto zero’, o começo do qual as pessoas mudaram quando passaram por influências urbanas e outras influências ocidentais”. Justamente por buscar uma espécie de essência do grupo estudado, e nisso Gluckman apontava sua crítica principalmente para Malinowski, “o ponto de partida das análises era a tribo original e o homem original da tribo”. Todas as questões que surgiram no estudo do contato na cidade tratavam da destribalização. Trazendo para termos mais usuais da sociedade brasileira em contato com os indígenas, a perda de suas características distintivas, da cultura, a dissolução dos vínculos comunitários e a respectiva ascensão da individualidade, no continente africano, como na América, um processo “analisado e medido à medida que o membro da tribo lentamente mudava” (GLUCKMAN 1960:56-57)²².

Gluckman menciona que os nativos transitam entre o mundo urbano e o mundo rural, em um movimento duplo de destribalização e tribalização, que também institui a desurbanização. Com isso, revelam-se persistências de padrões e modelos tribais nas cidades, e a transferência de instrumentos e técnicas urbanas para os territórios tribais:

Em minha opinião, portanto, parecia essencial iniciar análises sobre a vida na cidade dizendo que, no momento em que o africano atravessou sua fronteira tribal, ele foi “destribalizado”, quando um homem retorna das cidades para a área política de sua tribo é tribalizado – desurbanizado –, embora não fora da influência da cidade²³. (GLUCKMAN 1960:58)

Gluckman está falando da existência de dois homens diferentes, em um mesmo corpo, ambos sendo sempre tribalizados, no meio rural ou no meio

²² Tradução do autor: *Our anthropologists, like our administrators, were reared on the rural tradition of the tribes. For them, the tribe was the “zero-point”, the start from which people changed as they came under urban and other Western influences: hence the starting-point of the analyses was the original tribe and the original tribesman. Correspondingly, when some anthropologists began to study Africans in the towns, they saw the problems to be studied as those arising from the adaptation of a tribesman to urban conditions, and formulated these in terms of a process of “detribalization”, which had to be analysed and measured as the tribesman slowly changed.*

²³ Tradução do autor: *In my own view, therefore, it seemed essential to start analyses of town life by saying that the moment African crossed his tribal boundary, he was “detribalized”, spondingly, when a man returns from the towns into the political area of his tribe he is tribalized – de-urbanised –, though not outside the influence of the town.*

urbano – cada um a sua maneira, à medida que transitam entre as fronteiras de influências desses espaços:

[...] nas áreas rurais todas as suas atividades são controladas pelo sistema de relações tribais, nas áreas urbanas os apegos tribais tralham dentro de um sistema de associações urbanas. Por isso, os africanos na área rural e na cidade são dois homens diferentes; para a situação social do lar tribal e do emprego urbano determinar suas ações e associações, dentro do sistema político-econômico principal cobrindo ambas as áreas²⁴. (GLUCKMAN 1960:69)

Se eles se urbanizam, também se desurbanizam. É a mesma conclusão em que aposta Forbes para os indígenas nos EUA. O autor destaca que muitos citadinos se assustam ao descobrir os altos indígenas de moradias urbanas de indígenas, atestando nisso a evidência da degeneração e da perda cultural. O que muitos deles não sabem ou não compreendem é que “os primeiros americanos, de fato, passaram por períodos de desurbanização e reurbanização em várias ocasiões em sua história e que a vida urbana tem sido um aspecto importante da vida americana desde tempos antigos” (FORBES 2001:5).

Não se pode afirmar de forma alguma que os administradores públicos desconheciam as demandas e a experiência dos indígenas relacionadas ao espaço da cidade e à vida urbana; na verdade, tais demandas sempre existiram como os registros históricos atestam. Entretanto, a omissão diante dos direitos indígenas nas áreas urbanas é praticamente uma regra no Brasil, como em outras partes da América Latina e nos países norte-americanos. Como em outros casos, os silêncios são investidos de ideologia e política, e sempre visam esvaziar o espaço e a presença dos indígenas nas cidades.

²⁴ Tradução do autor: [...] *in the rural areas he lives and is controlled in every activity in a organized system of tribal relations; in the urban areas, tribal attachments work within a setting of urban associations. Hence the African in rural area and in town is two different men; for the social situation of tribal home and of urban employment determine his actions and associations, within the major politico-economic system covering both areas.*

2. “LUGAR PRA MORAR, NEGOCIAR E FAZER POLÍTICA”: PANORAMA DA PRESENÇA E PERMANÊNCIA INDÍGENA EM CURITIBA

É importante considerar, antes da imersão em análises histórico-etnográficas sobre indígenas em Curitiba, qual a dimensão da população indígena residente em cidades de uma forma geral, assim como sua proporção de crescimento, o que por si já levanta diversos questionamentos relacionados aos estudos sobre indígenas, sua relevância entre pesquisadores e, principalmente, a tendência de ocupação desses espaços.

Segundo os dados mais atualizados, levantados entre organismos pertencentes à Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente o *International Work Group for Indigenous Affairs* (IWGIA) (através da Conferência em Alta, Noruega, 10-12, junho de 2013), e a própria Conferência Mundial dos Povos Indígenas (CMPI/ONU) (realizada nos dias 22 e 23 de setembro de 2014, em Nova York, EUA), existem atualmente mais de 5.000 povos considerados indígenas ao redor do mundo, totalizando uma população de 370 milhões de pessoas (UN-HABITAT 2009; 2010; 2011, IWGIA 2014; 2015). Além desse dado, diversas agências internacionais, fundações, instituições e órgãos de Estado, pesquisadores, Universidades e Organizações Não Governamentais (ONG) apontam para o crescimento exponencial da presença e moradia (temporária ou definitiva) de populações indígenas em espaços urbanos.

Enquanto algumas famílias e grupos indígenas encontram formas de ascender em meio à desigualdade urbana, na maior parte dos casos populações indígenas terminam expostas à extrema pobreza e em meio ao abandono completo de políticas públicas e discriminação no ambiente de trabalho, usualmente ocupando as regiões periféricas e marginalizadas das cidades (UN-HABITAT 2009; 2010; 2011).

Apesar dessa consideração geral, é ponto comum entre os pesquisadores do tema a carência de dados demográficos e estatísticos sobre a população indígena mundial, quanto mais, especificamente, aquelas que habitam áreas urbanas. Os dados existentes são muito divergentes, provenientes de diversas agências de diversos Estados, o que torna extremamente difícil precisar a porcentagem demográfica e sua consequente taxa de crescimento populacional, como atestado pelos dados consolidados publicações da Un-Habitat. As diferentes metodologias de abordagem e coleta censitária também não dão uma

segurança suficiente para criar amplos panoramas comparativos, que seriam extremamente produtivos, tanto nas análises de generalidades quanto das mais diversas especificidades relacionadas ao tema. É fato que uma maior uniformidade na coleta e qualificação dos dados traria a possibilidade de ampliar o escopo das análises, sendo possível compreender situações em uma escala muito maior.

Julian Burguer alegou para o Comitê Para a Eliminação da Discriminação Racial (ONU) em 2008, que existe uma tendência de crescimento da moradia de indígenas em áreas urbanas. Segundo ele, da totalidade da população indígena mundial, 40% residia em áreas urbanas (BURGER 2008:2). Já para Amy Emel Muedin, que atua no escritório de migração da ONU, no mesmo ano, metade da população indígena residia em áreas urbanas (MUEDIN 2008:8). Esses dados por si já atestam uma importante situação que precisa ser considerada: em todo o mundo existe uma tendência de que os grupos indígenas ocupem cada vez mais espaços urbanos, sendo os motivos por trás dessa ocupação, muitas vezes, baseados em conflitos armados, desastres naturais, projetos de desenvolvimento, expansão das áreas urbanas e/ou de sua influência sobre outros espaços.

Cada região do mundo e seus respectivos países apresentam contornos específicos para a ocupação dos espaços urbanos, sendo os dados gerais insuficientes para compreender as respectivas especificidades emanadas das diferentes situações. Os dados mais atualizados e que podem ser equiparados são aqueles analisados pela Un-Habitat, e tratam em sua maior parte do ano e década de 2000. Apesar da defasagem desses dados, podem inferir tendências a partir de análises anteriores, principalmente no caso brasileiro, que mais nos interessa no presente estudo.

Por todo o mundo observa-se uma tendência da população indígena em ocupar espaços urbanos, de maneira involuntária ou voluntária. Todavia, é preciso mencionar que até mesmo migrações que podem ser reconhecidas como voluntárias, muitas vezes, escondem matizes que inviabilizam a manutenção do modo de vida. Nem toda migração voluntária está relacionada a uma decisão totalmente livre, no sentido de se dar em plena observação de alternativas locais. O padrão de crescimento da população indígena de núcleos

urbanos pode revelar violências ocorridas nos territórios tradicionais, físicas ou simbólicas.

Os diversos países apresentam dados demográficos muito variados. É preciso ponderar as variações metodológicas e o estado das relações entre a sociedade nacional (envolvente) e os diferentes grupos indígenas que residem nos espaços. Muitas delas não são formalmente reconhecidas pelo Estado, assim como seus territórios tradicionais, existindo grandes tensões políticas e até conflitos armados. Em muitos dos casos, essas populações estão diretamente envolvidas nesses conflitos, travados dentro de seus territórios tradicionais, isto é, territórios históricos, comunitários, familiares e muitas vezes, sagrados. De acordo com a Un-Habitat (2009; 2010), isso promove migrações desses grupos para cidades, local preferencial para o refúgio desses conflitos. Nesse contexto, é muito difícil estabelecer projeções estatísticas seguras.

Todas as nações em que residem povos indígenas²⁵ apresentam taxas importantes e crescentes da população de tais grupos nos grandes centros e áreas urbanas. Na Europa destaco a população Sámi, conhecida também como lapões, originários da Lapônia, ocupando regiões da Suécia, Noruega, Finlândia, bem como a península de *Kola*, na Rússia. Os países que compõem o continente africano apresentam uma ampla população identificada como indígena localizada em núcleos urbanos. Deve-se considerar a existência de cidades, áreas e centros urbanos que foram criados e ampliados através de milhares de anos, com diferentes grupos colonizadores, muitos da partilha colonial do continente pelos europeus.

O termo “urbano”, ou área urbana, manifesta contornos contemporâneos distintos, principalmente a partir do período colonial, quando ganhou conotação, aparência e estrutura distinta. Novos centros urbanos foram estabelecidos com o propósito da conquista dos territórios e separação dos grupos locais dos colonizadores. A cidade colonial era diferente das concentrações urbanas anteriores, pois regulamentava a presença dos povos de acordo com a doutrina

²⁵ Apesar de problemático, por não tratar de especificidades das etnias, o conceito de povos indígenas foi adotado neste momento para contextualizar uma questão global, da ocupação desses grupos de espaços urbanos. Nesse aspecto, está relacionado ao sentido utilizado principalmente pela Organização das Nações Unidas, *indigenous peoples*, como apresentado em diversas publicações dessa organização, principalmente na própria Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, do ano de 2007, além de outras publicações de agências da ONU, como a Un-Habitat.

de conquista e exploração do colonialismo (EL-SADATY 2015:70). Canadá e os Estados Unidos da América (EUA) apresentam altos índices de população indígena residente em áreas urbanas. Na Oceania, a maior parte desses grupos também reside em áreas urbanas. De acordo com os dados da Un-Habitat coletados junto ao governo australiano, 30% dos indígenas residem nas grandes cidades, e cerca de 40% nas cidades de médio e pequeno porte (UN-HABITAT 2009; 2010).

As populações indígenas que habitam ou permanecem em áreas urbanas, em todas as localidades e independentemente do recorte, não podem ser tratadas como um grupo homogêneo. De acordo com Del Popolo, Oyarce e Ribotto, as diversidades de circunstâncias que são apresentadas nas análises estão relacionadas a pelo menos três dimensões distintas: “(1) origem; (2) o tipo de interação entre diferentes grupos sociais, de acordo com a posição e status socioeconômico; (3) as diferentes formas de contato interétnico associadas a padrões socioculturais específicos de cada povo em seu contexto urbano” (2007:8)²⁶.

No caso da primeira dessas dimensões, a origem, devemos destacar a existência de outros três grupos, a saber: aqueles que residem nos territórios onde cidades foram fundadas, sempre estando presentes nesses espaços; aqueles que são descendentes de gerações de migrantes para espaços urbanos, nascidos nas próprias cidades; e, por fim, aqueles que são migrantes (*id.*).

²⁶ Tradução do autor: (1) *origin*; (2) *type of interaction between different social groups, according to socioeconomic position and status*; and (3) *the different forms of inter-ethnic contact associated with the specific sociocultural patterns of each people and their urban context*.

2.1 A população indígena e a demografia: o caso dos censos de 1991, 2000 e 2010

Para os propósitos deste estudo, considero importante apresentar certos dados demográficos relacionados aos indígenas no Brasil²⁷. Uma verdadeira “descoberta demográfica” relacionada aos indígenas nas cidades vem sendo comentada por pesquisadores de diversas áreas, pelo menos desde o Censo do ano de 2000. Com isso, diversos estudos se voltaram para a compreensão de fenômenos associados à transformação do panorama tradicionalmente descrito sobre a residência dos indígenas, até então considerados quase exclusivamente na região rural ou em áreas reservadas para indígenas no Brasil (Terras Indígenas, florestas e matas distantes de núcleos urbanos).

Desde o período imperial, foram realizados diversos recenseamentos da população brasileira. Inicialmente coordenados pela Diretoria Geral de Estatística, publicados em 1872, 1890, 1900 e 1920, mais tarde pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Os dados coletados nos anos de 1872, 1890, 1940 e 1950, de acordo com João Pacheco de Oliveira (1997; 2000), “são pontuais e episódicos”, o que impede uma visualização da proporcionalidade ou de taxas de crescimento populacional dos indígenas entre a população, sejam elas positivas ou negativas.

Os censos de 1940, 1950, 1960 e 1980 apresentam dados em que a presença indígena entre a população brasileira é diluída entre os miscigenados, porém, dessa maneira, estabelecem elementos para análises comparativas e compreensão do processo histórico. Já os censos de 1900, 1920 e 1970 foram baseados em políticas de omissão em relação a populações indígenas e negra. De fato, como destaca Pacheco de Oliveira, “omitem inteiramente as questões étnicas e raciais e pretendem descrever, segundo variáveis supostamente universais, um país moderno e integrado” (PACHECO DE OLIVEIRA 1997:63-64).

²⁷ Destacamos que, apesar de esse estudo não se dedicar a uma análise da demografia histórica de populações indígenas na cidade, mesmo porque traria um universo de possibilidades que não nos cabe nesse momento nem teríamos tempo para tanto, esse trabalho ainda precisa ser realizado e demonstraria, pela análise preliminar de alguns registros históricos, grandes revelações sobre o contingente de moradores indígenas desde a fundação da cidade.

Sem dúvida, o processo de redemocratização brasileira, com a consequente ascensão do movimento e a conquista de direitos e da cidadania dos indígenas no Brasil, culminando com a inclusão dos Artigos 231 e 232 na Constituição Federal em 1988, trouxe novos contornos e possibilidades para a investigação demográfica de populações indígenas, residentes em Terras Indígenas ou não. Já no censo de 1991, a autodeterminação foi levada em consideração, mesmo de maneira embrionária, o que levou à possibilidade de os indígenas se declararem dessa forma, diferentemente dos censos anteriores, até 1980, em que acabavam confundidos com setores da população nacional na categoria “parda” (PACHECO DE OLIVEIRA 1997:81, 2000:208; PEREIRA; AZEVEDO 2004:2).

Apesar de alguns autores considerarem a possibilidade de análises da população indígena nas publicações anteriores através dos microdados coletados, uma vez que as publicações finais não a consideram, acreditamos que o verdadeiro motor do processo de visualização demográfica dos povos indígenas no Brasil está justamente no poder investido pela autodeclaração e autodeterminação.

Um importante aspecto a ser considerado é a própria sofisticação da metodologia de coleta dos dados ao longo dos recenseamentos nos anos 1991, 2000 e 2010. Em 1997, destacou Pacheco de Oliveira:

Ainda que tais dados estejam em elaboração pelo IBGE, esse é um fato bastante promissor, que deverá por sua vez atuar como um propulsor de novas pesquisas sobre o índio e de novas esferas de reconhecimento de sua presença no Brasil contemporâneo. (PACHECO DE OLIVEIRA 1997:81)

2.1.1 A explosão demográfica

Como antecipado pelos autores supracitados, os censos de 2000 e 2010 revelaram matizes muito distintos dos até então imaginados pelos pesquisadores (demógrafos e antropólogos), administradores públicos e pela sociedade nacional como um todo. Um novo momento para potenciais políticas públicas para indígenas emerge diante da confirmação de que os números sobre a população indígena eram muito maiores do que se imaginava, afastando, definitivamente, a imagem inexorável da extinção de todos os povos indígenas. Serviu também como chamariz para inúmeras pesquisas, de diversas áreas do

conhecimento que vislumbraram questionamentos e reflexões a partir da explosão demográfica dos povos indígenas no Brasil.

A comparação dos dados coletados nos censos de 1991 e 2000 revela um imenso salto demográfico da população indígena em todas as regiões e municípios brasileiros.

De acordo com as publicações relacionadas ao Recenseamento Geral de 1991²⁸, existiam naquele momento 294.131 indivíduos autodeclarados como indígenas no Brasil representando 0,2% da população brasileira, divididos entre 223.105 habitantes de Terras Indígenas e 71.026 residentes em áreas urbanas, respectivamente 76% e 24%. Como destaca publicação do próprio IBGE, “Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000” (2005):

A classificação utilizada pelo IBGE, no Censo Demográfico 1991 incorporou a categoria indígena. As categorias investigadas foram nesta ordem: branco, preto, amarelo, pardo e indígena. O Censo Demográfico 2000 manteve as mesmas categorias, assim como a mesma conceituação. (IBGE 2005:13)

Nesse período, 34% das cidades brasileiras apresentaram ao menos um (1) indivíduo autodeclarado indígena. Em 2000, dos 5.507 municípios existentes, 3.495 municípios apresentavam indivíduos autodeclarados indígenas, sendo 63,5% das cidades (IBGE 2005). Dimensionando somente o conjunto das capitais brasileiras, no ano de 1991, 12% dos indígenas residiam nesses espaços, já em 2000, essa taxa aumentou para 18,1%. Trata-se de um impressionante crescimento de 50,5% em nove anos, sendo mais acentuado nas capitais das regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste, localidades que se caracterizam como grandes centros migratórios de indígenas, tanto de seus respectivos estados quanto de outras regiões do Brasil.

O censo demográfico de 2000 apresentou um imenso salto geral na população indígena autodeclarada, somando o total de 734 mil indígenas. Em uma década, o volume de indígenas presentes no recenseamento cresceu em quase 440 mil indivíduos. Como salienta a publicação do IBGE, esse

²⁸ Ao contrário dos censos anteriores, o Recenseamento Geral de 1991 não ocorreu no intervalo de 10 anos, como os anteriores, devido à crise econômica e a medidas que reduziram o quadro de servidores públicos.

crescimento, “da ordem de 10,8%, que incorpora muito mais a mudança na autoidentificação de um contingente de pessoas anteriormente identificadas em outras categorias que um efeito demográfico” (IBGE 2005:20-21). Além disso, tal crescimento foi muito mais significativo nas áreas urbanas do que nas áreas rurais, como apontam os pesquisadores Pereira, Santos e Azevedo, de 20,8% e 5,2% ao ano, respectivamente, para regiões urbanas e rurais (2005:159).

A Tabela a seguir, extraída da publicação “Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000”, do IBGE (2005), condensa grande parte dos dados mais importantes coletados nos anos de 1991 e 2000, sendo possível visualizar também os resultados por regiões brasileiras.

Tabela 1 População autodeclarada indígena no Brasil – 1991/2000.

Grandes Regiões	População residente autodeclarada indígena e participação relativa, por situação do domicílio (%)						
	Total		Urbana		Rural		
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	
						Total	Específico
Brasil	294 131	734 127	71 026	383 298	223 105	350 829	304 324
Norte	124 615	213 443	11 960	46 304	112 655	167 140	162 056
Nordeste	55 853	170 389	15 988	105 728	39 865	64 661	42 838
Sudeste	30 589	161 189	25 110	140 644	5 479	20 544	10 471
Sul	30 334	84 747	10 167	52 247	20 166	32 500	26 402
Centro-Oeste	52 740	104 360	7 800	38 375	44 940	65 985	62 557
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	42,4	29,1	16,8	12,1	50,5	47,6	53,3
Nordeste	19,0	23,2	22,5	27,6	17,9	18,4	14,1
Sudeste	10,4	22,0	35,4	36,7	2,5	5,9	3,4
Sul	10,3	11,5	14,3	13,6	9,0	9,3	8,7
Centro-Oeste	17,9	14,2	11,0	10,0	20,1	18,8	20,6

Fonte: Adaptado de IBGE (2005).

Aqui é importante questionar: como pode um aumento tão exponencial em apenas nove anos? Como destacam Nilza de Oliveira M. Pereira, Ricardo Ventura Santos e Maria Marta Azevedo, “segundo o Censo de 1991, 24,1% viviam em áreas urbanas e 75,9% em área rural. Já em 2000 a distribuição foi de 52,2% em área urbana e 47,8% em área rural”, uma completa inversão da ordem, onde em 1991 a imensa maioria residia em áreas rurais, sendo já no censo seguinte, de 2000, superada pelas áreas urbanas. Uma provável explicação para a situação já havia sido levantada por Azevedo e Ricardo (2002) em uma publicação anterior para o Instituto Socioambiental (ISA). Se não foram

todos os motivos apontados pelos autores, ao menos algum deles deve explicar o fenômeno do crescimento de mais de 100% na população indígena no Brasil entre os recenseamentos de 1991 e 2000; como destacam, “estamos vivendo um tempo de valorização étnica, que teve início com o crescimento do movimento indígena pós-Constituição de 1988”:

Certamente a explicação para a duplicação da população que se considera indígena nos dez anos entre os censos é uma composição de fatores que inclui: (a) o crescimento demográfico real da maior parte das 218 etnias sobre as quais há informações confiáveis mesmo através de outras fontes que não o IBGE; (b) o fato de que populações indígenas urbanas que normalmente escapam aos censos tradicionalmente feitos para povos indígenas específicos se declararam como tais aos recenseadores do IBGE; (c) o aparecimento de um contingente de pessoas que se classificaram genericamente como “índios”. Parte daqueles “índios” recenseados nas cidades pode estar inflacionando os cálculos finais do IBGE, pelo fato de que hoje em dia se pode observar o fenômeno da multilocalidade de alguns povos indígenas, os quais mantêm um domicílio na cidade e outro na comunidade situada dentro de uma terra indígena, por exemplo. Isso pode ter causado dupla contagem. Mesmo considerando tudo isso, faltam explicações ao fato novo que os dados preliminares do IBGE revelam. (AZEVEDO; RICARDO 2002)

2.1.2 Censo 2010

Apesar de essas linhas serem escritas nove anos após a coleta desses dados, ainda são os únicos que apontam para as diversas categorias de indígenas moradores da cidade. Não tratam apenas de indígenas moradores de aldeias ou comunidades, mas de moradores autodeclarados indígenas que residem no ambiente urbano. Apesar de os dados publicados não permitirem a visualização da presença indígena por etnia em cada cidade, de maneira detalhada (o que com certeza seria um grande impulso dos estudos sobre indígenas na cidade), os dados gerais nos permitem identificar padrões regionais e municipais de ocupação de indígenas das cidades pequenas, médias e grandes no Brasil.

De acordo com os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo Indígena 2010, cujos resultados foram publicados em 2012, à época, a população indígena no Brasil era de 896.917 indivíduos autodeclarados, revelando, em relação ao recenseamento do ano 2000, um ritmo de crescimento dessas populações anual de 1,1%. Nesse universo existem 274 línguas, faladas por indivíduos pertencentes a 305 diferentes etnias.

Foram considerados domicílios em situação urbana, aqueles ocupados por indígenas residentes de tais áreas que possuíam residência na localidade nos últimos 12 meses, de acordo com critérios adotados pelo instituto²⁹, não levando em consideração fluxos e circuitos migratórios de residência temporária, que são recorrentes entre muitas etnias indígenas. Já os domicílios classificados em situação rural foram considerados todos aqueles que estão fora dessa categoria.

A população também foi classificada como urbana ou rural de acordo com esses mesmos critérios. Para fins de coleta censitária, foram considerados os indivíduos que possuíam domicílios nas localidades, classificados como em situação urbana ou rural. Foram considerados domicílios em situação urbana aqueles localizados em áreas urbanizadas ou não, ou seja, “internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas”, de acordo com a lei municipal de cada município (IBGE 2012a:33).

É importante destacar que a condição/classificação de “indígena urbano” é extremamente problemática. Além de limitada, não captura e possibilita vislumbrar negociações com o espaço da cidade e relações de mobilidade. Se a própria denominação indígena já é uma generalização delicada, que apresenta sempre a necessidade de se descrever sua transformação e utilização em diferentes abordagens, a ideia de indígena urbano pode dar a entender que existe o seu oposto, um indígena rural, ou um indígena da selva, ou, até mesmo, sobre essa última denominação, um selvagem. O termo é extremamente problemático, como já dito, mas seu uso pelos não indígenas possibilita a compreensão de como se observam os indígenas nas cidades, e como sua presença, para os não indígenas, é sempre indicativo não somente de uma transformação, mas direcionada à destituição de supostas características indígenas distintivas.

²⁹ “Considerou-se como moradora a pessoa que tinha o domicílio como local habitual de residência e que, na data de referência, estava presente ou ausente por período não superior a 12 meses em relação àquela data, por um dos seguintes motivos: • Viagem: a passeio, a serviço, a negócio, de estudos etc.; • Internação em estabelecimento de ensino ou hospedagem em outro domicílio, pensionato ou república de estudantes, visando a facilitar a frequência à escola durante o ano letivo; • Detenção sem sentença definitiva declarada; • Internação temporária em hospital ou estabelecimento similar; ou • Embarque a serviço (militares, petroleiros)” (IBGE 2012:33).

Os indígenas estão distribuídos entre 572.083 residentes de áreas rurais e 324.834 residentes de áreas urbanas. Ou seja, 63,8% dos indígenas residem em área rural e 36,2% em área urbana. Tratando sobre a categoria da moradia, 57,7% residem em terras indígenas e 42,3% fora delas, incluindo áreas urbanas e não urbanas.

A taxa de crescimento dos indígenas em áreas rurais manteve-se como esperado, entretanto, ao contrário da variação entre os anos de 1991 e 2000, entre 2000 e 2010 houve uma retração na taxa total de residência de indígenas em áreas urbanas, ao contrário do que se considerava até então como tendência. O ritmo de crescimento anual da totalidade da população continuou considerável com 1,1%. Entretanto, nas cidades e áreas urbanas, a taxa foi negativa.

Apesar de 80,5% das cidades terem pelo menos um (1) indivíduo autoidentificado como indígena (índice maior do que em relação à aferição do ano 2000), constatou-se uma retração total de 68 mil indígenas, em todos os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com exceção do estado de Mato Grosso do Sul. Na região Norte a retração de indígenas em áreas urbanas se deu em Rondônia, Pará e Tocantins; já no Nordeste, no Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia (IBGE 2012b:13). Tal redução, entretanto, se apresentou principalmente nas capitais e grandes cidades, uma vez que o crescimento dos municípios do interior foi de 1,9%, já para as capitais, a média da taxa de crescimento foi de -3,8%, sendo em 2000, 132.707 indivíduos autoidentificados e declarados como indígenas e no censo de 2010, 90.109. A taxa média geométrica de crescimento anual 1991/2000 para os indígenas nas cidades ficou em -1,9%.

Ainda que com a redução expressiva nos números de moradia de indígenas nas cidades, o conjunto dos 10 municípios com maior população indígena totaliza cerca de 126.600 indígenas, sendo 15,5% da população indígena total no Brasil. Os dez municípios com maior população indígena residente em área urbana levantados em 2010 são, respectivamente: (1) São Paulo-SP, 11.918; (2) São Gabriel da Cachoeira-AM, 11.016; (3) Salvador-BA, 7.560; (4) Rio de Janeiro-RJ, 6.764; (5) Boa Vista-RR, 6.072; (6) Brasília-DF, 5.941; (7) Campo Grande-MS, 5.657; (8) Pesqueira-PE, 4.048; (9) Manaus-AM,

3.837; (10) Recife-PE, 3.665. Como destaca a publicação do IBGE, a década de 2000 foi caracterizada pela profusão de diversos incentivos econômicos e programas sociais, voltados a populações de baixa renda, incluindo indígenas. Com isso:

[...] muitos pesquisadores, demógrafos, antropólogos, dentre outros, atribuíram o fato a uma conjuntura política mais apropriada para os indígenas no País, o que estaria ajudando a reverter a invisibilidade sociopolítica desse segmento populacional. Em 1991, pode ter ocorrido, na área urbana, uma subenumeração populacional, e os mais de 300 mil indígenas que saíram da invisibilidade, em 2000, praticamente foram recenseados nas áreas urbanas em 2010. (IBGE 2012b:18)

Tal situação pode até se relacionar a processos migratórios em algum nível, em certos casos, característicos da mobilidade de alguns grupos indígenas, ou ainda ao retorno de moradores indígenas das cidades para as Terras Indígenas diante da melhoria na qualidade de vida com a ocorrência de novas políticas públicas para essa população. Porém, é mais provável que tenha se dado uma redução na autodeclaração daqueles que se identificaram genericamente como indígenas, não apresentando, necessariamente, qualquer relação ou identificação com alguma etnia específica (IBGE 2012b:8).

Apesar de não se poder jogar fora a hipótese de deslocamento dos indígenas residentes das áreas urbanas para outras regiões ou para Terras Indígenas de origem ou outras onde conservam relações de parentesco e/ou afinidade, é mais provável que a investigação do pertencimento étnico no processo de coleta de dados censitários tenha inibido esse grupo de se classificar na categoria indígena. Ricardo Ventura Santos e Pery Teixeira (2011) concordam que tais transformações na tendência geral para indígenas na cidade se encontram não somente em alterações demográficas como natalidade, mortalidade e migração, critérios tradicionais que alteram a taxa demográfica, mas, fundamentalmente, na diferença da coleta dos dados, entre 2000 e 2010.

Os autores destacam que é provável que questionamentos sobre a língua indígena falada ou pertencimento étnico tenham afetado negativamente autodeclarações de indivíduos que se consideram indígenas de uma maneira genérica, principalmente nos domicílios localizados em áreas urbanas. No censo de 2010, a categoria indígena estava associada ao pertencimento às etnias específicas, manifestadas pelo entrevistado, ao contrário dos recenseamentos

realizados em 1991 e 2000, que utilizaram a categoria genérica de indígena (SANTOS; TEIXEIRA 2011:1048).

Corroborando essa tese, quando tratamos da redução dos números da população dos indígenas nas cidades, percebe-se ser mais produtivo questionar os métodos do que os próprios resultados. Isto é, trata-se mais de uma mudança metodológica relacionada aos questionamentos direcionados na coleta dos dados desses indivíduos, do que sobre as alterações ou transformações objetivas na realidade demográfica que perturba a taxa de crescimento, como alguns autores chegaram a considerar previamente. A meu ver, apesar de o salto de crescimento entre os anos de 1991 e 2000 ter sido extremamente alto, e algumas inadequações poderem ser observadas em seus dados, tais questões começaram a ser redimidas através da maior sofisticação metodológica do censo 2010, entre elas, a relação entre a autoidentificação como indígena, língua e identificação étnica.

Tabela 2 Distribuição dos indígenas, por localização do domicílio.

Grandes Regiões	População indígena e distribuição percentual					
	Total	Localização do domicílio				Fora de terras indígenas
		Terras indígenas				
		Total	Condição de indígena			
			Declararam-se indígenas	Não se declararam, mas se consideravam indígenas		
Brasil	896 917	517 383	438 429	78 954	379 534	
Norte	342 836	251 891	214 928	36 963	90 945	
Nordeste	232 739	106 142	82 094	24 048	126 597	
Sudeste	99 137	15 904	14 727	1 177	83 233	
Sul	78 773	39 427	35 599	3 828	39 346	
Centro-Oeste	143 432	104 019	91 081	12 938	39 413	
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Norte	38,2	48,7	49,0	46,8	24,0	
Nordeste	25,9	20,5	18,7	30,5	33,4	
Sudeste	11,1	3,1	3,4	1,5	21,9	
Sul	8,8	7,6	8,1	4,8	10,4	
Centro-Oeste	16,0	20,1	20,8	16,4	10,4	

Fonte: Adaptado de IBGE (2012a).

2.1.3 Região Sul do Brasil

A colonização mais antiga na região Sul, Sudeste e Nordeste certamente impôs perdas significativas nos contingentes demográficos indígenas, em relação aos estados do Centro-Oeste e Norte. Atualmente essas regiões possuem mais áreas ocupadas por não indígenas e grandes regiões

urbanizadas, além de menor quantidade de Terras Indígenas em dimensões muito inferiores às das outras duas regiões. Em *Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng no Sul do Brasil* (1973), Sílvio Coelho dos Santos apresentou os dados disponibilizados pela então 4ª Delegacia Regional da FUNAI (sediada à época em Curitiba) no ano de 1971, que contabilizavam 7.869 indígenas distribuídos em 19 postos indígenas controlados pela fundação na época.

Apesar das quase quatro décadas que separam a coleta dos dados e a consequente transformação metodológica em sua coleta, uma situação semelhante se apresentou no Censo 2010: a região Sul do Brasil apresentou o menor contingente populacional indígena no país³⁰, além da menor quantidade de etnias reconhecidas. De acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Sul do Brasil, residem na região indígenas dos povos Xetá, Charrua, Guarani, Xokleng e Kaingang, esta última com maior contingente regional e a terceira maior do país. Na época da coleta desses dados, residiam 78.773 indivíduos autodeclarados como indígenas, representantes de 0,9% de população total dos três estados do Sul. Desses, 50,1% residem nas Terras Indígenas e 49,9%, fora delas. O Rio Grande do Sul detém 34.001 autodeclarados; o Paraná, 26.559 e Santa Catarina, 18.213.

Tabela 3 População indígena no Brasil, Sul e Paraná.

LOCAL	TOTAL	EM TI	FORA DE TI	EM TI (%)	FORA DE TI (%)
Brasil	896.917	517.383	379.534	57,7 %	42,3%
Sul	78.773	38.427	39.346	50,1%	49,9%
Paraná	26.559	11.934	14.625	44,9%	55,1%

Fonte: Censo 2010.

Os 10 municípios com maior população indígena na região Sul do Brasil estão representados na Tabela 4, com detalhe para as capitais do Rio Grande do Sul e do Paraná, que detêm a terceira e a quarta maiores populações indígenas da região Sul do Brasil.

³⁰ A região Norte do Brasil apresenta a maior parte da população indígena no país, de acordo com os dados dos recenseamentos. Em 2010, contava com 37,4% dessa população.

Tabela 4 Municípios com maior população indígena na região Sul.

	Municípios	População Indígena
1º	Redentora (RS)	4.033
2º	Ipuaçu (SC)	3.436
3º	Porto Alegre (RS)	3.308
4º	Curitiba (PR)	2.693
5º	Nova Laranjeiras (PR)	2.239
6º	Tenente Portela (RS)	1.997
7º	Manoel Ribas (PR)	1.699
8º	Charrua (RS)	1.524
9º	Tamarana (PR)	1.483
10º	Chapecó (SC)	1.455

Fonte: Censo 2010.

2.1.4 Paraná

O estado do Paraná contava no ano de 2010 com uma população de 26.915 indivíduos autodeclarados indígenas. Passados dez anos desse registro devemos levar em consideração o crescimento dessa população em relação à época da coleta dos dados, como vem sendo evidenciado como tendência em análises comparativas nos recenseamentos realizados nas décadas anteriores. Residem no estado indígenas representantes de três povos indígenas – Xetá, Guarani e Kaingang –, além de representantes de diversas povos indígenas de diversas partes do Brasil que se concentram principalmente nas grandes cidades e na capital do estado do Paraná.

Os indígenas residentes em das áreas urbanas e rurais paranaenses representam apenas 0,2% da população, sendo que, para a média nacional, essa proporção é de 3,2%. Os dez municípios com maior população indígena do estado do Paraná estão representados a seguir, na Figura 5, com detalhe para a capital estadual, Curitiba, que se apresenta, de acordo com os dados do Censo 2010, como o município com a maior população indígena em números totais do Estado do Paraná.

Tabela 5 Municípios com maior população indígena no Paraná.

	Município	Números Totais
1º	Curitiba	2.693
2º	Nova Laranjeiras	2.239
3º	Manoel Ribas	1.699
4º	Tamarana	1.483
5º	S. Jerônimo da Serra	926
6º	Palmas	781
7º	Chopinzinho	650
8º	S. Miguel Do Iguaçu	646
9º	Ortigueira	636
10º	Cândido De Abreu	617

Fonte: Censo 2010.

2.1.5 Curitiba e região metropolitana

Entre os recenseamentos de 1991 e 2000 a proporção da população residente em Curitiba autodeclarada indígena no total de indígenas do estado apresentou crescimento. Ou seja, em 1991 habitavam em Curitiba 16% dos indígenas do estado do Paraná; já no ano de 2000, esse número disparou para aproximadamente 25%, contabilizando 5.107 indivíduos indígenas, por volta de 0,3% dos moradores da cidade, de acordo com os critérios e coleta de dados do censo 2000 (IBGE 2005).

Em 2010, como já mencionado previamente, os questionamentos buscavam relacionar a autodeclaração como indígena a uma língua e/ou etnia, o que provavelmente afastou declarações de indivíduos que haviam se declarado como indígenas de maneira genérica, ocasionando uma redução de quase metade das auto declarações.

Curitiba alcançou no censo de 2010 o número de 2.693 indivíduos autodeclarados indígenas. Porém, a concentração demográfica da população indígena na capital paranaense não é grande. Em 2010, foram contabilizados indivíduos residindo em 72 bairros da cidade, com predominância de bairros periféricos. Os dados demográficos existentes e a própria pesquisa de campo relacionada a este estudo apontam para o fato de que essa população encontra-se dividida entre os bairros da cidade, principalmente no Centro da Cidade,

Cajuru, Campo do Santana, Cidade Industrial de Curitiba³¹, além de municípios da região metropolitana de Curitiba, como São José dos Pinhais e Piraquara. Mesmo moradias consideradas permanentes pelo recenseamento podem, em seu fundamento, ser mais uma das posições de um trânsito consolidado entre grupos indígenas, que se utilizam das cidades como bases temporárias para diversas situações que ocorrem nas TIs.

Os indígenas que residem no município de Curitiba não são originários apenas do estado do Paraná ou de Terras Indígenas da região Sul. Por se tratar de uma capital estadual, concentra uma série de serviços inexistentes ou precários em Terras Indígenas (saúde e educação, entre outros) ou mesmo no interior dos demais estados, o que favorece a residência e o trânsito de indígenas de diversas regiões do país na localidade, assim como outras capitais de outras unidades da federação.

Mesmo com a imensa redução no número total de indígenas, a cidade ainda se encontra, de acordo com esse último estudo censitário, na posição de município com maior número total para a população indígena no estado do Paraná, como se pode observar na Figura 5, que apresenta os 10 Municípios com maior população indígena do Paraná. Apesar de a proporção desse grupo ser pequena diante da população curitibana de 1,752 milhão (IBGE 2010), os indígenas que vivem em Curitiba representam um pouco mais de 10% da população indígena do estado.

2.1.6 Considerações sobre os dados demográficos

Ao escrever este texto, entre os anos de 2018 e 2020, não posso deixar de imaginar quais dados sobre a população indígena no Brasil serão coletados no Censo 2020. Após o grande crescimento da população indígena em 2000 e os ajustes realizados no ano de 2010, o Censo Indígena 2020 pode solucionar diversas dúvidas relacionadas às últimas transformações na população indígena no Brasil, referendando ou não as taxas de crescimento crescentes da população indígena residente de áreas urbanas.

³¹ Não foram encontradas associações ou organizações que representassem essa população; da mesma maneira, não consegui entrevistar número suficiente de moradores.

A expectativa é que com os anos exista um aprimoramento metodológico na coleta das informações censitárias, nesse caso, relacionadas aos indígenas. Entre setembro e dezembro de 2019 iniciaram-se as atividades do Censo Indígena Experimental que vai testar a metodologia aplicada na coleta de dados no Censo de 2020, nas Terras Indígenas Entre Serras em Jatobá, Tacaratu e Petrolândia, todas no estado de Pernambuco³². Agregadas aos resultados dos anos anteriores, servirão para a composição de análises mais apuradas a serem publicadas. Contudo, não se pode deixar de mencionar as recentes reduções no orçamento dedicado pelo Estado brasileiro para a coleta dos dados censitários no ano de 2020³³. Porém, em virtude da pandemia do vírus Sars-Cov-2, causador da doença COVID-19, a coleta de dados pelo IBGE para o Censo Demográfico 2020 foi adiada para 2021³⁴.

Os números totais para a residência de indígenas nas cidades brasileiras entre 1991, 2000 e 2010 apresentam grande crescimento dessa população entre os anos de 1991 e 2000 e o consequente recrudescimento no ano de 2010, respectivamente, 71.026, 383.298 e 315.180 indígenas residentes de cidades. É possível supor, pela tendência mundial, e propriamente a brasileira, que o padrão de crescimento da presença indígena nas cidades tende a aumentar, ou ao menos se manter como nos dados apresentados no Censo Indígena de 2010. A sofisticação metodológica e a qualificação dos dados coletados apontam para bases mais seguras na visualização da população indígena que reside em áreas urbanas no Brasil, após a explosão demográfica entre 1991 e 2000.

Alguns interlocutores indígenas e não indígenas com quem dialoguei ao longo dos anos se mostraram surpresos com relação a esses números. Márcio Kokój, presidente da Associação Socioambiental Indígena Kaingang Guarani

³² De acordo com o site do IBGE, “o Censo Experimental é uma espécie de ensaio geral do Censo Demográfico. É o momento de testar todas as etapas da pesquisa, para avaliar e aperfeiçoar os procedimentos previstos”. Disponível em: <https://censo2020.ibge.gov.br/etapas/censo-experimental.html>

³³ Os cortes no orçamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano para o Censo 2020 chegaram a 26%.

³⁴ De acordo com as informações do IBGE, “o instituto também decidiu pela suspensão da coleta domiciliar presencial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IPCA, IPCA-15, IPCA-E e INPC) e do Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI)”. Disponível em: agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27160-censo-e-adiado-para-2021-coleta-presencial-de-pesquisas-e-suspensa. Acesso em 27/04/2020.

(ASAIKG) destacou que, apesar de reconhecer que muitos indígenas comentam passar ou morar temporariamente na cidade de Curitiba, não é comum se encontrarem na cidade. Quando questionado sobre com qual frequência os diferentes grupos se reúnem para dialogar, destacou:

No começo do movimento dos índios urbanos, lá nos anos 2000 o pessoal se viu mais, Kaingang, Guarani e os Xetá, que estavam por aí. Depois não é muito comum [...] até porque tem o pessoal do artesanato, aqueles que vêm pra estudar na federal, pra hospital ali perto da federal. Tem aqueles que saem da aldeia pra morar mesmo e não querem nem saber de viver perto, em aldeia, comunitária [...] nem todo mundo se encontra. Já houve várias tentativas de juntar esse pessoal, da Kakané, Casa de Passagem, entre outros aí, mas eu vejo que cada um tem uma vontade, uma perspectiva diferente do que quer, tem uns que estão mais para aparecer, que querem divulgar, outros só querem vender, negociar seu produto, principalmente o artesanato né, e partir de volta pra aldeia, sem muita conversa [...]. (MÁRCIO KOKÓJ 03/2019)

Como destaca Márcio Kokój, as demandas dos indígenas na cidade são muito distintas, cada indivíduo, grupo familiar detém uma visão muito particular desse espaço, portanto, nem sempre buscam a companhia ou o contato com outros indígenas que residem aqui. Continua Márcio Kokój destacando que “[...] é claro que seria melhor se existisse essa união toda que as pessoas pensam entre nós índios, mas na prática não é bem assim, tem uns que se gostam, outros não se interessam tanto” (*id.*).

Existe uma percepção de agentes do estado e de indígenas que a presença temporária (passagem) ou migrações definitivas têm aumentado ao longo dos anos. Segundo Romancil Kretã:

[...] vi muita gente chegar, e sair, mas assim na média, no meu entendimento, tem muito mais gente vindo, do que aqueles que saem [...] por causa de emprego, escola, universidade, principalmente essas coisas, tem uns que não podem entrar mais na aldeia também, aí acabam ficando por aqui. (ROMANCIL KRETÃ 05/2016)

Entre 1991, quando o Censo utilizou pela primeira vez o termo “indígena” como categoria possível para autodeclaração, e o ano da escrita desta tese, 2019, o cenário demográfico e da visibilidade de grupos indígenas nas cidades se transformou.

A profusão de análises sobre esse tema cresceu na mesma medida em que surgiam novos dados demográficos. Paralelamente, o crescimento do interesse de pesquisadores, demógrafos, historiadores, sociólogos,

antropólogos revela quadros gerais sobre a situação, mas também, especificidades, a partir de diferentes enfoques de estudo.

2.2 Reivindicações, disputas e políticas públicas

Como destacado anteriormente, a cidade de Curitiba apresenta o maior contingente de população indígena do estado do Paraná, além de ser uma das cidades com maior população indígena total no Sul do país. Como capital, concentra em seu território instituições e agentes políticos relevantes, o que, por si só, já a faz alvo de incursões e mobilizações indígenas regionais periódicas. Deve-se levar em conta que a propaganda de Curitiba como uma cidade com boa qualidade de vida e renda também afeta populações indígenas, que migram temporária ou definitivamente para a cidade. Contudo, a complexidade de relações e categoriais encontradas de indígenas na cidade de Curitiba não nos permite simplificar qualquer tipo de situação para sua moradia. Os números diagnosticados no Censo 2010 não se referem a uma “comunidade” de moradores ou mesmo a agrupamentos familiares mais ou menos inter-relacionados entre si. Como destaca Romancil Kretã:

Eu acho que antigamente as Terras Indígenas nos três estados do Sul sofriam mais com expulsão, mudança de aldeia, esses conflitos mais complicados, mas o que eu vejo mesmo é pessoas nessa situação, de vir pra cá, e acabar se acostumando. É claro que tem aqueles que já vêm com a mentalidade fechada para voltar, “vou fazer um curso e voltar”, “vou vender meu artesanato e voltar”, mas aí é outra história. (ROMANCIL KRETÃ 05/2016)

O objetivo neste primeiro momento é apresentar um panorama consistente da presença e moradia de indígenas nessa região, para que, mais à frente, seja possível delimitar alguns objetos de análise para a relação dos indígenas com esse espaço, além de apresentar categorias relacionadas à discussão entre indígenas em Curitiba e região, mas também em todo o Brasil, e os espaços urbanos. As análises foram dimensionadas a partir dos seguintes enfoques:

- a) Trajetórias e articulações realizadas em torno da conquista da Aldeia urbana Kakané Porã;

- b) O fluxo constante de artesãos kaingang que utilizam a cidade de Curitiba como ponto de venda de artesanato e o debate em torno da criação da Casa de Passagem do Artesão Indígena (CPAI);
- c) A presença das chefias e lideranças indígenas, principalmente kaingang, na capital do Estado para dialogar diretamente com autoridades e instituições responsáveis pela realização e execução de políticas indigenistas;

2.2.1 Disputas e reivindicações por moradia e políticas públicas para os indígenas em Curitiba

Ainda em 2007, a informação sobre a fundação de uma aldeia urbana na cidade de Curitiba saltou aos meus olhos, tanto pela garantia (provisória) de uma área para residirem e onde os grupos familiares pudessem conviver conjuntamente no ambiente urbano, quanto pelo grau de surpresa e espanto dos não indígenas.

A aldeia Kakané Porã situa-se a 20 km do centro de Curitiba, nas proximidades da BR-116, na Rua Delegado Bruno de Almeida, nº 5.400. Apesar de não se tratar de uma Terra Indígena formalmente constituída, a área foi concedida aos indígenas a partir de um contrato de comodato firmado com a prefeitura de Curitiba, ou seja, um empréstimo gratuito com tempo determinado, nesse caso de cinco (5) anos, cujo terreno da aldeia não poderia ser substituído, vendido ou cedido para terceiros.

Segundo uma tradução livre, Kakané-Porã significa “fruto bom da terra”, Kakané (fruto da terra) do Kaingang e Porã (bom) do Guarani, como informou Carlos Kajer Alberto Luiz dos Santos, que foi por muitos anos cacique da aldeia Kakané Porã. A explicação de tal nomeação seria o fato de a aldeia ter sido constituída, inicialmente, de 35 famílias e descendentes dos povos indígenas Guarani, Kaingang e Xetá, e também, segundo Dona Belarmina, “porque foi fruto da luta de todos naquela época, Xetá, Kaingang e Guarani” (BELARMINA LUÍS PARANÁ 21/09/2017).

A aldeia foi constituída pela prefeitura de Curitiba, através da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB), onde foram entregues 35 casas. Como se pode visualizar nas imagens, as casas e as ruas da aldeia

foram construídas ao redor de uma praça central, onde foi instalado um centro de integração. No local, denominado pelos moradores de “oquinha”³⁵, são realizadas atividades de recepção de visitantes, apresentações culturais e aulas da língua kaingang para as crianças, uma vez que a aldeia não possui nenhuma escola e as escolas em que os alunos indígenas estudam não têm projetos de educação diferenciada. No espaço também existe um campo de futebol e uma pequena área de mata, esta última utilizada pelos indígenas para apanhar matéria-prima para o artesanato e remédios caseiros. As Figuras 1 e 2 apresentam imagens produzidas a partir do Google Earth da aldeia Kakané Porã (25°36'16.33"S 49°19'32.71"O), alguns meses após sua fundação.

Figura 1 Aldeia Kakané Porã em 11/01/2009.



Fonte: Google Earth website: <http://earth.google.com/>. Acesso em 23/01/2020.

Ao longo dos anos, diversas outras casas foram construídas, residências e depósitos, em geral de madeira. Na aldeia também existem pequenos comércios como um aviário e um salão de beleza.

³⁵ Diminutivo de oca.

Figura 2 Imagem de Kakané Porã e arredores no ano de 2020.



Fonte: Google Earth website: <http://earth.google.com/>. Acesso em 20/03/2020.

Como muitas aldeias e Terras Indígenas no Brasil, no local, existem disputas pelo controle das posições de liderança e cacique da aldeia, entre grupos e famílias indígenas distintas. No início desta pesquisa o cacique da aldeia era o Kaingang Carlos Alberto Luiz dos Santos, conhecido como Carlos Kajer. Atualmente, a posição é ocupada por Setembrino. Apesar das disputas e da necessidade de melhorias diversas no espaço, que vão desde o atendimento de saúde adequado, educação diferenciada no local, a ampliação da área e segurança fundiária, segundo Belarmina Luís Paraná, kaingang nascida na Terra Indígena Mangueirinha, a aldeia Kakané Porã é uma conquista dos indígenas na cidade Curitiba. “Nós sofremos muito ao longo dos anos, aqui em Curitiba ninguém se importava, escutamos muita promessa de prefeito e gente que dizia que ia ajudar não fazia nada”. A indígena residiu na cidade de Curitiba por cerca de 30 anos, onde faleceu no início do ano de 2019.

Dona Belarmina (como era carinhosamente conhecida por indígenas e não indígenas) nasceu em 1952 na Terra Indígena Mangueirinha. É filha de Francisco Luís dos Santos, conhecido entre os moradores de Mangueirinha como Chico Luís, que lutou contra o esbulho territorial promovido nas Terras

Indígenas do estado do Paraná no período do então governador Moysés Lupion. Além de ser uma grande liderança dessa Terra Indígena, consolidou-se na década de 1980 como um importante porta-voz dos direitos indígenas. Teve importante atuação da União Nacional dos Indígenas, que pressionou o Estado brasileiro em torno da necessidade de reformas na política indigenista nacional e em busca do reconhecimento de direitos indígenas ao longo do processo de elaboração da Constituição de 1988.

Dona Belarmina também era ex-esposa de Tucanambá José Paraná, conhecido como Tuca, indígena do povo Xetá, falecido no dia 11 de junho de 2007. Desde então, defendeu a necessidade de reconhecimento e reparação estatal imediata sobre o genocídio praticado contra os índios Xetá, assim como a necessidade de se “demarcar de uma vez por todas a terra dos Xetá, esse povo que sofreu como poucos sofreram pelo desrespeito” (BELARMINA LUÍS PARANÁ 04/2016). Tuca, por sua vez, foi um dos Xetá que foram raptados ainda criança, em meio ao violento contato sofrido por seu povo na década de 1950 na serra de Dourados, interior do Paraná. Além de Tuca, muitos Xetá foram trazidos para a capital por agrimensores, membros do SPI³⁶.

Foi até seu último dia presidente da AMIX – Associação das Mulheres Indígenas Xetás do Paraná. Ela foi uma importante liderança indígena na luta por políticas públicas adequadas para os indígenas na cidade de Curitiba e na aldeia Kakané Porã. Sua participação no espaço político interno e externo merece ser destacada. Junto de outras mulheres, assumiu disputa política interna, uma verdadeira queda de braço, representada pelas duas associações existentes na aldeia, a Associação Beneficente Esportiva Aldeia Kakané Porã, e a Associação de Mulheres Indígenas da Aldeia Kakané-Porã de Curitiba (AMIAKP)³⁷. Após seu casamento com Tuca, Belarmina passou a se identificar como Xetá, segundo ela, “tem muitos que dizem que eu estou negando ser

³⁶ A esse respeito, ver Carmen Lúcia da Silva (1998) e Rafael Pacheco Marinho (2018).

³⁷ Sobre esse último aspecto, é importante destacar que, de acordo com o antropólogo Gersem José dos Santos Luciano: [...] o horizonte das mulheres indígenas que vivem ou interagem de forma constante ou permanente com a vida urbana será completamente distinto daquele das mulheres que vivem nas aldeias [...] o interesse pela criação de associações de mulheres indígenas tem sido quase que exclusivamente de mulheres indígenas urbanas ou que mantêm fortes vínculos com a sociedade envolvente, enquanto as mulheres indígenas de aldeias têm preferido participar e somar forças na luta junto aos seus maridos, filhos e irmãos. Isto talvez porque as mulheres de aldeias não estejam preocupadas em criar novos espaços de poder além daqueles já existentes na aldeia sob os auspícios da tradição milenar (LUCIANO 2006:212-213).

Kaingang, gente que até me olha feio e diz sobre meu pai, sobre avô, mas eu sou indígena, assim com os Xetá, e hoje me sinto assim” (BELARMINA LUÍS PARANÁ 10/2018).

Sobre o espaço da aldeia Kakané Porã, e mais objetivamente sobre suas maiores demandas, a indígena destacou no dia 25 de outubro de 2018, que, mesmo diante das disputas políticas internas pelo poder, a ausência de políticas públicas, como educação e saúde diferenciada, lhe trazia enorme preocupação. Salientou que enquanto alguns indígenas conquistam espaço, tanto de reconhecimento público como no mercado de trabalho, muitas vezes alçados por parceiros não indígenas, nem todos conseguem atingir tais patamares (BELARMINA LUÍS PARANÁ 10/2018).

Há muitos anos, os moradores destacam ser emergencial que o poder público atente para o aumento demográfico da aldeia, e que priorize a expansão da área da aldeia, principalmente para que existam espaços de mata em posse dos indígenas, como destacou o então cacique da aldeia Carlos Kajer em pronunciamento na Câmara Municipal de Curitiba, no dia 18/04/2018. Da mesma maneira que em outras Terras Indígenas na região Sul do Brasil, Kakané Porã virou um exemplo de situação de confinamento. O conceito é aqui adaptado para se referir ao espaço reduzido dessa aldeia, à quase ausência de políticas públicas, ausência de ambientes naturais onde os indígenas possam reproduzir aspectos significativos de sua cultura material e imaterial³⁸. Segundo Dona Belarmina:

[...] Nós precisamos de um espaço maior para a gente poder mexer na terra, na mata, com mais diálogo... sem essas tantas brigas [...] precisa ensinar os mais jovens aqui, as crianças, para que a nova geração que nasceu aqui na cidade tenha orgulho de ser indígena aqui na cidade ou em qualquer lugar, seja Kaingang, Guarani ou Xetá, que são as etnias que existem em nosso estado há tanto tempo esquecidas, principalmente os Xetá [...] há tanto tempo exigimos isso, da FUNAI, da prefeitura, não podemos desistir jamais. (BELARMINA LUÍS PARANÁ 25/10/2018)

De maneira geral, o Estado, em suas esferas municipal, estadual e federal, não se responsabiliza pela elaboração ou execução de políticas públicas

³⁸ O conceito de Confinamento, como desenvolvido pelo historiador Antônio Brand, se refere, segundo esse autor, ao “processo histórico de concentração da população Kaiowá/Guarani dentro das reservas demarcadas até 1928, após a destruição de suas aldeias e/ou a conclusão do processo de implantação das fazendas de gado e correspondente desmatamento do território tradicional” (BRAND 1998:21).

distintivas para indígenas nesses ambientes. Suas agências e instituições observam tais migrações como processos de escolhas individuais. Associada a impressões míopes sobre a situação e ideologias políticas excludentes e higienistas, a constituição de espaços distintivos para abrigar populações indígenas é inviabilizada, diante da explosão populacional de indígenas nas áreas urbanas em todo o mundo, principalmente nas capitais estaduais, federais e demais cidades de médio/grande e grande porte (UN-HABITATT 2009; 2010; 2011).

Os indígenas que se encontram nas aldeias urbanas e bairros das pequenas, médias e grandes cidades brasileiras estão, por vezes, buscando distanciamento de processos violentos, constituídos historicamente e levados a cabo nas terras indígenas pelos órgãos indigenistas e outras instituições do Estado, associados a companhias de colonização e exploração dos recursos naturais. Ao se mudar para áreas urbanas encontram, muitas vezes, um ambiente preconceituoso, que os silencia em debates que lhes dizem respeito. Suas preocupações são sempre minimizadas e qualquer esforço do Estado busca garantir seu retorno para as Terras Indígenas de origem, sem garantir ou oferecer nenhuma transformação nos processos e conflitos que muitas vezes foram responsáveis pela migração para os centros urbanos.

A composição de políticas públicas para indígenas em áreas urbanas no Brasil, e em todo o mundo, precisa considerar o processo histórico de contato dessas populações com os grupos não indígenas. A migração para centros urbanos, definitiva ou temporária, compulsiva ou voluntária, vem sendo uma ferramenta que busca superar desafios enfrentados nesses territórios. Nesses espaços, os grupos familiares indígenas desenvolvem novos arranjos diante das diversas dificuldades enfrentadas.

Kakané Porã não é uma área de ocupação tradicional, portanto não foi formada diante de um processo de demarcação de terra como foi constitucionalmente definido em 1988. A aldeia foi formada a partir das reivindicações de indígenas que residiam nos bairros da cidade e municípios da região metropolitana. Os indígenas passaram a se associar em torno da ideia de garantir um espaço para morarem juntos na cidade. Os indígenas entendem que têm direito à autodeterminação de seu local de moradia, sem que para isso

precisem perder o reconhecimento público da autodeterminação de sua identidade indígena.

Previamente à constituição da aldeia Kakané Porã, outros locais foram ocupados pelos indígenas na região associados em torno dessa reivindicação. As articulações para efetivarem as demandas dimensionadas nesses diálogos se iniciam com a criação da ORCIP CURIM (Organização de Resgate Crítico da Cultura Indígena Curitiba e Região Metropolitana). De acordo com Baptista:

Tiveram ajuda de um vereador da cidade de Curitiba ligado à FEMOCLAM (Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana), que ofereceu um curso de como montar uma associação. As lideranças fizeram o curso, e na Assembleia de fundação da associação todos convidaram as famílias indígenas que conheciam e viviam na Grande Curitiba, num total de 12 elas compareceram e ainda cada família apontou onde moravam outras famílias. (BAPTISTA 2012:20)

Romancil Gentil Kretã, conhecido por Romancil Kretã Kaingang, importante interlocutor dessa pesquisa, naquele momento cofundador da Organização, destacou que a “primeira missão” que enfrentaram foi a própria “perseguição” da FUNAI, que insistia em desconsiderar a existência e obviamente as demandas dos indígenas que residiam na cidade de Curitiba, e, além disso, tratar a migração dos indígenas para a cidade como uma passagem de abandono da indianidade, como se tivessem deixado de ser indígenas por não ocuparem os espaços determinados pelo Estado para tanto. De acordo com o interlocutor:

[...] tivemos já no começo que testar nossa força e usar nossa experiência, nossa força de luta que os indígenas têm, porque nem sabíamos mais nós íamos lidar com dois mandados de reintegração de posse [...] um da espírita e outro da prefeitura [...] Já com a ORCIP CURIM e junto com o pessoal do Marcolino da Araça-í [aldeia Mbya Guarani localizada em Piraquara-PR, região metropolitana de Curitiba], conseguimos tirar o fulano lá da FUNAI, chamava todos nós de desaldeados, mas de forma assim, como se diz [...] pejorativa, pra humilhar mesmo, chegamos juntos e exigimos a saída dele, sem conversa. (ROMANCIL KRETÃ 02/2018)

Além de o próprio órgão indigenista deslegitimar a presença dos indígenas na cidade de Curitiba, exigia-se a procedência dos indígenas. Kretã, em conversa alguns anos antes dessa entrevista, já havia me confidenciado sua opinião sobre o problema generalizado nas Terras Indígenas Kaingang relacionado à autorização do cacique para o deslocamento dos indígenas entre

as Terras Indígenas, outras terras, cidades e outros locais, havia anotado e só mais tarde atentei para a importância da informação que ela apresentava:

[...] antes isso aí mesmo, pelo que os mais velhos contaram lá em Mangueirinha, era o SPI que exigia autorização para sair da terra, se não éramos considerados como um foragido, iam atrás e arrepiavam mesmo, prendiam espancavam. A FUNAI mantém esse pensamento, até os caciques querem manter isso aí, depois de 1988 somos cidadãos livres pra andar onde quisermos, somos indígenas onde quisermos. (ROMANCIL KRETÃ 09/07/2016)

Aqui é importante destacar pelo menos que esse controle sobre as mobilidades indígenas se constitui ainda em um debate entre lideranças e chefias indígenas e o Estado que, por mais que se esteja formalmente destituído dessa exigência, mantém uma vigília em alguns aspectos sobre a movimentação dos indígenas na região. A situação pode ser observada em diversas modalidades de relacionamento dos indígenas com a cidade de Curitiba, em suas demandas, permanência temporária e, até mesmo, para seu ingresso nas universidades no sistema de cotas da UFPR para populações indígenas.

Ao contrário da imagem das demandas difusas e pouco compreensíveis, os povos indígenas, principalmente através de suas lideranças, “têm reivindicações concretas”, como destacou Manuela Carneiro da Cunha. Além das exigências à manutenção de seus direitos coletivos territoriais e das riquezas potenciais riquezas advindas deles, diversificam cada vez mais exigências para formalização de processos consultivos e participação nos processos que os afetam³⁹. Os indígenas buscam “que sejam reconhecidos seus direitos à organização e a canais de representação, direitos individuais, por exemplo, o de ir e vir” (CARNEIRO DA CUNHA 2012:115). Esse ponto é central para os indígenas que residem em espaços urbanos, sem nenhum canal de representação ou escuta de suas demandas.

Ainda em meados da década de 1970, quando lideranças indígenas no Brasil estavam começando a percorrer as capitais estaduais e federal, mobilizando espaços para expor suas reivindicações, o Estado brasileiro, através de órgão indigenista, a FUNAI, buscava alterar o Estatuto dos Índios

³⁹ É importante lembrar que atualmente está crescendo o número de Protocolos de Consulta Prévia no Brasil, produzidos especificamente para e por grupos e comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas no Brasil. Tais protocolos são baseados no direito à consulta prévia, livre e informada, prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi transformada em lei no Brasil através do decreto presidencial nº 5.051 de 2004.

para ampliar a emancipação dos indígenas, e proibir sua mobilidade entre os centros de poder e as Terras Indígenas.

As agências estatais buscavam determinar quem era e quem não era indígena, quais indígenas mereciam políticas distintivas e quais não mereciam. O principal elemento balizador de tais questões era a profundidade do contato com os não indígenas e, justamente por isso, os principais alvos da deslegitimação estatal eram os chefes e líderes dos grupos indígenas. Como destacou Carneiro da Cunha:

O alvo mais imediato de afã classificatório parece ser os líderes indígenas que estão aprendendo a percorrer os meandros da vida administrativa brasileira, agora ameaçados de serem declarados emancipados *ex officio*. A medida poderia acarretar até a proibição de entrarem em suas áreas indígenas, se continuarem incorrer na ira do Executivo. Ou seja, líderes poderiam ser separados de suas comunidades. (CARNEIRO DA CUNHA 2012:101)

O destaque nessa época era o futuro deputado federal, e no período chefe xavante, Mário Juruna, que havia sido autorizado pelo Tribunal de Recursos Federais a viajar para dialogar frontalmente com o Estado brasileiro, sendo impedido pelo Ministério do Interior, a quem estava subordinada no período a FUNAI (CARNEIRO DA CUNHA 2012:10).

Observar a atuação política e as trajetórias desses grupos indígenas contemporâneos é como observar a consolidação de suas demandas históricas em um processo levado a cabo há muitos séculos. As lideranças e chefias indígenas desafiaram, em diversos momentos, preconceitos e agressões pessoais de administradores públicos, assim como legislações e regulamentos que buscavam proibir, coibir e até mesmo punir a presença de indígenas nas cidades (FORTES 2014).

2.2.2 Terreno das Faculdades Espírita

As lideranças e famílias de moradores indígenas na cidade de Curitiba, organizadas em torno da ORCIP CURIM, não admitiam a tutela sobre seus deslocamentos e demandas, passando cada vez mais a refletir sobre a importância de ocupar um local para poderem residir e se libertar de tais julgamentos e do exercício cruel das tutelas estatais. De acordo com Romancil Kretã, em 2003, diante dos inúmeros desafios que se apresentavam para os indígenas que residem na cidade de Curitiba e região metropolitana, estes

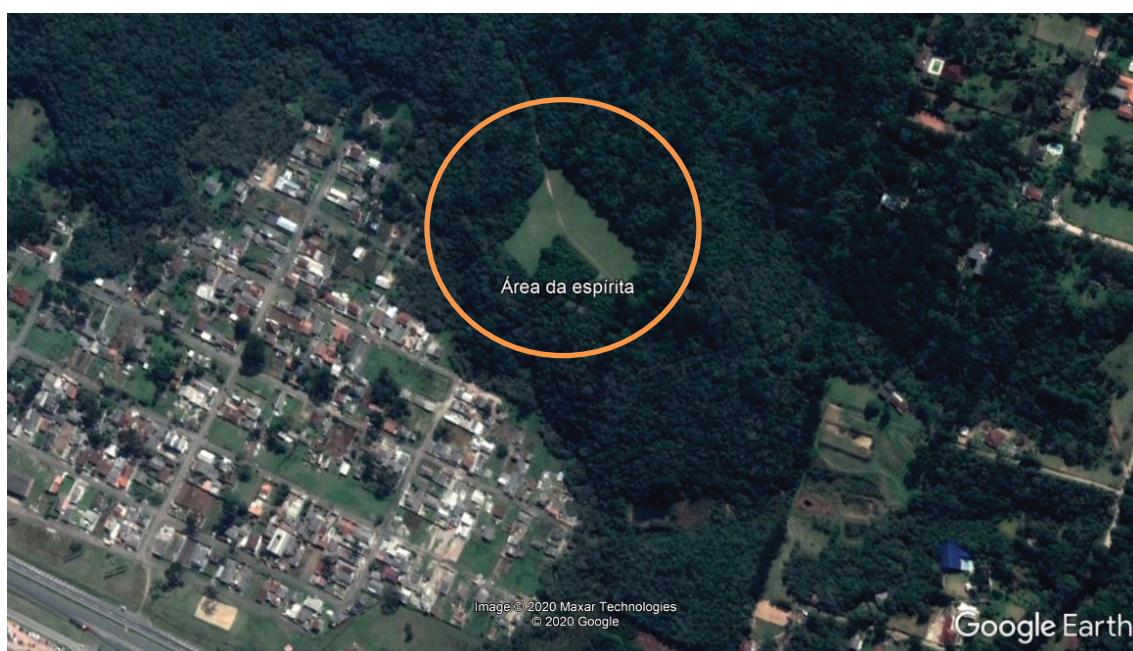
pressionaram para o afastamento de um servidor da FUNAI. Houve assim um fortalecimento político como grupo, surgindo o momento ideal para ampliar suas demandas:

[...] ali foi o momento inicial dessa briga, eu ainda estava à frente da associação dos índios urbanos, que eu era um dos fundadores [...] depois disso nos reunimos, juntos dos Guarani, e ocupamos a área, que considerávamos nossa, dos índios. (ROMANCIL KRETÃ 06/2016)

A área mencionada foi ocupada ainda no ano de 2003. Tratava-se de terreno de propriedade da Fundação de Educação e Cultura Espírita com, aproximadamente, 10 hectares, chamada pelos indígenas de “área da espírita”, localizada no município de Piraquara às margens da BR-277. Os indígenas ocuparam a área por alguns meses, com a alegação de utilizarem essa área por muitos anos para a coleta de matéria-prima para a produção de artesanato. Apesar das dificuldades enfrentadas no local, relacionadas à infraestrutura, tais como a dificuldade no acesso a água e a moradia, mantiveram-se no espaço por alguns meses, considerando tratar-se de uma importante forma de “resistência indígena”.

A Figura 3 apresenta uma imagem de satélite atual, da área ocupada pelos indígenas em 01/01/2014, conhecida como área da espírita, no município de Piraquara, rodeada por uma área de mata e uma pequena vila às margens da BR-277, sentido Litoral-Curitiba. (25°32'24.97"S 49°03'07.68"O).

Figura 3 Imagem de Satélite da “Área da Espírita”.



Fonte: Google Earth website. <http://earth.google.com/>. Acesso em 21/04/2020

Como revés, os moradores tiveram que enfrentar um mandando de reintegração de posse da área para a Faculdades Espírita⁴⁰. Ainda sobre essa demanda, Kretã Kaingang destaca a união do grupo em torno dessa disputa, apesar de já serem perceptíveis tensões entre alguns indígenas, contudo:

[...] mesmo com a reintegração de posse, discutimos muito sobre o que fazer, teve até uns desentendimentos entre nós indígenas [...] mas mesmo quando ela veio pra valer dizendo, olha vocês têm tantos dias pra deixar o lugar, a partir daquele momento eu tive o entendimento de que os indígenas que estavam na cidade, e em toda essa região aqui precisavam se unir cada vez mais, a gente precisava lutar pra garantir um espaço pra viver em comunidade [...] apesar de todos que estavam ali viveram por aqui há muito tempo, alguns às vezes não, mas já sabiam como era, naquele momento se envolveram nessa briga. (ROMANCIL KRETÃ 15/06/2017)

2.2.3 Reserva Ecológica do Cambuí

Por volta de março de 2004, reunindo mais indígenas e apoiadores, passaram a ocupar a área chamada de uma Unidade de Conservação (UC) municipal chamada de Estação Ecológica do Cambuí, localizada na avenida Comendador Franco nº 9.555, no bairro Uberaba, em área limítrofe com o município de São José dos Pinhais, cujo decreto de criação foi assinado na data de 22 de março de 2004. O objetivo dessa UC, segundo seu decreto, seria a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas e de atividades de educação ambiental⁴¹. Na área estavam localizadas as instalações do Museu de Ciências Naturais e o Instituto de Educação Ecológica⁴².

Quando os indígenas ocuparam a área próxima do rio Iguaçu esperavam transformá-la em um espaço seguro para suas famílias, além de garantirem os recursos naturais para produção de artesanato que usualmente comercializavam na região central do município, trazendo visibilidade para os indígenas na região. Entretanto, entre muitos desafios, os moradores tiveram que enfrentar fortes chuvas que, por vezes, acabavam alagando o local e trazendo problemas de saúde extremamente graves aos moradores.

⁴⁰ Mandado expedido no final de fevereiro de 2004, pela juíza federal substituta Ana Carolina Morozowski, da 6ª Vara Federal de Curitiba.

⁴¹ Decreto municipal nº 211 (2004).

⁴² Projeto de João José Bigarella, importante geólogo, geógrafo, geomorfólogo, engenheiro químico e professor universitário brasileiro, encontrava-se abandonado para essa destinação há mais de 15 anos devido às constantes enchentes.

De acordo com Rivelino Verá Popygua, atualmente morador da Terra Indígena Kuaray Haxa localizada nos municípios de Antonina-PR e Guaraqueçaba-PR, e liderança Mbya Guarani do litoral do Paraná:

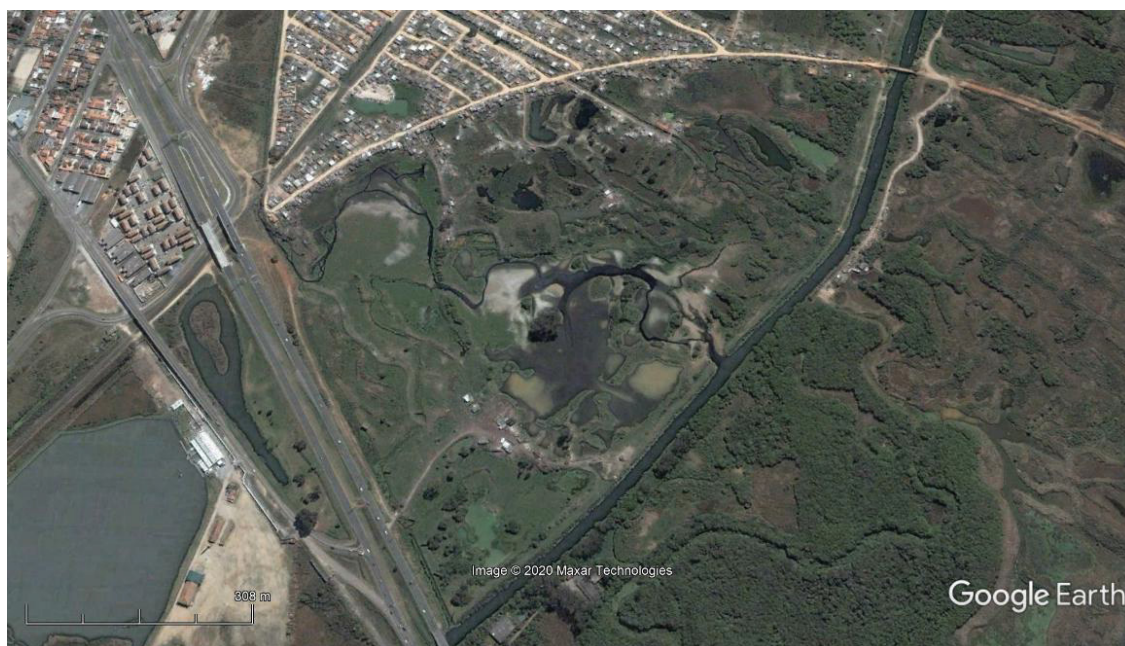
Eu morei ali no Cambuí, e na Kakané-Porã, foi a convite do Carlos, pra fortalecer essa luta [...] Minha família como muitos viviam do artesanato, mas assim, apesar da matéria-prima pra fazer, ali a vida não era fácil, criar as crianças, nem banho dava pra tomar direito. Não é fácil viver assim, do jeito do Cambuí. (RIVELINO VERÁ 15/12/2016)

A ausência de infraestrutura e visibilidade diante do poder público é comentada por todos os indígenas com que dialoguei, tanto os que residiram como os que passaram pelo local. Como destacou Dona Belarmina, tais condições traziam insalubridade ao local, além de muita insegurança para os pais diante do número de crianças que ali residiam:

Não tinha mais condições dos indígenas morar ali, quando chovia muito enchia tudo, água pra cima das canelas, os indígenas ficavam ali [...] teve parentes que morreram ali por causa do descaso, do abandono, eu fico muito triste quando lembro isso, de tudo que tivemos que passar [...] Uma época tinha um chuveiro, pra todo mundo de água fria, crianças doentes. (BELARMINA LUÍS PARANÁ 21/09/2017)

A Figura 4 apresenta uma imagem de satélite da área de ocupação Cambuí (25°30'10.75"S 49°12'17.84"O), no dia 09/05/2004. A área se situa em uma região de mananciais, ao lado do rio Iguaçu.

Figura 4 Imagem de satélite da área de ocupação Cambuí.



Fonte: Google Earth website: <http://earth.google.com/>. Acesso em 20/04/2020.

De fato, nesse período, o desinteresse e a invisibilidade dos indígenas ainda eram muito grandes, tanto entre moradores da cidade, administradores públicos, Organizações Não Governamentais (ONG), mas também entre pesquisadores e antropólogos, que até então não se interessavam pela temática e a experiência vivenciada por esses indígenas, como destacou Kretã Kaingang, “[...] naquela época ninguém vinha falar, te entrevistar, ninguém queria saber de índio na cidade [...] nem antropólogo, historiador, nada cara” (ROMANCIL KRETÃ 15/06/2017).

O silêncio acadêmico em relação à presença e à moradia de indígenas na cidade de Curitiba é um fato que foi reconhecido pelas reportagens do jornal Gazeta do Povo. Apesar de algumas publicações do periódico utilizarem linguagem pejorativa para se referir aos indígenas na cidade, como os termos “índios do asfalto” e “peles vermelhas”, evidenciava-se a ausência das universidades ou de seus pesquisadores junto a esses indígenas. Uma matéria de 08/12/2008 do jornalista José Carlos Fernandes, com o título “Curitiba reencontra raízes índias em Kakané-Porã”⁴³, destacava que anteriormente à constituição da “aldeia urbana” os indígenas que residiam na área do Cambuí não empolgavam “nem antropólogos das universidades”:

[...] às margens do Rio Iguaçu e avizinhada do Bolsão Audi-União – o local é impróprio para moradia e não permite nenhuma espécie de cultivo, como o milho. Mas ficar ali era uma estratégia para fazer avançar um debate que parecia não empolgar nem antropólogos das universidades – o direito dos índios à cidade. (GAZETA DO POVO 08/12/2008)

Apresentei esse e vários outros registros, históricos e contemporâneos para Romancil Kretã e Márcio Kokó. Sobre essa reportagem específica, Romancil destacou que nesse período eram extremamente criticados por estarem na cidade, ou por não aparentarem para os não indígenas serem indígenas:

[...] falavam muita bobagem, que não era índio ou menos índio, mas isso aí é verdade, nessa época essas reportagens eram a única informação que falava de nós indígenas, como eu já disse uma vez pra você ninguém ligava, até hoje pouca gente liga, é só Amazônia que interessa. Queria saber de índio na cidade [...] nem antropólogo, historiador, nada cara. (ROMANCIL KRETÃ 18/02/2019)

⁴³ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/curitiba-reencontra-raizes-indias-em-kakane-pora-bbismutlg2zf1t1bqkfvqtqi6/>. Acesso em 20/02/2019.

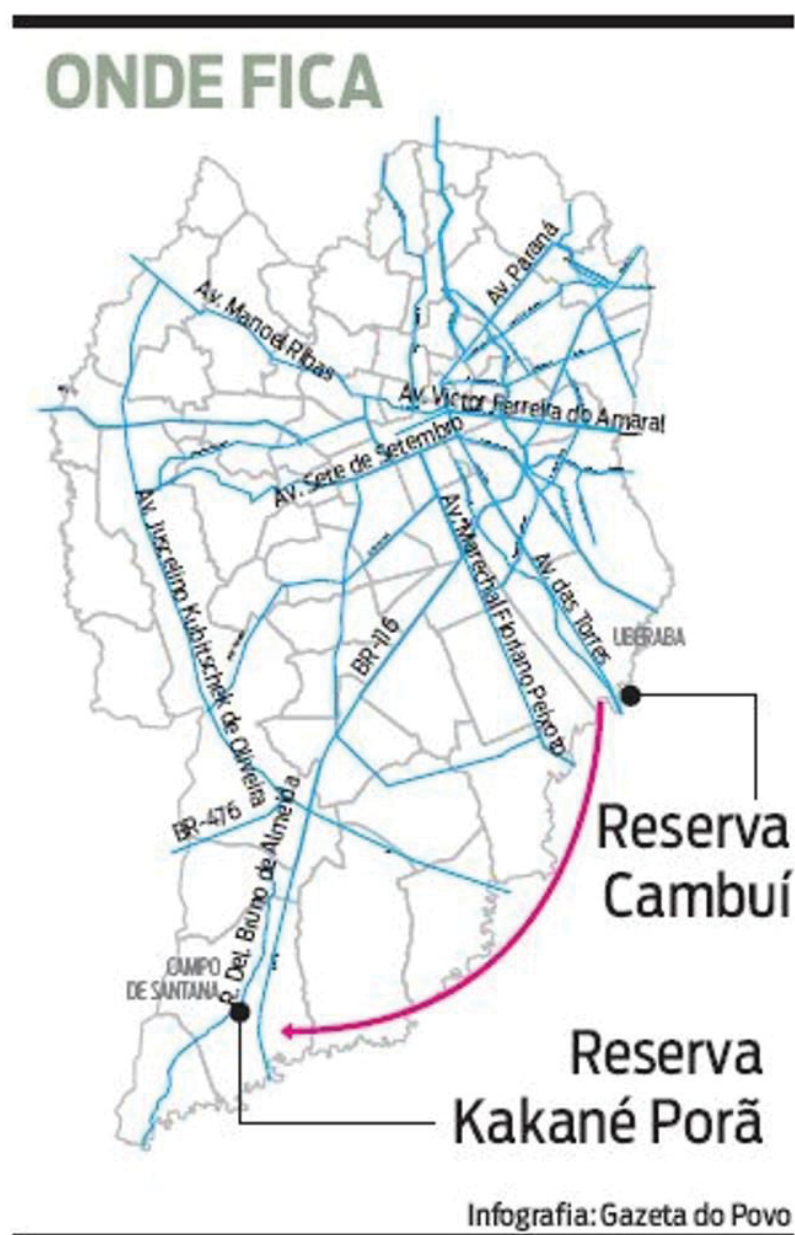
Márcio Kokój afirmou que já tinha visto muitas vezes seus parentes mais antigos serem interpelados por antropólogos, mas na cidade isso não acontecia, “lá em Manguinhos sim, aqui não” (MÁRCIO KOKÓJ 18/02/2019). Assim como na ocupação da “área da espírita”, os indígenas tiveram que enfrentar mais um pedido de reintegração de posse, dessa vez da própria prefeitura de Curitiba. Passaram a encarar o então prefeito, Cássio Taniguchi⁴⁴, como um desafeto pessoal da causa indígena na cidade. Entretanto, por se tratar de uma área pública, não existindo uma entidade particular com interesses econômicos como no espaço anterior, além do abandono do local pelo próprio poder público municipal, passaram a imaginar a possibilidade real de conquistar uma área para residirem permanentemente no município.

Os indígenas se consideravam mais preparados nessa etapa, tanto para enfrentar e resistir a pressões jurídicas que surgiram logo após a ocupação do local, como para dialogar diretamente com os agentes públicos da Secretaria de Meio Ambiente, e de outros órgãos e instituições interessadas na reintegração de posse da área do Cambuí. Após alguns anos residindo no local, conseguiram apoiadores não indígenas, que organizaram campanhas de doação e de divulgação de suas demandas.

A Figura 5 apresenta um infográfico produzido pelo jornal curitibano Gazeta do Povo em 08/12/2008, representando a já mencionada transferência da área de ocupação do Cambuí para a aldeia Kakané Porã.

⁴⁴ Esteve à frente da administração municipal entre os anos de 1997-2001 e 2001-2005.

Figura 5 Transferência dos indígenas para Kakané Porã.



Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/curitiba-reencontra-raizes-indias-em-kakane-pora-bbismutlg2zf1t1bqkfvtqki6/>. Acesso em 20/02/2019.

2.3 Aldeias na região metropolitana de Curitiba

2.3.1 Aldeia Araçaí

A Terra Indígena Karaguá/aldeia Araçaí é formada por 90 indígenas do povo Mbya Guarani, na região metropolitana de Curitiba, município de Piraquara, inserida dentro do Parque Estadual do Marumbi. Situa-se em uma área com grande agrupamento de mananciais, às margens de uma represa da Companhia

de Saneamento do Paraná (SANEPAR) utilizada para o abastecimento da capital do estado. De acordo com a última portaria relacionada aos atos de demarcação da Terra Indígena, de 02/05/2019, encontra-se em identificação, necessitando ainda de diversos atos administrativos até sua homologação. É atendida pela Coordenação Técnica Local (CTL) da FUNAI/Paranaguá e pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) através do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Litoral Sul. Algumas famílias recebem auxílios do governo federal, como Bolsa Família, no local praticam agricultura e pesca nos lagos artificiais na região, além de se dedicarem à confecção de artesanato e à recepção de grupos de não indígenas que buscam o etnoturismo. Alguns moradores atuam na Escola Estadual Indígena Mbya Arandu ou na Unidade Básica de Saúde, ambas localizadas na área.

Os indígenas, que se encontram na região há mais de duas décadas, são oriundos da Terra Indígena Mangueirinha, no sudoeste do Paraná. Inicialmente ocuparam um terreno no município de Quatro Barras-PR, doado por um ambientalista, Jorge Roberto Carvalho Grando, em seguida se dirigiram para a atual região no município de Piraquara.

A liderança político/espiritual, o *xamoí* Marcolino da Silva foi o responsável pela ocupação da área, buscando um espaço onde pudessem exercer o *Nhanderekó*, em uma tradução aproximada, “nosso jeito”. Os moradores inserem-se em seu tekoá, local onde se apresentam condições de exercer o seu modo de vida, que, na perspectiva dos moradores de Araçaí, estaria prejudicado na TI Mangueirinha. De acordo com Maria Inês Ladeira, “Tekó, ‘o modo de ser’, abrange a cultura, as normas, o comportamento, os costumes [...] uma inter-relação de espaços culturais, econômicos, sociais, religiosas e políticos” (LADEIRA 2007:93-94).

Para os Mbya, apesar da doação da área, da eventual facilitação da ocupação, ou não, criar, fundar um *Tekoá*, “ou recuperá-lo ou reconstruí-lo mediante as unidades familiares, é realizar o projeto coletivo de reconstrução do mundo Mbyá por meio da reprodução, nos diversos tekoá, dos elementos originais existentes em *yvy apy*” (*id. ibid.*), ou seja, na origem/o começo do mundo. A aldeia Araçaí é atualmente liderada politicamente pelo filho de

Marcolino, Laércio da Silva (Vera Tupã Mirim), e Marcolino permanece como líder espiritual.

A Figura 6 apresenta uma imagem de satélite atual da aldeia Araçaí (25°29'19.02"S 49°00'17.40"O). Nesta, pode-se visualizar o centro da aldeia, a região de mananciais e as matas do Parque Estadual Marumbi.

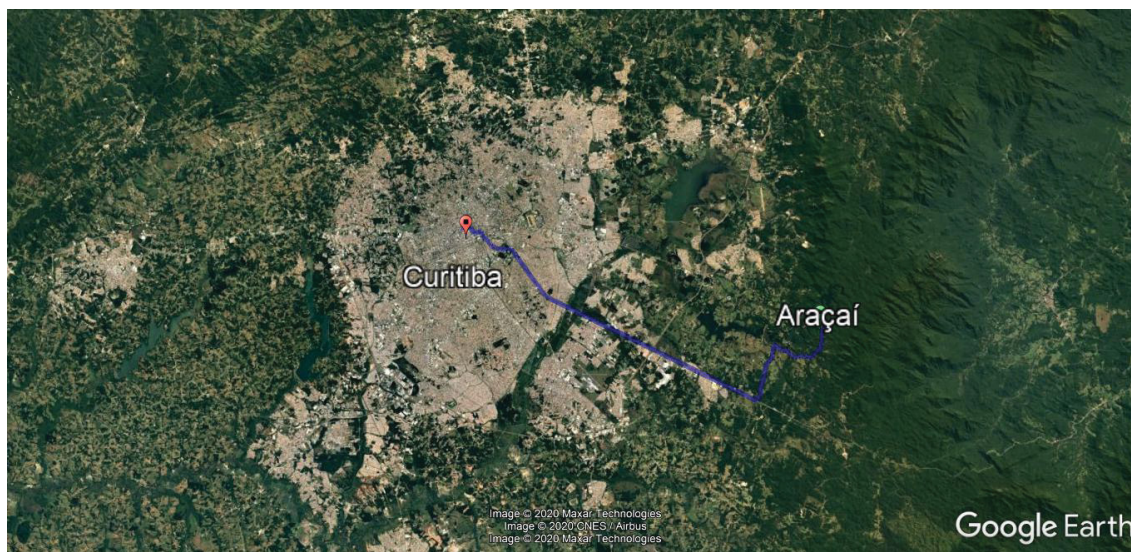
Figura 6 Localização da aldeia Araçaí.



Fonte: Google Earth website: <http://earth.google.com/>. Acesso em 20/04/2020.

A Figura 7 apresenta a localização da aldeia Araçaí em relação à cidade de Curitiba, a aproximadamente 40 km de distância da região central desse município.

Figura 7 Localização da aldeia Araçaí em relação a Curitiba.



Fonte: Google Earth website. <http://earth.google.com/>. Acesso em 20/04/2020.

2.3.2 Aldeia Tupã Nhe'é Kretã: entre montanhas e o planalto curitibano

A aldeia Tupã Nhe'é Kretã está localizada aos pés da Serra do Mar, sentido planalto curitibano⁴⁵. O nome da aldeia é uma referência a sua origem multiétnica, uma vez que une termos Guarani e Kaingang: *Tupã Nhe'é* vem do Guarani e *Kretã* (*Krĩ Tãn*), do Kaingang. De acordo com os moradores, apesar dos diferentes significados dos termos em cada um dos idiomas, na aldeia buscam uma fusão dos termos. Em uma tradução livre, o nome da aldeia significaria “Deuses/donos da montanha”. Os moradores estão ligados por laços de parentesco e afinidade a diversas famílias indígenas que residem no núcleo urbano de Curitiba, na região metropolitana, no litoral do estado do Paraná e em outras TI no sul do Brasil. Classificam a área como uma retomada, considerando ser um espaço de ocupação tradicional Kaingang e Guarani. De acordo com Kretã, que no momento da pesquisa de campo era morador do local, “para nós indígenas não existe uma visão como a dos não indígenas, ‘esse local é do branco, esse do índio, esse do outro índio’ [...] compartilhamos a terra” (ROMANCIL KRETÃ 04/2017).

Ocupam uma área que se encontrava abandonada, após sucessivos empreendimentos de reflorestamento de *Pinus* e Mineração por empresas

⁴⁵ Para acessar a localidade, deve-se seguir a BR-277 sentido litoral, até o Km 50, seguindo por aproximadamente 4 km pela chamada Estrada do Pilão de Pedra.

nacionais e multinacionais⁴⁶. Trata-se de uma área extremamente degradada, com grande ocorrência de erosões e voçorocas, bem como áreas propensas a deslizamento de encostas, alagamentos, assoreamentos de rios e nascentes e a colonização de espécies de árvores, arbustos e gramíneas exóticas invasoras. Em 2009, foi elaborado um relatório técnico sobre a proposta de criação de unidade de conservação de proteção integral na região, na categoria de Parque Nacional (PARNA), na região da Serra do Mar do estado do Paraná (Guaricana/rio Arraial), e que incluía a área da Fazenda Arraial nas delimitações da unidade. A aldeia Tupã Nhe'é Kretã está sobreposta ao PARNA Guaricana⁴⁷. De acordo com Andréia Takua, quando chegaram à área, em 2014, as residências encontravam-se abandonadas, “com várias camas e colchões muito velhos em todas as casas [...] não tinha animais, só morcego, aranha e sapo” (ANDRÉIA TAKUA 15/03/2017). Distribuem-se ao longo das vias e das residências preexistentes, criadas pelos empreendimentos de reflorestamento. Transformaram os antigos alojamentos em residências, centro de reunião, escolas e posto de saúde.

As primeiras famílias indígenas chegaram à área em setembro de 2014, segundo os moradores, em busca de um território sadio e livre de ameaças fundiárias. Alguns moradores são ex-residentes de grandes cidades, como Londrina e Curitiba, PR, destacando abertamente as muitas dificuldades de se viver no coração urbano das grandes cidades como um dos motivos pelos quais muitas das famílias se dirigiram para a área. São originárias das Terras

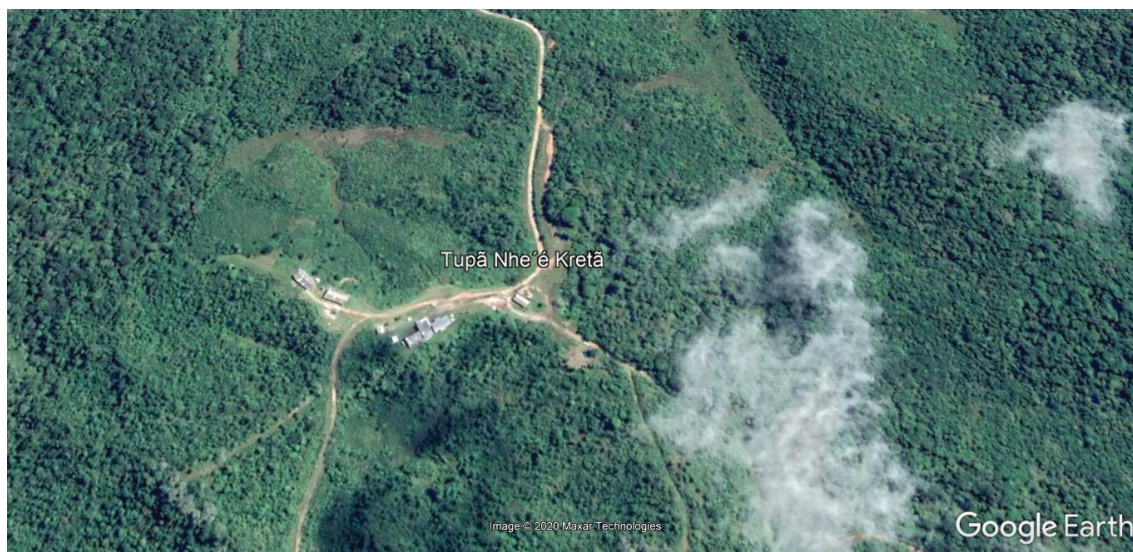
⁴⁶ A área é marcada por sucessivos empreendimentos de reflorestamento da segunda metade do século XX até o ano de 2009. Em 2009, através da iniciativa da empresa Norske Skog (empresa que estava em posse da área na época) juntamente com o apoio do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, licenciada pelo IAP e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foi criado o Projeto Serra Nativa, que propunha a retirada de cerca de 1.300 hectares de pinus da área da Fazenda Arraial (cujos indivíduos apresentavam até 37 anos de idade), seguida do plantio de mudas para restauração. A proposta era de interromper a dispersão de sementes da exótica e vender as toras que apresentavam valor comercial. Em função de uma ação judicial, a Norske Skog interrompeu o projeto no terceiro ano de execução.

⁴⁷ Auxiliei os indígenas por alguns anos (2015-2019), no diálogo com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) em torno da presença dos indígenas na área. Porém, nesse caso, diferente de muitos outros, não houve uma situação flagrante de tentativa de retirada dos indígenas do local, o que se deve, na minha visão, por um lado ao fato de a equipe do ICMBio do Parque Nacional Guaricana apresentar uma percepção positiva sobre a presença dos indígenas na área regulamentada para a existência do Parque Nacional. Por outro lado, deve-se pesar a habilidade dos indígenas em discutir e propor a viabilidade de sua presença no local, se posicionando com grande habilidade nas discussões.

Indígenas de Mangueirinha, Rio das Cobras na região do médio Iguaçu, do Tekoha guarani Kuaray Haxa, no município de Guaraqueçaba, e da própria região urbana do município de Curitiba. Apontam também o desejo de permanecer próximos à cidade de Curitiba, devido ao potencial acesso a recursos e serviços públicos, assim como às potenciais parcerias e negociações com órgãos públicos e entidades privadas na região.

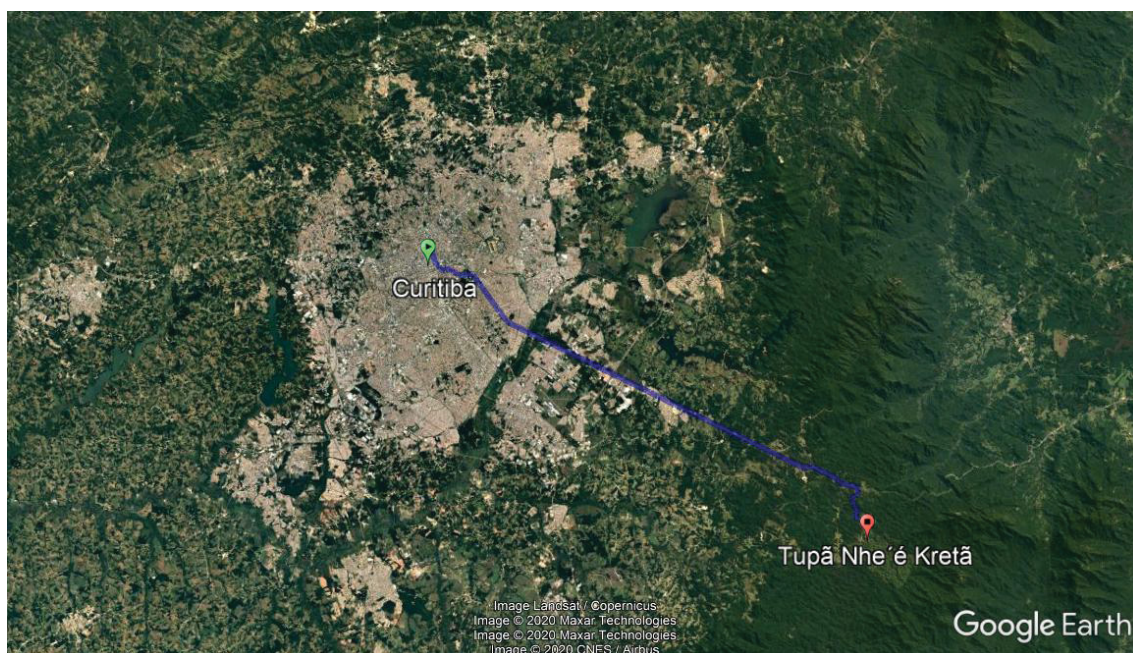
O território é destacado pelos moradores como um ambiente de resistência e presença histórica dos indígenas. Suas narrativas destacam que sabem que os indígenas não ocupam áreas na região há muito tempo, mas entendem que isso se deve ao impedimento dos não indígenas, e não devido à ausência de tentativas e demandas dos indígenas. Nesse sentido, buscam reconquistar espaços na região do planalto curitibano e na Serra do Mar. Segundo Romancil Kretã, “independente de marco temporal, de território tradicional que falam pros Guarani ou pros Kaingang, a gente sabe pelos nossos avós e antepassados que essa área aqui perto das montanhas é muito especial para os Kaingang, por isso estamos voltando” (ROMANCIL KRETÃ 06/2016). A Figura 8 apresenta uma imagem de satélite de 03/05/2019 da aldeia Tupã Nhe'é Kretã (25°36'55.67"S 48°56'10.64"O), onde se pode visualizar a sede da aldeia, com residências e escola. Já a Figura 9 apresenta a localização da aldeia Tupã Nhe'é Kretã em relação à cidade de Curitiba, a aproximadamente 43 km de distância.

Figura 8 Residências e escola na aldeia Tupã Nhe'é Kretã.



Fonte: Google Earth website: <http://earth.google.com/>. Acesso em 26/04/2020.

Figura 9 Localização de Tupã Nhe'é Kretã em relação a Curitiba.



Fonte: Google Earth website: <http://earth.google.com/>. Acesso em 20/04/2020.

2.4 Trançados, mobilidade e negociação: a comercialização de artesanato e a circulação kaingang na cidade de Curitiba

Reportagens sobre contingentes de artesãos e artesãs kaingang, moradores das Terras Indígenas do interior do estado, principalmente da TI Rio das Cobras, nos municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu, PR, Marrecas, no município de Turvo-PR, Apucarantina, no município de Tamarana-PR e Ivaí, no município de Manoel Ribas-PR começaram a se proliferar na imprensa regional em 2012 e 2013, previamente à época da realização da Copa do Mundo no Brasil.

Apesar do destaque nesse período, já há muito tempo o artesanato se tornou uma importante alternativa de renda para muitas famílias kaingang, de diversas cidades e Terras Indígenas no Sul do Brasil. A venda de artesanato kaingang também é comum em diversas cidades do estado, como Londrina, Maringá e Guarapuava. Na época de férias escolares e alguns feriados, os artesãos e artesãs kaingang se dirigem das Terras Indígenas onde residem em direção a esses núcleos urbanos para comercializar o seu artesanato. Em Curitiba, como na maior parte das cidades, as épocas de maior concentração de indígenas são durante o mês de julho, portanto férias escolares, e entre os meses de dezembro e fevereiro, antecipando o Natal e aproveitando novamente o período de férias das crianças e o Carnaval. Durante essas viagens é comum que as famílias kaingang permaneçam nos arredores das rododferroviárias dos municípios, seja nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e até mesmo em cidades de Mato Grosso do Sul, como Dourados.

Em Curitiba, acompanhei o tema inicialmente a certa distância, para mim a presença de artesãos kaingang era uma novidade. Descobri mais tarde que era eu quem não os enxergava, assim como muitos moradores e turistas, uma vez que há muito tempo a cidade é visitada pelos indígenas. Tive muita dificuldade de me aproximar dos indígenas e estabelecer um diálogo com estes em seus pontos de venda, principalmente porque evitavam as perguntas e era evidente seu desconforto diante da abordagem. Solicitaram mais de uma vez que eu não tirasse fotografias deles, o que atendi prontamente e, desde então, não considerei mais para evitar o desconforto dos indígenas. Tais abordagens iniciais não me trouxeram nenhum elemento significativo.

Em 2015, conheci Florêncio Rekeyg na aldeia Tupã Nhe'é Kretã, no município de São José dos Pinhais-PR e Morretes-PR. Natural da Terra Indígena Rio das Cobras, destacou diversas vezes que ele mesmo já havia sido vendedor de artesanato. Destacou que a abordagem do não indígena numa situação dessas é muito delicada, segundo ele, os não indígenas não sabem se aproximar dos Kaingang nessas situações. Aqueles que estão vendendo artesanato “não estão com medo, mas sabe quem tem gente perigosa, gente que não gosta de índio, então está sempre cuidando. Quando chega alguém pra conversar ficam surpresos mesmo” (FLORÊNCIO REKEYG 07/2015).

De fato, muitos não indígenas se incomodam com a venda de artesanato, o próprio fato de os indígenas estarem na cidade, mas principalmente, com a presença de crianças junto das mães. Indignado, um comerciante de uma pequena lanchonete do outro lado da rua da rodoferroviária comentou comigo, no final de 2014: “Quando eles chegam, trazem tudo com eles, cheios de cestos, crianças e vão chegando, tomando conta do espaço como se fosse tudo deles”. Os indígenas a que ele se referia estavam concentrados embaixo do viaduto Capanema⁴⁸, ao lado do terminal rodoferroviário. Vinham para a capital do estado com o intuito de vender seu artesanato nas esquinas, ruas e praças da cidade. Muitas pessoas passavam na Avenida Presidente Affonso Camargo, no bairro Jardim Botânico, ficavam visivelmente impactados com a presença das famílias de artesãos kaingang. Os cidadãos, principalmente dessa região, não conseguiam imaginar como a situação tinha chegado àquele estado. O questionamento era sempre o mesmo: por que os indígenas estão aqui na cidade de Curitiba? Não existem as reservas indígenas? Onde está a FUNAI para ajudá-los?

Ao longo dos anos, coletei dezenas de relatos, todos, impressionados com a chegada maciça de indígenas ocupavam as calçadas sob o viaduto, “como se fossem mendigos” e, principalmente, extremamente incomodados com o fato de as crianças acompanharem seus familiares no deslocamento até a cidade e estarem o tempo todo com eles, no viaduto, nas ruas, atuando na venda

⁴⁸ O viaduto leva esse nome em homenagem a Gustavo Capanema (1900-1985), ex-ministro da Educação que ficou mais tempo à frente da pasta. É preciso esclarecer porque mais à frente será apresentado um outro personagem com esse mesmo nome, o cacique Capanema da Terra Indígena Mangueirinha.

de artesanato, solicitando algum auxílio financeiro ou doação, principalmente nos períodos em que a cidade experimenta intensas ondas de frio durante o inverno. Os Kaingang, por sua vez, não pareciam se incomodar com a reação *fóg* (não indígena). Evitando contatos profundos com eles, vendiam seu artesanato, aceitavam doações, sem maiores explicações ou reações, mesmo diante de manifestações de desagravo com a sua presença naquele local, muito mais frequentes quando existem crianças indígenas acompanhando a mãe, os pais ou parentes próximos.

As reportagens apresentaram de maneira clara a percepção mais geral da população e do Estado. Uma delas, do jornal Gazeta do Povo, de 27 de janeiro de 2013, assinada por Rosana Felix⁴⁹, destacava em sua manchete: “Venda de artesanato indígena expõe crianças a risco social” (GAZETA DO POVO 27/01/2013:5). Como outras, a matéria destacava o fluxo intenso de indígenas sempre com foco na situação de vulnerabilidade social das crianças indígenas: “Como as crianças ficam em situação de vulnerabilidade, a FAS estuda tomar medidas mais coercitivas para barrar a prática. O tema é delicado, já que cada tribo indígena tem uma cultura que precisa ser respeitada”, dizia a reportagem. A tal medida coercitiva nunca foi tomada, apesar das centenas de reclamações e denúncias de moradores de exploração do trabalho infantil.

Mesmo para agentes da Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS), o desafio do contato e compreensão desse fluxo era e ainda é muito grande. Barreiras linguísticas, principalmente, impediam qualquer contato mais assertivo, ficando a atuação da FAS, em um primeiro momento, extremamente limitada e prejudicada. Como destacou Florêncio Rekayg,

[...] às vezes não parece, mas o jeito de você falar oi, olá, pode ser muito diferente pra eles, como eles te veem, eu acho que seria tão importante esse pessoal que faz a abordagem aprender a falar oi em Kaingang, *Ã my há, Ha pê!* [saudações em língua kaingang], já faria diferença. Eu penso até em montar um projeto para capacitar o pessoal da FAS, da assistência social. (FLORÊNCIO REKAYG 07/2015)

Além disso, a falta de treinamento adequado e diferenciado para lidar com esse público pode acabar transparecendo cargas muito altas de preconceito com os indígenas nas cidades, até por servidores da assistência social. As famílias e

⁴⁹ Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/venda-de-artesanato-indigena-expoe-criancas-a-risco-social-78d18wrvrnea5p4wij8oobuxm/>. Por Rosana Félix.

grupos kaingang, por sua vez, pareciam não se importar e permaneciam no local, retornando em certas épocas do ano, previamente a datas festivas como Dia do Índio e Natal e nas férias escolares. De acordo com o antropólogo João Vítor Fontanelli, que atuou na assessoria de Direitos Humanos da gestão Gustavo Fruet⁵⁰, “são inúmeras denúncias que recebemos da população, sempre com a mesma temática de maus-tratos, é preciso um programa de treinamento e capacitação das ações da assistência social, para que compreendam que a criação da criança kaingang é junto da mãe”. Fontanelli também destaca que:

[...] apesar da sensibilidade de alguns atores políticos importantes, existem setores influentes dentro do sistema de acolhimento e assistência social que enxergam como inútil algum tipo de política relacionada a diversidade ou a adequação do sistema para esse público. Alguns acham que promover políticas distintivas é incentivar a vinda dos artesãos, o que acham negativo. (JOÃO VITOR FONTANELLI 07/2015)

A kaingang L.P. (42), residente na Terra Indígena Rio das Cobras, desloca-se sazonalmente para Curitiba vender artesanato, segundo ela, “todo julho e dezembro, ou janeiro”. Destaca que além da renda o artesanato “é um jeito de a gente caminhar também, viajar”. Em suas viagens está sempre acompanhada de familiares, no momento da entrevista (07/12/2013), estava com sua irmã M. (18) e sua filha (3). Seu marido fica em Rio das Cobras, trabalhando no corte de madeira, enquanto seus outros quatro filhos estavam na escola, “mas quando pode eles vêm também”. Segundo seu relato, “a vida na aldeia está difícil, precisa do artesanato [para] sobreviver, mas gostamos de sair, Bolsa Família que ganho é 200 reais”. Sobre a vida na cidade reclama principalmente da falta de mantimentos, agasalhos e da violência. Nessa época os indígenas pernoitavam na rodoferroviária de Curitiba, segundo a indígena “[...] é bom, mas é perigo também [...] roubaram balaio do outro esses dias”. A artesã conta que já vendeu em diversas cidades do Paraná, como Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu, e que a escolha pela cidade de Curitiba se dá pelo fato de que nessas cidades já existem muitos indígenas vendendo artesanato. Outro fato que inicialmente a atraiu foi a possibilidade de acesso a políticas públicas, porém, segundo contou, se decepcionou; sua irmã contou que “na FUNAI me

⁵⁰ Esteve à frente da administração municipal entre os anos de 2013-2016.

falaram que não podia [fazer] nada, que era só escritório, que tinha que ver em Chapecó, mas como vou ver em Chapecó se estou em Curitiba?”.

No início do ano de 2015, durante a gestão do prefeito Gustavo Fruet, do PDT, foi inaugurada a Casa de Passagem do Artesão Indígena (CPAI). Ao contrário dos moradores da aldeia Kakané Porã, esses indígenas utilizam esse espaço como um importante e estratégico ponto de venda de suas peças de artesanato, como destacou Florêncio Rekayg⁵¹, kaingang oriundo de Rio das Cobras, “é como nós Kaingang coletamos nos dias de hoje, muitos têm esse dom do artesanato, principalmente as mulheres, e eles vão mesmo, não tem esse medo de vender, de sair pro mundo” (FLORENCIO REKAYG 10/09/2018). Esses deslocamentos e fluxos entre as Terras Indígenas e cidades não são exclusivos para a cidade de Curitiba, entretanto, como capital estadual e expoente regional, recebe atenções privilegiadas da mídia.

Os Kaingang estão indo cada vez mais longe para vender sua produção de artesanato, o que me levou a questionar quais os limites para esse deslocamento geográfico em torno da venda de suas peças de artesanato. Observei, por exemplo, diversos grupos familiares kaingang vendendo artesanato na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, quando estive nessa região no final de 2018, o que, para mim, depois de anos estudando esse sistema de deslocamento e mobilidade, foi de grande surpresa.

O que muitos consideram como uma medida de mendicância ou desespero, diante de ausência completa de recursos, revela-se, como veremos, em fluxos de trabalhos e deslocamentos familiares, formados majoritariamente por mulheres, jovens e crianças, que se dirigem para diversas cidades do estado do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul, em períodos específicos do ano, com o intuito de vender suas peças de artesanato, retornando para suas residências nas Terras Indígenas. Como destaca Kimiye Tommasino, para o caso dos acampamentos kaingang em Londrina-PR:

É preciso então entender por que, nas semanas que antecedem uma festa, os Kaingang começam os preparativos para que ela seja um sucesso. Se no passado dirigiam-se para as florestas e rios em busca de alimentos que seriam consumidos ritualmente, agora se dirigem para as suas roças, onde colhem milho, arroz, batata-doce, mandioca; e também vão para a cidade, onde completam o abastecimento (roupas, alimentos, bebidas, rojões). (TOMMASINO 1995:310)

⁵¹ No momento de elaboração desse texto, doutorando em Antropologia no PPGA-UFPR.

Os grupos permanecem na cidade entre duas e três semanas, preferencialmente nos períodos que antecedem alguns feriados, como o Carnaval, a Páscoa, o mês de julho e as festas de fim de ano, optando como pontos de venda, pelos locais de grande circulação de pedestres nas regiões centrais da cidade. A atividade destaca-se não só como uma importante fonte de renda para os Kaingang, mas também como uma forma de garantir visibilidade e ocupar espaços. Os Kaingang de diversas regiões do Paraná, e até mesmo que residem na cidade, como os moradores de Kakané Porã, investem muitos esforços na ampliação do espaço de venda do artesanato, o que garante a constituição de todo um ambiente político envolto na conquista por direitos e mobilizações políticas.

Os Kaingang também passaram a ocupar espaço na mídia regional devido à venda de artesanato nas ruas da cidade. São indígenas oriundos de diversas terras indígenas, principalmente da TI Rio das Cobras, que fazem da cidade um espaço preferencial para a venda de artesanato. O tema da presença de famílias kaingang vendendo artesanato não é uma exclusividade da cidade de Curitiba, como demonstra Tommasino para o caso de Londrina. Como salienta Tommasino, “nas semanas que antecedem principalmente a festa do Dia do Índio e o Natal, é grande o número de famílias que acampa na cidade de Londrina para vender seu artesanato” (TOMMASINO 1995:297).

Todas as cidades de médio/grande porte da região Sul recebem contingentes kaingang, provenientes de diversas Terras Indígenas, Rio das Cobras, Apucarantina, Ivaí, Marrecas, entre outras. Curitiba, sendo a capital estadual, recebe atenções privilegiadas da mídia regional.

Ao longo dos três primeiros meses do ano de 2015 e ao longo de julho de 2016 coletei relatos de famílias kaingang da região do rio das Cobras que se encontravam na cidade de Curitiba. Os diálogos foram realizados nos próprios pontos de venda dos indígenas, em diversos cruzamentos e esquinas da capital paranaense, principalmente nas regiões centrais de Curitiba, mais próximas da rodoferroviária e da Casa de Passagem do Artesão Indígena (CPAI), localizada desde sua inauguração na Praça Plínio Tourinho, na rua Eng. Rebouças, no bairro Rebouças, em frente ao estádio Durival Britto e Silva.

A Figura 10 apresenta a fachada da Casa de Passagem do Artesão Indígena (CPAI) em Curitiba. A estrutura foi cedida pela Fundação de Ação Social (FAS), o governo do estado do Paraná se responsabilizou pela manutenção predial, mobília e utensílios domésticos, e a FUNAI, pelos serviços operacionais.

Figura 10 Casa de Passagem do Artesão Indígena (CPAI) – Curitiba.



Fonte: <http://www.comunicacao.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=5083>

Esses grupos são formados majoritariamente por mulheres, jovens e crianças, com menor ocorrência de homens adultos, já que entre os Kaingang, o artesanato é uma prática realizada majoritariamente pelas mulheres e, segundo informado, mantêm-se nas Terras Indígenas ocupados com outras atribuições (roça, corte de madeira e diaristas em fazendas). Os grupos permanecem na cidade entre duas e três semanas, preferencialmente nos períodos que antecedem alguns feriados, como o Carnaval, a Páscoa, o mês de julho e as festas de fim de ano, optando como pontos de venda, pelos locais de grande circulação de pedestres nas regiões centrais da cidade. A atividade destaca-se não só como uma importante fonte de renda para os Kaingang, mas também, como uma forma de garantir visibilidade e ocupar espaços. Como destaca Albuquerque (2011:72) para a situação dos Pankararu em São Paulo,

“o artesanato está se constituindo em um ‘lugar’ onde muitos indígenas passaram a apostar”. Da mesma forma, em Curitiba, os Kaingang de diversas regiões do Paraná, e aqueles que residem na cidade, investem esforços na venda do artesanato, também associado à constituição de todo um ambiente político envolto na conquista por direitos e mobilizações políticas.

A partir de janeiro de 2015, os grupos de artesãos passaram a ser orientados pelos agentes da Fundação de Ação Social (FAS) até um espaço reservado para sua estadia, a CPAI. Sua criação resultou do processo de intervenção do Ministério Público do estado do Paraná, através da 3ª Promotoria da Vara de Infância e Juventude da cidade de Curitiba, e do Centro de Apoio Operacional das Promotorias (CAOP) de Justiça de Direitos Humanos. Como ressaltou Olympio de Sá Sotto Maior Neto, procurador de Justiça e coordenador do CAOP de Direitos Humanos, durante a inauguração da CPAI:

Comemoramos a inauguração deste espaço que é dos indígenas, sujeitos de Direitos, agora acolhidos como cidadãos que são, para que possam estar acomodados com dignidade, ter um espaço para a prática de sua cultura e com políticas públicas adequadas para a venda de seu artesanato. Com a intervenção positiva de órgãos públicos da esfera Federal, Estadual e, principalmente, Municipal, Curitiba passa a tratar a população indígena que aqui se encontrar com dignidade e cidadania. (OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO 09/01/2015)⁵²

As notícias de sua criação, bem como a remoção dos indígenas que se encontravam debaixo do viaduto Colorado, ao lado da rodoferroviária, foi comemorada por comerciantes e moradores da região onde os indígenas usualmente permaneciam. O fato rendeu uma reportagem no site oficial da prefeitura, que salientava o fato de que os indígenas, “em situação de rua”, foram encaminhados para um abrigo, notícia que foi “bem recebida por moradores e comerciantes da região”⁵³. Como observei em visitas e conversas na CPAI, ainda se discute o local definitivo para seu funcionamento, uma vez que o prédio em que se encontra não tem condições de atender a quantidade de indígenas que procuram o espaço ou são orientados a buscá-lo.

Em diálogos realizados no mês de fevereiro de 2015 e ao longo de 2017, com funcionários municipais e da própria prefeitura de Curitiba (FAS e Assessoria de Direitos Humanos da prefeitura de Curitiba), ficou evidente que o

⁵² Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/2015/01/11950,37/>.

⁵³ Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/comerciantes-comemoram-criacao-de-casa-de-passagem-para-indigenas/35257>. Acesso em 24/04/2015.

objetivo das ações é a regulamentação estrita dessa presença, instituindo regras para a permanência e circulação. Locais de pernoite, tempo de permanência, circulação de crianças nas ruas junto aos pais, alimentação, tudo passa a ser regimentalmente controlado no sentido de garantir o retorno dos Kaingang para as TIs. Ainda não se pode afirmar que a política de recepção, passagem, tenha representado um valor de aumento da presença de artesãos na cidade de Curitiba.

A política de regulamentação dos espaços e da circulação dos Kaingang pela cidade (pois regular o espaço de pernoite é também regular a mobilidade), apesar de ser considerada importante por todos os indígenas artesãos com quem dialoguei, também é considerada distinta de seus interesses e busca por autonomia em suas passagens pela cidade. Esse é um traço fundamental da venda de artesanato, além do incremento de renda, a busca por autonomia das tensões e desgastes existentes nas TIs (desgastes e tensões que podem ser tanto familiares como políticas).

Além do plano do reforço econômico, existem outros planos que devem ser levados em consideração na mobilidade em torno do artesanato. Tommasino chama atenção para o fato de que os trajetos e os acampamentos kaingang nas cidades, para vender artesanato, podem ser pensados como uma atualização de acampamentos provisórios dentro da estrutura social kaingang. Segundo a autora:

Se antes caçavam e coletavam nas florestas, hoje o fazem na cidade ou emã-bang, na sua língua. Observando a estrutura dos acampamentos, percebemos que os índios produzem, temporariamente, um espaço social tipicamente Kaingang: deslocam-se em grupos de parentesco, cada qual instala sua barraca e permanecem por cerca de dez dias. Talvez de forma bastante semelhante ao modo como acampavam nas matas e beira de rios, trazem os equipamentos básicos para a permanência provisória: roupas, panelas, animais de estimação. A cozinha é improvisada na parte externa da barraca, os produtos para o comércio são expostos dependurados nas árvores das ruas, em frente ao acampamento. Dentro da barraca, ajeitam as mercadorias, as roupas de uso, forram o chão onde dormem. Não se incomodam com a falta de conforto pois consideram que "vida de índio é assim mesmo". Lembram-se que, quando crianças, dormiam todos no chão sobre folhas de samambaia, com os pés voltados para o fogo que ficava aceso a noite toda. (TOMMASINO 1995:309)

As políticas públicas atuais não são muito distantes da realidade restritiva do século XIX, já que recaem sempre na higienização dos espaços e na

argumentação de uma incompatibilidade dos indígenas com ambientes urbanos (FORTES 2014). Em dezembro de 2017, um comerciante da rua XV de Novembro, centro de Curitiba, em tom jocoso mencionou que, apesar de não concordar muito com a administração da prefeitura que estava saindo, considerava que “ainda bem que tem essa casa aí [...] chamam de passagem, já imaginou tudo eles vindo morar aqui, essa gente do mato?” (COMERCIANTE 1, 07/2017). Entre risadas, destaca que reconhecia a importância do artesanato indígena, mas achava que a venda não deveria ser feita por eles, que o Estado deveria se responsabilizar por essa tarefa, com alguma Organização Não Governamental. Outro salientou que, “andam com as crianças jogadas, não cuidam dos filhos, não sabem o perigo que correm? Tinha que ajudar eles, não pode deixar eles assim no centro, [...] tem que mandar para as reservas enormes da FUNAI” (COMERCIANTE 2, 07/2017).

As críticas não são somente devido ao ato da venda do artesanato objetivamente, e sim, ao fato de serem indígenas, estarem na cidade e circularem pelas ruas. Nesse mesmo período dialoguei com policiais e guardas municipais. A maior parte destacou não poder comentar em nome da corporação nenhum tipo de atuação policial, entretanto, destacaram que em geral não consideravam a presença dos indígenas como um problema, “desde que não exista uma denúncia formal de um proprietário dos estabelecimentos”, comentou um Guarda Civil Municipal de Curitiba (07/2015).

A responsabilidade de gerenciar as políticas públicas é fragmentada, e sua prática, destituída de funcionalidade. A discussão pode ser retratada como um “jogo de empurra-empurra”, entre município, estado e governo federal. A regulamentação das poucas ações para moradores e indígenas que permanecem temporariamente é norteadada por certo desconforto, caracterizado pelo reconhecimento do fracasso das políticas indigenistas – se estão na cidade é porque o indigenismo no Brasil falhou. Justamente por isso, a própria regulamentação das condições, acessos, locais de hospedagem/passagem tem de estar relacionada com condições que facilitem ou obriguem o retorno dos grupos indígenas às suas áreas de origem.

Os indígenas, por sua vez, têm outra perspectiva desse trânsito e dessa permanência na cidade, nem sempre o fracasso das políticas indigenistas é

destacado por eles. Salientaram que preferem cidades maiores e mais distantes das áreas onde residem, como Curitiba, porque nesses grandes aglomerados urbanos “vendemos melhor, lá perto é muito difícil”. Em municípios e localidades próximas da Terra Indígena, segundo D.M. (57), moradora da TI Rio das Cobras, “existe muita gente vendendo já, nas estradas e lugar ali perto [...] o pessoal [não indígenas] não quer muito saber assim, da gente [...] vendendo ali” (07/2016). Além do desinteresse e das tensões existentes nos municípios e áreas próximas da Terra Indígena, destacam a existência de um antigo fluxo entre Rio das Cobras e a capital do estado:

Os mais velhos falavam, era quem falava isso aí, contaram, já vinham, iam, contavam que iam tudo junto no carro [...] carro de boi, roda grande. Tudo apertado, não sabiam falar o português, como aqui tem uns que não fala. [...] Arranjavam emprego em firma, ou negociavam no comércio. (D.M. 07/2016)

A antiguidade da presença de indígenas não é novidade, muito menos as políticas de passagem dimensionadas pelos moradores e administradores públicos; nesse sentido, pouca coisa mudou desde o século XIX, quando os Kaingang conseguiram o direito de acessar a cidade de Curitiba, após décadas de perseguições e punições a grupos que tentassem essa empreitada (FORTES 2014). Entretanto, jamais desistiram de tais movimentos, sendo que, nos momentos de grande proibição sobre a sua presença, dirigiram-se à então capital do império, Rio de Janeiro, para reclamar ao responsável pelas políticas indigenistas que queriam ser recebidos pelos administradores públicos da província do Paraná.

Os indígenas que permanecem temporariamente na cidade são frequentemente convidados a participarem de confraternizações e eventos, organizados por indígenas e não indígenas, mas dificilmente comparecem. De acordo com Márcio Kokój, da Terra Indígena Mangueirinha, presidente da Associação Socioambiental Indígena Kaingang Guarani (ASAIKG), “eles não se envolvem nas questões que são postas pelas lideranças ou moradores daqui, em minha opinião porque enxergam o papel e espaço deles de uma forma diferente [...] alguns não querem ser muito notados” (MÁRCIO KOKÓJ 12/02/2019).

No mesmo sentido descreve Florêncio Rekayg, kaingang da Terra Indígena Rio das Cobras, professor da Secretaria de Educação do Estado do PR

(SEED-PR) e doutorando em antropologia do PPGAA-UFPR, “esse povo todo que vem do Rio das Cobras principalmente, vem com a mente voltada pra vender seu artesanato, vem focado em superar adversidades, a cidade. Eu sei porque eu mesmo já vendi artesanato, não é fácil, você tem que estar focado” (FLORÊNCIO REKAYG 18/06/2017).

2.5 Entre caciques, chefes e lideranças: negociações na cidade

Caciques e lideranças indígenas, kaingang, guarani e xetá, de várias terras indígenas, apresentam-se com frequência em Curitiba para participar de reuniões com diversas instituições e instâncias de poder, estaduais e federais como a própria FUNAI, Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR), Ministério Público Federal (MPF), Poder Judiciário, entre outras. Também participam de debates realizados em universidades localizadas na cidade, com maior frequência na Universidade Federal do Paraná (UFPR), mas também na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Outras povos de diversas partes do Brasil, como os Xokleng e os Fulni-ô, passam pela cidade em momentos específicos do ano.

No caso das negociações políticas, deve-se destacar que os Kaingang são com certeza o grupo que se apresenta na cidade de Curitiba com maior ocorrência. Como demonstram os registros históricos, desenvolveram negociações com os não indígenas, bem como habilidades de diálogo e enfrentamento diante de políticas indigenistas que são contrárias aos seus interesses. Muitas dessas negociações, acordos e tratados, na maior parte das vezes não cumpridos integralmente por ambas as partes, culminaram com o registro de posse e/ou reconhecimento territorial de algum território reservado para essa população.

Os Kaingang também controlam a maior parte das associações e organizações pan-indigenistas no sul do Brasil, existentes ou extintas, dominando o debate e o diálogo com os não indígenas, tanto quando se refere a sua etnia, quanto a outros povos indígenas de uma maneira mais ampla⁵⁴.

⁵⁴ Só para destacar, de forma alguma estou desmerecendo a participação dos grupos Guarani e dos coletivos Xetá nesses processos de luta coletiva. Apenas para pontuar, os grupos Guarani

Ao longo da última década, principalmente a partir de 2012, ano em que ingressei no mestrado em Antropologia no PPGAA-UFPR, acompanhei seminários, reuniões públicas e demais espaços de debate organizados para receber lideranças do interior do estado, de diversos povos indígenas, com a finalidade de discutir políticas públicas e conflitos de interesse entre o Estado brasileiro, corporações, empreendimentos e os povos indígenas no Estado. Desde logo, como outros pesquisadores, notei o protagonismo e o empenho despendido por lideranças e caciques kaingang para efetivar tal diálogo com os não indígenas, especialmente autoridades e representantes de instituições públicas.

Associando os registros que realizei, ao longo dos anos, de muitas conversas e contatos com inúmeros interlocutores indígenas com os registros documentais encontrados em diversos arquivos, em especial aqueles salvaguardados no Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (DEAP-PR), levantou-se a possibilidade de essa recorrência de reivindicações políticas na capital do estado e junto a autoridades políticas estar de acordo com o sistema político kaingang. Para além somente das reivindicações em si. Por concentrar grande parte das instituições e agentes responsáveis por elaborar e executar políticas indigenistas e direcionadas ao público em geral, a cidade de Curitiba se tornou, ao longo dos séculos, um destino usual para grupos de lideranças e chefias kaingang. A política kaingang, em muitos contextos, direciona-se para “fora” de seu sistema político, incorporando recursos e potencializando suas agências, de acordo com os projetos e manifestações intracomunitárias e intercomunitárias.

Desde pelo menos a metade do século XIX, tais contingentes enfrentam diversos níveis de proibição e obstrução à presença desses grupos nessa cidade. Tais obstruções foram emanadas a partir de resoluções municipais, provincial/estaduais e federais. A presença dos indígenas nas cidades, mesmo quando tutelada por agentes públicos, ou cancelada por portarias e registros da viagem junto ao órgão indigenista, era sempre compreendida como um desvio

por exemplo, Ñandeva ou Mbya, mantêm uma ferrenha defesa de seus territórios tradicionais e de sua mobilidade e fluxos migratórios nesses espaços. Mesmo diante da inércia nas demarcações e violência do Estado brasileiro, que leva a cabo despejos, confinamento e esbulhos, principalmente nas regiões da faixa de fronteira, esses povos se mantêm como incansáveis defensores de seu território e de sua mobilidade através dele.

à regra da civilização ou da integração dos indígenas à sociedade nacional. O problema estava/está na imagem de que, apesar de a cidade oferecer um leque imenso de possibilidades de formação, os indígenas não estão preparados para lidar com as mazelas do ambiente urbano, tendendo sempre recorrer à mendicância ou acabar vítimas de regimes de exploração, da violência e do caos urbano.

É interessante notar que esse discurso, com esse tom, é alardeado pelos administradores públicos desde o século XIX – a possibilidade de os indígenas adquirirem vícios perigosos e perniciosos associados à civilização, além de alimentarem a prática da mendicância, era um imenso risco aos indígenas, mas principalmente aos propósitos do Estado resguardados para essas populações. Na cidade também se relacionam, paralelamente, com diversas organizações não governamentais e grupos de não indígenas que apoiam suas demandas. Trata-se, portanto, de um espaço privilegiado para a recepção de seu posicionamento político. Soma-se, a esse último, o fato de que nas cidades próximas às Terras Indígenas do interior a carga de preconceito sofrida pelos indígenas pode ser muito mais pesada do que nos grandes centros, onde redes de apoio, tanto indígenas como não indígenas podem ser até mais efetivas do que nas proximidades das terras indígenas.

Os Kaingang se organizam em torno de diversas reivindicações, desde as mais clássicas (como demarcação de terras e aquelas relacionadas à organização e à execução de políticas públicas) até demandas pontuais em torno de reclamações específicas (direcionadas a grupos familiares e/ou políticos específicos). Os principais locais que buscam em torno de tais demandas, além da FUNAI e da SESAI (esta última um dos principais alvos de reivindicações e ocupações nos últimos anos), são o próprio poder judiciário, o Ministério Público do Paraná, Ministério Público Federal, além do governo do Estado e assembleias legislativas. Alguns contatos com representantes do poder legislativo e executivo federal também são realizados na cidade. Segundo a antropóloga Cecília Maria Vieira Helm, ao longo do século XX, chefias e lideranças kaingang se dirigiram para Curitiba, buscando “a Superintendência do SPI e o Ministério Público Federal, para que fossem tomadas providências” (HELM 2020:149), em torno de invasões a suas terras já reconhecidas desde o início do século.

Em 2016, fui convidado a participar, em uma das muitas circulações com representantes do movimento indígena e chefias das Terras Indígenas (como Romancil Kretã e Marcio Kokój), de uma reunião com o então Ministro da Saúde, Ricardo Barros, e assessores, no palácio Iguaçu. Naquele momento preferi me abster de participar da reunião, tanto por motivos particulares quanto por considerar que seria um intruso naquele espaço. Mais tarde, questionei os indígenas sobre o que tinha sido tratado na reunião. Responderam-me que se posicionaram sobre potenciais alterações no sistema de saúde, além de aproveitarem para apresentar propostas voltadas para a formação de não indígenas nas temáticas relacionadas ao relacionamento com grupos indígenas. Segundo Romancil Kretã, “na maior parte das vezes isso aí não vai pra frente, mas não dá pra perder a chance de estar ali com quem manda e falar [...] tem projetos, vai que surge um recurso para colocar em prática as ações que queremos” (ROMANCIL KRETÃ 07/2019).

Os Kaingang que se apresentam na cidade, seja para dialogar formalmente com membros da administração pública, para participar de algum evento acadêmico, ou mesmo para liderar reivindicações políticas e ocupações em instituições e órgãos públicos permanecem em locais variados, como pensões, hotéis e casas de não indígenas que apoiam suas demandas. Observei ao longo de alguns anos a passagem de tais indígenas por um escritório de advocacia. Os interlocutores kaingang com quem mantive contato ao longo dos anos, em sua maioria, pernотaram ao menos uma vez no escritório.

Durante os anos em que tive maior contato com as lideranças kaingang que circulam em Curitiba (entre 2014 e 2018), caciques e lideranças podiam ser encontrados muito frequentemente na localidade. Em conversas no próprio escritório, onde estive por diversas vezes, mencionaram que o relacionamento com esse espaço se iniciou quando indígenas da Terra Indígena Manguueirinha buscaram parcerias para a elaboração de projetos socioambientais. Desde então, a rede de contatos dentro do escritório, entre indígenas e não indígenas, se expandiu rapidamente. Hoje, chefias e lideranças indígenas de diversas partes do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, interior do Paraná, Acre, Amazonas, entre outros) já passaram pelo local. De fato, alguns dos

interlocutores mais relevantes desta tese foram primeiramente contatados nesse local, como Márcio Kokój e Romancil Kretã.

* * *

A presença de populações indígenas nas cidades e áreas urbanas é um fenômeno global historicamente estabelecido e em franca ascensão. Todos os países em que residem esses indígenas atestam índices demográficos crescentes ou estáveis desses grupos no espaço urbano. É preciso levar em consideração que indígenas lá permanecem temporariamente e utilizam as cidades de diversas formas, incorporando-as em suas redes de mobilidade e territorialidade. Na maior parte dos casos, os indígenas mantêm um padrão de contato importante com parentes que residem em Terras Indígenas do interior, visitando e sendo visitados. Contudo, outros casos apontam para situações completamente opostas, quando indivíduos indígenas nascem nas cidades sem nunca terem residido nas atuais reservas ou Terras Indígenas. As situações são, como se sabe, extremamente heterogêneas.

Em Curitiba, essas transformações surgiram com a colonização e alcançam os dias de hoje, em aldeia urbana, moradias distribuídas pelos bairros, fluxos de lideranças e movimento indígena e vendedores de artesanato que permanecem na Casa de Passagem do Artesão Indígena (CPAI). Como capital estadual e expoente regional (demográfico e econômico), Curitiba transformou-se em local de moradia, permanente ou temporária, para diversos grupos indígenas da América do Sul. Há predominância de indígenas, tanto moradores definitivos como temporários, na grande região do Brasil Meridional, principalmente os Kaingang e os Xokleng (La Klãño), representantes do grupo Jê Meridional, e os Guarani (Mbya e Ñandeva), além dos Xetá.

O exemplo das famílias que residem na aldeia Kakané Porã em Curitiba é evidente: o espaço é resultado de subseqüentes tentativas dos indígenas de ocupar e reivindicar um espaço adequado para sua permanência na cidade. Além das moradias, os indígenas conquistaram há poucos anos o direito de uma política pública mais receptiva a aqueles indígenas que realizam a comercialização de artesanato na cidade através da CPAI. Tais resultados não são, de maneira alguma, reflexos da bondade ou boa disposição do setor público

em atender a população indígena na cidade. Ao contrário, é resultado da opção pela ação política de vários coletivos e lideranças indígenas, que residem e que permanecem temporariamente na cidade de Curitiba.

PARTE 2: HISTÓRIA E MEMÓRIA KAINGANG NO PLANALTO CURITIBANO

3. SERTÕES, FRONTEIRAS COLONIAIS E ZONAS DE CONTATO

Neste capítulo, apresento a presença histórica de indígenas na cidade de Curitiba, do período colonial até o final do século XIX, através da análise de diversos registros e fontes históricas: cartas e correspondências coloniais, publicações oficiais de legisladores e administradores coloniais, imperiais e republicanas, periódicos e documentações da província e, mais tarde, estado do Paraná.

Os Kaingang não estão presentes na fundação da cidade pelos colonizadores portugueses e brasileiros, mas se apropriam politicamente dela a partir de meados do século XIX, e até os dias de hoje a situam em um ambiente de prática política e de suas reivindicações. Modelos de chefia e de liderança indígena se alteram nesse período, e os administradores públicos em Curitiba, com o tempo, aprendem a lidar com as novas práticas dos chefes kaingang. A partir do contato com os Kaingang na região de Guarapuava, no final do século XVIII, começam a surgir relatos de ataques e *correrias* na cidade de Curitiba e arredores, relacionados nos registros aos grupos kaingang. Já nesse período passam a reconhecer a cidade de Curitiba como centro de poder dos não indígenas, portanto, local adequado para confrontar, e rivalizar, militar ou politicamente. A primeira modalidade, o enfrentamento de guerra, acabou se mostrando pouco eficiente, diante do poderio bélico e tecnológico dos não indígenas. Mesmo assim, a política kaingang passou a se destacar nos centros de poder e capitais administrativas das províncias do Sul (principalmente Porto Alegre e Curitiba). No século XIX, os diálogos entre administradores públicos, chefias e lideranças kaingang tornaram-se constantes, como se pode observar na documentação.

Os indígenas ocupavam todos os espaços na sociedade colonial, mesmo que, em sua maioria, em situação de subordinação. Encontravam-se nas casas, nos projetos mineradores, latifúndios, enfileiravam milícias e até mesmo nas próprias bandeiras que rumavam aos sertões em busca de mão de obra escrava de outros indígenas. Foram encurralados pelo sistema escravista colonial praticamente de todos os lados. Mesmo contra a vontade, foram impelidos a participar, passiva e ativamente, na alimentação do sistema colonial baseado

principalmente na escravidão e na administração dessas populações. Curitiba, como outras vilas fundadas no século XVII, dependia integralmente desse modelo.

Os mecanismos relacionados ao processo de *conquista* e colonização dos territórios indígenas e suas inelutáveis consequências históricas culminaram com absurda mortandade, genocídio, ou mesmo a supressão completa e parcial de grupos étnicos nas terras brasileiras, usurpando, invariavelmente, agências, liberdades e políticas indígenas, em todos os seus momentos. Não podemos, contudo, afirmar que toda a parcela da população indígena foi incapaz de reagir ou agir frontalmente diante das violações aos seus territórios. Ao contrário, através dos registros analisados e dos relatos apresentados pelos indígenas, percebe-se que, além transformar e formular estratégias de garantia da qualidade de vida dos grupos, lideranças e chefias políticas (consideradas por alguns como colaboracionistas) atuaram e dialogaram diretamente nesse novo ambiente territorial e político que se expandia, garantindo espaços para reivindicações e exigências, mesmo quando fossem minimamente aceitas. É preciso dar volume a esse diálogo, sob o risco de, ao não o fazer, sustentar um modelo narrativo que, além de silenciar e calar agências indígenas, nos impossibilita de ter uma imagem concreta do passado, prenhe de contradições.

As sociedades indígenas existentes no Brasil e em todo o continente americano sobreviveram a processos extremamente violentos, cujo foco sempre foi sua extinção e/ou sua transformação em um “outro” subordinado, e, por fim, transformado em não indígena. Consideramos que a participação ativa e consciente de muitas chefias, lideranças e grupos indígenas, manuseando, transformando e imprimindo firmemente suas posições ao longo do período colonial, imperial e republicano é responsável sustentação da população indígena atual.

O contato entre chefes, indígenas e não indígenas, teve e tem um papel inquestionável, destacando-se como um dos grandes temas da história indígena no Brasil. Porém, se nos debruçássemos sobre o objetivo hipotético de constituir um manual histórico descritivo da História Indígena, um *hand book* com todos os seus tomos e volumes possíveis, estaríamos obrigados, certamente, a considerar ao menos duas diferentes eras, “A.B. e D.B, antes do branco e depois

do branco” (CARNEIRO DA CUNHA 2009:129). Precisáramos considerar, além do advento do não indígena como ruptura do ambiente relacional pré-colonial, todas as transformações, teorizações e distintas significações que os indígenas manifestaram ao longo do tempo, que não dependem somente da política indigenista ou da ideologia do extermínio.

A política indígena (ou políticas de diversos grupos indígenas) manifestou-se e pode ser observada em registros de todos os períodos: nos aldeamentos, nas vilas, cidades e nos escritórios administrativos da colônia, império e república. Mesmo diante de proibições e violentas ameaças para que apenas tratassem com os administradores públicos no interior dos ambientes controlados. Tal perspectiva salienta as transformações que advêm do contato no espaço urbano, no caso, Curitiba. Refere-se ao surgimento de relações e agências, reações e resistências ao domínio, a persistência e transformação de esquemas territoriais, interpretação dos outros segundo seus esquemas políticos.

O jogo de aproximação e afastamento do “mundo dos não indígenas”, o diálogo e a discussão entre lideranças indígenas e não indígenas, manifestaram-se em todos os períodos. As cidades foram e ainda são o principal espaço para essa atuação da política indígena, mesmo com suas transformações e com a mudança de paradigma com relação à presença de indígenas nelas, que ocorre desde o período colonial até os dias de hoje.

A política de aldeamentos oficiais financiados pelo governo imperial buscava transformar os indígenas nos próprios motores da colonização e interiorização brasileira. Esses aldeamentos institucionalizaram-se como zonas de contato (PRATT 1999), destinadas a regular o amplo relacionamento entre indígenas e não indígenas. Ao mesmo tempo, afastava-se, através de legislação específica, a possibilidade legal e formal de habitação, presença e circulação de indígenas nos espaços urbanos, ambientes chamados à época de civilizados, e opostos a tudo que os indígenas representavam e com que contribuía.

Por um lado, os cidadãos e administradores acreditavam que seu centro “civilizador” poderia florescer a partir dos centros urbanos, emanando e potencializando a economia e os costumes considerados adequados à vida civilizada, livres da “influência selvagem” e de seus “hábitos questionáveis”. Por

outro lado, acessariam os benefícios e proveitos que a colonização e a interiorização da região poderiam trazer, através da catequese e da civilização dos selvagens dos sertões. Cidade para os cidadãos civilizados, selva para os selvagens. A conquista em dois atos: a contenção do ambiente selvagem através do controle do indígena (catequese e civilização); a transformação do ambiente selvagem em vilas e cidades.

Os indígenas constituíram a infraestrutura e subsistência da população não indígena, objetivamente, roças, casas, igrejas, estradas, pontes, aquedutos e as demais obras características dos núcleos urbanos e cidades coloniais. Observar a documentação colonial, mesmo que não se refira aos indígenas, é observar, direta ou indiretamente, diversas modalidades de relacionamento dos conquistadores e colonizadores com diversos grupos indígenas.

3.1 A constituição das cidades coloniais e os indígenas

Como em muitas outras localidades e cidades brasileiras, o território onde está localizada a cidade de Curitiba foi utilizado e manejado historicamente por diversos grupos indígenas para habitação, residência, coleta de recursos, negociações políticas, entre outros. Da mesma maneira que outras vilas e cidades coloniais, Curitiba surgiu e seus moradores não indígenas se mantiveram, principalmente (mas não exclusivamente) ao longo dos primeiros séculos, totalmente dependentes de mão de obra, conhecimento do território, recursos naturais e das estratégias políticas manuseadas pelos indígenas. No período, a existência de número considerável de indígenas⁵⁵ em uma região era vista como fundamental para as ambições colonizadoras, uma vez que dependiam integralmente destes para sustentar a *guerra de conquista* (SOUZA LIMA 1995).

⁵⁵ Cabe aqui uma pequena ponderação. No período colonial, o termo indígena não era amplamente utilizado como atualmente. Este era direcionado somente àqueles indivíduos que se encontravam aldeados ou escravizados, subjugados, como o termo *negros da terra* (MONTEIRO 1994). Os termos mais comumente utilizados nos documentos analisados, para designar a grande população livre, eram *gentio*, *gente*, *brasil*, *brasileiro*, ou mesmo, homens ou mulheres. Segundo Carneiro da Cunha, “usam-se para designar as etnias os termos ‘gerações’, ‘nações’ e ‘linhagens’” (CARNEIRO DA CUNHA 2009:183). Aqui utilizo o termo de maneira genérica, tanto para os indígenas livres e/ou não contatados, como administrados ou escravizados.

O isolamento consciente e programático da figura do indígena nas narrativas institucionais e na historiografia nacional e regional ocorreu somente a partir da segunda metade do século XIX. Nesse período, foram elaborados contornos descritivos que buscaram restringir a existência dos indígenas a um passado trágico ou a distantes selvas e sertões ainda inexplorados. A difusão progressiva do evolucionismo em certos ambientes intelectuais impregnou esses debates políticos e acadêmicos com elementos primitivistas. As sociedades indígenas, consideradas desorganizadas e sem Estado pela tradição da época, são “condenadas a uma eterna infância” (CARNEIRO DA CUNHA 2012:11). No mundo colonial brasileiro, ao contrário, os indígenas são o grande tema, presença constante em todos os documentos em todas as casas de todas as vilas e cidades brasileiras.

A presença de contingentes de indígenas como escravos, administrados ou mesmo livres, a partir da disponibilidade de acordos políticos pontuais, era, para as vilas e cidades coloniais, a pedra fundamental que possibilitaria sua fundação e sustentaria, ao longo do tempo, o motor da colonização e da interiorização dos não indígenas. Tratava-se de um elemento primordial e inquestionável para os investidores que financiavam e rumavam em expedições aos sertões. Toda a sociedade colonial estava comprometida, direta ou indiretamente, com a captura de indígenas e com a consequente reprodução e manutenção dessa mão de obra.

Na capitania de São Vicente, os fundadores das primeiras vilas que se tornariam, com os séculos, grandes centros urbanos como São Paulo e Curitiba, eram detentores de grande número de indígenas, peças de gentios ou negros da terra. Além da inexperiência dos portugueses nesses territórios, seus contingentes paramilitares eram incipientes e em vias de formação. Mesmo as maiores bandeiras paulistas, como salienta Monteiro (1994:62-63), “dependiam desses intermediários, sobretudo na medida em que se distanciavam de São Paulo”. Os indígenas arregimentados e escravizados eram quase em sua totalidade de grupos provenientes do tronco linguístico Tupi-Guarani, com algumas exceções que eram trazidas por bandeirantes que se arriscavam nos sertões profundos do território que futuramente se chamaria Brasil.

As disputas pela mão de obra ou pelas almas dos indígenas, entre colonizadores e jesuítas, são célebres nos estudos sobre o período. Tanto os primeiros, como os próprios enviados da Companhia de Jesus, demonstravam, em muitos aspectos, interesses ambíguos, pautados ora na escravidão ou obrigatoriedade da servidão do selvagem, ora na liberdade do gentio, alternando essas categorias e seus derivados de acordo com as necessidades do processo conquistador colonial. Tal disputa se manteve ao longo de todo o período colonial e imperial, sendo, como pêndulos paralelos, ora mais próximos ora mais distantes. Se, durante o período colonial, os interesses missionários pareciam opostos aos colonizadores e bandeirantes, com a independência, no período imperial, os missionários, no caso do Paraná principalmente os frades capuchinhos, foram utilizados no processo de catequese e civilização, compondo o principal projeto do Estado imperial para a conquista dos territórios e da força de trabalho dos indígenas no período⁵⁶.

Mesmo que proibida, o que no fim das contas se mostrou irrelevante para inibir o genocídio e o cativeiro de imensos contingentes de indígenas, sempre existiram formas nesse período de se burlar a legislação secular ou as regras católicas, fosse mencionando a necessidade de conter a barbárie dos indígenas, fosse diante da narrativa de que os indígenas não podiam se autogovernar. A Igreja Católica desde cedo se pronunciou sobre a escravidão dos indígenas, amplamente praticada no continente americano pelos colonizadores ibéricos. Já

⁵⁶ Sobre a escravidão no período colonial, escreve Carneiro da Cunha que esta “[...] seguia, como no direito romano, a linha do ventre: só afetava os filhos da mãe escrava, e os índios eram tido de jure por universalmente livres”, contudo, continua a autora, “perdurava o sistema de ‘serviço’ indígena, que mal disfarçava uma escravidão de fato” (CARNEIRO DA CUNHA 2009:165). A exploração dessa mão de obra, presente nas casas, igrejas e centros administrativos coloniais, seja quando oficialmente regulada e autorizada pelo poder secular, ou, mesmo, quando disfarçada como “prestação de serviço” ou “administração”, podia ser resumida a três categorias, como destaca Carneiro da Cunha: 1) A *guerra justa*, “categoria jurídica criada a partir das Cruzadas”, muito presente no início da colonização na costa brasileira, reativada no Paraná no início do século XIX por D. João VI contra os Kaingang; 2) A compra de gentios *legitimamente havidos*, ou seja, de prisioneiros de guerras que os indígenas aliados teriam, semelhante, portanto, à categorização da própria *guerra justa*. Categoria jurídica extremamente subjetiva, uma vez que a obtenção de escravos por essa modalidade estaria amparada, palavras de Carneiro da Cunha, somente “se a guerra que um grupo indígena movia a outro e em que houvessem sido feitos os prisioneiros satisfazia aos requisitos de ‘guerra justa’”; 3) O *resgate* mediante pagamento, categoria que buscava, sob supostos auspícios de humanidade, livrar o destino de um prisioneiro indígena que teria sido designado a ser devorado ritualmente, os “presos a corda”, no caso dos Tupi costeiros no século XVI, como os Tupinambá e Tupiniquim (CARNEIRO DA CUNHA 2009:174).

em 1537 o Papa Paulo III através de dois documentos, em 23 de maio com a bula *Sublimus Deis* e 9 de junho com a encíclica *Veritas Ipsa*, declarou aos cristãos que os indígenas eram livres por natureza. Na primeira, mais reconhecida, declarou que os indígenas detinham alma, portanto seriam humanos e não poderiam ser escravizados. Como destaca Carneiro da Cunha:

Os índios são humanos, ninguém, que os tenha visto o põe em dúvida no século XVI: a bula de Paulo III em 1534 que o afirma serve menos provavelmente para dissipar dúvidas a respeito do tema do que para reivindicar a jurisdição da Igreja sobre suas almas e uma parcela do globo. (CARNEIRO DA CUNHA 2009:191)

Quase 100 anos depois, em 22 de abril de 1639, do Papa Urbano VIII redigiu o Breve⁵⁷ chamado *Commissum Nobis* (Chamado a nós), tratando especificamente sobre o reconhecimento da liberdade dos índios da América. No texto, classificou os indígenas, gentios, como potenciais cristãos, capazes de conversão e de catequese. Esse aspecto inviabilizaria, nessa perspectiva, o seu apresamento e escravidão com base nas acusações de heresia, se distinguindo nesse contexto semântico, por um lado o índio convertido, cristão ou aliado, por outro o gentio, ou convertido em potencial (MONTEIRO 2001:20).

A catequização dos gentios também é constantemente associada à tese de que os portugueses, como verdadeiros conquistadores, eram também conquistadores dos povos que habitavam as terras de que se apossavam, portanto, responsáveis por trazer e impor a palavra de Deus. Esse esquema foi amplamente utilizado como argumento para o cativo, revelando mais uma das muitas ambiguidades do sistema colonial, em especial, quando se tratava das relações entre índios e brancos, “para converter, primeiro civilizar; mais proveitosa que a precária conversão dos adultos, a educação das crianças, longe do ambiente nativo; antes que o simples pregar da boa-nova, a polícia incessante da conduta civil dos índios” (VIVEIROS DE CASTRO 2002:190).

Mesmo com as instruções da Igreja Católica que determinavam a catequese como a forma ideal de aproximação dos gentios, na América a mão de obra e a submissão dos indígenas representavam a sustentação e a concretização dos projetos colonizadores e missionários, destacando-se,

⁵⁷ Breve em latim significa “curto”. Trata-se de uma carta do pontífice que dispensa as formalidades das bulas.

principalmente, como uma expressiva mercadoria dentro do sistema escravista ou de servidão administrada.

As constantes declarações da Igreja Católica colocando-se como contrária à manutenção da escravidão indígena provocaram mais do que somente longos debates entre os poderes seculares, cortes europeias e a própria Igreja Católica. Como destaca o historiador José Honório Rodrigues, a liberdade dos indígenas, manifestada pela Igreja Católica, e “assegurada pelo Breve de Urbano VIII (22 de abril de 1639) provocou grandes tumultos no RJ, Santos e SP em 1640”, quando os colonos que dependiam em sua maioria do comércio de indígenas, direta ou indiretamente, tomaram parte sobre o teor (RODRIGUES 1979:277).

A tensão entre colonizadores e jesuítas era imensa na colônia, levando os bandeirantes paulistas, no início do século XVII, a prometer o enfrentamento direto aos jesuítas. A efetivação das teses católicas, em sua literalidade, representava a dissolução do total da empresa colonizadora, completamente debruçada sobre a escravidão e a servidão dos indígenas. Justamente por isso, as reduções jesuíticas tornaram-se foco de grande parte das bandeiras, além de concentrarem números consideráveis de indígenas em grande parte desarmados e despreparados para o confronto com bandeirantes.

Em 1628, Raposo Tavares, famoso bandeirante da historiografia tradicional, estabeleceu uma base estratégica às margens do Rio Tibagi, à entrada do território do Guairá, como era conhecido parte do atual território paranaense. De lá iniciou o ataque às aldeias, logo buscando as próprias reduções jesuíticas do Guairá para incrementar o número de indígenas capturados e enfrentar a política jesuítica das reduções através da catequese. Como descreve Monteiro, tais capturas eram extremamente violentas, manifestando perversidades indescritíveis. Liderados por Raposo Tavares, como por outros bandeirantes, os paulistas se comportavam “com tanta crueldade que não me parecem ser cristãos, matando as crianças e os velhos que não conseguem caminhar, dando-os de comer a seus cachorros” (MONTEIRO, 1994:73).

O problema visualizado, e aqui, tanto por colonizadores quanto pela maioria dos jesuítas e missionários de outras ordenações que mais tarde

atuaram na catequese e civilização dos indígenas no Brasil, seria de que faltava aos *gentios* a dimensão legal e jurídica, a própria sociedade civil organizada e burocratizada, cujos atributos seriam capazes de dimensioná-los como seres políticos. Essa percepção foi amplamente divulgada no período colonial: a ausência de reis, leis e de códigos rígidos de razão.

Como destaca Carneiro da Cunha, para os jesuítas, o problema seria justamente o fato de os indígenas serem para eles ausentes de centralização de poder, de reis ou príncipes que se poderia convencer à força ou através de negociações. Se por acaso tivessem, “poder-se-iam converter reinos, como se dava no tempo dos apóstolos, como se dava na América espanhola e se estava tentando no Oriente” (CARNEIRO DA CUNHA 2009:195).

No mundo colonial, essencialmente contraditório, e fundamentado sobre disputas religiosas, ideológicas e legais, a sujeição dos indígenas deveria, sem dúvida nenhuma, “se dar em todos os planos ao mesmo tempo; nisso parecem convergir afinal tanto os jesuítas, quanto colonos e administradores. A sujeição política é a condição da sujeição religiosa” (*id.*:196-197). O uso da mão de obra indígena mantém-se ao longo de todo o período colonial, independente da suposta liberdade, sustentando de maneira elementar o crescimento colonial, tanto economicamente quanto demograficamente.

A liberdade plenamente desassistida não era um risco que os conquistadores, portugueses e paulistas (brasileiros) estariam dispostos a correr. Em carta aos administradores de São Paulo, o Ouvidor Francisco Galvão da Fonseca destacou no ano de 1727 que mais o incomodava⁵⁸:

[...] o são as continuas declarações de liberdades, que nelle pedem os índios, e bastardos, que Se crião em Cazes dos moradores e vivem na sua administração, que athé agora se lhe davam com a faculdade de

⁵⁸ A documentação colonial reunida neste capítulo foi localizada, principalmente, em algumas edições digitalizadas das obras “Documentos Interessantes Para a História e Costumes de São Paulo: Offícios dos Senhores Governadores Interinos da Capitania de São Paulo”. A maior parte da coleção engloba registros do século XVIII, contendo os ofícios, correspondências entre autoridades, documentos avulsos, Termos de elevação de povoados a vilas, listas de moradores, Autos de eleições locais de oficiais das câmaras municipais, Termos de divisões de limites, informações sobre a exploração de rios da região, o comércio do sal, entre muitos outros temas. Como é de costume no estudo da História Indígena, a investigação desse tipo de registro sempre reúne muito mais documentações sobre indígenas do que se achava existir, e esses documentos dizem muito, mesmo quando se baseiam na tentativa de silenciar e suprimir os indígenas das regiões colonizadas. As obras podem ser acessadas através do portal bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/57.

viverem, aonde lhes parecesse. Porque deste modo de proceder se segue o destituírem-se os moradores destas Capitânicas de gente, com que possam fazer suas Lavouras e adiantarem suas grangearias, e na Republica se introduzirem ociosos e vagabundos, q. não tendo de que viver, tomão vida torpe e ociosa, Servindo ao mesmo tempo nem a comua, nem a utilidade particular. (FONSECA 30/08/1727 in: SEE/SP 1913:85)

Como outros administradores, Fonseca também instituiu regulamentações sobre a complexa gama de relações entre indígenas e colonos, presente em todos os aspectos da vida colonial. Para tanto, considerava um verdadeiro serviço a “administração” dos indígenas, de suas vidas, trabalhos e destinos, uma vez que seriam incapazes de governar, autodeterminar suas prioridades e viver de acordo com alguma regularidade civil, sendo tais elementos relacionados a sua natureza selvagem.

O Ouvidor comenta que, mesmo os portugueses e paulistas tendo contato com eles há mais de 200 anos não viu indígenas que buscassem “governo, policia, economia, honra militar, ou politica, sacerdocio, ou riqueza, appetitez todas tão inatas a natureza humana e persuadidos da razão”, os indígenas para o ouvidor apresentam “servidão natural so prestação para servir, e trabalhar, sendo mandados” (FONSECA 30/08/1727 in: SEE/SP 1913:86). A perspectiva e a ideologia da colonização antagonizavam profundamente com a proibição da escravidão indígena, uma vez que eram considerados indolentes, ausentes de fé, lei ou rei (governo), precisando de orientação. E como poderiam os colonos “orientar” seres que existem “amaneira de feras, q. nascem, e morrem sem mais fim” (*id.*), sobre seu papel e *status* na sociedade colonial se não pela obrigatoriedade do trabalho e pela condução e determinação do destino civil dos indígenas?

Como destaca John Manuel Monteiro, os colonizadores operavam um cinismo perverso, “de que os amigos de hoje podem tornar-se os escravos de amanhã” (1994:63). Muitas vezes a suposta liberdade direcionada aos indígenas era condicionada, contraditoriamente, ao exercício da plena servidão, diferindo muito pouco do estatuto da escravidão, como destacou o mencionado Ouvidor, “sendo a condição dos índios servil, tendo elles pleno conhecim.º de sua liberd.e, não selhe faz injuria em se fazerem servir, a quem lhe de sustento, vistuario, ensino, doutrina, e aSistir em suas enfermidades” (FONSECA 30/08/1727 in: SEE/SP 1913:86).

Os índios livres administrados, ao contrário dos escravos, eram condicionados, na teoria, ao exercício do bem público, sobre fiscalização pública, seja jesuítica ou secular, cujo responsável seria chamado de “Protector dos índios e bastardos”. As disputas pela mão de obra e almas do gentio, entre exploradores e jesuítas, são célebres nos estudos sobre o período. Os colonos e conquistadores, como os próprios enviados da Companhia de Jesus, demonstravam em muitos aspectos interesses ambíguos, pautados ora na escravidão do selvagem, ora na liberdade do gentio, alternando essas categorias e seus derivados de acordo com as necessidades do processo conquistador colonial.

De maneira ambígua, como quase tudo na política colonial, o planejamento civilizatório-conquistador esteve baseado na busca incessante em amenizar animosidade existente entre os interesses dos exploradores, mineradores, bandeirantes, colonos e administradores dos engenhos, ambiciosos por mão de obra cativa, e os interesses missionários, que frequentemente se queixavam da inconstância apresentada pelos indígenas frente à catequização e ao cumprimento de uma vida convertida⁵⁹. Ambos tinham que prestar contas de seus serviços, tanto a exploração dos corpos, como do território e das almas.

O fato é que, como hoje, os interesses do estado e dos administradores públicos eram facilmente confundidos e determinados por interesses pessoais, corporativos e privados: a exploração, a interiorização da influência e a colonização portuguesa dependiam, justamente, do fortalecimento de iniciativas pessoais, mesmo quando financiadas parcial ou integralmente pelos recursos públicos. Ou seja, se ninguém poderia ir aos sertões caçar indígenas sem autorização dos governadores e autoridades, essa atividade era a mais importante e estimada pelos administradores daquele período.

Ao contrário dos questionamentos que serão feitos quanto à presença indígena nas cidades a partir do século XIX até os dias de hoje, nesse período, a condição necessária para a fundação de vilas e as futuras cidades brasileiras era a presença de grandes contingentes indígenas nesses espaços.

⁵⁹ Sobre o tema, ver *O Mármore e a Murta: a inconstância da alma selvagem* (VIVEIROS DE CASTRO 2011).

3.1.1 Curitiba, sua fundação e os indígenas

Desde que aportaram pela primeira vez nas terras que futuramente seriam chamadas de Brasil, os portugueses e demais europeus que passaram a explorar a costa leste da América do Sul notaram e registraram uma grande semelhança entre os idiomas falados por todos os indígenas contatados na costa brasileira. Tratava-se de línguas hoje classificadas no tronco Tupi, além de estreitamente relacionadas, “eram faladas quase que ininterruptamente ao longo de todo o litoral Atlântico, desde a desembocadura do Amazonas e do rio Pará, até o estuário do rio da Prata, cobrindo uma distância de mais de seis mil quilômetros” (BROCHADO 1989:66). O estabelecimento de grupos guaranis nos territórios que hoje compõem o Paraná remonta a aproximadamente 2.000 anos (BROCHADO 1973).

Todo o ambiente e o mundo colonial se ancoraram nesse relacionamento, entre portugueses (e demais europeus) e indígenas falantes de línguas Tupi-Guarani. Além da língua, a própria percepção do território desconhecido foi dimensionada a partir das categorias intrínsecas ao mundo Tupi-Guarani, no caso da região meridional brasileira, essencialmente Guarani (MONTEIRO 1994; 2001). Os grupos Tupi-Guarani costeiros eram os grupos mais caçados e utilizados como mão de obra pelos colonizadores e conquistadores. Foram os primeiros a ser contatados pelos europeus e manifestadamente associados às “peças de gentio”, como eram chamados os indígenas escravizados ou administrados em servidão pelos portugueses.

Desde a metade do século XVI, diversas das incursões mineradoras/preadoras de gentios que rumaram serra acima cobiçaram os sertões de Curitiba, inicialmente, provenientes de núcleos populacionais próximos à cidade de São Paulo, via vale do rio Ribeira. Os colonizadores e mineiros espreitavam os sertões de Curitiba e suas possíveis minas, segundo Romário Martins, entretanto, eram “receiosos de uma entrada em terras da matta povoada de índios tidos por bravios desde quando, em 1535, a expedição levada as nascentes do Yguassú por Francisco Chaves, nunca mais regressou ao ponto de partida em São Vicente” (MARTINS 1922:90). Além disso, sabe-se que na década de 1560, uma bandeira comandada por Helidoro Ébanos caçou grupos

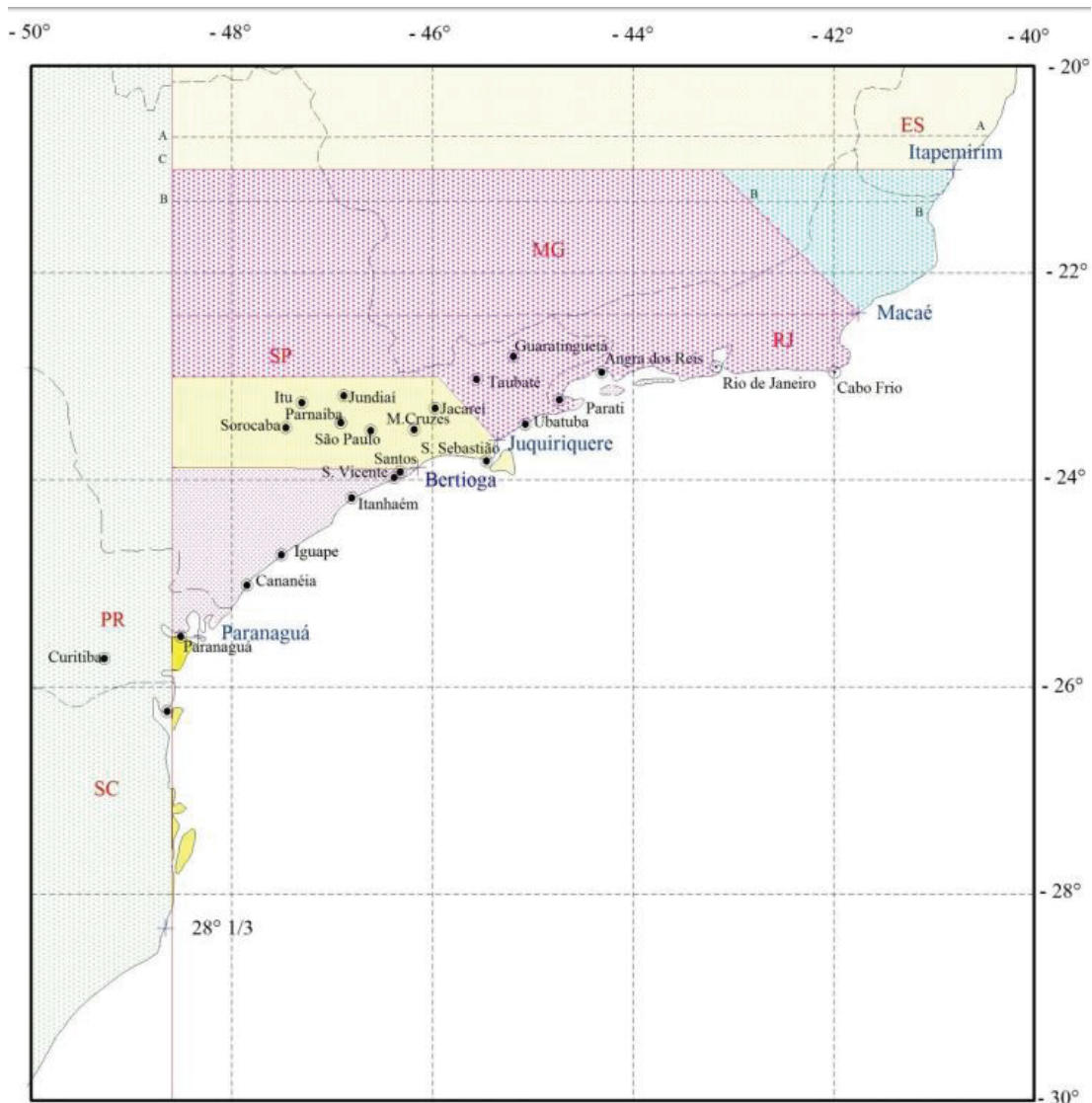
indígenas na região, encontrando também algumas manchas auríferas (MOREIRA 1972:30).

Grandes tratados territoriais entre as cortes portuguesa e espanhola eram muito pouco respeitados por colonos ávidos por ouro e escravos indígenas, como destaca Jorge Pimentel Cintra, estudioso das fronteiras e da cartografia do período:

[...] sem se importar com uma linha imaginária, destacaram-se os bandeirantes, que partiram de São Paulo em fins do século XVI. Penetraram em diversas direções na busca de prata e ouro, que não encontraram num primeiro momento, dedicando-se então à caça dos índios, preferencialmente nos aldeamentos jesuíticos, que destruíram, tanto no Guairá (1628) como no Tape (1635). (CINTRA 2012:426)

Deve-se pontuar que a área da vila de Curitiba foi considerada por certo tempo o ponto mais ocidental do reino português, encravada nos sertões, e tratada como um posto avançado. Na verdade, a cidade foi fundada já no território da corte de Castella. A Figura 11, elaborada por Cintra (2017) apresenta bem essa disposição fronteira da cidade em sua fundação: além de se dispor a fundar a vila em um território considerado pelos portugueses como pertencente ao reino de Castella, enxergavam o local como “infestado pelo gentio selvagem”. No período, Curitiba foi considerada a vila localizada no ponto mais ocidental em relação à metrópole portuguesa.

Figura 11 – Localização das vilas Coloniais e a cidade de Curitiba.



Fonte: Cintra (2017:216).

A partir de meados do século XVII, os colonizadores, acompanhados de indígenas, trilharam tortuosos caminhos que cortavam a Serra do Mar nesse tempo, ligando os campos de Curitiba aos recém-estabelecidos núcleos litorâneos, como a vila de Paranaguá. Segundo uma conhecida passagem do Frei Vicente do Salvador em 1627, apesar de os portugueses serem grandes conquistadores de terras, no caso do Brasil, “contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” (SALVADOR 1627:5). Ocupar os campos de Curitiba (Queretyba como se dizia à época) significava muito mais do que identificar e coletar algumas pepitas de ouro de aluvião na região.

Revelou-se, para os mineiros/*preadores* de índios, o estabelecimento de um ponto logístico nesse território, até então, caracterizado pela ausência da influência do regime legal e fiscalizador estabelecido pela Coroa. Após sua fundação 1693, foi, por algum tempo, a povoação mais a oeste do reino português.

Uma imagem dupla sobre os indígenas rondava a mentalidade colonizadora de uma maneira geral. Em Curitiba, ao longo de todo o período colonial, tais imagens estiveram associadas à manutenção de relações contraditórias, já que os exploradores dependiam diretamente do conhecimento indígena e das facilidades que propiciavam tais relações, diante dos cobiçados territórios e minas, mas também crescia a demanda do mercado de mão de obra indígena cativa.

A presença de indígenas nos territórios era compreendida como a mão de obra em potencial, por outro lado, essa presença também era descrita com receio, frente ao constante temor de ataques e invasões dos índios considerados selvagens. Esse temor se torna objeto de manipulação política ao longo de toda a guerra de conquista, como reforço ao repúdio que tinham alguns colonos de um estreito relacionamento com os “negros da terra”⁶⁰, produzindo justificativas para assaltos aos territórios indígenas, através de acusações de ataques a fazendas e vilas isoladas, muitas vezes infundadas.

Os indígenas estiveram presentes até mesmo no planejamento das primeiras empreitadas. O capitão-mor Dr. Lourenço Ribeiro de Andrade (1724-1799), em carta remetida ao Coronel Antônio Neves de Carvalho, no ano de 1797, salientava que na década de 1640, quando os portugueses encontravam-se obstinados em conquistar e explorar definitivamente a costa da capitania de

⁶⁰ Trata-se da maneira como os portugueses, em geral, se referiam aos indígenas. De acordo com Stuart B. Schwartz: “Em si mesmo, o termo negro implicava a condição servil. Era comum – embora isso não se observasse sempre – usá-lo como sinônimo de escravo. Já no século XVI, classificavam-se como ‘negros da terra’ os indígenas, o que revela uma percepção do seu status servil, mais ou menos equivalente ao dos ‘negros da Guiné’. Mais tarde, em 1757, quando as missões indígenas da Amazônia foram secularizadas pelo sistema do Diretório, a ‘injusta e escandalosa’ prática de chamar os índios de ‘negros’ seria especificamente proibida. Da mesma forma, os primeiros africanos trazidos para o Brasil eram chamados de tapamunhos, uma palavra de origem tupi utilizada como uma designação ‘quase-tribal’. Ambos os termos, ‘negros da terra’ e ‘tapamunhos’, desapareceram na medida em que a escravidão indígena foi sendo substituída pela africana e um grande número de africanos passou a ser sistematicamente deportado para a colônia” (SCHWARTZ 2003:15-16).

São Vicente em busca de ouro, ouviram dos indígenas que mantinham contato ao sul da vila de Paranaguá que nos sertões da região havia ouro, ou seja, em direção à Serra do Mar. Nesse sentido, o futuro capitão povoador da vila de Curitiba, Gabriel de Lara, sabendo da notícia, passou a cobiçar a região, tanto no sentido de encontrar o valioso metal, mas também, de sair à caça de gentios, que era nesse período a principal atividade econômica da Capitania de São Vicente (ANDRADE 30/11/1797 in: MOREIRA 1972:143-145).

O mecanismo utilizado para o reconhecimento, deslocamento e estabelecimento nesses territórios já havia sido estabelecido desde o século anterior, através de relações estabelecidas com os Carijós, como eram conhecidos pelos colonizadores os grupos Guarani que ocupavam e disputavam trechos da costa do atual litoral do Paraná. As levas de colonizadores provenientes do litoral, junto de vasto número de “índios mineiros” (população indígena escravizada que no período era associada ao trabalho nas minas de metais preciosos) estabeleceram-se, inicialmente, na região da Borda do Campo, nas proximidades dos atuais municípios de Quatro Barras e Piraquara, na região metropolitana de Curitiba. Cruzaram a Serra do Mar a partir de caminhos e trilhas junto de contingentes indígenas que provavelmente conheciam a área (CHMYZ; BROCHIER 2004:44).

A instalação de um núcleo populacional oficial do Reino Português se deu somente com a entrada dos exploradores estabelecidos na Borda do Campo, tradicionalmente representada na figura do capitão das canoas de guerra da Costa do Sul, Eleodoro Ébano Pereira, que iniciou o recolhimento do Quinto nas minas de Paranaguá, imposto exigido pela Coroa de Portugal sobre as minas de ouro, prata ou qualquer metal nos territórios ultramarinos, em fundição na Vila de Paranaguá⁶¹.

De acordo com Romário Martins, o capitão, “com sua ‘gente armada’ e com as suas ‘companhias de índios mineiros’, formou em meados do século XVII o primeiro núcleo oficial da coroa portuguesa no planalto curitibano” (MARTINS

⁶¹ Como salienta Monteiro (1994:61), quando tratamos de imagens da descoberta de ouro no período devemos sempre considerar que muitas dessas notícias foram estrategicamente manipuladas e utilizadas pelos colonos para burlar o crescente número de decretos e leis, seculares ou da Igreja Católica, que proibiam o cativo indígena na capitania de São Paulo e alhures.

1922:92-93)⁶². Perante as amostras de ouro encontradas no planalto curitibano, foram inquiridos diversos participantes da exploração e do reconhecimento geral da região das minas.

Diante das declarações de Eleodoro das amostras de ouro, foram inquiridos diversos participantes da exploração e do reconhecimento geral da região das minas. O capitão Antônio Nunes Pinto foi somente um dos que testemunharam pelo conteúdo dos autos de vistoria dessas minas; em “Termo de inquirição”, salientou a presença de seus gentios mineiros nas prospecções realizadas no Ribeirão das Pedras, atual rio Atuba ou Bacacheri (MOREIRA 1972). Os registros atestaram para a presença nesse momento dos comandantes das expedições na região (com seus indígenas escravizados): Pero de Ozeda, Manoel Coelho, Domingos Pereira, capitão Grisóstimo Alves, Pedro André, João Benito, Francisco Gama Pais, capitão Bernardo Sanches de Aguiar, Diogo de Lara, Tomé André, capitão Pero de Cândia, Manoel de Lemos, capitão Gabriel de Lara e capitão Diogo Peneda.

Todos esses eram moradores da vila de Paranaguá ou Cananéia. Estiveram no local com seus gentios (também chamados de fábricas de gentios) ou índios mineiros, contudo, todos argumentavam em seus testemunhos a emergente necessidade de se ampliar o número de “cabedal de gentios”. Tais referências estão atestadas em vários documentos dispostos no “Treslado do auto do Segundo Exame e Vistoria que o General Eleodoro Ébano fez com poderes de Administrador nas minas nestas Capitanias no Ribeiro das Pedras contorno e Sertão de Pernaguá” (MOREIRA 1972:120-125).

De fato, como destacou Eleodoro Ébano Pereira, em carta ao Governador Geral Antônio Galvão, em 21 de junho de 1651, para o pronto estabelecimento na região que “moradores e pessoas que vêm com seu cabedal e gentio sejam muito eficientes para me ajudarem e capitanearem assina na defesa como na

⁶² Segundo Martins (1922), o capitão iniciou o recolhimento do Quinto nas minas de Paranaguá e em Curitiba, imposto exigido pela coroa de Portugal sobre as minas de ouro, prata ou qualquer metal nos territórios ultramarinos, em fundição na Vila de Paranaguá. A vistoria das minas era levada a sério pelos aparatos burocráticos portugueses, uma vez que nos sertões facilmente se poderia inventar minas para se legitimar a posse de um território diante da Corte. Com notícias da possibilidade de se constituir minas de ouro e vilas para sustentá-las, eram realizadas acareações das informações prestadas, tanto com os comandantes dessas empreitadas, como com todos os outros participantes livres, com o objetivo de prevenir, quando possível, desvios de remessas de ouro ou o não pagamento do Quinto para a administração colonial.

fortificação que é forçoso a que se oferecer de todo o encontro do inimigo [...]” (ELEODORO ÉBANO PEREIRA 1651 in: MOREIRA 1972:129-131).

O relacionamento dos colonizadores com grupos indígenas nas cidades sempre foi ambíguo. Observa-se uma polarização da imagem dos indígenas, uma vez que dependiam integralmente do conhecimento indígena do ambiente e território, de possíveis negociações e tratados com chefias e da própria mão de obra, ou seja, condição *sine qua non* para existência das cidades. Entretanto, era também o grande temor dos colonizadores, pelos mesmos motivos, já que eram muito próximos dos colonos, mas considerados indistinguíveis e, na maior parte das vezes, inconstantes e sujeitos a revoltas. Cada vez mais se buscou produzir regulamentações com o intuito de controlar o trânsito e a permanência de indígenas nas cidades e vilarejos: o objetivo era garantir a permanência e o sustento dos indígenas deslocados para a servidão, impedindo sua fuga, e ao mesmo tempo, a entrada livre e independente de indígenas na cidade.

Esse esforço se apresentou em todo o mundo colonial brasileiro, uma vez que por muito tempo a mão de obra indígena administrada representava praticamente a totalidade da força de trabalho e a maior parte da população das cidades. Segundo Monteiro, “os colonos podiam contar, até certo ponto, com câmaras municipais para o controle da população indígena em áreas urbanas”, entretanto, os temores com a possibilidade de revoltas eram enormes (MONTEIRO 1994:175-176).

De acordo com os Provimentos do Ouvidor Raphael Pires Pardino para a vila de Curitiba em 1721:

Proveo que os Juizes e Off.es da Câmera pello q'tóca prohibão que nenhua pessoa entre pelo certão a corre o Gentio pêra os obrigarem a seu serviço, por ser contra as Leis expresas de Sua Magestade, q' Deus G.de, e ainda contra o serviço de Deus, em que muito em carregão suas conciencias. E em nenhù cazo se pod vender ao d.o Gentio e hindios, das campanhas, armas alguas de qual quer gênero que sejam quer offencivas, quer defencivas por ser prohibido pellas Leis do Reyno, e especiais neste Estado, Subpenna de morte natural e de perdimento de todos os seus bens a metade para cativos (sic) e a outra para quem os acusar, em q'em corre quem as ditas armas vender. Os Juises e Off.es de Justiça que antes nelles serviram proguntarão por este caso como se declara no auto que se fez a dita devasa este anno. (PARDINHO 1721 in: BOLETIM DO ARCHIVO MUNICIPAL DE CURYTIBA 1906)

Em Curitiba, devido ao grande temor existente pelo “cabedal de gentio selvagem”, os colonizadores dos séculos XVII e XVIII foram proibidos pela

administração colonial de ocupar livremente os sertões de Curitiba, já que, se o fizessem, não existiria nenhuma garantia de socorro diante de ataques que poderiam sofrer de indígenas. Tais elementos faziam parte do sistema organizador/urbanizador das cidades, formatar o território das cidades e dos sertões, ampliando de maneira segura a zona de interferência e gerência dos não indígenas.

Deve-se também levar em conta a grande quantidade de identificações e etnôminos criados pelos não indígenas para designar e classificar os indígenas, de acordo com seu relacionamento. Tais classificações se baseavam de maneira pendular entre os polos *leal* ou *traíçoeiro*, selvagem, semicivilizado ou civilizado, bravios ou amansados, aliados ou inimigos, tupis ou tapuias, sempre de acordo com os princípios estratégicos adotados pelos colonizadores. Além disso, as classificações coloniais incorporavam referências significativas dos indígenas que detinham maior contato, sobretudo grupos Tupi, como na última polarização comentada, Tupi/Tapuia (MONTEIRO 2001).

3.1.2 Os Kaingang como um grupo Tapuia

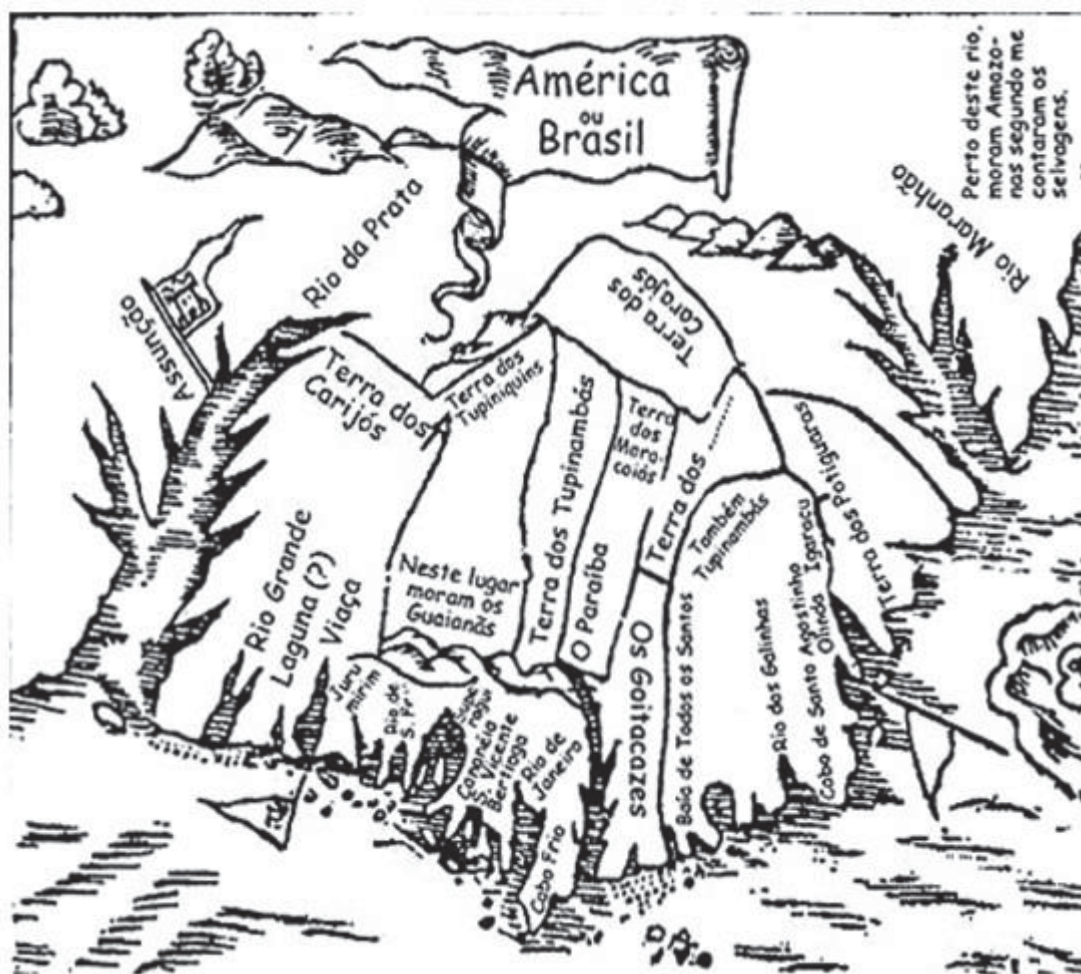
Desde o século XVI existem menções a outros grupos indígenas, de origem não Tupi-Guarani; estes últimos, devido a sua distribuição ao longo de toda a costa brasileira no momento do contato com os europeus, dominaram a maior parte das descrições, relatos de viajantes e cartas missionárias e administrativas dos séculos XVI e XVII. Não obstante, desde o início, fosse a partir de pequenos e esporádicos contatos, do reconhecimento dos relatos espanhóis no outro lado do continente, ou em maior parte, a partir do que era relatado pelos próprios grupos Tupi-Guarani costeiros, colonizadores e missionários sabiam da existência de outros grupos, completamente diferentes daqueles com que mantinham contato, no interior do continente.

Aparecem nas fontes coloniais de diversas formas, entretanto, sempre de acordo com princípios cosmopolíticos Tupi: inimigos, selvagens, bárbaros, não confiáveis e traíçoeiros. Os colonizadores e missionários não importaram somente a língua para a catequização ou mesmo como idioma corrente na colônia, de uma forma geral. Foram subsidiados pela diplomacia dos grupos que tinham contato na costa, considerando, da mesma maneira que eles, os grupos

que residiam no interior, principalmente quando falantes de outros troncos linguísticos (gentios da língua travada), como antagonistas e não propensos, à primeira vista, para a escravidão ou a servidão através da administração. Nesses contextos, adotava-se o pensamento polarizador “Tupi/Tapuia”, que descrevia a característica do grupo em contato, amistoso ou belicoso, possível escravo ou inimigo da costa ou dos sertões, respectivamente.

Entre tais etnônimos apresentados por grupos Tupi-Guarani e manifestados nas fontes coloniais, encontra-se o termo *Guaianá*, ou mesmo, *Wayaná*. Na descrição do alemão Hans Staden, famoso prisioneiro dos Tupinambá no século XVI, aparecem como ocupantes dos territórios serra acima, como se dizia no período: “Por detrás da serra há um planalto. Descem bonitos rios e há nela muita caça. Na serra há uma casta de selvagens que chama Wayganna”. Ao tratar do território próximo ao rio Paraíba do Sul, ocupado pelos Tupinambá, destacou que nas serras próximas viviam grandes inimigos destes, chamados Guaianá (STADEN 2006:135-137). A Figura 12 apresenta um mapa publicado por Hans Staden em 1557, demonstrando ocupações e limitações territoriais dos indígenas no Brasil no século XVI, com detalhe para a região dos planaltos, ocupados pelos Guaianá/Kaingang.

Figura 12 Mapa de Hans Staden sobre “América ou Brasil”.



Fonte: Adaptado de Staden (2006:37).

No mapa elaborado por Staden, os Guaianãs estão localizados além da Serra do Mar, ao sul da “terra dos Tupinambás” e exatamente acima da baía de Paranaguá. A região identificada com a legenda “Neste Lugar moram os Guaianãs” corresponde, atualmente, à região metropolitana de Curitiba. Independentemente de outros fatores sobre a confecção do mapa e sua evidente desproporção em relação às distâncias, o autor identifica os Guaianãs como residentes das regiões de planalto.

Além das fontes coloniais, outros tipos de registros podem ser elencados fortalecendo a hipótese da presença pré-colonial dos Kaingang na região de Curitiba. Francisco Noelli destaca que algumas das descrições coloniais aos Guaianá são identificadas com os antepassados dos atuais grupos indígenas Jê Meridionais, sabidamente, Kaingang e Xokleng. Segundo o arqueólogo, chega-

se a essa compreensão através da leitura de fontes coloniais, como Gabriel Soares e Hans Staden, além de etnografias realizadas nos séculos XIX e XX, informações que também podem ser cruzadas com os dados presentes na crescente bibliografia arqueológica sobre os Jê Meridionais. Tais pontos seriam suficientes para elencar “os elementos para a caracterização cultural e espacial do Xokleng e Kaingang e seus antepassados ‘Guaianá’, ‘Botocudos’, ‘Coroados’, ‘Gualacho’ etc.” (NOELLI 1996:16).

De acordo com Alberione dos Reis, existem evidências a serem consideradas, no que se refere à relação entre os chamados “buracos de bugre”, as descrições coloniais sobre os Guaianá e os Jê Meridionais. A relação entre esses três elementos seria o próprio ambiente ocupado, a saber, as terras altas, pinheirais de araucária, campos, encostas de morros da Serra do Mar, algumas várzeas e poucas áreas do litoral. Também se pode destacar a própria construção dos chamados “buracos de bugre”, associados aos Guaianá coloniais e mais tarde aos Jê Meridionais, bem como “taipas, galerias, terraços de terra ou pedra, montículos mortuários e/ou cerimoniais (aterros)”. Nessa aproximação, fazem parte de um mesmo conjunto o próprio sistema da aldeia, descrito no período colonial, e aquele observado tanto na arqueologia quanto na etnologia entre os Jê Meridionais, bem como todo o complexo da cultura material e o relacionamento interétnico localizado no espaço entre os planaltos e seus limites territoriais/geográficos (REIS 2002:75).

Como em Tim Ingold (2000), que considera paisagens (*landscapes*) como uma ferramenta conceitual de compreensão do ambiente e suas transformações ao longo do tempo, tais “buracos de bugre” podem ser interpretados e compreendidos dentro de uma paisagem que tem construção histórica. Para tanto, deve-se compreendê-la como um produto cultural, a partir da imersão no complexo de interações sócio-históricas que a constroem ao longo do tempo, produzindo registros geológicos, arqueológicos, ecológicos, taxonômicos, etnológicos, históricos, entre outros. Buscando uma estratigrafia da paisagem dos grupos Jê Meridionais, ou Jê do Sul, Corteletti e DeBlasis utilizam o conceito de paisagem considerando diversas camadas e gradientes, onde se depositam diferentes princípios de compreensão que interagem e compõem a paisagem, “como ambiente; como sistema; como poder, e como experiência”, busca-se,

dessa maneira, “refletir como a paisagem é investigada e interpretada” (CORTELETTI; DEBLASIS 2018:133).

A perspectiva dos Guaianá como um grupo indígena Tapuia desafiou o modelo proposto de nacionalidade e de fundação de São Paulo, forjado século XIX por autores como Karl Friedrich Philipp Von Martius e Francisco Adolfo de Varnhagen que não aceitaram associar os Guaianá aos Kaingang do século XIX, na sua visão bárbaros e decadentes. Esses autores descreveram os indígenas no Brasil sempre como caricaturas degeneradas ou primitivas, associando-os sempre à formação de um discurso nacional que se debruçava sobre as origens do povo brasileiro. Os grupos Tapuia não faziam parte de suas narrativas, ao contrário, eram considerados inimigos dos grupos aliados dos portugueses no início da colonização, portanto, incapazes de contribuir com o processo civilizatório⁶³.

Segundo Monteiro, a leitura atenta e crítica das fontes coloniais é suficiente para perceber que os indígenas mencionados como Guaianá nas crônicas seiscentistas e setecentistas “eram de fato populações não tupi, provavelmente Jê e plausivelmente Kaingang” (MONTEIRO 2001:182).

Até os séculos XVI e XVII, é provável que grupos Kaingang e Xokleng ocupassem regiões próximas à Serra do Mar paranaense, como demonstram os dados históricos e arqueológicos. Da mesma maneira, é provável que habitassem porções do primeiro planalto paranaense, ou planalto curitibano. Com a intensificação de expedições contra indígenas e bandeiras paulistas que buscavam escravizar indígenas e vendê-los no mercado de São Paulo, tais contingentes “foram se refugiando no oeste, ao longo da Serra Geral [...] nas regiões onde antes se localizavam reduções jesuíticas, nos vales das principais bacias”, locais onde também já se encontravam e atualmente se localizam as Terras Indígenas Kaingang no estado do Paraná (TOMMASINO 2002:82).

⁶³ Na visão de Martius, foi a população portuguesa, desbravadora, conquistadora, e por que não, nessa lógica, heroica, quem garantiu as condições de existência para uma nação independente. Por outro lado, os indígenas e os negros “reagiram sob a raça predominante”, de forma passiva. A aceitação de um papel relevante seria uma filantropia, levada a cabo por espíritos esclarecidos e imparciais (RODRIGUES 2007:3). Ao considerar uma reflexão sobre a história dos indígenas no Brasil, o historiador Varnhagen proclama uma célebre sentença, extremamente citada desde então, e atualmente criticada: “De tais povos na infância não há história: há só etnografia”. O autor só considera um índio histórico se for o índio morto, nesse caso, o Tupi-Guarani do litoral, presente nas primeiras descrições do século XVI, então elevados a símbolo de nacionalidade.

Pequenos contatos e o reconhecimento da existência dos antepassados dos Jê Meridionais já haviam sido brevemente mencionados na literatura dos séculos XVI e XVII. Porém, no século seguinte, tais grupos entraram definitivamente na cena narrativa colonial, antagonizando, disputando e negociando espaços com não indígenas, o que causou uma transformação completa na formação de políticas indigenistas e no foco do contato entre colonizadores/conquistadores e indígenas.

3.1.4 Os sertões de Curitiba e os campos de Guarapuava

Se até meados do século XVIII observamos a manutenção de um sistema de administração da escravidão/servidão de indígenas Carijó (como eram chamados os Guaraní nas fontes coloniais), que representaram a manutenção e a sustentação das cidades ao longo do tempo, nesse período são incorporados outros contornos ao debate sobre o mundo indígena no Brasil e, conseqüentemente, sobre sua presença nesses espaços.

A ocupação do interior era proibida de ser realizada livremente pelos colonos, mas isso não queria dizer que não deveria acontecer de maneira programada e sistemática, através de investimentos coloniais. Ocupar outros territórios no interior da atual região do Paraná significava, ao mesmo tempo, disponibilizar novos recursos, expansão comercial e defesa do território, já que a oeste se encontrava sempre a ameaça de ocupação espanhola. Entretanto, significava adentrar um perigoso ambiente, dominado por grupos indígenas pouco contatados, cujas línguas não se detinha domínio, descritos em fontes coloniais como “gentios da língua travada”. Estamos nos referindo aos Kaingang que ocupavam os planaltos na região do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como territórios na Argentina e Paraguai. Não podemos dizer que os colonizadores não reconheciam essa dificuldade ou a existência desses indígenas.

Desde o século XVI, existem fontes e mapas coloniais que destacam que a região dos planaltos era ocupada justamente por grupos Guaianá, entre outras atribuições. Tal reconhecimento não foi nenhuma barreira para a formação de expedições a partir de meados do século XVIII, que rumaram para os sertões de

Guarapuava, rumo às bacias do rio Ivaí e Tibagi, no centro do atual estado do Paraná, onde se concentravam grandes contingentes populacionais Kaingang.

O investimento humano, financeiro e logístico na preparação e organização das expedições que se seguiram ao longo desse período teve origem em Curitiba, como se pôde visualizar em uma lista imensa de registros entre os administradores da cidade de Curitiba e da Capitania de São Vicente. As expedições partiram do rio Iguaçu, formado pelos rios Iraí e Atuba, na zona leste da cidade, na divisa com os atuais municípios de Pinhais-PR e São José dos Pinhais-PR (BOTELHO 1962 [1774]).

Como nos séculos anteriores e, até mesmo, no caso da formação da vila e cidade de Curitiba, tais expedições foram motivadas pelo registro da existência de minas de ouro na região. Nesse caso, trata-se dos registros de Ângelo Pedroso e de frei Bento de Santo, sobre a existência de minas de ouro na região de Pedras Brancas, atual cidade de Tibagi-PR. Diante do grande interesse com o qual a notícia foi recebida, a câmara municipal de Curitiba manteve, ao longo dos anos de 1757 a 1765, 200 soldados no local com o único objetivo de proteger os garimpos (MOTA 1996:195). O centro profusor das expedições foi justamente a cidade de Curitiba, que recebeu também contingentes de Cananéia (SP), Paranaguá (PR) e São José dos Pinhais (PR). O comando dos trabalhos expedicionários ficou a cargo do auxiliar do capitão-general e Governador da Capitania de São Paulo Morgado de Matheus, o então tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza.

A primeira leva conquistadora seguiu em direção à região de Pedras Brancas (Tibagi) no final do ano de 1768, junto do comandante tenente Domingos Lopes Cascais, com 30 curitibanos voluntários. Pelo levantamento realizado para esse estudo, foram efetuadas 11 expedições nesse período, entre 1768 e 1773, partindo principalmente da cidade de Curitiba, mas também de Cananéia e Iguape. Todas contavam com muitos curitibanos desejosos de enriquecer com as promessas da existência de grandes minas de ouro no sertão de Curitiba e Guarapuava. Inicialmente tais expedições tinham o caráter objetivamente militar, sendo transformadas à medida que se reconheciam o ambiente e os indígenas que ocupavam esses territórios.

A partir dos registros realizados pelas expedições e bandeiras que assaltaram o território do Guairá e as missões jesuítas nos séculos anteriores, os conquistadores já sabiam que no local se encontravam agrupamentos de indígenas Tapuia. Se haviam conquistado sem muitas dificuldades a costa, a conquista do sertão seria um passo óbvio, mais complicado, mas plenamente viável, diante da experiência colonizadora. Tal arrogância os levou a nem ao menos buscar identificar a possível existência de tradutores para estabelecer esse contato. Foi somente em meados do século XIX que se buscou o aprendizado mais consistente de línguas indígenas não Tupi-Guarani, principalmente nos aldeamentos que foram instalados, com os chamados “línguas”, indígenas intérpretes e tradutores.

As primeiras dessas explorações acabaram quase todas em trágicos acidentes e conflitos, além do grande medo na tropa, que culminou em deserções e prisões dos subordinados. Os tradutores que levavam consigo eram Guarani, os então *línguas* utilizados usualmente em qualquer expedição na região. Somente em 6 de setembro de 1770 tiveram contato mais evidente com vestígios dos indígenas. Nesse dia, um dos sargentos da expedição relatou a Botelho:

[...] que em meio dia de picada saiu ao campo aonde topou um rancho cumprido e reconhecendo com cautela, vendo não aparecia gente a êle, viram ser paiol do gentio onde guardavam seus mantimentos das roças, que também ali viram, e mais sinais, que ficaram certos ser dos gentios, que por aquelas partes habitam, parecendo também, que eles estariam nas roças onde viram fogo, e dentro do paiol muito milho, feijão em cestos, abobras, e duas pilhas de pontas de flechas, porém em nada tocaram, como levavam por ordem, e só tiraram uma espiga de milho, e um pouco de feijão, uma ponta de flecha para certeza do que viram. (BOTELHO 1962 [1774]:13-14)

O achado dos indígenas seria a comprovação que haviam encontrado os Campos de Guarapuava. Na mentalidade colonizadora, o fato da existência de indígenas na região, tal como na costa, seria suficiente para sustentar o regime de exploração da mão de obra indígena, expandindo, assim, os domínios portugueses; nesse sentido, foi considerado um momento de festividade (BOTELHO 1962 [1774]). Contudo, a história passa a ter contornos diferentes quando estes partiam da região rumo a Curitiba, com o intuito de apresentar sua descoberta. São surpreendidos por um grande contingente de indígenas dentro de um rio, que insistem em dialogar frontalmente com os exploradores, de acordo

com Botelho, “davam mostras de querer passar o rio entrando nêle até chegar a agua ao pescoço, fazendo outros sinais, de que davam mostra de querer chegar-se à nossa gente” (BOTELHO 1962 [1774]:15). Tal contato foi presenciado com pavor pelos exploradores, e muito provavelmente, pelos *línguas* guarani, que não deveriam ser tão inocentes em relação a esse contato quanto os colonizadores.

Tais notícias foram suficientes para organizar uma nova expedição em direção aos campos de Guarapuava: “À vista das notícias, que haviam dos gentios, e esperanças de sair ao campo, foi necessário reforçar a expedição com gente e oficiais para poder alcançar o fruto de tanto trabalho, para o que se formou nova expedição” (BOTELHO 1962 [1774]:15). Seria, portanto, no dia 15 de dezembro de 1771, nas proximidades do rio Jordão, que foram observadas pela primeira vez as casas dos indígenas ao longe. No dia seguinte, seguiram “o mesmo caminho do gentio”, o que os fez visualizar cada vez instalações e residências maiores, onde estabeleceram os primeiros contatos, obviamente sem nenhuma comunicação, “pois nos faltava interprete da lingoa”, uma vez que os já mencionados intérpretes eram Guarani. Após a virada do ano, em 8 de janeiro, os indígenas atacam a expedição com grande número e violência, expulsando os colonizadores e os perseguindo até que saíssem de seus campos.

No dia 8 de Janeiro voltou aquelle porto grandessissimo número do gentio, que se averiguou serem já de diversas naçoens, que confederados se tinha unido para a traissão que descobrirão, de que Deos por sua providencia e algũa nossa nos livrou da manhosa sagacidade com que se armarão. [...] Estas, e as mais circunstancias espreçadas na particular relação desta ação, fes que resolvesse a fazer tirar a gente para fora onde me pudessem ser sustentados das roças até dar as cômodas providencias: e no dia 18 chegamos a sahida do mato. (BOTELHO 1962 [1774]:12)

Como fica explícito nos relatos apresentados no período, os Kaingang que foram contatados tinham pleno conhecimento das técnicas e da violência aplicada pelos colonizadores em seus processos de “contato”. Certamente estavam cientes de que aquela presença repentina de não indígenas em seus territórios era um prenúncio terrível, parecendo “estar cientes da presença dos soldados, fossem inimigos ou não, e do perigo que o seu aparato militar representava” (TAKATUZI 2005:21).

Logo após esses contatos violentos, surgem ordens para que os administradores da cidade de Curitiba se protegessem dos eminentes ataques à localidade, visto que os relatos da presença dos Kaingang nos arredores se intensificaram muito com o contato nos campos de Guarapuava. Haviam expulsado os exploradores de seus campos, e estavam cada vez mais próximos do núcleo urbano de Curitiba. Assim, Francisco da Cunha de Menezes, chefe da Capitania, ordena que, apesar da presente proibição de estabelecer guerra franca aos indígenas, atitudes deveriam ser tomadas diante do perigo que crescia dia após dia, depois do contato realizado em Guarapuava:

P.a Miguel Ribr.º Ribas, Cap.m da Cavallr.ª Auxilr. da V.ª de Curitiba. [...] Vejo a carta de Vm.ce de 30 de Abril do Corr.te ano, que traz incluza aq. Incluza aq. lhe escreveo o Ten.te Jeremias de Lemos sobre as invazoens, q. tem feito o Gentio nesse contin.te, e o perigo, em q. estão os moradores delle ; e porq. não obstante as ordens de S. Mag.e serem m.to favoráveis sobre não se repellirem viva força os mesmos Gentios, não hé com tudo justo deixar de haver algúa providencia, q. defenda os vassallos da mesma Mag.e nos cazos, em q. são ameaçados, ou perturbados por aquella Gentilidade : Pelo q. VM.ce me apontará os meyoys mais suaves, comq. Possão ser afugentados aqueles inimigos, p.ª lhe mandar as ordens conducentes a este fim. Deos g.e a Vm.ce. S. Paulo a 12 de Junho de 1782. // Francisco da Cunha e Menezes. (MENEZES 1782 in: SEE/SP 1961:56)

Mais tarde, novamente o chefe da Capitania determina ao capitão-mor da Vila de Lages e Curitiba tomasse providências diante dos ataques, estabelecendo a ordem, evitando a violência, mas o autorizando a destruí-los se fosse preciso, ou mesmo os trazendo para a cidade de São Paulo para que pudessem ser administrados e introduzidos às regras legais e à catequese, como se propunha na época:

Porquanto sendo me presentes, os continuos assaltos, com que bravo gentio proximam..e tem acometido, não só os sertoes, da villa das Lages, mas tambem infestando athe as estradas com notavel prejuizo, e maior perigo dos Póvos que habitando disperses, experimentam a sua Barbara fereza com a perda das vidas obviar sem dezordens a importante material e reduzir o d.º Gentio a verdad.ª Relligião, e a sociedade na conformidade das recomendaveis ordenns de S. Magd.e se faz digna da mais exacta execução tanto pelo que respeito ao Estado como ao mesmo Gentio no rezultante interesseda Relligião: Ordeno ao Capitão Mor Regente da d.ª V.ª das Lages Antonio Corrêa , haja d`explorar todos aquelles, e quaisq.r sertoes que lhe forem possiveis, até os Estabelecimentos do d.º Gentio destruindo-lhes e no cazo de o não poder reduzir á nossa amizade o faça por em fugida p.ª mais longe, e que sucedendo prender alguns os remeta logo a esta Capital com bom tratam.to, cuidado, afabilidade, e segurança, havendo-se em tudo com actividade valor, zello, e prudencia, com que sempre se tem portado, e que eu delle confio, e espero pr gr.de service de S. Magd.e p.ª conservação, e augment commum do Estado, e

daquelle dstricto, e porque para estas urgentes diligencias he preciso força de gente: Mando a toda e qualquer Tropa Aux.ar, ou Ordenanças a q. o d.º Cap.m Mor determinar o acompanhem, e lhe obedeçam ás suas ordens sem duvida algũa acompanhando toda a expedição com pena de serem castigados a meu arbitrio se o não cumprirem. São Paulo a 1 de Março de 1783 // com a rubrica de S. Ex.ª// Foi outra identical ordem p.ª o Cap.m mor de Curytiba. (MENEZES 1783 in: SEE/SP 1961:28)

No ano seguinte, 1784, o mesmo administrador determina que se amplie a povoação dos arredores da cidade de Curitiba, e se constitua guarda e fortaleza da localidade, uma vez que os ataques e as correrias dos indígenas continuam acontecendo:

P.ª o Cap.m Mor da V.ª de Curytiba Lourenço Ribr.º e Andrade [...] Tenho prez.te a carta de Vm.ce de 20 de Janr.º, e sobre o q. nella me propoem a respeito de se poder povoar a beyra do mato, q. confina com o Gentio, no destr.º dessa villa: Sou a dizer-lhe, sera m.to util a referida Povoação em semelhante paragem, não só pelo aum.to desse Paiz., mas bem do Estado ; porisso espero, q. Vm.ce proponha os meynos, a q. se me oferece ; p.ª eu dar as provid.as, que parecerem Justas nesta interessante material. Deos g.e a Vm.ce S. P.lo a 11 de Março de 1784 //Francisco da Cunha e Menezes. (MENEZES 1784 in: SEE/SP 1961:108-109)

Foram realizadas novas expedições que conseguiram estabelecer, com sucesso, aldeamentos na região de Guarapuava. Entretanto, até lá:

Rechaçadas as primeiras tentativas de ocupação dos territórios pelas expedições de Afonso Botelho, os Kaingang descem a serra da Esperança e atacam a freguesia de Nossa Senhora da Esperança, já nos Campos Gerais, empurrando de volta os invasores. A resistência Kaingang retardou a ocupação dos Corangan-rê por quase quarenta anos. Somente em 1810 é que novas tentativas de ocupação serão feitas nesses territórios. (MOTA 1994:124)

Após as expulsões dos Kaingang dessas áreas, passaram a se assenhorar de territórios mais a leste, chegando à estrada do Viamão, corredor que garantia a passagem de tropas de gado do Rio Grande do Sul até São Paulo e Minas Gerais. Os Kaingang atacavam constantemente fazendas, vilas e viajantes ao longo desse trajeto (MOTA 1994:127). Tinham se tornado, dessa maneira, não apenas um entrave para a colonização de Guarapuava, mas dificultavam também a sustentação das Minas Gerais.

Os relatos fatídicos das expedições se proliferaram, assim como o temor pelos indígenas dos campos de Curitiba e Guarapuava. Parecia que os Kaingang terminariam por impedir a própria efetivação do projeto colonizador nas décadas seguintes, esvaziando territórios, vilas e cidades da região. Ao longo de todo o

caminho de Viamão, corredor entre o Sul e o Sudeste, principalmente no trecho entre Lages e Curitiba, generalizavam-se relatos de ataques de Coroados e Botocudos, como eram chamados no período, respectivamente, os Kaingang e os Xokleng.

3.2 Entre chefes: o diálogo entre as chefias kaingang e administradores provinciais

Ao longo do período Imperial, os colonizadores garantiram o controle definitivo dos territórios da região Leste e litorânea do Paraná. As devassas nas aldeias indígenas no litoral, no planalto curitibano e nos seus arredores, nos séculos anteriores, haviam esvaziado essas áreas de grandes contingentes indígenas. Além das correrias e ataques a postos avançados da colonização dos não indígenas, como veremos mais à frente, os Kaingang fundamentaram um sistema de contato com os administradores na região da província do Paraná, a partir de 1853.

Destaco que diversas alterações na política indigenista – desde decretos imperiais que alteraram a condição e a distribuição de terras devolutas, a fundamentação da catequese sobre o domínio secular, até disposições jurídicas específicas aos Kaingang relacionadas às questões pertinentes à província do Paraná – surgiram justamente nesse período, tendo efeitos para além do período provincial. No Paraná, princípios legais da política indigenista no período imperial foram, em parte, negociados e debatidos entre indígenas e os administradores provinciais e municipais. Nada se deu, entretanto, sem grandes críticas e temores dos cidadãos com relação à presença frequente de grande contingente de grupos kaingang na capital provincial.

As angústias e o desconforto dos administradores e moradores de Curitiba com a presença kaingang foram descritos diversas vezes por agentes de instituições públicas do período⁶⁴. Deve-se isso, em parte, ao fato de os

⁶⁴ Destaco a existência de inúmeros registros no Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP-PR) tratando explicitamente desse tema. Entre outros temas, as menções à presença de indígenas na Curitiba Provincial podem ser encontradas em Correspondências de Governo e Códices Avulsos que estão arquivados no Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP-PR). As primeiras tratam da rotina administrativa do projeto de conquista, catequese e civilização dos índios, onde se pode visualizar a correspondência oficial entre os aldeamentos e os órgãos administrativos provinciais, como a tesouraria, a diretoria geral dos índios e a presidência.

Kaingang não representarem o principal contingente de indígenas cativos, escravos ou administrados, ao longo do período colonial. Justamente por isso, eram desconhecidos e temidos pela maior parte dos cidadãos, e sua imagem manipulada em favor da colonização e distribuição de seus territórios.

A condição de *indígena administrado* foi uma ferramenta legal estabelecida para superar a proibição da escravidão indígena. Tratava-se de mais uma das ambiguidades do sistema colonial que, por um lado, se esforçava em instituir regras para proibir a escravidão indígena, na mesma medida em que necessitava cada vez mais dessa mão de obra. A administração foi instituída e regulamentada a partir de uma carta régia de 1696, diante das crescentes demandas que colonos tinham do trabalho de indígenas em suas propriedades. Por se tratar de indígenas administrados por particulares, submetidos a regras específicas, não se encontravam nos aldeamentos das diversas ordens religiosas que se instalaram no Brasil. Residiam e trabalhavam nas propriedades e fazendas coloniais incorporando a grande massa de trabalhadores coloniais. A administração de indígenas, amplamente disseminada em todas as vilas e cidades do período, foi uma modalidade de escravidão incompleta, segundo Jacob Gorender (1985:498), uma vez que não se encontrava sob a proteção institucional das regras do comércio de escravos, porém, era constituída de trabalho objetivamente escravo, representando a grande mão de obra na capitania de São Paulo, assim como na cidade de Curitiba (MONTEIRO 1994). Segundo Stuart Schwartz (2001:270), até os anos de 1740, perto de 60% dos trabalhadores curitibanos eram indígenas administrados.

Em Curitiba, como em toda a capitania de São Vicente, os administrados eram integrantes do tronco linguístico Tupi-Guarani. Os Jê Meridionais eram desconhecidos e/ou estigmatizados como selvagens e avessos aos projetos de civilização. Foram descritos em fontes históricas como Coroados, Botocudos, Bugres, Tapuias, Gualachos, Camés, Dorins, entre outros. Também são descritos nas fontes coloniais como Guaianá, Guayanã, Goaianá, ou mesmo, Wayanná. Os registros e detalhamento dos kaingang, pelo menos com menção a nomes, etnia e posição política, iniciam-se nas primeiras décadas do século

XIX, com os registros do padre Francisco das Chagas Lima⁶⁵, com o cacique residente do aldeamento de Atalaia, Antonio José Pahy. Também merecem menção os escritos do padre Braga de Araújo um pároco que atuou na região de Guarapuava em meados do século XIX. De acordo com Cristiano Durat, padre Braga de Araújo “dedicou-se muito mais às atividades políticas da região, do que propriamente nas funções religiosas que recaíam sob sua responsabilidade, tanto com a sociedade nacional, quanto com os Kaingang” (DURAT 2019:415). Produziu importantes documentos sobre os Kaingang, inclusive um relatório de 1857, que, ao que parece, é o relato mais antigo da autodenominação “Kaingang”. De acordo com Durat, antecedendo até mesmo a descrição de Franz Keller “Caên-gan”, em publicação de 1867 (*id. ibid.*:39).

Porém, de maneira geral, nomes atribuídos aos grupos são sempre acompanhados de descrições que antagonizam com a imagem que buscavam de indígenas ideais para serem administrados ou incorporados ao sistema colonizador. Viveiros de Castro, em uma resenha relacionada à publicação de História dos Índios no Brasil, demonstra a necessidade de investigar o modo como “as estruturas sócio-cosmológicas [políticas] nativas – historicamente determinadas – experimentam e respondem ao contato com nossa história”. Além disso, é preciso ter em mente que tal “congelamento e o isolamento das etnias é um fenômeno sociológico e cognitivo pós-colombiano”. No caso da atribuição de etnônimos, quais fossem eles, eram “fruto de uma incompreensão total da dinâmica étnica e política do *socius* ameríndio” (1993:25-32). De qualquer forma, tal essencialização dos grupos ameríndios, mesmo sendo equívoca para a compreensão das estruturas sociopolíticas dos indígenas, sempre foi intencional.

De acordo com Monteiro (2001:57-58), no ambiente colonial de estabelecimento de guerra de conquista e hegemonia territorial sobre o território e os povos, era preciso classificar os povos entre subordinados, potencialmente subordináveis ou insubordinados, o que dinamizaria as relações e a característica do contato que seria buscado pela empresa colonizadora.

⁶⁵ O padre Chagas Lima permaneceu nessa missão como padre capelão ao longo de 18 anos, afirmando ter realizado aproximadamente 460 batismos, 160 cerimônias de extrema-unção e 55 casamentos de índios, inclusive alguns entre brancos e índias.

Categorias naturalizadas e estanques são condições fundamentais para dominação, formação de alianças e políticas coloniais. Segundo o autor,

[...] a tendência de definir grupos étnicos em categorias fixas serviu não apenas como instrumento de dominação, como também de parâmetro para sobrevivência étnica de grupos indígenas, balizando uma variedade de estratégias geralmente enfeixadas num dos polos do inadequado binômio adequação/resistência. [...] Nesse sentido, há uma relação intrínseca entre a classificação étnico-social imposta pela ordem colonial e a formação de identidades étnicas. (MONTEIRO 2001:58)

Tais aspectos foram particularmente importantes na compreensão do contato entre não indígenas e os Kaingang. Os Kaingang, antes mesmo de qualquer contato, já eram classificados como Tapuias, opostos e avessos ao sistema de colonização, e sem potencialidade para serem pacificados. Diante dos primeiros contatos foram rapidamente classificados pelo sistema colonizador como selvagens, arredios e incapazes de conviver em aldeamentos.

Contudo, passam muito rapidamente, entre o final do século XVIII e meados do século XIX, de inimigos para potenciais aliados. Isso tem relação com a percepção colonizadora de que os territórios a oeste do Paraná só poderiam ser conquistados e adaptados à colonização com a participação dos indígenas que residiam em tais ambientes. Porém, destacamos que a participação ativa dos Kaingang nos diálogos com os não indígenas, buscando sempre posição ativa e de determinação de importantes pressupostos das relações de contato, foram fundamentais para tal transformação na categoria a eles dimensionada pelos não indígenas. Sua presença nas cidades, buscando dialogar frontalmente com os verdadeiros chefes não indígenas, é um dos elementos centrais dessa mudança.

Os chefes kaingang e seus arregimentados se dirigem para as cidades a partir de um trânsito voluntário, o que era o completamente oposto a todas as propostas de catequese e civilização existentes na época. Estas buscavam controlar e impedir, acima de tudo, o livre deslocamento e a mobilidade dos grupos Jê Meridionais para fora dos aldeamentos ou de seus territórios nos campos de Guarapuava. Controlar os selvagens (representados pelos Kaingang) era, sobretudo, controlar sua mobilidade, sua territorialidade. Todos os recursos nesse período estavam voltados à permanência desses indígenas em territórios

distantes daqueles ocupados por não indígenas, principalmente das capitais (FORTES 2014).

Apesar de as prerrogativas englobadas pelos mecanismos da catequese e conquista buscarem justamente a integração dos indígenas, isso não deveria ocorrer nas cidades, destinadas ao exercício pleno da civilização, oposta à vida selvagem. A presença dos indígenas nas cidades e nas capitais significava um indicador do fracasso relacionado às metas propostas para os indígenas. Como destaca Pratt, se por um lado a metrópole imperial tende a se ver como determinante dos grupos subjugados, vendo-os sempre como integrantes passivos da periferia, “(seja, por exemplo, no brilho luminoso da missão civilizatória ou na fonte de recursos para o desenvolvimento econômico), ela é habitualmente cega para as formas como a periferia determina a metrópole” (PRATT 1999:31).

3.2.1 A legislação imperial e os indígenas

O tema das correrias e dos ataques protagonizados pelos Kaingang a fazendas e postos avançados de colonizadores nos campos de Guarapuava e Curitiba se tornou tão relevante que o próprio monarca português D. João VI teve sua atenção direcionada ao assunto. No mesmo ano em que chegou ao Brasil fugindo das tropas napoleônicas, redigiu uma ordem régia, no dia 5 de novembro de 1808, intitulada “Sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba o Guarapuava”, onde estabeleceu princípios incontornáveis para o estabelecimento de punições aos ataques realizados na região (JOÃO VI 1808 in: BRASIL 1891a:155-159). A carta ordenava que o general da Capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, conquistasse definitivamente os territórios do interior, a partir de quatro pontos principais.

- 1) Declarava guerra contra os indígenas dos campos de Curitiba e Guarapuava, criando milícias em Curitiba e em outras cidades da Capitania de São Paulo, restaurando os efeitos da *guerra justa*, ou seja, aquele miliciano que capturar indígenas terá o direito de “consideralos por quinze annos como prizioneiros de Guerra, destinando-os ao serviço, que mais lhe convier”;

- 2) Distribuição de sesmarias no corredor Curitiba/Guarapuava, com intuito de ocupar esse território, obrigando os indígenas a manterem-se longe da região leste do atual estado do Paraná;
- 3) Indicava os responsáveis pelo exame dos terrenos a serem distribuídos como Sesmarias e a efetivação de benfeitorias, comunicação e manutenção das estradas na região, “a conservação da Estrada, que vai da Faxina a Lages, e aquelle caminho, que deve existir no melhor estado para a comunicação da Coritiba com algum porto de Mar á Serra, parecendo que o mais proprio será o de Pernaguá”;
- 4) Por fim, determinou que metais e diamantes deveriam ser entregues à Junta Real da Fazenda, ficando proibida a mineração na região.

No ano seguinte, outra lei, de 1 de abril de 1809, intitulada “Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os índios bárbaros que infestam aquele território”, supostamente faz ponderações aos ataques aos indígenas na região. Entretanto, destaca explicitamente que seria usada a força contra aqueles “que resistem aos brandos meios de civilização que lhes mando oferecer” (JOÃO VI 01/04/1809 in: BRASIL 1891b:36-39). Entre outros pormenores, ao que nos interessa nesse estudo, são os destaques para a instauração da Catequese e as regras para o estabelecimento da servidão e administração de índios capturados. O cativo, segundo o monarca:

[...] só durará 15 annos contados desde o dia em que forem baptisados e desse acto religioso que se praticará na primeira freguezia por onde passarem se lhes dará certidão na qual se declare isso mesmo exceptuando porém os prisioneiros homens e mulheres de menor idade pois que nesses o cativo dos 15 annos se contará ou principiará a correr aos homens da idade de 14 annos, e nas mulheres da idade de 12 annos [...] (JOÃO VI 01/04/1809 in: BRASIL 1891b:38)

Os efeitos dessas leis foram desastrosos para os indígenas dos campos de Curitiba e Guarapuava, ampliando a margem para que colonizadores, como no tempo das bandeiras do século XVII, se lançassem contra os índios, escravizando e pilhando, sob falsas alegações de um contato prévio por meios brandos e da negativa dos indígenas em aceitá-los. O padre Francisco das Chagas Lima, que havia integrado a Junta da Real Expedição da Conquista de

Guarapuava, responsável pela aplicação de métodos brandos, a catequese, urgentemente destacou que:

Taes eram os esforços com os quaes a cúbica dos particulares pretendia escravizar os Indios, maiormente no anno de 1818, em o qual (por ausência do Missionário e Comandante) alguns dos habitantes foram inquietar as hordas existentes nos sertões, movendo-lhes bruta guerra; e aprisionando a muitos conduziram como despojos a quatro meninas e quatro meninos, que venderam aos Brasileiros; os quaes, reconhecidos livres, foram restituídos á aldêa, á excepção de um, que ainda hoje existe em poder do mesmo que o fizera comprar por interposta pessoa. Com o pretexto de doutrinar, tambem houveram outros que recolheram para suas casas, para o seu serviço, Indios da mesma aldêa. Eu não afianço a boa fé, mas dever-lhes-iam ter dado um salário correspondente ao seu trabalho. (CHAGAS LIMA 1842:60)

Em 22 de agosto de 1818, em uma correspondência endereçada a um dos responsáveis pela missão, tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, os administradores de São Paulo ordenavam que o militar restaurasse à tutela do padre Chagas Lima diversos indígenas que havia feito prisioneiros em sua casa, na cidade de Curitiba:

Para o Ten.e Cor.e Diogo Pinto de Azd.º [...] Por justos motivos que nos tem sido presentes Ordenamos avm.ce que sem perda de tempo faça restituir, e entregar ao Padre Francisco das Chagas Lima os Indios menores filhos do Indio Antonio Jozé Pahy, e todos os demais Indios que vm.ce trouxe de Guarapuava para sua Caza em Coritiba, querendo estes voltar para a Povoação de Atalaia [Atalaia] e de assim o haver cumprido. Nos dará vm.ce prontam.e remetendo-nos recido do d.] Padre do qual conste que os Indios elle recebeu, Deos G. avm.ce S. Paulo 22 de Agosto de 1818 – Dom Matheus Bispo – Dom Nuno Eugenio de Locio e Scilbs e Miguel Jozé de Oliveira Pinto. (BISPO, SCIBS, PINTO 1818 in: SEE/SP 1963:97-98)

O militar parece ter obedecido parcialmente a ordem, enviando apenas 10 indígenas de volta aos campos de Guarapuava. Pelo que se deduz de carta do dia 2 de março de 1819, havia distribuído e vendido pela cidade vários dos indígenas capturados, o que parece ter culminado com sua demissão do posto de comandante da expedição:

Para o Ten.e Cor.e Diogo P.to de Azevedo [...] Tendo este Governo Ordenado a vm.ce p.r Officios de 22 de Agosto e 11 de 7br.º do anno passado, q` entregasse a P.e Vigr. ° Francisco das Chagas Lima os Indios menores, filhosdo Indio Antonio Jozé Pahy, e todos os demais Indios, que vm.ce trouxe de Guarapuava para sua Caza, querendo estes voltar e que fazendo entrega, por Inventr.º ao Ten.º Antnio da Rocha Loures de tudo o q`pertence áquela Expedicção, visse logo a esta Cid.e dar contas da Administração daquelle Estabelecim.to perante a Junta respectiva somos informados, q`vm.ce tem dado m.to má execução ao q` lhe determinamos, p.r q`aquele Vigr.o apenas recebeu 10 Indios, e que vm.ce tem extraviado m.tos outros até vendendo-os (segundo se diz) o q`nos custar crer: p.r tanto ordenamos a Vm.ce q` logo e logo faça entrega ao dito Vigr.o de todos os Indios

de Guarapuava, q'com sigo trouxe, e q' depois mandou buscar pelo seu escravo Manoel fino, sem excepção, ou clauzula alguma; e dentro de 15 dias depois q'esta receber marchará para esta Cid.e a prestar as determinadas contas. D.s g.e a vm.ce. São Paulo 2 de Março 1819 – D. Matheus Bp.º – D. Nuno Eug.º de Locio e Scilbs – Miguel J.e de Olivr.a P.to. (BISPO, SCIBS, PINTO 1818 in: SEE/SP 1963:188)

As ordens régias só seriam anuladas na Regência Trina Permanente, já no Império brasileiro, 27 anos depois de assinadas, com a lei de 27 de outubro de 1831, intitulada “Revoga as Cartas Régias que mandaram fazer guerra, e pôr em servidão os índios”. Esta lei revogava, novamente, os efeitos da declaração de guerra contra os indígenas dos campos de Curitiba e Guarapuava, consequentemente, o cativo e servidão por 15 anos de indígenas apreendidos por milicianos. A lei proibia a captura de indígenas, desobrigava aqueles que estavam servindo pelo período de 15 anos, além de atribuir aos indígenas à categoria jurídica de *orphão*. Destacava também a necessidade de se ensinar *officios fabris* para os indígenas libertos da servidão, então “os Juizes de paz nos seus districtos vigiarão, e occorrerão aos abusos contra a liberdade dos Indios”.

Os documentos sobre os indígenas capturados e mantidos em residências em Curitiba mencionam que os indígenas eram da “linhagem” de Antonio José Pahy Engrayê, de acordo registros históricos. De acordo com Durat, Pahy (como ficou mais conhecido na historiografia por ser seu nome de batismo) e seu grupo foram capturados no início de 1812, nas proximidades das margens do rio Cavernoso, “conforme descrição efetuada pelo padre Chagas Lima, nos registros de batismo dos seus dois filhos, Francisco Netxian e Bárbara Gatan” (DURAT 2019:89).

Os 10 indígenas que se encontravam em Curitiba e retornaram para os campos de Guarapuava foram os primeiros a estar na cidade de Curitiba que fizeram o traslado de retorno para seus territórios. Não podemos deixar de supor o que relataram a Pahy sobre a cidade de Curitiba. Mais tarde, no século XIX, um regime intenso de deslocamentos de chefias e lideranças kaingang será visto rotineiramente na cidade de Curitiba.

Esse movimento jamais irá ser refreado, ao contrário, os Kaingang buscaram, de diversas maneiras, com força ou diálogo, estabelecer pontes na região de Curitiba, garantindo a manutenção de uma zona de contato longe de seus territórios. Apesar de a maior parte dos indígenas jamais terem retornado aos campos de Guarapuava, os 10 parentes de Pahy foram apenas os primeiros

a realizar a viagem de retorno, sendo tais viagens para Curitiba, até hoje, um importante elemento da política kaingang perante os não indígenas e a política indigenista.

A Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, chamada Ato Adicional, federalizou o país, destituindo o chamado poder moderador, dando autonomia e gerência para as províncias em diversos aspectos, bem como a aplicação de medidas indigenistas do império, nesse momento ainda em formação. Tal informação foi apresentada no Artigo 11 § 5º dessa lei, onde se dispõe sobre a competência do poder provincial e de suas respectivas assembleias legislativas. Deviam estes zelar e promover com recursos específicos a “catequese, a civilização dos indígenas e o estabelecimento de colônias”. Contudo, como já argumentamos anteriormente, a regionalização da política indigenista vai trazer aos sabores do estado antigas práticas de perseguição aos indígenas enraizadas entre os colonizadores.

Com o Decreto nº 285, de 24 de junho de 1843, o poder imperial passou a regular a política e regulamentação da atuação missionária, bem como o controle burocrático dos aldeamentos, autorizando, sobre essas condições a vinda de Missionário Capuchinhos italianos. No ano seguinte, com o Decreto nº 373, de 30 de julho de 1844, considerava o “frade capuchinho um funcionário do Império: a missão católica se estabelecerá em locais de interesse do governo central” (AMOROSO 1998:32). De acordo com Amoroso, instaurou-se um grande clima de tensão entre o Império e as autoridades do Vaticano, que até então não aceitavam a interferência secular na catequese, dificultando o envio de Capuchinhos e consequentemente atrasando os objetivos de controle das populações indígenas e a colonização dos territórios, almejados pelo poder Imperial brasileiro.

O imbróglio entre o poder secular e a Igreja Católica não se resolveria nem com o famoso Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios, nº426 de 24 de julho de 1845. Este se aprofundava na descrição das políticas indigenistas de catequese e civilização, de transformação do indígena em não indígena. Tal transformação seria realizada a partir de etapas, sendo a primeira o amansamento de indígenas que estivessem errantes ou em estado de “selvageria”. De acordo com o decreto, tal amansamento

deveria ser realizado através de métodos brandos de atração, como a entrega de *brindes* e ferramentas, que serviram para chamar a atenção dos indígenas para a suposta vida civilizada, “sem que se empregue nunca a força e violência; e em que sejam os pais violentados a fazer baptisar seus filhos convindo attrahilos á Religião por meios brandos, e suasórios” (Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios Decreto nº 426 1845:89).

Apesar dessa grande transformação em todo o projeto de instauração e sustentação dos aldeamentos voltados a catequese e civilização dos indígenas no Brasil, a resolução da tensão entre poder secular e religioso só se deu, segundo Amoroso, com a assinatura do “Acordo de Roma”, entre o império brasileiro e a Igreja Católica, em 1862. O acordo ampliou a autonomia e autoridade missionária nos aldeamentos implantados, “[...] nascia de experiências testadas pelo governo na década de 1850 no Paraná, onde o missionário religioso era o Diretor do Aldeamento, e portanto autoridade máxima no âmbito local” (AMOROSO 1998:38).

O regulamento marca um período de transformação definitiva relacionado ao período colonial, com o exemplo do grande conflito secular e religioso entre bandeirantes e jesuítas, o surgimento de uma política indigenista, segundo Amoroso:

[...] o elo entre dois momentos de inspiração laicizante e anti-clerical: os aldeamentos pombalinos do século XVIII que se sucederam à expulsão dos jesuítas, e o indigenismo republicano do Serviço de Proteção aos Índios, de inspiração positivista e leiga, criado no início do século XX. (AMOROSO 1998:38)

Trata-se de um período de grande efervescência e transformação na legislação que se refere ao tratamento dado pelo Estado para os indígenas, mas também para os territórios por eles ocupados. Até a independência brasileira do reino português, proclamada em 1822, o domínio das terras e de todos os seus recursos naturais, inclusive humanos, pertencia ao monarca português. Somente ele teria a prerrogativa legal de distribuir ou conceder parte de seus domínios aos súditos, de acordo com seus requisitos e preceitos próprios e subjetivos. Qualquer exploração ou ocupação territorial que não fosse subvencionada a essa regra, seria uma quebra do decoro da relação de soberania e vassalagem. O recém-nascido Império brasileiro, sustentado pela burguesia brasileira e por

reminiscências aristocráticas nos latifúndios, apresentavam grande interesse na expansão econômica e dos domínios, bem como na soberania territorial.

O império necessitava, portanto, de uma legislação de terras que garantisse seu domínio soberano sobre os espaços cujos domínios se ampliariam, mas que protegesse os interesses econômicos de seus fiéis avaliadores, a elite econômica que se aproximava cada vez mais do poder imperial. Para tanto foi criada a Lei nº 601, em 18 de setembro de 1850, tratando sobre a disponibilização e categorias jurídicas das terras no Brasil imperial, também conhecida entre pesquisadores mais comumente como a Lei de Terras, por ter sido o primeiro dispositivo que normatizou e subsidiou a propriedade privada no Brasil.

A partir dessa legislação nenhuma nova ocupação sem o entendimento do Estado ou sesmaria seria concedida e reconhecida no território brasileiro, devendo qualquer posse territorial ser adquirida ou doada com o propósito de colonização pelo próprio governo imperial. A regra legal dispõe sobre as terras devolutas do Império:

[...] acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. (Lei nº 601, em 18 de setembro de 1850)

Essa legislação serviu a interesses de poderosos grupos econômicos famílias próximas ao poder desde o tempo colonial. A prática de forjar documentações e registros antigos da posse de terras transformou cartórios em fábricas de posses legais. Transforma-se também a terra, que passa a ser uma mercadoria estatal, suportando os propósitos de colonização e interiorização da normatividade jurídica nos territórios, garantindo e sustentando a posse de grileiros, invasores e poderosos latifundiários que se lançaram abertamente contra os territórios indígenas. O Artigo 12 dessa lei destacava explicitamente que o governo imperial iria reservar tais terras para a abertura de estradas e outras servidões (ferrovias), estabelecimentos públicos, fundação de povoações, mas em destaque no primeiro item, “a colonização de indígenas” (Lei nº 601 1850). Na prática a colonização implicava na redução dos territórios indígenas

através da incorporação deles nos regimes de distribuição privada, do que em práticas de “redução” missionária ou criação de aldeamentos que sustentassem territórios indígenas.

O Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro 1854, regulamentava a aplicação da complexa Lei de Terras, uma vez que havia transformado as relações entre posseiros, proprietários de terra e o Estado, sem em nenhum momento, como destacamos, abster-se de sustentar privilégios, apesar de o Artigo 106 mencionar que aqueles “possuidores de terras, que fizerem declarações falsas, soffrerão a multa de cinquenta a duzentos mil réis; e conforme a gravidade da falta poderá também lhes ser imposta a pena de hum a tres mezes de prisão” (Decreto nº 1.318 1854)

O capítulo VI, “Das terras reservadas”, tem em seu Artigo 72 destaca que “serão reservadas terras devolutas para colonisação, e aldeamento de indigenas nos districtos, onde existirem hordas selvagens”. O Artigo 73 buscava regulamentar a organização das informações relacionadas a presença dos indígenas nas chamadas terras devolutas, agora terras públicas, bem como a necessidade de se mensurar através “inspectores e agrimensores” a área necessária para se constituir um aldeamento de acordo com a legislação vigente. O Artigo 74 manifestava que o próprio Diretor Geral de Terras Públicas iria propor ao governo “a reserva das terras necessarias para o aldeamento, e todas as providencias para que este se obtenha”.

Finalmente, como quase toda abordagem legal desde o período colonial é contraditória quando se refere aos direitos territoriais dos indígenas, que parecem terem sido escritas para servirem de exemplo ao que não deve ser plenamente aplicada pelo Estado, já que “nenhuma delas foi posta em prática” (SANTOS FILHO, 2006:25-26), o Artigo 75 destacava:

As terras reservadas para colonisação de indigenas, e por elles distribuidas, são destinadas ao seu usufructo; e não poderão ser alienadas, em quanto o Governo Imperial, por acto especial, não lhes conceder o pleno gozo dellas, por assim o permittir o seu estado de civilisação. (DECRETO nº 1318 1854)

Como em outros momentos da história brasileira, o arcabouço da legislação imperial, no que concerne aos povos indígenas, era extremamente contraditório e nunca foi plenamente aplicado, seja em forma ou conteúdo. O compósito do poder imperial e as elites econômicas estiveram associados de

diversas formas para garantir a vantagem de grupos e famílias poderosas em detrimento de todo e qualquer tipo de desfavorecido, o que incluía, em muito, indígenas.

A civilização dos indígenas através da catequese dos capuchinhos jamais será efetivada plenamente, apesar dos muitos esforços e investimentos públicos, uma vez que a inconstância dos indígenas se demonstrou desde o período colonial um calvário na vida missionária. Os aldeamentos do período imperial tinham vocação multidisciplinar, sendo pólos estatais posicionados geográfica e estrategicamente para cumprir princípios logísticos diante das doutrinas militares.

Tornaram-se postos avançados do governo imperial que buscava preservar sua soberania em locais afastados, principalmente próximos de regiões fronteiriças, abrindo espaço para colonizadores. A atmosfera religiosa, a exemplo das antigas missões jesuíticas no Guairá e na costa brasileira nos primeiros séculos da colonização, jamais conseguiram ter papel de destaque nestes aldeamentos:

Eram polos militarizados, de vocação agrícola, para os quais se atraía a população indígena da região com o intuito de fixá-la em povoamentos cristãos. A diversidade de atribuições e propósitos – produtividade, segurança militar, catequese e civilização do índio – era defendida pela maioria dos Ministros do Exército em meados dos anos 1850, e constituía o eixo de uma política pública de inspiração pacífica e branda. (AMOROSO 1998:39)

O fracasso se deu também na aplicação prática do reconhecimento legal explicitado aos direitos indígenas. Desde o período colonial as garantias constituídas a esses povos foram sistematicamente criadas, posicionadas com grande importância, e da mesma maneira, negadas ou desacreditadas. Alguns momentos ajustes legais foram criados para não transparecer a ineficiência e as contradições dos governos, mas em todos os momentos, a negligência com relação à norma legal com o trato aos territórios indígenas vem sendo a verdadeira regra. As regras de liberdade eram convertidas em crescimento do cativeiro a partir de novas modalidades de exploração da mão de obra, legislações territoriais eram convertidas em esbulhos territoriais, a partir da reunião de interesses econômicos e estatais.

No período colonial as regras eram orientadas em torno da conquista dos territórios, corpos e almas dos indígenas. O período imperial, mesmo com muitas

rupturas na norma jurídica e legal aplicada aos indígenas, não foi diferente. Como destaca Santos Filho, tais normas legais do período imperial:

[...] representaram grande prejuízo aos índios. O silêncio da primeira Constituição brasileira e o rigor da exigência de titulação de posse para reconhecimento da propriedade de terras, contida na Lei de Terras (1850), tiveram o efeito de legitimar e incrementar o processo de espoliação das terras dos índios, levado a efeito pelas companhias colonizadoras e pelos próprios colonos. (SANTOS FILHO 2006:33)

As autoridades e elites provinciais, com relativa autonomia para gerenciar e legislar sobre políticas indigenistas serão as principais responsáveis por levar a frente tais violências. No Paraná, o estabelecimento de aldeamentos não será suficiente, nem de longe, para garantir o espaço necessário para estes no mundo imperial. Chefias e grandes lideranças político-territoriais dos Kaingang (*Põ'i Bang*), cujos corpos, almas e territórios foram os principais alvos da política indigenista no período travaram disputas bélicas e políticas com os não indígenas. Suas arenas estavam localizadas nos Campos Gerais e planaltos, nas colônias militares e aldeamentos subsidiados pelo Império, nas vilas e pequenas cidades da província. Contudo, com o tempo, a política kaingang passou a se voltar cada vez mais para a transformação da própria capital da província do Paraná, independente de São Paulo a partir de 1853, em zona de contato preferencial para o diálogo e disputas com os não indígenas. Negaram-se ao papel de passividade, ao esperar a estruturação de políticas para seus grupos familiares e territoriais, estruturando alianças políticas com indígenas e não indígenas. A cidade de Curitiba se transformou, no século XIX, no ambiente de negociação política por excelência desses contingentes indígenas. Não resta dúvidas de que para estes, as disputas e tensões com os não indígenas não deveriam ser tratadas nos próprios territórios reconhecidos pelo Estado.

3.2.2 Disputando o direito de negociar na cidade

Nos registros encontrados para o período de 1853 até a proclamação da república podemos visualizar informações sobre etnia, nomes, procedência e diferentes realidades relacionadas aos indígenas na Província do Paraná. Tais informações se referem a temáticas variadas, por vezes, tratando da catequese dos indígenas, da conta pública e gastos dos indígenas nos aldeamentos, das *correrias* protagonizadas pelos Kaingang e Xokleng (Coroados e Botocudos, respectivamente, como são chamados nos registros provinciais), das

reivindicações e reconhecimento sobre a posse de terras, do descontentamento com instituições e administradores responsáveis pela execução das políticas indigenistas, entre outros temas. Ao que nos concerne, focamos nossa análise, principalmente, nos registros que tratam diretamente sobre a presença e passagem de indígenas na cidade de Curitiba no período, além de legislações e questões associadas ao debate sobre a legitimidade e funcionalidade para a catequese e civilização dos índios os debates travados entre indígenas e não indígenas nesse ambiente.

As menções sobre a presença de indígenas na Curitiba Provincial podem ser encontradas em Correspondências de Governo e Códices Avulsos que estão arquivadas no Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP-PR). As primeiras tratam da rotina administrativa do projeto de *conquista, catequese e civilização dos índios*, onde se pode visualizar a correspondência oficial entre os aldeamentos e os órgãos administrativos provinciais, como a tesouraria, diretoria geral dos índios e a presidência. Além disso, um grande número delas trata, como já demonstramos das correrias, *ataques* ou *invasões* a fazendas, aldeamentos, freguesias, vilas e municípios. Devem-se destacar os contínuos registros que atestam a fragilidade das finanças e do orçamento público destinado às frentes de execução da catequese e civilização dos índios, que diante das contingências, dificilmente conseguiriam auxílio imediato do governo provincial.

Os Códices Avulsos consistem nas cópias dos ofícios entre o poder Imperial e seus Ministérios competentes ao tema, e os setores da administração da província. Tratam das medidas centralizadoras e solucionadoras das questões e conflitos que escapavam da alçada da província: a criação e extinção de colônias e aldeamentos, nomeações de cargos como diretores gerais, missionários e presidentes da província; determinações de vencimentos de funcionários do projeto indigenista; a instituição de cargos e o revestimento de prestígios a indígenas; e o repasse de todos os registros sobre o estado dos aldeamentos, e dos indígenas da província de uma forma geral (MARCHETE 2007:9)

Para a realização da pesquisa nesses documentos foram imprescindíveis à imersão nas fontes, duas publicações recentes do DEAP-PR, o terceiro e

quarto volume da Coleção pontos de acesso: Catálogo Seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná Provincial 1853-1870 (2007); Catálogo Seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná Provincial 1871-1892 (2009)⁶⁶. A pesquisa entre os 2.970 registros que tratam dos indígenas no período possibilitou a visualização geral de uma rede de políticas e burocracias indigenistas que tentava dar conta dos desígnios da catequese e civilização dos índios no Paraná provincial. Com isso pode-se determinar os documentos específicos que tratavam direta ou indiretamente do trânsito e permanência de grupos indígenas na cidade de Curitiba. Puderam-se vislumbrar com esse esforço, reclamações, reuniões e disputas entre autoridades provinciais e lideranças indígenas pela influência política entre os territórios e ocupantes. Em seguida, torna-se um autêntico trabalho paleográfico de transcrição e descrição de fontes de difícil leitura, organizando-as junto ao tema de interesse (índios em Curitiba, proibições a essa presença, por exemplo), período e autor.

Mota (1994) foi o primeiro a se preocupar com essa temática de maneira mais organizada, incluindo um subtítulo em *A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Nessa obra ele apresentou alguns dos dados relacionados à presença e reivindicações sobre os Kaingang na cidade introduzindo o tema com a seguinte observação: “A partir de 1870, os índios intensificaram suas reivindicações na capital da província diretamente às autoridades” (MOTA 1994:187). Antes mesmo dessa década o crescimento da presença na cidade já podia ser observado, e, como veremos mais tarde, terá alguns ápices ao longo do tempo, entre eles, no próprio período republicano, já no século XX. Amoroso (1998; 2014) também pontuou as visitas dos Kaingang à cidade de Curitiba como um importante mecanismo de negociação dos Kaingang.

A autonomia provincial favoreceu elites e interesses regionais, antagonistas dos interesses dos Kaingang. Por outro lado, a centralização do poder em torno da capital da província trouxe a oportunidade para a agência de chefias, lideranças e grupos de Kaingang que reivindicaram e pontuaram

⁶⁶ Respectivamente: Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1853-1870. Coleção pontos de acesso, vol. 3 Curitiba: Imprensa Oficial, 2007; Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1871-1892. Coleção pontos de acesso, vol. 4 Curitiba: Imprensa Oficial, 2009.

exigências junto aos administradores da província para a manutenção de acordos, sustentação dos aldeamentos, do projeto colonizador e dos instrumentos indigenistas. A dependência estrutural do trabalho e do conhecimento indígena sobre os territórios é uma das características coloniais que se mantiveram ao longo de grande parte do período pós independência e no período provincial.

Lideranças kaingang, provenientes de diversas regiões do Sul do Brasil, rumaram para Curitiba ao longo do século XIX, para dialogar com as autoridades, que, de tempos em tempos, tentavam controlar ou impedir o livre acesso desses contingentes.

Para que o indígena pudesse acessar livremente tais espaços, deveria antes, necessariamente, deixar de ser índio. Isso só seria possível se, como índio, fosse exposto à força, pelo menos a seus instrumentos amedrontadores, que o impressionasse e o subjugasse frente à superioridade bélica dos civilizados. Como se dizia no período, tratava-se de utilizar o medo e os brindes para lhes amansar e preparar o espírito para a catequese e o trabalho. Instalado nesse ambiente multivocacional, o índio seria instruído aos fundamentos religiosos, que além de determinar aos índios os dogmas católicos, fundamentaria sua vida moral entre os civilizados. Utilizar o medo como ferramenta civilizatória era um princípio muito aceito e disseminado nesse período. Tratava-se de um princípio não muito distante daqueles que pregavam o extermínio como solução para os conflitos entre índios e não índios. Alguns expunham tal reflexão de maneira objetiva, como o fez Antônio Barbosa Gomes Nogueira em um relatório apresentado na Assembleia Legislativa da província no ano de 1862:

O selvagem não se leva sómente pela brandura: o medo e o reconhecimento da superioridade e recursos do homem civilizado podem fazer mais em um dia que os brindes em um anno. Não digo senhores que se revivam os rigores do Alvará de 5 de Novembro de 1808, mas não se desconheçam as vantagens de algumas dessas disposições, cujos efeitos benéficos são ainda sentidos na comarca de Guarapuava. (GOMES 1862:60)

Reclamações sobre a presença e persistência dos Kaingang em estar na cidade perpassaram diversos níveis institucionais e logo chegaram aos olhos dos mais altos escalões do Império, como o Ministro da Agricultura. A autoridade encaminhou um aviso para a província em 31/08/1869 ordenando que se evite

viagens dos indígenas a Curitiba, principalmente porque os gastos com tais investidas eram muito grandes (LEÃO 18/09/1869).

As chefias kaingang reconheciam as interdições as suas presenças na cidade de Curitiba, mas as ignoravam intencionalmente, forçando a todos os momentos canais abertos de diálogos. Diante de oposições mais contundentes ou impedimento físico do trânsito e/ou acesso à cidade com força policial, buscaram centros de maior concentração de poder, como a capital do Império, Rio de Janeiro-RJ, onde denunciaram o descaso da Província ao não recebê-los. Nesse sentido, existem muitos registros sobre o temor e o desprezo quanto a essa presença, manifestado tanto pelos administradores da província e da cidade, quanto pelos próprios cidadãos e comerciantes.

As viagens partiam principalmente dos Campos de Palmas e dos Campos de Guarapuava durando entre 20 a 90 dias, de acordo com os registros. Os indígenas realizavam tais viagens em grupos de 5 a 40 indígenas. Os esforços e recursos necessários para realizarem viagens de tais localidades até a cidade de Curitiba eram muito grandes. Ainda mais quando tais movimentações pelo território, mesmo nos poucos casos que estivessem autorizadas, poderiam ser facilmente confundidas com as correrias, combatidas com muita violência pelos locais e pelas forças armadas do império. Os indígenas não utilizavam as estradas oficiais para se dirigir para a cidade, buscando sempre que possível evitar o olhar e o braço punitivo da administração, até que estivesse as portas de seu destino final no planalto curitibano. De acordo com Pratt, em um ambiente de imposição colonial violenta, os povos subjugados em seus territórios “não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que o utilizam” (PRATT 1999:27-28).

Acessar a cidade era, literalmente, ter o poder de selecionar o que se queria dos colonizadores. As motivações do deslocamento muito variadas, entretanto, podem ser reunidas nos seguintes grupos:

- 1) Obtenção de ferramentas para a lavoura e outros afazeres, *brindes* e serviços como professores. A determinação da distribuição desses instrumentos, brindes e serviços estavam concentradas junto à presidência da província do Paraná, que os deveria distribuir entre os

aldeamentos e colônias militares, de acordo com a legislação indigenista do período;

- 2) O estabelecimento de alianças militares estratégicas e a exigência da incorporação em milícias, seja no sentido de conter outros grupos indígenas, como os Xokleng na região sul do estado do Paraná, ou mesmo outros grupos kaingang;
- 3) Reclamação frente a funcionários e administradores dos aldeamentos, direcionadas desde aos próprios missionários, seus subordinados, ou mesmo a escalões mais altos da política indigenista do período, como o Diretor Geral dos Índios;
- 4) Reclamações relacionadas à política de terras e a potenciais invasões em áreas destinadas ao usufruto exclusivo dos indígenas e da colonização pelos indígenas;
- 5) Cobranças de promessas feitas anteriormente, ou mesmo dívidas, relacionadas ao pagamento de honorários a lideranças e seus grupos associados após a prestação de uma grande diversidade de serviços prestados anteriormente.

Ainda em 1854 surgem os primeiros registros de que os administradores da província do Paraná buscavam coibir, controlar e/ou regulamentar as condições da presença indígena na cidade. Mais tarde foram discutidos meandros desse sistema, como locais de permanência, tempo de permanência, locais de trânsito no perímetro urbano, assim como as condições de pagamentos e reembolsos das despesas feitas com as hospedagens dos indígenas e a distribuição de brindes e mercadorias por eles exigidas.

Em março de 1854, o então juiz municipal e de órfãos de Curitiba, responsável legal pela tutoria dos indígenas, Joaquim José Pinto Bandeira, em correspondência ao primeiro presidente da Província, Zacarias de Góis e Vasconcelos, encaminhou uma solicitação de despesas com o fornecimento de diversos gêneros aos índios de Palmas (PR) que passaram por Curitiba, salientando que agia dessa forma, conforme ordens recebidas pelo mesmo

presidente da província (BANDEIRA 11/04/1854). Mesmo antes da instalação da província, era importante garantir o controle da presença dos Kaingang na cidade, já existindo medidas regulares para tanto. Não se podia coibir tal presença unilateralmente através da força, já que se necessitava do poder e da influência que muitas chefias e lideranças político-territoriais expressavam em seus territórios para outros grupos kaingang. Além da recepção e do controle de sua permanência, garantia-se o financiamento integral de seu retorno, garantindo aos indígenas, sempre, a modalidade de *passagem* pela cidade, o que parece ter ressonância até os dias de hoje.

A tabela a seguir demonstra uma série de registros da presença indígena em Curitiba, levantados em outro momento (FORTES 2014). São apresentados cronologicamente, com uma descrição do evento, por exemplo, a viagem de indígenas de um aldeamento a Curitiba. Optamos por inserir uma breve descrição do registro para que se tornasse mais simples a consulta a um determinado evento⁶⁷. A quantidade de documentos encontrados até então informam sobre as modalidades da presença indígena em Curitiba no período Provincial. Foram identificados registros encaminhados à presidência da província, que se referem às viagens de indígenas para a capital a partir de diversas regiões da província. A principal motivação desses deslocamentos parecia ser a obtenção de ferramentas, brindes e serviços, que se concentravam junto à presidência, de acordo com a regulamentação indigenista do período. Além disso, existem registros do estabelecimento de alianças, da formação de milícias, reclamações frente à política de terras e do pagamento dos honorários prometidos a lideranças indígenas.

Tabela 6 Registros da presença de indígenas na Curitiba provincial.

DATA	EVENTO	DESCRIÇÃO	NOTA DEAP-PR
02/1854	Ameaça de invasão em São José dos Pinhais.	O medo de ataques em cidades próximas a capital é responsável por uma série de medidas que buscam conter a proximidade de grupos não aldeados, principalmente a organização de milícias e expedições punitivas.	Cópia digital: SPP34
04/1854	Coroados de Palmas passam por Curitiba.	O juiz municipal e de órfãos de Curitiba solicitou ao presidente da província,	Cópia digital: PJU243

⁶⁷ É preciso destacar que um mesmo evento pode conter inúmeros registros, que foram dispostos no campo destinado à apresentação das Notas dos arquivos presentes no DEAP-PR, para facilitar a pesquisa.

		conforme ordens recebidas, o reembolso com as despesas relacionadas à acomodação, alimentação e fornecimento de brindes aos índios de Palmas.	
04/1854	Reembolso com índios do aldeamento de Apiaí (PR) em Curitiba.	O comerciante José Gomes de Medeiros solicita reembolso com as despesas dos índios.	Cópia digital: GPR.Cpa49
08/1857	Victorino Condá dirige-se a Curitiba.	Em meio aos ataques de índios Botocudos (Xokleng), na região de Porto da União (PR), o cacique segue para a capital para tratar sobre o assunto junto à presidência da província.	AP45.8.121
02/1860	34 indígenas dirigem-se a Curitiba.	Joaquim Francisco Lopes, diretor do aldeamento de São Jerônimo seguiu para a capital com os indígenas com o intuito de apresentá-los à presidência, por fim, salienta que devem ser providenciados os devidos "brindes".	AP87.3.292
06/1860	Aparecimento de indígenas em uma fazenda de São José dos Pinhais (PR).	Novo clima de tensão entre os administradores da província com as notícias do chefe da polícia sobre o aparecimento de indígenas nas proximidades da capital.	AP93.9.58-59
02/1861	24 indígenas dirigem-se a Curitiba.	Oriundos do aldeamento de São Jerônimo, os indígenas dirigiram-se a Curitiba em brindes.	AP109.6.136
03/1861	Índios Guarani digerem-se a Curitiba.	O diretor do aldeamento de Nossa Senhora do Loreto de Pirapó (PR) seguiu para Curitiba com índios de diversos grupos Guarani.	AP109.6.232-234 e 238
05/1861	Informações sobre a guerra do Paraguai.	O índio guarani Cândido Venite, que viveu por muitos anos no Paraguai, comunica ao presidente da província que os paraguaios invadiram o território do império, montando uma guarda na margem direita do rio Yguatemi e que estão tentando recrutar indígenas que habitam o território da província.	AP112.9.258
06/1861	24 índios coroados dirigem-se a Curitiba.	O ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas recebeu um ofício da presidência da província sobre o aparecimento de grupos não aldeados na cidade de Curitiba. Em uma tentativa de os aldear, o diretor geral dos índios comunica que estes indígenas pertencem a grupos "selvagens" que habitam os campos de Guarapuava, mais especificamente entre os rios Ivaí e Piquiri, e que devem ser os mesmos que atacaram a colônia Teresa.	C264.33
11/1861	20 índios coroados dirigem-se a Curitiba.	O frei Timóteo de Castelnuovo comunica que os coroados seguem para Curitiba com muitas flechas que pretendem trocar por miçangas brancas e facões.	AP123.20.267
02/1862	Grupo de coroados dirigem-se a Curitiba.	Cândido Venite conduziu um grupo não informado de indígenas do aldeamento de Pirapó (PR) para Curitiba.	AP134.5.155
03/1862	Grupo de mais de 60 indígenas segue para Curitiba.	Devido a ataques no aldeamento de Pirapó (PR), onde alguns índios foram mortos, o intérprete dos Coroados,	AP136.7.226

		Frutoso Antônio de Moraes Dutra seguiu com cerca de 63 índios, sem contar os menores, em direção a Curitiba.	
04/1862	Grupo de coroados estabelecidos temporariamente em Curitiba.	Uma série de registros, ofícios e reembolsos, atestam para a presença de indígenas de do provável aluguel de uma casa para este fim.	AP137.8.253 C27.1.137 AP166.15.33/34
05/1862	Coroados de Palmas (PR) e Jataí (PR).	Diversas ordens de reembolsos totalizando 3 contos, 209 mil e 879 réis, gastos com hospedagem, brindes e alimentação de índios em Curitiba.	C27.5.154
07/1862	Victorino Condá e alguns caciques subordinados dirigem-se a Curitiba.	O presidente da província solicita a presença do Condá para tratar pessoalmente da organização de uma expedição para conter os índios botocudos na região de Porto da União (PR).	C27.17-18.208
12/1863	Grupo de índios coroados dirigem-se a Curitiba.	Ordem de pagamento das despesas que os índios fizeram na capital da província.	C27.108.258
03/1864	Índios fixados temporariamente em Curitiba.	Série de registros dão conta da presença de um grupo de indígenas em Curitiba por pelo menos 2 meses. Iniciam-se diversas reclamações a respeito dos gastos com essa presença, principalmente o aluguel da casa onde estavam hospedados.	AP181.6.158 C27.122.20 C27.125.40
04/1864	Regulamentação da presença indígena na cidade.	Os indígenas devem ser acomodados no quartel da companhia de polícia de Curitiba e os 500 mil réis com a despesa devem ser pagos pela catequese.	AP183.8.148 C27.129/131.59
06/1864	Presença de índios temporariamente fixados em Curitiba.	Sugere que os indígenas de Guarapuava que se encontram em Curitiba para representar os interesses dos seus sejam dispensados e remetidos de volta ao seu aldeamento.	C27.139.111
08/1864	Representação dos indígenas em Curitiba.	O advogado Tertuliano Teixeira de Freitas assume temporariamente o cargo de representante dos interesses dos índios em Curitiba (advogado dos índios). Entretanto, em ofício datado de 22/10/1864, o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas salienta que a medida não tem fundamento legal segundo o Regulamento das Missões.	AP189.14.46 C266.117
12/1865	Índios guarani dirigem-se a Curitiba.	O diretor do aldeamento de Paranapanema (PR) chega a cidade com 14 índios a serem batizados, para tanto, pede que o presidente da província, o chefe de polícia, o delegado de terras públicas, o secretário de governo, o inspetor da tesouraria, o juiz da cidade e outras autoridades sejam os padrinhos.	AP219.23.127-128 AP230.2.148
07/1866	Correria nos Campos dos Ambrósios – São José dos Pinhais (PR).	Pedido de acionamento da guarda nacional pelo chefe da polícia da província para auxiliar na perseguição de indígenas que supostamente invadiram o município.	AP238.20.25
07/1866	Grupo de índios coroados dirigem-se a Curitiba.	O registro dos objetos fornecidos aos mesmos quando vieram a capital.	AP248.2.193

02/1867	Grupo de Kaiowá dirige-se a Curitiba.	Foram autorizados os pagamentos das despesas com os indígenas do aldeamento de São Pedro de Alcântara junto com o intérprete dos índios coroados.	AP255.5.256
02/1869	Índios coroados dirigem-se a Curitiba.	As despesas com a hospedagem, a alimentação e brindes aos indígenas são questionadas pelo inspetor da tesouraria da fazenda da província que alegava ser gasto do governo imperial.	AP301.4.200
05/1869	Victorino Condá dirige-se à Curitiba.	Junto de sua gente Condá, seguiu para Curitiba a fim de requisitar um terreno em algum campo pra terem onde morarem, já que moram em terrenos alheios e constantemente são hostilizados. Pedem também um ferreiro e um professor para ensinar seus filhos.	AP307.10.322-323
06/1869	Índios coroados dirigem-se a Curitiba.	Se apresentou ao delegado das terras públicas e à presidência da província, o índio Martiniano junto aos seus.	C458.83.302 C458.95.355 AP313.16.55
07/1869	Victorino Condá dirige-se à Curitiba.	Condá apresentou-se ao presidente da província munido de uma guia (documento do diretor do aldeamento de Palmas que lhe garantia abrigo e passagem segura em seu trajeto), o que incomodou o presidente da província, que frequentemente argumentava que tais viagens não serviam a nada para a catequese.	C458.95.357 C280.118-119.299 C458.100.379 C458.101.380 C458.103.391
09/1871	Índios coroados dirigem-se a Curitiba.	Foram pagos um conto, setecentos e setenta e cinco réis referente ao alojamento e fornecimento de objetos e roupas aos índios.	C458.215-216.56
05/1872	Índios coroados dirigem-se a Curitiba do aldeamento de Palmas.	Uma série de brindes foi entregue ao grupo oriundo de Palmas, principalmente tecidos.	AP381.9.261
04/1878	Índios coroados dirigem-se a Curitiba do Tibagi (PR)	Frente o deslocamento de 20 indígenas da região do Tibagi para Curitiba, o diretor geral dos índios comunica a presidência e solicita autorização para as despesas de costume.	AP541.8.57
07/1878	Reembolsos – Hospedaria de Imigrantes de Curitiba.	Pedido de reembolso de Gabriel de Almeida Soares, proprietário da Hospedaria de Imigrantes de Curitiba	AP538.5.154
02/1879	Reembolsos – Hospedaria de Imigrantes de Curitiba.	Pedido de reembolso de Gabriel de Almeida Soares, proprietário da Hospedaria de Imigrantes de Curitiba com os gastos de alojamento e alimentação de 27 índios.	AP583.1.160
06/1879	Índios coroados dirigem-se a Curitiba do Aldeamento de São Pedro de Alcântara (PR)	O frei Timótheo de Castelnuovo comunica que os coroados seguem para Curitiba, além disso expõe que conhece a proibição desse trânsito, mas que nada pode fazer para impedi-los. Consta reembolso de Gabriel de Almeida Torres dos gastos de 24 índios.	AP569.10.181 AP585.3.197
02/1880	Índios coroados dirigem-se a Curitiba de Tibagi (PR)	O agente oficial da colonização solicitou a presidência o reembolso com compras de brindes que foram distribuídos a 20 índios.	AP592.4.29

02-03/1880	Coroados desejam encontrar o Imperador	Uma série de registros da conta do interesse em grupos Kaingang em se dirigir a Curitiba ao saberem da visita do Imperador. O Frei Cemitile, por exemplo, tentou convencer a presidência a autorizar uma viagem dos coroados para Curitiba, entretanto o pedido foi prontamente negado. Contudo, ao menos dois grupos dirigiram-se da mesma maneira para a cidade, como atestam os reembolsos com sua hospedagem, somando mais de 20 indígenas.	AP592.4.178 AP594.6.112 AP594.6.109 AP596.8.158
06/1880	Índios coroados dirigem-se a Curitiba do Aldeamento de São Pedro Jerônimo (PR)	Pedido de reembolso de Gabriel de Almeida Soares, proprietário da Hospedaria de Imigrantes de Curitiba com os gastos de alojamento e alimentação de 11 índios de São Jerônimo.	AP600.12.62
11/1880	Índios coroados dirigem-se a Curitiba de Palmas (PR)	Os indígenas dirigiram-se para Curitiba com o intuito de requisitar que sejam aldeados, ou que alguma terra lhes seja dada.	C283.221.253
04/1881	Índios coroados dirigem-se a Curitiba do Aldeamento de São Pedro Jerônimo (PR)	23 indígenas do aldeamento foram até Curitiba, onde o agente de Colonização distribuiu brindes.	AP627.8.150
05/1881	Índios coroados dirigem-se a Curitiba do Vale do Tibagi (PR)	16 indígenas comandados pelo Cacique Félix Jeremias vieram a Curitiba, onde lhes foi dado alimentação, hospedagem e instrumentos agrícolas.	AP628.9.196
12/1881	Coroados ameaçam se dirigir a Curitiba de São Jerônimo	Alguns indígenas do aldeamento ficaram desgostos com a notícia de que o frei Cemitile deveria cuidar da catequese de indígenas de Guarapuava, por isso, amaçaram se dirigir a Capital reclamar pessoalmente para a presidência da província.	AP641.22.113
08/1887	Reembolsos	Solicitação do presidente da província ao Ministério da Fazenda com o reembolso da compra de brindes.	C293.105
07/1890	Índio Coroadado de São Pedro de Alcântara (PR) vai estudar em Curitiba	Essa é a última informação que levantamos para o período pesquisado. Ela trata da ida do menor Cipriano, Kaingang, que foi a Curitiba para estudar.	AP895.17.220

3.2.3 Políticas de recepção e acolhimento: hospedagens e passagem

Ao contrário do pagamento aos indígenas pelos serviços prestados, os recursos com o seu acolhimento, sustento e retorno para suas terras não poderiam deixar de ser pagos, diante do risco de que os indígenas permanecessem indefinidamente em Curitiba. Existem diversos registros sobre a acomodação de indígenas na cidade de Curitiba, antes de descrevê-las destaco que nenhuma delas era entre administradores públicos (provinciais e

imperiais) e a população da cidade de Curitiba. Os gastos dos indígenas na cidade, independente da localidade, eram pagos com a “rubrica da catequese”, orçamento específico destinado para a catequese e civilização dos indígenas no Paraná⁶⁸.

Do princípio dessa política no período provincial até o tempo republicano a imagem dos Kaingang sofreu algumas alterações, de acordo com a conjuntura nacional e internacional a que o Império estava exposto (como a guerra do Paraguai), mudanças de governo e da ideologia no contato com indígenas e diante de ações mais contundentes dos indígenas contrários a instrumentos da política indigenista. Os indígenas foram, ao longo de todo esse período, acomodados e hospedados em diversos locais da cidade de Curitiba:

- 1) Quartel da polícia e cadeia pública: Foram utilizados provisoriamente para hospedagem de indígenas em ao menos duas circunstâncias, sobre alegação de dificuldades financeiras, e quando se duvidava da verdadeira intenção ou precedência dos indígenas;
- 2) Aluguel de imóvel: Tal modalidade também seria de improviso, já que tais residências não eram destinadas para o acolhimento dos indígenas. A execução de tal política esteve exposta a muitas críticas devido aos grandes gastos realizados;
- 3) Pensões: Tal quais as residências, a política do acolhimento em pensões também foi criticada devido aos gastos realizados, principalmente aqueles realizados pelos indígenas que não eram planejados;
- 4) Hospedaria de Imigrantes: As hospedarias foram criadas para receber os imigrantes europeus que começavam a chegar ao Paraná, entretanto, foram também utilizadas para receber os indígenas do interior pelo menos entre nas décadas de 1870 e 1880.

Existem inúmeros registros contendo tabelas, recibos e requerimentos de verbas, com destaque para a hospedagem e alimentação dos indígenas na

⁶⁸ Os muitos registros dos gastos da catequese e civilização dos índios merecem ainda uma análise à parte, que relacione a flutuação do orçamento financeiro às medidas propostas para a política indigenista. São inúmeras as tabelas, recibos e requerimentos de verbas, relacionados a diversos aspectos desse sistema que podem ser encontrados no DEAP-PR.

Hospedaria dos Imigrantes. Tais hospedarias foram criadas por todo o Brasil, com propósito de receber os recém-chegados imigrantes europeus, antes de se definir o local a que seriam encaminhados para atuar como colonizadores. Estes passaram a constar em números significantes somente a partir da segunda metade do século XIX, quando a Catequese e Colonização de indígenas como política indigenista imperial já se encontravam em funcionamento, com verba específica destinada. Sobre as Hospedarias de Imigrantes, informa Balhana:

A instalação dos imigrantes, enfim, requeria toda sorte de despesas, inclusive de alojamentos e saúde. A criação de hospedarias de imigrantes obedecia também aos propósitos de cuidado e proteção aos recém-chegados. O custo de todas estas operações era, em parte, subvencionado pelos recursos consignados nos orçamentos do Império e das províncias, além de legislação específica eventual. Privilégios e concessões eram realizados em favor das companhias de colonização, além de empréstimos e outras facilidades que importavam em despesas que deverão também ser computadas no custo da empresa. (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN 1969:361)

Em Curitiba, a Hospedaria de Imigrantes estava localizada em frente a antiga rodoferroviária⁶⁹. Os indígenas eram encaminhados ao local em suas constantes passagens pela cidade. Este é só mais um dos exemplos da dificuldade dos administradores da província em sistematizar regras para a política de recepção de indígenas no ambiente urbano (não é difícil imaginar maus entendidos entre os Kaingang e os imigrantes europeus, ambos circulando na mesma hospedaria em pleno século XIX). Deve-se levar em conta que os gastos com a imigração já eram muito maiores do que os da Catequese e Civilização dos indígenas, e os reembolsos dos gastos direcionados a conta dessa última eram frequentemente atrasados.

Esse deve ser o motivo pelo qual, nos registros da Hospedaria de Imigrantes de Curitiba, surgem recorrentes cobranças de Gabriel de Almeida Torres, administrador da Hospedaria. Apesar de as cobranças dos reembolsos serem realizadas diretamente ao presidente da província, os pagamentos eram efetuados pelo Diretor Geral dos Indígenas da Província do Paraná. Se os proprietários e administradores de pensões, hotelarias e hospedagens, não cobrassem constantemente tais reembolsos, dificilmente seriam efetivamente pagos pelos serviços de hospedagem e pensão dos indígenas na cidade.

⁶⁹ Atual Shopping Estação, localizado na Rua Sete de Setembro, nº 2.775, bairro Rebouças.

Como apontado anteriormente, a entrega de ferramentas, *brindes*, a acomodação e o pagamento do retorno dos indígenas aos seus territórios, era considerada uma política obrigatória pelos administradores das províncias, fosse por “desígnios humanitários”, fosse por obrigação ou a contragosto diante do temor de ver alianças com importantes lideranças indígenas desfeitas causando estragos no projeto de colonização e interiorização.

O fluxo intenso dos Kaingang na cidade também impedia os administradores de discernir os interesses dos visitantes indígenas. O inspetor da Tesouraria dos Índios, em 1864, informou ao presidente da província que “sobre o problema da ociosidade dos índios fixados temporariamente na capital e sugere seu retorno imediato para o interior.” A solução seria que eles fossem mantidos no quartel da polícia, sob vigilância, incorporados a disciplina militar (BARROS 11/03/1864).

Sobre a falta de discernimento dos administradores, e a boa estratégia dos contingentes kaingang em Curitiba, é exemplar a seguinte carta de Rocha Loures ao presidente da província:

[...] pede V. Ex^a informações sobre os vinte e quatro indígenas que visitaram a Capital; tenho a informar a V. Ex^a, que estes Índios, segundo as indagações que sobre elles tenho feito, são pertencentes as muitas tribos que intermedião o Jattahy e os Campos de Guarapuava, com especialidades nas campinas que mesmo existem entre os rios Ivay e Piquiry, e que de annos a esta parte hostilisão os habitantes daquelles campos e os da Colônia Theresa; sendo por este motivo que o Governo Imperial mandou crear o aldeamento do Chagu⁷⁰. (LOURES 01/07/1861)

A presença de indígenas em Curitiba, principalmente kaingang, se manteve até os dias de hoje, assim como as diversas modalidades de recepção e acolhimento por parte dos administradores públicos, federais (imperiais), estaduais (provinciais) ou municipais. No período imperial, como vimos, as responsabilidades dessa recepção estavam muito bem definidas, sendo a província obrigada a se responsabilizar pelo trânsito e recepção desses contingentes. Ao longo do século XX pode-se observar o mesmo fenômeno na cidade de Curitiba. Contudo, a recepção de indígenas e sua presença serão classificadas como cada vez mais como desnecessárias pelos órgãos indigenistas. No período republicano a responsabilidade pela execução de tais

⁷⁰ Atual Terra Indígena Rio das Cobras.

políticas será cada vez mais fragmentada entre distintos órgãos, institutos e fundações dos municípios estados e governo federal. Não raro foi necessária a intervenção judicial determinando a construção e execução de políticas de acolhimento e/ou passagem.

Os interesses dos indígenas se alteram nesse período, ao contrário do século XIX, não buscam a cidade para construção de alianças, se não pela manutenção e renovação delas. A motivação central não são os brindes ou ferramentas, apesar de a distribuição se manter. No início do século XX, e as décadas seguintes, as reclamações sobre invasões das terras que ocupavam passam a ser o tema central das passagens das chefias kaingang por Curitiba. Desde então passaram a exigir a regulamentação dos terrenos que ocupavam.

3.2.4 O interesse dos Kaingang pela cidade

Ao contrário da imagem mais usual de que os Kaingang buscavam se afastar dos não indígenas, eles buscaram a cidade em diversos momentos, desde os contatos estabelecidos nos campos de Guarapuava. A partir do momento em que expulsaram os não indígenas pela primeira vez daqueles Campos, os perseguindo até que deixassem seus domínios definitivamente, os Kaingang jamais deixaram de fazer valer sua presença constante no planalto Curitiba, fosse através de ataques *correrias* aos colonos, fazendeiros e viajantes que passam pelo território, fosse através de indígenas capturados para servir aos exploradores, fosse através da prisão e consequente remessa para a cadeia pública de Curitiba, e também, com as frequentes passagens pela cidade.

Diversas mensagens entre administradores públicos destacam o quanto seria infrutífero tentar impedir os indígenas de acessar a cidade. Nesse sentido é ilustrativa uma correspondência do frei Timotheo de Castelnovo, diretor do aldeamento de São Pedro de Alcântara, que teria sido questionado pelo presidente da província da época sobre as constantes saídas dos indígenas de seu aldeamento que se dirigiam até a capital da província:

Porquanto sempre fui contrário a ida para fora dos Indios; embora manços; a não ser com toda a cautella e guia; não tanto por ser perigoso; como pello incommodo que fariam aos moradores onde paixão, fome que passariam etc. Colmunmente que sempre os empedi: porém nesta data por causa do exemplo principiado, força foi eu condizendo dando elles em ultimo caso uma guia para os moradores, e uma reccomendação para V E. visto quererem sempre ir e não me foi expediente o impedir pela força. (CASTELNUOVO 16/03/1862)

Além da persuasão “branda” não ser capaz de fazê-los mudar de ideia, o frei pouco poderia fazer se tentassem impedir a força os indígenas. Seria muito inoportuno, uma vez que só serviria para deixá-los furiosos, sendo que provavelmente sairiam definitivamente do aldeamento, além de se dirigirem para Curitiba de qualquer maneira. Mesmo assim com essa argumentação, o frei Castelnovo recebeu vários avisos de diferentes presidentes da província ao longo dos anos ordenando que fizesse de alguma forma cessar tais viagens:

Sendo prejudicial e inconveniente a vinda de indios a esta capital, recomendo [...] que na execução de ordens do M. da Agricultura, e os que já tem sido expedidos por esta Presidencia, prove-se por todos os meios a seu alcance obstar a sahida dos que se achão aldeados no estabelecimento sob sua direção. (LISBOA 15/09/1871)

O fato é que mesmo em um ambiente com a existência das ferramentas e dos brindes necessários para os eventuais trabalhos que os Kaingang necessitassem (de acordo com a política indigenista), o contato efetivo com os centros de poder era indispensável para o estabelecimento e fortalecimento das lideranças dos aldeamentos. Mesmo com as queixa e proibições e, até mesmo, punições diante dessa presença na cidade, os Kaingang ignoraram e desenvolveram estratégias para contorná-las. Percorreram outros caminhos para acessar a cidade e simularam sua procedência, até mesmo como provenientes de aldeamento institucionais (quando) não aldeados. Não raro simplesmente ignoravam ou fingiam desconhecer diretrizes que impediam seu acesso e livre trânsito por aquela região da província.

A possibilidade de estabelecer trocas de favores entre chefes, na perspectiva kaingang, era superior ao temor de qualquer punição. Durat aponta que mesmo em vilas e lugarejos menores, como a pequena e recém-fundada vila de Guarapuava, a influência kaingang era grande. A chefia kaingang Francisco Gacom participou ativamente da dinâmica social da vila de Guarapuava:

[...] convivendo com vários segmentos sociais, com atividades econômicas diversas, desde um simples ofício de jornaleiro até com negociantes, estancieiros e representantes da justiça, Francisco Gacom fortaleceu suas estratégias de negociação e luta pelos direitos indígenas pela posse das terras que haviam sido destinadas para os Kaingang de Guarapuava por sesmaria. (DURAT 2019:413)

Entre os registros analisados no período provincial, a chefia (e seu grupo) mais presente na cidade de Curitiba foi, sem dúvida, o cacique Victorino Condá. Diante da presidência da província, o cacique Condá apresentou queixas, questionamentos, reclamações formais, exigindo o fortalecimento de alianças e o cumprimento de acordos, além de reivindicar o pagamento de soldos relacionados a trabalhos prestados anteriormente, bem como reivindicações que tratavam do reconhecimento da província sobre a sua legitimidade de controle sobre suas terras nos campos de Palmas.

Condá se dirigiu para Curitiba em 1857 para tratar com presidente da província sobre a questão dos ataques promovidos pelos Xokleng (chamados pejorativamente de botocudos na documentação) no sul da província, na região de Porto União. Segundo os registros do então Diretor Geral dos Índios da província do Paraná, Francisco da Rocha Loures, teria sido Condá quem propôs a formação de uma “diligência amigável” para com os Xokleng “que hostilizam as imediações do porto de União no Yguassu”, salientando ainda, “que há probabilidade de serem os mesmos que hostilizam na estrada da matta” (LOURES 14/08/1857).

De toda forma, não havia nada de amigável em tais expedições lideradas por Condá, que, cremos, remetiam a conflitos entre os Kaingang e os Xokleng anteriores a presença de colonizadores, e que independiam desses. Apesar de os administradores sempre imaginarem manipular completamente o interesse dos indígenas, em grande medida, o aparato provincial é que foi manipulado pelos Kaingang de acordo com seu sistema político, sendo essa aproximação potencializada pelo acordo instituído a partir do desejo de guerrear com um inimigo em comum.

Apesar de as reivindicações de terras não constituírem, no início do período provincial, o cerne das preocupações e consequentemente das reivindicações das lideranças indígenas em Curitiba, como destaca Amoroso (1998:215), ao longo das décadas essas reivindicações passam cada vez mais a serem pautas importantes para os indígenas na capital. Em 1861 o presidente da província do Paraná informou pela primeira vez a demanda de um grupo kaingang, da qual não conseguimos averiguar a procedência, a solicitação de terrenos para se constituir aldeamentos. Segundo o Rocha Loures, Diretor Geral

dos Índios, tratava-se de índios bravos que se entregavam às correrias (LOURES 01/07/1861). Rocha Loures permaneceu no cargo de Diretor Geral dos Índios por 16 anos, de 09/04/1855 até seu falecimento em janeiro de 1871. Seu irmão, João Cypriano da Rocha Loures, exerceu à mesma época o cargo de Diretor Geral da Província do Rio Grande do Sul. Seu pai, o capitão Antônio da Rocha Loures, havia participado de diversas expedições, atuando inclusive em Atalaia junto ao padre Chagas Lima. Os dois, em 1818, fundaram a Freguesia Nossa Senhora de Belém, futura cidade de Guarapuava. Para ele, como para outras autoridades do período, qualquer presença indígena autônoma em espaços urbanos, livre e sem controle seria a evidência irrefutável da incapacidade do Estado e suas agências indigenistas em imobilizar e sufocar a autonomia dos grupos indígenas, em prol do desenvolvimento e ocupação do território.

Em meio aos muitos acordos e contatos que manteve ao longo de sua vida com grandes chefias kaingang, Rocha Loures manteve a opinião de que os Kaingang se assemelhavam mais a feras do que a humanos. Deveriam ser afastados da cidade, ao menos, de qualquer contato nesses espaços sem a devida regulamentação e estrito controle:

A Nação dos Coroados só se dedica á guerra; vivem unicamente da pilhagem e para obterem seus fins e darem pasto a seus gênios não há sangue que baste para saciar a sua ferocidade sendo os guaranis que mais sofrem de suas hostilidades; finalmente é tal qual descreve o distinto Padre Chagas, em uma obra que esta Nação mais se assimilava á feras do que a homens. (ROCHA LOURES 08/08/1855)

Receber essas feras na cidade era um acinte aos pressupostos colonizadores e civilizatórios: na medida em que se moviam grandes esforços para imobilizá-los em aldeamentos, transformá-los através da força, fé e miscigenação, os Kaingang compareciam em grande número em Curitiba de maneira autônoma, sem guias ou as devidas restrições adotadas. Nesse caso, um testemunho contra seu próprio trabalho.

Nesse período existiam constantes demandas dos indígenas de Palmas, tanto pelo reconhecimento de suas terras, como denúncias de invasões a esses terrenos. Eram lideradas por Condá e seus parentes. Em uma delas, no ano de 1869, destacado como Cacique Geral, Condá portando um ofício do diretor do aldeamento de Palmas, Pedro Ribeira de Souza, reclamava que “dessem terras

que não tinham, um ferreiro e um mestre de escola (Lisboa 1871:19)". Segue a carta que Condá trazia em mãos:

Seguem deste Aldeamento Cacique Victorino Conda para a cidade de Curitiba levando em sua companhia dezoito mulheres e quatorze índios homens; todos de sua tribo, os quaes vão a presença de V. Ex^a. [...] rogo as autoridades a quem este for apresentado não os embarquem o seu destino.[...]Nesta data segue o Cacique Victorino Conda com a sua gente de sua tribo; o qual vai a presença de V. Ex^a pedir um terreno de Campo para terem aonde morarem, e terem seus animais, elles estão morando em terrenos alheios e já tenham sido vexados para se retirarem do terreno aonde tenham suas cabanas os quaes estão muito desgostosos, e dizem que se V. Ex^a não arranjar aqui um pedaço de campo para elles, que então se retirarão deste Districto, hora eu acho ser uma crueldade estes índios não terem aqui um terreno de seu para morarem sendo elles os verdadeiros donos dos terrenos, e hé a quem devemos estar povoado estes Campos, pois elles tenham tido o respeito por via dos índios brabos que sempre aperseguirão os habitantes deste lugar, portanto espero que V. Ex^a que a de arranjar um pedasso de Campo para estes índios afim de elles não se desgostarem.[...]Tãobem elles querem que V. Ex^a mande para cá um Ferreiro para compor as ferramentas delles que neste não há um ferreiro, e fica muito difficil para eles mandarem compor suas ferramentas; tãobem pedem um Mestre e primeiras letras para mandarem ensinar seus filhos os quaes tenham boa educação e elles querem muito que seus filhos aprendão , e espero que V. Ex^a fará estes pedidos afim de elles hirem ficando sevelizados, e não andarem na vida errante. (SOUZA 25/05/1869)

Após o falecimento do cacique geral, apenas dois anos depois desse registro, o filho de Condá, Venâncio Condá, então cacique de Palmas, "dirigiu-se a esta capital pedindo providências que garantissem-lhe o direito que tem aos terrenos deixados pelo dito cacique, visto pretender apossar-se deles o indivíduo de nome Joaquim José Gonçalves". O próprio presidente da província, Venâncio José de Oliveira Lisboa, ordenou que o Juiz municipal e de órfãos e ao diretor geral dos índios, "para que não consentissem em semelhante abuso", segundo a informação, "voltaram satisfeitos para o aldeamento tendo também recebido alguns brindes que pediram" (LISBOA 1871:19).

Na Curitiba de meados do século XIX, a presença indígena foi por muito tempo tratada como efeito deletério de uma mendicância determinada pela oferta dos brindes oferecidos pelas políticas indigenistas. Contudo, sabemos que os indígenas elaboram seus regimes de políticas constantemente, articulando suas práticas e cosmologias com as situações em que se encontram. Nesse sentido, devemos assumir uma relação intensa nessa perspectiva entre a política indigenista e a política indígena (CARNEIRO DA CUNHA 2009:130). Amoroso

chama atenção para a “a total abertura dos Kaingang para os bens dos civilizados” no período. Segundo a autora:

Tal interesse pelos bens e tecnologias dos civilizados dava-se num contexto de reafirmação de valores tradicionais: as lideranças adotam equipamentos, tecnologias e chegarão a disputar cargos junto aos órgãos de tutela, visando ampliar sua força no interior do grupo. Este processo pode ser acompanhado nas duas últimas décadas no aldeamento de São Pedro de Alcântara, quando lideranças Kaingang passaram a reivindicar equipamentos e ocuparam posições definidas no quadro de funcionários do aldeamento. (AMOROSO 1998:218)

O interesse dos indígenas em se dirigirem as cidades era inegável para as autoridades. Rocha Loures foi um dos que propôs criar um sistema de gratificações para os caciques que auxiliassem nos interesses da colonização, envolvendo visitas a Curitiba e a capital do império, uma vez que os Kaingang demonstravam óbvio deslumbramento pelos núcleos urbanos e centros de poder. Contudo, a concentração de poder e os aparatos que favoreciam a distribuição de recursos e ferramentas, como os acordos políticos incentivaram o deslocamento desses grupos e lideranças para as cidades.

Do aldeamento de São Jerônimo, em 15/11/1861, o Frei Timotheo Castelnovo destaca uma nova visita dos Kaingang foi registrada, “Nesta data seguem para esta Capital vinte indígenas da tribo dos Coroados, dizem atrás de missangas brancas e facões levando para trocar belíssimas [ilegível] frechas etc.” (CASTELNUOVO 15/11/1861), ou seja, não buscavam apenas a doação de brindes e a mendicância como apontavam muitos. As lideranças indígenas queriam inserir os líderes não indígenas em seu sistema de trocas, fundamental para os Kaingang na formação de suas estruturas políticas.

Dos primeiros séculos da colonização até esse momento, a política de concentração, recepção e permanência de indígenas na cidade de Curitiba se alterou enormemente. Da necessidade colonial incontornável da escravidão e/ou administração de indígenas guarani para a existência da cidade, até as negociações com chefias kaingang no período provincial, indispensáveis e desconfortáveis aos não indígenas, todo o modelo de cidade e percepção do papel do indígena no ideário colonizador se alterou.

A cidade seria cada vez mais negada a essas chefias kaingang, que passaram a elaborar novas estratégias e alcançar novos parceiros para

estabelecer sua diplomacia diante dos não indígenas na república que surgia e no novo século que se aproximava.

4. AS CONQUISTAS NA CIDADE: IMAGENS DAS CHEFIAS KAINGANG EM DIÁLOGO EM CURITIBA

Apesar da suposta semelhança entre as políticas apontadas entre os períodos colonial, imperial e republicano, já que a *conquista* se mantém em todos os momentos, como demonstra Souza Lima, seria insensato não considerarmos diferenças importantes entre esses períodos. Toda vida social mudou desde 1500, e, obviamente, mudaram as políticas indigenistas. Devemos atentar para as diferenças essenciais “entre o plano de fazer do nativo um catecúnemo e *cristão* [...] e transformá-lo em um *civilizado* súdito de um soberano ilustrado ou de um imperador do novo mundo”, ou mesmo entre essas modalidades de *conquista*, impor o indígena em um “sistema de estratificação cujo nexo e lógicas mínimas lhe escapam, transformá-lo num *cidadão nacional* (e, ainda mais, patriota!)” (SOUZA LIMA 1995:71-72), em um trabalhador nacional, em indivíduo civilizado que colaborasse com a interiorização do Estado, a exploração dos recursos, ao mesmo tempo em que abandonasse a condição primitivo/selvagem.

Até então, toda ação que se pudesse chamar de indigenista, mesmo sob o controle do estado (província) do Paraná, esteve sustentada em pressupostos missionários. Integrar os indígenas à civilização significava integrá-los à cristandade e vice-versa, catequese e civilização. Com a separação do Estado e da Igreja, prevista na primeira Constituição da República em 1891, as propostas seculares urgem como os intentos destinados aos indígenas, sendo os grupos positivistas e militares os principais precursores de tais projetos.

É interessante apontar as propostas do *Apostolado Positivista* para a política indigenista a serem integradas na primeira Constituição da República, que, apesar da influência junto à elite republicana, não se estabeleceu no texto constitucional final. Destaca-se no texto o reconhecimento dos territórios indígenas como Estados, mas também, a proposta de autonomia e de busca pelo prévio consentimento em qualquer decisão tomada, algo que grupos defensores dos povos indígenas buscam até os dias de hoje:

Art. 1º — A República dos Estados Unidos do Brasil é constituída pela livre federação dos povos circunscritos dentro dos limites do extinto Império do Brasil. Compõe-se de duas sortes de estados confederados, cujas autonomias são igualmente reconhecidas e respeitadas segundo as fórmulas convenientes a cada caso, a saber:

- I. Os Estados Ocidentais Brasileiros sistematicamente confederados e que provêm da fusão do elemento europeu com o elemento africano e o americano aborígene.
- II. Os Estados Americanos Brasileiros empiricamente confederados, constituídos pelas hordas fetichistas esparsas pelo território de toda a República. A federação deles limita-se à manutenção das relações amistosas hoje reconhecidas como um dever entre nações distintas e simpáticas, por um lado; e, por outro lado, em garantir-lhes a proteção do Governo Federal contra qualquer violência, quer em suas pessoas, quer em seus territórios. Estes não poderão jamais ser atravessados sem o seu prévio consentimento pacificamente solicitado e só pacificamente obtido. (LEMOS; MENDES 1890:1 *apud* CARNEIRO DA CUNHA 1992:135-136)

Desenvolvimento e progresso serão conceitos indissociáveis do fortalecimento do novo regime republicano. A sociedade nacional será formada pela soma de todos os povos e grupos sociais existentes no território nacional, empenhados no crescimento e desenvolvimento econômico e social. Para os indígenas isso significava um projeto de integração e o fim da vida “desordenada” e “pré-civilizada”, ou seja, o fim das sociedades indígenas, não se tratava, entretanto, de se travar apenas a narrativa do extermínio, como salienta Carneiro da Cunha, os mesmos positivistas “advogaram, no entanto, uma política indigenista das mais respeitadas que o Brasil conheceu” (CARNEIRO DA CUNHA 1992:135). Entretanto, tal artigo jamais esteve presente nessa constituição, que apenas tratou dos indígenas no aspecto das Terras Devolutas.

Com o crescimento das cidades e das áreas urbanizadas, da industrialização e de uma economia transnacional descentralizada, voltada a alimentação de conflitos e acordos internacionais, os indígenas (que constituíram o sustentáculo de toda experiência portuguesa e brasileira) foram cada vez mais relegados à história e à ciência. Seus espaços na sociedade envolvente (nacional), como salienta Portela, em um duplo movimento, são “diluídos inicialmente entre árvores (a natureza, os animais) e, posteriormente, entre esquecimentos (os pobres, os despossuídos)” (PORTELA 2009:152).

No meio acadêmico, institucionalizaram-se as opiniões que tratavam as sociedades ameríndias como estáticas e imutáveis, em oposição às europeias, alçadas como o maior exemplo civilizatório e motor das transformações. Além das “redescobertas” de crônicas e relatos de viajantes dos séculos anteriores, circularam pelos espaços intelectuais as imagens produzidas por expedições científicas, que classificavam o espaço e o meio ambiente, mas também, os

próprios indígenas de acordo com estágios sociais, “correspondentes às noções oriundas das ideias evolucionistas que começaram a impor-se na metade do século XIX” (PACHECO DE OLIVEIRA; FREIRE 2006:94).

Na virada do século os antropólogos também surgem em cena, como braços de teorias positivistas e da ação estatal colonialista. Morgan, Frazer e Tylor estabeleceram pressupostos essenciais para a disciplina, inspirados por Pierre Lamarck, Charles Darwin, entre outros cientistas da natureza que tratavam da teoria da evolução. Morgan salientava a existência de estágios da humanidade – selvagem, bárbaro e civilizado – estabelecidos pelo critério da evolução. Frazer destacava de maneira semelhante à evolução do pensamento, demarcada pela magia, religião e ciência. Edward Burnett Tylor pensava a cultura como uma espécie de qualidade humana que integrava todo o processo de desenvolvimento histórico e social de todas as sociedades humanas. Herdeiros das tradições iluministas, defendiam uma individualidade autônoma, centrada como o produto de um processo histórico, que “embora ameaçado por várias disrupções, era visto como o movimento básico progressivo da humanidade” (CLIFFORD 2008:94).

Se há um traço comum entre cronistas coloniais, membros de expedições científicas e acadêmicos do século XIX (como Saint-Hillaire, Von Martius, Varnhagen e muitos outros), assim como historiadores e cientistas sociais do século XX como Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, e demais observadores e intérpretes dessas conjunturas históricas, “é o pessimismo com que encaravam o futuro dos povos nativos” (MONTEIRO 1995:222). Uma visão otimista, ou melhor, uma visão que supere o pessimismo das abordagens históricas tradicionais, busca compreender a história indígena e suas relações com a sociedade envolvente, diacronicamente e sincronicamente. Neste sentido, compreender como os indígenas se relacionaram historicamente com as cidades, espaços que lhes são atualmente negados, revela diversos matizes dos estereótipos gerais constituídos para os indígenas.

A negação e a surpresa completa com a presença de indígenas nas cidades não é um produto colonial, trata-se de um aspecto dessa visão pessimista, que pressupõe o desenvolvimento econômico-tecnológico como oposto à existência coetânea com os indígenas.

* * *

As políticas indigenistas de integração do indígena à sociedade nacional atuaram como uma pesada ferramenta de controle sobre praticamente todos os aspectos da vida social dos povos indígenas. Isso significou a instrumentalização irrestrita da tutela, principalmente em sua mobilidade e na sua relação com o território de uma maneira mais ampla. A partir do século XX as cidades serão consideradas, cada vez mais, espaços para a experiência exclusiva da vida civilizada, dissociadas da selvageria ou incivilizada supostamente radicada sobre os indígenas. A cidade, para os indígenas, destaca-se mais uma vez como o local por excelência de manifestação de seus direitos, apesar de o Estado insistir em tentar destituir esse trânsito e não poupar esforços para silenciar e até negar as narrativas dos indígenas que se dirigiam a esses locais.

Em Curitiba, os Kaingang se tornaram protagonistas dessa presença, cooptando aliados e pressionando autoridades para serem recebidos e terem suas reclamações atendidas.

4.1 “Uma verdadeira babel administrativa”: os intelectuais e o SPI

O desenvolvimento e a proliferação de jornais particulares foram tardios no Paraná, como por todo Brasil, tomando forma empresarial apenas no final do século XIX. Como destaca Guimarães, com isso, perdia “a característica artesanal que marcou seu primeiro século de existência e apresenta maior sistematização, divisão e especialização do trabalho” (GUIMARÃES 2008:228). A autora lembra que mesmo o jornalismo não seria ainda uma atividade profissional regulamentada, sendo os redatores e escritores dos artigos dos periódicos literatos ou políticos. A imprensa paranaense surge como um dos primeiros atos provincianos no Paraná, ainda em 1854, entretanto, sua separação do Estado e das publicações institucionais se iniciará somente na virada do século XIX para o século XX, a partir de elites intelectuais paranaenses radicadas em Curitiba.

A temática indígena é frequente nos periódicos regionais⁷¹. As reportagens de diferentes teores aparecem em todos os espaços dos jornais, inclusive com destaques nas primeiras páginas. Além das comunicações oficiais do governo do estado do Paraná, ou mesmo do governo federal, relacionadas a algum aspecto das finanças públicas que envolvam os indígenas, são frequentes os apelos de intelectuais ao descaso e abandono das instituições com os indígenas. A proporção do tema nos periódicos paranaenses das primeiras décadas do século XX é reveladora da importância que a colonização dos territórios do interior tinha para a elite e políticos. Porém, é interessante analisar que líderes e chefias políticas são reconhecidos nos textos pelos serviços prestados ao poder público. Os indígenas, pelo menos os chefes, são conhecidos pelo nome e pela titulação atribuída em meio às tarefas executadas.

Os periódicos analisados com artigos e informações relacionadas à presença de grupos indígenas na cidade de Curitiba são, principalmente, A República: Organ do Partido Republicano, Diário da Tarde, A Notícia, O Commercio, O Dia, Diário do Paraná. Muitas outras publicações e periódicos de menor circulação dedicam linhas sobre o tema, como a Revista do Club Coritibano e A Bomba, contudo, não apresentam um compromisso sistemático com a divulgação de tal tema, como as primeiras destacadas. De fato, a proliferação e comunicação da informação sobre indígenas que estavam em Curitiba ou não, se deve muito à atuação de alguns literatos e políticos influentes na sociedade paranaense, envolvidos no cientificismo positivista, na convicção da importância de se coleccionar exemplares da cultura material e imaterial dos indígenas, antes que estes sejam extintos ou terminem sejam indistinguíveis de uma população rural miscigenada.

A característica geral das publicações sobre os Kaingang na cidade de Curitiba informa a procedência, nomes das chefias, quantidade de indígenas, data de sua chegada, condições de recepção das autoridades e acomodação e hospedagem dos indígenas na cidade. A partir da década de 1910, deve-se destacar aos debates entre tais intelectuais autoproclamados “defensores dos indígenas” e o órgão estatal oficial responsável pela execução das políticas

71 Em pesquisa no site da Hemeroteca virtual da Biblioteca Nacional (<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>) identifiquei um pouco mais de uma centena de registros da presença dos Kaingang na cidade entre as décadas de 1890 até 1930.

indigenistas. Entre as querelas que os intelectuais e os servidores do SPILTN (mais tarde SPI) se envolveram encontram-se, principalmente, queixas do abandono ou não recepção de chefes indígenas e seus grupos em suas viagens a cidade de Curitiba. Algumas vezes os periódicos acolhem e assumem a postura de plenos denunciadores em favor dos indígenas incorporando críticas ao indigenismo estatal diante de sua inação a ataques aos indígenas e invasões sofridas em seus territórios. Periódicos como A República e O Dia se tornam porta-vozes dos indígenas contra a inação estatal, chegando a acomodar chefias e seus grupos em pensões da cidade.

As notícias da presença de indígenas na cidade dividiam páginas com eventos e temas internacionais, como a deflagração da primeira guerra mundial e revolução russa. Não emergem nos periódicos questionamentos a sua legitimidade, como no período provincial. Potenciais críticas direcionadas a essa presença certamente existiam, porém, não tinham entrada nos periódicos, não aparecendo em nenhum momento da pesquisa. Ao contrário, as referências são sempre de se adequar espaços e políticas de recepção dos indígenas, em sua maioria os Kaingang. As viagens dos indígenas a Curitiba, em sua maioria realizadas sem nenhum recurso ou apoio do Estado, tinham por objetivo o contato direto com os administradores públicos. As chefias indígenas marcavam suas reclamações sobre invasões em suas terras e a falta de reconhecimento do governo do estado do Paraná e federal de suas demandas territoriais. Também buscavam auxílio financeiro, técnico e instrumentos para a sua produção agrícola.

Como no período provincial, a passagem e a hospedagem de indígenas na cidade de Curitiba seguem sendo temáticas de discussão entre a sociedade civil e autoridades. Apesar de a figura do indígena ter sido, com a República, cada vez mais relegada à história, a política kaingang já havia conquistado desde meados do século XIX espaços de diálogo junto a política não indígena e importantes setores da intelectualidade paranaense. Os diálogos e as aproximações com elites regionais, realizadas no espaço urbano, foram importantes para destituir a imagem geral sobre os Kaingang de povo selvagem. O ambiente relacional constituiu um aspecto de um grupo indígena apto para negociações e diálogos. Os Kaingang não tiveram, ao contrário dos Guarani,

grandes contingentes escravizados ou sobre administração de particulares. O contato instituído foi direcionado inteiramente para os aldeamentos, setores institucionais da zona de contato (PRATT 1999).

Deve-se destacar que a política de aldeamentos foi extinta com o Decreto nº 5, de 3 de julho de 1900. As chefias dos aldeamentos eram aquelas que estabeleciam grande contato com a política não indígena, garantindo assim terrenos, instrumentos e títulos que mantiveram e sustentaram sua territorialidade em meio a colonização e ao esbulho ocorrido ao largo do século XIX. Contudo, no alvorecer do século XX, já haviam consolidado espaços de circulação na política regional. A hospedagem e os locais adequados para a acomodação foram uma das principais conquistas em suas passagens pelo espaço urbano, antes criminalizado. De acordo com as informações levantadas nos periódicos pesquisados nas três primeiras décadas do século XX, os indígenas eram hospedados de três maneiras em suas viagens para a cidade de Curitiba:

1. Hospedaria dos Imigrantes: Até o final do século XIX, com financiamento do governo e a partir da rubrica da Catequese e Civilização dos Índios.
2. Na sede do Museu Paranaense: Do final do Século XIX até 1911, a partir da agremiação de intelectuais e filantropos que financiaram e criaram eventos e exposições para custear as estadias dos indígenas.
3. Hospedagens financiadas pelo Serviço de Proteção ao Índio: 1911 em diante, a partir da instalação de escritório regional do SPI em Curitiba, quando passam a custear as estadias e pensões e hospedagens nos arredores da atual ferroviária.

É preciso também considerar informações e registros de hospedagens ocasionais dos indígenas em pensões, hotéis e residências de particulares, financiadas por intelectuais, apoiadores dos indígenas e até mesmo pelos próprios periódicos paranaenses, diante de acusações de inação do Serviço de Proteção ao Índio.

O primeiro registro nos periódicos analisados sobre a presença de indígenas no período republicano data de 31 de maio 1890, no jornal A República: Orgam do Partido Republicano. Nessa publicação o encarregado

pelas ações de catequese e civilização, ainda em curso no período, João Leite destaca os convites que realizou para que os indígenas comparecessem junto dele a cidade de Curitiba. Em especial o convite a um kaingang de nome Faustino, para que se dirigisse para a cidade e aprendesse a instrução primária, tornando-se professor podendo ele mesmo reger as aulas entre os seus (A REPÚBLICA 31/05/1890).

A presença kaingang em Curitiba é notada diversas vezes nos periódicos desse período. Um ofício do Secretário de Obras Públicas e Colonização de 18 de dezembro de 1892 comunicava ao cidadão Joaquim C. Gomes de Medeiros que “a quantia de 97.540 reus, para o pagamento da despesa feita com brindes á 2 Índios que vieram a esta Capital, da qual prestará conta oportunamente” (A REPÚBLICA 18/12/1892). Em 17 de março de 1893, voltaria a ser publicada uma nova cobrança dos recursos, tratando que esta ainda não havia sido paga (A República 17/03/1893). No mesmo período de 1893, a Secretaria das Obras Públicas e Colonização informava oficialmente: “De ordem do Dr. Vice-Governador do Estado, rogo-vos mandar recolher a hospedaria de imigrantes d`esta Capital 24 índios, sendo 9 homens, 7 mulheres e 8 meninos” (A REPÚBLICA 17/08/1893). A presença dos indígenas na cidade se torna constante, assim como os gastos com a hospedagem deles. Como se pode observar, não se trata somente de um chefe, e sim todo um grupo político/familiar, que se desloca de seu território para a cidade de Curitiba.

Um dos principais entusiastas de tais recepções foi o historiador paranaense Alfredo Romário Martins, curitibano nascido em 1874, conhecido no período pela defesa de indígenas em jornais e revistas na mídia regional. Tal defesa estava ambientada dentro de seu projeto paranista, que visava constituir uma identidade a histórica e sociológica a população do Paraná. Em suas obras o indígena é representado “com um romantismo que transformava o indígena no símbolo do bem e da comunhão idílica com a natureza, confundindo-se com o mito da origem” (CARNEIRO 2013:130). O próprio termo índios “do” Paraná (no nome da sociedade) é revelador dos pressupostos desses intelectuais. Existe uma diferença imensa em assumir que esses povos são indígenas “no” Paraná, do que afirmar que são “do” Paraná. Tratava-se de associar a sua história à

formação distintiva da população e tradições selecionadas para saudação no estado.

Romário Martins conquistou mandatos como deputado estadual. Em 1909 apresentou aos legisladores paranaenses um projeto de lei que garantiria a regulamentação de significativas áreas para os indígenas em Palmas, Guarapuava e Tibagi. Este projeto, entretanto, jamais foi aprovado, sendo as áreas por ele mensuradas, mais tarde, tomadas por grileiros que expulsaram os indígenas da região, e mesmo o SPI jamais recuperou o controle de tais áreas para os indígenas (WACHOVICZ 1987:60; CARNEIRO 2013:128).

Ainda no ano de 1895, Romário Martins inicia uma querela com os administradores das políticas indigenistas, tratando da presença na cidade do cacique Antônio Joaquim Kretã, que, segundo consta a reportagem:

Peço-vos a publicação do seguinte: [...] N' "A Tribuna" do dia 12 do mez proximo findo appareceu um artigo nestes termos: "Índios do Paraná" Há dias vagueia pelas ruas d'esta capital, uma família de índios residentes em Palmas. Vieram elles pedir ao exmº sr. dr. Governador do estado, terrenos e utensilios de lavoura ; entretanto, até hoje, parece-nos, não foram elles servidos no que solicitaram, e para requintar o pouco caso que se está fazendo desses nossos patricios, contristados vemo-los esmolarem a própria subsistência diária! E isto torna-se ainda mais lastimável, quando vemos os imigrantes polacos ha pouco chegados, servidos dos indispensável. Porque não se dá aos nossos patrocios o que prodigiosamente se dispensa aos estrangeiros? Cremos que o exm. sr. dr. Governador do estado não tem conhecimento do lastimável facto que vimos de relatar, e que os índios capitaneados pelo cacique Antonio Candido [sic] não passaram em palácio, dos gabinetes do porteiro e contínuo. Faz-se necessário que o governo republicano dirija suas vistas para os brasileiros selvagens, que desejam abrigo no sei da nossa civilização. Assim esperamos. Muito no alegraria ver o exm. snr. dr. Xavier da Silva attender ao justo pedido que com todo direito nos faz o cacique Antonio Joaquim. – *Romário Martins*. (A REPÚBLICA 06/11/1895)

A presença do cacique Kretã na cidade, e sua não acolhida por parte das autoridades, irrompeu em uma série de réplicas e tréplicas em diversos periódicos da cidade. O próprio José Correia Freitas, que ocupava o cargo de maior responsabilidade em relação às políticas indigenistas do Paraná, manifestou indignação com a acusação de descaso na recepção e atendimento das demandas de Antonio Joaquim Kretã⁷², publicando a seguinte carta:

⁷² De acordo com Helm, "em 1818, Krĩ Tãn reuniu unidades familiares Kaingang, deixou o aldeamento de Atalaia, em Guarapuava, devido aos atritos com os dirigentes e dirigiu-se à área de Palmas. Em 1819, foi se instalar junto aos rios Iguaçu e Chopim. Ergueu as aldeias Campina e Palmerinha, nas proximidades do povoado Covózinho, no Paraná" (HELM 2020:11).

Illustre sr. Romario Martins Corityba, 13 de Outubro de 1895. Li o vosso artigo sob a epigraphe – “Índios do Paraná”, estampado n’ “A Tribuna” de hontem, sentindo somente que não tivésseis tido a fortuna de fazer vingar a vosso reclamação por ter apparecido um pouco tarde, provavelmente á hora em que o *Capitão* Antonio Joaquim, longe d’esta capital, experimentava em companhia de sua família as espingardas de caça que o Governador do Estado mandou-lhe fornecer, além de fazendas, ferramentas de lavoura, trens de cozinha e dinheiro. Quanto aos terrenos estou certo que obterão facilmente do sr. coronel Bormann, a quem escrevi neste sentido pelo próprio *Capitão*. Não estando avisado da chegada dos índios que deram assumpto á vossa queixa, não me era possível ir ao encontro d’elles para evitar que os visseis “esmolarem a própria subsistência diária”. Não obstante ter sempre muito serviço a attender, foram elles satisfactoriamente despachados por mim no dia seguinte ao em que foram apresentados. Disto vos informarão, se o quizerdes, os srs. major Mauricio Sinke e Abreu & Cia. Ficai certo de que o Governador republicano, de cuja solicitude parece que duvidais, está prompto a despensar favorável acolhimento, tanto aos nossos selvagens, de accordo com o que determina a Constituição do Estado, como a todos os estrangeiros laboriosos que quizerem estabelecer-se no nosso fértil Paraná. Tanto o exm. sr. dr. Governador teve conhecimento da presença do *Capitão* Antonio Joaquim, que mandou apresental- o a mim, na qualidade de auxiliar de sua honrada e fecunda administração. Da vossa reclamação sobresaem dois méritos importantes: – o de se ficar sabendo pelo vosso testemunho que os immigrants (actualmente a cargo do Estado) são “prodigamente servidos do indispensável”, e o de se poder fazer bom juízo do nosso serviço, de catechese, porque até então não se esqueceram de ensinar aos nossos indígenas que a imprensa é o pulmão dos povos civilizados. Se tal ensinamento não tivessem recebido, o nosso patricio Antonio Joaquim não teria ido procurar-vos para fazer-vos echo de uma queixa...injusta. Honra, pois, aos beneméritos missionário Frey Timotheo Castel Nuevo e Luiz de Cimitile, de saudosa memoria! Se nas columnas d’ “A Tribuna” derdes a estas linhas o abrigo que déstes aos “Índios do Parana”, muito grato vos ficará o vosso criado. – *José Corrêa de Freitas*. (A REPÚBLICA 06/11/1895)

Em seguida, Romário Martins treplicou:

Se pedi para os índios capitaneados por Antonio Joaquim o que de tão longe vieram elles buscar aqui, foime isso somente, dictado pelos meus sentimentos de humanidade e patriotismo, sem pensar que siquer de longe, com isso fosse offender os suscetibilisaveis melindres do sr. José Corrêa de Freitas, que vio nisso um ataque directo feito ao governo do Estado, e á secretaria da qual s. s. é director. O que se deu nessa questão, foi somente ter o meu artigo sahido dois dias depois de terem os índios esmolado nesta capital, e no dia posterior ao em que o governo cumprio o seu dever mandando dar-lhes o que era necessário. Creio que o meu empenho em favor do índios de que se trata foi muito difgno, da mesma fórmula que o sr. Corrêa se esforçando em servil-os, merece todos os louvores. Ambos cumprimos um dever, que nos impunha o nosso patriotismo. sr. Corrêa não pode desconhecer o direito da imprensa que se faz echo da defeza dos fracos e dos necessitados ; e nesse direito, está á minha defesa Romário Martins. (A REPÚBLICA 06/11/1895)

O jornal O Dia, junto de Romário Martins, irão se envolver em uma nova querela com um funcionário do SPI no ano de 1923, mais uma vez criticando a atuação e a não atenção do órgão em relação a recepção e atenção das demandas de dos indígenas em suas viagens para Curitiba. Segundo os mesmos, o SPI, apesar dos elevados vencimentos de muitos de seus funcionários, “é uma verdadeira Babel administrativa, sem orientação, sem ordem, sem directriz alguma que a recommendem ao respeito e á benemerência dos que lhes conhecem os diferentes escaninhos” (O DIA 22/08/1923). A crítica era orientada, especificamente, devido ao abandono pelas autoridades responsáveis pelas políticas indigenistas, do capitão Capanema e de seus liderados, de acordo com reportagem publicada na primeira página do jornal O Dia, de 22 de agosto de 1923.

[...] o sr. Romario Martins relatou-lhe a odysseia do “capitão” Capanema, que desde a véspera se encontrava nesta capital, completamente desamparado das autoridades. Sabedores deste facto, por intermédio de um filho daquelle nosso brilhante confrade, o dr. Ivahy Martins, scientificámos o dono do hotel Guarany que nos responsabilizávamos pelas despesas de hospedagem do capitão e dos seus companheiros. O sr. Romario Martins, tambem justamente penalizado com os factos por nós narrados, promptificou-se a arcar com metade das despesas alludidas. Foi ainda o dr. Ivahy Martins quem acompanhou os índios a um phtographo, onde foi tirado o grupo que estampámos na nossa reportagem de domingo. (O DIA 22/08/1923)

A imagem que a reportagem alude publicada na primeira página do jornal O Dia de domingo, 19 de agosto de 1923, destacando a relevância que o tema tinha entre os intelectuais. Na Figura 13 encontra-se uma fotografia de Capanema e seus liderados. Na legenda original se lê: “Capanema ladeado de um filho e um netto, seus companheiros de viagem”:

Figura 13 Cacique Capanema na cidade de Curitiba em 19/08/1923.



Fonte: O Dia, domingo, 19/08/1923:1.

Segue a íntegra da matéria que causou o embate entre os intelectuais defensores dos indígenas no Paraná e servidores do SPI:

A oportunidade irônica de um registro [...] “o Dia” hospeda o velho “capitão”[...] Apesar do abandono e descaso dos poderes públicos e muito embora as perseguições e atentados de que são vítimas ,em consequência desse desprezo, ainda vivem nos sertões de nossa terra os remanescentes de uma raça que já foi gloriosa, forte e dominadora. Afastados dos centros civilizados, vegetando no coração das selvas, ainda ali os vão procurar a ambição e a deshumanidade de

aventureiros sem entranhas, sem respeito algum pelas leis e dispositivos que garantem a esses desgraçados a posse e o usufruto das terras que são suas e muito suas. Porva evidente do que affirmamos nos dá hoje o apparecimento nesta capital do “capitão” Capanema, velho cacique de uma tribo que vive na Campina dos Índios, em Mangueirinha, município de Palmas. Esse velho Chefe, que já conta perto de um século de existência, tem o seu nome escripto nos relatórios do Ministro da Guerra, referentes á construcção da estrada estratégica de Palmas. A realização desse empreendimento de grande valor patriótico, teve em Capanema um dos seus braços direitos pelos serviços que prestou, desinteressadamente, á comissão realizadora do projecto. São serviços de obscuros heróis voltados ao esquecimento, consignados sómente nos massudos relatórios dos poeirentos archivos abandonados. [...] Em Campina dos índios, Município de Palmas, Capanema e sua gente possuem seus terrenos. São terrenos conquistados legitimamente e legitimamente dados aos bugres, pelos serviços nacionaes que conta. A doação de taes terras lhes fora feita por virtude do decreto n. 64, de 2 de março de 1903. Os índios, porém, de índole quieta e pacifica, não podem ficar tranqüilos em seus campos. Volta e meia, lá vêm as incursões dos brancos pelas searas dos índios socegados. Não podendo supportar por mais tempo os vexames e prejuízos, as affrontas e injurias que, diariamente quase, molestam seus homens, o heróico Capanema, ao envez de combatel-os como poderia ter feito, veio em busca da lei dos brancos. Gesto nobre e admirável num irmão das selvas, quando os seus irmãos tudo querem fazer pela força. Capanema nada sabia da cidade. Pensou que os civilizados fossem generosos e acolhedores como os bugres. Enganou-se, coitado! Não se fez caso delle. Apresentado o memorial ao desembargador chefe da policia, este o achou illegivel e enviou o seu portador ao sr. José Maria de Paula, inspector do Serviço de Protecção aos Índios. Nessa repartição, as autoridades nada fizeram concernemente ás legitias pretenções de Capanema. O bugre, desilludido, perambulou pela cidade; cheio de pezar e de magua. [...] Pessoa desta redacção encontrou occasionamente o velho Capanema. O índios nos expoz as suas tristes contingências. Penalizado com a situação de injusto desaso com que tem sido tratado Capanema “O Dia” hospedou-o no Hotel Guarany, onde se encontra o morubichaba conterrâneo. [...] Foi hontem registrado pela Delegação do Tribunal de Contas o pagamento de 71:656\$324 ao sr. dr. José Maria de Paula, inspector do mesmo serviço, como adiantamento, para pagamento do pessoal variável até o mez de agosto corrente. No entanto, aquella repartição, não pode sequer hospedar um índio! Quanta vergonha! (O DIA 19/08/1923:1)

Ainda no ano de 1898 o jornal A República publicou notícias sobre a chegada do chefe kaingang de Guarapuava, Cypriano Brazil, o general Nhonhô, título era relacionado ao posto de Cacique Geral, antes atribuído ao seu tio *Jonghiô*. O periódico resumiu o local onde residia o chefe, suas intenções e os diálogos que estabeleceu com o governo do estado do Paraná em suas reuniões em Curitiba:

General Nhonhô. Esteve ante-hontem nesta Redacção e apresentou-se a S. Ex. o Sr. Governador do Estado, o cacique dos coroados, Cypriano Brazil, o mais popular, estimado e intelligente dos successores do celebre Jonghiô, do qual é sobrinho. Há dous annos que, segundo informações que temos, com os seus tresentos

coroados, está morando na margem esquerda do rio do Cobre, Junto á sua barra no Piquiry, –um verdadeiro aldeamento de que é director nato, tratando de criar porcos para vender Guarapuava, já tendo grande plantação de canna de assucar, desenjando construir casas, plantar café, ensinar a ler aos meninos, etc. E`grande e aproveitavel o respeito que gosa entre os mais caciques de sua tribú ; e actualmente activa á união dos mesmos por meio de festas, ás quaes comparecem até os de Palmas. O seu titulo de *General* corresponde acertadamente ao de *cacique geral* que se dava em Guarapuava ao falecido Jonghiô. Cypriano Brazil veio pedir ao governo do Estado uma posse de terras no rio do Cobre, assim como quer obter ferramentas e roupas. A direcção da colonia militar do Iguassu vae sem demora, diz a aliudida informação, fornece-lhe alguma ferramenta. E`digno de todo o apoio este brasileiro nato que assim procura de um modo tão natural exercer a catechese entre os seus ,e conseguil-o-ha, certamente. (A REPÚBLICA 02/10/1898:1)

Outro periódico de menor projecção, O Município (circulou apenas entre 1897 e 1898), também registrou informações importantes sobre a visita do general Nhonhô, no dia 08 de outubro de 1896. Nessa publicação temos a notícia de que o título de general foi manifestado pelo próprio chefe, que havia herdado de seu tio. Além das ferramentas e outros instrumentos, do estreitamento com o governo do Estado e a política não indígena, o general Nhonhô conseguiu a promessa de que seriam reservadas terras para os indígenas no vale do rio Piquiri. Nessa relação, o papel do chefe e seus 300 arregimentados seria o de estreitar o relacionamento do Estado com os indígenas dos toldos vizinhos:

INDIOS. Chegou a esta Capital, na semana passada, cacique dos Indios *Caingangs* (Coroados) estabelecidos com sias cabildas á margem do rio do Cobre, tributário do Piquiry. O referido cacique chama-se Cypriano Brazil Nhonhô e é um dos mais prestigiosos sucessores do famoso *Jonghiô*, de que é sobrinho. Cypriano Brazil Nhonhô veio acompanhado de vinte Indios, seus subordinados, estando incluídas neste numero algumas mulheres e crianças. Quer que o chamem de *general* e dissen-nos que, com os seus tresentos comandados, vai desenvolver em larga escla a cultura da canna de assucar e do milho, e a criação do gado porcino, afim de com estes productos abastecer o mercado de Guarapuava. E' um Indio intelligente e de notavel sagacidade. Disse-nos que deseja a concessão de uma grande área de terras, no fertilissimo valle do Piquiry, onde construirá casas para sua gente e envidará todos os meios no intuito de mandar ensinar a ler as crianças. Como se vê, é um selvagem de idéas elevadas, ppis preocupa-se da instrucção da prole daquelles que estão sob a sua sombra. Disse-nos mais o sympathico general Nhonhô que existem vínculos de affecto entre elle e os outros chefes dos toldos visinhos, e que chegando aos seus domínios, de volta desta Capital, tratará logo de estreitar mais esses laços de fraternidade por meio de festas solemnes, ás quaes comparecerão, diz elle, até as cabildas de Palmas. Largamente palestrámos com o general Nhonhô, em 1º corrente, no Palacio do Governo, onde o referido cacique foi recebido com as maiores provas de gentiliza e generosidade da parte de S. Ex. o Sr. Dr. Governador do Estado, que já providenciou no sentido de ser medida uma legua de terra em favor desses infelizes Brasileiros, atirados ao infortúnio pelas

vicissitudes da sorte amarga que tiveram. O general Nhonhô e seus companheiros de viagem receberam roupa e ferramenta, com que se mostraram satisfeitos. Isto redundará em favor da catechese ; implantará no espirito desconfiado do Indio a esperança e a certeza de que já não existe mais o odio com que outr'ora era victimado, especialmente pelos agentes do governo da metrópole. Fazemos sinceros votos para que o general Nhonhô seja bem sucedido na cultura das terras que vão lhe ser entregues, e realice o salutar e edificante empreendimento que em boa hora concebeu. (O MUNICÍPIO 08/10/1898:1)

Diversos registros publicados em periódicos dão conta da presença de grupos kaingang nos anos de 1898 e 1899, alguns tratam da quantia a ser reembolsada a particulares (A República 31/03/1898; 22/07/1899; 28/07/1899), ou mesmo, atestam a chegada e distribuição de instrumentos de trabalho e brindes:

Chegaram a esta cidade diversos índios coroados e guaranys. Esses índios foram hoje à policia, de onde o sr. dr. Santos Andrade, governador do Estado, mandou trazel-os á rua 15, afim de ser aos mesmo distribuídos instrumentos de trabalho o que foi feito pela Casa da Louça. (DIÁRIO DA TARDE 07/07/1899:2)

Apesar de as reportagens e registros de reembolsos atestarem a informação, o cruzamento de dados nos permite observar, com grande certeza, que a principal demanda dos indígenas na cidade era a busca pela garantia de regularização fundiária. Os registros em jornais sobre a presença de grupos kaingang em Curitiba no ano de 1900 iniciam-se em janeiro, com a chegada do cacique Simplício, residente da margem do rio Marrecas, que recebeu do estado vestuário e utensílios de Lavoura (DIÁRIO DA TARDE 18/01/1900:1). Em 10 de agosto de 1900, a reportagem do Diário da Tarde intitulada “Pelos Selviculas”, destacava a garantia de posse das terras do aldeamento nas margens do Rio Marrecas, de acordo com a autenticidade do direito que possuíam sobre as terras que ocupavam e lhes haviam sido concedidas no período provincial pelo Presidente da Província do Paraná, Dr. Pedroza. Segundo o periódico:

[...] ouvindo o capitão Pompilio Cafaina declarou ao mesmo que podem estar tranquilos que seus direitos serão garantidos pelo governo, contra os intrusos que alli se querem installar. O dr. Cerqueira mandou entregar ao mesmo Pompilio alguns instrumentos de lavoura. Hoje regressaram para suas terras os indigenas que aqui se achavam e que vieram tratar de seus direitos plenamente attendidos pelo governo do Estado. (DIÁRIO DA TARDE 10/07/1900: 2)

Em julho do mesmo ano, notícias da presença de um grupo de kaingang de Palmas na cidade (que compreendia uma grande extensão territorial, da região do atual município de Palmas, até a localidade onde hoje se encontra a

TI Mangueirinha). Os indígenas que chegaram à cidade eram liderados por Antonio Joaquim Kretã, que ostentava o título de major, o mesmo que Romário Martins havia, alguns anos antes, defendido diante do abandono de suas demandas na cidade:

Chegaram hoje a esta capital vindas dos sertões de Palmas, algumas famílias indígenas, que vêm pedir ao governo armas e instrumentos de lavoura e também para legitimar a posse de terrenos seus, dos quaes foram ultimamente expoliadas. Acompanha-as o cacique octagenario Antonio Joaquim, que é baptisado e tem o título de major. Foram apresentadas hoje ao sr. dr. Governador do Estado pelo intrepido sertanejo sr. Brazilio Lopes. (DIÁRIO DA TARDE 04/07/1900:3)

Podemos nos assegurar da importância de tais viagens para o estabelecimento dos territórios indígenas, uma vez que, a relação entre chefes e o governo do Estado foi mencionada até mesmo em decretos que reservaram territórios para os indígenas. Isso fica claro no Decreto nº 64, de 2 de março de 1903. O referido decreto menciona as demandas do Major Cretan, que constantemente rumava a cidade de Curitiba para exigir que fossem assegurados os terrenos em que residia junto de seus liderados. Segundo Cecília Helm, os Kaingang da região dos campos de Guarapuava se refugiaram em Palmas e na região do Covó, “para escapar do contato com os primeiros colonizadores, que se instalaram em Guarapuava em 1810” (HELM 1974 *apud* HELM 1997). Aqueles que não se submeteram às normas dos aldeamentos “se refugiaram nos campos de Palmas, e nas proximidades dos rios Chopim, Iguaçu e Covó. Eram chefiados pelo cacique Antonio Joaquim Kretã, Kritõ” (HELM 1997:3-4), que tantas vezes dirigiu-se a Curitiba para negociar diretamente com os governadores do estado do Paraná. Francisco Luís dos Santos contou para Helm, em uma entrevista em 8 de junho de 1996, que Antônio Joaquim Krĩ Tãn morreu ao retornar de uma dessas viagens a Curitiba:

[...] ficou cego ele morreu no Campo do Boração. Ele vinha de Curitiba, ficou com sede, era cego, entrou em um banhado, e não pode mais sair. Acharam ele morto, daí os índios daqui foram buscar ele e trouxeram nas costas [...] lá sempre para Curitiba e Rio de Janeiro pedir a regularização da terra. (FRANCISCO LUÍS DOS SANTOS in: HELM 2020:38)

A antropóloga destaca também que com a instalação da Colônia Militar do Chopim na região, no ano de 1882, os serviços do cacique e de seus liderados foram contratados para a abertura de estradas e picadas na região. Com isso, passaram “a manter contato permanente com os novos povoadores”. Os

Kaingang não aceitaram nenhum tipo de pagamento que não fosse a regularização de suas terras, “O filho de Antônio Joaquim Krĩ Tãn, José Capanema, viajou para o Rio de Janeiro e Curitiba, para solicitar que as terras que ocupavam fossem delimitadas, documentadas, para os Kaingang” (HELM 2020:12). Em seu Artigo Único, o Decreto nº 64 determinava:

Ficam reservadas para o estabelecimento de tribos indígenas as terras ocupadas pelas cabildas do cacique Cretãn com as seguintes divisas: a partir da cabeceira do Lageado Grande à cabeceira do ribeirão da Palmerinha e por estes dois rios até o rio Iguassú que será a divisa norte respeitados os direitos de terceiros. Palácio do Governo do Estado do Paraná. Ass. Francisco Xavier da Silva e Arthur Pedreira de Cerqueira. (PARANÁ 02/03/1903)

Em 9 de fevereiro de 1901, segundo o Diário da Tarde chegaram, “do aldeamento de S. Jeronymo 30 indios coroados guiados pelo Capitão Indigena Candido. Vieram pedir terrenos e ferramentas ao dr. governador”. Lotados em aldeamento, eram considerados aliados dos interesses do Estado, contudo, sofriam com invasões perpetuadas por não indígenas até mesmo em tais áreas. Desse encontro foi realizada uma série de fotografias, que apresentam os Kaingang no Museu Paranaense no período. As Figuras 20, 21, 22, 23, 24 e 25 estão todas relacionadas a essas ocasiões.

No mês de novembro do mesmo ano, os Kaingang de São Jerônimo retornaram a cidade de Curitiba, chefiados pelo Major Porphirio Pnoá. De acordo com reportagem do jornal A República:

Está nesta capital, vindo do aldeamento indigena de S. Jeronymo, o conhecido sertanista Brazilio Francisco Lopes, á cuja competencia está confiada a direcção dos indios do Tibagy. Acompanham-n'o dez indios Caingangs, *capitaneados* pelo majr Porphirio Pnoá. O governador do Estado, pela Secretaria de Obras Publicas aque está affecto o serviço de catechese, fez distribuir pelos alludidos indios roupas e ferramentas, de accordo com o pedido que fizeram. Hontem mesmo voltaram esses indios para o aldeamento, e o sr. Brazilio Lopes ainda se demorará nesta caputal afim de dar conta ao governo do modo por que tem desempenhado a sua difficil missão. (A REPÚBLICA 13/11/1901: 1)

O periódico Diário da Tarde do dia seguinte afirmava:

Ante-hontem, pela manhã, fez sua entrada nesta capital uma turma de indios Caingangs vindos do aldemaneto de S. Jeronymo, capitaneados pelo indio Porphirio Pnoá. O governo brindou-os com roupas e ferramentas de lavouras. A' tarde, pelo trem da tabella, chegou, da mesma procedencia, o conhecido sertanista Brazilio Lopes, director dos indios do Tibagy. O dedicado sertanista, que há anno e meio exerce gratuitamente aquelle cargo com competencia e dedicação, vem expor ao governo as condições do aldeamento, e propor medidas tendentes a melhorar o estado já regular do serviço da catechese. Já temos notado com satisfação, as boas intenções do governo em

proteger o selvagem paranaense, e, estamos certos, mais uma vez medidas protecionistas serão postas em pratica no sentido de minorar-se a sorte ingeliz dos nossos indios. Consta-nos que o governo marcará um ordenado que retribua de alguma forma a provada dedicação do sr. Brazilio Lopes. Será um acto de inteira justiça, e que irá retemperar a força de vontade do incançavel sertanista. (DIÁRIO DA TARDE 14/11/1901:1)

Até 1910 muitas promessas feitas por governantes do Estado do Paraná aos indígenas, porém, independente das intenções em cumpri-las ou não, inexisteriam mecanismos de controle e fiscalização que possibilitassem a integridade das áreas indígenas contra invasores e colonizadores, que muito pouco se importavam com eventuais acordos realizados entre o governo do Estado e as chefias indígenas. Com isso, as chefias indígenas, ao longo dos anos seguintes, vão se dirigir por diversas vezes para a cidade de Curitiba com a finalidade de reclamar objetivamente sobre invasões em suas propriedades e a ausência de uma fiscalização das violências praticadas pelos não indígenas⁷³.

A partir de 1901, com o constante e intenso fluxo dessas chefias indígenas, passaram a ser recebidos por um grupo de intelectuais paranaenses dedicados ao estudo das culturas indígenas.

4.2 A “Sociedade Ethnographica e Protectora dos Indios”

Como vimos, ao longo de todo o século XIX, todos os esforços levados pela Província para controlar e coibir o fluxo kaingang para a cidade de Curitiba foram frustrados. A isso se deve principalmente ao grande empenho político das chefias e lideranças indígenas, também, de apoiadores e intelectuais que não integravam oficialmente o governo provincial, pregando a defesa irrestrita dos direitos dos indígenas contra violências e assaltos sofridos em seus terrenos.

Para os Kaingang, o trânsito e as viagens para Curitiba haviam se consolidado como uma modalidade de fazer política que representava, apesar dos custos operacionais, um melhor benefício para suas demandas, diante da possibilidade de se dialogar diretamente com os chefes dos não indígenas. O potencial de decisão dos encarregados de aldeamentos sempre foi pouco, e a centralidade política kaingang nas mãos de grandes chefes político territoriais demandava maior poder de negociação (FERNANDES 2003). Para os não

⁷³ Todos os anos, até 1910, apresentam diversos registros de indígenas do interior do Estado.

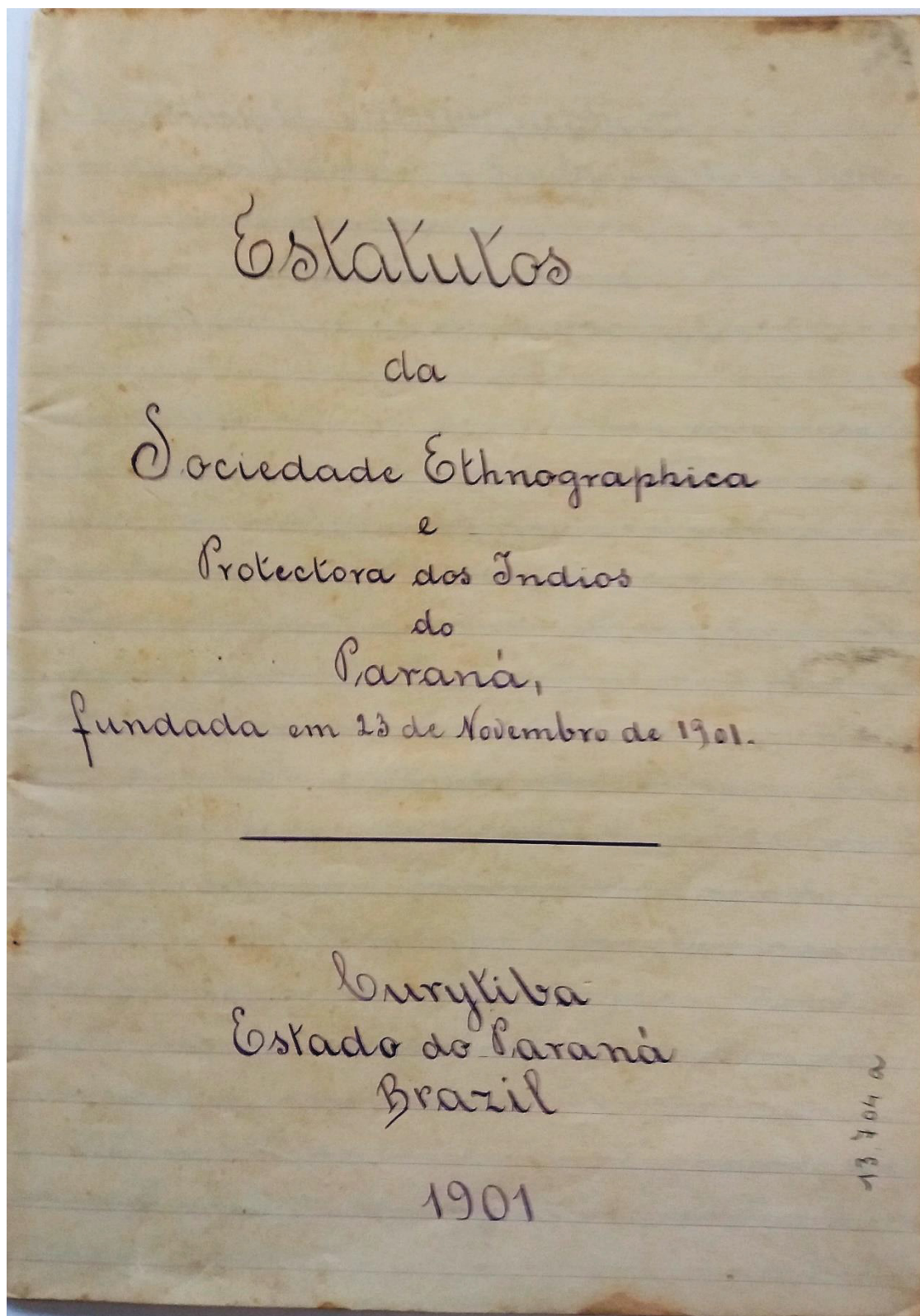
indígenas, a certeza da vinda de tais contingentes se refletia na necessidade de organizar algum tipo de recepção adequada, previamente considerada, de acordo com as frequentes demandas dos indígenas ao longo das décadas anteriores. O novo elemento desse período é a grande pressão por parte da imprensa nos agentes públicos. Diante da inação das agências estatais, um grupo de entusiastas e intelectuais passou a abrigar os indígenas no Museu Paranaense, ainda no final do século XIX.

No início século XX, a instituição já havia se tornado o principal local de hospedagem dos indígenas em suas viagens diplomáticas para a cidade de Curitiba. No período os registros desse tipo se multiplicaram. Os Kaingang se dirigiam de toda parte do estado para a cidade de Curitiba, em grupos formados de 10 a 40 indivíduos, com o objetivo explícito de serem recebidos pelos administradores públicos após passarem 15 dias, ou até mesmo de dois a três meses caminhando para chegar até a capital do Estado. Suas chegadas eram sempre acompanhadas de reportagens que informavam o nome da liderança do grupo e detalhavam os motivos da presença.

Romário Martins e Dario Velloso, ao lado de outros membros da elite econômica e intelectual do estado do Paraná, que atuavam junto ao Museu Paranaense, fundaram em 23 de novembro de 1901 a Sociedade Ethnográfica e Protectora dos Indios do Paraná, cujos objetivos eram de atuar como uma agência protetora, científica e financiadora dos direitos dos indígenas do estado do Paraná. Não se tratava de um órgão oficial do Estado do Paraná, mas de uma associação de “estudos científicos e humanitários”.⁷⁴

⁷⁴ O Rio Grande do Sul foi o único estado do Brasil a criar, mesmo antes do SPI, um órgão indigenista oficial, a “Proteção Fraterna aos Indígenas do Rio Grande do Sul”, em 1908 (BAGOLIN 2009), de fato, o primeiro serviço de ação indigenista da República. No caso da sociedade etnográfica, os primeiros a dirigir foram: Presidente, Sebastião Paraná; vice-presidente, Ermelino de Leão; 1º tesoureiro, Alberto Guimarães; 2º tesoureiro, Augusto Stresser; Seção Etnográfica: Diretor, Romário Martins; Secretário, Ricardo Lemos; Revista: Diretores: Torres Homem, Dario Velloso e Júlio Pernetta; Seção de proteção aos índios: Diretor, João Alberto Munhoz; Secretário Antônio Carlos Ribeiro de Andrade.

Figura 14 Estatutos da Sociedade Ethnographica e Protectora dos Indios.



Fonte: Acervo do Museu Paranaense.

A cerimônia de fundação foi realizada na Biblioteca Pública, segundo publicação do Diário da Tarde do mesmo dia, eram convidadas todas as pessoas que desejasse tomar na patriótica sociedade, voltada a “sociedade de protecção aos índios e de estudos científicos, que deverá denominar-se Sociedade Ethnographica e Protectora dos Índios” (DIÁRIO DA TARDE 23/11/1901). Diversas reportagens noticiam a fundação Associação, além de explorar os objetivos que orientaram sua fundação. O jornal A República mencionou também a presença na reunião do *Coronel* Paulino Arakchó “com 32 índios da tribo dos kaingang, residentes nas margens do Ivahy e que se acham nesta Capital”, destacou que eles já haviam, a muito tempo entrado “no grêmio da civilização, têm, no valle do Yvahy, grandes plantações de canna de assucar e de milho”. Em outra página dessa mesma publicação, que, “capitaneados pelo inteligente e celebre cacique Paulino Arakchó”, os Kaingang pediam ao governador:

[...] auxilio de dous alambiques para assim poderem beneficiar a grande plantação de canna que possuem nos terrenos que o mesmo dr. governador se dignou conceder-lhes a margem direito do rio Ivahy, proximo do Salto do Ubú, onde residem. Com a maxima benevolência, foram os mesmos índios recebidos aqui pelo benemerito sr. dr. governador que com a maior boa vontade os attendeu promptamente, mandando fornecer-lhes dous alambiques, bem como ferramentas e roupas. E' pois com satisfação que registramos este acto de justiça do patriotico governo do Estado, aquem enviamos os nossos sinceros e justos applausos. (Registro 26 A REPÚBLICA 23/11/1901).

A viagem de Arakchó e seus liderados havia sido realizada após convite de Romário Martins, entretanto, tratava-se de uma grande oportunidade de ver atendidas suas reivindicações, diretamente ao governador provisório do estado do Paraná. Sobre a fundação da chamada Sociedade Etnográfica, a reportagem do Diário da Tarde do dia seguinte (24/11/1901), detalha que, a semelhança de outras instituições análogas que haviam sido criadas em outras unidades da federação:

[...] fundou-se ante hontem nesta capital uma associação, propondo-se estudos científicos a respeito dos selvícolas paranaenses e sua incorporação social ao nosso meio. Esse ultimo ponto de vista é novo, em tentativas semelhantes. A conversão religiosa ou redução dos denominados índios tem sido até hoje o objectivo principal d'aquellas cruzadas civilisadoras, levadas ao recesso das mattas. Não querendo pronunciar-nos n'uma ligeira noticia a respeito da preferencia do character, civil ou policial, que deva ter a catechese de homens rusticos, aliás muito afastados já, em sua maioria, do estado selvagem, e parecendo mais mandriões de reças degeneradas, esquivos a qualquer trabalho regular, a menos que não impilla-os a isso uma extrema necessidade, – applaudimos porém a iniciativa do nosso illustre Romario Martins, fundador da referida associação ethnografica,

e que tanto já se tem esforçado individualmente no estudo das nossas antiguidades indígenas. Pela leitura do projecto de estatutos, a que tivemos occasião de assistir, pareceu-nos apenas que goram omitidos os meios, que a nova associação pretende empregar para sua dupla missão científica e humanitária, a qual somente acha-se alli discriminada. Entretanto, mesmo na situação actual de cousas em nosso meio paranaense, julgamos que póde aquella associação deparar auxíllio dos mais valiosos para seu duplo empreendimento, v. g. junto a Sociedade de Agricultura, afim de promover a colonisação de parte do nosso territorio com os indios; junto á direcção do Museu, para organizar uma secção das antiguidades indígenas; junto ao Instituto Historico para que, auxiliando no interesse da sciencia o mesmo Museu, proceda por alguns do seus membros dedicados ás excavações nos *sambaquis* e em logares habitados por antigas tribus; junto a conhecidos correspondentes, nas diversas localidades do Estado, para obter informações sobre a situação dos índios ou de seus bastardos, existindo nas visinhanças e, sobretudo, dados estatísticos, que sirvam a orientar para qualquer procedimento. Finalmente, junto ao governo estadual, para subsidiar todos esses trabalhos de real vantagem para o progresso do Paraná. (DIÁRIO DA TARDE 24/11/1901)

Além da descrição, a proposta da Sociedade Ethnographica era exposta em sete objetivos centrais. Assim foram descritos em seu Estatuto, cujo único exemplar encontrado integra o atual acervo do Museu Paranaense, em seu Artigo 1º (Estatuto da Sociedade Ethnographica e Protectora dos Indios 1901):

“I. Ao estudo da língua Tupy e seus dialetos, fallados nas várias tribus do estado.

II. A colligir as lendas selvagens narradas pela tradição [...];

III. A estudar os usos e costumes, antigos e actuaes dos índios.

IV. A coleccionar os materiaes necessários aos estudos ethnográficos Contribuições para a formação do acervo arqueológico do ‘Museu Archeologico do Instituto Historico e Geographico Paranaense’;

V. A proteger o indígena moral e materialmente promovendo a sua defesa, procurando congregal-o em aldemanetos segundo os melhores processos, e incorporal-o a nossa sociedade, dando-lhe instrução e trabalho.

VI. A fundar desde já na cidade de Curytiba, uma hospedaria com possível commodidade e recursos, que os receba quando em suas constantes excursões à capital.

VII. A fundar uma revista, orgam da Sociedade, onde, a par de estudos científicos, se advogue a causa do índio pela propaganda continua da necessidade de sua catechese e civilização.

VIII. Divulgar o conhecimento dos produtos da indústria dos índios e promover a indrodução no commercio, dos que forem dignos,

IX. Estudar a a pharmacea indígena, propagando della o que for útil”.

O estatuto da Sociedade Ethnographica destacava que ela era dividida em duas seções: 1) a chamada “Scientífica”, que se comprometeria ao estudo e de línguas, costumes, registros arqueológicos, antropofísicos e a formação de um museu etnográfico. 2) a seção chamada de “humanitária”, voltada para a promoção de políticas públicas e proteção do indígena no Paraná. O restante do documento trata das funções de presidência, direção, secretários e tesoureiros dos respectivos setores, além das regras e categorias criadas para a integração de novos membros à Sociedade Ethnographica.

Após a fundação da Sociedade Ethnographica, os registros da presença indígena na cidade de Curitiba aumentaram consideravelmente. A Sociedade se encarregava de toda a recepção, hospedagem, alimentação e auxílio das demandas dos indígenas junto às autoridades públicas das chefias indígenas, através de doações e dos recursos levantados com exposições dos indígenas, de suas fotografias e de seus instrumentos. Os Kaingang representam a maioria absoluta dos registros de indígenas hospedados e exibidos em exposições no Museu (existindo poucos registros de grupos de Guarani ao longo dos anos) do final do século XIX até 1911.

4.3 O Museu Paranaense e os Zoológicos Humanos

Quando os Kaingang começaram a ser expostos nas dependências do Museu Paranaense (em troca de hospedagem, recepção e auxílio em suas

demandas) a exposição de grupos humanos era uma realidade antiga no continente europeu. No início do século XX as imagens projetadas sobre indígenas expostos em grandes mostras e exposições em Museus na Europa e nas Américas fundamentavam-se no colecionismo de objetos e espécimes e no exotismo. Intelectuais e pesquisadores apoiavam-se na certeza de que as sociedades indígenas seriam em breve extintas, por isso deviam ser urgentemente apresentadas e catalogadas (sentimento que Malinowski transportou em seu método etnográfico), como uma “etapa da história da humanidade assimilada ao estágio de natureza” (AMOROSO 2006:126).

Os indígenas eram apresentados como espécimes de um mundo em extinção, selvagens que iriam perecer diante da potência civilizatória do capitalismo industrial: evidências contemporâneas da frágil ancestralidade humana. Essas mostras (as maiores na França, Inglaterra e EUA) tornaram-se empreendimentos gigantes e muito lucrativos, inaugurando “a era dos espetáculos de massa e uma retórica expressa na cenografia que associava tempos e espaços dispersos em uma mesma esfera de representação” (AMOROSO 2006:120).

Entretanto, o desejo de se levar (sequestrar) indígenas para o velho mundo com a finalidade expô-los e apresentá-los às cortes e seus correligionários, já se encontrava presente desde o primeiro século de contato entre nações europeias e indígenas (MASON 2001:21), permanecendo até o século XX. No caso dos *fueguinos* (como eram chamados os grupos originários da região da Patagônia) existem registros de sua exposição desde 1520, quando foram levados pela primeira vez para a Espanha. Mais de quatrocentos anos depois, na última década do século XIX, o missionário Lucas Bridges, originário da região patagônica, descreveu a participação de indígenas da mesma região em uma exibição na cidade de Buenos Aires, mais de quatro séculos sendo utilizados para fins de exibição. Também no século XVI destaca-se a presença de Tupinambás na cidade de Rouen, na França, em 01/11/1550, participando da *Fête Brésilienne*, uma suntuosa recepção oferecida ao Rei Henrique II e à Rainha Catarina de Médici, com diversas apresentações temáticas. Uma delas

buscava representar a vida no Brasil, a natureza e as pessoas⁷⁵. A fantasia exótica de Rouen foi executada como uma espécie de representação mascarada e teatralizada⁷⁶, exemplificando o que Roger Chartier chama de “manifesto de uma perversão da relação de representação”, o que faz com que o que se está apresentando não tenha existência a não ser na imagem que exhibe, que a representação mascare ao invés de pintar adequadamente o que é seu referente (CHARTIER 1991:185).

Marta Amoroso, em *Crânios e Cachaça: coleções ameríndias e exposições no século XIX* (2006) aborda a forma como grupos indígenas foram expostos em museus da América e da Europa. Seu questionamento é justamente “o que está sendo exposto quando se apresenta o índio nos estandes e vitrines da capital do Império ou nas capitais do mundo?” (2006:120).

No século XIX, tais exposições passaram a apresentar grupos vivos para atuar em exposições científicas, junto de alguns de seus objetos, como arcos e flechas, cestos, ossadas de indígenas, associados a elementos da fauna e vegetação. Nos EUA, pontua Ira Jackins, as grandes exposições não eram financiadas pelos próprios cientistas, e sim, pela elite financeira das cidades. As exposições do *American Museum of Natural History* em Nova York (algumas com a curadoria de Franz Boas) foram financiadas por industriários, banqueiros, presidentes de ferrovias, usualmente “novos ricos, com o desejo de provar seu valor e trazer a glória à sua cidade” (JACKINS 1985:83). Como os objetos, os grupos eram expostos de forma descontextualizada, apoiando-se na menção à primitividade humana. Além disso, eram coletados, no caso dos objetos, e cooptados, no caso dos grupos vivos (*life-groups*) ao longo das crescentes atividades de trabalhos de campo dos antropólogos (JACKINS 1985:81-82).

Segundo Boas, um dos responsáveis por tais exposições no *American Museum of Natural History*, os visitantes buscavam, em 90% dos casos, apenas descanso e recreação. Não buscavam conhecimento sobre os objetos ou aos

⁷⁵ Para tanto, foram plantadas diversas árvores e arbustos nativos da França, como vassoura, zimbro e buxo, e em seguida, pintadas. O panorama, segundo um observador, todo “muito próximo do natural com folhas das árvores do Brasil. Outras árvores frutíferas estavam, entre elas, carregadas de frutas de diversas cores e espécies imitando o natural” (DENIS 2007:45)⁷⁵.

⁷⁶ Para a realização festa, segundo Carneiro da Cunha, foram trazidos “trezentos figurantes, entre verdadeiros índios trazidos à França, marinheiros normandos e prostitutas [...]” (CARNEIRO DA CUNHA 1990:98).

grupos indígenas expostos. Além disso, ressentiam-se de tentativas sistemáticas de instrução. Segundo Boas:

Eles querem admirar, impressionar-se com algo grande e maravilhoso, e se a idéia subjacente da exposição puder ser trazida com clareza suficiente, algumas grandes verdades poderão ser impressas sobre elas sem exigir, no momento, qualquer esforço específico⁷⁷. (BOAS 1907:922 *apud* JENKINS 1985:86)

Os grupos em exposição eram colocados de forma que os visitantes observassem uma sociedade “primitiva”, em sentido genérico, representando as raízes da sociedade humana, em um diálogo antropológico evolucionista, “praticada nos gabinetes dos museus, por meio da medição de crânios e esqueletos e por meio da classificação dos objetos da cultura material de populações imaginadas distantes no tempo” (AMOROSO 2006:126). Para os pesquisadores de gabinete, maioria nesse período, expor indígenas em seus gabinetes de seus Museus parecia ideal. Segundo João Pacheco de Oliveira:

[...] os museus e as exposições etnográficas foram engenhos dotados de dispositivos acrônicos, que visam suprimir distâncias físicas e temporais, promovendo um encontro – lógico, integrador e tranquilizador – do seu público com o que lhe é díspar e diferente [...] (PACHECO DE OLIVEIRA 2007:97)

Porém, museus no período assumem posições distintas em relação à exposição dos objetos, e conseqüentemente, dos próprios indígenas, relacionadas a dois diferentes paradigmas, “de um modo pouco crítico e reflexivo, tomando como verdadeira a imagem mais imediata e operando com a pressuposição de objetos desconectados entre si, portadores de histórias insignificantes ou anedóticas”. Uma mais naturalista, “de natureza morfológica operando por meio de comparações (inter e transculturais), produzindo taxonomias e séries tecnológicas. Floresceu no ambiente intelectual do evolucionismo”, sustentada pelo colonialismo e a pela tese mais comum aos pesquisadores de que existe uma supremacia ocidental e o sentimento de uma missão civilizadora (PACHECO DE OLIVEIRA 2012b:75).

A outra posição determina um enquadramento cultural dos objetos, indivíduos, sensações, imagens, e que se aproximava mais da proposta boasiana. De acordo com PACHECO DE OLIVEIRA “dentro das unidades

⁷⁷ Tradução do autor: They want to admire, to be impressed by something great and wonderful; and if the underlying idea of the exhibit can be brought out with sufficient clearness, some great truths may be impressed upon them without requiring at the moment any particular effort.

socioculturais de que procedem, buscando resgatar-lhes um sentido originário [...] uma perspectiva contextualizadora e relativizadora [...] em que cada peça deve estar referida a um universo monocultural” (2012b:75).

Os grupos vivos eram apresentados muitas vezes em autênticos zoológicos humanos junto aos museus e espaços dedicados para as mostras. Junto aos indivíduos, coleções botânicas, arqueológicas e zoológicas (vivas ou taxidermizadas) que buscavam apresentar o comportamento natural das espécies e grupos humanos em relação. Criava-se toda uma cena que busca a imersão do visitante em um determinado ambiente, retirada de seus contextos e caudatária do exotismo. Os indígenas, em Curitiba, Rio de Janeiro, Nova York, Paris ou Londres, eram retirados de seus contextos, transferidos de suas rotinas em seus territórios para os barracões e salões das mostras e museus, de sua vida cotidiana para um degradante simulacro genérico de uma vida primitiva. Peter Mason associa tais elementos à fórmula de produção do exótico nos museus: a (des)contextualização do outro, que o retira de seu cenário, de seu espaço, (re)contextualizando-o em um cenário diferente. Nesse sentido, “não são os aspectos geográficos ou culturais ‘originais’ que são valorizados, mas a adequação dos objetos em questão a assumir novos significados em um novo contexto⁷⁸” (MASON 1998:3).

As informações sobre as exposições de grupos indígenas em museus brasileiros nesse período ainda são pouco divulgadas e muito vagas. Isso se deve, em parte, ao fato de que, ao contrário dos EUA, Inglaterra e França, a ciência antropológica ainda não era disseminada no Brasil, apesar de esforços de naturalistas e historiadores europeus e brasileiros começavam a se organizar junto à elite brasileira. Também ao fato que a medida que arquivos passam a ser digitalizados, e seus bancos de dados disponibilizados para usuários em plataformas virtuais, novas frentes de estudos são disponibilizadas para um número muito maior de pesquisadores. Sem dúvida, o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, detém a maior parte dos registros conhecidos e estudos sobre exposições de indígenas em Museus brasileiros. A partir das décadas de 1870 e 1880 apresentou para visitantes e convidados diversos grupos de indígenas

⁷⁸ Tradução do autor: *It is not the “original” geographic or cultural which are valued, but the suitability, of the objects in question to assume new meanings in a new context.*

oriundos de diversas partes do Brasil. Alguns desses indígenas estabeleceram diálogo com administradores públicos provinciais e agentes do império, como no caso de Curitiba, contudo, muitos dos indígenas nesse processo foram expostos a evidentes “coerções e constrangimentos” (AGOSTINHO 2017:2) nessas apresentações.

A Exposição Antropológica Brasileira, iniciada em 29 de julho de 1882, foi realizada no Rio de Janeiro na sede do Museu Nacional⁷⁹. No centro desse espetáculo estava um grupo familiar *Nak-Nuk*, do tronco linguístico Krenak, descritos no período como uma família de índios botocudos, composta por sete membros, constantemente mencionada nos jornais como a grande atração do evento (VIEIRA 2019:323-324)⁸⁰. Os chamados botocudos – “termo generalizante, utilizado pelos colonizadores portugueses para denominar indistintamente indígenas que utilizavam ‘botoques’ ou alargamentos labiais” (*id.*: 319) –, segundo os relatos:

[...] desempenhavam um papel central no pensamento indigenista da época, figuravam como representantes dos Tapuia, apresentados como selvagens, bárbaros, grotescos e estúpidos, de tronco linguístico distinto do Tupi-Guarani. O antagonismo entre os Tupi e Tapuia ocorreu desde o processo de colonização e catequese, sendo os Tupi descritos como dóceis à colonização portuguesa. Partindo da distinção entre bons e maus selvagens, compreende-se o frenesi causado pela presença de índios considerados “bravios” na corte. (VIEIRA 2019:323-324)

Sobre esses indígenas, originários da região do Rio Doce, é mencionado em trocas de mensagens entre administradores públicos e até mesmo o próprio Ministério da Agricultura que “manter os indígenas do Rio Doce na Corte não foi tarefa fácil. Documentos oficiais registraram a insistência do grupo em não permanecer ali” (AGOSTINHO 2017:17). O próprio Ministro da Agricultura determinou a usual distribuição de brindes para os indígenas, seguindo a política usual de distribuição para indígenas que circulassem pelos espaços urbanos. Como destaca Agostinho:

Certamente conscientes da condição humilhante a qual estavam sendo submetidos ou talvez até mesmo temendo pela segurança de suas vidas, os indígenas podem ter condicionado sua presença na Corte a

⁷⁹ Na ocasião, foi realizada uma solenidade de abertura, que contou com a presença da elite carioca, além do núcleo da Família Imperial, como o próprio Imperador D. Pedro II, a imperatriz Teresa Cristina e a Princesa Isabel (VIEIRA 2019:319).

⁸⁰ Embora sequer citados nos documentos oficiais de divulgação do Museu Nacional, tais como o Guia da Exposição Anthropologica Brasileira (1882), de cerca de 70 páginas.

alguma contrapartida. Não à toa, foram hospedados no palácio do imperador. A imprensa não relatou mais que uma apresentação na Quinta da Boa Vista e todos retornaram ao Espírito Santo em 2 setembro, dois meses antes do fim da exposição. (AGOSTINHO 2017:18).

4.3.1 As exposições de grupos vivos no Museu Paranaense

A recepção e exposição de grupos vivos no Museu Paranaense se tornou rotineira entre a última década do século XIX e a primeira do século XX, o que tornou também rotineira a apresentação de indígenas nos barracões do Museu. Apesar de não se tratar da elaboração de mostras ou exposições programadas, como no caso apresentado das exposições no Rio de Janeiro, EUA e países da Europa, tornou-se aos poucos uma política adotada pelo Museu Paranaense e pela Sociedade Ethnographica e Protectora dos Indios, ambas capitaneadas pelo mesmo grupo de intelectuais.

Em 29 de janeiro de 1902 o periódico Diário da Tarde alertava para a chegada do capitão Tequiá Arengá cidade de Curitiba. A sociedade Etnográfica se responsabilizou pelos procedimentos de recepção e acomodação:

Visitou-nos hoje o capitão Tequiá Arengá, chefe de tribu estabelecida nas nascentes do Rio Ariranha afluente do Ivahy. Com Arengá estão nesta capital 34 indivíduos de sua tribu. A *Sociedade Ethnographica* alojou-os n'um barracão cedido gentilmente pelo commerciante sr. Francisco de Paula, á praça Zacarias, e o governo do Estado lhes mandou fornecer instrumentos agricolas, roupas e mantimento. (DIÁRIO DA TARDE 29/01/1902)

Os 35 Kaingang foram abrigados em um barracão próximo ao Museu, e permaneciam em exposição ao longo do dia e da noite. Segundo reportagem do periódico A República do dia 30 de janeiro de 1902, “Os indios que estão nesta cidade, vindos do interior, estiveram hontem a noite em ruidosas dansas junto ao edificio do Muzeu”.

Em 6 de fevereiro, o jornal O Dia destacava que seriam expostas na vitrine do Museu Paranaense, “photographias de um grupo de indios, que esteve recentemente nesta capital. Essas photographias mandadas tirar pela sociedade Ethnographica desta cidade”. Tratava-se de registros fotográficos sobre o chefe Tequiá Arengá e seu grupo. A única fotografia sobre o encontro dos intelectuais curitibanos e os indígenas encontra-se a seguir (Figura 15). Nela se pode visualizar dois membros da Sociedade Etnografica de Proteção aos

Índios do Paraná, Sebastião Paraná e Romário Martins, junto do grupo dos Kaingang chefiados pelo capitão Tequiá Arengá⁸¹.

Figura 15 Os Kaingang hospedados em barracão, janeiro de 1902.



Fonte: Acervo do Museu Paranaense.

Em junho do mesmo ano, o Diário da Tarde destacava em manchete: “Índios Coroados 478 kilometros á pé A Sociedade Ethnographica No Muzeu”. Tratava-se do toldo de Chapecó, chefiados por André Ferreira dos Santos, kaingang sobrinho de Victorino Condá, que por diversas vezes esteve em Curitiba negociando acordos e exigindo terras para seus liderados. O jornal A República destacou, no dia 14/06/1902, que o chefe Uaicrê (Vaicrê) era sobrinho do cacique Condá, “que, em 1886, auxiliou a expedição que descobriu os campos de Palmas. O producto da venda de entradas no jardim do Museu,

⁸¹ Também se localiza atualmente em região central da cidade, mas em frente as ruínas do Largo da Ordem.

amanhã, será empregado na aquisição de brindes para os índios que alli estão alojados”.

De acordo com o estabelecido pela Sociedade Ethnographica, ficariam em exposição no Museu, sendo os recursos arrecadados utilizados no pagamento dos custos com sua hospedagem e o retorno para seu território no oeste do estado do Paraná. Segundo a reportagem:

Estes índios estão caminhando ha mais de um mez, e hontem, chegados ao fim de sua longa viagem, haviam feito 478 kilometros a pé! Esta tribu é commandada pelo bvelho major André Ferreira dos Santos, conhecido entre os índios de S.O. do Estado com o nome de *Uaicré*, sobrinho do famoso Victorino Condá, o generoso guia da expedição que em 1836 descobriu os campos de Palmas. Os nossos hospedes nos visitaram, hoje pela manhã, acompanhados pelo nosso colega Romario Martins. Estão alojados n'um barracão do edificio do Muzeu, e teem sido soccorridos com boa e farta alimentação pela patriotica “Sociedade Ethnographica e Protectora dos Índios do Parana”. Hoje a referida sociedade secundará o pedido que pelos índios do major *Uaicré* foi feito ao exmo. sr. dr. Xavier da Silva. Estamos certos que s. exc. ainda uma vez attenderá os reclamos dessa pobre e desprotegedia gente, mandando que se lhes forneça materiaes de lavoura, roupas, e que se lhes garanta o direito de posse dos terrenos que occupam desde remotíssimos tempos. O *Diario* assim o espera. O producto que se arrecadar amanhã na venda de bilhetes de entrada no jardim do Muzeu, reverterá em benefício dos índios que alli se acham hospedados. (DIÁRIO DA TARDE 04/06/1902:1)

Em reportagem do dia 18 de junho, o jornal Diário da Tarde destacou que os Kaingang, “que em número de 50 vieram a esta capital”, requisitavam instrumentos de trabalho, roupas e a concessão pelo Estado dos terrenos que já ocupavam a muitas décadas, desde a atuação de Victorino Condá em meados do século XIX, segundo consta, o governador baixou um decreto estabelecendo uma reserva de terras para os Kaingang da região, “emprehendida entre os rios Chapecó, Chapecosinho e a estrada que de Palmas se dirige á colonia militar do Xanxerê” (DIÁRIO DA TARDE 18/06/1902:1). Tratava-se, de fato, do Decreto nº 7, de 18 junho de 1902, que reservou os territórios da região para os indígenas que reservou terras aos “indígenas coroados ao mando do cacique Vaincrê”. Com vemos, mais uma vez a atuação dos Kaingang junto a centro da política estadual parece ter sido um grande elemento que garantiu esse decreto. Longe de uma postura passiva, os indígenas estiveram na capital no momento assinatura do Decreto nº 7, atuando politicamente em seu favor.

Contudo, como sabemos até hoje, nem mesmo a demarcação de Terras com rito constitucionalmente garantido após 1988 garante a integridade fundiária

das áreas indígenas, não podemos imaginar que no início do século XX seria diferente. Os indígenas que recebiam legalmente a posse de suas terras, após viagens a cidade de Curitiba, logo retornavam para reclamar sobre novas invasões, dessa vez sobre posse legal. O editorial do Diário da Tarde chamava atenção para os Índios de “Marrecas e os Bendegósistas [aproveitadores]”:

Os indios das Marrecas e os Bendegósistas. Estão nesta capital, vindos á pé de Guarapuava, varios caciques das tribus indigenas há muitos annos estabelecidas em ambas as margens do Rio das Marrecas, em terras que lhes foram legitimadas e medidas em 1880, presidencia do dr. Predrosa. Esses pobres homens estão sendo agora perseguidos e ameaçados na posse legal dessas suas terras, por individuos ambiciosos que por todos os modos se querem assenhorear daquela legitima propriedade dos bugres, que julgam indefesos. Sabemos que nesta capital varias pessoas eminentes tomam a si a defesa dos indios, e que o governo do Estado, ainda uma vez, vae amparal-os como merecem, no seu legítimo direito. Ainda bem. (DIÁRIO DA TARDE 23/02/1903)

O periódico A Bomba (de pequena circulação) publicou no dia 20 de junho de 1903 o único retrato dessa visita ao cidade de Curitiba. Na seção “Paraná Pittoresco” econtra-se a foto (Figura 16) com a legenda “uma tribu de indios mansos na capital”.

Figura 16 Indígenas da Terra Indígena Marrecas em Curitiba, 1903.



Fonte: A Bomba 20/06/1903.

Nesse período o tamanho dos grupos também aumenta consideravelmente, uma vez que muitas vezes dirigiam-se para Ponta Grossa, e de lá, vinham “pelo trem da tabella”. A ferrovia havia sido inaugurada em 1902, mas os registros de indígenas chegando por ela aumentam muito a partir de 1904. A partir de então, são comuns registros de grupos dentre 60 e 70 indígenas (DIÁRIO DA TARDE 21/03/1904; 25/03/1904; A REPÚBLICA 25/03/1904). De todos os cantos, dirigiam-se para Ponta Grossa a pé, e de lá, de trem para Curitiba.

A hospedagem no Museu Paranaense mantém-se em números crescentes, até o ano de 1911: em 1904 notícias de contingentes Kaingang da região do Ivaí (atual TI Ivaí); em 1905 contingentes de toda bacia do rio Tibagi, Guarapuava e Palmas (A REPÚBLICA 01/03/1905; 22/03/1905; 12/06/1905; DIÁRIO DA TARDE 12/06/1905).

No ano de 1905, Romário Martins organizou uma exposição chamada “Galeria Ethnográfica”, onde foram apresentadas fotografias dos indígenas em Curitiba nos anos anteriores (CARNEIRO 2013:129). De acordo com A

República: “Devido ao inestimável concurso da PHOTOGRAPHIA WEISS, installa-se amanhã a Galeria Ethnographica do Museu Paranaense. Estão já ali representados diversos tipos de índios caingangas e guaranyes, das tribos que estiveram” (A REPÚBLICA 05/08/1905).

A seguir, seguem alguns desses registros inéditos, de mais de um século, que até então não haviam sido apresentados:

Figura 17 Família kaingang no Museu Paranaense.



Fonte: Acervo do Museu Paranaense. Fotografia pintada à mão por Romário Martins em 1903.

Figura 18 A Kaingang “Tandó” no Museu Paranaense no ano de 1903.



Fonte: Acervo do Museu Paranaense. Na parte de trás da foto se lê: “Tan: chuva; Dó: raio – Arco-Íris. Deilhe o nome de Candida. Candida Tandó. aceitou, mas não quiz batizar-se. 1903”. Fotografia pintada à mão por Romário Martins.

Figura 19 Chefe kaingang hospedado no Museu Paranaense.



Fonte: Fotografia de Romário Martins. Acervo do Museu Paranaense.

Figura 20 Chefe kaingang hospedado no museu paranaense em 1903.



Fonte: Acervo do Museu Paranaense. Fotografia de Romário Martins.

Em meio à vocação “científica” da Sociedade Ethnographica e Protectora dos Indios do Paraná e do Museu Paranaense, se aproveita das viagens dos Kaingang e outros indígenas para Curitiba, para subsidiar o levantamento de informações sobre esses povos, históricas, etnológicas e até mesmo físicas, além de incorporar novos instrumentos e objetos desses indígenas ao acervo do museu.

No ano de 1906, uma notícia no jornal A República destaca que devido a um pedido do “Gabinete Dactyloscopico de Hamburgo” ao Consulado Alemão na cidade de Curitiba, iria iniciar a coleta das impressões digitais dos indígenas que passasse pelo museu, para remeter para o referido centro de pesquisa alemão.

A reportagem destaca que a coleta das impressões digitais era de grande valor, “como dos mais interessantes da moderna anthropologia”, e que o estudo já havia começado com os indígenas Kaingang oriundos da região de Rio das Cobras, chefiados por Gregório Kuprê, que haviam passado alguns dias na cidade e estavam hospedados no Museu Paranaense. Além disso, seriam enviadas fichas e instruções de coleta para diversos pontos do interior do estado “para a obtenção de impressões digitais de índios representantes de todas as actuaes raças do nosso território” (A REPÚBLICA 20/09/1906)⁸².

Os indígenas não eram apenas hospedados no Museu. Eram estudados, tinham suas medidas corporais anotadas nas cadernetas positivistas, e por fim, eram apresentados como exemplares da vida selvagem aos cidadãos, transformando o Museu Paranaense temporariamente em um Zoológico Humano. O evolucionismo estava na ordem do dia, relacionar desenvolvimento orgânico com desenvolvimento social, inclusive esse tipo de registro encontrava-se como uma das aptidões da chamada Sociedade Ethnographica.

Na publicação do periódico A República de 12 de abril de 1893, argumentou-se que, “apesar de suas reconhecidas capacidades intellectuaes querem convencer o povo de que não deve aceitar as doutrinas novas e sim conservar os costumes de nossos pais” (A REPÚBLICA 12/04/1893). Os

⁸² A reportagem ainda informa: “O modelo seguido no *Museu* differe absolutamente do Gabinete Anthropometrico da Policia e tende a outros fins, muito diversos mesmo. As impressões digitais começam pela mão esquerda, na segunda ordem: – Indicador, médio, anular, mínimo, polegar, tomados de canto a canto da unha desde a coroa do dedo até o termo da primeira phalange ; segue-se o mesmo processo com a mão direita. As impressões simultaneas, obtidas por ultimo, exceptuam o polegar e são tomadas com os dedos pusados levemente sobre o papel, sem rolar como nas impressões parciais de canto a canto da unha” (A REPÚBLICA 20/09/1906).

indígenas, apresentados como ancestrais da nação brasileira, porém por isso mais próximos dos macacos, são identificados com esses costumes antigos, selvagens, característicos do estágio primitivo, segundo a argumentação apresentada. A observação do texto relacionava-se principalmente aos grupos Kaingang que frequentemente se dirigiam frequentemente à cidade de Curitiba:

Qualquer pessoa que pode ver o que nos primeiros tempos o homem tinha até uma organização de macaco, como possuidor de craneo a que nos referimos em nosso antigo passado, e como podemos ver ainda nos índios que percorrem as ruas das nossas praças. Por ventura seríamos hoje o que somos, se quando nossos paes estavam n, aquelle estado primário regeitassem ôs aperfeiçoamentos dos materiaes q' traziam como consequencia uma economia de esforço material e proporcionava-lhes mais tempo para cultivar a intelligência? Seríamos hoje o que somos, si nossos paes não regeitassem os seus costumes para adoptar outros melhores? Seríamos hoje o q' somos si uma critica severa das coúzas não nos fornecessem a liberdade do pensamento moderno? [...]. (A REPÚBLICA 12/04/1893)

Algumas das reportagens lembravam aos leitores o preço da entrada e o tempo de duração que os indígenas permaneceriam na cidade. O jornal A República, em setembro de 1906, destacava:

Índios Coroados – Procedentes do Rio das Cobras chegaram hontem á esta capital doze índios coroados, sob o comando do *Major* Gregorio. O Rio das Cobras é um affluente do Rio Iguassú. O toldo do *Major* Gregorio fica ao sul do Xagú e se compõe de cerca de duzentos indivíduos. Gregório com sua gente pernitoou no Quartel do Regimento do Segurança e tem passado o dia no pateo do *Muzeu Paranaense*. (A REPÚBLICA 14/09/1906)

No dia seguinte salientava:

Bugres – Continuam hospedados no *Museu* os bugres caingangs commandados pelo *Major* Gregorio, chefe geral das tribus aldeadas no Rio das Cobras, em Guarapuava, tribus compostas de cerca de 1.090 índios. Este cacique muitos serviços prestou á commissão das estradas estrategicas. É um índio trabalhador, prestativo e inteligente. Na zona de seu mando ha uma escola com cerca de 70 creanças índias, mantidas e paga pela comunidade caingang. O producto das entradas no Jardim do *Museu*, amanhã, será destinado a favorecer esses singulares habitantes do sertão. (A REPÚBLICA 15/08/1906)

Da mesma maneira que as exposições europeias, os indígenas eram apresentados como exemplares da vida selvagem. Em Curitiba não se tratou de um evento isolado, uma ou outra exposição de indígenas no museu, mas a transformação desse modelo em uma política de recepção específica, levada a cabo por intelectuais e políticos paranaenses. A defesa do método era sempre embasada na divulgação e apresentação dos indígenas para a civilização, e para bem da ciência e conhecimento do público – o zoológico humano com os

Kaingang era uma realidade constante na cidade de Curitiba, entre os anos 80 do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX.

Os indígenas expostos também não eram grupos desorganizados, capturados especialmente para esse feito. Tratava-se de grupos entre 10 e 70 indivíduos, juntamente com uma chefia Kaingang muito forte, que já detinha um canal aberto de diálogo com intelectuais e administradores paranaenses. Associava-se as demandas políticas dos indígenas aos interesses da Sociedade Ethnográfica e da Museu. Os registros são muitos. Em 1906 indígenas de Guarapuava, Marrecas e rio das Cobras, este último sobre o comando do chefe Gregório Kuprê (A REPÚBLICA 04/05/1906; 05/05/1906; 06/05/1906; 14/09/1906; 15/09/1906; 19/09/1906; A NOTÍCIA 09/05/1906; 15/05/1906) se hospedavam e eram expostos no Museu. O ano de 1907 não apresenta muitos registros de permanência no Museu, mais sim de diversos recibos de pagamentos de reembolsos a particulares, relacionados aos gastos executados para acolher os indígenas ao longo dos dias que estiveram em Curitiba.

Em 1908 novas notícias de hospedagens no Museu de indígenas Kaingang do rio Piquiri (Serra da Pitanga) chefiados pelo Major Bandeira e capitão Simplício, indígenas batizados e com títulos do governo do estado (A REPÚBLICA 26/10/1908; 28/10/1908). O Diário da Tarde destacou que os indígenas estiveram no Palácio do governo o Coronel Simplício e o tentente José Luiz. O primeiro disse ao reporter do periódico que iria se queixar ao governador de agressões sofridas na região que morava, na Campina de Mangueirinha, na época, município de Palmas. O governador era considerado pelos Kaingang um grande chefe, e como um grande chefe, alguém a quem poderiam se reportar e que poderia resolver seus conflitos com outros não indígenas:

[...] ia falar com “papae”, (o sr. presidente do Estado), afim de perdirlhe terrenos, fardamento e espada do coronel, espingardas de dous e de um cano gaitas para fazer bailes, etc. Mostrou um ferimento produzido por facão, na região lombar esquerda, dizendo que fora praticado por um portuguez, em Ponta Grossa. Contra esse portuguez ia queixar-se a “papae”. (DIÁRIO DA TARDE 31/03/1909)

Em 1909 estiveram presentes no Museu os Kaingang chefiados por Capanema. Mais uma vez os indígenas da atual TI Mangueirinha vinham a Curitiba se queixar ao governador de invasões em suas terras. Segundo a reportagem tratava-se de José Capanema, “[...] filho do major do mesmo nome, velho incola que conta 120 annos de idade, e veio até aqui, trazer ao sr,

presidente do Estado, uma reclamação sobre as terras que habita com os seus e de onde, parece, cogitam fazel-o retirar” (DIÁRIO DA TARDE 31/03/1909). No mesmo ano diversos registros sobre os Kaingang da região do Rio do Cobre foram encontrados ao longo da pesquisa, sendo hospedados no Museu Paranaense. Segundo o periódico A República, de 25 de novembro de 1909, tratava-se do indígena general Nhonhô, que, apesar de ser considerado muito importante e ter sempre boa recepção na cidade, encontrava-se com varicela:

[...] entretanto, foi infeliz na sua vinda á capital, Alguns dos seus companheiros, segundo elle conta, foram atacados “de bexiga” (varicella) e um delles cahiu na estrada, ao entrar nesta cidade, attingido pela contagiosa doença. Logo que o exmo. sr. desembargador Costa Carvalho, Chefe de Polícia, teve conhecimento do facto, determinou que o sr. commissario Joao de Abreu tomasse as providencias necessárias, no sentido de evitar o contacto dos índios recém-chegados com pessoas desta cidade; e o dr. José Loyola, Director do Serviço Sanitario forneceu com promptidão a ambulância do Lazareto S. Roque para conduzir o índio que se suppõe atacado de varicella. Os demais índios, em numero de 18, partiram do Museu para o Lazareto, acompanhados por policiaes, serviço esse ordenado com toda a regularidade e cordura pelo coronel João de Abreu, que ágio nesse caso com a máxima presteza e correcção. (A REPÚBLICA 25/11/1909)

Antes da virada do ano, mais uma expressão da proximidade que os indígenas tinham com o grupo de intelectuais, liderado por Romário Martins. A República publicou em 28 de dezembro de 1909 que, em meio a conflitos na região de Palmas, os indígenas encaminharam para Martins o seguinte telegrama: “Palmas, 27. Romario. Não entrego terra. Tenho noventa bugres promptos. Conheçam bugres do tempo do Capitão Viry. Viva Palmas do Paraná! Indio Tentente André Ferreira, Antonio Ramos” (A REPÚBLICA 28/12/1909:2).

Em 1910, o cacique Antônio Kretã se hospedou no museu junto de seus liderados. Vinham para denunciar o “desaparecimento de um bugrinho” [sequestro de uma criança] (A REPÚBLICA 28/10/1910). Aos poucos, até 1911 somem os registros da presença de indígenas no Museu Paranaense. Também se reduzem drasticamente os registros (até então constantes) de indígenas na cidade de Curitiba. No mesmo ano foi criado o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) com a promessa de que seus servidores passariam a realizar visitas constantes nos territórios indígenas e trazer suas demandas. Uma das principais bandeiras do órgão era o controle sobre a mobilidade e a sedentarização dos indígenas nas áreas determinadas.

A presença de indígenas em Curitiba seria considerada, nesse sentido, um problema a ser enfrentado pela Inspetoria que acabava de ser instalada⁸³.

4.4 O Serviço de Proteção ao Índio: ruptura no diálogo e recepção de indígenas na cidade

A política indigenista do período não servia aos indígenas, apesar de ser destinada a eles. Servia para transformá-los em não indígenas. Por mais progressista e sobre auspícios humanos que o indigenismo positivista pudesse transparecer, todas suas ações estiveram voltadas para ampliar a sociedade nacional com o trabalho e transformação definitiva do indígena em trabalhador nacional. Tais ações foram idealizadas com a crença de que “estava implícito que elas viriam, mais cedo ou mais tarde, a se incorporar à nação brasileira, desde que se permitisse a realização normal de seu processo evolutivo”, o que significava, apesar de os teóricos do indigenismo não considerarem relevante à época, “a supressão quase que total da auto-determinação dessas sociedades” (CARDOSO DE OLIVEIRA 1972:62).

A institucionalização das políticas indigenistas republicanas (com base no poder tutelar) foi reunida na criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), criado a partir do Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, integrando o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), criado em 1906. O órgão, de acordo com o decreto deveria:

a) prestar assistência aos índios do Brasil, quer vivam aldeados, reunidos em tribos, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados; b) estabelecer em zonas férteis, dotadas de condições de salubridade, de mananciais ou cursos de água e meios fáceis e regulares de comunicação, centros agrícolas, constituídos por trabalhadores nacionais que satisfaçam as exigências do presente regulamento. (Decreto nº 8.072, de 20/06/1910)

Transformar os indígenas em trabalhadores nacionais significava regulamentar e institucionalizar uma série de instrumentos que já vinham sendo efetivados desde o período imperial, principalmente o trabalho agrícola nos aldeamentos. Fundamentava-se tal fato em uma *crise na agricultura* após a abolição dos escravos, como destaca Souza Lima, a necessidade de se estabelecer a *regeneração da agricultura nacional* (SOUZA LIMA 1995:100-102).

⁸³ O órgão foi primeiramente instalado em Curitiba na Rua Conselheiro Barradas 168, onde fica atualmente a Rua Presidente Carlos Cavacanti, no centro de Curitiba.

Paralelo aos debates do lugar do indígena como trabalhador do Estado, não faltaram intelectuais que defendessem nesse período o extermínio de indígenas que não se associassem livremente a proposta que oferecia o Estado republicano. Os métodos *brandos* poderiam até ser utilizados e oferecidos como metodologia de atração, como se pode observar com os *brindes*, utilizados para pacificar e “adoçar o espírito” desde o século XIX. Contudo para alguns diante da negativa de tal oferta, ou mesmo, de resposta violenta dos indígenas, uma resposta mais violenta era o melhor que o Estado poderia fazer.

Os Kaingang eram considerados nas primeiras décadas do século XX indígenas de contato consolidado, em alguns casos, em processo avançado de *aculturação*, entretanto, não lhes faltavam críticas de que seriam indomáveis, inconstantes, traiçoeiros e incapazes de civilização plenas. Não faltaram agentes do Estado e estudiosos que defendessem o seu extermínio. Von Ihering, então diretor do Museu Paulista, referindo-se aos Kaingang como Brugres, manifestava que estes “tantos embaraços tem oposto á população do interior ou sertão do nosso paiz” (IHERING 1907:208). Denunciava a contínua falência dos esforços civilizatórios da catequese com as negações e reações dos Kaingang diante de tais tentativas. Em suas palavras, os Kaingang são selvagens, que “não representam um elemento de trabalho e de progresso [...] são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio” (*id. Ibid.*:216).

Os preconceitos e os estigmas da degeneração e aculturação lançados sobre os Kaingang não eram mais do que o resultado de construções ideológicas que suportavam a ambição desde os primórdios da guerra de conquista sobre seus territórios, “somadas ao preconceito e à aversão que os intelectuais tinham em relação aos Kaingang e Xokleng” (NOELLI 2000:243). No ano seguinte, em meio ao XVI Congresso dos Americanistas, em Viena, o Brasil foi acusado de praticar um autêntico massacre, o que foi repudiado por Ihering em 1911, que salientou o sentimentalismo dos brasileiros como um dos maiores entraves a transposição da marcha ascendente da civilização: “O coração do brasileiro inclina-se a perdoar aos miseros selvicolas, inconscientes da gravidade dos delictos” (IHERING 1911:113). Pode-se ler também nesse a defesa de Ihering

das expedições bugreiras, ou *dadas*, procedimento que tem origem no cerne do sistema colonial, que se especializou e multiplicou as modalidades de caça aos indígenas:

Os moradores prejudicados por esta absoluta falta de protecção por parte do governo, organizam-se com «bugreiros» (chamam-se assim os versados na caça indígena); estes, juntamente com os prejudicados, dirigem-se para a aldeia, e de madrugada assaltam-na e destroem-na. Matam todos os homens e as vezes mulheres e crianças, sem perigo para os assaltantes, e na mais horrível das carnificinas. Chamam-se taes matanças, em São Paulo, *dadas*. (*Id. ibid.*:130)

O etnólogo Herbert Baldus era um dos que contrapunham fortemente o argumento do extermínio dos Kaingang, destacando que os Kaingang podiam ser valiosos aliados, “são fiéis ao amigo branco e defendem-no quando é atacado”, entretanto [...] procuram prejudicar aquele de que não gostam (BALDUS 1937:67). Sobre as propostas de desenvolvimento e integração de trabalhadores nacionais indígenas ou o extermínio, Baldus descreve que:

Ambas as tendências conservaram-se com força igual até hoje, e têm seus defensores em quase todos os círculos que se ocupam da questão dos índios. É verdade que à exterminação opõe-se a atividade de missões cristãs e da Comissão de Protecção dos Índios criada pelo governo. Essa atividade visa e assume formas filantrópicas de assimilação. Se, além disso, há hoje uma tendência cujos representantes desejam o isolamento permanente e completo dos índios, faltam, por enquanto, necessidades bastante fortes para dar-lhe peso, porque ela só é patrocinada por aqueles que estão embaraçados por escrúpulos sentimentais, em falar, sem disfarce, a favor da exterminação, ou, então, por alguns etnólogos que temem pela conservação do seu material de estudo, ou, por fim, por essas criaturas românticas que querem pôr os interesses dos índios acima dos interesses de sua própria raça. (*Id. ibid.*:319)

Contextualizando o ambiente de discussão, percebe-se que, apesar das prerrogativas integracionistas e da punção assimilacionista dos indígenas à sociedade nacional, o SPILTIN ainda era uma referência de grande *humanidade* entre os intelectuais. De acordo com Souza Lima, o objetivo central do órgão seria disciplinar o indígena como o faria com um trabalhador agrícola não indígena, oferecer a ele o mesmo tratamento, levando em consideração, o que era uma novidade na época, o gradiente de estágios que uma população indígena se encontrava em relação à sociedade nacional, o que o diferenciaria dos ideais do *Apostolado Positivista*, que os considerava, como um todo, *fetichistas*. O estágio indígena era liminar e transitório, uma vez que o indivíduo indígena deixaria de sê-lo, com ou sem a atuação do SPILTIN (SOUZA LIMA 1995:121).

A atuação estatal serviria para moldar a personalidade e a vocação profissional de acordo com o interesse do estado, retirando o indígena da floresta para o ambiente rural. A cidade não seria espaço ideal para esses “trabalhadores nacionais com vocação agrícola”, que o Estado brasileiro tinha buscava forjar. O recorte não era exclusivo aos indígenas até 1918, quando se instituiu um órgão próprio para a Localização de Trabalhadores Nacionais, e outro, como Serviço de Proteção aos Índios. Mantendo sempre grande influência no órgão, os militares passariam a assumir integralmente o órgão a partir de 1933. Isso projetaria tanto os militares quanto o SPI para o centro das decisões do Estado, uma vez que os territórios indígenas seriam tratados estrategicamente como de especial interesse para a união.

O Estado republicano militarizou toda a sociedade criando a imagem de cidadão/soldado, implantando medidas como o serviço militar obrigatório. Da mesma maneira, o SPI militarizou sua atuação junto aos indígenas, através da hierarquização de lideranças e chefias indígenas, nos postos indígenas instalados nas reservas indígenas reconhecidas pelo Estado. Apesar de o título militarizado não ser novidade na ação junto aos indígenas, presente desde o período colonial, não se tratava somente de um prestígio diante de serviços prestados, mas também, de um instrumento de controle, punição e cooptação de chefias para o interior do próprio SPI.

A militarização da ação estatal, em todos os seus níveis, tinha um claro objetivo hierarquizar a sociedade civil “aos mais altos escalões”, suportando “uma figuração da nacionalidade” (SOUZA LIMA 1995:270). Assim, o projeto para os indígenas era integrá-los e unificá-los em um projeto nacional maior, com funções e espaços definidos para todos os indivíduos na sociedade.

A maior parte dos Kaingang que permanecia na cidade de Curitiba com intuito de negociar e reclamar demandas, já detinha ou recebia na cidade um título militar (sargento, capitão, major, entre outros). Além de servir como distinção interna, da sua posição e capacidade de controle dos indígenas sobre o regime tutelar do SPI, eram cobrados no mesmo nível para atuar junto aos interesses do Estado, sobre pena de perder tais privilégios. Como exemplo dessa atuação os trabalhos executados pelo Cacique Capanema na região da

Campina dos Índios (atual Terra Indígena Mangueirinha) na construção de estradas na região, em troca de títulos e possessões territoriais.

A nacionalização dos indígenas através de sua militarização era sustentada por ferramentas de controle, executadas através da violência, força, hierarquia, trabalho e disciplina. O objetivo era, com isso, romper com os recorrentes vícios e inconstâncias que são descritos como características dos indígenas, desde o período colonial (VIVEIROS DE CASTRO 2009). Para fins de mapeamento e desígnio de recursos no território, era preciso manter os indígenas nos espaços pré-determinados, por isso, o controle sobre as andanças e sobre a mobilidade indígena foram centrais no cerco realizado aos indígenas na república brasileira. A potência da guerra (forças armadas) formou um *cerco de paz* através das políticas indigenistas institucionalizadas pelo Estado republicano, como descreve Souza Lima:

[...] soberana no assenhoreamento de povos e terras, capaz de engendrar hierarquias, posições em sistemas de estratificação, dispor de espaços colocando-os sob controle centralizado, coitidianizar estes processos em múltiplos e sutis dispositivos de poder. Sobretudo para a tutela sob os *índios*, agenciá-los, codificá-los em lei, é demonstrar o quanto os poderes de Estado constroem categoriais sociais simultaneamente se construindo e formando Estado. (SOUZA LIMA 1995:310)

A partir de 1910 a atuação da Sociedade Ethnographica junto aos indígenas passou a ser contestada por servidores do SPI, a partir desse momento incumbidos de executar as políticas indigenistas centralizadoras da república. Nesse período começam a se responsabilizar pela acomodação e pelo retorno dos indígenas, como se vê em seguida em referência ao Cacique Antonio Joaquin Cretã:

Os índios caingangos que há dias estavam nesta cidade, regressaram hoje pelo trem dos campos a seu toldo. O velho cacique bretã [Sic] e seus companheiros, foram encantados pelos favores recebidos da inspeção de protecção aos índios neste Estado, que lhes deu roupa, instrumentos de lavoura, armas de caça, alimentos para a viagem, etc. Maravilhosa foi a impressão que o gramophone e cinematographo causaram aos ingênuos selvícolas. (A REPÚBLICA 01/11/1910)

Os indígenas continuam mantendo, mesmo com a instalação do SPI, um regime de denúncias junto aos intelectuais do Museu, representados principalmente na figura do próprio Romário Martins.

Os Índios do Chapecó – Ao sr. Coronel Romario Martins, director do Museu do Estado, telegrapharam os índios do Chapecó solicitando providencias contra invasão dos seus herveas. O sr. director do Museu

communicou o facto e levou a reclamação dos índios ao conhecimento do sr. dr. José Ozorio director do Serviço Federal de protecção aos Selvicolas, que espera instrucções do coronel Rondon, para providenciar no sentido de tornar respeitadas as propriedades dos indígenas reclamantes, requerendo, se preciso for, manutenção da posse para elles. Assem se vai tornando effectiva a protecção devida ao selvicola. (A REPÚBLICA 22/11/1910)

* * *

A Sociedade Etnográfica de Protecção aos Índios não parece ter tido muitos anos de atuação, porque, após transcorridos alguns anos de sua fundação, o SPI instalou um escritório regional na cidade, a partir de então, responsável pela execução das políticas indigenistas. No período provincial o diálogo na cidade e a recepção de indígenas estavam a cargo do governo do Paraná. Na virada do século XIX para o XX estava nas mãos de um grupo de intelectuais e “benfeitores” positivistas que enxergavam, em sua atuação, uma missão diante do esvaziamento de políticas de recepção e acolhimento dos chefes Kaingang que visitavam Curitiba.

A centralização da política indigenista na circunscrição federal, bem como sua respectiva vocação na transformação de indígenas em trabalhadores rurais nacionais (SOUZA LIMA 1995), não só impediu que o modelo de presença na cidade fosse sustentado, mas também determinou punições para os indígenas que se afastassem das regras estabelecidas nos postos indígenas: o nomadismo (no qual se incluíam as saídas dos chefes às cidades) era considerado um enorme mal aos propósitos do Estado. Se a sedentarização de indígenas em torno dos desígnios colonizadores/conquistadores era um desejo presente desde os primórdios da colonização, no território Kaingang ele começa a ser efetivado no período entre 1920 e 1970, quando a atuação do órgão indigenista imprimiu maior força e violência aos indígenas que desviassem de qualquer objetivo estabelecido pelo Estado, ou mesmo perifericamente, a partir da vontade dos Chefes de Posto. O resultado desse processo de concentração e redução da mobilidade é imenso em toda a vida social Kaingang. Segundo Paulo Roberto Homem de Góes,

os territórios que articulavam várias aldeias foram sendo gradativamente fragmentados e reduzidos às atuais terras indígenas. É notável, porém, que reproduzem um padrão de assimetria interaldeã. A unidade territorial interaldeã que outrora fora constituída pelas aldeias centrais se transformou, ao longo do processo de desterritorialização, nas terras indígenas delimitadas que são

organizadas com uma aldeia central, denominada Sede. Menor abrangência das unidades territoriais, adensamento demográfico e redução das possibilidades de produção de novos territórios, porém continuidade dos padrões de assentamento interaldeãos. (GÓES 2018: 171)

4.4.1 Cidade interdita: as décadas de 1940 até 1970

Aos poucos, a tutela do SPI vai se impondo e os indígenas vão sendo cada vez mais proibidos de deixar suas áreas, sobre o risco de sofrerem violentas penalidades. Como destaca Tommasino: “Mesmo quando já considerados ‘mansos’, o SPI procurava impedir os deslocamentos voluntários dos Kaingáng que se dirigiam para as cidades e áreas habitadas por brancos, provocando reclamações sobre a sua presença” (TOMMASINO 1995:185).

A hierarquia instaurada nas áreas indígenas e o controle sobre o trânsito de indígenas para fora delas e sua mobilidade, de uma maneira geral, será uma importante ferramenta implantada pelo poder tutelar (SOUZA LIMA 1995), que nenhuma política anterior tinha conquistado, com tanta eficiência. O *nomadismo*, elencado pelo SPI como uma das principais dificuldades no seu trabalho de tutela, como se pode ler no relatório do servidor do Serviço de Documentação do SPI, Vicente de Paula T. da F. Vasconcelos, é associado a crime. Pedia informações para estabelecer mecanismos de punição chamados de “reabilitação dos índios”, tanto para os crimes ou faltas graves como para “outras inferioridades, inclusive o nomadismo incorrigível pelos meios ordinários”. Vasconcelos continua: “Como descobrir e amenizar a dor e o desconforto moral que se encobrem sob a capa de apatia e indiferença, talvez simulada do índio que se desmoralizou e tornou-se culpado ou nômade?”. E finaliza, pontuando: “O nomadismo de algumas tribos de índios é um dos maiores entraves à sua incorporação, pois desenvolve gosto pelo estado de ciganagem e mendicância” (VASCONCELOS 1921 *apud* SOUZA LIMA 1995:196-197.).

Também nesse sentido, cabe destacar o memorando produzido e assinado pelo Chefe da 7ª I.R. Paulino de Almeida Circular nº 144 do SPI, enviado a todos os chefes de postos em 12/7/1945, cujo objetivo era restringir a saída dos indígenas de suas Terras Indígenas e inibir seu trânsito nas cidades, principalmente de suas lideranças, diante do perigo que observavam para o

Estado, cada dia mais, com o conhecimento dos instrumentos jurídicos e políticos que podem ser utilizados em favor de suas comunidades:

Afim de corrigir-se o pernicioso nomadismo dos índios, repito a recomendação para diligenciarmos, com o máximo interesse para que nenhum índio se afaste desse Posto sem que esteja munido de uma Guia de Trânsito, passada por vós, datada, assinada e carimbada, mencionando o lugar para onde o portador se dirigir e o dia em que deve regressar ao Posto. Nesse sentido deveis vos entender com as autoridades dessa região (Prefeitos, Delegados e Sub-delegados de Polícia, Juizes de Comarcas e dos Distritos, Inspetores Policiais, Guardas Florestais, Comerciantes e pessoas gradas), solicitado-lhes que, quando vierem algum índio vagueando pelas estradas ou povoado sem a Guia de Trânsito, procurem, por meios persuasivos, faze-los regressar ao seu domicilio e, sendo possível, comunicar o fato ao Encarregado do Posto mais próximo, para que sejam tomadas as providências necessárias. Às referidas autoridades deveis solicitar também que não forneçam passagens nem meios de espécie alguma e sob nenhum pretexto, para viagens de índios às cidades, explicando-lhes os grandes males que ditas viagens acarretam, não só à saúde dos índios, como também às suas moradas, criações e plantações que, em geral ficam abandonadas. [...] (Circular nº 144 do SPI *apud* TOMMASINO 1995:182-183)

Os Kaingang que residem hoje na cidade de Curitiba ou mesmo aqueles que visitam ocasionalmente a cidade, como artesãos e articuladores políticos, destacam com frequência que mesmo em meio a toda a proibição da livre circulação de indígenas para fora das áreas pré-determinadas, era comum que os Kaingang buscassem formas dentro e fora do sistema indigenista para se afastarem do seu controle. As cidades eram destino frequente em tais momentos, sendo Curitiba um local onde se poderiam estabelecer negociações com comerciantes para garantir o acesso a determinados bens. A capital do estado do Paraná tem a maior parte de sua história dimensionada em torno do contato e relacionamento político com importantes chefias indígenas, realizados dentro de seu território.

Em abril de 1938, o jornal O Dia noticiava que os indígenas Kaingang da região do Tibagi se dirigiam para Curitiba, com a finalidade de buscar ferramentas para o trabalho. Alguns deles foram encontrados em frente a prédios públicos da cidade de Ponta Grossa, buscando recursos e autorização para seguir viagem. À reportagem, o indígena intérprete (de apenas 10 anos, “o único que falava sofrivelmente o português”) comentou que haviam realizado uma caminhada de trinta dias.

Segundo o periódico, “assim, nos chegamos ao grupo, notando desde logo tratar-se de índios dos sertões do ‘hinter-land’ que para aqui se dirigem com o propósito de angariar das autoridades competentes auxílio necessário ao seu sustento”. Como sabemos, aproveitavam para se queixar e exigir das autoridades providências contra invasões e agressões frequentemente cometidas contra eles havia quase cinco décadas. Provavelmente tenha sido esse o motivo pelo qual tiveram sua passagem negada, segundo o menino Kaingang, “aqui não conseguiram passagem para Curitiba, cuja viagem tinham que empreender novamente a pé”. Não há nenhum registro que o governador Manoel Ribas tenha os recebido, ou qualquer outra autoridade. Da mesma maneira, não existem registros nos jornais de recepções ou da atuação do SPI, tudo que se sabe é que foi providenciado recursos para que eles retornassem aos seus territórios pelo mesmo caminho que haviam vindo (O DIA 27/04/1938).

Nessa época o código de proibição da circulação de indígenas nas cidades, reestabelecido pelo SPI vigorava. A mobilidade era vigiada, e os desvios severamente punidos. O SPI passa, com o tempo, a instrumentalizar cada vez mais a violência como ferramenta de punição à livre mobilidade de indígena. Qualquer viagem não comunicada ao chefe do posto, sem portaria ou guia

A antropóloga Cecília Helm, que realizou pesquisa de campo entre os Kaingang de Mangueirinha nas décadas de 1960, 1970, além de ter realizado perícias técnicas sob demanda judicial relatou em diversos diálogos que os Kaingang se mantiveram visitando a cidade, mesmo com proibições formais do SPI. Segundo Cecília Helm:

Nessa época que estava dentro da aldeia, o chefe do posto, pensa que o indígena tem que ficar lá. Ele é orientado a punir esses desvios. Por isso, muitos indígenas que vinham pra cidade se camuflavam. O Dival [José de Souza] que trabalhava no SPI tinha muita raiva dos índios que viessem à Curitiba [...] principalmente porque eles perdiam o controle do que eles faziam e falavam, e esse era o objetivo, controlar eles. O que se fazia era punir no retorno [...] aí vinham aquelas brutalidades do SPI que se conhecesse no relatório Figueiredo, espancar, transferir (CECÍLIA HELM 16/01/2020).

Controlar os indígenas é um tema comum desde o período colonial. “O SPI punia as saídas, pra onde fossem” (*id.*). O SPI temia a eventual publicidade

negativa para o órgão e seus servidores que indígenas nas cidades poderiam fazer. De fato, nos anos 1960 os Kaingang de Manguaerinha começaram a denunciar e reclamar em agências estatais de Curitiba o esbulho territorial produzido no mandato de Moysés Lupion (1947-1951) e a cumplicidade do órgão indigenista do Estado com a situação dos indígenas na localidade⁸⁴.

Na continuidade de seu depoimento Cecília Helm mencionou que as chefias Kaingang de Manguaerinha, principalmente, tinham grande frequência na cidade de Curitiba, contudo, no período do SPI eram frequentemente punidas com extremo rigor por essa presença:

Sempre recebi muitas visitas dos Kaingang, principalmente daqueles que foram minhas fontes, ou informantes. Recebo sempre o Márcio lá de Manguaerinha. Nos anos 60, não lembro bem se 1965 ou 66, o João Vicente Capanema veio para Curitiba para reclamar do ex-governador Lupion e principalmente da retirada dos marcos da terra [...] quando cederam terra para as empresas e companhias retiravam os marcos. Quando ele retornou para Manguaerinha foi preso e transferido para Rio das Cobras [...] era para ele servir de exemplo [...] quando encontrei ele, ele me dizia baixo para eu não falar pra ninguém, porque se soubessem que ele contou para mim, podia ficar ainda pior para ele. (CECÍLIA HELM 16/01/2020).

A cidade de Curitiba, como outras capitais estaduais, também recebeu muitos indígenas que foram sequestrados de seus territórios para servir aos interesses estatais e/ou acadêmico-científicos. Além dos Guarani e Kaingang, (que foram trazidos à capital no período colonial e imperial), alguns indivíduos Xetá também foram trazidos para a cidade de Curitiba por agentes do SPI e acadêmicos. De acordo com Carmen Silva, vários indígenas Xetá foram sequestrados desde as primeiras expedições ao território desses indígenas. Segundo a autora, em 1952 o inspetor do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), Deocleciano Nené Souza, “[...] retorna a Curitiba trazendo em sua companhia o menino capturado por agrimensores, o qual nomeia Antônio Guairá Paraná. e/ou Kaiuá, nome pelo qual ficou conhecido entre os brancos”. Em novembro desse mesmo ano foi sequestrado outro menino Xetá, que foi trazido para Curitiba no

⁸⁴ Com base no acordo celebrado entre o Governo do Paraná (Moysés Lupion) e o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), na data de 12/05/1949 (publicado no D.O.U. de 18/05/1949), a Terra Indígena de Manguaerinha foi reduzida, deixando 8.975,76 hectares sob judicío. A Funai e os indígenas moveram um processo que só foi finalizado em 16/12/2005, com a decisão do juiz federal substituto da 7ª Vara Federal, Mauro Spalding, que reconheceu a procedência da reclamação, sendo a área que foi retirada da demarcação original, julgada como de posse indígena.

ano seguinte, 1953. “Outro menino é capturado pelos medidores de terra da mesma companhia. Anambu Guaka [...] nomeado pelos brancos por Tucanamba Jose Parana [...], 52 anos, tratado ao longo do presente estudo por Tuca, como e conhecido” (SILVA 1998:4). Ambas as crianças Xetá foram utilizadas pelo SPI e por acadêmicos como guias para expedições científicas e institucionais do SPI e da UFPR. De acordo com Carmen Silva, em outubro de 1955:

[...] é realizada a primeira expedição de contato pela 7ª IR/SPI, acompanhada pelo antropólogo e professor da atual Universidade Federal do Paraná/UFPR, Jose Loureiro Fernandes, pelos dois meninos Xeta capturados (Tuca e Kaiua), entre outros não-indios. A expedição localiza aldeias e objetos de cultura material, hoje parte dos acervos etnográficos do Museu Paranaense da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. do Departamento de antropologia (DEAN) e do Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá (MAEP) (ambos da Universidade Federal do Paraná). (SILVA 1998:4)

A cidade se torna um ambiente de transformação controlada do indígena. A tutela indigenista não existia somente para controlar as ações dos indígenas nas terras e reservas indígenas. Também era utilizada para proteger a cidade dos indígenas. A cidade, como a Terra Indígena, também é vigiada pelo SPI. Os indígenas na cidade não são acolhidos, têm sua passagem vigiada.

As terras e reservas indígenas criadas no século XX, com seu espaço limitado possibilitaram a manutenção e reprodução da identidade. Contudo, ao longo desse século a economia regional e nacional, muito mais dinamizada, alcança as áreas em que os indígenas foram confinados, promovendo mudanças significativas no ambiente. O Estado também promove, cada vez mais, intervenções tutelares no cotidiano dos indígenas, punindo aqueles desviantes e os transformando em exemplo para os demais. Como destaca Novak (2018:280-281), “a terra passou a ter a função de produzir mercadorias e juntar riquezas, concepção distinta dos índios, que viam no território um lugar de conteúdo histórico, social e religioso”.

O diálogo com as lideranças indígenas passou a ser considerado cada vez menos significativo, uma vez que o objetivo se voltava cada vez mais na transferência de espaços de ocupação imemorial Kaingang para grupos e companhias colonizadoras exploradoras de riquezas (mineral, energética, madeireira). Mesmo assim, como pontua Helm:

Na década de sessenta, quando iniciei meus estudos e pesquisas nas terras ocupadas pelos Kaingang, os caciques procuravam as

administrações do Serviço de Proteção aos Índios, também viajavam até a Cidade do Rio de Janeiro, para solicitar apoio dos governantes, que tinham poder para decidir. (HELM 2020:140)

5. MEMÓRIA E TERRITÓRIO KAINGANG NO PLANALTO CURITIBANO

Os mais velhos dizem né, onde o Kaingang passou se plantou uma Araucária, então eu acredito que seja um território, e que esse território tinha vários aldeamentos. O rio Iguaçu é muito importante pros Kaingang, pra nós de Mangueirinha especialmente, passa dentro da nossa terra e nasce aqui, então esse processo que tem da história, era um caminho e território Kaingang, a gente sabe que o território central é o território Kaingang, e Curitiba seria uma ponta dele, a borda. (MÁRCIO KOKÓJ 03/2019)

O contato com os *fóg* (não indígenas) foi marcante para os Kaingang em toda região meridional brasileira. Seu aprofundamento ao longo dos séculos imprimiu marcas inquestionáveis em seus esquemas e relações político-econômicas e dinâmicas territoriais. Tiveram uma parte significativa de seus domínios entrecortados por estradas, transformados por empreendimentos e pela fundação de inúmeras cidades. Todavia, como outros grupos indígenas no Brasil, os Kaingang não assistiram passivamente o avanço das frentes conquistadoras e colonizadoras em seus territórios. Longe disso, eles as combateram frontalmente sempre que a dinâmica bélica de forças possibilitou. Além disso, demonstraram uma grande capacidade de negociação com o destacamento de grandes chefias que mobilizaram diálogos com as chefias não indígenas, muitas vezes nos próprios espaços urbanos. Defronte ao desequilíbrio de forças, buscaram soluções que lhes favorecessem o máximo possível, em meio ao flagrante esbulho territorial e agravamento das violências que sofreram, sobretudo no século XX. O território e paisagem passaram a ser redimensionados e seu sistema de manejo foi alterado a partir de novas variáveis.

Márcio Kokój expressa na citação inicial desse capítulo um pressuposto muito importante para a compreensão das linhas que já foram apresentadas nessa tese e principalmente para aquelas que virão: além do espaço do planalto curitibano comportar a cidade de Curitiba, contendo uma capital estadual que concentra instituições públicas, federais e estaduais, seus representantes e parceiros em potencial para as causas Kaingang, essa macrorregião da porção leste do estado do Paraná, compreende uma parcela importante da territorialidade Kaingang, o que com certeza favorece a ocupação contemporânea de indivíduos que buscam melhoria na qualidade de vida.

Ao longo das últimas décadas, observou-se um expressivo aumento da presença de contingentes Kaingang na cidade de Curitiba, seja ela uma presença temporária (através das negociações, artesanato, saúde, educação ou demandas políticas) seja a mudança permanente para a região urbana e proximidades (motiva por uma gama grande de fatores). Associações indígenas, reportagens em periódicos, surgimento de novas aldeias (urbanas e próximas da região urbana), Casa de Passagem do Artesão Indígena, manifestações organizadas por coletivos indígenas, acesso de indígenas a universidade pública e saúde indígena, destacaram-se desde a década de 2000 como exemplos desse momento de maior presença e visibilidade dos indígenas na cidade.

De fato, à primeira vista situações muito semelhantes podem ser observadas em diversas capitais e cidades brasileiras de todos os portes, com diversos grupos indígenas de troncos linguísticos distintos. Apontamos anteriormente que, apesar das especificidades relacionadas à percepção indígena sobre os espaços urbanos, os não indígenas mantêm, cada vez mais, uma posição praticamente homogênea em relação aos indígenas nesses espaços: indígenas na cidade são evidências da existência de um distúrbio, uma fragilidade dos mecanismos de contenção da mobilidade indígena para fora das terras demarcadas oficialmente.

Para além do senso comum, sabemos que apesar de o relacionamento com esses espaços variar de acordo com o padrão de relacionamento e suas variações que os grupos estabelecem com cada uma das respectivas cidades e zonas urbanas, afirmamos que certas especificidades nesses padrões, que podem ser evidenciadas em uma leitura da territorialização dos indígenas do espaço urbano, e além disso, do território que eventualmente se localiza uma cidade, independente do seu tamanho e recursos disponíveis.

A circulação, presença temporária e/ou a moradia definitiva dos Kaingang em Curitiba e região não devem ser consideradas como reflexos exclusivos do aprofundamento do contato com não indígenas e da expansão da dependência desses grupos por bens de consumo industrializados. Apesar de as negociações políticas em torno de conflitos fundiários entre indígenas e não indígenas se constituírem em um importante padrão para se compreender o sistema de relações entre esses grupos, não podemos desconsiderar a constituição e

manutenção de uma territorialidade Kaingang nessa região – o espaço onde se situa a cidade de Curitiba, ou seja, a região do 1º planalto paranaense, ou mesmo, planalto curitibano⁸⁵.

5.1 Territorialidade e registros históricos

Os registros e a discussão arqueológica não servem aqui como ferramentas que instrumentam uma prova definitiva sobre a territorialidade Jê Meridional no primeiro planalto paranaense. Nem poderiam, uma vez que a territorialidade não é condicionada a existência ou não de registros arqueológicos. Não nos cabe pontuar qual grupo se localizava na cidade de Curitiba no momento exato da fundação de Curitiba, como se fizesse alguma diferença determinar isso na compreensão do processo de constituição e atualização das territorialidades dos indígenas. Como já vimos anteriormente, os índios escravizados pelos portugueses nas porções litorâneas foram os Guarani e demais grupos Tupi-Guarani costeiros. Com certeza foram estes aqueles que estiveram junto de exploradores que fundaram a vila no século XVII. As devassas perpetuadas por bandeirantes e mineradores já haviam expulsado grandes contingentes indígenas da localidade.

Os indígenas, como os demais grupos humanos, constituem territórios, redes de mobilidade e o próprio universo de maneiras distintas. Por outro lado, compreender a ocupação imemorial e as transformações da paisagem ao longo do tempo nos auxilia na compreensão de como esses grupos territorializam espaços e atualizam suas compreensões sobre estes com o passar do tempo e diante de novos acontecimentos. Muitas áreas geográficas apresentam sobreposições territoriais por grupos distintos, como no caso da região do planalto curitibano, para grupos Jê Meridionais, Tupi-Guarani e até mesmo não indígenas.

Inexistem na região de Curitiba grandes ocupações históricas Kaingang de moradia tradicional, nos termos jurídicos aplicados atualmente, ainda mais se

⁸⁵ O planalto curitibano, ou Primeiro Planalto Paranaense é uma área localizada entre a encosta oeste da Serra do Mar e os sopés da escarpa da Serra do Purunã, na região dos municípios de Jaguariaíva, Tibagi e São Luís do Purunã. Raramente escutei esse termo ao longo da pesquisa, entretanto, o considerei mais adequado, daqui em diante, ao tratar mais da noção de território do que simplesmente a cidade e seu centro urbano.

considerado o problemático conceito do marco temporal para 1988. Contudo a região apresenta diversos registros arqueológicos (Noelli (2004), Parellada (2005) Araújo (2007) Noelli e Souza (2017) que evidenciam uma importante presença pré-colombiana Jê Meridional nessa localidade. Telêmaco Borba em 1908 já comentava os achados fortuitos de registros arqueológicos pelo estado, em especial, as estruturas subterrâneas: “pelas cochilhas de nossos campos, nas proximidades das mattas e capões existem vestígios claros e patentes de taes cóvas; dentro d’ellas se encontram arvores e pinheiros seculares; estas cóvas são denominados pelo vugo com o typico nome de buracos de bugre” (BORBA 1908:26). Com o crescimento da área urbana da cidade de Curitiba, tais achados podiam ser encontrados “principalmente nos municípios de Piraquara, S. José dos Pinhães, Campina Grande, Arraial Queimado, Coritiba, Campo Largo, Palmeira, Castro e Tibagi”. Além disso, em suas adjacências, frequentemente eram localizadas “panellas de argila e pedaços destas; machados de pedra polida; pontas de flechas de quartzo lascado; mós, de pêra polida para pilão ou almofariz” (*id. ibid.*:130). Na região de Curitiba, mais especificamente onde hoje se localiza o atual bairro Boqueirão, o autor relata que “existiam em nosso tempo de menino, duas destas covas; diziam os velhos d’aquelle tempo, que taes covas tinham servido para moradas de bugres ou para depósitos de guardar pinhões” (*id. ibid.*:126-127).

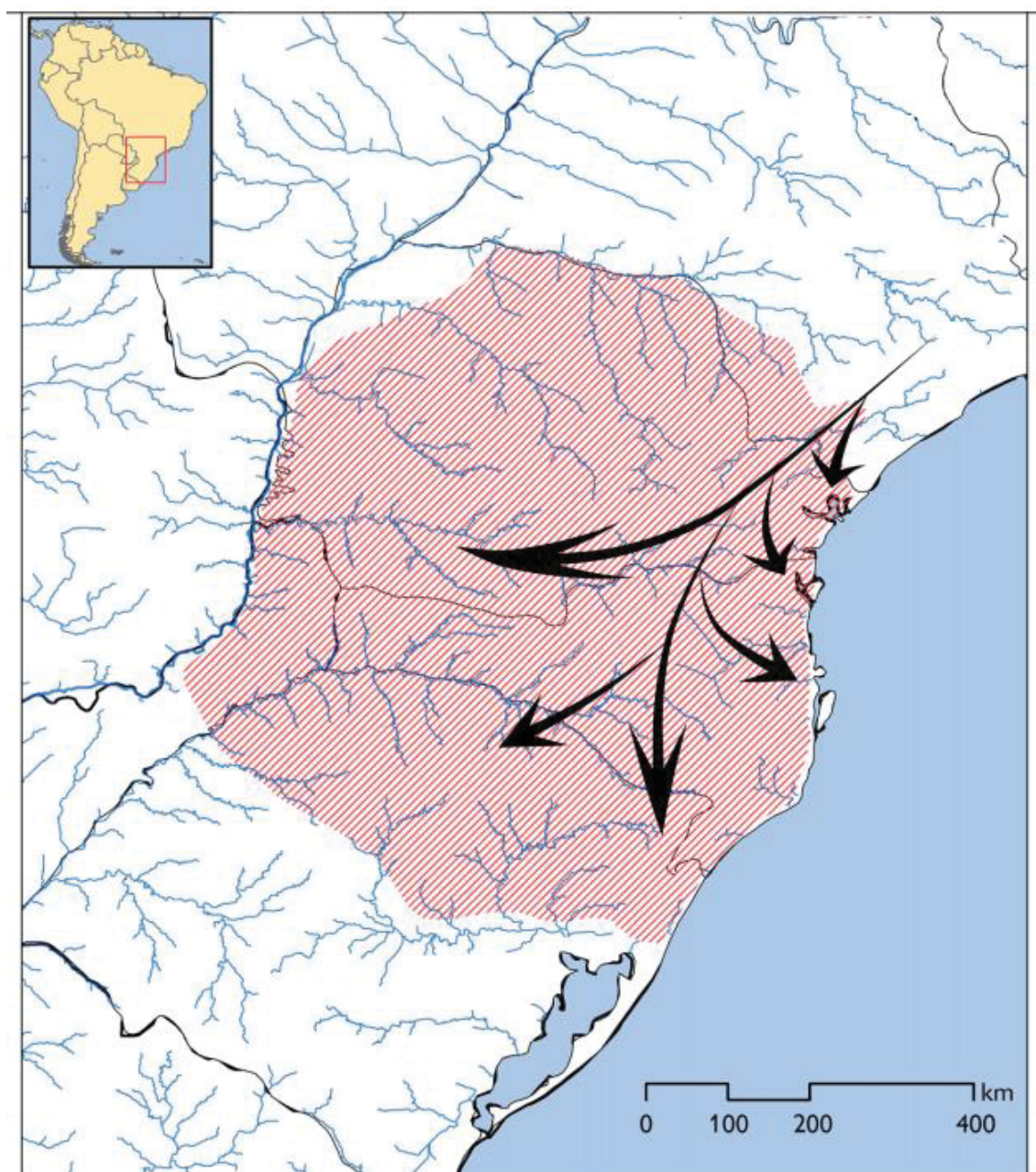
De acordo com Noelli e Souza (2017:68), datações na região são as mais antigas encontradas para grupos Jê Meridionais, confirmando “a posição da borda leste do primeiro planalto paulista e paranaense como rota migratória” (NOELLI; SOUZA 2017:68). As informações obtidas através de estudos no vale do Ribeira parecem ser conclusivas em relação à entrada dos Jê no Sul, identificando na metade leste de São Paulo e do Paraná esse acesso. Araújo acredita que se pode estabelecer com confiança que ancestrais dos grupos Jê Meridionais, ou até mesmo os próprios Kaingang e Xokleng, ocuparam uma região de 240 km ao norte da fronteira sudeste com o estado do Paraná (Figura 21) ⁸⁶.

⁸⁶ As evidências arqueológicas associadas a debates proporcionados por informações históricas e etnológicas sobre os grupos Jê Meridionais apontam para o fato de que, apesar de uma parte importante dos vales que despontavam no litoral estarem ocupados por grupos Jê Meridionais, estes se concentravam em áreas de maior altitude em relação ao nível do oceano, onde, segundo

Após a passagem ao Paraná, ocuparam rapidamente os imensos corredores de planaltos nos estados do Sul, assim como porções meridionais do estado de São Paulo e a região de Misiones, localizada a nordeste da Argentina. O planalto curitibano teria sido não somente uma área de ocupação Jê Meridional, mas justamente o espaço por onde estes grupos teriam se utilizado para acessar todos os outros territórios, campos e planaltos do sul.

Noelli e Souza, “predominam as temperaturas mais baixas e as áreas de campo intercaladas com a mata de araucária” (NOELLI; SOUZA 2017:70). De acordo Becker (1995) e Laroque (2000) os Kaingang localizavam-se em São Paulo nas bacias dos rios Tietê, Feio, Aguapeí, e Parapanema, no Paraná nas bacias dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu, em Santa Catarina entre os rios Iguaçu e Uruguai, no Rio Grande do Sul nos rios Sinos, Caí, Taquari, Jacuí e Uruguai, além de territórios em Misiones na Argentina, nas bacias dos rios Peperu-Guaçu e Santo Antônio. Essas áreas correspondem a fragmentos significantes dos planaltos meridionais sul americanos, disputados com outros grupos Tupi-Guarani, como os Guarani e Jê Meridionais, com os Xokleng. A ocupação dinâmica e a mobilidade dos grupos em seus territórios certamente “aproximaram e comprimiram as populações Jê do Sul, Guarani e Tupinambá em certas áreas, oportunizando a existência de trocas e conflitos” (NOELLI; SOUZA 2017:71)⁸⁶.

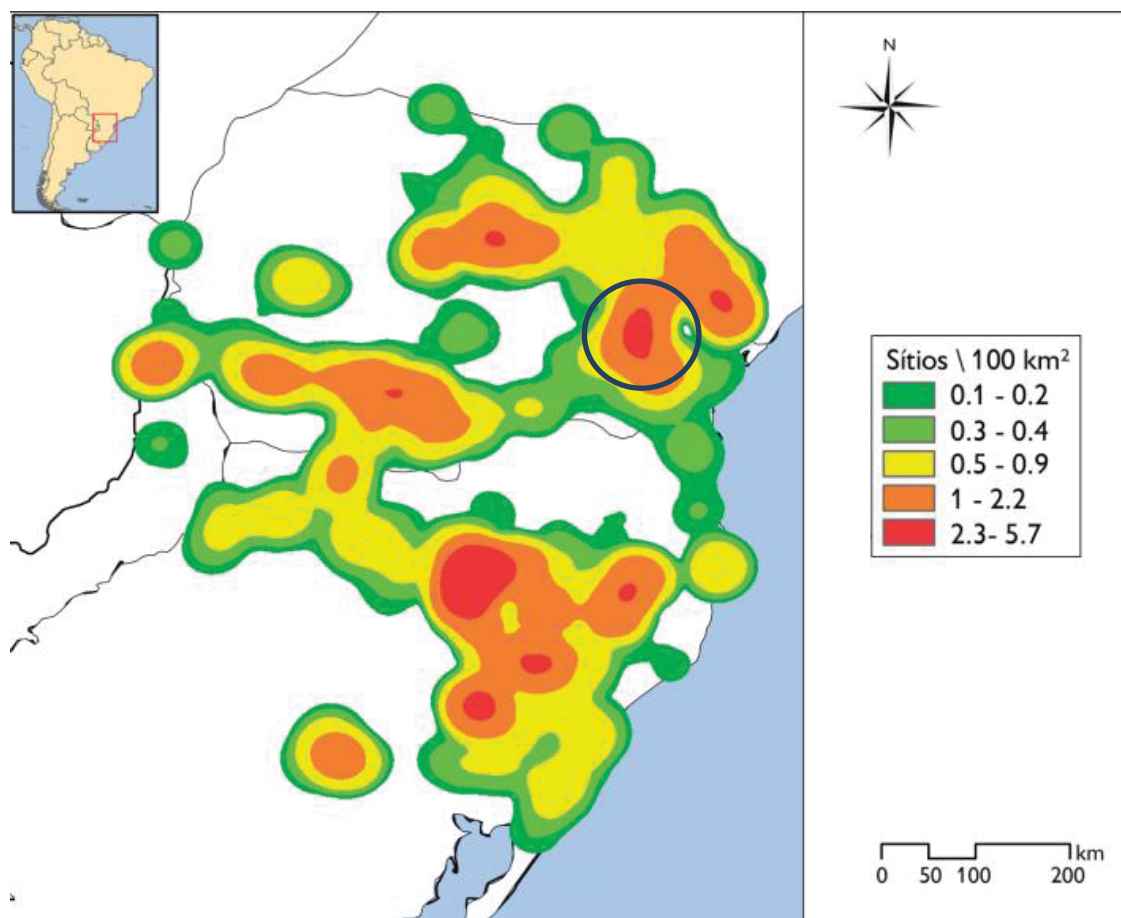
Figura 21 Rotas de expansão dos Jê no sul do Brasil.



Fonte: Noelli e Souza (2017:69).

A figura 22 apresenta as áreas com maior concentração de sítios Jê Meridionais. A porção leste do estado do Paraná, o planalto curitibano apresenta um grande índice sítios Jê Meridionais. Segundo Noelli e Souza, “alguns desses locais têm algumas das mais longas histórias de ocupação Jê do Sul e seguiram ocupados por estes até o século XVI” (NOELLI; SOUZA 2017:65).

Figura 22 Mapa com a densidade de sítios Jê Meridionais. Detalhe para a região do curitibano.



Fonte: Adaptado de Noelli e Souza (2017:64).

A ausência de Terras Indígenas regularizadas na região não se deve, de maneira nenhuma, ao desinteresse dos Jê Meridionais por estas paragens, ou a ausência de uma territorialidade potencial na região. O processo de aproximação e estruturação da região como um espaço para a vivência e existência Kaingang não se debruça em nenhuma dessas reivindicações, mas é inteiramente fruto do interesse deles. Os não indígenas priorizaram o estabelecimento e ocupação nessa localidade, com todo seu aparato bélico, no período colonial a região foi esvaziada de grupos indígenas, sendo aqueles que a ocupavam ou escravizados ou sistematicamente pressionados em direção a região do interior do estado⁸⁷,

⁸⁷ Não nos cabe identificar se no momento da fundação da cidade existiam ou não indígenas na localidade, se eram de origem Tupi-Guarani ou Jê Meridional, enfim, optamos por demonstrar que ao longo de todo o contato e na atualidade os Kaingang estiveram na periferia dessa região ou cortejaram espaços na localidade, sejam estes físicos ou para exercer poder político. A cidade serviu, desde sua fundação aos propósitos da conquista dos territórios indígenas. No século XVIII

a região dos aldeamentos foi posicionada no interior do estado, os indígenas foram pensados por muito tempo como a massa trabalhadora para atuar na colonização e ocupação das terras a serviço do Estado.

A inexistência de Terras Indígenas nessa região está relacionada mais ao projeto de ocupação não indígena e a administração das políticas indigenistas do que pelo interesse dos indígenas nestas paragens. O sistema colonizador nunca incluiu a criação de reduções jesuíticas, a posterior criação de aldeamentos no império, e, muito menos, a criação de reservas ou Terras Indígenas nas proximidades de Curitiba e municípios metropolitanos. A fundação desses espaços esteve sempre associada à distância dos principais núcleos urbanos, bem como a utilização dos indígenas no sistema de colonização dos espaços e a sua respectiva transformação em servos ou trabalhadores nacionais (SOUZA LIMA 1995).

Isso também não se deve, de maneira alguma, a ausência histórica de indígenas na localidade. Ao contrário, fontes históricas apontam para a presença e interesse constante presença Kaingang nesses espaços, constituindo redes de apoio, históricas e contemporâneas, que possibilitaram ao longo do tempo sua presença temporária ou definitiva. A fundação de vilas, cidades, postos avançados no planalto curitibano com certeza determinou o abandono dos Jê Meridionais desse espaço já no primeiro século da colonização. Como destacou Paulo Roberto Homem de Góes:

O avanço do tropeirismo no Sul do Brasil impôs sucessivamente o abandono por parte de grupos Jê Meridionais de suas estruturas subterrâneas e cerimoniais no Planalto Serrano de Santa Catarina e no primeiro Planalto paranaense (na região de cabeceiras dos principais corpos hídricos da região Sul), fazendo com que alguns grupos migrassem para Oeste, o que provavelmente gerou pressão sobre outros grupos Jê já estabelecidos nas áreas de Planalto interioranos nos cursos médios dos rios Uruguai, Iguaçu, Ivaí, Piquiri, Tibagi, Cinzas, Paranapanema e Tietê. (GÓES 2018:57)

A distribuição das Terras Indígenas, sua conformidade, tamanho e demais características estão relacionadas a um esquema de interesses dos não indígenas para esses espaços ao longo da história – o Estado maneja os territórios e as populações para que servissem aos seus propósitos, a existência

transformou-se em uma ponte para a conquista e colonização do interior, a exemplo das expedições que visaram reivindicar para a coroa portuguesa a região de Guarapuava no século XVIII.

das áreas indígenas, previamente a 1988, estava condicionada exclusivamente a esse pressuposto.

A constatação acadêmica e a construção de uma territorialidade Kaingang e reconhecimento do espaço do planalto curitibano como um potencial espaço de ação desse grupo na região detêm uma profundidade histórica, não de ocupação tradicional em aldeias ou Terras Indígenas formalmente constituídas, mas de um “reavivamento”, atualização, da leitura dos vestígios da paisagem e da memória, que remonta a períodos históricos recentes, e até mesmo extremamente recuados, relacionados aos primórdios da ocupação Jê Meridional nos planaltos do sul.

Ainda sobre esvaziamento Jê Meridional no primeiro planalto paranaense no período colonizador, Góes argumenta ser incalculável os respectivos impactos negativos entre os Kaingang e Xokleng (Lã Klãnõ) diante da chegada dos não indígenas e seus escravos e administrados, bem como a respectiva fundação de vilas e cidades:

É imensurável o impacto que a necessidade de abandono dos nobres campos do primeiro planalto exerceu sobre a morfologia destes povos. A estreita e longa relação dos Kaingang com o lugar, cemitérios, centros rituais, estruturas de habitação subterrâneas tiveram que ser abandonadas para que as famílias e os grupos preservassem suas vidas. (GÓES 2018:184-185).

5.2 Os deslocamentos de lideranças e as viagens para as cidades

No século XX, as Terras Indígenas se tornaram, na perspectiva institucional do Estado brasileiro, os únicos espaços aceitáveis para presença indígena. Isso em grande parte porque essas áreas eram espaços aos quais recursos civilizatórios do estado estavam destinados, a agência indígena fora dessas áreas significava a falência das políticas indigenistas de transformação dos indígenas em não indígenas. Isso também configurou a totalidade da execução das políticas públicas para essas populações nesses espaços. Uma vez que não se permitia que os indígenas circulassem livremente fora dessas áreas, não fazia sentido estabelecer nenhum tipo de política pública para aqueles que eventualmente residissem em qualquer que não fosse a área indígena, principalmente as cidades.

Os não indígenas buscavam determinar e posicionar os indígenas de acordo com seus interesses desde o estabelecimento das primeiras reduções jesuíticas no que se tornaria o Brasil. No período imperial, províncias, o próprio império e a cristandade, no Paraná representada pelos Freis capuchinhos, buscara controlar sem muito sucesso a entrada e saída de indígenas dos aldeamentos (AMOROSO 2019).

No período do SPI, principalmente ao longo do regime militar, o governo brasileiro executou uma série de políticas de remoção de indivíduos, grupos e povos indígenas inteiros de seus territórios para outras áreas, tendo, por vezes, confinado grupos distintos no mesmo espaço (LIMA, E. C. 2018). Mais uma vez, o intuito era organizar a área de atuação do Estado e efetiva colonização e exploração dos recursos. Como descreve Edilene C. Lima a remoção era uma política de Estado, mas também era exaltada por diversos setores da sociedade, de servidores do SPI a prefeitos. A principal finalidade do esvaziamento das áreas era a exploração dos recursos e o estabelecimento de projetos de colonização. Esse sistema transformava os grupos indígenas afetados, em “pessoas desterradas, era assumido sem maiores hesitações e revelava propriamente a realização de seu banimento” (LIMA, E. C. 2018:23). Esse modelo de deslocamentos compulsórios se propunha ser muito maior, e sem embaraços, do que de fato se efetivou. Diversas propostas de deslocamentos de grupos inteiros foram efetivadas, entretanto, nem todas foram concretizadas⁸⁸.

Indivíduos e grupos familiares também foram deslocados compulsoriamente de suas terras, por desobedecer aos princípios exigidos pelo

⁸⁸ Destaco duas situações apresentadas por Lima. A primeira, quando o prefeito do município de Tocantínia sugeriu em 1967 ao presidente da República a remoção dos Xerente das proximidades do município, sugerindo sempre espaços distantes das áreas urbanas (LIMA 2018:28). E a segunda, para citar um caso relacionado aos Kaingang, cito a autora: “Assim, consta no terceiro tomo do Relatório Figueiredo, no depoimento do indigenista José Maria da Gama Malcher, em 11 de junho de 1963, uma proposta elaborada pelo Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, Manoel Vargas (filho de Getúlio Vargas), para remover uma população indígena – certamente kaingang – localizada nos limites do estado. Manejando o linguajar etnocêntrico vigente no país, Gama Malcher diz ter ouvido de ‘Maneco’, como era apelidado Manoel Vargas, o pedido para que se ‘tirassem os bugres porque não se poderia perder a quantidade enorme de pinheiros que existiam nas terras indígenas’. A proposta sugeria deslocar os Kaingang de seus toldos para nada mais nada menos que o Mato Grosso!” (LIMA 2018:21-22).

SPI. Se no período colonial a negociação era praticamente obrigatória, diante da dependência que o Estado ainda detinha da política indígena, a militarização do indigenismo trouxe a violência contra os indígenas para outra escala.

As lideranças indígenas que se deslocavam para os centros de poder, para fazer suas solicitações e reclamações, eram punidas com muito rigor por estarem nessas cidades. A punição para esses deslocamentos era primariamente o deslocamento compulsório, conhecido pelos indígenas mais geralmente como transferência. Segundo Kokój, “o que os mais velhos contam é que nem se perguntava, só avisa fulano tem tantos dias vai sair, ou jogava no caminhão e já levava pro Rio das Cobras ou qualquer outro lugar” (Márcio Kokój). A antropóloga Cecília Helm relatou que recebeu muitas vezes chefias e lideranças Kaingang da Terra Indígena Manguueirinha em sua residência na cidade de Curitiba, “desde os anos 1970”. Ela destacou que “na verdade os Kaingang que saíam de Manguueirinha e vinham para Curitiba eram punidos pelo SPI. Eles consideravam uma afronta um indígena vir para a cidade reclamar do que fosse”, sendo punição usualmente a transferência de uma Terra Indígena para outra (CECÍLIA HELM, entrevista realizada em 01/2020).

Essas reclamações tratavam de más condições e execução de políticas públicas, mas também denunciavam abusos de servidores do SPI. Contudo, continua Helm, “eles vinham, davam um jeito, mas se fossem descobertos podiam sofrer consequências terríveis” (ENTREVISTA CECÍLIA HELM 01/2020).

Em meio ao diálogo com o Kaingang Sebastião Capanema na Terra Indígena Manguueirinha, filho de João Vicente Capanema, descobriu que, João Vicente Capanema foi transferido de Manguueirinha justamente por constantemente ir para Curitiba e para o Rio de Janeiro reclamar da invasão de suas terras. Além do próprio ato da reclamação, a insubordinação com as restrições para com a mobilidade dos indígenas seria inaceitável. Segundo Helm, por esse motivo, “[...] havia sido castigado e colocado no tronco pelo cacique, devido sua revolta contra a invasão de sua terra” (HELM 2020:149), mais tarde, “foi preso e transferido para o Rio das Cobras. Índios que viajavam para Curitiba, Rio de Janeiro para fazer denúncias sobre o SPI eram presos, ou transferidos para outras terras como castigo” (CECÍLIA HELM 01/2020).

A presença desses chefes na cidade era intolerável enquanto vigorou o SPI. Porém, muito provavelmente a transferência era uma punição mais branda, justamente por serem chefes ou lideranças importantes. Por muito tempo, a única ação do Estado para lidar com a presença de indivíduos e grupos indígenas nas cidades era a punição ou uma regulamentação muito estrita dessa situação. Como destaca Edilene C. Lima:

O que sobressai nas situações documentadas é que o lugar de índio deve ser sempre longe e bem circunscrito: se estão no Sul, devem ser enviados para o Centro-Oeste. Se estão no Centro-Oeste, devem ir um tanto mais para o Norte. Em nenhuma situação deveriam adentrar as cidades. É importante que não estejam por perto e que, bem distantes, se façam esforços para convencê-los do ideal de civilização que proclamam os signatários. (LIMA, 2018: 22)

Se a presença na cidade era considerada intolerável pelos administradores e agentes das políticas indigenistas até 1988, os indígenas mantiveram desde os primórdios de seu relacionamento com esses espaços estratégias que garantiram esse acesso, tornando possível a moradia na cidade longe da reprovação estatal. Apesar de que na maior parte dos casos essas situações se apresentarem, no limiar, através da invisibilidade de sua indianidade e com suas residências nas áreas periféricas, com o tempo, passaram a alcançar cada vez mais visibilidade o que os possibilita, aos poucos, estabelecer melhor controle de como as relações entre indígenas e não indígenas deve ocorrer nesses espaços.

Nas últimas duas décadas alguns grupos encontraram como solução, o abandono das TIs, formando acampamentos (vãre) ou aldeias (emã) nas rodovias, áreas de preservação ambiental (parques) e nas periferias de cidades. (TOMMASINO; ALMEIDA 2014:35)

Os indígenas também se deslocam e se deslocaram historicamente de maneira voluntária para a região da capital do Paraná devido a situações de conflito nas Terras Indígenas, no passado e presente. Muitos buscaram a cidade como refúgio aos conflitos fundiários, a ausência de serviços e políticas públicas e as violências perpetuadas por agentes do estado, principalmente aqueles envolvidos direta ou indiretamente na execução das políticas indigenistas. Além de estes agentes criminalizarem e punirem diretamente a organização social Kaingang, desestabilizando núcleos políticos e relações de parentesco, promoveram a violência, encarceramento, expulsão e transferência de indígenas de uma terra para outra. Em alguns casos, a cidade por ser um ambiente diverso

e distante das áreas controladas pelo SPI também foi um refúgio, temporário ou definitivo, às violências existentes nessas áreas. “Sempre ouvi falar que muita gente ia parar na cidade, a gente ouvia falar, depois encontrava as pessoas por aqui, eu mesmo escutei parentes meus e de colegas que vieram pra cá nesse sentido” (ROMANCIL KRETÃ 08/2017).

Muitos Kaingang preferiram se lançar as periferias de cidades, de todos os portes, do que continuar a sofrer represálias de agentes públicos indigenistas, e até mesmo, de lideranças e chefias indígenas associadas ao aparato estatal que com o tempo passaram a reproduzir a estrutura hierárquica implantada e promovida pelos postos indígenas do SPI. Como bem lembra Tommasino e Almeida, a situação armada pelo Estado brasileiro desestabilizou grupos inteiros, acirrando conflitos entre grupos distante, colocados juntos e confinados no mesmo espaço:

[...] quando o governo criou os aldeamentos, colocou na mesma área grupos que eram rivais e, ao longo do tempo, essas rivalidades foram amplificadas, resultado das políticas indigenistas que se instrumentalizaram dessas diferenças para melhor dominar. Pelo lado indígena, cada grupo também buscou vantagens para si em detrimento dos outros grupos rivais, gerando animosidades que foram evoluindo para situações de conflito aberto e tornando a vida dentro das TIs insustentável. Algumas TIs registraram conflitos internos armados e/ou expulsões. (TOMMASINO; ALMEIDA 2014:34)

Segundo Márcio Kokój, na Terra Indígena Manguaerinha:

Até o período do Ângelo [Kretã] a gente não tinha experimentado essa liberdade de dizer o que queria, o que pensava [...] e até mesmo de sair, pra sair de lá só com portaria do cacique, a guia trânsito [...] só podia associar seu pensamento ao do chefe, do branco, do não indígena, por isso aquele que não andasse na linha, nas ordens deles era cortado fora. Eu entendo que muita gente saiu por causa dessas coisas. Depois do Ângelo também, porque eu vejo hoje muito cacique, eu prefiro até não dizer o nome da Terra Indígena, mas posso te dizer, muitos em Rio Grande [do sul], Santa Catarina, e aqui no Paraná que são muito parecidos com esses chefes de posto do antigo SPI, que pegaram umas brigas entre uns ali, e já colocam liderança pra massacrar mesmo. Eu posso dizer por que vim de uma Terra [Manguaerinha] que isso aconteceu muito no passado [...] como muita gente já sabe. (MÁRCIO KOKÓJ 01/2019)

A moradia e presença Kaingang no planalto curitibano se deve, em parte, a uma alternativa desses conflitos e disputas existentes em diversas Terras Indígenas, pretéritos a contemporâneos. A situação de confinamento das Terras Indígenas, a paralisação dos processos de demarcação dessas terras e o grande crescimento da população indígena certamente se somam como um dos motores

das trajetórias da população indígena em direção às cidades. Nesse primeiro sentido, a presença dessas populações nas cidades pode ser vista como uma alternativa às péssimas condições estabelecidas nas Terras Indígenas, como muitos interlocutores apontaram.

Dona Belarmina Luís Paraná também relatou tais elementos como um dos principais motivos constituintes da sua saída e de muitos outros indígenas das áreas demarcadas. Em uma das primeiras vezes que dialoguei com ela sobre esse assunto, destacou as dificuldades que passou ao sair da Terra Indígena de Manguaerinha e se mudar para a cidade de Curitiba, entretanto, para ela:

[...] Lá era muito difícil na época também, mas vir para a cidade foi um sofrimento muito grande, naquela época agente era meio sozinho, falar que era índio, que vinha de Manguaerinha era complicado. Hoje as coisas mudaram muito. Dentro da aldeia também, para uma mulher é muito difícil, as vezes o marido não deixa ela estudar, fazer as coisas, aqui tem muito mais liberdade nesse sentido [...] aqui eu sinto falta principalmente da mata, do ar puro que tinha lá (BELARMINA LUÍS PARANÁ 2015)

Além das condições precárias de execução das políticas públicas e indigenistas para esses grupos, elas são praticamente exclusivas aos espaços das Terras Indígenas, ou seja, direcionadas a aquelas populações indígenas residente nessas áreas. Segundo Márcio Kokój, “muitos indígenas acreditam na melhoria de vida na cidade, entretanto [...] chegam e descobrem que na cidade também não é fácil, não tem nada específico para os indígenas, de saúde, escola, é só que está na aldeia ali [...] o pior é que se você sai, faz tua vida fora, não querem te considerar indígena” (MÁRCIO KOKÓJ 2019).

E eu vejo assim [...] muitas vezes quando você consegue encontrar amigos você consegue ser acolhido, se não é diferente né, as pessoas já te veem de outra forma. Mas eu particularmente vejo, talvez pelos anos de circulação do povo indígena aqui, em alguns espaços, como a rua XV, quando as pessoas passam e veem o indígena vendendo o artesanato ele já não vê aquela imagem de caricatura, isso eu estava observando esses dias, parece que é normal, talvez em outros espaços ainda o pessoal vê de uma outra forma o povo indígena. A nossa presença com o tempo parece que amolece um pouco o preconceito, eu sinto que a coisas vão mudando. (MÁRCIO KOKÓJ 2019)

Concomitantemente, para Florêncio Rekayg Fernandes, originário da Terra Indígena Rio das Cobras, município de Nova Laranjeiras, a passagem pela cidade, quando prolongada tende a ser definitiva, “é muito difícil retomar o ritmo da aldeia, tem muitos estudantes que vão pra universidade e tem dificuldade

quando voltam, pra entrar naquele modelo da liderança, cacique” (FLORÊNCIO REKAYG 07/2019). Florêncio destaca ainda que “a Terra Indígena, pelo menos as que eu conheci ficam sempre muito abandonadas, quando acontece existe um recurso pra se aplicar um novo modelo, é sempre muito difícil de convencer todo mundo a entrar, sentar pra dialogar”. Sobre sua trajetória entre Terra Indígena e diversas cidades relatou que:

[...] a pessoa não sai da aldeia colocando na cabeça “vou deixar de ser índio, vou para a cidade”, pra Londrina, Maringá, Cascavel Curitiba, ela sai em busca de um lugar com mais oportunidades, com maior chances dela acessar uma boa escola para o seu filho, a questão da saúde, pelo menos a maior parte das pessoas que eu conheci foi assim [...] Eu aprendi muito sobre o não indígena quando eu fui artesão. Igual o pessoal que vem pra Curitiba, tem muitos ali de Rio das Cobras, eu percebo que eles usam uma fala decorada mesmo, muita gente não sabe falar português. Aprende a falar o preço do cesto, se eu falasse que era dez e alguém me falasse que ia dar 100 eu não ia vender, porque não tinha o entendimento sobre o preço, eu era treinado para vender ali. [...] Eu fui um indígena que me habituei desde cedo a conviver com os não indígenas. Principalmente porque eu venho de uma família que teve muitos caciques, avô, tio [...] eu passei pelo artesanato, pelas andanças com os caciques, eu mesmo podia ter sido cacique ali dentro se eu tivesse colocado isso na minha cabeça [...] Eu também aprendi bastante observando, convivendo com os não indígenas, não copiar, mas coisas importantes pra minha vida. Resolvi estudar, entrei de cabeça e fiz pedagogia, fui o primeiro indígena no Paraná a concluir o mestrado, isso sem esse sistema de cotas de agora [...] depois o mestrado e agora o doutorado aqui na federal [PPGA-UFPR], tudo isso na cidade, hoje eu acho difícil conseguir morar na aldeia, na Terra Indígena. Pra morar lá, querendo ou não, você tem que se adequar a política, aos movimentos que estão acontecendo ali. E até pela questão dos meus filhos, que não viveram isso, não nasceram ali dentro, teriam muita dificuldade de se adaptar. Isso não quer dizer que eles não têm orgulho de ser indígena, ao contrário, eles comentam na escola o orgulho de ser indígena, filha de Kaingang e Xokleng. As crianças perguntam ficam curiosas [...] Hoje a minha vida é na cidade, da minha família, esse é o meu *Jykre*, o meu jeito já não combina com o sistema que está sendo aplicado ali dentro. Isso não quer dizer que eu não queira voltar sempre visitar, a gente sente saudade, eu mesmo vou sempre ver minha família, meu avô [...] apesar dele estar cego eu sempre converso com ele quando quero. aprender algo, saber alguma informação, palavra na língua Kaingang. (FLORÊNCIO REKAYG 07/2019)

Por outro lado, esses mesmos deslocamentos e mudanças, das Terras Indígenas para as cidades, no caso Curitiba, constituem uma maneira de se deslocar dentro de seu próprio território, ou seja, tais espaços apresentam-se como regiões potencialmente ocupáveis.

Estas questões contribuem mutuamente para o crescimento da presença indígena nas cidades, nesse caso específico, dos Kaingang. À medida que a proibição formal e as punições pela circulação no território deixam de serem efetivadas, vislumbra-se a proliferação de novas demandas pelo reconhecimento territorial em novos espaços. O triunfo da cidadania plena, a partir de 1988, reflete um processo de re-territorialização de espaços supostamente perdidos e inalcançáveis pelos indígenas após o estabelecimento secular da guerra de conquista. Tais processos podem trazer à tona elementos relacionados à paisagem, história e memória de ocupações pretéritas dos Kaingang. Segundo Márcio Kokój, “se a gente viesse pra cidade só porque a coisa tá ruim lá, não teria sentido, porque aqui também não é fácil, não tem a educação e saúde diferenciada por exemplo” (MÁRCIO KOKÓJ 01/2019)

A existência de cidades não destituiu para grupos indígenas seu território, apesar de impor transformações óbvias na utilização de seus recursos e em sua ocupação, temporária ou permanente. Com certeza transformou definitivamente a conformação da paisagem nesses espaços, que para serem ocupados requerem novas estratégias de participação, restauração e adaptação dos indivíduos indígenas. Em alguns casos permaneceram estrategicamente “camuflados”, “invisíveis” no interior dos espaços urbanos, observando a transformação do seu território. Essas estratégias envolvem momentos de visibilidade e invisibilidade, que podem ser acionados e suspensos de acordo com a necessidade.

Romancil Kretã, uma importante liderança do movimento indígena no Sul do Brasil, residiu por muitos anos em Curitiba sem se declarar publicamente como indígena. “Preconceito existe, sempre vai existir, a gente tem estratégias pra transformar isso, ou pra não sofrer com isso, ainda mais com esse governo agora,” (ROMANCIL KRETÃ 07/2019).

Tais situações são recorrentes, segundo ele, “principalmente quando vai procurar emprego, é muito complicado, falar que é índio o cara já te olha diferente, você sente” (ROMANCIL KRETÃ 11/2016). Muitos indígenas residem na cidade nessa condição, sendo o principal motivo o próprio preconceito dos não indígenas direcionado aos indígenas que residem no espaço urbano, “ainda mais aqui, em uma capital de uma região racista, como é o sul do Brasil [...]”

naquela época eu ainda não conseguia dizer pra todo mundo, “olha eu sou índio, Kaingang, não era tão fácil, a gente era sozinho”.

Eu também estou por aqui, a minha história foi uma mistura de escolha também. Eu vim pra trabalhar, viver aqui, não sei se queria voltar pra aldeia, depois de tanta coisa que aconteceu com meu pai, foi muito difícil pra mim como criança. Crescer sem o conselho de um pai, a orientação dele, quando criança foi muito difícil. Antes de vir para Curitiba eu servi o exército lá em São Miguel do Oeste (14º Regimento de Cavalaria Mecanizado), fui incorporado e era um baita soldado lá [...] aprendi muita coisa. (ROMANCIL KRETÃ 07/2017)

Kretã continuou argumentando que ao chegar a Curitiba buscou por parentes na cidade, mais especificamente uma tia, não a encontrando inicialmente: “Parei na Casa do Índio, mas não era pra ficar ali, aí comecei a tocar minha vida aqui em Curitiba”. Continuou destacando que “a estratégia era ficar escondido, invisível, fingir mesmo, se perguntavam desconversava, trabalhei em um lugar que chegaram a me chamar de japa, eu também não desmentia, pra quê? Naquela época era só sobrevivência” (ROMANCIL KRETÃ 07/2015). Como destacam Fernandes e Piovezana, no caso da cidade de Chapecó localizada no oeste catarinense:

Por paradoxal que pareça, o núcleo urbano da cidade de Chapecó permaneceu sendo considerado por estes indígenas como seu território tradicional. Não obstante o convívio constante com a cidade, estes indígenas mantiveram crenças e práticas estreitamente relacionadas à “tradição indígena” – todos falam a língua indígena, por exemplo. (FERNANDES; PIOVEZANA 2015:120)

Tratando de um município com vocação turística no Rio Grande do Sul, ficticiamente chamado de Viçoso (provavelmente Gramado ou Canela na Serra Gaúcha), Juliane Bazzo descreve os conflitos existentes entre os Kaingang e moradores, comerciantes e agentes públicos dessa localidade:

Os Kaingang que realizam comércio em Viçoso, embora residam hoje em áreas indígenas situadas em outras localidades gaúchas, não estão por acaso na cidade objeto deste artigo. Eles ressaltam, seja em negociações com o poder público, seja nas poucas ocasiões cuja voz deles é ouvida pela imprensa local, que a região onde se localiza o município situa-se, historicamente, como um território indígena, onde existiam diversas aldeias antes da chegada dos colonizadores. De fato, resultados de pesquisas arqueológicas disponíveis em fonte histórica oficial apontam que Viçoso foi construída por sobre uma verdadeira “Kaingangópolis” [...] Tal pertença a terra, segundo os Kaingang, confere-lhes, portanto, o direito legítimo não apenas de realizar atividades comerciais na cidade, mas de efetuar-las em lugares e com produtos que atraíam os turistas. (BAZZO 2015:62-63)

Estas “Kaingangópolis”, territórios prenhes de registros arqueológicos, históricos e das mais distintas estratégias Kaingang de territorialização, tendem a apresentar conflitos entre os Kaingang e os moradores não indígenas. Diversas cidades apresentam esse mesmo quadro. Tratando da cidade de Farroupilha-RS, Laroque (2018:24) destaca que, apesar de as frentes de expansão conquistadoras/colonizadoras terem expropriado o território dos Kaingang nessa região, tal qual muitas outras localidades do Brasil meridional, os Kaingang reconstroem suas socioespacialidades nos tradicionais territórios, embora, no século XXI, encontrem-se localizadas em contexto urbano (LAROQUE 2018:24). No Paraná, cidades de médio porte como Londrina e Maringá se veem diante dos mesmos conflitos, muitas vezes acirrados por reportagens e opiniões de colonistas que não conseguem compreender o que os indígenas fazem na região urbana das cidades. No caso da primeira, Tommasino lembra que “até o século passado, os índios dos atuais municípios de Londrina, Ortigueira e São Jerônimo da Serra formavam uma única sociedade que dominava um território contínuo que abrangia as terras da bacia do Tibagi” (TOMMASINO 1998:67).

Quando vem pra cidade não perde nada [...] talvez, no meu modo de ver, pode até ser que você perde um jeito que a comunidade que você morou lá atrás tem, mas isso não faz você virar urbano. O indígena pode estar na cidade, mas ele mantém a essência do povo dele, é seu território. Também é o espaço dele, ir e vir. O que acontece é que lá na aldeia ele tem uma forma de viver e aqui ele trabalha em outra, ele é índio né [...]. (MÁRCIO KOKÓJ 04/2018)

Estes e outros relatos com o mesmo tipo de conteúdo foram sistemáticos e direcionaram a pesquisa: os Kaingang não estavam somente buscando novos mercados consumidores, ou melhores pontos de venda devido à ausência de empregos nas cidades do interior; estavam, além disso, reproduzindo uma estrutura clássica de deslocamentos entre os Kaingang do interior do estado e a região do primeiro planalto curitibano, como já destacou Tommasino (1995) para os acampamentos em Londrina. A diferença do presente caso é que estamos diante da capital do estado, habituada a uma narrativa de embranquecimento forjada por historiadores e administradores, que sempre negou a presença e/ou importância da presença e moradia de indígenas na região. Ao contrário, como vimos, não faltaram esforços para suprimir o trânsito e a permanência dos indígenas na capital. As demandas por territórios e pela mobilidade na localidade sempre existiram.

5.3 Território, ambiente e política kaingang

Os Kaingang se subdividem territorialmente, comportando ao menos cinco dialetos bem estabelecidos: um da região de São Paulo, ao norte do rio Paranapanema; Paraná, entre os rios Paranapanema e Iguaçu; Central, dos rios Iguaçu e Uruguai; Sudoeste, entre o rio Uruguai e rio Passo Fundo; Sudeste, ao sul do rio Uruguai e a leste do rio Passo Fundo (WIESEMANN 2011:8). A variedade de grupos Jê Meridionais pode ser descrita em pesquisas arqueológicas, como destacam Corteletti e DeBlasis, “ao evidenciar contextos materiais bastante diferenciados em regiões geográficas relativamente próximas”. Segundo os autores:

Poderíamos estar diante de microterritórios espalhados pelo planalto e áreas adjacentes, cada qual com etnicidade própria e vinculados ao ethos Jê. Seriam diferentes pessoas, em diferentes territórios, com organizações social e política semelhantes, mas não necessariamente o mesmo grupo. (CORTELLETTI; DEBLASIS 2018:155-156)

Tratando do ambiente e da territorialidade Kaingang é preciso destacar que distinguem paisagens e características ambientais individualmente, sendo que a utilização dos elementos da natureza implica relações de respeito e reciprocidade dos humanos para com eles. Aqui se destacam aquelas relacionadas a vegetação, mata (*nen*), capoeira (*egohó*), capão de mato (*wãin*), aquelas relacionadas as paisagens geomorfológicas, campo (*rê*), Montanha (*krin*), serra (*rã*), baixada (*berê*), morro (*eratemã*), penhasco (*re eratemã*), parede de pedra (*paro*), e por fim, aquelas relacionadas ao sistema hidromorfológico da região, como rio (*gój*), cachoeira (*xá*), corredeira (*wó*), foz ou barra de rio (*wéin kunyá*), nascente ou cabeceira de rio (*gój djuro ta*), margem de rio (*gój fyr*) (TOMAMSINO 2004:158).

Tais categorias encontram-se dispostas em um território constituído de subterritórios, cujos indivíduos residem em várias aldeias, “tendo como pontos de referência os rios, as serras, as florestas e os cemitérios, que compunham o espaço produzido histórica e culturalmente” (TOMMASINO 1995:78). Esses ambientes e a organização social Kaingang são intimamente relacionados, sendo esse território tradicional política e hierarquicamente subdividido. Observa-se, de acordo com Ricardo Cid Fernandes:

[...] uma constelação de grupos domésticos, envoltos em parentagens e cujos núcleos são preenchidos por seus troncos velhos. As categorias nativas tronco velho e parentagem, respectivamente, o foco ancestral e o campo relacional dos grupos domésticos, fundem irremediavelmente política e parentesco na organização social Kaingang. (FERNANDES 2003:140)

Alguns desses territórios permanecem com marcações políticas, sociológicas, linguísticas e até mesmo ambientais até os dias de hoje. Sobre esse último aspecto, destaca Tommasino, no caso dos Kaingang interligados na bacia do rio Tibagi:

[...] os rios que separavam os Kaingáng pesquisados das outras sociedades Kaingáng são os rios Paranapanema, ao norte e rio Ivaí, ao sul [...] As serras de Apucarana e Agudos e todas as florestas e campos completavam o ecossistema que constituía o território ancestral dos Kaingáng do Tibagi. (TOMMASINO 1995:78)

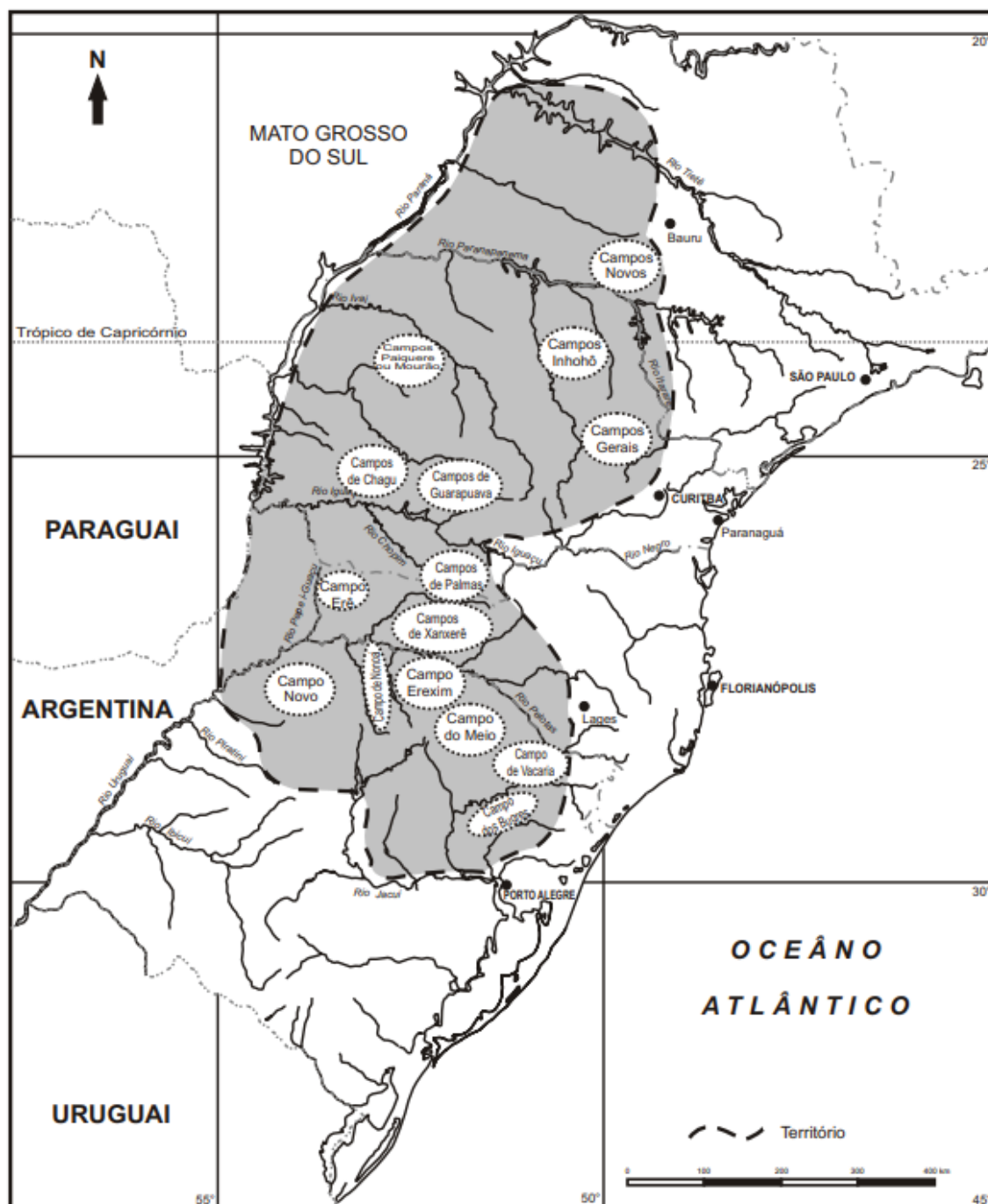
As descrições do sistema político Kaingang dão conta da existência de unidades políticas de diversos portes. Atualmente reconhecemos que os modelos tradicionais de sociabilidade dos Kaingang articulam-se em três níveis, como descrito por Ricardo Cid Fernandes: grupos locais; unidades político-territoriais; unidades político-territoriais envoltas por articulações de parentesco. Estas últimas superam limitações territoriais tradicionais para os grupos, uma vez que se referem “aos princípios da socialidade expressos na cosmologia dualista kaingang” (FERNANDES 2003:31)⁸⁹.

O mapa elaborado por Laroque (2000:80) (Figura 23) é extremamente ilustrativo desses diferentes contextos. Apresenta os subterritórios, que podem ser descritos, em determinados períodos, através da atuação das grandes chefias. Apesar de o mapa tratar de uma realidade dos campos meridionais ocupados pelos Kaingang no século XIX, quando essas grandes chefias político territoriais ainda estavam organizadas em torno do controle soberano de seu território resume de maneira aproximada tais unidades políticas que se diferenciavam e marcavam entre si espaços de influência e territórios. O mapa apresenta uma visualização de um território Kaingang já extremamente comprimido no seu sentido leste oeste, pressionado por pelo menos três séculos

⁸⁹ O autor busca demonstrar em sua tese o local da política Kaingang na expressão da cultural, analisando comparativamente a ascensão à cargos políticos, os processos de sucessão de lideranças, cargos próximos, os próprios critérios para a classificação de lideranças e os matizes distintivos da expressão e exercício político (FERNANDES 2003:218-219).

de investidas conquistadoras e colonizadoras. Apesar dessas grandes chefias de unidades político territoriais manterem o controle soberano desses espaços nesse período, viam a cada dia mais esses mesmos espaços serem progressivamente violentados e reduzidos através da Guerra de Conquista. No caso da região leste, onde se localiza o planalto curitibano e os seus arredores, a influência Kaingang ou de qualquer outro grupo indígena, Jê Meridional ou não, encontrava-se suprimida.

Figura 23 Territórios kaingang no século XIX.



Fonte: Laroque (2000:80).

Carina Almeida (2015:71) apresenta outro mapa (Figura 24) que permite uma visualização mais detalhada dos territórios indígenas nesse momento, produzido a partir das informações do mapa de Laroque, informações linguísticas de Úrsula Wisemann (1978: 199-200) e dados de Silvio Coelho dos Santos (1973:36). Neste pode-se observar claramente a sobreposição de territórios e a fronteira entre estes no planalto curitibano. Trata-se, desde muito, de um

Figura 24 Territórios Kaingang e Xokleng no século XIX.



Nesse cenário, a atuação e as frequentes visitas a Curitiba de grandes chefias de unidades político-territoriais, como Condá e Viri nos séculos XIX e Kretã, Capanema, Vaicrê, entre outros, no século XX, não parecem absurdas: os indígenas não estavam atuando fora de seu território, de uma maneira mais global, estavam dialogando com outras unidades cujas chefias eram os não indígenas – o planalto curitibano se tornava uma expressão territorial de presença política, negociação e diplomacia. Tais lideranças e agregados mantêm ativo um sistema de pacificação dos brancos, nos termos de Albert (2002) que visa uma aproximação e um afastamento segundo os seus termos, “negociaram e ainda negociam a demarcação de terras indígenas, participaram do processo de exploração de madeira– atualmente coordenam a implantação de projetos – estiveram e ainda estão na base dos conflitos e das alianças internas” (FERNANDES 2003:6). As lideranças indígenas e as cidades, hoje, são indissociáveis:

Tem algumas cidades, lugares, que são gerais, dos indígenas mesmo, as capitais são assim, principalmente Brasília, ninguém pode dizer que índio não pode estar lá, teve o [Mário] Juruna e agora vai ter a Joênia [Wapichana]. Agora tem uns lugares que a gente sempre esteve, Curitiba é esse lugar. Negociando, dialogando, aqui é o lugar melhor pra fazer, resolve mais fácil. (ROMANCIL KRETÃ 11/2018)

As chefias sustentam e centralizam os recursos diplomáticos voltados a negociação com os não indígenas, mesmo em espaços não delimitados institucionalmente para estes fins, como as vilas e cidades, de todos os portes. No caso de Curitiba observamos tais ações desde o período provincial paranaense (1854). Segundo Romancil Kretã, “[...] a liderança Kaingang não se faz só dentro da aldeia, ele também precisa conversar com os outros, em todos os lugares”. Márcio Kokóji, em outro momento, destacou que a cidade é um espaço de formação dos não indígenas sobre os Kaingang, e dos Kaingang sobre os não indígenas, tanto de formação dos não indígenas, “para que conheçam nosso jeito e se aproximem de nós”, quanto “para os indígenas, porque querendo ou não hoje em dia para ser líder, liderança, cacique mesmo, tem que entender como trabalhar com o não indígena [...] e na cidade, nesses espaços é que se aprende”. Continua Márcio:

Eu não sou cacique, hoje eu nem estou no que se chama de liderança de uma terra indígena, formalmente falando, na minha terra. Mas eu trabalho junto com todo mundo, dentro da ASAIKG, esse é o nosso trabalho. Principalmente pelo tempo que eu tive no movimento

indígena. Essas lideranças, caciques, eles vêm [para Curitiba], de um lugar mais de outro menos, mas quase sempre todo mês estão aí [...] Pra trabalhar, fazer esse trabalho de formação. E aqui nesse caso que você me perguntou, Curitiba é uma das sedes, é o centro do poder, então a gente precisa buscar essas parcerias, e é justamente isso, quando eles conseguem fazer essas parcerias eles vem, pra somar junto, essa é a ideia. No dia de hoje não tem como o cacique se fechar dentro da aldeia com sua liderança e esperar as coisas caírem do céu, tem que articular com a política, e não lugar melhor pra fazer isso, que em Curitiba, Porto Alegre, são nossos espaços pra fazer isso. (MÁRCIO KOKÓJ 01/2019)

Percebemos nessa fala que a política externa, voltada para grupos e unidades que se encontram fora do sistema Kaingang, demonstra-se como uma de suas características mais visíveis. Além de buscar um diálogo direto com lideranças externas, sem intermediários, as lideranças Kaingang utilizam intensamente, para tanto, todas as suas redes de mobilidade e espacialidade. Como destaca Fernandes:

Com essas múltiplas chaves, o dualismo kaingang se configura como uma fórmula aberta para o exterior. O 'outro', o 'estrangeiro', ou simplesmente o 'fóg', pode entrar nesse sistema de classificações, pois o que importa é garantir que a afinidade se realize mesmo na ocorrência de relações indesejáveis. (FERNANDES 2003:276)

As capitais estaduais certamente são um espaço importantíssimo para a atuação desse regime político, tanto por apresentarem grande concentração de poder institucional, quanto por serem localidades onde podem ser encontradas as próprias chefias não indígenas, nesse sentido, também consideradas como chefias de grandes unidades político territoriais, os próprios municípios, estados.

Com o estabelecimento das Terras Indígenas e a situação de confinamento nesses espaços (BRAND 1993), a exploração predatória de recursos naturais e consequente redução na diversidade biológica nos ecossistemas afetados por regimes sistemáticos de monocultura e pecuária, o espaço de circulação, ocupação e convivência de grupos Kaingang foi drasticamente reduzido. Vilas, fazendas, cidades foram fundadas e cresceram dentro em localidades consideradas estratégicas para os Kaingang. Atualmente o outro, o estrangeiro, não só podem entrar nesse sistema, como é preferível que entrem, se o que se busca é garantir o funcionamento do sistema. As chefias, caciques e lideranças das terras indígenas se esforçam e competem para angariar não indígenas aliados e como uma das maneiras de sustentar seu sistema político.

Tanto a dimensão territorial como o relacionamento com as suas propriedades foram transformadas ao longo do tempo, principalmente em meio ao esbulho territorial, a violência física e simbólica submetida aos territórios e grupos indígenas, e a consequente transformação dos espaços naturais, esta última, principalmente no século XX. Os territórios, e os subterritórios caudatários e as diversas aldeias foram sendo paulatinamente reduzidos, até o estado de confinamento e concentração de suas categorias no interior das terras indígenas institucionalmente regularizadas.

As décadas de 1930 e 1940 foram definitivas para as transformações profundas que foram efetivadas na sociedade Kaingang, período “limite entre o tempo passado/vãsy e o tempo atual/uri” (TOMMASINO; ALMEIDA 2014:22), o tempo dos antigos e o tempo contemporâneo. Foi nesse período que as políticas do SPI passaram a ser mais efetivas, a mobilidade e o trabalho Kaingang passaram a ser quase completamente dominados pela estrutura tutelar do Estado brasileiro.

Os espaços naturais fora das terras indígenas tiveram seus recursos naturais explorados (erva-mate, araucária), abrindo espaço para o crescimento do agronegócio na região. O processo no interior das terras indígenas foi semelhante, sendo os Kaingang obrigados a buscar por espaços urbanos, para a venda de artesanato, mendicância e até mesmo prostituição, que “surgiram como alternativas complementares de sobrevivência” (*id. Ibid.*). Esse processo teve seu auge no período militar brasileiro, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970. Como salientam Tommasino e Almeida, “as territorialidades kaingang acabaram sendo redesenhadas a partir desses novos acontecimentos que, por sua vez, produziram sucessivos e inéditos acontecimentos, numa cadeia que ainda não acabou” (*id.*:19).

Mesmo diante desses contextos conflituosos, muitos aspectos político-organizacionais da territorialidade Kaingang prevaleceram nas reduzidas Terras Indígenas como conhecemos atualmente. Segundo Góes, nesse aspecto, é preciso observar atentamente a atual reprodução de padrões de assimetria interaldeã, para melhor compreender a organização política e territorial Kaingang que se desenrola em muitas dessas Terras Indígenas Kaingang:

[...] que outrora fora constituída pelas aldeias centrais se transformou, ao longo do processo de desterritorialização, nas terras indígenas

delimitadas que são organizadas com uma aldeia central, denominada Sede. Menor abrangência das unidades territoriais, adensamento demográfico e redução das possibilidades de produção de novos territórios, porém continuidade dos padrões de assentamento interaldeãos. (GÓES 2019:171)

As Terras Indígenas Kaingang, com processo demarcatório finalizado⁹⁰, somam uma área total de duzentos e doze mil (212.000) hectares, em grande parte compartilhadas com moradores Guarani (GÓES 2019:78).

Apesar de não comporem a base territorial de ocupação reconhecida institucionalmente pelas agências estatais, as cidades, pequenas, médias e grandes, compõe um importante espaço de residência e ocupação, para onde os Kaingang retornam – em certo sentido trata-se de uma “retomada”, não em busca de uma área específica, mas da reocupação de um território Kaingang pensado de maneira mais ampla. Ocupar as cidades que encontram em território Kaingang é “re-territorializar” esse ambiente.

Para Tommasino (1998:68) diante da escassez de recursos e espaço nas áreas demarcadas e da crescente dependência dos Kaingang de produtos industrializados (“óleo, açúcar, sal, farinha de milho, carne; roupas, calçados, utensílios domésticos e remédios”), o estabelecimento de acampamentos temporários nas cidades apresenta-se como uma atualização de uma antiga tradição Kaingang: como os antigos Wãre, deslocam-se de seus povoamentos centrais para obterem recursos para seu sustento e demais afazeres. Hoje, a grande maioria dos espaços fora das Terras indígenas no Paraná foi devastada em meio à exploração de recursos naturais, indústria agropecuária e ao estabelecimento de núcleos urbanos; sendo assim, “se antes caçavam e coletavam nas florestas, hoje o fazem na cidade ou *emãbang*, na sua língua” (TOMMASINO 1998:68). Porém, a autora pondera um limite para essa comparação: “Nos wãre do passado os Kaingang se realizavam como homens livres, nos wãre de Londrina são alienados de sua produção e de si mesmos e expressam a sua subordinação ao sistema dominante” (*id. ibid.*).

Atualmente, em um contexto de confinamento e descontinuidade territorial, essa mesma estrutura possibilita o surgimento de momentos em

⁹⁰ Desconsiderados, portanto, os inúmeros casos de áreas de retomadas, Terras Indígenas com processo de demarcação em diversas etapas e ocupações e aldeias em áreas urbanas, regulamentadas sob legislações e acordos municipais.

contrastantes com a vida na aldeia, seja o trabalho com boias frias ou o estabelecimento de acampamentos provisórios em regiões urbanas. Segundo Tommasino:

Na região de campos faziam seus alojamentos fixos que chamam emã (oujemã). Faziam também acampamentos temporários, wãre, nas florestas e beiras de rio para se abrigarem nos meses em que caçavam ou pescavam. Os deslocamentos eram feitos por grupos de parentesco de modo que sempre havia grupos no emã e outros no wãre. [...] Quando não havia mais terras indígenas para serem confiscadas, o Governo mudou o tratamento dado aos índios. A "generosidade" desapareceu, os diretores dos aldeamentos passaram a incentivá-los a passarem a viver com recursos próprios. Só que os seus recursos vinham das florestas e campos que tinham sido apropriados pelos colonos brancos. Os seus territórios de caça e coleta sofreram mudanças profundas. Viraram cidades, cafezais, pastagens. Como então sobreviver nesse novo universo comandado pelos Paibang (chefes) brancos? A contratação de trabalhadores indígenas teve início quando os primeiros exploradores começaram a vasculhar as suas terras, a partir do século XVII. O artesanato feito de taquara, confeccionado pelas mulheres para uso, também começou a ser vendido esporadicamente, quando as primeiras povoações surgiram. Portanto, foram atividades novas iniciadas pelas avós dos Kaingang contemporâneos. Expropriados de seus territórios tradicionais, os Kaingang foram obrigados a adotar novos padrões impostos pela sociedade dominante. A única alternativa para sobreviver era adaptarem-se às novas condições materiais de vida. Tomaram-se agricultores de subsistência, assalariados e passaram a vender seu artesanato nos distritos e nas cidades. (TOMMASINO 1998:68)

Independentemente da transformação no sistema kaingang, diante da evidente submissão, observo que na mesma medida que a mobilidade kaingang em seus territórios deixou de ser coibida com extrema violência dos períodos de chumbo, a partir da década de 1980 os Kaingang passaram, como também apontam Lappe e Laroque, a efetuar viagens de volta para seus tradicionais territórios (LAPPE; LAROQUE 2015:148).

Como destaca Márcio Kokój, em alguns contextos o território e a cidade de Curitiba se apresentaram com mais oportunidades e qualidade de vida para muitas famílias do que as próprias Terras Indígenas, porém, como ele mesmo comentou, os indígenas não se deslocam para qualquer cidade, ou mesmo território aleatório:

Muita gente que está na cidade [Curitiba] hoje, esses que saíram e não voltam mais, que eu falei pra você, porque tem o pessoal que vai e volta, veio em uma leva de gente que saiu das terras por causa de problemas com a política, entre outras coisas, tem as questões familiares, estudos, essas coisas, mas pro Kaingang sair da sua terra assim pra sempre, muitas vezes tem o problema da política também [...] antigamente não era tão fácil, eu não digo que hoje resolveu tudo, mas aqui no Paraná pelo menos está bem melhor, posso dizer pela

minha terra com certeza, e pelas outras que tenho mais conhecimento. Mas mesmo assim tem muita coisa pra trabalhar, a questão da autonomia da nossa terra, dos recursos, do meio ambiente, é uma coisa que ainda estamos começando a fazer. O pessoal não vai pra qualquer lugar né, eles vão pra onde se sentem seguros, pra onde acham que tem um espaço pra eles ali. (MÁRCIO KOKÓJ 01/2019)

5.2.1 “Tanto faz, território é território, com cidade ou sem cidade, tanto faz”

O título diz respeito a um questionamento que realizei para Romancil Kretã e outros indígenas na aldeia Tupã Nhe'é Kretã. Tratávamos, entre outros assuntos, do aumento da presença indígena no planalto curitibano, na região da Serra do Mar, Curitiba e região metropolitana, mas também, das situações de preconceito e as estratégias dos indígenas para superar e transformar esse quadro. Após contar sobre sua participação e de outros no movimento criado na cidade de Curitiba em torno de reivindicações de espaços para moradia, que culminou com a fundação da aldeia Kakané Porã, Romancil Kretã descreveu o movimento de crescimento da presença e visibilidade indígena na região como, “a retomada da nossa presença na última porção do nosso território que faltava, esse planalto curitibano” (ROMANCIL KRETÃ 07/2015).

A tese apresentada naquele momento foi a de que ao longo dos séculos de conquista e colonização não indígena dos territórios indígenas, estes foram sendo paulatinamente concentrados no interior do estado. Entretanto, nas últimas décadas, os Kaingang estão se dirigindo a essas antigas posições territoriais, de colonização não indígena mais recuada, como a região do planalto Curitiba. Sair da Terra Indígena, aldeia, retomada, não é negar o processo de luta pela demarcação institucional desses espaços.

Como destaca Edilene C. Lima, ao tratar dos deslocamentos compulsórios no período militar, com base nas descrições do relatório Figueiredo:

[...] é preciso matizar e desenvolver um tanto mais a ideia apresentada no excerto acima, pois nos casos aqui abordados, tento, por um lado, explorar o contexto sócio histórico de grupos que foram forçosa e violentamente removidos de suas terras – expropriados propriamente falando – , não estou tratando de deslocamentos livres em territórios desimpedidos. Por outro lado, é ainda preciso notar que o “enraizamento” – e os retornos empreendidos e desejados – pelos seus antigos lugares não deve ignorar a violência com que deles foram retirados, e que pode ter resultado em um efeito imprevisto: reforçado a identificação com “uma geografia determinada”, com um lugar ao qual se deseja voltar. (LIMA, 2016:32)

Apesar de não podermos afirmar uma situação de afloramento de sentimentos em relação a um desterro e exílio para os Kaingang que atuam na territorialização de cidades como Curitiba e demais áreas do planalto curitibano, concordo com Edilene C. Lima (2018:32) quando a autora aponta que situações de invasão, expulsão de moradores e confinamento em pequenas áreas demarcada – esta última quando comparadas a dimensão territorial e potência de mobilidade desses grupos – tendem a enraizar indivíduos em espaços determinados⁹¹. Com o evidente crescimento da liberdade conquistada no período pré e pós-constituente (apesar da manutenção de muitas fragilidades nas políticas públicas), os indígenas passaram a realizar viagens de retorno, (re)territorializações, alicerçadas na memória dos antigos, narrativas históricas, e na leitura atenta desses registros nos locais até onde sua moradia era questionada ou negada, como espaços urbanos.

Nessa esteira, proponho que ao buscar a cidade de Curitiba os Kaingang concretizam a abertura de novas frentes de territorialização, localizadas em espaços que até então eram sistematicamente negados a presença indígena. Trata-se de um processo de retomada da presença nesses territórios, por isso, como destacou nesse momento Kretã e Florêncio, é necessário atuar em torno da visibilidade dos moradores da cidade.

Isso não quer dizer que tratemos de situações homogêneas em todos os municípios da região meridional brasileira, ao contrário, mesmo nesse processo de territorialização observamos múltiplas estratégias adotadas pelos grupos e indivíduos. Segundo Márcio Kokój, “muitas vezes lá na aldeia, de onde a pessoa vem, vão chamar ela de desaldeado [...] como uma coisa ruim mesmo, você não estar na sua aldeia de origem” (MÁRCIO KOKÓJ 2019). Em evento em homenagem póstuma ao kaingang Ângelo Kretã na Universidade Federal do Paraná (2017), Dona Belarmina destacou em uma mesa que debateu a respeito das relações entre os indígenas e as cidades, que “muitos indígenas que moram na aldeia, na Terra Indígena chamam agente de desaldeados [...] mas eu não

⁹¹ Contudo, a análise arqueobotânica apresentada por Corteletti comprova a ocorrência de plantas domesticadas associadas a selvagens em sítios Jê Meridionais, definindo que “pelo menos um século antes da conquista, já dispunham de uma economia mista que os fixava mais ao território e não exigia movimentos migratórios constantes” (CORTELETTI 2012:166).

sou desaldeada, estou lutando pela minha aldeia, pelo futuro dos meus filhos e netos” (Dona Belarmina). A diversidade de contextos e de sistemas de contato entre Terras Indígenas e cidades preconiza que indivíduos atuem de maneira diversa em suas passagens pelos espaços urbanos.

Apesar de diversas e com característica heterogênea, tais retomadas da presença e visibilidade Kaingang nesses espaços não se apresentam como contextos isolados, ao contrário, estão se tornando, paulatinamente, um padrão de mobilidade e territorialização Kaingang. Estas situações podem ser observadas em Curitiba, Porto Alegre, Londrina, Maringá e outras cidades de médio e pequeno porte, como uma regra, os Kaingang estão territorializando espaços urbanos e exigindo das administrações públicas políticas que possibilitem a ocupação de espaços nas áreas urbanas. São efetivadas por cada vez mais famílias e indivíduos, para os quais ocupar a cidade apresenta-se como uma oportunidade de angariar recursos que muitas vezes são insuficientes ou não se podem conquistar nas Terras Indígenas, sejam estes recursos financeiros, uma melhor formação educacional ou mesmo parcerias políticas.

No mesmo sentido que estas cidades, a região do planalto curitibano encontra-se em uma localidade que se pode associar à territorialidade Kaingang⁹². A diferença aqui é que a macrorregião do planalto curitibano não detém Terras Indígenas próximas, a exemplo das cidades paranaenses citadas, o que torna para uma parte da opinião pública e política, uma imensa surpresa o interesse dos indígenas, e nesse caso particular dos Kaingang, por essa região. O absurdo para esse senso comum não é a ocupação das áreas próximas à cidade, e sim, da própria cidade. Inexistem áreas demarcadas na região não porque os indígenas não se interessem pela área (tanto grupos Jê Meridionais quanto Tupi-Guarani), mas mais porque uma espécie de “zoneamento” estadual com raízes coloniais censurou e puniu a presença indígena nos territórios ao leste desde os primórdios da colonização.

Os indígenas nessa região foram os primeiros a serem capturados para servirem ao butim ou comprimidos em direção ao interior do atual estado do Paraná. Reafirmo que a cidade certamente atrai os indígenas devido a sua

⁹² Com essa afirmação não estamos, de maneira nenhuma, negando a grande territorialidade guarani sobre essa região, ocupando imensas áreas da Bolívia, Paraguai, Argentina Uruguai e no Brasil Mato Grosso do Sul, Sudeste e o Sul brasileiro. Trata-se de territórios sobrepostos.

potencial rede de negociação de mercadorias, acesso a bens de consumo, potencial de renda e acesso a serviços, entretanto quero frisar que esse interesse não se resume a isso, nem se dá de maneira aleatória por qualquer capital ou centro urbano.

Estes encontram nas cidades relevantes campos para sua atuação e negociação política, transformando os centros de poder em autênticas zonas de contato (PRATT 1995), e, dessa forma, invertendo a lógica imposta pela política indigenista de que os espaços para os indígenas deve ser exclusivamente as florestas distantes ou os territórios devidamente “reservados” para este fim. Segundo Márcio Kokój,

[...] Em comparação com outros indígenas o Kaingang é um tanto mais político, ele tem uma visão mais política da situação. Não quer dizer que os outros, o Guarani, o Xetá não sabe fazer política, claro que eles sabem. Eu digo que o Kaingang sabe fazer de um jeito bem específico. Talvez por esse entendimento a liderança Kaingang venha pra Curitiba, propriamente dito, entre os outros povos. E ele vem, faz a luta, o próprio Kaingang vem e faz o artesanato, a própria comercialização, e eu falei, as lideranças vem pra discutir essa parte política. Além disso tem um outro fator, que aqui a liderança se sente mais a vontade, com o tempo você já tem os contatos, e isso vai passando, não precisa aprender tudo de novo. É claro que sempre tem as dificuldades, nada é tão simples, se não a gente não chamava de luta e a cidade é pra isso também. Mas não é como ir pra Brasília, aqui estamos em casa também [...] Tem a questão do preconceito, mas você tem que aprender a lidar com isso. Então ao longo dos anos eu acredito que muitos Kaingang circularam por aqui e muitos desses principalmente as viagens que a gente busca ver mais, seja talvez, até mesmo da própria Terra Indígena de Mangueirinha, por algum motivo eles sempre fizeram essas caminhadas, buscaram fazer esse processo de formação. Acho que isso tudo também é um processo de formação do próprio Kaingang. Você vê que não é só pra fazer acordos é um processo de formação? Aprender o jeito do branco, aprender técnicas? (MARCIO KOKÓJ 01/2019)

5.4 Paisagem e memória Kaingang no primeiro planalto paranaense

Para todos nós estar aqui nessa Serra hoje tem uma importância muito grande. Estamos de frente pra nosso território, ao lado da montanha sagrada, perto da cidade que fazemos nossos contatos e buscamos o diálogo com os não indígenas, por isso essa Terra aqui é tão importante, para os Kaingang, Guarani. Aqui é o último lugar onde a araucária brota, e o último lugar onde o Kaingang bota os pés, lá mais pra baixo é tudo espaço dos Guarani. (KRETÃ KAINGANG Morretes/São José dos Pinhais 09/2016).

Território e ambiente natural estão diretamente relacionados no pensamento Kaingang, sendo que o manejo do território implica em relações

profundas de respeito e reciprocidade com as diversas formas e paisagens naturais (TOMMASINO 2004). A paisagem, todavia, não pode ser confundida com uma superfície exclusivamente material, como o espaço ou ambiente natural. Como aponta Rafael Corteletti, a paisagem ocupada por grupos Jê Meridionais é um dos mecanismos formadores e formados pela identidade desses povos – local e momento em que a teia de significados é transformada e reproduzida. No caso apresentado por Corteletti, a região de Urubici-SC, a paisagem Jê “é composta por uma diversidade de lugares e espaços de circulação com diferentes funcionalidades, que interagem entre si a partir de uma estruturação sociocosmológica própria [...]” (CORTELETTI 2012:220-221). Ingold (2000) argumenta que a paisagem (*landscape*) não deve ser compreendida como o cenário, um pano de fundo para o indivíduo ou para a cultura se desenrolar e se transformar. Não representa um mundo exterior em si, nem se confunde com a ideia de terra (quanto mais em seu sentido econômico), natureza ou espaço submetido a contemplação do observador.

Tim Ingold propõe que a paisagem, tal qual as identidades e capacidades de seus habitantes, “surtem com condensações ou cristalizações dentro de um campo relacional” (INGOLD 2015:90). Deve ser compreendida diante dos registros obtidos na passagem do tempo e entre as vidas dos diversos seres que a compõem, ou seja, ao viver na paisagem somos transformados e transformadores, mutuamente.

Essa paisagem, no caso do planalto curitibano, é percebida pelos Kaingang na medida em que reivindicam um território suportado sobre as memórias dos antigos, que passaram e ocuparam a localidade em tempos pretéritos. A correlação ambiente e história é a protagonista do processo de territorialização Kaingang do planalto. Atuam concomitantemente em uma mesma narrativa, percorrendo conjuntamente os “marcos” dos antigos vivamente expressos na paisagem. De acordo com Corteletti e DeBlasis (2018:156-157), “[...] reflexões e interpretações nos mostram que essa paisagem nutriu e ao mesmo tempo foi nutrida pelo processo de longa duração protagonizado pelas populações Jê” (CORTELETTI; DEBLASIS 2018:156-157). Os Kaingang identificam na paisagem dessa região padrões que associam a sua

atuação no mundo, associando-a à ideia de território. Para Aquino, a relação território/paisagem, para os Kaingang, é expressa:

[...] em termos de limites espaciais mais ou menos estáveis, em que pese suas relações entre o interior e o exterior do grupo local no decorrer dos processos históricos e suas respectivas consequências para a vida social, política e ritual, situando-os, juntamente com os movimentos de reunião e dispersão, na análise das relações intra e interaldeias. (AQUINO 2018:8)

Para os Kaingang do planalto curitibano a história não está evidenciada somente nos registros e fontes de arquivos institucionais, pode ser lida, se decodificada adequadamente, na própria paisagem.

Onde o Kaingang passou se plantou uma Araucária, eu acredito que seja um território [planalto curitibano], e que esse território tinha vários aldeamentos. O próprio rio Iguaçu é muito importante pros Kaingang, pra nós de Manguelirinha, passa dentro da nossa terra e nasce aqui, então esse processo que tem da história e do ambiente como ele é. Era tudo um caminho e território Kaingang, a gente sabe que o território central é o território Kaingang, e Curitiba seria uma ponta, a borda, uma província, pra onde o Kaingang vinha com os grandes grupos, também imagino que não vinha todo mundo, vinha só as lideranças, o resto do grupo ficava em alguma parte, porque o Kaingang tem sua estratégia, o restante ficaria em um local estratégico. Tanto que existiam guerras antes dos não indígenas, existiam guerras por conta de espaço, e do próprio acesso ao mar. (MÁRCIO KOKÓJ 02/2019)

História, memória, paisagem, cosmologia e política se entrelaçam nesse relato que serve a um só tempo para territorializar e legitimar a presença do grupo no planalto curitibano: se os antigos plantaram o caminho, quem irá tirar o direito do indivíduo de percorrê-lo? A paisagem, a proximidade e o reconhecimento da história e memória. Além das grandes objetificações materiais, geológicas, a atuação humana constitui e é constituída pela paisagem, mesmo no ato de andar, já que:

Conforme as pessoas, no curso de suas vidas cotidianas, fazem o seu caminho a pé por um terreno familiar, assim os seus caminhos, texturas e contornos, variáveis através das estações do ano, são incorporados em suas próprias capacidades corporificadas de movimento, consciência e resposta [...] por outro lado, esses movimentos pedonais costuram uma malha emaranhada de trilhas personalizadas pela própria paisagem. Através do andar, em suma, as paisagens são tecidas em vida, e vidas são tecidas na paisagem, em um processo contínuo e interminável. (INGOLD 2015:90)

A fala de Kretã sobre as viagens dos antigos revela a incidência humana na revelação da paisagem – essa paisagem existe porque os antigos passaram

por ela a construíram, não somente no sentido de plantarem os caminhos, mas por a terem dado sentido através das histórias.

No início de 2015 iniciei um diálogo constante com Romancil Kretã, sua ex-esposa, a guarani Andréa Takua Fernandes e Florêncio Rekayg na aldeia Tupã Nhe'é Kretã. Naquele período essas famílias lutavam para ter reconhecido o direito de ocupar uma área na borda leste do planalto curitibano, aos pés da Serra do Mar. Essa área localiza-se em meio a vegetação de transição, com floresta ombrófila densa, floresta ombrófila com araucária, campos, áreas de encostas e topos de morros. Trata-se, portanto, de uma área de transição entre os ambientes dos planaltos, as montanhas da Serra do Mar e o litoral paranaense.

Segundo os moradores, a área comporta referências importantes tanto para os grupos guarani como para os Kaingang. Por se tratar de uma área de transição entre ambientes, comporta diferentes espécies, associadas a climas e ecossistemas distintos. No caso dos Kaingang, suas referências sobre a sua localização nesse espaço é “da serra pra cá”, argumentou várias vezes Romancil Kretã e Florêncio Rekayg e outros indígenas no período residentes da aldeia Tupã Nhe'é Kretã. O “pra cá” está de costas para o litoral e de frente para o planalto, para os campos, e para a cidade de Curitiba. De fato, no momento em que coletei essas informações os indígenas apontavam para a direção da cidade de Curitiba e interior do estado, em uma referência marcante à consideração de que o território Kaingang, em seu sentido oeste-leste, iria até aquele ponto e espaço específico, “aqui onde eu vejo a montanha mais alta, e pra onde todos os rios correm pra dentro [direção interior do estado] eu acredito que fique a montanha Kaingang do nosso mito de surgimento dos Kaingang”, disse várias vezes Kretã, “o Kaingang não passa pra lá da serra”, “não é nosso território”, “não estamos acostumados”.

Aqui, a referência a essa cadeia de montanhas da Serra do Mar como um evidente marcador dos ambientes, dos territórios e das cadeias de histórias, das paisagens:

Eu nunca vou dizer que aqui não é território Guarani porque eu sei que ele vem desde lá da Bolívia passa por aqui vai até o litoral, eu casei com uma guarani, eu sei disso. Mas pra nós, no meu entendimento lá em baixo [litoral] a gente não ia se dar bem, sem o pinhão, erva mate, e as outras coisas que a gente vê [...] olha só aquela araucária, ela ali já não está tão bonita como a gente vê mais pra dentro aqui, na direção

de Curitiba, mais ali pra baixo ela já fica feia, e aí some, mas aqui pro Kaingang, pros outros eu acho que também é assim, dá pra viver junto, hoje em dia. Quem não aceita, não admite é os brancos, os não indígenas, que não aceitam dividir o território [...] as vezes não tem diálogo, tem que retomar esses espaços. (ROMANCIL KRETÄ 07/2017)

Os elementos mais destacados pelos Kaingang nas conversas que tive sobre sua presença no planalto curitibano são elementos relacionados à paisagem. As araucárias, os campos, a vista da Serra do Mar, o rio Iguaçu, foram os elementos mais citados. Esses elementos não estão posicionados dentro de um sistema naturalista-ocidental. Muito diferentemente, estão incorporados em redes sociocosmológica específicas.

O pinheiro araucária (*Fág*) aparece em vários diálogos como o marcador fundamental da presença e legitimidade territorial (BECKER 1976; CORTELETTI 2017), quase como uma assinatura autorizando a presença, uma guia de trânsito para a circulação. Os Kaingang se referem constantemente as florestas de araucária como sendo fruto de sua atuação, plantadas. Atualmente existem estudos que apontam para o fato de que grandes áreas dessas florestas realmente devem ser antrópicas (CARDENAS 2015). Segundo Fernandes e Góes:

O *Fág* (termo para pinheiro na língua kaingang) é, ao mesmo tempo, elemento central da dieta, demarcador de territórios e o principal objeto (*konkei*) do ritual do *kiki* – considerado o mais importante ritual kaingang. Não por acaso, ao longo da colonização, a araucária, presente na bandeira do Estado do Paraná, foi transformada em símbolo da “natureza” do Sul do Brasil. Como em outras partes, para o controle simbólico do território, o Estado buscou dissolver as identidades que criavam obstáculos para a construção do ‘vazio demográfico’, conceito chave que legitima o projeto colonizador. A conquista e colonização no Sul foi o resultado de sucessivas práticas de transformações das paisagens culturais, de supressão de territórios étnicos e de controle político sobre povos e pessoas⁹³. (FERNANDES; GÓES 2018:5)

⁹³ Tradução do autor: *The Fág (the term for pine in the Kaingang language) is simultaneously the central element of the diet, and a marker of territories and the main object (konkei) of the kiki ritual – considered the most important Kaingang ritual. Not by chance, during colonization, the araucária, which is found on the state flag of Paraná, was transformed into a symbol of the “nature” of southern Brazil. As in other regions, to establish a symbolic control of territory, the state sought to dissolve the identities that created obstacles to the construction of the “demographic void”, a key concept that legitimates the colonizing project. The conquest and colonization in the South was the result of successive practices of transformations of cultural landscapes, suppression of ethnic territories and political control over peoples and persons.*

Para além do ambiente, em uma macro escala, a analogia pode ser realizada entre a própria araucária e os indivíduos Kaingang, reduzindo-se a escala, para os quais, na mesma medida em que se desce a Serra do Mar sentido litoral, ambos ficam mais fracos: somem as araucárias, os campos e os Kaingang. Os pinheiros não conseguem mais produzir pinhões, não crescem e morrem cedo. São substituídos por outras formações ecológicas e sociais, o que para os Kaingang, aponta para um limite territorial e de sua ingerência política, essa última, elemento alçado pelos Kaingang como sustentáculo do processo de produção das paisagens e territórios.

É preciso construir a paisagem, territorializar o espaço. A organização política é um dos pilares desse processo. Kretã atua na região captando parceiros, políticos (prefeitos, vereadores, deputados estaduais, federais e até um senador) no sentido de garantir suas demandas. De acordo com a ex-esposa de Kretã, a guarani e então cacique da aldeia Tupã Nhe'é Kretã Andréia Takuá, quando sua família chegou à área, em 2014, as residências encontravam-se abandonadas, “com várias camas e colchões muito velhos em todas as casas [...] não tinha animais, só morcego, aranha e sapo”, “tudo que existe hoje é trabalho nosso, eu aqui dentro da comunidade e o Kretã sempre buscando os parceiros para apoiar” (ANDREIA TAKUA 03/2017). De acordo com Fernandes e Góes, nesse ambiente, muitas vezes conflituoso de produzir novos territórios, territorializar ou (re)territorializar, apresentam grande capacidade de mobilização étnica, intra e interaldeã, mas tão importante quando, externa, através da articulação com importantes atores políticos não indígenas. Além disso, o constante uso e ascensão aos recursos da memória história e das paisagens culturais (FERNANDES; GÓES 2018:26). Segundo Kretã, “o pinus é um invasor no ambiente, mas no nosso território também, tem que ser exterminado daqui”. Para enfrentar a situação constituíram todo um sistema de parcerias, transformadores de territórios e paisagens:

Nessa área toda aqui que você está vendo era uma antiga plantação de pinus [...] dizem até que começou isso tudo aí com um trabalho e alguém da Federal (UFPR) lá na década de 1970, 1960, não sei. Só sei que quando entramos aqui estava tudo destruído, sem bicho, só caçador e a terra cansada. [...] pra enfrentar isso, criar um lugar pros nossos filhos viverem formamos esses mutirões que você sabe, tiramos os troncos de pinus do rio, e começamos a cuidar, plantar araucária. [...] Desse lado aqui eu acordo olho aqui nessa direção vejo a mata, as araucárias lá no fundo, eu sinto uma força dentro de mim que me dá certeza desse lugar [...] olho pro outro lado vejo tudo

destruído por esses empreendimentos, reflorestamentos que tinha aí, parece que com norueguês envolvido. Por isso fazemos o mutirão, quando dá [...] conseguimos mais de 500 mudas do professor [...] da Federal, e precisamos de ajuda pra plantar tudo, mudar essa terra pra podermos viver. (ROMANCIL KRETÃ 07/2017)

As trilhas, pistas, de vestígios e pegadas (*footprints*) (LEGAT 2012) estão por todo lado no planalto curitibano. No caso do rio Iguaçu, principalmente para os Kaingang originários da região de Manguinhos, significa uma referência direta ao seu território central, “região onde o nosso umbigo foi enterrado” mencionaram Kretã e Márcio Kokój. A ligação ao território de origem é direta, feita através do mesmo rio:

[...] você não vai ver o Kaingang indo tanto pra cidades mais longe daqui, lá pro norte, pro nordeste, não é só porque é longe, é por não é nosso lugar, não conhecemos as coisas, não é nosso território [...] aqui nasce o rio Iguaçu, passa lá em Manguinhos, onde está o umbigo, a mesma água. (ROMANCIL KRETÃ 08/2017)

Como destaca Paulo Góes:

É recorrente entre os Kaingang a prática de enterrar o cordão umbilical do recém-nascido, por exemplo, próximo ao mourão de uma cerca para que a criança cresça com disposição ao trabalho ou enterrar próximo a um pé de cedro para que tenha saúde. O local de enterramento do cordão umbilical é também considerado um importante símbolo da relação daquela criança com aquele lugar, sua terra de origem. Assim, muitos conhecem os locais onde estão os umbigos de seus ancestrais e de seus descendentes. (GÓES 2018:200)

A cadeia de montanhas da Serra do Mar foi pensada por moradores de Manguinhos e outros de Rio das Cobras como um marcador político-territorial, mas também como uma referência a montanha. Não estou afirmando que os Kaingang, ou os Jê jamais ocuparam o litoral em tempos pretéritos (até porque existem inúmeros registros arqueológicos que demonstram que em certos momentos ocuparam grandes faixas nessas localidades), mas que na percepção dos interlocutores, a serra, o planalto, os campos, são registros da identidade e da construção da paisagem e de um tempo antigo (mítico) Kaingang (*Uri*) que não pode ser dissociado com a presença da cidade. Ao contrário, esta última é um potente registro histórico de todo o passado e história Kaingang na localidade, de suas transformações, servindo a todo momento como evidência do território: a cidade é a evidência contemporânea da transformação, e da passagem do tempo para os moradores Kaingang.

5.5 Trilhando caminhos, buscando vestígios e pegadas: o legado dos antigos na territorialização do planalto curitibano

O antropólogo ou professor pode até tentar entender a cabeça do Kaingang. Eu acho missão impossível [...] Mas assim, eu entendo que onde quer que o Kaingang tenha passado nasceu a araucária, não é a toa que chamam de Curitiba, porque dizem que pros guarani é muito pinhão, pinheiro né, é porque é uma terra rica, com essa característica [...] uma vez eu já te disse, circulavam desde lá [...] de Manguueirinha, onde eu nasci até aqui, pra negociar. Vinham a pé, cavalo só tinha quem tinha era rico, demorava meses de viagem. E não era assim, “vou de qualquer jeito” tem planejamento, vinham pelo mesmo caminho, uma estrada que conheciam [...] e ali vinham plantando pinhão, pra garantir que sempre tivesse comida no caminho, sempre tivesse a caça ali nos pinheirais. E caminhavam sempre por esses caminhos, viraram marcos pra eles com o tempo [...] eu queria muito saber onde fica esse caminho, porque hoje ninguém anda mais, a gente vem pela estrada, de ônibus, carro. Mas ele está ali [...]. No meu caso, que sou Kaingang penso muito nos meus avós, no que minha avó contava, e fico só pensando onde será que eles paravam quando vinha para cá, talvez não fosse exatamente aqui, porque eles vinham lá pelo outro lado né, mas não entrava na cidade todo mundo, até uma estratégia Kaingang pra não perder as crianças, as mulheres. (ROMANCIL KRETÃ 11/2017)

Toda a história da territorialização do planalto curitibano pelos Kaingang, como outras localidades, pode ser expressa pela lógica da viagem e da potência pela mobilidade. De acordo com Alice Legat, “muitas *pegadas* e trilhas são acessíveis apenas através das histórias que narram o que aconteceu antes, para que se possa crescer no presente e pensar sobre o que é o mesmo e o que mudou” (LEGAT 2012:46)⁹⁴.

As caminhadas dos ancestrais, de Manguueirinha a Curitiba, por exemplo, deixaram muitas *pegadas*, seja na paisagem, seja na memória através das histórias. Alguns desses registros podem ser cruzados com fontes secundárias, disponibilizadas em jornais, periódicos e arquivos de entes e instituições municipais, estaduais e federais. Entretanto, para os Kaingang, as verdadeiras evidências da circulação de seus antepassados estão na paisagem e no território, constituída e constituinte deles mesmo. Segundo Romancil Kretã e seu irmão Márcio Kokój, e outros Kaingang de outras regiões do estado do Paraná, como Florêncio Rekeyg, a mensagem que possibilita a decodificação do território

⁹⁴ Tradução do autor: *Many footprints and trails are only accessible through stories that tell of what has gone before, so that one can grow in the present and think about what is the same and what has change.*

e da paisagem debruça-se sobre a memória e as histórias dos antigos. A referência de que alguns de seus antepassados também foram impedidos de realizar esse trânsito, ou mesmo, punidos violentamente, lhes compele a realizá-lo, funciona como um incentivo a mais. Aciona-se com isso o protagonismo político estabelecendo novas redes de mobilidade e relações no espaço do planalto curitibano.

A história e as narrativas descrevem o caminho, os rastros e a paisagem deixados, e como se deve restaurá-la com o objetivo de garantir e legitimar sua presença nesses espaços. Nesse sentido, para seus antepassados o ato de caminhar referia-se como a expressão de uma maneira de pensar e sentir. Aqui não tratamos somente da relação entre dois pontos, saída e chegada (Mangueirinha até Curitiba), mas principalmente, do caminhar em si, o deslocar-se, como uma linha argumentativa que deixa pegadas, ou mesmo, mais do que marcas e deformidades no chão causadas pelos passos, narrativas que perfazem impressões na paisagem da região de uma percepção do mundo (LEGAT 2012:47).

As pegadas (*footprints*) podem ser compreendidas na própria *paisagem* (*landscape*). Como destacou Kretã e outros Kaingang que residem ou residiram na região, é a presença da Araucária e das espécies associadas que constitui a referência da passagem de seus ancestrais, nesse sentido, as *pegadas* estão presentes nas narrativas e na *paisagem* (*landscape*) manejada e constituída historicamente pelos ancestrais, para que sempre pudessem constituir tal trânsito. Essas histórias e as narrativas da memória não são como os livros dos historiadores ou antropólogos, que, para lê-los, lhes basta virar as páginas e seguir um raciocínio contínuo. Segundo Tim Ingold, “seja lendo mundos ou seguindo passos, no entanto, a trilha narrativa é revelada na superfície como uma série de linhas descontínuas” (INGOLD 2008:9)⁹⁵.

A minha avó, Balbina [da Luz] sempre me contava, naquela época a gente era criança não dava muita atenção pro que ela falava, era criança né, hoje em dia eu sei o quanto importa as histórias dela. Ela “falava senta aí”, e me contava todo tipo de história. Ela me disse que a primeira vez que ela veio para Curitiba tinha seis anos, ela morreu com 116 anos, isso já tem tempo, então veja só quanto tempo faz que

⁹⁵ Tradução do autor: *Whether Reading worlds or following footsteps, however, the narrative trail is revealed on the surface of as a series of discontinuous line.*

ela vinha para Curitiba já [...] eles vinham para negociar, essa era a palavra que ela sempre usava, negociar [...] negociar todo tipo de coisa, os balaio, cestaria, mas não essas colorida que a gente vê as mulheres Kaingang venderem hoje, coisa pra usarem mesmo, coisa resistente [...] para usar nas casas, no comércio [...] traziam alguma farinha, alguma coisa que produziam, trocavam por dinheiro mesmo, ou por sal, ferramenta, pólvora, alguma coisa que não conseguiam fazer eles mesmos [...] esse período de negociar que ela falava, eles já tinham o contato certinho, não vinham perdido, tinham a estrada certinha, vinham plantando pinhão no caminho sempre, pra não faltar caça, comida nas viagens que iam fazer em outras épocas. Como eu falei tinham o contato certinho, do comerciante da casa pra negociar, pra ficar, mas ela nunca me falou onde era. Eu acredito que ficavam acampados em algum lugar aqui na cidade, não no centro, mas ao redor, onde podiam fazer a cestaria, porque eles faziam isso no caminho, chegavam acampavam e começavam a pegar o material pra produzir flecha, cestaria e o que mais precisasse. Era uma viagem que demorava mais de 30 dias, e eu vejo por essas histórias que pelo menos desde meu bisavô, bisavó eles vem pra cá, nesse intuito de negociar nesse território [...] Por isso que eu te digo que nós sempre soubemos que essa área, que vai daqui até Ponta Grossa é uma região de movimento tradicional dos Kaingang, antes achávamos que era impossível assim, conseguir uma área segura, uma terra para nós podermos viver [...] hoje em dia já conseguimos fazer mais esses movimentos. [...] agora que estamos aqui perto da nossa montanha sagrada, não vamos sair mais, porque aqui que surgiu os Kaingang, de todo o mundo, e é aqui que nós vamos ficar, é aqui que vamos recuperar essa lembrança, essa memória que a a gente às vezes esquece. (KRETÃ KAINGANG 08/2016)

As *pegadas* do antigo trânsito Kaingang para a região de Curitiba, são pensadas como suas respectivas *trilhas*, repletas desses *vestígios* e *registros*, nomeados e acessíveis através de histórias que se referem ao manejo e construção das camadas dessas paisagens e territórios ao longo dos séculos. Tais histórias fornecem aos Kaingang o conhecimento necessário para compreender, ocupar e transitar por um território. A citação de Romancil Kretã Kaingang à Montanha Sagrada, identificada por ele como a Serra do Mar (*Krinjinjimbé*) tem referências muito interessantes nos estudos sobre a territorialidade e cosmologia Kaingang. Segundo os entrevistados, trata-se do local de onde os Kaingang surgiram, de onde vieram originalmente.

Na mitologia Kaingang, como muito bem apresentou Curt Nimuendajú, é o local de onde os irmãos mitológicos Kamé e Kairu “que povoaram a terra com seus descendentes” saíram depois de um grande dilúvio. Nimuendajú continua destacando que, segundo o mito, “não há nada neste mundo fora da terra, dos céus, da água e do fogo, que não pertença ou ao clã de Kañeru ou ao de Kamé” (NIMUENDAJÚ 1993:59). Ao relatar para Telêmaco Borba o mito da constituição

do Mundo, da criação dos animais e das regras sociais dos primeiros humanos, o cacique Paulino Aracxó, da região do rio Ivaí justificou, ainda no final do século XIX, que, “por conta do ‘dique’ (a Serra do Mar) construído por patos e saracuras ao final do ‘dilúvio’, as águas que nascem no território Kaingang correm todas de Leste para o Oeste” (VEIGA 2016:22). Sobre o tema, Kretã destaca:

Pelo meu entendimento, a montanha, essa Serra do Mar que moramos do lado agora, sempre foi um divisor, nós aqui desse lado da montanha e eles [guarani] para o lado de lá, nós não íamos lá e eles também não vinham para cá, como um acordo mesmo [...] claro que tem as guerras, a disputa, lógico, mas no meu entendimento é claro que nos andávamos por aqui és só olhar a paisagem [...] as araucárias por exemplo. Para mim poder acordar e ver essa paisagem, das araucárias e das montanhas é saber que estou na minha casa, na minha terra. (ROMANCIL KRETÃ 08/2017)

Nesse sentido, analisando as narrativas de seus antepassados, mitos e construindo teias de sentidos, os grupos Kaingang perfazem uma espacialização sociopolítica Kaingang, através do exercício de uma imemorialidade representativa, que aqui chamamos de *pegadas*, no sentido atribuído por Ingold (2008). Aquino, analisando a territorialização kaingang da região de Porto Alegre destaca que:

De fato, as narrativas, que são referências para a população que constituiu uma aldeia no sítio reivindicado, são denominadas por eles como “histórias dos antigos”, de tal modo que, ao reconhecerem sua paisagem como parte da ocupação ancestral, enfatizam as peculiaridades do meio ambiente – por exemplo, pedras, morros, fontes d’água, onde encontram “remédios do mato” (venh kagta) e matérias-primas para a confecção de artesanato –, situando neste lugar as trilhas, nas quais os antigos andavam, que cortam as florestas, os campos, as capoeiras, elevações e encostas, entre outras formações ecológicas e geográficas ali encontradas. Entre outras características deste território, os deslocamentos das Terras Indígenas do planalto meridional (Nonoai e Guarita, principalmente – duas aldeias nas quais realizei etnografia apresentada nesta tese) para Porto Alegre tiveram como consequência a fundação de aldeias na região litorânea, com um desdobramento importante para a organização política da coletividade Kaingang, qual seja: a materialização de um aglomerado político-cerimonial interaldeão. (AQUINO 2018:19)

Segundo Romancil Kretã, “independente de marco temporal, de território tradicional que falam para os Guarani ou para os Kaingang, a gente sabe pelos nossos avós e antepassados que essa área aqui perto das montanhas é muito especial para os Kaingang, por isso estamos voltando” (KRETÃ 11/2017), segue dizendo: “Estamos fazendo os passos dos nossos antigos”. Nesse sentido, Legat

destaca que essa observação, “enquanto se anda nas pegadas de seus antecessores fornece aos indivíduos uma compreensão de um mundo que tem continuidade e mudança” (LEGAT 2008:40)⁹⁶.

Seguir as *pegadas* de seus ancestrais em direção a Curitiba é o mesmo que seguir os passos do seu conhecimento. (Através da ação e da habilidade de usar esse conhecimento, “Os indivíduos que andam pela terra são respeitados porque têm experiência, cuja interpretação se baseia na interação social contínua” (LEGAT 2008:47)⁹⁷. Nas palavras de Romancil Kretã, “antigamente era a pé, ou na carroça, agora viemos de carro, carona, do jeito que der, a estrada é a mesma, mudou muita coisa, mas o território é o mesmo, o caminho que fazemos é esse”. Kretã continua dizendo que “agora meu filho nasceu aqui, dei pra ele o nome do meu pai, que fez muitas viagens pra cá também, o grande chefe kaingang Ângelo Kretã”:

Meu pai vinha sempre pra cá, inclusive antes de matarem ele, umas semanas antes ele esteve aqui em Curitiba em uma manifestação grande ali na igreja do lado do terminal do centro, do Guadalupe [...] Igreja do Guadalupe. Esse ato foi feito em dezembro de 1979 se não me engano, deve ser porque o Ângelo morreu em janeiro de 1980, pouco tempo depois, foi organizado pelo CIMI [Conselho Missionário Indigenista] eu acho [...] e a ANAI [Associação Nacional de Ação Indigenista]. Esse ato ficou conhecido depois também porque mataram ele bem depois desse momento. Mas o Ângelo estava sempre por aqui, ele era vereador de Manguaçu mas como você sabe virou líder de todo o movimento dos índios, um levante. Ele vinha principalmente pra denunciar os Slaviero, o governo, a FUNAI. Era enfrentamento mesmo, não tinha conversa com ele. (ROMANCIL KRETÃ 11/2017):

Seguir tais impressões, reconhecer tais pressupostos do conhecimento, do território Kaingang, acaba se tornando na própria capacidade e habilidade de deixar as próprias pegadas para as futuras gerações, respeitando continuidades e promovendo novas impressões no mundo e modificando lentamente antigas trilhas, zonas de contato e rígidas institucionalidades promovidas pelos não indígenas nos âmbitos acadêmicos e de manuseio das políticas indigenistas nas esferas, municipais, estadual e federal. Entre os Kaingang, caminhar para o suposto mundo dos *fóg* (não indígenas) é territorializar, retomando *trilhas* e *pegadas* de antepassados que, imemorialmente, realizaram tais trajetos e

⁹⁶ Tradução do autor: *Observing while walking in their predecessors' footprints provides individuals with an understanding of a world that has both continuity and change.*

⁹⁷ Tradução do autor: *Individuals who walk the land are respected because they have experience, the interpretation of which is based on continual social interaction.*

impressões na paisagem e na história do contato entre esses diferentes grupos humanos. Estamos aqui tratando de territorialidades diferenciadas que, entre outras particularidades, envolvem cidades.

Nosso interesse não é nas partidas ou nas chegadas, ou onde quer que a cidade se encontre, e sim, explicitamente na mobilidade que é de grande valor para os grupos Kaingang. A potência de se mover “para” ou “entre” cidades, terras indígenas, que constrói e coloca a própria ideia de território, teórica e literalmente, em movimento. Gaudino, originário de Rio das Cobras, ex-morador da TI Tupã Nhe’é Kretã confidenciou que seus avós no passado, “passavam o rio quatro ou cinco vezes antes de chegar, mas rio grande mesmo faziam a balsa só para atravessar, traziam tudo, eu já escutei essa história, eu não sei o lugar certo que vinham, mas tinha sempre, assim, araucária, a mata, deixaram o espaço para nós” (GAUDINO 08/2017).

No mesmo sentido, de acordo com Romancil Kretã, que no período ainda residia na Terra Indígena Tupã Nhe’é Kretã, retomar, territorializar, conquistar o planalto curitibano é uma importante missão que precisa ser efetivada:

Isso aí há muitas décadas atrás, eles falam que é movimento novo que os Kaingang vêm chegando, viajando para a cidade, minha finada vó, Dona Balbina, já contava que os antigos, os avós deles já viajavam lá de mangueirinha pra Curitiba, principalmente para negociar, esse é o termo que eles usavam [...] negociar era uma forma de eles fazerem política também, tinham aqui vários comerciantes que já conheciam, aproveitavam e faziam seus contatos por aqui [...] Eu não vejo só uma cidade, tem nosso território aqui também, toda essa região [...] em volta da cidade também). Claro que hoje é um território compartilhado, mas falta a nossa marca aqui, por direito. É direito dos Guarani, dos índios, dos brancos, não indígenas, hoje em dia também é, mas aqui na região que tem a araucária plantada, no meu entendimento, significa que o Kaingang passou, é um sinal para nós. Isso não quer dizer que todo o lugar do mundo, do Brasil que tiver uma araucária o Kaingang vai entrar e dizer “agora é meu”, mas tem que ter espaços para que nós possamos sobreviver do nosso jeito. Ninguém vai ver o Kaingang entrando na terra do índio lá da Amazônia, nem o contrário [...] isso não é à toa, é porque é aqui que é o nosso espaço, nosso lugar [...] fomos expulsos no passado, e depois com a luta, que começou com os antigos, os Kretã, os Capanema, meu pai, e tantos outros Kaingang, Guarani, Xokleng, Xetá, Charrua, estamos voltando. Você acha que pra esses lados de Curitiba, Piraquara, São José dos Pinhais ou do outro lado, Campo Largo e região não tem terra indígena porque o índio nunca quis saber? [...] nada disso, é uma área, uma região rica em recursos e importante pra todos os povos, no meu caso o Kaingang, que tem sim uma identificação importante com o lugar. Esvaziaram os índios daqui. E hoje eu vejo como uma missão das mais importantes nos dias de hoje, para nós, povo e nação Kaingang, porque nós somos uma nação, temos território, línguas, diferentes em vários lugares, no Rio Grande do Sul Mangueirinha é outra, parece que são cinco [...] somos uma população muito grande e rica pra chamar só de povo,

somos uma nação [...] e como nação precisamos tomar nossas áreas [...] foi um crime, roubaram, e não pode deixar de bandeja, ainda mais se hoje a gente sabe se virar, andar sozinho. (ENTREVISTA ROMANCIL KRETÃ 07/2017)

História, memória, paisagem e territorialidade se reúnem apresentando um importante panorama de como os Kaingang identificam a região do planalto curitibano. Trata-se de um espaço em pleno processo de (re) territorialização, através da ocupação dos espaços públicos e da imposição de sua voz nos debates que lhes dizem respeito. Atualmente negociar na cidade é atualizar um padrão dos antigos, que instituíram tal caminho ao longo de séculos de negociações e participação em importantes processos que marcaram definitivamente a história indígena no estado do Paraná.

Se, por muito tempo, a constituição de novos espaços para os Kaingang foi impensável, diante da pressão das agências estatais e a respectiva supressão da mobilidade e autodeterminação territorial desses grupos, atualmente observamos movimentos que vão na contramão desse processo histórico. Grande parte desses movimentos está relacionada à potência de lideranças e chefias em negociar, convencer e estabelecer pontos de diálogo nos espaços urbanos. Como pontua Góes:

A capacidade de mobilização étnica, de articulação com instituições dos mais variados níveis, as estratégias de resistência e disposição para o embate, a visceralidade com que vivem da terra, a memória de suas paisagens culturais, tudo isso que a história Kaingang nos fornece exemplos, se articula contemporaneamente em processos de criação de novas aldeias como, entre outras, Ore Mag, Po Myg, Por Fi Ga, na bacia do rio Guaíba, e Tupã Nhe'é Kretã, no planalto curitibano. (GÓES 2018:407)

Apesar das muitas variáveis que concorrem para a sua vinda temporária ou definitiva para a cidade, famílias, caciques, chefes, estudantes indígenas, vendedores de artesanato, todos trazem, com suas bagagens, histórias de viagens, e imagens da cidade e da região de Curitiba que lhes foram transmitidas previamente. Sem referências ou histórias, não se pode percorrer nenhum caminho, nenhuma estrada, pois, do contrário, se estaria perdido.

Os Kaingang não estão perdidos em Curitiba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, núcleos urbanos de todos os portes são englobados por imensos territórios indígenas. Ao longo do contato histórico entre indígenas e não indígenas tornaram-se também ambiente preferencial para o estabelecimento de diálogos, reivindicações e, em muitos casos, para a moradia permanente, seja nas chamadas aldeias urbanas ou em imóveis regulares. Tratando especificamente da relação entre os Kaingang e cidade de Curitiba, observamos desde o século XIX um grande esforço político projetado pelas chefias indígenas de diversos territórios no interior do estado Paraná, no sentido de estabelecer contatos seguros e duradouros junto a agentes e instituições instaladas na cidade. Por outro lado, a elite administrativa e econômica não poupou esforços para, em um primeiro momento, impedir o livre acesso dos indígenas ao espaço urbano. Impossibilitados de controlar efetivamente o trânsito dos indígenas na cidade, passaram a regulamentar as situações e a controlar o acesso, institucionalizando essa presença fosse como uma “passagem”. Isso tudo ocorre em meio a discursos, presentes em algum nível até hoje, de que a instalação definitiva de indígenas na cidade representa um risco, para indígenas e não indígenas. O suposto risco é retratado como a incompatibilidade dos indígenas com o espaço urbano, descrito em meio a narrativas do desconforto não indígena diante dessa presença na capital do Paraná.

Entre o final do século XIX e início do século XX, muitos chefes Kaingang já haviam conquistado posições mais seguras de diálogo, garantindo que os debates e contato entre chefias indígenas e não indígenas ocorressem no próprio espaço da cidade. Instalados em pensões, na Hospedaria dos Imigrantes, ou mesmo, junto ao Museu Paranaense quando acolhidos pela Sociedade Ethnographica de Protecção dos Índios do Paraná, tornaram-se figura cativa nos periódicos e entre autoridades regionais. Suas chegadas à cidade tomavam grande repercussão, assim como, suas constantes reclamações em meio a incapacidade do Estado em manter a integridade territorial das áreas que acabam de ser regulamentadas. Apesar de serem reconhecidos e recebidos como chefes na cidade, os confrontos entre colonos e

indígenas cresciam no interior. Essas chefias identificaram autoridades como potenciais aliados nesses conflitos, buscando cada vez mais o contato nesses locais. Porém, o movimento dessas chefias os colocou em rota de colisão com já antigos interesses colonizadores sobre seus territórios.

Não à toa, uma das medidas mais restritivas implantadas pelo SPI estava justamente associada ao controle da mobilidade indígena, e isso envolvia, primordialmente, a regulamentação explícita ou mesmo a interdição da cidade para os indígenas. Assim, acessar tais espaços no período, seja com o intuito de dialogar ou até mesmo denunciar ações do órgão, poderia resultar em severas punições, e até mesmo, transferências e em suas prisões.

A ruptura do cerco total à mobilidade indígena se deu em meio à ascensão da imagem de grandes chefes indígenas em amplas negociações com membros da política convencional brasileira na década de 1980, no período constituinte. Tais imagens também figuravam a presença desses chefes na cidade. Esse esforço, na verdade, foi utilizado por muitas chefias para superar amarras que o Estado impôs regimentalmente, para controlar a movimentação dos indígenas e seus territórios e impedir a participação dos mesmos nos espaços de decisão.

Na história das relações entre não indígenas e indígenas, estes conquistam o direito a permanecer nas cidades em paralelo com a conquista de sua plena cidadania. Até então, na percepção do cidadão, a condição para acessar tais espaços sem a tutela estatal era deixar de ser indígena, ou pelo menos, abandonar os traços e pistas que denunciavam sua origem selvagem.

Não devemos relacionar a presença dos Kaingang (e dos indígenas em geral) nas cidades como um sintoma exclusivo do fracasso das políticas indigenistas ou da degeneração da cultura indígena, em meio ao avanço do capitalismo industrial-desenvolvimentista. Ao fazê-lo somente se atesta grande desconhecimento sobre a profundidade histórica e a complexidade do contato entre indígenas e não indígenas. Sem dúvida o assédio sobre os recursos e potencialidades concentradas nas Terras Indígenas e arredores são um importante regulador da tendência mundial da busca dos indígenas dos espaços urbanos. Porém, devemos considerar outros aspectos distintivos na relação de contato, especialmente aquelas de decorrem de buscas ativas por esses

espaços, não apenas como sintomas de uma reação a agência não indígena. Se por um lado os serviços indigenistas regionais realmente têm muito pouco ou nenhum poder de decisão sobre grandes temas envolvendo sobre as aldeias e Terras Indígenas, as chefias políticas também tem interesse em influenciar e determinar ativamente as tomadas de decisão que envolvem suas demandas. Isso também porque as cidades também estão imersas em territórios indígenas. Não são e nunca foram transformadas em hiatos territoriais, apenas são porções que estiveram, por algum tempo, fora do alcance e influência direta dos indígenas em meio a medidas restritivas de acesso.

Os Kaingang, particularmente, reconheceram desde muito cedo as cidades como espaços de poder, prenhe de chefes, administradores públicos, diretores e presidentes de institutos e corporações, entre outros. Curitiba se tornou apenas algumas décadas depois do contato com dos não indígenas com os Kaingang na segunda metade do século XVIII, em um ponto de contato constante entre chefias e representantes indígenas, junto a diversas entidades e personalidades não indígenas.

Nas duas primeiras décadas do século XXI esse cenário se diversificou, principalmente diante do aumento e publicidade das demandas de grupos indígenas que passaram a exigir reconhecimento municipal da legitimidade de suas demandas e da sua presença histórica na região. Isso perpassa por um processo de territorialização do planalto curitibano, que está associado a memória e reavivamento das viagens e negociações históricas no espaço da cidade.

Se cidades como Curitiba, fundadas no período colonial, jamais poderiam ter sido formadas e sustentadas ao longo de sua história sem a influência concreta do trabalho e da política indígena, atualmente verificamos o resultado desse contato nas demandas indígenas por regularização fundiária, visibilidade política e a constituição de novos espaços e políticas públicas para indígenas na região.

A situação das aldeias Kakané Porã e Tupã Nhe'é Kretã, a Casa de Passagem do Artesão Indígena os estudantes indígenas da Universidade Federal do Paraná são reflexos importantes de um grande movimento indígena de ocupação de espaços urbanos. Tendem a aumentar. Somam-se a isso as

frequentes incursões de caciques e lideranças, bem como artesão Kaingang, que se dirigem para a região com o intuito de negociar e aprofundar contatos com potenciais aliados e parceiros comerciais não indígenas. A região do planalto curitibano e da cidade de Curitiba pode ser compreendida como integrante de parte do território Kaingang.

É preciso reconhecer os movimentos históricos de contato nas cidades protagonizados pelos indígenas de maneira geral. No presente caso, os Kaingang motivaram a inversão de uma zona de contato, mobilizando recursos e obrigando não indígenas a reestruturar suas ações. Em Curitiba registros e fontes históricas atestam tais circunstâncias de maneira inequívoca.

Os indígenas conquistaram espaços próprios nas cidades, de diálogo, negociação, passagem e residência permanente, irrompendo com as imagens não indígenas que os identificam como entidades primitivas, associadas aos espaços da natureza e da selvageria. Apesar de reconhecermos os grandes avanços dos estudos sobre o tema, estamos longe de estes representarem proporcionalmente a grande população indígena reside em áreas urbanas em todo o Brasil, merecedora de análises mais apuradas. Quando se trata de estudos sobre indígenas nas cidades, no Brasil, ainda tateamos os dados no escuro. Apresentamos a possibilidade de clarear um pouco tais dados e informações, seja através da crítica às muitas fontes que tratam sobre o tema, ou mesmo, a etnografia junto a grupos que residem nos espaços urbanos.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. **A Exposição Antropológica Brasileira de 1882: práticas de colecionamento e circulação de indígenas no Museu Nacional**. Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2017.

ALMEIDA, Carina Santos de. **Tempo, memória e narrativa Kaingang no oeste catarinense: a tradição Kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na Terra Indígena Xapecó**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015

AZANHA, G.; LADEIRA, M. I. **Os índios da serra do mar**. São Paulo. Ed. Nova Stella, 1988.

BRAND, Antonio J. **O confinamento e seu impacto sobre os Pai-Kaiowá**. Dissertação (Mestrado em História) – PUC/RS, Porto Alegre, 1993.

_____. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra**. Tese (Doutorado em História) – PUC/RS, Porto Alegre, 1998.

BROCHADO, J.P. Migraciones que difundieron la tradición alfarera Tupiguarani. **Relaciones** n.s., n.7, p.7-39, 1973.

_____. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policromica amazônica. **Dédalo** 27:65-82, São Paulo, 1989.

AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade: Lugares, Situações, Movimentos**. Tradução de Graça Índias Cordeiro. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011 [2009], 213 pp.

ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. **O regime imagético Pankararu: tradução intercultural na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis. 2011.

AMOROSO, Marta Rosa. **Catequese e Evasão. Etnografia do Aldeamento Indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)**. Tese de doutoramento/USP, São Paulo, 1998.

_____. Crânios e Cachaça: Coleções Ameríndias e Exposições no Século XIX. **Revista de História** 154 (1º - 2006), 119-150. São Paulo: USP, 2006.

_____. **Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

ANDRADE, José Agnello. **Indigenização da cidade: Etnografia do circuito sateré-mawé em Manaus-AM e arredores**. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, USP, 2012

ANDRELLO, Geraldo. **Cidade do Índio**. São Paulo: Editora UNESP/ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.

ANTUNES, Henrique Fernandes **O modo de vida urbano: pensando as metrópoles a partir das obras de Georg Simmel e Louis Wirth** in: Ponto Urbe (Online) Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 15, 2014.

ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. **Revista de Arqueologia**, 20: 09-38, 2007.

ARIZPE, Lourdes. **Indígenas en la Ciudad de México: el caso de las “Marías”**. Secretariat of Public Education, Mexico, 1975.

AZEVEDO, MM., e SANTOS, RV. (Orgs). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

AZEVEDO, Marta; RICARDO, Fany. Censo do IBGE revela contingente "indígena" pouco conhecido. Notícias Socioambientais, 13-5-2002.

BALANDIER, Georges. A Situação Colonial: Abordagem Teórica [1951]. In: **Cadernos CERU/Centro de Estudos Rurais e Urbanos**. São Paulo: CERU/USP, série 2, v. 25, nº 1, Junho de 2014.

BALHANA, A.; MACHADO, B. P. & WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, v. 1, 1969.

BAGOLIN, Darni Pillar. **O indígena na República Velha: as instituições de “proteção” no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Passo Fundo. 2009.

BAINES, Stephen. Grant. **As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade**. Brasil Indígena, Fundação Nacional do Índio, v. 7, p. 15-17, 01 dez. 2001.

BALDUS, Herbert. **Ensaio de etnologia brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1937.

BAPTISTA, Patrick Leandro. **Índios, índios e índios: A aldeia Kakané Porã**. (Monografia - Ciências Sociais) Curitiba: UFPR, 2012.

BECKER, I.I.B. O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul. **Pesquisas. Antropologia** n.29. Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo. 1976.

BLACKHAWK, Ned. I Can Carry on from Here: The Relocation of American Indians to Los Angeles. In: **Wicazo Sa Review**, Vol. 11, No. 2. 1995, pp. 16-30.

BORBA, Telêmaco. **Actualidade indigena**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908

BRAMSTEDT, Wayne G. **A Bibliography os North American Indians in: The Los Angeles Metropolitan Area – The Urban Indian Capital**. Vance Bibliographies, 1979.

_____. **Americans Indians In Towns and Cities**; Vance Bibliographies, 1979.

BRAND, Antônio. "Quando chegou esses que são nossos contrários" — A ocupação espacial e o processo de confinamento dos Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul. **Multitemas 12**: 21-51, 1998. Disponível em: <http://www.multitemas.ucdb.br/article/view/1235/1151>, acesso em 18/02/2019, às 17:00.

BROCHADO. J. P. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policromica amazônica. **Dédalo** 27:65-82, São Paulo, 1989.

BURGUER, Julian. **Committee on elimination of racial discrimination on the United Declaration on rights of indigenous peoples**. News: 19 February, 2008.

SAEZ, Oscar Calávia. A terceira margem da história: estrutura e relato das sociedades indígenas. In: **Revista brasileira de ciências sociais** - pp. 39 – 51, vol. 20. nº. 57, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Processo de Assimilação dos Terêna**. Rio de Janeiro: Ed. Museu Nacional, Série Livros I, 1960;

_____. **O Índio no Mundo dos Brancos: a Situação dos Tukúna do Alto Solimões.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, Coleção Corpo e Alma do Brasil, 1964;

_____. **Urbanização e Tribalismo: a integração dos índios Terêna numa sociedade de classes.** Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1968;

_____. **A Sociologia do Brasil Indígena.** Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1972.

_____. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo, Pioneira. 1976.

CARNEIRO, Cíntia Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná.** Curitiba: SAMP, 2013.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela da. (Org.) **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

_____. **Cultura com Aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2009.

_____, **Índios do Brasil: história, direitos e cidadania.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CHMYZ, Igor; BROCHIER, Laércio Loiola. Proposta de Zoneamento Arqueológico para o Município de Curitiba. In: **Arqueologia**, Curitiba, v. 8, p. 35-60, 2004.

CINTRA, Jorge Pimentel. O Mapa das Cortes e as fronteiras do Brasil Boletim Ciênc. Geod., sec. Artigos, Curitiba, v. 18, no 3, p. 421-445, jul-set, 2012.

_____. Os limites cartográficos das Capitanias Hereditárias do Sul. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.25. n.2. p. 203-223. Mai.-Ago. 2017.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. v. 5, n. 11. São Paulo, Abr. 1991.

CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica: antropologia e leitura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

CORTELETTI, Rafael. **Projeto Arqueológico Alto Canoas – PARACA: um estudo da presença Jê no Planalto Catarinense**. (Tese de Doutorado). USP. 2012.

CORTELETTI, Rafael, DEBLASIS, Paulo. Arqueologia Jê do Sul do Brasil: ambiente, sistema, poder e experiência na paisagem de Urubici, Santa Catarina. In: **Revista Memorare**, Tubarão, v.5, n.2, p. 132-164 maio./agosto 2018.

DE PAULA, L. R. Afirmação de direitos indígenas em contextos ampliados de interação social: referências bibliográficas e alguns problemas de investigação. **Aracê Direitos Humanos em Revista** , v. 4, p. 295-322, 2017.

DEAP-PARANÁ: **Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1853 - 1870**. Coleção pontos de acesso, vol. 3. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.

DEAP-PARANÁ: **Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1871 - 1892**. Coleção pontos de acesso, vol. 4. Curitiba: Imprensa Oficial, 2009.

DEL POPOLO, Fabiana, Spatial Distribution of indigenous peoples in Latin America: census-based interpretation. In: DEL Popolo, Fabiana; OYARCE, Ana

María, RIBOTTA, Bruno, RODRÍGUEZ, Jorge. Indigenous peoples and urban Settlements: spatial distribution, internal migration and living conditions. ONU, **Série Población e Desarrollo nº78**, CELADE, Santiago, Chile, Julho de 2007.

DURAT, Cristiano Augusto. Terras de aldeamento em disputa: Francisco Gacom e "uma" história sobre os Kaingang do Paraná (Século XIX). Florianópolis: PPGH/UFSC (Tese em História), 2019.

EL-SADATY, Fahima Zahir. Urbanisation and Social Change in the Sudan. In: ASSAL, Munzoul A. M.; Abdul-Jalil ABDUL-JALIL, Musa Adam. **Fifty years of anthropology in Sudan: Past, present, and future**. Noruega: Michelsen Institute 2015.

EPSTEIN, A. I. **Politics in na Urban African Community**. Uk, Manchester: Manchester University Press for Rhodes-Livinstone Institute. 1958.

FERNANDES, Ricardo Cid. **Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica**. São Paulo: PPGAS-USP (Tese de Doutorado), 2003

_____. O “15” e o “23”: políticos e políticas kaingang. In: **Campos** 7(2), 27-47, 2006.

FERNANDES, Ricardo Cid; PIOVEZANA, Leonel. Perspectivas Kaingang sobre o direito territorial e ambiental no sul do Brasil. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVIII, n. 2 n p. 115-132 n abr.-jun. 2015.

FORBES, Jack D. The Urban Tradition Among native Americans. In: LOBO, Susan ; KURT, Peters. **America Indian and the Urban Experience**. United Kingdom: Alta Mira Press, 2001.

FORTES, Meyer. Culture contact as a Dynamic Process an Investigation in the Northern Territories of the Gold Coast. In: MALINOWSKI, Bronislaw. **Methods of study of culture contact in Africa**. Oxford University Press, 1938.

FORTES, Pedro Henrique Ribas. **Entre a política indígena e a política indigenista: um estudo sobre as relações políticas entre índios e não índios em Curitiba no séc. XIX**. Dissertação de mestrado (Antropologia): UFPR, 2014.

FOX, Jonathan; SALGADO, Gaspar Rivera. Introducción, in: **Indígenas mexicanos migrantes en Estados Unidos**. Porrúa/Universidad Autónoma de Zacatecas/Cámara de Diputados, Mexprattico. 2004.

GORDON, Cesar. Economia Selvagem. **Ritual e Mercadoria entre os Índios Xikrin-Mebêngôkre**. São Paulo: Editora UNESP/ISA/NuTI. 2005.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo : Ática, 1985.

GLUCKMAN, Max. Foreword. In: WATSON, William. **Tribal Cohesion in a Money Economy: A Study of the Mambwe People of Northern Rhodesia**. England: Manchester University Press, 1958.

_____. Tribalism in Modern British Central Africa. In: **Cahiers D'Études Africaines**, vol. 1, no. 1, 1960, pp. 55–70. Disponível em: www.jstor.org/stable/4390746. Acesso em: 12/03/2019, às 13:00.

GLUCKMAN, Max "Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna" [1958] In. BIANCO, Bela Feldman (Org.). **Antropologia das Sociedades Complexas. São Paulo**, Ed. Global, 1986.

GUIMARÃES, Valéria. Tensões e Ambiguidades na Crônica Sensacionalista: O Jorlanismo no Rio de Janeiro e São Paulo no Início do século XX. In: GRUNER, Clóvis; DENIPOTI, Cláudio (orgs.). **Nas Tramas da Ficção: história, literatura e leitura**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

HELM, Cecília Maria Vieira. **Direitos territoriais indígenas: disputa judicial entre Kaingang, Guarani e madeireiros pela Terra Indígena Manguaerinha**, Paraná, Brasil. Curitiba: Design Estúdio Gráfico, 1997.

_____. **Krĩ Tãn, o Major Velho: memória dos indígenas idosos da Terra Manguaerinha**. Curitiba: Edição do autor, 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). **Censo demográfico: 1991: resultados do universo relativos as características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo demográfico: 2000 : características gerais da população : resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Censo demográfico: 2010 : características gerais da população : resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Tendências demográficas uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005

_____. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. a)

_____. **Censo Demográfico 2010: Características gerais dos indígenas: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. b)

IHERING, Hermann von. A antropologia do estado de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**, VII, p. 202-257. São Paulo: Typ. Cardozo, Filho & Cia, 1907.

_____. A questão dos Índios no Brasil. **Revista do Museu Paulista**, VIII, p. 112- 141. São Paulo: Typ. Cardozo, Filho & Cia, 1911.

INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment. Essays on lifelihood, dwelling and skill.** London & New York: Routledge, 2000.

_____. **Lines: a brief history.** New York: Routledge, 2007.

_____. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. **Horizontes Antropológicos.** Dossiê Cultura e Aprendizagem, 44(1):21-36. 2015.

INGOLD, Tim; VERGUNST, Jo Lee (org). **Ways of Walking: ethnography and practice on foot.** Ashgate Publishing, Ltd., 2008.

ISA/FOIRN. **Mapa-Livro Povos Indígenas do Alto e Médio Rio Negro: uma introdução à diversidade cultural e ambiental do Noroeste da Amazônia Brasileira.** Brasília: MEC/SEF/DPEF; FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro); ISA (Instituto Socioambiental), 2000 (2a . Edição).

IWGIA. **The Indigenous World 2014.** International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA) Copenhagen, Denmark, 2014.

IWGIA. **The Indigenous World 2015.** International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA) Copenhagen, Denmark, 2015.

JACKINS, Ira. Franz Boas and Exhibits: on the limitations of the museum method of anthropology. In: STOCKING, George W. Jr (org.). **History of Anthropology: Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture** Vol 3. Madison, WI: University of Wisconsin Press, 1988.

JÚNIOR, Claudio Santiago Dias; VERONA, Ana Paula. Os indígenas nos Censos Demográficos brasileiros pré-1991 **Revista brasileira de estudos populacionais.** vol.35 n.º 3 São Paulo 2018 Epub Dez. 03/2018.

LADEIRA, Maria Inês. **O Caminhar sob a Luz: território Mbyá à beira do oceano. São Paulo.** Ed. UNESP/FAPESP, 2007.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). **Pesquisas Antropologia**, n. 56, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 2000.

LE GOFF, Jacques. Cidade. In: LE GOFF, J. SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** Bauru-SP: EDUSC, 2006.

LEGAT, Aalice. Walking Stories: Leaving Footprints. In: INGOLD; VERGUNST, (org). **Ways of Walking: ethnography and practice on foot.** Ashgate Publishing, 2008.

LE MOS, Miguel; MENDES, R. Teixeira; **Bazes de uma constituição política ditatorial federativa para a república brasileira.** Rio de Janeiro: Apostolado Pozitivista do Brasil, 1890.

LEVI-STRAUSS. Ciência do Concreto. In: **Pensamento Selvagem.** Campinas: Papirus, 1989.

LIMA, Edilene Coffaci de. Exílios índios: sobre deslocamentos compulsórios no período militar (1964-1988). **Cosmologias, territorialidades e políticas de quilombolas e de povos tradicionais (dossiê).** ACENO, Vol. 3, N. 6, p. 18-35. Ago. a Dez. de 2016.

LOBO, Susan ; KURT, Peters. America Indian and the Urban Experience. United Kingdom: Alta Mira Press, 2001.

LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD em parceria com o Museu Nacional, LACED, 2006. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154565>

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1922].

MARTINEZ, Donna; SAGE, Grace; ONO, Azusa. **Urban American Indians : reclaiming native space**. EUA, Santa Barbara, California ; Denver, Colorado: PRAEGER, 2016.

MAGNANI, Jose Guilherme. Índios em contextos urbanos: o caso de Manaus e outras cidades da Amazônia. In: Fortuna, Carlos; Proença Leite, Rogério. (Org.). **Diálogos Urbanos: Territorialidades, Culturas, Patrimônios**. Coimbra: Almedina, 2013, v. 1, p. 175-200. (a)

_____. Da periferia ao centro, cá e lá: seguindo trajetos, construindo circuitos », **Anuário Antropológico**[online], II | 2013. (b) acessado em 20/04/2015 às 19:00, disponível em: <http://aa.revues.org/526;DOI:10.4000/aa.526>

MARCHETTE, Tatiana Dantas. Introdução. In: **Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1853 – 1857**. Coleção pontos de acesso, vol. 3 Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.

MARINHO, Rafael Pacheco. **Os Xetá e suas histórias: memória, estética e luta desde o exílio**. (Dissertação de Mestrado). Curitiba: PPGAA-UFPR , 2018.

MARTINS, Romário. **Curityba de outr`ora e de hoje**. Curitiba: Prefeitura Municipal, 1922.

_____. **Curityba, capital do estado do Paraná**. Curityba : I Ilustração Paranaense, 1931. não paginado.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: **Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 6 (24): 389 – 411. Rio de Janeiro: Janeiro de 1845. p. 382. 9

MASON, Peter. **Infelicities. Representation of the Exotic**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.

_____. **Lives of Images**. Londres: Reaktion Books, 2001.

MELO, Juliana Gonçalves. **Identidades fluidas: ser e perceber-se como Baré (Aruak) na Manaus contemporânea**. 2009. 225 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - UnB, Brasília, 2009.

_____. **Dimensões do urbano: tempos e escalas em composição. O que os índios urbanos pensam sobre a cidade? Que dimensões do urbano revelam suas narrativas? Interpretações Baré sobre Manaus, Amazonas**. X RAM. Curitiba, julho 2011.

MELATTI, Julio Cezar. **População indígena**, Série Antropologia 345). Brasília: DAN/UnB, 2004.

MITCHELL, J. C. **The Kalela Dance: Aspects of Social Relationships Among Urban Africans in Northern Rhodesia**. UK, Manchester, Manchester University Press, 1956.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O Desafio da história indígena no Brasil** In: SILVA, A. L. & GRUPIONI, L. D. B. (Org.). A temática indígena na escola. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

_____. **Tupis, Tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo.** Departamento de Antropologia IFCH-Unicamp. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência. Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo Campinas, agosto de 2001.

MONTAIGNE, Michel de. **Os Pensadores.** Vol. II São Paulo: Nova Cultural, 2000.

MOREIRA, Júlio E. Eleodoro **Ébano Pereira e a fundação de Curitiba. à luz de novos documentos.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1972.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná.** Maringá: EDUEM, 1994.

_____. **A Guerra de Conquista nos Territórios dos Índios Kaingang do Tibagi. V Encontro Regional de História - ANPUH-PR,** de 10 a 13 de julho de 1996, em Ponta Grossa-PR, com o apoio da FAPESP.

MUEDIN, Amy Emel. **Urban indigenous peoples and migration.** Speech: Item 8c, Seventh Session of the Permanent Forum on Indigenous Issues". Onu: 2008.

NOELLI, Francisco Silva. Os Jê do Brasil Meridional e a antiguidade da agricultura: elementos da linguística, arqueologia e etnografia. In: **Estudos Ibero-Americanos.** PUC-RS, v. 23, nº 1, junho, 1996.

_____. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000 **REVISTA USP,** São Paulo, n.44, p. 218-269, dezembro/fevereiro 1999/2000

_____. Mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. (org).

Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: Eduel, 2004

NOELLI, Francisco Silva Noelli e SOUZA, Jonas Gregorio de. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciencias Humanas, Belém, v. 12, n. 1, p. 57-84, jan.-abr. 2017.

NUNES, Eduardo. Aleias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan. /jun. 2010.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes (Org.) **Projeto Kuawai Kîrî: a experiência dos índios urbanos de Boa Vista – Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pardos. Mestiços ou Caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980) In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 61-84, out. 1997

_____. Entering and leaving the ‘melting pot’: a history of brazilian indians in the national censuses.. Journal of Latin American Anthropology Washington, v. 4, n.2, p. 190-211, 1999.

_____. Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910. **Caderno CRH (UFBA. Impresso)**, v. 25, p. 17-31, 2012. a)

_____. O retrato de um menino Bororo: Narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus. Musas (IPHAN), v. 5, p. 36-59, 2012. b)

PACHECO DE OLIVEIRA, João; Mura, Fabio; Silva, Alexandra Barbosa (Orgs.). **Laudos antropológicos em perspectiva**. Brasília- DF: ABA, 2015.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; FREIRE, Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na formação do Brasil**, de João e Carlos Augusto da Rocha Freire. Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes volume 2. Brasília: MEC/SECAD; Rio: LACED/Museu Nacional, 2006.

PARELLADA, Cláudia Inês. **Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia -Brasil, trecho X, Paraná**. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado). São Paulo, 2005

PARK, R.E. “**La ville comme laboratoire social**” [1929], in [SI] GRAFMEYER, Y., JOSEPH, I. (orgs), 1984.

PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins; AZEVEDO Marta Maria. Os povos indígenas e os Censos do IBGE: Uma experiência brasileira. **Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População**, ALAP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18- 20 de Setembro de 2004.

PEREIRA, Nilza de Oliveira M., SANTOS, Ricardo Ventura, AZEVEDO, Marta Maria. **Perfil demográfico socioeconômico das pessoas que se autodeclararam ‘Indígenas’ nos censos demográficos de 1991 e 2000**. In: PAGLIARO, H.,

PORTELA, Cristiane de Assis. Por uma história mais antropológica: indígenas na contemporaneidade. In: **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 151-160, jan./jun. 2009.

PENTEADO, Y.M.B. **A condição urbana: estudo de dois casos de inserção do índio na vida cidadina**. Brasília, DF. (Dissertação de Mestrado) Universidade de Brasília, 1980.

PRATT, Mary Louise. **A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco**. Revista Travessia, Florianópolis, n.38, jan-jun.1993.

_____. **Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação.** Bauru, SP: EDUSC, 1999.

REDFIELD, Robert. **The Folk Culture of Yucatan.** Chicago: University of Chicago Press, 1941.

REIS, José Alberione dos. **Arqueologia dos Buracos de Bugre: uma pré-história do Planalto Meridional.** Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

RODRIGUES, José Honório, **História da História do Brasil – Primeira Parte: Historiografia colonial.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. “Como se deve escrever a história do Brasil”: uma leitura de von Martius. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História São Leopoldo: Unisinos, 2007.

ROMANO, Jorge Osvaldo. **Índios proletários em Manaus: o caso dos Sateré-Mawé citadinos.** 1982. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, UnB, Brasília, 1982.

EL-SADATY, Fahima Zahir. Urbanisation and Social Change in the Sudan. In: ASSAL, Munzoul A. M.; Abdul-Jalil ABDUL-JALIL, Musa Adam. **Fifty years of anthropology in Sudan: Past, present, and future.** Noruega: Michelsen Institute 2015.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). **Mana**, Rio de Janeiro , v. 3, n. 1, p. 41-73, Apr. 1997

_____, SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). **Mana**, Rio de Janeiro , v. 3, n. 2, p. 103-150, Oct. 1997 .

_____, **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SANTOS FILHO, Roberto Lemos dos. **Apontamentos sobre o Direito indigenista**. Curitiba: Juruá, 2006.

SANTOS, R; TEIXEIRA, P. O “indígena” que emerge do Censo Demográfico de 2010. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Arouca, v. 27, n. 6, p. 1048-1049, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n6/01.pdf>. Acesso em 28/02/2019, às 10:00.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru (SP): EDUSC, 2001.

_____. Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas. *Afro-Ásia*, Salvador, v.29/30, p.13-40, 2003

SILVA, Carmen Lúcia. Os Xetá: sobreviventes do extermínio. Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 1998.

SIMMEL, Georg. **As Grandes Cidades e a Vida do Espírito**. Covilhã: Universidade da Beira do Interior, 2009.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos Souza. **Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

STOCKING, George W. Jr (Org.). **History of Anthropology: Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture** Vol 3. Madison, WI: University of Wisconsin Press, 1988.

_____. **The ethnographer's magic and other essays in the history of anthropology**. Madison, WI: University of Wisconsin Press. 1992.

TAKATUZI, Tatiana. **Águas Batismais e os Santos Óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia**. Campinas: UNICAMP (Dissertação de Mestrado), 2005.

UN-HABITAT. **Housing Indigenous Peoples in Cities: Urban Policy Guides for Indigenous Peoples**. Nairobi: ONU, 2009.

_____. **Urban Indigenous Peoples and Migration; A Review of Policies, Programmes and Practices**. Nairobi: ONU, 2010.

_____. **Securing Land Rights for Indigenous Peoples in Cities: Policy Guide to Secure Land Rights for Indigenous Peoples in Cities**. Nairobi: ONU, 2011

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: **A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

_____. **Os Involuntários da Pátria: elogio do subdesenvolvimento**. Caderno de Leituras n.65, Série Intempestiva. Belo Horizonte: Edições Chão da Feira, 2017.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingang da Bacia do Tibagi: uma Sociedade Jê Meridional em Movimento**. 1995. 348 fls. Dissertação (Doutorado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. Os novos acampamentos (vãre) kaingang na cidade de Londrina: mudança e persistência numa sociedade jê. **Revista Mediações**, Londrina, v. 3, n. 2, jul./dez. 1998.

_____. A ecologia dos Kaingang da bacia do rio Tibagi in: Moacyr E. Medri. **A Bacia do rio Tibagi**. editores . -- Londrina, PR : M.E. Medri, 2002.

TOMMASINO, Kimiye; ALMEIDA, Ledson Kurtz. Territórios e Territorialidades Kaingang: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista. In: MEDIAÇÕES, **Dossiê – Estudos sobre as sociedades Jê (Kaingang e Xokleng) no Sul do Brasil**. Londrina, V. 19 N. 2, P. 18-42, JUL./DEZ. 2014

VALENCIA Rojas, Alberto. **La migración indígena a las ciudades**. Instituto Nacional Indigenista/Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo, Mexico, 2000.

VIANNA, Hermano; KUSCHNIR, Karina; CASTRO, Celso (Org.). Gilberto Velho, **Um Antropólogo na Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VIEIRA, Marina Cavalcante. A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 e a exibição de índios botocudos: performances de primeiro contato em um caso de zoológico humano brasileiro. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre , v. 25, n. 53, p. 317-357, Abril, 2019

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, mensus e colonos; história do oeste** paranaense. 2ª Edição. Curitiba. Editora Vicentina. 1987.

WATSON, William. Tribal Cohesion in a Money Economy: A Study of the Mambwe People of Northern Rhodesia. England: Manchester University Press, 1958.

WIESEMANN, U. **Kaingang-português. Dicionário bilíngue**. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2011.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida [1938]. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FONTES

BANDEIRA, Joaquim José Pinto – [juiz municipal e de órfãos de Curitiba]. DEAP. Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos. 11/04/1854. In; DEAP, Código de referência BR APPR PB 001 PJU243 Microfilme: rolo 279, flash 3, cx. 1 Cópia digital: PJU243.

BARROS, Lucas Antônio Monteiro de. Ofício encaminhado ao presidente da província. 11/03/1864 In: DEAP, Código de referência BR APPR PB 001. Nota: AP181.6.158. Microfilme: rolo 877, flash 6, caixa. 5

_____. Ofício encaminhado ao presidente da província. Curitiba 01/04/1864 – 02/04/1864 . In; **APEP** Nota: AP183.8.135/136.

_____. Ofício entregue ao presidente da província do Paraná. Curitiba 28/05/1864. In: **APEP** Nota: AP185.10.123

BOTELHO, Afonso. Notícia da Conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi, na Capitania de São Paulo, no governo geral Dom Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão conforme ordens de sua majestade. [09/01/1774]. In: **Anais da Biblioteca** Nacional. Vol. 76, 1955. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações, 1962.

PAPA PAULO III. **Bula Sublimus Dei**, 1537. Disponível em: http://www.newadvent.org/library/docs_pa03sd.htm. Acesso em 12 de março de 2019.

SOCIEDADE ETHNOGRAPHICA E PROTECTORA DOS ÍNDIOS DO PARANÁ. **Estatuto da Sociedade Ethnographica e Protectora dos Índios**. Acervo Museu Paranaense. Curitiba, 1901.

CASTELNUOVO Timotheo de. **Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná. Aldeamento de São Pedro de Alcântara em 15/11/1861.**
In: DEAP, nota: AP123.20.267

_____. **Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná. Aldeamento de São Pedro de Alcântara (PR) em 16/03/1862.** In: DEAP, Nota: AP136.7.226

CHAGAS LIMA, Francisco das. Memoria sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava. **Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, Tomo IV, n. 13, p. 43-64. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva. 1842.

Decreto nº 285, de 24 de Junho de 1843. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1843**, Tomo 5º, parte 1ª, Seção 13ª. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1844.

Decreto nº 373, de 30 de Julho de 1844. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1844**. Tomo 7º parte 2ª, seção 24ª. . Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1845.

Decreto Nº 426 de 24 e Julho de 1845. Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos Índios In: **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1845**, Tomo 8º, parte 3ª, Seção 25ª. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1845. p.89. 1866.

Decreto nº 1318 de 30 de Janeiro de 1854. Manda executar a Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850- Lei de Terras e dá regulamento para a sua execução. **Coleção das Leis do Império**. Tomo 17, parte 2, seção 6ª. Rio de janeiro, Tipografia Nacional, 1854.

Decreto Nº 8.072, De 20 de Junho de 1910. Crêa o Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes e approva o respectivo regulamento. **Diário Oficial** - 24/6/1910, Página 4788.

Decreto Paraná nº 5 de 3 de julho de 1900. Arquivo Público Do Paraná, Curitiba. 1900.

Dom Matheus Bispo; Dom Nuno Eugenio de Locio; Scilbs e Miguel Jozé de Oliveira Pinto. Correspondência endereçada a tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal. São Paulo 22 de Agosto de 1818 in: **SEE/SP** 1963:97-98.

_____. Correspondência endereçada a tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal. São Paulo 2 de Março 1819.in: **SEE/SP** 1963:188)

FONSECA, Francisco Galvão da. Carta aos administradores de São Paulo, 30/08/1727. In: **SEE/SP** 1913:85.

GOMES, Antônio Barbosa. **Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da província do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo exm. sr. dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862.** Coritiba, Typ. do Correio Official, 1862.

JOÃO VI, Rei de Portugal, 1767-1826. Sobre os Índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba e Guarapuava. Ordem Régia de 05 de novembro de 1808. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1808**, pp. 156-159. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1891 a).

JOÃO VI, Rei de Portugal, 1767-1826. Carta de D. João VI ao governador da Capitania de São Paulo: Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os índios bárbaros que infestam aquele território. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1 de abril de 1809. In: BRASIL **Coleção das Leis do Brasil**. pp. 36-39. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891 b).

NEGRÃO, Francisco. (Org.). Boletim do Archivo Municipal de Curitiba: **Documentos para a história do Paraná**. Vol. I Fundação da Villa de Curityba: 1668 a 1721. Curitiba: Typ. e lith. a vapor Imprensa Paranaense, 1906

_____. Boletim do Archivo Municipal de Curitiba: **Documentos para a história do Paraná**. Vol. VII Fundação da Villa de Curityba. (Org). Curitiba: Livraria Mundial, 1922.

LEAO, Agostinho Ermelino de. **Ofício encaminhado ao diretor do aldeamento de São Pedro de Alcântara, Frei Timotheo de Castelnuovo.18/09/1869**. In: DEAP, BR APPR PB 001 C458.118.463

Lei de 27 de outubro de 1831 que revoga as Cartas Régias que mandaram fazer guerra, e pôr em servidão os indios, de 27 de outubro de 1831, in **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1831**, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

Lei nº 16, de 12 de Agosto de 1834. In: **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1834** Vol. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

Lei de 27 de outubro de 1831 que revoga as Cartas Régias que mandaram fazer guerra, e pôr em servidão os indios, de 27 de outubro de 1831, in **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1831**, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

Lei nº 601 (Lei de Terras), de 18 de Setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Coleção das Leis do Império**. Tomo XI, parte I. Rio de janeiro, Tipografia Nacional, 1850.

LISBOA, Venâncio José de. **Ofício encaminhado ao diretor do aldeamento de São Pedro de Alcântara, Frei Timotheo de Castelnuovo**. Curitiba em 15/09/1871 In: DEAP Nota: C458.215.54

_____. Ofício encaminhado ao diretor-geral do índios da província do Paraná, Manoel de Oliveira Franco. Curitiba (PR), em 22/09/1871. In: **DEAP**. Nota: C458.215-216.56

LOPES, Candido Martins. **Relatório apresentado á Assembléia Legislativa do Paraná na abertura da 2.a sessão da 9.a legislatura pelo exm. sr. presidente, dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, no dia 15 de fevereiro de 1871.** Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1871.

LOPES, Joaquim Francisco. Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná, José Francisco Cardoso. 08/02/1860. In: **DEAP**, Código de referência. BR APPR PB 001 AP87.3.292 Microfilme: rolo 593, flash 13, cx. 3. 1861

_____. Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná. Aldeamento de São Jerônimo (PR) em 04/05/1861. In: **DEAP**, nota: AP112.9.258

MEDEIROS, José Gomes de. Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos. 27/08/1854. In: **DEAP**, Código de referência BR APPR PB 001 GPR.Cpa49 caixa 01

NOGUEIRA, Antônio Barbosa Gomes – presidente da província do Paraná. Ofício encaminhado ao diretor do aldeamento de Palmas Pedro Ribeiro Souza. 01/05/1862. In: **DEAP**, Nota: C27.3.147

_____. Ofício entregue a Cândido Rodrigues Soares de Meirelles. Curitiba (PR), 17/06/1862. In: **DEAP**, C27.11.185.

OLIVEIRA, Joaquim Manoel de. Ofício encaminhado ao presidente da província. 26/12/1853 In: **DEAP**, Código de referência BR APPR PB 001 SPP. 369. Caixa 16 Nota: AP34.10.262-263. Microfilme: rolo 319, flash 10, cx

PROENÇA, João Batista. **Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná.** In: DEAP. Ofícios, 10/03/1880. Vol 6, p.112.

ROCHA LOURES, Francisco Ferreira da. Relatório do diretor geral dos índios do Paraná. Vila de Guarapuava. 8 de agosto de 1855. In: **Boletim do Arquivo Público do Paraná.** Ano VII, nº 11. Departamento estadual de microfilmagem – DAMI. Curitiba, 1982. pp. 48-52.

_____. **Ofício encaminhado ao vice-presidente da província do Paraná, em Guarapuava (PR), 14/08/1857** In: DEAP Nota: AP45.8.121

_____. **Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná. Curitiba em 01/07/1861.** In: DEAP, nota: AP115.12.156.

SEE/SP. **Documentos Interessantes Para a História e Costumes de São Paulo: ofícios do general Francisco da Cunha Menezes (Governador da Capitania) – (1782 – 1787)** Volume 85. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo: São Paulo, 1961. Disponível em: https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-60-85_volume_85/index.html#/1/zoomed

SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil por Frei Vicente do Salvador. **Livro Primeiro – Em que se trata do descobrimento do Brasil, costumes do naturais, aves, peixe, animais e do mesmo Brasil.** Bahia, 20 de dezembro de 1627. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/bn000138.pdf>. Acesso em: 12/03/2019

SEE/SP. **Documentos Interessantes Para a História e Costumes de São Paulo: Ofícios dos Senhores Governadores Interinos da Capitania de São Paulo (1817- 1819)** Volume 88, Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo: São Paulo, 1963.

SEE/SP. Documentos Interessantes Para a História e Costumes de São Paulo: **Diversos [Documentação colonial avulsa (elevação de freguesias à condição de vilas, legislação sobre apresamento e tentativa de catequese indígena, questão do sal na colônia)]** Volume III Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo: São Paulo, 1913.

SOUZA, Pedro Ribeiro de. Ofício encaminhado ao Presidente da Província do Paraná. 25/05/1869. In: **DEAP** Nota: AP307.10.322-323. Microfilme: rolo 980, flash 8, cx. 7

JORNAIS E PERIÓDICOS

GAZETA DO POVO

GAZETA DO POVO. Curitiba reencontra suas raízes índias em Kakané Porã. 08/12/2008 Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/curitiba-reencontra-raizes-indias-em-kakane-pora-bbismutlg2zf1t1bqkfvtqki6/> Acesso em 20/02/2019, às 10:45.

GAZETA DO POVO. Venda de artesanato indígena expõe crianças a risco social 27/01/2013:5. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/venda-de-artesanato-indigena-expoe-criancas-a-risco-social-78d18wrvrnea5p4wij8oobuxm/> Acesso em 01/01/2018, às 23:00.

A REPÚBLICA: ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO

A REPÚBLICA: nº 128, ano V, 31/05/1890.

A REPÚBLICA: nº. 836. Ano VII, 18/12/1892.

A REPÚBLICA: Ano VIII, 17 /03/1893.

A REPÚBLICA: Ano VIII, 17/08/1893.

A REPÚBLICA: n.º 258, ano X, 06/11/1895.

A REPÚBLICA: n.º 71, ano XIII, 04/03/1898

A REPÚBLICA: n.º. 216, ano XIII, 02/10/1898

A REPÚBLICA: ano XIV, 22/07/1899.

A REPÚBLICA: n.º 265, ano XVI, 23/11/1901

A REPÚBLICA: n.º 257, ano XVI, 13/11/1901

A REPÚBLICA n.º 24, ano XVII, 30/01/1902.

A REPÚBLICA: n.º 133, ano XVII, 14/05/1902

A REPÚBLICA: n.º 136, ano XVII, 18/06/1902.

A REPÚBLICA: n.º 49, ano XIX, 01/03/1904

A REPÚBLICA: n.º 70, ano XIX, 25/03/1904.

A REPÚBLICA: n.º 163, ano XIX, 15/07/1904.

A REPÚBLICA: n.º 176, Ano XIX, 01/08/1903

A REPÚBLICA: n.º 68, ano XXI, 22/03/1905.

A REPÚBLICA n.º 102, ano XXI, 01/03/1905

A REPÚBLICA n.º138, ano XXI, 12/06/1905

A REPÚBLICA n.º 184, ano XXI, 05/08/1905.

A REPÚBLICA n.º 83, ano XXII, 10/04/1906.

A REPÚBLICA: n.º103, ano XXII, 04/05/1906.

A REPÚBLICA: n.º 104, ano XXII, 05/05/1906.

A REPÚBLICA n.º 221, ano XXII, 19/09/1906.

A REPÚBLICA: n.º 211, ano XXII, 07/09/1906.

A REPÚBLICA n.º 163, ano XXII, 15/07/1907

A REPÚBLICA n.º 252, ano XXIII, 26/10/1908

A REPÚBLICA: n.º 254, ano XXIII, 28/10/1908.

A REPÚBLICA n.º 262, ano XXIV, 24/11/1909.

A REPÚBLICA n.º. 263, ano XXIV, 25/11/1909.

A REPÚBLICA: n.º 125, ano XXIV, 31/04/1909

A REPÚBLICA: n.º 131, ano XXIV, 07/06/1909.

A REPÚBLICA: n.º 262, ano XXIV, 24/11/1909

A REPÚBLICA, n.º 263, ano XXIV, 25/11/1909.

A REPÚBLICA: n.º 291, ano XXIV, 28/12/1909.

A REPÚBLICA, n.º 235, ano XXV. 06/10/1910.

A REPÚBLICA, n.º 254. ano XXV, 28/10/1910.

A REPÚBLICA n.º 255 , ano XXV, 29/10/1910

A REPÚBLICA n.º 257, ano XXV, 01/11/1910

A REPÚBLICA n.º 5, ano XXVII, 06/01/1912.

A REPÚBLICA: n.º 80, ano XXIV, 06/04/1909

A REPÚBLICA n.º 212, ano XXI, 14/09/1906

A REPÚBLICA n.º 218, ano XXI, 15/11/1906,

DIÁRIO DA TARDE

DIARIO DA TARDE: n.º 62 Ano I 07/06/1899.

DIARIO DA TARDE: n.º 238, Ano I 18/01/1900.

DIARIO DA TARDE: n.º 373, Ano II 04/07/1900.

DIARIO DA TARDE: n.º 398, Ano II 10/08/1900.

DIARIO DA TARDE: n.º 552, Ano III 09/02/1901

DIARIO DA TARDE: n.º 642. Ano III. 29/05/1901.

DIARIO DA TARDE: n.º 822 Ano III, 14/11/1901

DIARIO DA TARDE: n.º 830. Ano III, 23/11/1901

DIARIO DA TARDE: n.º 884. Ano IV, 29/01/1902

DIARIO DA TARDE n.º 891, ano IV, 06/02/1902.

DIARIO DA TARDE: n.º 999, ano IV, 14/06/1902.

DIARIO DA TARDE: n.º 1002, Ano IV 18/06/1902

DIARIO DA TARDE: n.º 1210, Ano IV, 23/02/1903

DIARIO DA TARDE: n.º 1256, Ano V, 18/03/1903

DIARIO DA TARDE: n.º 1539 Ano VI 21/04/1904

DIARIO DA TARDE: n.º 1543 Ano VI 25/04/1904

DIARIO DA TARDE: n.º 2020, Ano VIII, 12/06/1905

DIARIO DA TARDE: n.º 2198, Ano VIII, 08/05/1906.

DIARIO DA TARDE: n.º 2173, Ano IX 07/04/1906

.

DIARIO DA TARDE: n.º 2936 Ano XI. 28/10/1908.

DIARIO DA TARDE: n.º 2941 Ano XI 08/11/1908

DIARIO DA TARDE: n.º 3063, Ano XII 31/03/1909.

DIARIO DA TARDE: n.º 3069, Ano XII 06/04/1909

A NOTÍCIA

A NOTÍCIA n.º 132 Ano II, 10/04/1906.

A NOTÍCIA n.º 153 Ano II, 06/05/1906

A NOTÍCIA n.º 156 Ano II 09/05/1906.

A NOTICIA n.º 265 Ano II 15/09/1906

O DIA

O DIA. n.º 44, 19/08/1923

O DIA n.º 452, Ano XV, 27/04/1938

OUTROS PERIÓDICOS

O MUNICÍPIO n.º 44, Ano 2, 08/10/1898.

A BOMBA: n.º 5, Ano I 20/07/1903

O COMMERCIO: n.º 105, Ano II 30/03/1909

OUTRAS PUBLICAÇÕES:

COMISSÃO PRO-ÍNDIO DE SÃO PAULO (CPISP) & CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS. **A Cidade como Local de Afirmação de Direitos Indígenas**, 2013.

US. CENSUS BUREAU (Org). **The American Indian and Alaska Native Population: 2010**. Us. Census Bureau: January 2012. Disponível em:

<https://www.census.gov/history/pdf/c2010br-10.pdf> Acesso em 14/05/2019, às 10:00.

Documento Final da Conferência Preparatória Global Indígena para a Reunião Plenária de Alto Nível das Nações Unidas da Assembléia Geral a ser conhecida como a Conferência Mundial sobre Povos Indígenas. 10-12 de junho de 2013, Alta, Noruega.

ANAIS DO IV SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. Organizado pelo PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA E XXXI Coleção de Revista de História sob a direção do Prof. Eurípedes São Paulo Simões de Paula. São Paulo, 1969

<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/comerciantes-comemoram-criacao-de-casa-de-passagem-para-indigenas/35257> Acesso em 24/04/2015 às 15:00.

<https://censo2020.ibge.gov.br/etapas/censo-experimental.html> Acesso em 20/04/2015 às 16:00.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27160-censo-e-adiado-para-2021-coleta-presencial-de-pesquisas-e-suspensa>. Acesso em: 27/04/2020, às 12:30.

<http://earth.google.com/> Acessos entre 20/06/2016 e 26/05/2020

ANEXO 1

REGISTROS DE INDÍGENAS NA CIDADE DE CURITIBA NOS PERIÓDICOS (1890 – 1938)

	ANO	PERIÓDICO	DESCRIÇÃO DA NOTÍCIA
01	1890	A República 31 de maio Ano V - nº 128	<p>Não fui pessimista quando em Julho do anno passado, dando conta da comissão de que fui encarregado aos aldeamentos indígenas de S. Jeronymo e S. Pedro d'Alcantra, disse me relatório, que me dava por bem compensado das tantas fadigas, desde que tive o indiscriptivel prazer de conhecer áquella riquíssima parto do meu querido Paraná.</p> <p>A esse tempo, estava na administração desta ex-província o Exm. Sr. Conselheiro Jesuino Marcondes, a quem, mesmo antes de apresentar o relatório verbalmente disse---que na minha opinião, o Paraná não era isso que estávamos vendo, mas sim aquella região quasi incita e a respeito da qual pouco se sabia. Disse-lhe ainda que o nosso futuro, o futuro do Paraná, era a zona conhecida pelo nome de---sertão do Jatahy, onde tudo é grande, assombroso e promettedor. O mesmo Sr. Conselheiro Marcondes conformando-se com o meu expendido já pela segurança das minhas palavras e já pelas informações que, como Paranaense e amigo do seu torrão tinha anteriormente colhido, não regateou sacrifícios e poz imediatamente em execução certas medidas que, consideradas vantajosas, eu pedia em meu relatório, fossem praticadas. Assim é que a extincta Assembléia Provincial, em sua ultima reunião, deu ao orçamento para o corrente exercício e à estrada do Jatahy, a quantia de 8:000\$000 rs. Com a derrogação desde orçamento, deixou aquella quantia de ter a necessária applicação. Além do difficil travessio, devido aos máos caminhos e caudalosos rios para chegar-se áquelles sítios, procurei salientar á falta de instrucção e o desejo que della tinham os povos moradores d'alli, inclusive os selvagens. Para melhor justificar-me, passo a transcrever o que com referencia á instrucção dos índios, disse no meu relatório. "Neste aldetamento, (S. Pedro de Alcantara) tiver o praser, o subido contentamento de</p>

			<p>ver dous índios da tribu dos coroados ainda jovens, ler quase que correctamente o <i>Terceiro Livro de Leitura</i>. Convidei a um d'elles, o que me pareceu mais moço, de nome Cypriano, filho do cacique Faustino, para acompanhar me até a capital, afim de melhor aprender e mais tarde voltar para reger uma aula de instrucção primária, em que os de sua origem pudessem, com mais facilidade, aprender, recebendo o professor, em recompensa de seu trabalho uma modesta e rasoavel gratificação. O meu contive foi aceito por aquele individuo, mas a falta de uma cavalgadura q' o transportasse até Curityba foi causa de não poder elle acompanhar me. Fui ainda informado de que, não so estes dois indivíduos como também outros mais, teem algumas noções de leitura, devido ao esforço do ex professor do Jatahy, sr. Antronio Correia de Bittencourt, que por tanto é digno de louvor. Dizer, portanto, que a instrucção é incompatível com a indolência do índio, não passa senão de um manifesto erro. E como prova a mais evidente, para contrapor a esse erro, para orgulho do Paraná e para o Brasil quem sabe, està no que acaba de verificar-se: na parochia do Jatahy. Ahi, dous índios da tribu dos coroados, que sabem ler e escrever, fizeram profetas em sua terra, alistando-se eleitores. !</p> <p>Curityba, 29 de Maio de 1890. João Leite.</p>
02	1892	<p>A República 18 de dezembro Ano VII - n° 836.</p>	<p>Officio do cidadão Secretario de Obras Publicas e Colonisação pedindo que ao cidadão Joaquim C. Gomes de Medeiros seja entregue a quantia de 97.540 reus, para o pagamento da despesa feita com brindes á 2 Indios que vieram a esta Capital, da qual prestará conta oportunamente. – Informe a Directoria.</p>
03	1893	<p>A República 12 de Abril Ano VIII - n° 76</p>	<p>Musêo Paranaense</p> <p>Diversas vezes nós, por estas linhas, temos nos referido ao estudo do transformismo isto é ao aperfeiçoamento do trabalho organico pelo aperfeiçoamento dos órgãos, em uma palavra a evolução dos organismos. De conformidade com esse principio vamos dizer alguma cousa sonre a manêira de argumentar de certos indivíduos, que apezar de suas reconhecidas capacidades intellectuaes querem convencer o povo de que não deve aceitar as doutrinas novas e sim conservar os costumes de nossos pais. Qualquer pessoas que pode ver o que nos primeiros tempos o homem tinha até uma organização de macaco, como possuidor de craneo a que nos referimos em nosso antigo passado, e comopodemos ver ainda nos índios que percorrem as ruas das</p>

			<p>nossas praças. Por ventura seríamos hoje o que somos, se quando nossos paes estavam n,aquelle estado primário regeitassem ôs aperfeiçoamentos dos materiaes q' traziam como consequencia uma economia de esforço material e proporcionava-lhes mais tempo para cultivar a intelligência? Seríamos hoje o que somos, si nossos paes não regeitassem os seus costumes para adoptar outros melhores? Seríamos hoje o q' somos si uma critica severa das coúsas não nos fornecessem a liberdade do pensamento moderno?[...]</p>
04	1893	<p>A República 17 de março Ano VIII - n.º 58</p>	<p>Dia 13</p> <p>Ao Secretario de finanças – Não tendo sido até hoje satisfeita a requisição que fiz em officio n. 309 de 14 de Dezembro do ano findo, relativamente a despesas feitas, por ordem dr. governador do Estado, com dois índios que vieram a esta capital, rogo-vos providenciar no sentido de ser satisfeito aquella requisição.</p>
05	1893	<p>A República 17 de Agosto Ano VIII - n.º 173</p>	<p>Parte Official</p> <p>Governo do Estado - Secretaria das Obras Publicas e colonização Ao Delegado das terras. – De ordem do Dr. Vice-Governador do Estado, rogo-vos mandar recolher a hospedaria de imigrantes d'esta Capital 24 indios, sendo 9 homens, 7 mulheres e 8 meninos.</p>
06	1894	<p>A República 8 de dezembro Ano IX - nº 173.</p>	<p>Sessão Livre</p> <p>(...) Sabeis que Fr. Timotheo, durante esse longo período – morto inteiramente para tudo quanto é comodidade – tem colonizado vossos sertões mais inhospitos aggregando com bondade e sosinho os <i>índios</i>, que, nas visinhanças da capital outro só têm levado a ferro e fogo. (...) Coritiba, 6 de dezembro de 1894. M.I. Carvalho de Mendonça. (Largo Zacarias, 7)</p>
07	1895	<p>A República 6 de novembro Ano X - nº 258</p>	<p>Índios do Paraná</p> <p>O sr. José Correa de Freitas director da secretaria de obras públicas e colonização, pede-nos publicidade para o seguinte: Illustre snr. Redactor d' "A Republica". Peço-vos a publicação do seguinte: N' "A Tribuna" do dia 12 do mez proximo findo appareceu um artigo nestes termos: "Índios do Paraná" Há dias vagueia pelas ruas d'esta capital, uma família de índios residentes em Palmas. Vieram elles pedir ao exmº sr. dr.</p>

			<p>Governador do estado, terrenos e utensilios de lavoura ; entretanto, até hoje, parece-nos, não foram elles servidos no que solicitaram, e para requintar o pouco caso que se está fazendo desses nossos patricios, contristados vemo-los esmolarem a própria subsistência diária! E isto torna-se ainda mais lastimável, quando vemos os immigrantes polacos ha pouco chegados, servidos dos indispensável. Porque não se dá aos nossos patrocios o que prodigiosamente se dispensa aos estrangeiros? Cremos que o exm. sr. dr. Governador do estado não tem conhecimento do lastimável facto que vimos de relatar, e que os índios capitaneados pelo cacique Antonio Candido não passaram em palácio, dos gabinetes do porteiro e contínuo. Faz-se necessário que o governo republicano dirija suas vistas para os brasileiros selvagens, que desejam abrigo no sei da nossa civilização. Assim esperamos. Muito no alegraria ver o exm. snr. dr. Xavier da Silva attender ao justo pedido que com todo direito nos faz o cacique Antonio Joaquim, - Romário Martins.”</p> <hr/> <p>No dia 15 do citado mez no mesmo jornal e com a mesma epigraphe, sahiu a seguinte explicação: Do illustre cidadão José Corrêa de Freitas, digno director da secretaria de Estado dos negócios de obras publicas e colonisação, recebi hontem uma carta em resposta ao meu artigo com o titulo supra publicado no n. passado desta folha. Peço desculpa áquelle sr. por não publical-a neste n. da “Tribuna” bisto ter-me chegado á hora em que já se achava em grande parte paginada. Entretanto, não posso deixar passar sem respota um tópico dessa carta. Se pedi para os índios capitaneados por Antonio Joaquim o que de tão longe vieram elles buscar aqui, foime isso somente, dictado pelos meus sentimentos de humanidade e patriotismo, sem pensar que siquer de longe, com isso fosse offender os suscetibilisaveis melindres do sr. José Corrêa de Freitas, que vio nisso um ataque directo feito ao governo do Estado, e á secretaria da qual s. s. é director. O que se deu nessa questão, foi somente ter o meu artigo sahido dois dias depois de terem os índios esmolado nesta capital, e no dia posterior ao em que o governo cumprio o seu dever mandando dar-lhes o que era necessário. Creio que o meu empenho em favor do índios de que se trata foi muito difgno, da mesma fórmula que o sr. Corrêa se esforçando em servir-os, merece todos os louvores. Ambos cumprimos um dever, que nos</p>
--	--	--	--

			<p>impunha o nosso patriotismo. sr. Corrêa não pode desconhecer o direito da imprensa que se faz echo da defeza dos fracos e dos necessitados ; e nesse direito, está á minha defesa Romário Martins. Não obstante a promessa contida na explicação acima, não foi publicada a minha carta, o que deu mltivo a eu pedir ao destinatário que me devolvesse para publical-a em outro jornal. Assim procedendo, o meu intuito é inteirar o público do que se passou com o <i>Capitão</i> Antonio Joaquim, que, em regra, não esmolou e sim pedinchou costume muito commum nos nossos aborígenes.</p> <p>Agradeço ao sr. Romario as honrosas referencias a mim dispensadas, e louvo-o pelo seus sentimentos de humanidade e patriotismo ; porem, maior louvor lhe caberia, se não tivesse deixado incompleta a explicação do caso dos índios.</p> <p>Espero, pois, que a illustre Redacção d` “Republica” me faça a fineza de publicar toda esta historia, certa de que muito me obrigará. Vai adeante a carta que dirigi e que me foi devolvida no dia 26. Corityba, 3 de Novembro de 1895 José Corrêa.</p> <hr/> <p>Illustre sr. Romario Martinsv</p> <p>Corityba, 13 de Outubro de 1895.</p> <p>Li o vosso artigo sob a epigraphe – “Índios do Paraná”, estampado n` “A Tribuna” de hontem, sentindo somente que não tivésseis tido a fortuna de fazer vingar a vosso reclamação por ter apparecido um pouco tarde, provavelmente á hora em que o <i>Capitão</i> Antonio Joaquim, longe d`esta capital, experimentava em companhia de sua família as espingardas de caça que o Governador do Estado mandou–lhe fornecer, além de fazendas, ferramentas de lavoura, trens de cozinha e dinheiro. Quanto aos terrenos estou certo que obterão facilmente do sr. coronel Bormann, a quem escrevi neste sentido pelo próprio <i>Capitão</i>. Não estando avisado da chegada dos índios que deram assumpto á vossa queixa, não me era possível ir ao encontro d`elles para evitar que os visseis “esmolarem a própria subsistência diária”. Não obstante ter sempre muito serviço a attender, foram elles satisfatoriamente despachados por mim no dia seguinte ao em que foram apresentados. Disto vos informarão, se o quiserdes, os srs. major Mauricio Sinke e Abreu & Cia. Ficai certo de que o Governador republicano, de cuja solicitude parece que duvidais, está prompto a dispensar favorável acolhimento, tanto aos nossos selvagens,</p>
--	--	--	---

			<p>de accordo com o que determina a Constituição do Estado, como a todos os estrangeiros laboriosos que quizerem estabelecer-se no nosso fértil Paraná. Tanto o exm. sr. dr. Governador teve conhecimento da presença do <i>Capitão</i> Antonio Joaquim, que mandou apresental- o a mim, na qualidade de auxiliar de sua honrada e fecunda administração. Da vossa reclamação sobressahem dois méritos importantes: – o de se ficar sabendo pelo vosso testemunho que os imigrantes (actualmente a cargo do Estado) são “prodigamente servidos do indispensável”, e o de se poder fazer bom juízo do nosso serviço, de catechese, porque até então não se esqueceram de ensinar aos nossos indígenas que a imprensa é o pulmão dos povos civilizados. Se tal ensinamento não tivessem recebido, o nosso patricio Antonio Joaquim não teria ido procurar-vos para fazer-vos echo de uma queixa...injusta. Honra, pois, aos beneméritos missionário Frey Timotheo Castel Nuevo e Luiz de Cimitile, de saudosa memoria! Se nas columnas d’ “A Tribuna” derdes a estas linhas o abrigo que déstes aos “Indios do Parana”, muito grato vos ficará o vosso criado. – <i>José Corrêa de Freitas</i>.</p>
08	1896	<p>Revista do Club Coritibano 15 de Março Ano Ano VII - n.º 3</p>	<p style="text-align: center;">Pelos Índios</p> <p>O meio e a índole não constituem motivos para que o índio não possa compartilhar da civilização ; entre nós, em Coritiba, temos a prova disso. Se os índios levam, por vezes, aos brancos, o assalto violento, a morte brutal, não fazer mais que pôr em acção natural represália de vingança contra seos antigos verdugos, colonos portuguezes e jesuítas, que, em grande parte, os procuravam com o fim de escravizarem-nos fazendo-os, portanto, retroceder á mais inculta selvageria, porque a escravidão é cem vezes mais insupportavel e mais degradante que a improficua liberdade selvagem dos mattos ; vingança tambem a contemporaneos nossos, impiedosos e atrasados, que, em lugar de profligarem a incuria dos governos dos aborígenes, optam pela sua cruel dizimação [...] Entretanto, para maior desmentido ao que possam dizer os refractarios á civilização dos índios, ahi estão os bugres mansos, como dizemos, convivendo com os brancos ; buscando nas cidades a ferramenta necessária ao cultivo da terra ; e entre nós, em Coritiba, como já referi, temos evidente prova de que o índio pode civilizar-se, dando apreciavel exemplo de trabalho, delicadeza e docilidade. O elemento indigina, de posse da cultura precisa para começar a lucta</p>

			<p>progressita da vida civilisada, será um baluarte em prol do amor ao torrão natal, fortificando a integridade moral da Patri e sustendo o predomínio heterogêneo de imigrações europeas. 28 – 2 – 96. Silveira Netto.</p>
09	1898	<p>A República 31 de março Ano XIII - nº 71</p>	<p>Expediente - Secretaria de Estado dos Negocios e Obras Publicas e Colonisação</p> <p>Dia 14 - Ao Secretario de Finanças - Solicitando a entrega da quantia de cincoenta mil reis, (50\$000) ao porteiro desta Repartição, Joaquim Castilhos de Medeiros, para com ella occorrer-se as despesas com brindes a uma família de índios, actualmente de passeio nesta capital.</p>
10	1898	<p>A República 02 de outubro Ano XIII - n.º 216</p>	<p>General Nhonhô</p> <p>Esteve ante-hontem nesta Redacção e apresentou-se a S. Ex. o Sr. Governador do Estado, o cacique dos coroados, Cypriano Brazil, o mais popular, estimado e intelligente dos successores do celebre Jonghiô, do qual é sobrinho. Há dous annos que, segundo informações que temos, com os seus tresentos coroados, está morando na margem esquerda do rio do Cobre, Junto á sua barra no Piquiry, --um verdadeiro aldeamento de que é director nato, tratando de criar porcos para vender Guarapuava, já tendo grande plantação de canna de assucar, desenhando construir casas, plantar café, ensinar a ler aos meninos, etc. E`grande e aproveitavel o respeito que gosa entre os mais caciques de sua tribú ; e actualmente activa á união dos mesmos por meio de festas, ás quaes comparecem até os de Palmas. O seu titulo de <i>General</i> corresponde acertadamente ao de <i>cacique geral</i> que se dava em Guarapuava ao falecido Jonghiô. Cypriano Brazil veio pedir ao governo do Estado uma posse de terras no rio do Cobre, assim como quer obter ferramentas e roupas. A direcção da colonia militar do Iguassu vae sem demora, diz a aliudida informação, fornece-lhe alguma ferramenta. E`digno de todo o apoio este brasileiro nato que assim procura de um modo tão natural exercer a catechese entre os seus ,e conseguil-o-ha, certamente.</p>
11	1898	<p>O município 8 de Outubro Ano 2 - n.º 44</p>	<p>INDIOS</p> <p>Chegou a esta Capital, na semana passada, cacique dos Indios <i>Caingangs</i> (Coroados) estabelecidos com sias cabildas á margem do rio do Cobre, tributário do Piquiry. O referido cacique chama-se Cypriano Brazil Nhonhô e é um dos mais prestigiosos sucessores do famoso <i>Jonghiô</i>, de que é sobrinho. Cypriano</p>

			<p>Brazil Nhonhõ veio acompanhado de vinte Indios, seus subordinados, estando incluídas neste numero algumas mulheres e crianças. Quer que o chamem de <i>general</i> e dissen-nos que, com os seus tresentos comandados, vai desenvolver em larga escla a cultura da canna de assucar e do milho, e a criação do gado porcino, afim de com estes productos abastecer o mercado de Guarapuava. E' um Indio intelligente e de notavel sagacidade. Disse-nos que deseja a concessão de uma grande área de terras, no fertilíssimo valle do Piquiry, onde construirá casas para sua gente e envidará todos os meios no intuito de mandar ensinar a ler as crianças. Como se vê, é um selvagem de idéas elevadas, ppis preocupa-se da instrucção da prole daquelles que estão sob a sua sombra. Disse-nos mais o sympathico general Nhonhõ que existem vínculos de affecto entre elle e os outros chefes dos toldos visinhos, e que chegando aos seus domínios, de volta desta Capital, tratará logo de estreitar mais esses laços de fraternidade por meio de festas solemnes, ás quaes comparecerão, diz elle, até as cabildas de Palmas. Largamente palestrámos com o general Nhonhõ, em 1º corrente, no Palacio do Governo, onde o referido cacique foi recebido com as maiores provas de gentiliza e generosidade da parte de S. Ex. o Sr. Dr. Governador do Estado, que já providenciou no sentido de ser medida uma legua de terra em favor desses infelizes Brasileiros, atirados ao infortúnio pelas vicissitudes da sorte amarga que tiveram. O general Nhonhõ e seus companheiros de viagem receberam roupa e ferramenta, com que se mostraram satisfeitíssimos. Isto redundará em favor da catechese ; implantará no espirito desconfiado do Indio a esperança e a certesa de que já não existe mais o odio com que outr'ora era victimado, especialmente pelos agentes do governo da metrópole. Fazemos sinceros votos para que o general Nhonhõ seja bem sucedido na cultura das terras que vão lhe ser entregues, e realise o salutar e edificante empreendimento que em boa hora concebeu.</p>
12	1899	<p>Diário da Tarde 7 de Junho Ano I – n.º 62</p>	<p style="text-align: center;">Indios</p> <p>Chegaram a esta cidade diversos índios coroados e guaranys. Esses índios foram hoje à policia, de onde o sr. dr. Santos Andrade, governador do Estado, mandou trazel-os á rua 15, afim de ser aos mesmo distribuídos instrumentos de trabalho o que foi feito pela Casa da Louça.</p>

13	1899	A República 2 de Outubro Ano XIV - n.º 161	Telegrammas Dia 29 - Ao secretario de Finanças. – Solicitando o pagamento de quantia de novecentos e dez mil e tresentos, (Rs. 910\$300) a Abreu e C ^a ., proveniente de objectos fornecidos a índios chegados á Capital.
14	1900	Diário da Tarde 18 de Janeiro Ano I - n.º 238	O sr. dr. secretario de Obras Públicas mandou fornecer á tribu indigena capitaneada pelo cacique Simplicio, indio cangangus da margem do rio <i>Marrecas</i> , em Guarapuava, vistuario e utensílios de lavoura.
15	1900	Diário da tarde 04 de julho Ano II - n.º 373	Chegaram hoje a esta capital vindas dos sertões de Palmas, algumas famílias indigenas, que vêm pedir ao governo armas e instrumentos de lavoura e tambem para legitimar a posse de terrenos seus, dos quaes foram ultimamente expoliadas. Acompanha-as o cacique octagenario Antonio Joaquim, que é baptisado e tem o titulo de major. Foram apresentadas hoje ao sr. dr. Governador do Estado pelo intrepido sertanejo sr. Brazilio Lopes.
16	1900	Diário da Tarde 10 de agosto Ano II - n.º 398	Pelo Selviculas Folgamos em noticiar que o exmo. sr. dr. Arthur Cerqueira, secretario das Obras Publicas, garantiu aos indigenas com aldeamento nas margens do Rio Marrecas a authenticityade do direto que lhes assiste sobre as terras que occupam em que foram concedidas no tempo do presidente dr. Pedroza, de saudosa memoria.S. exc. ouvindo o capitão Pompilio Cafaina declarou ao mesmo que podem esar transquillos que seus direitos serão garantidos pelo governo, contra os intrusos que alli se querem installar. O dr. Cerqueira mandou entregar ao mesmo Pompilio alguns instrumentos de lavoura. Hoje regressaram para suas terras os indigenas que aqui se achavam e que vieram tratar de seus direitos plenamente attendidos pelo governo do Estado.
17	1901	Diário da Tarde 09 de fevereiro Ano III - n.º 552	Chegaram hoje do aldeamento de S. Jeronymo 30 indios coroados guiados pelo Capitão Indigena Candido. Vieram pedir terrenos e ferramentas ao dr governador.
18	1901	A República 13 de novembro Ano XVI - n.º 257	Sertanista Lopes Está nesta caputal, vindo do aldeamento indigena de S. Jeronymo, o conhecido sertanista Brazilio Francisco Lopes, á cuja competencia está confiada a direcção dos indios do Tibagy. Acompanham-n'o dez indios Caingangs, <i>capitaneados</i> pelo majr Porphirio <i>Pnoá</i> . O governador do Estado, pela Secretaria de Obras Publicas aque está affecto o serviço de catechese, fez

			distribuir pelos alludidos indios roupas e ferramentas, de accordo com o pedido que fizeram. Hontem mesmo voltaram esses indios para o aldeamento, e o sr. Brazilio Lopes ainda se demorará nesta caputal afim de dar conta ao governo do modo por que tem desempenhado a sua difficil missão.
19	1901	Diário da Tarde 14 de Novembro Ano III – n.º 822	<p style="text-align: center;">O Sertanista Lopes - Indios Caingangs</p> <p>Ante-hontem, pela manhã, fez sua entrada nesta capital uma turma de indios Caingangs vindos do aldemaneto de S. Jeronymo, capitaneados pelo indio Porphirio Pnóa. O governo brindou-os com roupas e ferramentas de lavouras. A' tarde, pelo trem da tabella, chegou, da mesma procedencia, o conhecido sertanista Brazilio Lopes, director dos indios do Tibagy. O dedicado sertanista, que há anno e meio exerce gratuitamente aquelle cargo com competencia e dedicação, vem expor ao governo as condições do aldeamento, e propor medidas tendentes a melhorar o estado já regular do serviço da catechese. Já temos notado com satisfação, as boas intenções do governo em proteger o selvagem paranaense, e, estamos certos, mais uma vez medidas protecionistas serão postas em pratica no sentido de minorar-se a sorte ingeliz dos nossos indios. Consta-nos que o governo marcará um ordenado que retribua de alguma forma a provada dedicação do sr. Brazilio Lopes. Será um acto de inteira justiça, e que irá retemperar a força de vontade do incançavel sertanista.</p>
20	1901	Diário da Tarde 23 de novembro Ano III – n.º 830	<p style="text-align: center;">Tribu Caingang</p> <p>Visitaram hoje o <i>Diário da Tarde</i> os indios Caingangs ao mando do Coronel Paulino Arakchó, estabelecidos no <i>Salto do Ubá</i>, no Rio Ivahy. Compõe-se sua tribu excursionista de 18 homens, 7 mulheres e duas creanças, sendo que todo o toldo de Arakeckó, constitui-se de 154 famílias, que, a adimittirmos se formem de 5 pessoas cada uma, terão 720 individuos. Hoje baptisaram-se na cathederal e foram registrados no registro civil, duas creanças, recebendo uma o nome de Luiza e outra o de João Alberto Munhoz. Foram padrinhos o sr. capitão João Munhoz, digno director da secretaria do interior e sua exma. Esposa. S. ex. sr. dr. Xavier da Silva fez distribuir pelos indios de Arakckó os brindes que reclamavam e dous alamabiques para o aproveitamento das extensas roças de canna de assucar que cultivam.</p>
21	1901	Diário da Tarde 23 de novembro Ano III – n.º 830	Funda-se hoje, ás horas da tarde, na Bibliotheca Publica, uma sociedade de protecção aos indios e de estudos scientificos, que

			deverá denominar-se Sociedade Ethnográfica e Protectora dos Indios. São convidadas todas as pessoas que desejem tomar parte na patriótica associação.
22	1901	A República 23 de novembro Ano XVI - n.º 265.	<p>Sociedade Ethnographica e Protectora dos Indios</p> <p>Installa-se hoje, ás 6 horas da tarde, na Bibliotheca Publica, uma <i>Sociedade Ethnographica e Protectora dos Indios do Paraná</i>. Para tal fim são convidadas as pessoas que desejem pertencer á patriótica associação. Comparecerá á reunião o Coronel Paulino Arakchó com 32 indios da tribu dos <i>caingangs</i>, residentes nas margens do Ivahy e que se acham nesta Capital.</p> <p>Esses índios, que já entraram de ha muito no grêmio da civilização, têm, no valle do Yvahy, grandes plantações de canna de assucar e de milho.</p>
23	1901	A República 23 de novembro ano XVI - n.º 265.	<p>Acham-se n'esta capital, alguns indios da tribu dos caingangs capitaneados pelo intelligente e celebre cacique Paulino Arakchó, que veio conjuntamente com um outro cacique Pedro dos Santos, homem este austero e laborioso, pedir ao exmo. sr. dr. governandor do Estado o auxilio de dous alambiques para assim poderem beneficiar a grande plantação de canna que possuem nos terrenos que o mesmo dr. governador se dignou conceder-lhes a margem direito do rio Ivahy, proximo do Salto do Ubú, onde residem. Com a maxima benevolencia, foram os mesmos indios recebidos aqui pelo benemerito sr. dr. governador que coma maior boa vontade os attendeu promptamente, mandando fornecer-lhes dous alambiques, bem como ferramentas e roupas. E' pois com satisfação que registramos este acto de justiça do patriotico governo do Estado, aquem enviamos os nossos sinceros e justos applausos.</p>
24	1901	Diário da Tarde 24 de novembro Ano III – n.º 831	<p>Associação ethnografica</p> <p>A semelhança de instituições analogas, que existem nos outros Estado da União fundou-se ante hontem nesta capital uma associação, propondo-se estudos scientificos a respeito dos selvícolas paranaenses e sua incorporação social ao nosso meio. Esse ultimo ponto de vista é novo, em tentativas semelhantes. A conversão religiosa ou redução dos denominados indios tem sido até hoje o objectivo principal d'aquellas cruzadas civilisadoras, levadas ao recesso das mattas. Não querendo pronunciar-nos n'uma ligeira noticia a respeito da preferencia do character, civil ou policial, que deva ter a catechese de homens rusticos, aliás muito afastados já, em sua maioria, do estado</p>

			<p>selvagem, e parecendo mais mandriões de reças degeneradas, esquivos a qualquer trabalho regular, a menos que não impilla-os a isso uma extrema necessidade, - applaudimos porém a iniciativa do nosso illustre Romario Martins, fundador da referida associação ethnografica, e que tanto já se tem esforçado individualmente no estudo das nossas antiguidades indigenas. Pela leitura do projecto de estatutos, a que tivemos occasião de assistir, pareceu-nos apenas que goram omitidos os meios, que a nova associação pretende empregar para sua dupla missão scientifica e humanitária, a qual somente acha-se alli discriminada. Entretanto, mesmo na situação actual de cousas em nosso meio paranaense, julgamos que póde aquella associação deparar auxíllio dos mais valiosos para seu duplo empreendimento, v. g. junto a Sociedade de Agricultura, afim de promover a colonisação de parte do nosso territorio com os indios; junto á direcção do Museu, para organizar uma secção das antiguidades indigenas; junto ao Instituto Historico para que, auxiliando no interesse da sciencia o mesmo Museu, proceda por alguns do seus membros dedicados ás excavações nos <i>sambaquis</i> e em logares habitados por antiquas tribus; junto a conhecidos correspondentes, nas diversas localidades do Estado, para obter informações sobre a situação dos índios ou de seus bastardos, existindo nas visinhanças e, sobretudo, dados estatísticos, que sirvam a orientar para qualquer procedimento. Finalmente, junto ao governo estadual, para subsidiar todos esses trabalhos de real vantagem para o progresso do Paraná.</p> <p>A sociedade Ethnographica e Protectora dos Indios, propõe-se:</p> <p>I – A estudar as lingoas indígenas das tribus, que se habitam a zona paranaense-</p> <p>II – A colligir as lendas selvagens narradas pela tradição, e as esparsas pelo jornaes e revistas do paiz;</p> <p>III – A estudar os usos e costumes antigos e contemporaneos dos índios;</p> <p>IV – A contribuir para a formação do Museu Archeologico do Instituto Historico e Geographico Paranaense;</p> <p>V – A incutir no espirito do selvagem, o sentimento de amor á Patria Brasileira;</p> <p>VI – A fundar uma revista ethnographica , orgam da Sociedade</p> <p>VII – A proteger o índio, moral e praticamente, pela propaganda da necessidade de sua civilisação, e pelo auxilio</p>
--	--	--	---

			<p>quando o necessite, em suas constantes excursões a esta capital.</p> <p>A eleição a que se procedeo em seguida +a aprovação dos estatutos, deo o seguinte resultado: Presidente, dr. Sebastião Paraná; vice-presidente, dr. Ermelino de Leão ; 1º tesoureiro, Alberto Guimarães, 2º tesoureiro, Augusto Stresser. Secção Ethnographica: - Director, Romario Martins; secretario, Ricardo Lemos. Revista: - Directores: dr. Torres Homem, Dario Velloso e Julio Pernetta. Secção de protecção aos Indios: - Director, João Alberto Munhoz; secretario, Antronio Carlos Ribeiro de Andrade.</p>
25	1901	<p>A República 10 de dezembro Ano XVI - n.º 279</p>	<p>PARTE OFFICIAL</p> <p>Governo do Estadom - Secretaria do Interior - Dia 20</p> <p>A' mesma, pediu-se mandar pagar aos srs. Fernandes Loureiro & C.^a, a quantia de 320\$800 proveniente de brindes fornecidos aos indios ultimamente chegados a esta capital.</p>
26	1902	<p>Diário da tarde 29 de Janeiro Ano IV - n.º 884</p>	<p>Indios Coroados</p> <p>Visitou-nos hoje o capitão Tequiá Arengá, chefe de tribu estabelecida nas nascentes do Rio Ariranha affluente do Ivahy.</p> <p>Com Arengá estão nesta capital 34 indivíduos de sua tribu. A <i>Sociedade Ethnographica</i> alojou-os n'um barracão cedido gentilmente pelo commerciante sr. Francisco de Paula, á praça Zacarias, e o governo do Estado lhes mandou fornecer instrumentos agricolas, roupas e mantimento.</p>
27	1902	<p>A República 30 de janeiro Ano XVII - n.º 24</p>	<p>Os indios que estão nesta cidade, vindos do interior, estiveram hontem a noite em ruidosas dansas junto ao edificio do Muzeu.</p>
28	1902	<p>Diário da Tarde 06 de fevereiro ano IV - n.º 891</p>	<p>Expomos hoje em nossa vitine phothographias de um grupo de indios, que esteve recentemente nesta capital.</p> <p>Essas phothographias mandadas tirar pela sociedade Ethnographica desta cidade.</p>
29	1902	<p>Diário da Tarde 14 de Junho Ano IV - n.º 999</p>	<p>Indíos Coroados</p> <p>478 kilometros á pé - A sociedadé Ethnographica - No Muzeu</p> <p>Está desde hontem, nesta capital, uma numerosa tribu de indios caingang's ou coroados, estabelecida nas barrancas do rio Xapecó, em Palmas. Estes indios estão caminhando ha mais de um mez, e hontem, chegados ao fim de sua longa viagem, haviam feito 478 kilometros a pé! Esta tribu é commandada pelo bvelho major André Ferreira dos Santos, conhecido entre os indios de S.O. do Estado com o nome de <i>Uaicré</i>, sobrinho do famoso Victorino Condá, o generoso guia da expedição que em 1836 descobriu os campos de Palmas. Os nossos hospedes nos</p>

			<p>visitaram, hoje pela manhã, acompanhados pelo nosso colega Romario Martins. Estão alojados n'um barracão do edifício do Museu, e tem sido soccorridos com boa e farta alimentação pela patriótica "Sociedade Ethnographica e Protectora dos Indios do Parana". Hoje a referida sociedade secundará o pedido que pelos indios do major <i>Uaicrê</i> foi feito ao exmo. sr. dr. Xavier da Silva. Estamos certos que s. exc. ainda uma vez attenderá os reclamos dessa pobre e desprotegida gente, mandando que se lhes forneça materiaes de lavoura, roupas, e que se lhes garanta o direito de posse dos terrenos que occupam desde remotíssimos tempos. O <i>Diario</i> assim o espera. O producto que se arrecadar amanhã na venda de bilhetes de entrada no jardim do Museu, reverterá em benefício dos indios que alli se acham hospedados.</p>
30	1902	<p>A República 14 de Junho Ano XVII - n.º 133</p>	<p>Indios Coroados</p> <p>Chegaram hontem a esta Capital, onde vieram solicitar do Governo do Estado, ferramentas para lavoura, roupas e garantias sobre as terras que occupam, há muitos annos, á margem do rio Xapecó, em Palmas, - duas tribus de indios coroados, son o commando geral do velho Major André Ferreira dos Santos, conhecido entre os selvagens pelo nome <i>Uaierê</i>. Fizeram 478 kilômetrosa pé. Estão alojados n'um barracão do Museu, onde a <i>Sociedade Ethnographica e Protectora dos Indios</i>, lhes tem fornecido alimentação. Uaicrê é sobrinho do famoso Cacique Victorino Condá, que, em 1886, auxiliou a expedição que descobriu os campos de Palmas. O producto da venda de entradas no jardim do Museu, amanhã, será empregado na aquisição de brindes para os indios que alli estão alojados.</p>
31	1902	<p>Diário da Tarde 18 de Junho Ano IV - n.º 1002</p>	<p>Indios coroados</p> <p>Regressaram hoje os indios do toldo do Chapecó, que em numero de 50 vieram a esta capital, como noticiamos, solicitar do governo ferramentas para a lavoura, roupas e a cessão pelo Estado, dos terrenos occupam. Folgamos em registrar que o illustre sr. dr. governador os attendeu nesses justos reclames, fazendo distribuir entre elles fouces, enchadas machados, roupa, etc., e baixando um drcreto em que reserva para estabelecimento de indios coroados, a zona emprehendida entre os rios Chapecó, Chapecosinho e a estrada que de Palmas se dirige á colonia militar do Xanxerê.</p>
32	1902	<p>A República 18 de junho Ano XVII - n.º136</p>	<p>Indios</p>

			<p>Voltaram hoje os indios aqui chegados no sabbado passado sob o commando do velho major André Ferreira dos Santos e residentes na barranca do Rio Chapecó em Palmas. Como já dissemos essa expedição caminhou 478 kilometros a pé e veio solicitar do governo ferramentas para a sua já abundante lavoura, roupas e a cessão pelo Estado dos terrenos que occupam. A <i>Sociedade Ethnographica e Protectora dos Indios</i> os recebeu e ampoarou as suas justas pretenções, e, levando-as ao conhecimento do exmo. sr. dr. Governador do Estado, teve ainda uma vez a fortuna de encontrar o apoio do ilustre paranaense dr. Xavier da Silva, que hoje baixou um decreto de concessão de terras áquelles desprotegidos homens, outr'ora senhores da floresta e hoje encurralados entre os braços amigos de dous rios. A zona reservada aos índios do major André, limita-se : ao N pelo passo do Rio Chapecó, na estrada de Palmas á Colonia Militar ; desde a O. o referido rio ; e segue ao S. o rio Chapecósinho, até o passo da estrada. A L. o limite das terras cedidas é a estrada acima indicada. S. ex. o sr. dr. Xavier da Silva mandou mais que aos índios se fornecesse o material que reclamavam para a lavoura, e a roupa de que necessitassem. Louvores ao eminente paranaense de humano coração e alma nobilíssima, que tão bem soube corresponder aos reclamos dessa desventurada gente que a civillisação persegue mas que a caridade ampara.</p>
33	1903	<p>Diário da Tarde 23 de fevereiro Ano IV - n.º1210</p>	<p>Os indios das Marrecas e os Bendegósistas</p> <p>Estão nesta capital, vindos á pé de Guarapuava, varos caciques das tribus indigenas há muitos annos estabelecidas em ambas as margens do Rio das Marrecas, em terras que lhes foram legitimadas e medidas em 1880, presidencia do dr. Predrosa. Esses pobres homens estão sendo agora perseguidos e ameaçados na posse legal dessas suas terras, por individuos ambiciosos que por todos os modos se querem assenhorear daquella legitima propriedade dos bugres, que julgam indefesos. Sabemos que nesta capital varias pessoas eminentes tomam a si a defesa dos indios, e que o governo do Estado, ainda uma vez, vae amparal-os como merecem, no seu legítimo direito. Ainda bem.</p>
34	1903	<p>Diário da Tarde 18 de abril Ano V - n.º 1256</p>	<p>Pela Sociedade Ethnographica e Protectora dos indios do Paraná foram conceditas, nesta data as patentes seguintes :</p>

			De major, ao indio coroado Francisco Cocambau, de alferes ao indio Athanasio José (...) Jongogrim, ambos da tribu residente no Ivahy, do qual é chefe o coronel Paulino Arakxó.
35	1903	A Bomba 20 de Julho Ano I n. 5	Imagem indígenas de Marrecas
US EU	1904	Diário da tarde 24 de fevereiro Ano VI - n.º 1517	Estiveram ha dias em Castro mais de 40 indios.
37	1904	A República 05 março Ano XIX - n.º 53	Chegou ante hontem dos campos de Guarapuava nova léva de indios que vêm pedir ao governo do Esatdo auxilio para a sua lavoura. Os indígenas, chefiados pelos caciques Pedro e Paulino cuja chegada já noticiamos, já regressaram ao seu toldo no Ivahy, levando as armas e ferramentas de lavoura fornecidos pelo governo.
38	1904	Diário da Tarde 21 de março Ano VI - n.º 1539	De Tibagy chegarão brevemente á S. Paulo 60 indios coroados que vão pedir ao governo providencias contra a espoliação de terras, solicitar ferramentas e fazer baptisar dois indígenas, sendo padrinhos os drs. Domingos Moraes e Jorge Tibíriça.
39	1904	Diário da tarde 25 de março Ano VI - n.º 1543	Chegou ontem do interior, pelo trem da tabella, uma turma de indios coroados.
40	1904	A República 25 de março Ano XIX - n.º 70	Indios Pelo trem da tabella chegaram hontem dos Campos alguns indios caingâns, sob o mando do cacique Simplicio Cambâra, cujo toldo assenta nos sertões do Paequerê. Esses indios estiveram hoje em nosso escriptorio, onde a nosso pedido executaram em uns canudos de "tacoara" uma melodia selvatica. Desde os campos de Paequerê até Ponta Grossa o cacique Cambâra e sua gente completaram 28 dias de viagem a pé.
41	1904	A República 15 de Julho Ano XIX - n.º 163	OS INDIOS Os homens da selva tamvem se manifestam contra o revoltante esbulho das terras paranaenses, e nada mais bello que a attitude destes nossos praticios, recentemente aggregados á civilisação, vindo até esta capital, garantir o seu apoio ao povo que os civilisou e offerecer-lhe o forte auxílio de seu braço e da sua nobre coragem. Das terras de Palmas onde vive com a sua tribu chegou hoje o cacique Gavião, acompanhado de 63 esforçados índios, afim de declarar em nome da sua gente que não aceita a dominação do Estado visinho.

			A tribu Gavião é uma das mais operosas dos sertões paranaenses, possuindo grandes plantações no Contestado e alli vivendo do seu trabalho proficuo, desbravando as terras e abrindo assim á civilisação – ella que ha pouco abraçou-a – amplo caminho para a sua marcha. Este chefe indígena achava-se em S. Matheys quando soube da decisão iniqua e, desprezando interesses que exigiam a o prompto regresso ás suas terras apressou-se em dirigir-se á esta capital, acompanhando-o somente 63 dos 780 homens aguerridos que commanda.
42	1904	A República 01 de agosto Ano XIX - n.º 176	Indios Acham-se na capital, vindos do Salto da Bulha, no Rio Ivahy, 30 indios coroados da tribu do valente cacique Arakchó. Estão hospedados no Museu.
43	1905	A República 22 de Março Ano XXI - n.º 68	Indios Coroados Chegaram hontem a esta capital varios indios coroados, residentes no municipio de Tibagy e chefiados pelo capitão Felix Veican.Estão hospedados no Muzeu.
44	1905	A República 01 de maio Ano XXI - n.º 102	Chegaram, procedentesde Guarapuava (...) os indios chefiados pelo Major Pompilio Cafahim, que esteve já dois dias nesta capital. O major Pompillio vem reclamar do (...) providencias no sentido de que seja mantida a posse das terras das Marrecas, que como se sabe pertence (...) legal ás tribus indigenas de Guarapuava. Entretanto, não tem faltado quem aspire á conquista dessas (...) mesmo á custa das mais torpes agressões aos indios que alli estão.
45	1905	A República 12 de Junho Ano XXI - n.º 138	Diversas - Índios Ante-hontem chegaram a esta capital os seguintes indígenas: 11 homens, 9 mulheres e 7 crianças, no mando do conhecido cacique Alipio Goivê, que tem o posto de Major. Estes indios sao do aldeamento de Chapecó. 8 homens a mando do capitão Vutára, do aldemanto da Formiga, Palmas. Todos estes indios são coroados, excepção de um ascendente de prisioneiro, que é Guarany. O dr. Francisco Guitierrez Beltrão, secretario de Obras Publicas, providenciou para que pernoitassem no quartel de policia, por não haver espaço para tanta gente no Museu.
46	1905	Diário da Tarde 12 de Junho Ano VIII - n.º2020	Vindos de Palmas, chegaram sabbado a esta capital 32 indios coroados, sendo 27 moradores á margem do rio Chapecó e sob as ordens do <i>major</i> Alipio Gainê. Os outros tres restantes vieram em companhia de seo capitão Felicissimo Vutara, homem de meia idade, sabendo ler e escrever e habitantes da aldeia

			Formigas. Há entre elles um indios guarany, descendente de antigos prisioneiros dessa tribu, que é toda de indios coroados. O amador Raul Plaisant photographou-os em grupo hoje pela manhã.
47	1905	A República 29 de Junho Ano XXI - n. 152	Dia 26 (Ao Secretário de Fincanças, Commércio e Indústrias do Paraná) Ao mesmo. Pedindo que, pela verba "Catechese", made pagar aos srs. Fernandes Loureiro & Cª, a quantia de 435\$360 em que importam os brindes feitos aos indios que estiveram ultimamente nesta capital.
48	1905	A República 13 de Julho Ano XXI - n. 164	Secretaria de Obras Públicas Expediente - Dia 4 de Julho de 1905 - Ao sr. Secretário de Finaças, pedindo que mande pagar aos srs. Ferndes Lureurio & Comp. a importância de 171\$, provenientes de brindes feitos aos indios que ultimamente estiveram nesta capital.
49	1905	A República 05 de Agosto Ano XXI - n.º 184	Diversas - MUZEU Devido ao inestimavel concurso da PHOTOGRAPHIA WEISS, installa-se amanhã a <i>Galeria Ethnographica</i> do Museu Paranaense. Estão já ali representados diversos typos de indios caingangs e guaranys, das tribos que estiveram ultimamente nesta capital.
50	1906	Diário da Tarde 20 de Janeiro Ano VIII - n.º2109	[...] "Ahi está: No dia 17 o benemérito governo não tratava de qualquer pressão aos indios, que aqui vinha recer brindes, tinham suas terras e se conservavam nos seus lotes ruraes ao pleno gozo da civilização ; no dia 18 aclara-se que essa força policial tinha igual missão á do contingente militar, isto é, afugentar os botocudos que por lá andam, com o seu aparato belicoso!...[...]
51	1906	A Notícia 10 de Abril Ano II - ° n. 132	Índios Paranaenses Rio, 10 – Chegaram aqui diversos índios paranaenses, que estão hospedados na polícia central. Esses selvícolas visitaram hontem o dr. Lauro Mueller, ministro da Viação.
52	1906	A República 10 de Abril Ano XXII - n.º 83	Índios Chegaram á esta capital quadro índios do aldemaneto de Thomazina, existente nesse Estado; elles pedem ao governo federal que lhes dê a posse definitiva das terras que occupam, e que lhes forneça armamento e instrumentos agrícolas.
53	1906	A República 04 de maio Ano XXI n.º 103	Índios Coroados - Do sertão de Guarapuava Acham-se hospedados no Museu 23 indios Coroados, da chefia do capitão Manoel Mendes Rambôdziadj, chegados ontem a esta capital. Estes índios, que obedecem ao comando em chefe do

			<p>velho cacique Bandeira, moram no lugar Caveiras, onde já construíram habitações regulares, de taboas tiradas a machado, pois não possuem serra. Antes residiam elles nas Marrecas, território de propriedade legal dos índios, pois lhes foi dado pelo Presidente Pedrosa, em troca das terras do Atalaya. D'ali se retirou recentemente a gente do capitão Rambôdziadj, em vista de continuas perseguições feitas aos índios ali residentes, por poessoas de Guarapuava. Em Marrecas reside agora a gente que obedece ao cacique Cafain, formada de vários núcleos de Coroados. O Capitão Rambôdziadj, é filho do famoso cacique Bandeira, que velho e adoentado, mora na Barra Preta, no Rio Ivahy, rodeado de dedicados vassallos.</p>
54	1906	<p>A República 05 de maio Ano XXI - n.º 104</p>	<p>Índios Coroados - No Museu</p> <p>O Governo do Estado Mandou fornecer aos índios Coroados hospedados no Museu, roupas e ferramentas para o trabalho agrícola. O capitão Rambôdziadj retira-se na segunda-feira, com a sua gente, para o lugar onde habita, satisfeito da sua visita á capital. Hoje foram o capitão e seus ajudantes á Palacio, onde agradeceram ao exmo. sr. dr. Vice-Presidente o deferimento de suas pretensões. Estes bugres estarão amanhã em exhibição no Museu, sendo destinado ás suas creanças o produto das entradas no jardim.</p>
55	1906	<p>A Notícia 06 de maio Ano II - n.º 153</p>	<p>Acham-se no pateo do Muzeu Paranaense 25 bugres coroados pertencentes á tribus dos sertões de Guarapuava.</p>
56	1906	<p>Diário da Tarde 08 de maio Ano VIII - n.º 2198</p>	<p>Índios Coroados</p> <p>Acham-se nesta capital alguns índios da tribo dos Kaincangas, vindos do aldeamento do rio do Cobre. Do valle do rio Pequery. Os índios coroados ou <i>Kaingangs</i> habitavam o extremo oeste do Estado, tendo os seus principaes todos nas comarcas de Guarapuava e Palmas. A' margem da estrada de rodagem de Guarapuava a Foz do Iguassú, no vale do ribeirão Tentente Pereira, afluente do Iguassú encontra-se o primeiro toldo dos coroados, contendo uma população computada em cerca de 600 índios. O cacique deste toldo, que está situado no kilometro 147 da estrada, é o capitão Pereira. Os coroados ahi aldeados empregam-se no trabalho de lavou, lavram madeiras e entretem-se em pequenas industrias, taes como as de fabricação de capéos, peneiras etc. Dos costumes morigerados são os índios coroados merecedores da protecção do governo. Do toldo do rio do Cobre é o chefe Nhonhô, que commanda cerca de 600 índios.</p>

			Foi desse toldo que vieram a esta capital o capitão Rambodzidj afim de solicitar do governo recursosque necessitam para o adiantamento da lavoura. Estes coroados, que mora, mas principaes cabeceiras do rio Pequery cultivam, com proveito, a canna de assucar e outros gêneros do paiz. Os coroados possiem animaes de montaria, criam gado vacuum, porcos, galinhas e desejam fazer casas de madeira em substituição ás primitivas malocas. Por esta ligeira notica, tornase patente que os índios coroados, em vista da pronunciada tendência para a civilização, são dignos d etodo o auxilio por parte dos poderes públicos do Estado.
57	1906	A Notícia 09 de maio Ano II - n.º 156	Partiram hoje para os sertões de Guarapuava os índios que se achavam nesta capital.
58	1906	A Notícia 5 de setembro Ano II - n.º 265	Acham-se nesta capital vários índios coroados residentes no Rio das Cobras.
59	1906	A República 14 de setembro Ano XXI - n.º 212	Índios Coroados Procedentes do Rio das Cobras chegaram hontem á esta capital doze índios coroados, sob o comando do <i>Major</i> Gregorio. O Rio das Cobras é um affluente do Rio Iguassú. O todo do <i>Major</i> Gregorio fica ao sul do Xagú e se compõe de cerca de duzentos indivíduos. Gregório com sua gente pernoitou no Quartel do Regimento do Segurança e tem passado o dia no pateo do <i>Muzeu Paranaense</i> .
60	1906	A República 15 de setembro Ano XXI n.º 218	Bugres Continuam hospedados no <i>Museu</i> os bugres Caingangs commandados pelo <i>Major</i> Gregorio, chefe geral das tribus aldeadas no Rio das Cobras, em Guarapuava, tribus compostas de cerca de 1.090 indios. Este cacique muitos serviços prestou á commissão das estradas estrategicas. É um índio trabalhador, prestativo e inteligente. Na zona de seu mando ha uma escola com cerca de 70 creanças índias, mantidas e paga pela comunidade caingang. O producto das entradas no Jardim do <i>Museu</i> , amanhã, será destinado a favorecer esses singulares habitantes do sertão.
61	1906	A República 19 de Setembro Ano XXI - n.º 221	Índios Coroados O governo do Estado mandou fornecer roupas e utensis de lavoura aos 12 indios coroados que, sob o mando do poderoso cacique Gregorio Kuprê, estiveram acampados no paeto do “Muzeu Paranaense”. Esses índios regrassaram hoje pelo trem dos campos.

62	1906	<p>A República 20 de setembro Ano XXI - n.º 222</p>	<p>Registro Dactyloscopico</p> <p>Um pedido, satisfeito, do Gabinete Dactyloscopico de Hamburgo ao Consulado Alemão nesta Capital, para o registro de impressões digitais dos nossos índios, suggeriu ao Director do Museu Paranaense a ideia de instalar também naquella estabelecimento um registro dactyloscopico segundo o molde daquella. Esse registro foi já iniciado, recolhendo-se as impressões dactyloscopicas dos índios coroados ultimamente nesta capital. Outras fichas serão remetidas, com as precisas instrucções e material apropriado a vários pontos do Estado para a obtenção de impressões digitais de índios representantes de todas as actuaes raças do nosso território. Não precisamos encarecer o valor de um tal estudo, como dos mais interessantes da moderna anthropologia. O modelo seguido no <i>Museu</i> differe absolutamente do do Gabinete Anthropometrico da Policia e tende a outros fins, muito diversos mesmo. As impressões digitais começam pela mão esquerda, na segunda ordem: - Indicador, médio, anular, mínimo, polegar, tomados de canto a canto da unha desde a coroa do dedo até o termo da primeira phalange ; segue-se o mesmo processo com a mão direita. As impressões simultaneas, obtidas por ultimo, exceptuam o polegar e são tomadas com os dedos pusados levemente sobre o papel, sem rolar como nas impressões parciais de canto a canto da unha</p>
63	1907	<p>A República 15 de Julho Ano XXII n.º 163</p>	<p>Paulino Arakchó, o poderoso cacique caingang, foi há 20 dias victimado por uma cobra que o mordeu o nariz quando repousava na sua roça. Assim perderam os índios de Ivahy o seu valoroso chefe, índio e intelligente e trabalhador, que sempre manteve a ordem e o labor agrícola entre os seus numerosos commandados. Arakchó foi o divulgador da lenda caingang Cury-tim, sobre o nome da nossa capital.</p>
64	1907	<p>Diário da Tarde 04 de dezembro Ano X n.º 2667</p>	<p>Os Bugres</p> <p>A população da zona infestada pelos índios dirige, por intermédio do "Diario da Tarde", o seguinte apelo ao sr. vice-presidente do Estado : "A população da comarca inteira de Palmas acha-se ainda sob a impressão dos morticínios, praticados pelo índios na semana passada em três trabalhadores da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. A agitação do povo continua em virtude das noticias alarmantes, vindas de Palmas, Iratim, São João e São Roque, dizendo que em toda parte se percebem vestígios dos selvícolas, inquietando os habitantes e dificultando a continuação</p>

			<p>da construção do trecho do sul da via-férrea. Tomando, porém, em consideração, que em época anterior jamais se perceberam ao mesmo tempo tantos lugares com vestígios de bugres, constando também por pessoas fidedignas, como o capitão Irineu Thiago de Araujo. Manoel Pedro Correia de Freitas e outros, que o índios mansos, aldeados em Palmas, Chapecó, Formigas, etc., já ha cerca de 6 meses não se encontram nos seus toldos, vagueando e caçando como os selvagens nos mattos, reina a geral suposição, aliás bem fundada, de que esses coroados mansos tenham voltado para o estado primitivo da sua vida, isto é, que sejam elles os autores dos últimos assaltos e da inquietação do povo [...]. O aparecimento ameaçador dos índios nas zonas meridionais do Estado causa damno immenso ao commercio bem como aos fazendeiros e tropeiros. Na lavoura como nas eriações de gado os selvagens provocam constantemente prejuízos consideraveis por matança dos animais e roubo dos gêneros alimentícios, e de pouco tempo pra cá foram assassinados pelos bugres mais de trinta pessoas. – A consequência de tudo isso é, que os habitantes d’aquellas zinas abandonam as suas habitações, mudando-se para lugares mais povoados, deixando grandes districtos completamente desertos e entregues aos índios.</p> <p>Pedimos, por essa razão, ao Exmo. Sr. Vice-Presidente do Estado providencias promptas e energicas. Pedimos, sobre tudo, que S. Ex. nomêie com urgência para os índios mansos um diretor activo e enérgico, sendo remunerado, que reconduza todos os índios extraviados para os seus respectivos aldeamentos, reorganizando, ao mesmo tempo, a vida social desses índios, procurando ainda mais sujeital-os em trabalho constante e obrigatório da lavoura, de modo a afastal-os da vida selvagem, que actualmente estão exercendo. Contamos certo com o cumprimento do nosso pedido, pois depende disso a prosperidade e o progresso da comarca de Palmas.</p>
65	1907	<p>A República 16 de Julho Ano Ano XXII - n.º 164</p>	<p>Secretaria de Obras Públicas</p> <p>Directoria de Terras e Colonisação - EXPEDIENTE - Dia 3</p> <p>Ao mesmo, pedido que mande pagar ao sr. Herculano Alves da Rocha a quantia de 16\$900, proveniente de gêneros fornecidos aos índios que estiveram nesta capital.</p>

66	1907	A República 02 de agosto Ano XXII - n.º 179	Secretaria de Obras Publicas - Dia 19 Ao Secretário de Finanças [...] Ao mesmo, mandando pagar pela verba Catechese do exercio de 1906 a 1907, a Jarbas de Barros a quantia de 104\$900 por brindes fornecidos aos índios que estiveram nesta capital no dia 2 de Junho p. findo.
67	1907	A República 30 de Dezembro Ano XXII - n.º 305	Expuzemos hohe em nossa vitrine duas flechas que pertencem aos índios do Rio do Peixe e que assassinaram a Carlos Scheneider e a Stanislau de tal, feitor e trabalhador da estrada de ferro S. Paulo-Rio Grande. Uma destas flechas varou pelo estomago ao feitor Carlos Scheneider, a qual foi preciso cortar com foice para ser arrancada ao corpo da victima. Ambas são poderosas armas providas de lanças de 2 gumes com 15 centímetros de comprimento.
68	1908	Diário da Tarde 08 de novembro Ano XI – n.º 2941	Com destino a essa capital seguiram alguns índios afim de pedir favores ao governador do Estado.
69	1908	A República 26 de outubro Ano XXIII - n.º252	Índios Coroados Chegaram sabbado ultimo a esta capital e se acham hospedados no Museu, alguns <i>índios coroados</i> residentes á margem direita do rio Piquiry, nas proximidades da Serra da Pitanga. Os referidos índios são chefiados pelo capitão Simplício, um dos cabos do celebre Major Bandeira, o mais famoso cacique actual dos <i>coroados</i> .
70	1908	A República 28 de outubro Ano XXIII - n.º254	INDIOS COROADOS O exmo. sr. dr. Presidente do Estado mandou fornecer roupa e instrumentos agrícolas aos índios do capitão Simplício Caiubara, que estão hospedados no Museu. Pelo trem de sexta-feira regressarão os referidos índios ás suas terras, situadas aquem da Serra da Pitanga, nas proximidades do Piquiry.
71	1908	Diário da Tarde 28 de outubro Ano XI - n.º 2936	Estiveram hontem no palácio do governo o <i>coronel</i> Simplicio e o <i>tentente</i> José Luiz, dous índios coroados, habitantes das margens do rio Piquiry. O Coronel Simplicio, que fala com difficildade o portuguez disse ao repórter do <i>Diario</i> que ia falar com “papae”, (o sr. presidente do Estado), afim de perder-lhe terrenos, fardamento e espada do coronel, espingardas de dous e de um cano gaitas para fazer bailes, etc. Mostrou um ferimento produzido por facão, na região lombar esquerda, dizendo que fora praticado por um <i>portuguez</i> , em Ponta Grossa. Contra esse <i>portuguez</i> ia queixar-se a “papae”.

72	1909	Diário da Tarde 31 de Março Ano XII - n.º 3063	<p style="text-align: center;">Índios</p> <p>De Palmas chegou ante-hontem a esta capital, acompanhado de sua mulher e 7 filhos, o <i>capitão</i> José Capanema, índio morador naquelle municipio. Capanema que fala bem regularmente o potuguez, é filho do <i>major</i> do mesmo nome, velho incola que conta 120 annos de idade, e veio até aqui, trazer ao sr, presidente do Estado, uma reclamação sobre as terras que habita com os seus e de onde, parece, cogitam fazel-o retirar. Não podendo falar com o dr. Xavier da Silva hontem seguiu para o interior do Estado, o <i>capitão</i> Capanema aguarda-se para fazel-o na sua volta. Sabemos, entretanto, que por conta do governo já foram fornecidos a Capanema e sua família, gêneros de que necessitam.</p>
73	1909	Diario da Tarde Ano XII – n.º 3069	<p style="text-align: center;">Índios Caingangs – Caingangs</p> <p>Acham-se nesta capital diversos índios, capitaneados pelo <i>major</i> Cretan e <i>capitão</i> Capanema. Esses índios que têm o seu aldeamento em terras doadas pelo governo do Estado, á margem do rio Iguassú, no logar Barra Grande, vieram reclamar providências ao sr. presidente do Estado, afim de que sejam respeitados os seus títulos de propriedade, visto já terem lá muitas bemfeitorias e casas e estarem ameaçados de despejos, por ordem do sr. deputado Frederico Wirmond, que legitimou como suas essas terras. Os índios dizem que possuem terras, que não foram marcadas, cultura de milho e feijão, 9 boas casas de taboas, onde se abrigam 30 casaes, gado vacum, cavalar e suíno, explorando a indústria de lacticínios e a criação de animaes. Esperamos que o governo do Estado, respeitando seus próprios actos e os legítimos títulos de propriedade dos nossos naturaes, faça-lhes a devida Justiça. Só por essa forma é que se poderá conseguir a Catechese. Demonstrando aos indígenas a vantagem da civilização, uma das quaes – a primordial – é a da igualdade perante a lei, quer para os fortes quer para os fracos. Já tínhamos escripto as linhas acima quando soubemos que o sr. Wirmond já havia legitimado a posse das terras, reclamadas, muitos anos antes da doação feita pelo governo aos reclamantes.</p>
74	1909	O Commercio 30 de Março Ano II - n.º 105	<p>Chegou a esta capital, hoje, às 3 horas da tarde o índio Jose Capanema com sua família, vindo da Manguerinha município de Palmas. Capanema veio protestar perante o sr. Presidente do Estado, contra a usurpação de um terreno de sua propriedade que lhe quer fazer o sr. Frederico Wirmond.</p>

75	1909	A República 06 de Abril Ano XXIV - n.º 80.	Os índios do <i>Major</i> Cretãn e <i>Capitão</i> Capanema, hospedados no Museu, nos communicaram que na <i>Campina</i> onde residem, em terras doada pelo Governo, têm culturas de feijão e milho, e se dedicam á criação de cavallos e porcos. Disse-nos o índio Capanema que na séde da sua povoação, ha 9 casas boas, de taboas, onde se abrigam 30 casas. A indústria pastoril é ali representada por 30 egoas, cujos productos vende na Mangueirinha. Vio Capanema em Curytiba um egoa com sua marca, ha tempos vendida ao seu compadre Juquinha dos Santos. Tem 64 capados <i>babanos</i> (gordos de mais); 30 vaccas ; faz queijos (já chegou a fazer 15 por dia) ; tem plantados 9 alqueires de milho e colheu 60 alqueires de feijão.
76	1909	A República 07 de Abril Ano XXIV - n.º 81.	Índios S. Ex. Rvma., sr. Bispo Diocesano, Monsenhor D. João Braga presenteou com roupas os índios hospedados no Museu. Major Cretan Capitao Capanema diversos índios 120 anos de idade
77	1909	A República 15 de Abril Ano XXIV - n.º 87	Regressaram hoje aos seus penate, <i>na campina de Mangueirinha</i> , (Palmas) os índios de que é chefe o <i>Major</i> Cretãn e o <i>Capitão</i> o conhecido e operoso “coroado” Capanema. Foram servidos nas suas pretensões pelo governo do Estado, seguindo até Porto União em estrada de ferro.
78	1909	A República 24 de Novembro Ano XXIV -n.º262.	Índios Coroados Hoje, ás 3 horas da tarde chegaram de Ponta Grossa diversos índios coroados do comando do cacique Nhontom , residentes no rio do Cobre.
79	1909	A República 25 de novembro Ano XXIV -n.º 263	Notas policiaes - Índios corôados Conforme determinação do dr. chefe de polícia e de accordo com o dr. diretor de hygiene, o commissario da 2ª fez seguir para o Lazareto hontem, ás 5 horas da tarde 15 índios coroados, chegados hontem mesmo, a pé da cidade de Ponta-Grossa, suspeitos de se acharem atacados de varicella, conforme aviso do sr. coronel diretor do Museu. O isolamento e condução desses índios foram feitos por praças do Posto Central.
80	1909	A República 31 de maio Ano XXIV -n.º 125	Capitão Coinbâng Acompanhado de alguns índios da sua tribo chegou hoje, vindo da margem do rio Bonito, onde reside, o cacique coroado Antonio Coinbâng. Estes índios usam machados de pedra, e veem muito interessados em adquirir outros de aço. O exmo. Dr. Presidente do Estado prometeu atendel-os. Estão hospedados no Museu Paranaense

81	1909	A República 07 de Junho Ano XXIV -n.º 131	Índios caingang's Regressaram aos seus toldos os índios que vieram á capital solicitar objectos de lavoura. O governo do estado os attendeu, como sempre, fel-os seguir pela estrada de ferro até Ponta Grossa.
82	1909	A República 08 de Junho Ano XXIV- n.º 132	Expediente - Secretaria de Obras Públicas e Colonização Directoria de Terras e Colonização - Dia 6 Ao sr. Secretario de Finanças. Pedindo que mande pagar ao sr. Jarbas de Barros a quantia de 178\$800, proveniente de fornecimento de brindes a índios vindos a esta Capital nos mezes de Outubro do anno passado e Março e Abril últimos.
83	1909	Diário da Tarde 18 de Novembro Ano XII -n.º 3261.	Bugres [...] Esperamos que o governo estadual attenderá as justas reclamações dos Cangoás, que ninguém têm por si, apesar dos promotores públicos serem os seus legítimos curadores, por força de lei. Em Ponta Grossa estão tambem duas delegações de índios Coroados, de Porto da União e Laranjeira, Guarapuava, nas mesmas condições. Veem pedir terras onde possam permanentemente habitar.
84	1909	A República 24 de novembro Ano XXIV -n.º 262	Índios Coroados Hoje, ás 3 horas da tarde, chegaram de Ponta Grossa diversos índios coroados do commando do cacique Nhontom, residentes no Rio do Cobre.
85	1909	A República 25 de novembro Ano XXIV -n.º 263	Índios que chegam doentes A turma de índios coroados hontem chegados á esta cidade fez a viagem desde Ponta Grossa, a pé, em 3 dias. Veem recommendados pelo sr. Antonio Mendes, de Goarapuava, que em officio ás autoridades attesta a sua boa índole. E' chefe destes coroados da Boa Vista do Rio do Cobre, o <i>general</i> Nhonhom, cacique de valor, que prestou bom concurso a commissões militares notadamente a das estradas estratégicas. Nhomnhom, entretanto, foi infeliz na sua vinda á capital, Alguns dos seus companheiros, segundo elle conta, foram atacados "de bexiga" (varicella) e um delles cahiu na estrada, ao entrar nesta cidade, attingido pela contagiosa doença. Logo que o exmo. sr. desembargador Costa Carvalho, Chefe de Polícia, teve conhecimento do facto, determinou que o sr. commissario Joao de Abreu tomasse as providencias necessárias, no sentido de evitar o contacto dos índios recém-chegados com pessoas desta cidade; e o dr. José Loyola, Director do Serviço Sanitario forneceu

			com promptidão a ambulância do Lazareto S. Roque para conduzir o índio que se supõe atacado de varicella. Os demais índios, em numero de 18, partiram do Museu para o Lazareto, acompanhados por policiaes, serviço esse ordenado com toda a regularidade e cordura pelo coronel João de Abreu, que ágio nesse caso com a máxima presteza e correcção.
86	1909	A República 25 de novembro Ano XXIV -n.º 263	<p style="text-align: center;">Notas Policiaes - Indios coroados</p> <p>Conforme determinação do dr. chefe de policia e de accordo com o dr. director de hygiene, o commissario da 2.ª fez seguir para o Lazareto hontem, ás 5 horas da tarde 15 indios coroados, chegados hontem mesmo, a pé, da cidade de Ponta-Grossa, suspeitos de se acharem atacados de varicella, conforme aviso do sr. coronel director do Museu. O isolamento e conducção desses índios foram feitos por praças do Posto Central.</p>
87	1909	A República 28 de Dezembro Ano XXIV -n.º 291	<p style="text-align: center;">Os índios</p> <p>Expressiva e commovente a declaração que abaixo publicamos, feita pelo cacique dos índios coroados do aldeamento da Formiga, em telegramma passado ao nosso redactor-chefe Romario Martins:</p> <p>“Palmas, 27. Romario. Não entrego terra. Tenho noventa bugres promptos. Conheçam bugres do tempo do Capitão Viry. Viva Palmas do Paraná! Indio Tentente André Ferreira, Antonio Ramos”.</p>
88	1910	A República, 06 de outubro Ano XXV - n.º 235	<p style="text-align: center;">Nova repartição (SPI)</p> <p>A' rua Conselheiro Barradas 168 installou-se provisoriamente a séde do serviço de Proteção aos Indios e Localisação de Trabalhadores Nacionaes, conforme communicação que se dignou enviar-nos o snr. Capitão dr. José Osorio.</p>
89	1910	A República 28 de outubro Ano XXV - n.º 254	<p style="text-align: center;">Indios Coroados</p> <p>Chefiados pelo cacique Antonio Cretãn, chegaram hontem á esta capital e se hospedaram no Museu Paranaense 10 indios da tribu que habita as terras da Mangueirinha, comarca de Palmas. Entre elles uma linda menina de 5 anos de idade, intelligente e vivaz e em cujos traços physícos se retratam a perfeição e a belleza que a poesia nacional identificou em Moema e Paraguassú. Os coroados vem queixar se de lhes haverem raptado um menino, accusando desse facto delictuoso o sr. J. Caetano, sub commissario da polícia local.</p> <p>O chefe Cretãn, rijo e forte, é typo sympathico e diz ter a avançada idade de 127 annos, o que não é de duvidar á vista da</p>

			longevidade ainda mui commum n'essa raças, cujo viver patriarchal lhes alonga os dias, longe do contacto e das influencias algo perniciosas da civilisação.
90	1910	A República 29 de outubro Ano XXV -n.º 255.	<p style="text-align: center;">Índios Coroados</p> <p>Noticiando hontem a chegada de uma turma de índios coroados, reproduzimos a queixa que delles ouvimos, com relação ao desaparecimento de um bugrinho que se dizia raptado da tribu pelo sub-commissario de policia da Mangueirinha. Informamo-nos melhor de caso, que nos parecera extravagante, e soubemos que o referido indiosinho foi preso por aquelle sub-commissario e se acha preso em Palmas á disposição da justiça local, pois que a elle se attribue o assassinato de uma menina de três annos, crime esse narrado ha pouco tempo pela imprensa.</p>
91		A República 01 de novembro Ano XXV - n.º 257	Os índios caingangs que há dias estavam nesta cidade, regressaram hoje pelo trem dos campos a seu toldo. O velho cacique bretão e seus companheiros, foram encantados pelos favores recebidos da inspectoría de protecção aos índios neste Estado, que lhes deu roupa, instrumentos de lavoura, armas de caça, alimentos para a viagem, etc. Maravilhosa foi a impressão que o gramophone e cinematographo causaram aos ingênuos selvicolas.
92	1910	A República 22 de novembro Ano XXV –n.º 274	<p style="text-align: center;">Os Índios do Chapecó</p> <p>Ao sr. Coronel Romario Martins, director do Museu do Estado, telegrapharam os índios do Chapecó solicitando providencias contra invasão dos seus hervaes. O sr. director do Museu communicou o facto e levou a reclamação dos índios ao conhecimento do sr. dr. José Ozorio director do Serviço Federal de protecção aos Selvicolas, que espera instrucções do coronel Rondon, para providenciar no sentido de tornar respeitadas as propriedades dos indígenas reclamantes, requerendo, se preciso for, manutenção da posse para elles.</p> <p>Assem se vai tornando effectiva a protecção devida ao selvicola.</p>
93	1911	A República 20 de novembro, Ano XXVI -n.º 272	<p style="text-align: center;">Inspectoría de Protecção aos Índios</p> <p>A festa com que o sr. capitão José Ozorio, Dino Inspector do serviço de protecção aos índios commemorou hontem a installação da inspectoría nesta capital, teve o Maximo brilho, revestindo-se de homenagem prestada ao major Candido Mariano da Silva Rondon. A' 2 horas da tarde, conforme o convite, na séde da Inspectoría achavam-se muitos convidados, d'entre</p>

		<p>os quaes notamos os srs. : General Antonio Geraldo de Souza Aguiar ; João Ferreira Leite. Secretario do Interir [Sic] ; coronel Antonio Sebastião Bazilio Pyrrho, comandante da 2ª brigada estratégica ; coronel João Tobias Pinto Rebello, presidente da Camara ; dr. Flaviano da Silveira Fontes, delegado fiscal ; Dr A. J. Alves de Farias, chefe do districto telegraphico ; coronel Brazilino Moura, administrador dos Correios ; Manoel Martins de Abreu, presidente da Junta Commercial ; major Paulo d'Assumpção, director da Escola Federal de Aprendizizes Artífices ; Roberto Glasser, secretario da Associação Commercial do Paraná ; capitão João Gualberto, director da Sociedade de Tiro Rio Branco; tenente Guilhermino Baeta, director de Obras Municipaes, representando o sr. Prefeito Municipal ; capitão dr. Joaquim Sampaio, director do Hospital Militar . D. Duarte Vellozo, representante do Museu Commercial do Rio de Janeiro ; dr, Marins Alves de Camargo ; desembargador M. B. Vieira Cavalcanti ; 1º tentente Augusto Vieira da Costa ; capitão José A. Silveira Sobrinho ; Theophilo Garcez Duarte ; Leopoldo Pereira, chefe da estação telegraphica ; Gabriel Nunes Pires ; Theodoro Schneider ; Abilio de Abreu ; Romario Martins, director do Museu Paranaense ; dr. Jayme Reis, director do “Paraná Moderno” ; Celestino Junior, do “Diário da Tarde” ; Generoso Borges, pela “A República” ; muitas senhoras e cavalheiros cujos nomes nos é impossível descrever. O Sr. Capitão osé Ozorio, convidando os presentes a entrarem para o salão de honra, que é o gabinete do inspector, ahi tomou a palavra, fazendo um longo histórico dos trabalhos a quese tem dedicado no afan nobillissimo da cathechese dos nossos selvicolas. O distincto orador occupou a attenção do selecto auditório durante uma hora, referendo-se com entusiasmo á dedicação, ao amor, á fé notável com que o chefe do serviço, coronel Rondon, ha transpostos os ínvios sertões da Amazonia, sem desfallecimentos, sem vacillações, mas com a coragem originada da sua extraordinária energia e do grande interesse pela attracção do indígena ao convívio da civilização. Ao terminar o seu discurso, o sr. capitão José Ozorio convidou os srs. General Souza Aguiar e coronel Ferreira Leite para correrem a cortina que velava o retrato do coronel Mariano Rondon. Com uma salva de palmas o auditório applaudiu ao orador e aquella homenagem que a inspeccoria vinha de prestar ao benemérito brasileiro protector dos índios. Após essa</p>
--	--	--

			<p>cerimônia, o sr. capitão José Ozorio offereceu aos presentes uma farta meza de doces. Ao ser servido o champagne, o mesmo cavalheiro usou da palavra agradecendo a presença das pessoas que foram levar o concurso da sua homenagem ao prestante brasileiro a quem elle dedicara aquella festa. Em nome dos jornaes qual ai representavam, levantaram brindes ao dedicado inspector Ozorio, os srs. dr. Jayme Reis, Celestino Junior e G. Borges, e assim tambem o sr. dr. A. J. Alves Faria, chefe do districto telegraphico, que fez uma bella saudação ao coronel Rondon e ao capitão Ozorio. Agradacendo esses brindes, o sr. capitão Ozorio fez o brinde de honra ao sr. general Souza Aguiar, como representante do governo federal, e ao sr. Coronel Ferreira Leite, representante do sr. Presidente do Estado. Durante se acto duas bandas de musica se fizeram ouvir.</p>
94	1912	<p>Diário da Tarde 05 de janeiro Ano XV - n.º 4012</p>	<p>Grupo de índios</p> <p>Acham-se nesta capital dois grupos de índios das tribus dos Cangangues e Guarany's. O primeiro grupo Cangangues chefiado pelo capitão de indos "Capanema" vem do seu aldeamento do Lageado Grande, município de Palmas, estabelecido em terras doadas ao cacique Crêtan, pelo governo do Estado. O Outro grupo de Guarany's, chefiado pelo capitão de índio "Carahy" vem do local Agua Amarella, no município da Lapa. Os mencionados índios vem tratar, justo á respectiva Inspectoria, de assumptos que lhes dizem respeito.</p> <p>A Inspectoria providenciou quanto ao seu transporte e estada nesta capital, e mandou distribuir-lhes brindes, constantes de roupas, ferramentas e outros objetos de uso.</p>
95	1912	<p>A República 27 de março Ano XXVII -n.º 72,</p>	<p>PELOS INDIOS</p> <p>Proveniente do aldemaneto do Cascudo, do município de Tibagy, onde reside, acha-se nesta capital o índio Kaingangue Alfredo Vejmon que á requisição da Inspectoria do Serviço de Protecção aos Indios de S. Paulo, prestou relevantissimos serviços nos sertões do rio Feio d'aquelle Estado, na humanitária obra da pacificação dos Kaingangues bravios.</p> <p>O mencionado índio que pela sua vaiorosa (sic) e dedicada cooperação n' aquella perigosa missão, mereceu os mais calorosos elogios da Directoria Geral de Serviço, teve a satisfação de ver coroada do mais brilhante êxito a sua patriotica dedicação a tão arduo e arriscado serviço, pela completa confraternisação dos seus irmãos de raça, occorrido segundo as ultimas noticias,</p>

			<p>no sabbado passado, no Ribeirão dos Patos, zona da estação Hector Legru do Noroeste do Brazil, onde, afinal na mais perfeita paz, chegaram os temidos Kaingangues paulistas, sendo fraternalmente recebidos pelo pessoal do Serviço de Protecção aos Indios naquelle Estado. Convem notar que todo o serviço de pacificação, iniciado pelo ilustre e abnegado Inspector tenente Rebello e dignamente continuado pelo actual Inspector dr. Hora Barbosa, foi feito com o concurso dos nossos Kaingangues mansos do Tibagy, enviados pela Inspectoria d'aquelle Estado, e que ainda se acham naquelle serviço [...]</p>
96	1913	<p>A República 15 de abril Ano XXVIII -n.º 85</p>	<p>Já se acha funcçionando desde Fevereiro a escola nocturna, creada pela Federação Espirita do Paraná esubvencionada pelos poderes municipaes. A mesma escola possui a matricula de 90 alumnos, quase todos adultos, se achando entre elles o Guarany Ezequiel Mangajú, da Inspectoria de Indios [...] Pretende a Federação iniciar conferencias anti-alcoolicas, contra o jogo e a favor da protecção dos animaes, afim de ir orientando os alumnos sobre qual deve ser o seu modo de proceder no seio da sociedade [...]</p>
97	1917	<p>A República 20 de Julho Ano XXXII -n.º169</p>	<p>O cacique Capanema chegou hontem</p> <p>Chegou hontem a esta Capital o velho cacique Kaingang Capanema, acompanhado de alguns de seus companheiros, habitantes da Campina do Cretã. Capanema é um índio que merece todo nosso apoio, pelos serviços inestimáveis que prestou a diversas explorações do nosso sertão a começar pela que foi chefiada pelo notável barão de Capanema.</p>
98	1921	<p>A República 02 de Julho Ano XXXV-n.º154</p>	<p>Um emissário dos índios do Cacique Capanema</p> <p>Chegaram hontem a esta capital três índios camganges da tribu do cacique Capanema, residente na Campina dos Indios, município de Palmas. Estes índios vieram se entender com o governo, em virtude de ser crescido numero de suas famílias e de terem necessidade de dar hospedagem a outros índios que estão procurando aldeia de Capanema, debandados do Matto Grosso. Os índios de Capanema são os legítimos proprietários das terras cedidas ao Cacique Cretãn, ha tempo falecido. Essas terras, que ficam entre os rios Lageado Grande, Palmerinha e Iguassu, no Districto de Mangueirinha, estão sendo agora aos poucos invendidas por extranhos. O cacique Capanema vem pedir a S. Exia., o sr. dr. Presidente do Estado, que faça medir a demarcar o que pertence aos índios afim de evitar que estes sejam</p>

			expoliados, mais dia menos dia, daquillo que com toda justiça e todo o direito lhes ficou reservado por lei.
99	1923	<p>O Dia 21 de Agosto Ano 1 - n.º 45</p>	<p>Os índios estão expoliados</p> <p>A propóstio da noticia Inserta, com o titulo acima, em nossa ultima edição, do sr. dr. José Maria de Paula, inspector do Serviço de Protecção aos Selvicolas, recebemos a carta abaixo. O adiantado da hora nos obriga a um adiamento dos commentarios queem torno della desejamos fazer. Eil-a: “Convencido como estou de que vindes mantendo a linha de correcção que vos traçastes ao vosso programma de secção, examinando, portanto, os factos com toda a imparcialidade, boa fé e isenção de animo, julgo de meu dever prestar-vos alguns esclarecimentos e reparos á noticia inserta na edição do vosso jorna, de 19 do corrente, sobre a vinda do capitão Capanema a esta capital. Durante o dia de sabbado nenhum índio compareceu á séde desta repartição, que se manteve aberta de 10 e meia da manhã até 5 horas da tarde e só tive conhecimento da estada desses índios nesta capital na manhã de domingo, tendo immediatamente providenciado para que os mesmos fossem procurados e attendidos por funcionarios do Serviço. Logo depois eu mesmo communicavame com elles e era inteirado dos motivos de sua viagem. A esse tempo já elles se achavam hospedados no hotel Guarany, por conta deste Serviço, pois o proprietário do mesmo hotel tem auctorização permanente para hospedar quaesquer índios que venham a esta capital, sendo que foram elles próprios que procuraram aquelle hotel, que bem conhecem, logo após a sua chegada a esta capital, pelo trem dos campos, na noite de 17 do corrente, tendo já pernoitao naquelle hotel, de 17 a 18 e ali permanecendo até hoje, como já vos disse, por conta desta Inspectoria, que invariavelmente tem hospedado, assistido e attendido a todos os índios, sem excepção de nenhum, que tem vindo a esta capital. Hoje mesmo foram dirigidas ás autoridades competentes as communicações officiaes e respectivos pedidos de providencias, sobre os factos que determinaram a vinda desses índios a esta capital. Quanto ao facto de haver a Delegação do Tribunal de Contas registrado um adiantamento do pessoal variável até o corrente mez, e que a citada noticia taxou de oportunidade irônica, devo informar-vos que esse numerário cujo adiantamento foi auctorisado por ordem expressa e nominal do sr. Ministro da Agricultura, em forma absolutamente legal,</p>

			<p>destina-se exclusivamente ao pagamento do pessoal operário, em serviço nos postos de índio de Pinhalzinho, neste Estado, de Pardos e Duque de Caxias em S. Catharina e na Povoação Indígena de S. Jerônimo, deste Estado. E, de acordo com a disposição determinante, não só da lei orçamentária como do próprio Código de Contabilidade da União, destina-se tal numerário ao exclusivo pagamento desse pessoal, das diárias e salários vencidos de janeiro a julho (note-se bem, sete meses de atraso, o que é exclusivamente devido aos processos em voga na burocracia fiscal) e do corrente mês; e de conformidade com as citadas disposições legais, nem um real pode ser tirado dessa importância para outro qualquer pagamento. Isso, porém, nada influe no caso, porquanto, esses índios já se acham convenientemente atendidos por esta Inspectoria e por conta da mesma hospedados desde a sua chegada a esta capital, como, aliás, tem sempre acontecido a todos os índios que aqui tem vindo. Muito grato pela publicação destas linhas, subscrevo-me, com todo o apreço e consideração. De V. S. – Am.o Att.o Adm.d.or JOSE' MARIA DE PAULA”</p>
100	1923	<p>O Dia 22 de agosto Ano I - n.º 46</p>	<p>Ainda o caso do capitão Capanema</p> <p>Algumas considerações á margem da carta que nos dirigiu o sr. José Maria de Paula. O adeatado da hora em que nos chegou a missiva do inspector do Serviço de Proteção aos Índios nos levou a procrastinar os commentarios que em torno daquelle documento tínhamos a formular. Isso mesmo dissemos nas palavras com que procedemos a publicação daquelle carta, conforme poderão verificar os que não lêem ao de alto ou o fazem de má fé. O facto de darmos publicidade a um documento não significa que hajamos capitulado de um ponto de vista ou ainda que endossemos os conceitos emitidos pelo seu signatário. Uma vez que tal documento venha firmado por pessoa interessada, e elaborado em condições julgadas aceitaves pelo nosso critério, seria um cerceamento de defesa e um recurso de covardia o negar-lhe a publicidade. Foi em consequencia desse principio tranquillo de ethica profissional, que abrimos espaço ás palavras do inspector do Serviço de Protecção aos Índios. Não podemos, contudo, a bem da verdade e das próprias asseverações que fizemos, deixar sem uma replica a missiva daquelle funcionario federal. Sabbado á tarde, encontrando-se com pessoa desta casa, o sr. Romario Martins relatou-lhe a odysseia do “capitão”</p>

			<p>Capanema, que desde a véspera se encontrava nesta capital, completamente desamparado das autoridades. Sabedores deste facto, por intermédio de um filho daquelle nosso brilhante confrade, o dr. Ivahy Martins, scientificámos o dono do hotel Guarany que nos responsabilizávamos pelas despesas de hospedagem do capitão e dos seus companheiros. O sr. Romario Martins, tambem justamente penalizado com os factos por nós narrados, promptificou-se a arcar com metade das despesas alludidas. Foi ainda o dr. Ivahy Martins quem acompanhou os índios a um phtographo, onde foi tirado o grupo que estampámos na nossa reportagem de domingo. Além das asseverações categoricas que acima fazemos, poderíamos invocar em nosso favor o testemunho pessoal dos dois cavalheiros acima nomeados. E' o que temos a dizer concernentemente á hospedagem do "capitão" Capanema. Quanto ao registro de credito, de uma oportunidade irônica, quizemos apenas significar que as despesas do governo federal effectuadas com taes serviços não correspondem ás necessidades dos mesmos. Persistimos nesta affirmativa. Está na consciencia e no conhecimento publico que o Serviço de PRotecção aos Indios, apesar dos elevados fastos e altíssimos vencimentos de alguns funcionarios, é uma verdadeira Babel administrativa, sem orientação, sem ordem, sem directriz alguma que a recommendem ao respeito e á benemerência dos que lhes conhecem os diferentes escaninhos. E é só.</p>
101	1928	<p>O Dia 08 de Junho Ano V - n.º 1954</p>	<p>INDIOS QUE SE QUEIXAM CONTRA O DESCASO COM QUE SÃO TRATADOS PELO SEU INSPECTOR</p> <p>O PROPRIO ORGÃO OFFICIAL REGISTA AS RECLAMAÇÕES – EXPOLIAÇÕES DE TERRAS CONCEDIDAS AOS INDIOS – AGUA MORNA DA INSPECTORIA DE INDIOS</p> <p>Em sua edição de hontem, os nossos collegas d' "A Republica" contam que esteve no Palacio Rio Branco, em conferencia com o sr. Presidente do Estado, uma Embaixada de Indios Caingangues, de Palmas. Dizem mais nossos collegas que esse grupos de brasileiros veio queixar-se contra a espoliação de terras, de que estão elles sendo victimas, pois ha quem lhes esteha avançando nas terras que lhes concedeu o governo estadual, sob a benemérita presidência do saudoso paranaense, dr. Xavier da Silva. O chefe da Embaixada, interpelado por um dos redactores de órgão official, accrescentou que, sobre esse</p>

			<p>assumpto, se havia queixado ao sr. José Maria de Paula, inspector do serviço de índios, o que, entretanto, nenhuma resposta lhe dera. E' esse um facto de extrema gravidade, que vem bastante depor contra a maneira por que o sr. Inspector de Indios está exercendo [...] cargo em nosso Estado, deixando entregue ao abandono essa pobre gente por [...] interesses deveria elle zelar. A protecção a esses [...] infelizes patrícios não se faz na rua 15 nem nas ruas das cidades, mas lá no matto, acompanhando-lhes a vida, defendendo os seus interesses, amparando-lhes os direitos que lhes assistem por força de lei. Entretanto, nunca ninguém soube, sinão agora pelo próprio órgão official, que os caingangues de Palmas, estão sendo espoliados das terras, cuja concessão lhe fez o governo do Estado. Nunca ninguém disso teve conhecimento, como tambem não se soube jamais que a Inspectoria de Indios tivesse providenciado no sentido de amparar os direitos dos seus protegidos contra a ganância dos concessionários de terras. Não houvesse essa Inspectoria se descurado no cumprimento de seus deveres, mas tivesse agido com energia, mesmo recorrendo á imprensa, si tanto fosse mister, estamos certo de que essa Embaixada de Indios não se abalaria de tão longe para trazer as suas queixas ao sr. Presidente do Estado. Aliás, não é esta a primeira vez que esses índios aqui aportam, sempre se queixando contra o pouco caso com que não são tratados por quem por elles devia, por dever e obrigação interessar-se. E' de esperar, porem, que o dr. José Maria de Paula, Inspector de Indios, no Paraná, esclareça o caso, botando os pontos nos i i .</p>
102	1929	<p>A República 29 de Maio Ano XLIV -n.º 123</p>	<p>Índios Caingangos</p> <p>Procedentes do aldeamento das Marrecas, Guarapuava, chegaram hontem a esta Capital três índios da tribu Caingang, (Coroados) acompanhados do cacique Candido Rosa Cunbãng. Foram hospedados no Hotel Guarany pelo Sr. Dr. José Maria de Paula, Inspector do Serviço de Protecção dos Indios. Pela manhã de hoje Cunbãng visitou o nosso diretor seu antigo amigo.</p>
103	1929	<p>O Dia 27 de dezembro Ano VI - n. 2431</p>	<p>Aldeamento de índios assaltado</p> <p>Urge uma providencia que ponha termo a essas selvagerias Hontem, pela tarde, recebemos uma visita inesperada. Vinham procurar os jornalistas de "O Dia" ara queixar-se amargamente, os índios caingangos Antonio José Pedrosa e José Libio, residentes no aldeamento do districto de Marrecas, em</p>

			<p>Guarapuava. Antonio José Pedrosa, contou-nos então que, por questões de terra, invejosos da prosperidade que reina entre os índios do aldeamento, varios eleitores do coronel Solano Camargo, ha dias, armados até os dentes, assaltaram as moradas ali existentes, com intuito de fuzilarem os nossos desaventurados irmãos das selvas, quazi todos com família numerosa. José Libio, na ocasião, foi alvejado por mais de vinte tiros, que não o alcançaram, por milagre. Estabeleceu-se o pânico. Antonio José Pedrosa e José Libio, ambos casados e paes de família, escaparam á sanha dos assaltantes, internando-se no matto. Resolveram emprehender viagem até esta capital, afim de queixar-se á autoridade competente, o dr. José Maria de Paula, que infelizmente se encontra no Rio de Janeiro. Os dois índios não têm noticia alguma de suas famílias, nem do que possa ter acontecido aos companheiros de infortúnio, depois da viagem precipitada que realisaram. E', pois, uma situação angustiosa a desses brasileiros trabalhadores e humildes, expostos á brutalidade de indivíduos sem escrúpulos, mordidos de inveja pela prosperidade alheia, prosperidade conseguida á custa do maximo esforço., no trabalho diuturno. Relataram-nos ainda os dois caingangs que tambem na zona do rio do Cobre, município de Guarapuava, os índios foram importunados, sendo que varios delles virão a Curityba trazer suas queixas.</p> <p>Uma vez que o dr. José Maria de Paula não se encontra em nossa capital, pensamos que a Chefia de Polícia do Estado está na obrigação de attender as reclamações dos infortunados bugres, providenciando para que sejam punidos os responsáveis pelo barbaro attentado soffrido pelos moradores do aldeamento de Marrécas.</p>
104	1932	<p>O Dia 19 de janeiro Ed. 2446</p>	<p>Um Grupo de Indios esteve em Ponta Grossa</p> <p>Na sexta-feira á noite na ocasião emq eu visitávamos a Penitenciaria, o cabo do diam nos mostrou um grupo de índios Pechauê, procedentes do núcleo de Campo Camará, em Queimadas, e chefiados pelo Capitão Eduardo Marcolino. Esses selvicolas se destinavam á Curityba, porem foram aqui attendidos pelo encarregado desse serviço e daqui mesmo regressaram aos seus pagos. O capitão Marcolino falla bem o portuguez, entremeiando a conversação com algumas palavras em seu dialecto. Pedindo um cigarro, voltou-se para um cavalheiro que estava commosco e disse - Pim. E fez signal de accender o</p>

			<p>cigarro. Entendemos então que – pim – em seu dialecto quer dizer phosphoros ou fogo. Demos-lhes alguns nickeis e o capitão Eduardo Marcolino nos disse que o restante de sua tribu são 130 índios todos agglomerados no toldo de Campo Camará, se dedicando á lavoura e a criação. Disse-nos mais que la em Queimadas existe um negociante syrio por nome Tfi, que muito os maltrata chegando até a dar-lhes muita pancada, não podendo os índios irem a Queimadas fazer negócios com Tufi que alem de exploral-os os espanca.</p> <p>E' preciso que o serviço de protecção aos índios tome uma providencia, averiguando antes se procedem as acusações do capitão indígena.</p>
105	1932	<p>O Dia 07 de Julho Ed. 2600</p>	<p>INDIOS NA CIDADE</p> <p>Vindus do Rio d' Areia, com destino a Curityba, acham-se aqui, alguns índios. Os indígenas estão localizados no bairro dos Orphãos, em terrenos do sr. Amancio Buffão. Uma questão de terras com "brancos" é o motivo que leva esses rude patrícios á capital do Estado</p>
106	1937	<p>O Dia 10 de dezembro Ano XV - n.º 4411</p>	<p>POBRES SELVICOLAS!</p> <p>Desamparados, os índios do Tôldo de Cretan ameaçam revoltar-se, porque querem roubar-lhes as terras PONTA GROSSA, 9 (Da Succursal) – Um espectáculo contristador foi-nos dado presenciar hontem, nas ruas de nossa cidade. Dois selvicolas mansos, desses que já usam os trajes dos civilizados, e que já falam correntemente a nossa língua, descalços, tendo por bagagem apenas um pequeno sacco, que conduziam ás costas, entravam na Delegacia de policia local. Desde logo aquelles indígenas prenderam a nossa atenção, pois que sabemos que elles só procuram a cidade quando lhes falta o amparo a que têm direito, da parte do Serviço de Protecção aos Indios.</p> <p>Decidimos, por esse motivo, procural-os, afim de saber o motivo que os trazia á cidade. MORTOS DE FOME, APÓS UMA LONGA TRAVESSIA. Após a nossa primeira pergunta, disseram-nos elles chamar-se Joaquim Severino e Vicente Capanema, pertencentes ao Toldo de Cretan, no município de Palmas, e que se destinavam a Curitiba, onde iam procurar o Inspector, afim de reclamarem o apoio que lhes faltava. "Fazem hoje oito dias que estamos viajando a pé, e sem dinheiro, comendo aqui e ali, onde a caridade publica nos auxilia. Desde hontem que nada comemos porque não temos dinheiro, e porque algumas pessoas a quem</p>

			<p>pedimos comida nol-a negaram”, -- disse-nos Joaquim Severino, mais velho dos dois bugres, e o mais desembaraçado. NÃO ENCONTRARAM QUEM OS ATENDESSE. Segundo o que nos explicaram os dois índios, depois, encontravam-se elles na situação de ter que voltar de Ponta Grossa ou de proseguirem viagem a pé para a capital, visto não encontrarem aqui que mos (sic) auxilliasse, desde que, embora pareça incrível, sabendo-se embora que Ponta Grossa é ponto forçado para o transito de indígenas que descem de Palmas a Guarapuava, não há aqui um encarregado da Inspectoria que os atenda, ou fornecendo-lhes hospitalidade, auxilliando-lhes no prosseguimento da viagem, ou resolvendo as questões mais simples que surgem nas aldeias.</p> <p>“O TOLDO ESTA’ EM PONTO DE REVOLTA” Prosseguindo, contou-nos Joaquim Severino, após nos dar a exame a farta documentação que conduz, o Toldo de Cretan está entregue ao abandono da Inspectoria, sem que o dirija, uma vez que morreram, tempos atraz, o major Capanema dos Santos e o capitão Joaquim Ciriaco Capanema, - o primeiro ha cerca de 3 annos, e o segundo ha, mais ou menos, 6 mezes. Com a morte desses dois chefes, até agora não substituídos pela Inspectoria, apezar dos pedidos feitos, os habitantes do Toldo passaram a viver vida desorientada, e, com isto, elementos visinhos das terras do patrimônio começaram a invadil-as e agora ameaçam escorraçar as famílias indígenas ali existentes. -- “Nós não queremos brigar – continuou Joaquim – O que nós queremos é que o Inspector cuide de nós, mas como estamos abandonados, o Toldo já está em ponto de se revoltar, porque não é direito que nos tirem o que o “Pae Grande” (Governo) nos deu, e de cujas terras tiramos o nosso sustento. Não nos deixaremos roubar, mesmo que tenhamos que morrer todos, até as creanças.” Assim concluiu Joaquim Severino o relato da situação a que estão entregue os índios de Cretan, que devem, sem demora, ser accudidos por quem de direito, para que não tenhamos a registrar, de futuro, um impressionante drama de sangue, nos sertões paranaenses. Com a divulgação do que nos foi dado ouvir dos dois selvicolas que se encontram na cidade, vae o nosso protesto pelo abandono em que está o Toldo de Cretan, e um appello ao Governo para que olhe por essa gente, que é a verdadeira gente brasileira.</p>
107	1938	O Dia	FERRAMENTAS PARA O TRABALHO

		<p>27 de abril Ano XV -Ed. 4523</p>	<p>E o que querem os índios “Coroados”, do toldo de Tibagí – Uma caminhada de trinta dias a pé! Esta manhã, estando a nossa reportagem á cata de notícias, verificamos um quadro tristíssimo defronte do prédio da Municipalidade. E’ que, numa das portas do edifício publico, se aglomeravam quatro pessoas andrajósas. A curiosidade fez com que das mesmas nos acercássemos. Assim, nos chegamos ao grupo, notando desde logo tratar-se de índios dos sertões do “hinter-land” que para aqui se dirigem com o propósito de angariar das autoridades competentes auxilio necessário ao seu sustento. Acercamo-nos do grupo e indagamos do único homem componente do mesmo, um menino de dez anos, João Eduardo, o qual assim respondeu: - Que ha um mês atrás, partiram a pé de Queimadas (que dista 30 leguas aproximadamente desta cidade), com rumo a Curitiba;que embora houvessem pedido auxilio naquela localidade para se conduzirem, ninguém os quiz atender, pelo que tiveram que empreender a viagem a pé; que pertencem ao toldo dos índios “Coroados” que habitam o sertão Tibagiano, e como ultimamente perderam seu chefe e pai, pelo falecimento deste, achando-se toda a família na mais extrema miséria, iam a capital com o intuito de pedir ao “grande pai” ferramentas e roupas. Disse-nos mais o nosso pequeno interlocutor: aqui não conseguiram passagem para Curitiba, cuja viagem tinham que empreender novamente a pé. A pobre família selvicola compõe-se de 4 pessoas: Rosalina Eduardo, mãe dos demais e viúva do chefe; Maria Joana, filha desta e tambem viúva; Maria Rosa, com apenas 7 anos de idade e o garoto João Eduardo, que é o único do grupo que fala sofrivelmente o português. Estamos certos que o snr. Albari Guimarães, prefeito municipal, olhará com carinho esses pobres brasileiros desamparados, encaminhando-os á capital do Estado, afim de que os mesmos possam, junto ao snr. Manoel Ribas, conseguir aquilo que pleiteiam: utensílios para lavoura.</p>
--	--	---	--